**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

DANIEL ISAAC FRIEDMANN

**A bem da república: justiça e governo no nascimento de uma vila colonial
(Atibaia 1759 – 1799)**

São Paulo
2019

FRIEDMANN , DANIEL I.	A bem da república: justiça e governo no nascimento de uma vila colonial (Atibaia 1759 – 1799)		DOUTORADO FFLCH/USP 2019
--------------------------	--	--	--------------------------------

DANIEL ISAAC FRIEDMANN

A bem da república: justiça e governo no nascimento de uma vila colonial

(Atibaia 1759 – 1799)

Versão original

Trabalho apresentado para a obtenção do título (dupla titulação), no âmbito do Convênio Acadêmico Internacional para Coorientação de tese de doutorado celebrado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Orientadores:

Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron.

Prof. Dr. Jean-Frédéric Schaub

São Paulo
2019

Nome: FRIEDMANN, Daniel Isaac

Título: A bem da república: justiça e governo no nascimento de uma vila colonial (Atibaia 1759 – 1799).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

RESUMO

FRIEDMANN, Daniel Isaac. A bem da república: justiça e governo no nascimento de uma vila colonial (Atibaia 1759 – 1799). 2019. 467 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

A pesquisa tem como objeto a elevação da freguesia de Atibaia à categoria de vila, abarcando o seu processo de desmembramento da cidade de São Paulo, entre 1759 e 1770, e o seu desenvolvimento até 1799. Por meio da análise das ações desenvolvidas pela Câmara, com especial ênfase na administração local da justiça, evidencia-se a forma de inserção dos diversos segmentos sociais neste novo espaço institucional, a eficácia dos instrumentos a ele reservados e as relações estabelecidas com outras esferas de exercício de poder. As ações da Câmara, reveladas principalmente nos autos cíveis e nos termos de vereança, servem também para descortinar alguns dos propósitos mais importantes daquele órgão, especialmente na promoção da circulação de pessoas e bens. Os resultados alcançados no estudo fornecem subsídios para o exame das justificativas sociais, políticas e econômicas para a elevação da freguesia de Atibaia e, mais amplamente, para a compreensão das razões que levaram à criação de inúmeras outras vilas, após o restabelecimento da Capitania de São Paulo em 1765.

Palavras-chave: Criação de vilas; Câmaras municipais; Governo; Justiça; segunda metade do século XVIII.

ABSTRACT

FRIEDMANN, Daniel Isaac. For the sake of the republic: justice and government in the birth of a colonial village (Atibaia 1759 - 1799). 2019. 468 f. Thesis presented to the Postgraduate Program in Social History of the Department of History of the Philosophy, Letters and Human Sciences College of the University of São Paulo, to obtain the title “Doctor of History”.

The object of this research is the elevating of the parish of Atibaia to the category of town, including the process of dismemberment of the city of São Paulo, between 1759 and 1770, and its development until 1799. Through the analysis of the actions developed by the Chamber of Councilors, with special emphasis on the local administration of justice, the research seeks to highlight the way in which the various social segments are inserted in this new institutional space, the efficacy of the instruments reserved to them and the relations established with other spheres of power. The actions of the Chamber, revealed mainly in civil proceedings and records of councilors' meetings, also serve to unravel some of the most important purposes of this body, especially in promoting the circulation of people and goods. The results obtained in the study provide subsidies for the examination of the social, political and economic justifications for the elevation of the Atibaia parish and, more broadly, to the understanding of the reasons that led to the creation of several villages after the reestablishment of the São Paulo's Captaincy, in 1765.

Keywords: Creation of towns; Municipalities; Government; Justice; second half of the eighteenth century.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Vilas criadas ao longo dos Séculos XVII e XVIII.	17
Mapa 2: Disposição espacial aproximada das sesmarias concedidas às principais famílias na região que formou a Vila de Atibaia e adjacências, conforme hidrografia da região no período colonial.	246
Mapa 3: Detalhe da “Estrada dos Goiases”.	259
Mapa 4: Mapa da Estrada dos Goiases	450

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma das funções de governo	51
Figura 2: Organograma das funções de justiça.....	51
Figura 3: Ação de assignação de dez dias, cobrança de 22\$400 réis, finalizada, indicação das custas completas e recibo de pagamento dado pelo credor, os quais correspondem às últimas duas anotações do processo.	451
Figura 4: Papeleta de custas encontrada no interior de uma ação sumária em que o réu pede vista e o processo é encerrado abruptamente. Os valores indicados correspondem aos atos até então praticados: autuação, requerimento de vista, raza e a remuneração do porteiro do auditório	452

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Assuntos abordados nas vereações	120
Tabela 2: Ações sumárias por modalidade	163
Tabela 3: Processos envolvendo cobranças de dívidas por modalidade de ação, incluindo as de libelo ou ordinárias	168
Tabela 4: Processos de cobrança envolvendo a produção agropastoril.....	173
Tabela 5: Natureza das dívidas que originaram as ações de cobrança	231
Tabela 6: Resultados de acordo com a modalidade de ação.....	394
Tabela 7: Resultados de acordo com a modalidade de ação, acrescentando os processos que não tiveram desfecho conhecido nos próprios autos	396
Tabela 8: Oficiais e Ofícios	462

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de vereanças a cada ano.46

Gráfico 2: Resumo dos assuntos tratados. 123

Gráfico 3: Crescimento populacional256

Gráfico 4: Crescimento do número de unidades domésticas.....257

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO – A CONSTITUIÇÃO DE VILAS E SUAS CASAS DE CÂMARA.....	12
2. GOVERNO	31
2.1 <i>Pilar do império</i>	31
2.2 <i>Em vereança, incorporados em corpo de procissão e em correição: o cotidiano administrativo..</i>	38
2.3 <i>Fazendo vereança: os assuntos tratados</i>	47
2.3.1 <i>Autogerindo: oficiais, receitas e despesas</i>	48
2.3.2 <i>Intervindo: fiscalização, ordenação e conservação</i>	62
2.3.3 <i>Reagindo: despachando requerimentos e petições</i>	84
2.3.4 <i>Relacionando: Governador e Capitão General, Ouvidor e o Rei</i>	88
2.4 <i>O “bem comum” e a “bem da república”</i>	105
3. JUSTIÇA.....	126
3.1 <i>“A bem da sua justiça”: conceito e abordagem</i>	126
3.2 <i>As justiças locais</i>	134
3.3 <i>Prática judicial leiga</i>	138
3.4 <i>As ordenações como síntese do conjunto normativo</i>	148
3.5 <i>Os autos cíveis, características gerais</i>	158
3.5.1 <i>Reconhecer sua letra e sinal ou jurar em sua alma: a cobrança das dívidas</i>	167
3.5.1.1 <i>Produção agrícola e criação de animais</i>	172
3.5.1.2 <i>Fazenda seca, molhados e gastos em loja: o comércio</i>	180
3.5.1.3 <i>Ramos do estanco</i>	194
3.5.1.4 <i>Empréstimos: “dinheiro de primor”</i>	196
3.5.1.5 <i>Dízimos, suas avenças e direitos paroquiais</i>	200
3.5.1.6 <i>Trabalho, jornais e serviços</i>	211
3.5.1.7 <i>Armas, vestuário e utensílios</i>	217
3.5.1.8 <i>Cavalos, éguas, potros e bestas</i>	222
3.5.1.9 <i>Trespases: a circulação do crédito, de pessoas e de bens</i>	230
3.5.2 <i>A terra</i>	238
3.5.2.1 <i>Prelúdio dos conflitos: regime legal e desenvolvimento da estrutura fundiária da região da vila de Atibaia</i>	239
3.5.2.2 <i>A interação dos fatores condicionantes: a valorização da terra</i>	252
3.5.2.3 <i>Os litígios sobre a terra em juízo</i>	265
3.5.2.4 <i>Uma tapera e suas terrinhas</i>	280

3.5.3 <i>Os cativos em juízo</i>	285
3.5.4 <i>Outros interesses</i>	294
3.6 <i>Os autos crime: características gerais</i>	299
3.6.1 <i>A violência na vila de Atibaia</i>	305
3.6.1.1 <i>“Mais cheio de cachaça do que de verdadeiro valor”: a violência associada à defesa da honra</i>	307
3.6.1.2 <i>Desobediência e submissão: a violência na unidade familiar</i>	314
3.6.1.3 <i>A violência difusa</i>	323
3.6.2 <i>Outras formas de criminalidade</i>	327
3.6.3 <i>“Vá em paz e que pague as custas”: disciplina, punições, finalidade e efetividade</i>	331
3.7 <i>A representação da sociedade na câmara e frente à justiça</i>	342
3.7.1 <i>Eleitores e eleitos</i>	343
3.7.2 <i>Procuradores e solicitadores de causas</i>	353
3.7.3 <i>Partes nos processos</i>	360
3.8 <i>A justiça dos bens</i>	372
3.8.1 <i>“E que pague as custas” ao final: o acesso ao juízo ordinário</i>	373
3.8.2 <i>A “vontade é lei”, mas o mercado é a razão: características e sentidos da atividade institucional</i>	380
3.8.2.1 <i>“Por ser oposto e mal afeito ao suplicante”: a credibilidade da justiça</i>	381
3.8.2.2 <i>Onde “não há justiça” tenta-se, sem êxito, cobrar a dívida</i>	393
4. <i>INSTITUCIONALIZAÇÃO</i>	404
4.1 <i>O ocaso dos desventurados primos-irmãos de Atibaia</i>	404
4.2 <i>Desenvolver o “mercado”, semear povoações e colher réditos</i>	410
5. <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	423
REFERÊNCIAS	428
ANEXOS.....	445
APÊNDICES.....	461
.....	461

1. INTRODUÇÃO – A CONSTITUIÇÃO DE VILAS E SUAS CASAS DE CÂMARA

Durante o período colonial as povoações eram classificadas de acordo com sua estrutura administrativa. As comunidades capazes de exercer em sua plenitude os direitos de representação política e de gestão de sua população e território recebiam o estatuto de vilas. O seu estabelecimento dependia do consentimento régio ou do donatário da capitania, conforme o período e a região em que eram instituídas.

Aprovada a elevação da povoação à categoria de vila, levantava-se o pelourinho¹ e construía-se ou designava-se um prédio para casa da câmara, o qual normalmente também abrigava a cadeia.

A Câmara era o centro administrativo da vila, constituindo o órgão responsável pelo seu governo, sendo composta, em regra, de três vereadores, dois juizes ordinários e um procurador, os quais eram eleitos, indiretamente, pelos chamados “homens bons”². Ela também nomeava almotacés para a fiscalização dos pesos e medidas empregados no comércio local, sendo ainda responsável pelo controle dos preços dos gêneros negociados.

A Câmara organizava a vida local: por ser um órgão colegiado, reunia-se periodicamente em vereança para despachar os requerimentos que lhe eram dirigidos pela população. Entre as funções desempenhadas, podemos citar: cuidar dos caminhos e dos próprios públicos, conceder autorização para edificações urbanas, zelar pelo abastecimento e arrecadar as receitas próprias³. Os juizes ordinários presidiam as reuniões e se revezavam na

¹ O pelourinho era uma coluna, geralmente de pedra, onde os presos eram supliciados, constituindo também um marco simbólico da jurisdição de uma vila ou cidade. Conferir o verbete em: BLUTEAU, Rafael, C.R., Vocabulario portuguez e latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. - 10 vol.; 2º, p 383. No mesmo sentido, assinala Raimundo Faoro: “O pelourinho simbolizava o núcleo legal: instrumento e símbolo da autoridade, coluna de pedra ou de madeira que servia para atar os desobedientes e criminosos, para o açoite ou enforcamento”. (**Os donos do poder**. São Paulo: Globo e Publifolha, 2000, p. 168)

² Em relação aos eleitores, as Ordenações Filipinas se referem apenas a “homens bons” quando no Livro I, Título LXVIII, estabelece “em que modo se fará a eleição dos Juizes, Vereadores, Almotacés e outros Officiais” sem especificar ou estabelecer critérios de qualificação. No corpo das Ordenações, e em normas esparsas, são feitas alusões de forma assistemática aos que não podiam exercer os ofícios da Câmara e, conseqüentemente, participar da eleição, proscrevendo oficiais mecânicos, cristãos novos e outros considerados de “sangue impuro”, ou seja, judeus, mouros, escravos, índios e seus descendentes. Na documentação do período colonial, muitas vezes, aparece o termo “principais da terra” para designar os membros que ocupavam os ofícios da Câmara e aqueles que os elegiam, tratando-se da acepção mais precisa, indicando como aptos ao sufrágio os indivíduos de maior prestígio social.

³ As atribuições dos oficiais da Câmara podem ser encontradas nas Ordenações Filipinas, Livro I, Títulos: LVI, LVII, LVIII, LXXIII, LXXV, LXXVII, LXXVIII e LXXXIII.

administração da justiça, sendo auxiliados pelo tabelião, oficial incumbido da escrituração dos atos judiciais e também negociais.

Antes de se tornar vila, porém, a Igreja era responsável pelos primeiros mecanismos de incorporação das florescentes comunidades coloniais, fazendo-o com a oficialização de sua ermida, conferindo ao núcleo populacional o estatuto de capela curada. Ou seja, apta a receber visita regular de um pároco (cura). O aumento populacional determinava o passo seguinte, chegando-se ao estatuto de paróquia ou freguesia, quando se estabelecia uma assistência espiritual permanente, permitindo o acesso ao batismo, casamento, registros de nascimento e óbito⁴.

Outra vertente institucional pela qual se buscava disciplinar a população masculina era o recrutamento militar, organizando-se as companhias de ordenança e os corpos auxiliares (milícias), pelos quais os indivíduos eram subordinados ao comando de oficiais designados pelo capitão general e governador da capitania entre as lideranças locais⁵.

A maior “expressão populacional”, segundo M. Marx (1991), faria com que este “embrião oficial” ou “célula menor eclesiástica administrativa” buscasse um status mais elevado, que correspondia à autonomia política e administrativa, capacitando-o a gerir os assuntos de governo dentro do seu termo; ou seja, do espaço territorial que lhe seria designado⁶.

Desta trajetória aparentemente linear e ditada apenas pelo aumento gradativo da população resultava a ascensão de um bairro ou capela a freguesia e depois a vila, processo no qual se entrelaçavam molduras administrativas eclesiásticas e civis, de forma que normalmente com o estabelecimento da sede de um bispado em seus domínios uma vila era promovida ao estatuto de cidade.

Apesar da maioria das povoações na colônia seguirem este roteiro, o crescimento da população nem sempre ocorria de forma contínua, sendo norteadado também pelos fluxos econômicos. A descoberta das jazidas de ouro, no final do século XVII e início do XVIII, por exemplo, levou ao estabelecimento de muitos paulistas nas regiões mineradoras, havendo, certamente, um impacto desta migração em termos demográficos nas vilas e freguesias da região de origem deste contingente. Da mesma forma, o declínio da produção aurífera, no último quartel do século XVIII, provocou um despovoamento nas regiões exclusivamente de extração.

⁴ MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel; Edusp, 1991, p. 17-30.

⁵ Conferir: LEONZO, Nanci. **Defesa Militar e Controle Social: as Milícias**. 1979. 414 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP, São Paulo, 1979.

⁶ Marx, op. cit., p. 52.

Mesmo antes da repercussão da descoberta das grandes jazidas de ouro e diamantes, Sérgio Buarque de Holanda constatou, ao estudar a dinâmica da população de São Paulo no século XVII, que os novos povoamentos não eram formados com a contribuição de colonos vindos de fora, mas com a sangria dos núcleos primitivos em movimentos de expansão e retração, sobretudo em busca de novas terras agricultáveis em substituição àquelas esgotadas pelas práticas de cultivo então empregadas⁷. Já John Manuel Monteiro (1994) assinala que os núcleos populacionais seiscentistas eram formados em função do apresamento de índios, os quais supriam as necessidades de mão de obra da lavoura que se desenvolvia⁸.

Além dos impulsos econômicos que orientavam o povoamento, associando-se ao necessário crescimento da população como fatores condicionantes da elevação de uma freguesia a vila, havia outros elementos a considerar, tais como os interesses da Coroa, o de outros centros político administrativos já sedimentados, bem como das elites locais. Referidos aspectos influenciavam o processo, muitas vezes retardando, outras acelerando e, até mesmo, determinando a constituição de vilas sem passar pelos estágios institucionais anteriores.

Observando as regiões mineradoras, é possível realçar a intervenção da Coroa, que, no espaço de apenas sete anos, determinou a criação de oito vilas: Sabará, Nossa Senhora do Carmo (Mariana) e Vila Rica, todas em 1711; São João Del Rey, em 1712; Vila do Príncipe (Serro Frio) e Vila Nova da Rainha do Caeté, em 1714; Vila Nova do Infante (Pitangui), em 1715; e São José Del Rey, em 1718. O discurso empregado era de que se tratava da maneira mais adequada de “civilizar” os rudes povoados em formação. Subjacentemente, porém, coexistia o propósito de exercer por este meio um controle mais efetivo sobre a extração dos metais preciosos⁹.

Este ritmo contrastou com a paulatina formação de vilas nas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro, doadas aos irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa, cuja sequência a partir da fundação de São Vicente, em 1532, foi a seguinte: Vila Porto de Santos, em 1545; São Paulo dos Campos de Piratininga, em 1560; Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, em 1561; Nossa Senhora das Neves de Iguape, em 1577; São João Batista de Cananéia, em 1600; Santana de Mojmirim (Mogi das Cruzes), em 1611; Santana de Parnaíba, em 1625; São Sebastião, em 1636; Exaltação da Santa Cruz do Salvador de Ubatuba, em 1637; São Francisco

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Movimentos da população em São Paulo no século XVII”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v.1, 1966, p. 55-111.

⁸ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 109.

⁹ DELSON, R. M. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva-Cord, 1997, p.29.

das Chagas de Taubaté, em 1645; Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, em 1649; Santo Antonio de Guaratinguetá, em 1651; Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba (Jacareí), em 1653; Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiaí, em 1655; Nossa Senhora da Candelária de Outu Guaçu (Itu), em 1657; Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, em 1661; Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, em 1693 e Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, em 1705¹⁰.

Depois de Pindamonhangaba, transcorreu mais de meio século até que novas povoações se tornassem vilas. A própria elevação de Pindamonhangaba evidencia o conflito de interesses que a matéria suscitava. Relata-se que por força da ação clandestina de seus fundadores, aproveitando-se da passagem do Ouvidor e Corregedor Geral da Capitania para legitimar o ato, houve o levantamento do pelourinho e instalação da Câmara, o que gerou protesto dos camaristas de Taubaté à Coroa, os quais não aceitaram perder fração importante dos seus domínios. Entretanto, apesar de repreender a atitude e anular o ato tido com ilegal, a rainha, D. Catarina, concedeu autorização para elevação da freguesia à vila¹¹.

Em decorrência do avanço da exploração aurífera foi formada, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro com a compra pela Coroa dos territórios unidos das capitanias de São Vicente e Santo Amaro¹², as quais já estavam bastante dilatadas com as vilas mencionadas, projetando seu território para muito além da linha traçada pelo Tratado de Tordesilhas. Seguiram-se, então, sucessivos fracionamentos, formando-se novas capitanias: Minas Gerais, em 1720; Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, em 1738; Goiás, em 1744 e Mato Grosso, em 1748.

Despidas de seus distritos auríferos e de sua importância para a Coroa frente às outras áreas coloniais, decidiu-se, em 1748, pela extinção da Capitania de São Paulo, ficando a região subordinada ao governo do Rio de Janeiro.

Quando foi restabelecida em 1765, tinha a capitania, as dezenove vilas já citadas, além da cidade de São Paulo, que passou a ser sede de um bispado. Dezoito destes núcleos populacionais foram elevados ainda nos dois primeiros séculos de colonização e apenas um, a mencionada vila de Pindamonhangaba, no princípio do século XVIII.

¹⁰ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532 – 1822)”. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, julho-dezembro 2009.

¹¹ Idem, p. 273.

¹² SLEMIAN, Andréa et al. **Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831)**. São Paulo: FFLCH-USP, 1994, 286f. Trabalho (Iniciação Científica) Departamento de História, 1994.p.130. Segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, a Capitania conservou inicialmente o nome primitivo de São Vicente, sendo alterado, em 1710, com a designação de Antonio Albuquerque Coelho para General. (MADRE de DEUS, Frei Gaspar da. **História da Capitania de S. Vicente Hoje Chamada de São Paulo**. São Paulo: Martins, s. d., p. 31).

No período compreendido entre 1767 e 1798 outras dezesseis povoações foram alçadas à vila: São José da Paraíba (São José dos Campos), em 1767; Itapeva da Faxina (Itapeva), em 1769; São João Batista de Atibaia, em 1769; São José de Moji Mirim, em 1769; Sabaúna, em 1770; Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, em 1771; Santo Antônio das Minas do Apiaí, em 1771; Vila Nova de São Luiz de Guaratuba (Guaratuba), em 1771; Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes (Lajes - SC), em 1774; Cunha (antiga freguesia do Facão), em 1785; Nossa Senhora da Piedade de Lorena, em 1788; São Carlos (antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí, atual Campinas), em 1797; Porto Feliz (antiga freguesia de Araritagua), em 1797; Nova Bragança (Bragança), em 1797; Antonina, em 1797; Castro (antiga freguesia de S. Ana do Iapó – PR), em 1798, aumentando-se para trinta e quatro a quantidade de vilas da capitania¹³. Em pouco mais de trinta anos, portanto, criou-se quase o mesmo número de vilas que nos dois séculos precedentes.

Somente no curto espaço de três anos, entre 1769 e 1771, foram criadas sete vilas, chamando a atenção para esta acelerada institucionalização. Houve, evidentemente, um impulso à trajetória de parte destes sete povoados em seu caminho para constituição em vilas ou para seccioná-los das vilas a que estavam vinculados, o que foi ditado pelos planos colocados em prática pelo governador designado para a restaurada Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus.

¹³ Idem, p. 255.

Mapa 1: Vilas criadas ao longo dos Séculos XVII e XVIII.

Fonte: APESP, Acervo cartográfico, Fundo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Os mapas elaborados pelo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, reproduzidos acima, retratam a criação de vilas ao longo dos séculos XVII e XVIII no espaço correspondente ao atual Estado de São Paulo. Além de estimar a área correspondente a cada uma das vilas, eles evidenciam o ritmo acelerado de elevações de freguesias iniciado a partir da restauração da autonomia política da Capitania de São Paulo¹⁴.

Os três principais elementos que ensejaram a restauração da Capitania de São Paulo, segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2007), foram: a centralização do poder, o combate ao inimigo espanhol e o fomento econômico¹⁵. A escolha de um militar de carreira como governador não deixa dúvidas acerca da hierarquia entre os objetivos propostos, os quais foram clarificados nas primeiras vilas e povoações instauradas.

Após um ano e meio de governo, descrevendo o “Estado Político” da Capitania, assinalou o Morgado de Mateus o largo espaço de tempo em que não eram criadas vilas, destacando que todas as existentes tinham sido feitas no tempo dos donatários¹⁶. Segundo entendimento do governador, sem congregar os dispersos colonos em “Povoações Civas”, era

¹⁴ Documento não catalogado.

¹⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial:** o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 -1775). São Paulo: Alameda, 2007, p. 147-72.

¹⁶ **Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo (DIHCSP)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1894-1990, 95 v. 23, p. 4.

impossível desenvolver o comércio e riqueza¹⁷, cuidando-se, portanto, de requisito para o êxito de seu principal projeto, o de melhoria das defesas da colônia frente às ameaças castelhanas.

A fundação das vilas de Guaratuba, (1771) e de Sabaúna, (1770) decorria diretamente deste planejamento militar, considerando a necessidade de povoação e fortificação dos pontos mais expostos do litoral. No caminho terrestre que ligava Sorocaba a Curitiba, estabeleceu o Governador as vilas de Faxina, (1769), Itapetininga, (1771) e Apiaí, (1771) fortalecendo, assim, o roteiro sul, igualmente estratégico para a movimentação de tropas em caso de irrupção de novo conflito com o “inimigo espanhol”¹⁸.

A freguesia de São José de Moji Mirim foi escolhida, após sugestão da Câmara de Jundiá ao Morgado de Mateus, demovendo-a do local inicialmente pretendido pelo governador, “Mogiguaçu”, mostrando ser aquele sítio mais adequado que este para estabelecer uma vila no caminho das Minas de Goiás¹⁹.

Diferentemente das demais vilas criadas no triênio examinado, Atibaia não se revestia da mesma importância bélica, constituindo uma das freguesias subordinadas à Câmara da cidade de São Paulo, distante cerca de nove léguas dela, por um dos caminhos periféricos que seguiam para a Capitania de Minas Gerais. A despeito de não ser militarmente relevante, a povoação inseria-se no planejamento estratégico do governador, pois havendo sérias divergências no tocante às divisas entre as capitanias, a consolidação do povoamento nas áreas fronteiriças serviria ao propósito de assegurar a integridade territorial da Capitania de São Paulo²⁰.

Convinha, portanto, a elevação da freguesia de São João de Atibaia não só pelo motivo de haver por parte da administração colonial uma política de estímulo à constituição de vilas, mas também porque era entendimento corrente que tal medida incentivava a economia e contribuía para uma melhora na arrecadação dos tributos que beneficiavam a Coroa, fortalecendo, desta forma, o erário régio, objetivos perseguidos quando da restauração da Capitania de São Paulo.

Assim, consciente que entre as diretrizes que recebeu para governar havia a necessidade de promover a criação de vilas, o Morgado de Mateus reconheceu em Atibaia condições suficientes para alçá-la ao novo estatuto:

¹⁷ **Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo (DIHCSP)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1894-1990, v. 67, p. 76.

¹⁸ BELLOTTO, op. cit., p. 155-76.

¹⁹ Idem p. 165.

²⁰ Idem p. 170.

Foi servido ordenarme que nesta Capitania se erigisse Villas aquelas povoações que fossem mais próprias para o dito efeito, e porque huma das mais que se distinguem em os requisitos necessários para receberem a honra do nome de Villa é a povoação de São João de Atibaia²¹.

Do início do povoamento até se tornar vila, Atibaia passou pelos estágios institucionais precedentes²², aumentando gradualmente sua população e desenvolvendo uma lavoura voltada para o abastecimento de outros centros urbanos, especialmente a cidade de São Paulo, em fins do século XVIII, da qual constituía uma freguesia.

Embora o governador tenha determinado a constituição da vila de Atibaia, o processo de emancipação havia sido desencadeado uma década antes com uma solicitação feita pelos oficiais da Câmara da Cidade de São Paulo, que tramitou no Conselho Ultramarino em 17 de fevereiro de 1759. A carta era instruída com uma certidão do tabelião acerca dos “malfeitores e salteadores” que existiam nos caminhos e a dificuldade de se ministrar a justiça na região. Também havia uma informação do pároco acerca do número de habitantes de Atibaia e outra do escrivão da Câmara Episcopal indicando o número de fiéis nas demais freguesias que compunham a cidade de São Paulo²³.

O Conselho Ultramarino requisitou esclarecimentos acerca da suficiência das rendas geradas na freguesia para o sustento da Câmara e determinou que fossem ouvidos os moradores do local, bem como que se manifestassem o Ouvidor Geral e o Governador da Praça de Santos, ambos favoráveis à iniciativa, tendo este último esclarecido:

(...) não padece dúvida, pela informação que tirei, que na dita Freguesia há os habitantes, que na súplica expuseram a V. Majestade os Officiais da Câmara da Cidade de São Paulo, onde sucedem vários insultos, a que se não pode dar a providência necessária, pela distância de nove léguas da dita Cidade à referida Freguesia, ficando assim por punir os criminosos²⁴.

Atendendo ao determinado pelo Conselho Ultramarino, a Câmara de São Paulo publicou edital em 14 de fevereiro de 1761 para uma consulta aos moradores da freguesia acerca da elevação. Na ata da vereança do dia seguinte, registrou-se a aprovação à proposição dos que

²¹ **Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo (DIHCSP)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1894-1990, v. 34, p. 150.

²² A origem de Atibaia remonta à fundação da fazenda São João por Jerônimo de Camargo e a construção de uma capela em homenagem ao seu padroeiro entre 1653 e 1660. A primeira referência ao povoado que se estabeleceu em torno do referido local de culto nas Atas da Câmara de São Paulo foi em 1665, quando na vereança de 03 de junho daquele ano mencionou-se que foram deixados índios descidos em uma “paragem chamada Atubáia”. Em 1680, fez-se curada a capela da povoação de São João de Atibaia. A primeira companhia de ordenanças foi organizada em 1684 e, no ano de 1701, de capela curada passou à freguesia. (SILVEIRA, W. Franco. **História de Atibaia**. São Paulo: s.n. 1950, p. 104-23).

²³ Carta dos Officiais da Câmara da cidade de São Paulo, ao rei [D. José], solicitando a elevação da freguesia de São João de Atibaia à Vila. AHU – São Paulo, cx 5, D. 10. AHU_ACL_CU_023, CX 5, D. 305. (Projeto Resgate CD-ROM)

²⁴ Idem.

acudiram ao edital, bem como se delineou os limites da nova vila e as rendas que suportariam suas despesas²⁵.

Poucos dias depois, peticionaram ao Ouvidor diversos moradores da freguesia de Atibaia solicitando a suspensão do processo de elevação, protestando pela posterior formulação de requerimento com as razões contrárias à proposta. Argumentaram os subscritores, que moravam cerca de nove léguas da Câmara da cidade de São Paulo e, portanto, não foram cientificados a tempo da “conferência”, o que os impediu de participar. Acrescentaram ainda que os republicanos presentes concordaram com a proposta, “porque todos juntos ou a maior parte delles são homens que não tem razão de saberem e conhecerem o bem e o mal que se pode seguir aquele povo em ser Villa (...) por serem moradores desta cidade”²⁶.

Nas razões que se seguiram, expuseram os descontentes a impertinência da medida, apresentando as seguintes justificativas:

(...) primeiramente é esta freguezia tão pobre, que entre as mais pobres do bispado bem pode ter o primeiro logar como se verifica da certidão inclusa, porque emfim não teem os moradores della manufacturas que se utilizem nem commercio algum que lhes deixe lucros, e tirados alguns poucos que vivem parcamente das suas lavouras, em todos os mais é geral a indigencia e tão commum a pobreza, que não teem ainda com que possam satisfazer ao parocho os direitos parochiais, e supposta esta pobreza que á todos é notória como evidente discorram V. Mces. porque gente se ha de puxar para o governo da República com que se há de fazer Caza de Camara e Cadeia, e de que rendas se hão de pagar as rubricas dos livros, correições annuais, facturas de pelouros, aposentadorias, e mais despezas precisas do concelho; sabem V. Mces. muito bem que todas as villas estão gemendo com o peso das contínuas correições e por conta das mesmas se acham todas as Câmaras empenhadas e raras serão as desta Comarca que não tenham tomado dinheiro a juros dos cofres dos órfãos para pagarem aos D.D. Ouvidores e, se isto se lamenta em terras que aliás são mais opulentas, que se deve esperar desta onde tudo é pobreza?²⁷.

(...) e enganaram-se em se capacitarem que assim se poderiam evitar algumas mortes e absurdos que assim estes como aquelles ordinariamente se comettem nos últimos termos da freguezia aonde é muito difficultoso o remediarem-se semelhantes desordens porque logo que os culpados suspeitam que os procuram ou se metem no matto ou passam para o termo das minas que confinam com esta freguezia cinco léguas, e se a justiça dessa cidade tem mais força não pode applicar-lhe o remédio, muito menos lhe poderá por um Juiz sem mais auxílio que um pobre alcayde..²⁸.

(...) foi sua Mgde. servido conceder aos republicanos que servirem na Câmara desta Cidade os mesmos privilégios concedido aos do Porto, e por provisões dos Senhores Reis D. João o Quarto e confirmado pelo Snr. D. Affonso, pelo Senhor D. Pedro, e pelo Senhor D. João o Quinto, todos de gloriosa memória, só devem servir nessa Câmara as duas famílias de Pires e Camargos e um neutral e os homens que há nesta freguesia capazes de servirem a republica são as ditas duas famílias e com effeito quasi todos os anons vão alguns delles servir nessa Camara, e fazendo-se esta freguezia villa ficarão aqui servindo sem privilégio algum e entrarão os neutrais na Câmara dessa cidade e ficarão gozando dos privilégios que nos foram concedidos ficando nós privados delles²⁹.

²⁵ SILVEIRA, op. cit., p. 149-52.

²⁶ Idem, p.153.

²⁷ SILVEIRA, op. cit. p. 157

²⁸ Idem, p. 158.

²⁹ Idem, p. 157/158

Ainda que longas as transcrições, a reprodução da fonte parece útil, pois, além de discutir as funções da Câmara e suas obrigações financeiras, retrata a impunidade e a facilidade de ocultação dos criminosos. As razões contrárias à constituição em vila podem ser resumidas na pobreza do local, na ausência de meios de administrar a justiça, bem como no fato de a medida alijar de seus privilégios parte dos republicanos das famílias Pires e Camargo que, ordinariamente, serviam à Câmara de São Paulo.

Um dos memorialistas que se ocupou da História de Atibaia identificou nas tratativas em torno da autonomia a tentativa dos mencionados Pires, uma das antigas famílias paulistas, de excluir seus rivais, Camargo, predominantemente radicados na freguesia de Atibaia, do exercício dos ofícios da Câmara, referindo que o colegiado da Câmara de São Paulo há cerca de um século era dividido entre os integrantes dos dois clãs³⁰.

Em uma fonte mais recente, sugere o autor, Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira (1897), que:

Na derrama que houve de povoações sobre a Capitania de São Paulo a elevação da freguesia de Atibaia á villa, pode ser coonestada com a necessidade que houve, de nullificar o malefico poderio de Jeronymo de Camargo, que, na ausencia de autoridades criminais e dispendo de um corpo de quinhentos índios, tinha nociva preponderancia sobre a freguezia, impondo-lhe seus desarrazoados alvedrios, e alevando-a a desatinos³¹.

Raimundo Faoro (1897) acrescenta que “com as vilas se instaurava, nas praias e no sertão, a palavra rígida, inviolável e hierática das Ordenações” e arremata:

Quando os colonos, isolados e perdidos nas distâncias, ameaçam ruralizar e extremar-se no localismo, a fundação da vila serve para lembrar a autoridade da Coroa, empenhada em substituir a força do patriarca pela justiça régia. Os colonos e latifundiários, atraídos para o caudilhismo, com a chefia de bandos armados na caça ao índio, subordinam-se à carapaça administrativa, integrando o Senado da Câmara, convertidos em “homens bons”³².

Assim como um século antes o Brigadeiro Joaquim José Machado de Oliveira (1897) atribuiu a elevação de Atibaia à necessidade de contenção dos excessos de Jerônimo de Camargo, as passagens acima transcritas caminham no mesmo sentido da afirmação, generalizando-a para o espaço colonial, acrescentando que a constituição em vila trazia aos rincões mais distantes a subordinação às Ordenações e à Justiça Régia. Cuida-se de um enfoque bastante relevante não apenas no sentido de contrastar a assertiva à sua antípoda, conferindo se

³⁰ Idem, op. cit., p. 78. O ajuste entre as famílias Pires e Camargo, as quais disputavam acirradamente o controle da Câmara, foi alcançado no século anterior, em 1655, pelo Conde de Atouguia, que, para colocar um fim ao conflito, assegurou através de uma concordata a representação proporcional das duas famílias na Câmara paulistana. A medida foi renovada em 1674, 1688 e 1722, ver: DIHCSP, v. 32, p. 214-31.

³¹ OLIVEIRA, Brigadeiro José Joaquim Machado de. **Quadro Histórico da Província de São Paulo até o anno de 1822**. 2. ed. São Paulo: Typ Brasil de Carlos Gerke & Cia., 1897, p. 161.

³² Idem, p. 168.

resultava de fato na limitação da autonomia dos potentados locais ante a autoridade da Coroa, mas de examiná-la sob outra perspectiva, verificando se a medida, efetivamente, alterava o comportamento das elites frente às disputas existentes no seio desta comunidade, submetendo os conflitos aos mecanismos institucionais de solução atribuídos à Câmara.

João Batista Conti (2001), outro memorialista, aponta o equívoco da fonte antes referida, salientando que o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira confundiu o “grande paulista” e fundador de Atibaia com um homônimo e, por sua vez, credita a elevação à ação do governador, o Morgado de Mateus, em cumprimento à ordem do Marquês de Pombal de aumentar os domínios portugueses em todos os sentidos³³.

Outra explicação é apresentada por Affonso de E. Taunay (1949). O autor destaca que a documentação é confusa no tocante à identificação dos responsáveis pela iniciativa de elevação de Atibaia a vila, sugerindo, porém, que houve ingerência do Ouvidor da Comarca, o qual pretendia, com tal expediente, o aumento das rendas que lhes eram destinadas³⁴.

Independentemente de determinar qual causa foi mais decisiva para que a freguesia de Atibaia se tornasse vila, tal movimento parece evidenciar como se encadearam as transformações ocorridas no plano local, regional e imperial para que se concretizasse a elevação, pois, depois da oposição de alguns de seus moradores, o requerimento foi encaminhado ao Conselho Ultramarino e a questão ficou estagnada até o restabelecimento da capitania, ocasião em que foi superada pela ação do governador designado.

A restauração da capitania derivou da preocupação com a proteção do Império Português, especialmente, depois da tomada pelos espanhóis, nos anos de 1762 e 1763, da Colônia de Sacramento e de partes do atual Rio Grande Sul. A frágil situação geopolítica do reino de Portugal, envolto nos acontecimentos desencadeados pela Guerra dos Sete Anos e impossibilitado de conservar a integridade do seu território ultramarino, fez com que se buscasse o desenvolvimento da Capitania de São Paulo de modo a dotá-la de meios suficientes de defesa da fronteira meridional, dispensando-se o concurso de forças militares vindas do reino. A política de criação de vilas se coadunava a este imperativo, julgando a administração colonial que tal mecanismo aumentava a população, o comércio e a riqueza, essenciais à conservação de seus domínios coloniais.

Ao lado das questões estratégicas acima referidas, cumpre destacar que, desde o final do século XVII, a vila, e depois cidade de São Paulo, vinha experimentando um contínuo

³³ CONTI, João Batista. **História de Atibaia**. Atibaia: Grossi, 2001, t. 1, p. 16-7.

³⁴ TAUNAY, Affonso de E. **História da Cidade de São Paulo no Século XVIII (1735-1765)**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1949, v 1, (Coleção Departamento de Cultura, 36) p. 204-7.

processo de mercantilização, transformando-se em um importante centro comercial articulado às suas regiões periféricas e às áreas mineradoras³⁵. Ao longo do século XVIII, negociantes, notadamente reinóis, acumularam grandes fortunas com o comércio e, muito embora a associação às famílias tradicionais por meio de casamentos fosse uma estratégia empregada para alcançar reconhecimento social, houve grande empenho por parte destes mercadores em exercer ofícios nos órgãos de poder local como meio de adquirir prestígio³⁶.

As mudanças que propiciaram a ascensão de indivíduos enriquecidos com a atividade comercial e de origem social diversa dos descendentes das antigas famílias da terra constituem outra explicação para a iniciativa de elevação de Atibaia. Esse panorama teria ensejado a formação de uma dissidência nas elites, que por sua vez passou a disputar com os segmentos tradicionais os ofícios no âmbito da Cidade de São Paulo. Isto contribuiu para a mudança de postura da Câmara de São Paulo que, além de aceitar, também estimulou o fracionamento de seu termo e a consequente redução de sua área de influência³⁷.

Por meio da avaliação das causas mais imediatas que pudessem explicar a criação das vilas paulistas na segunda metade do século XVIII, especialmente a elevação da freguesia de Atibaia, foi possível evidenciar alguns elementos de identificação e articulação entre duas correntes de acontecimentos que, no mesmo período, se desenvolviam em planos distintos, mas interligados: o planejamento e execução da política traçada pela Coroa para a América Portuguesa e a transformação das bases sociais e econômicas, que se operava na cidade de São Paulo.

A investigação que se delineia não tem a ambição de explicar os processos supracitados a partir de quaisquer das vilas que foram constituídas, limitando-se a verificar a atuação cotidiana da Câmara como órgão administrativo e judicial, recolhendo evidências que possam

³⁵ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas, 2002, p. 342.

³⁶ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**: Negócios e Poderes em São Paulo Colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda, 2010, p. 298-9.

³⁷ Ao analisar a elaboração do bandeirante como símbolo paulista, Katia Maria Abud assinala que as famílias tradicionais de São Paulo foram sendo afastadas dos ofícios da Câmara na segunda metade do século XVIII, buscando na afirmação e celebração da tradição um meio de conter o declínio e a perda de espaço frente aos adventícios. Vide: **O sangue intímido e as nobilíssimas tradições**: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP, São Paulo, 1985, p. 85-6. Convém, porém, assinalar que segundo parte da historiografia os comerciantes portugueses em ascensão encontraram uma elite sedimentada e entrenchada nos redutos de poder, predominando a sua assimilação por meio de “uma política racional de casamentos” e das “mediações possíveis da esfera do patrimonialismo”. Deste modo é possível inferir, segundo esta perspectiva, que não se tratava propriamente de um conflito entre adventícios e as famílias tradicionais, mas de uma tensão no seio do grupo dominante decorrente da busca dos símbolos de prestígio sem correlação imediata com a origem. Ver: BLAJ, Ilana. **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII**: o processo de sedimentação da elite paulistana. Revista Brasileira de História, São Paulo: v. 18, n. 36, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de outubro de 2017.

contribuir para a compreensão do papel desempenhado no meio social em que estavam inseridas. Assim, a partir delas, pretende-se retomar a análise dos processos anunciados, confirmando, ou não, os vínculos já referidos, tentando estabelecer novas relações, tendo como linha norteadora o movimento de institucionalização pelo qual um grande número de vilas foi criado entre 1767 e 1797.

Em termos mais concretos, o exame da vida institucional local deverá ser confrontado com algumas questões relacionadas às atribuições da Câmara, as quais servirão como parâmetro ao trato das fontes primárias. Algumas destas indagações emergem diretamente do debate acerca da elevação de Atibaia a vila; outras serão buscadas na historiografia que aborda ou tangencia o papel das Câmaras no universo colonial. Das possíveis respostas serão extraídas as evidências necessárias a eventuais formulações.

Na controvérsia desencadeada com o envio do requerimento ao rei pelos camaristas de São Paulo e submetido ao exame do Conselho Ultramarino, algumas atribuições da Câmara foram debatidas. Uma delas foi a maior facilidade de coibir as transgressões ou “insultos que se faziam” à justiça, o que seria alcançado pela criação da vila, conforme argumentavam seus defensores, enquanto para os críticos da proposta nenhuma contribuição era vislumbrada, pois a escassez de recursos a faria inoperante. A discussão aponta para a efetividade dos mecanismos institucionais desempenhados pela Câmara e em que medida ela era responsável pelo controle social.

Outro ponto debatido pelos apoiadores e contestadores da proposta foi acerca da pobreza e indigência que, supostamente, assolava a capitania, incapacitando a nova vila de suportar as despesas com a cadeia, os oficiais remunerados e a “procissão do corpo de Deus”. Tal circunstância remete ao volume da produção agrícola e do comércio desenvolvidos na freguesia, já que a ausência de circulação de bens e mercadorias não geraria rendas, tampouco a necessidade de exercício de fiscalização ou de organização do comércio pela Câmara, estabelecendo uma relação entre o nível de atividade econômica e a necessidade de institucionalização.

Das conjecturas sobre a criação da vila de Atibaia colhidas nos memorialistas, ainda emergem como questões a integração das elites à Câmara e o significado deste enquadramento institucional, considerando, especialmente, a tensão entre os interesses locais e os desígnios da Coroa, estes últimos mediados pela atuação de seus agentes nas diferentes esferas de governo colonial, tema amplamente debatido pela historiografia.

A escolha de uma vila e os documentos produzidos por suas instituições como objeto de estudo revelam a preferência por uma proposta metodológica que privilegie as relações

interpessoais e que, a partir delas, identifique os conceitos e possibilidades operativas, tecendo ligações e correspondências, bem como buscando inscrever o estudo no contexto das análises historiográficas sobre a administração colonial e o papel desempenhado pelas Câmaras nela³⁸.

Assente nesta proposta, a base documental será composta predominantemente por fontes primárias e manuscritas, resultantes da atividade institucional desempenhada pela Câmara da vila de Atibaia, eleita como mais apropriada para sediar a análise devido às tensões que cercaram sua elevação, bem como pela conservação de um grande número de autos cíveis que por ela foram julgados.

A atuação da Câmara pode ser dividida em duas vertentes básicas em função dos documentos produzidos: uma predominantemente jurisdicional e outra abrangendo o restante das matérias, cujos assuntos poderíamos intitular de burocráticos, na falta de um termo mais apropriado. A maioria dos estudos empreendidos na linha institucional sobre a vila, posteriormente cidade de São Paulo, costuma se concentrar nos Livros de Registro de Atas da Câmara e no Livro de Registro Geral, os quais já foram transcritos e publicados. Já os de natureza judicial permanecem ainda pouco examinados, exceção feita aos inventários e testamentos, modalidade de autos cíveis que também mereceram mais atenção em outras abordagens historiográficas, de forma que foram publicados em série.

Entre os documentos produzidos pelo braço jurisdicional da Câmara, a preferência pelos autos crime é marcante, muito embora seu estudo normalmente não se refira ao exercício da justiça, mas às transgressões como meio de revelar aspectos da sociedade colonial. Os autos cíveis, por sua vez, receberam pouca atenção da historiografia, especialmente no tocante a sua vinculação à atuação da Câmara enquanto órgão jurisdicional.

Um estudo ambicioso sobre a Câmara deve buscar contemplar ambos os conjuntos documentais. A ênfase recairá sobre os de natureza judicial já que, em relação aos tidos como “burocráticos”, a investigação poderá se socorrer de outros trabalhos que utilizaram os Livros de Registros da Câmara da Cidade de São Paulo e de outras vilas e cidades coloniais, dos quais se buscará elementos para compor o quadro lacunoso constituído pela ausência de fontes desta natureza para a maioria das vilas da Capitania de São Paulo.

Na composição do acervo documental da pesquisa logrou-se encontrar o Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia (LRACAt), mas não o livro de registro geral. Cabe ressaltar que não eram os únicos que documentavam a atividade institucional, havendo menções

³⁸ GRENDI, Edoardo. “Microanálise e história social”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 35.

nos termos de vereança a inúmeras outras modalidades, podendo ser enumeradas as seguintes: livro de receitas, de despesas, de mandados, de licenças, da arrecadação, das arrematações, de querelas, dos subsídios literários, dos subsídios das aguardentes, os livros dos órfãos, da almotaçaria, das ordens reais e das eleições. Ressalte-se que em um termo de vereança é mencionada a apresentação de dezesseis livros da Câmara ao Ouvidor para fiscalização e rubrica³⁹.

O Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia é composto de dois volumes, abrangendo o período compreendido entre 1770 e 1794 e, por meio dele, pretende-se apurar as sucessivas composições da Câmara, bem como identificar os temas abordados. Uma análise prévia deste documento mostra que se trata de súmulas das reuniões normalmente semanais dos camaristas e que, muitas vezes, os assentamentos eram bastante resumidos, limitando-se a acusar o recebimento de uma ordem ou correspondência, sem indicar o conteúdo. Entretanto, alguns assuntos recebiam uma descrição mais pormenorizada, de modo que é possível verificar os tópicos mais relevantes.

O exame dos autos cíveis permitirá a compreensão dos aspectos mais conflituosos desta sociedade, enquanto os criminais revelarão os desvios e se havia meios efetivos de controle e punição.

Essencial será a identificação dos camaristas e daqueles sujeitos às medidas por eles adotadas, em especial os que se serviam da justiça local ou por ela eram alcançados, tentando estabelecer quais suas ocupações, riqueza e prestígio no âmbito local. Para tanto, os autos judiciais e atas da Câmara deverão ser complementados por outras fontes, tais como as listas nominativas e nobiliarquias.

A maioria das fontes se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo, constando as seguintes classificações: autos cíveis, autos cíveis datados, autos cíveis Sorocaba e autos cíveis Atibaia (ACA), os dois últimos também datados. Há também correspondências da Câmara de Atibaia com outras autoridades da capitania e documentos avulsos, como ofícios e requerimentos, além do fragmento de um dos livros do tabelião de notas.

Os autos cíveis de Atibaia são a coleção mais completa para conhecimento da atividade judicial local. Para o período compreendido entre 1700 e 1799 foram contabilizados 2.373 documentos, materializando ações de “assignação” de dez dias, de juramento de alma, de notificação, justificação, execuções, embargos, devassas, autos de livramento crime e outros menos frequentes. Cada modalidade de ação tem uma finalidade, as mais comuns eram as de

³⁹ Termo de vereança e posse ao novo Tabelião o Capitão José Antonio da Silva Coelho, LRACAt de 28 de setembro de 1789.

cobrança de créditos, bem como as de defesa da propriedade fundiária e de seu aproveitamento. As ações de natureza criminal figuram em menor quantidade, a maioria composta por devassas.

Nas classificações autos cíveis e autos cíveis datados encontram-se documentos normalmente em pior estado, oriundos na maioria das vezes do Juízo Ordinário da Cidade de São Paulo, enquanto nos datados há também um grande número de ações que chegaram à alçada judicial do Ouvidor e Corregedor da Comarca. Tais documentos são importantes como meio de comparação entre a atividade judicial desenvolvida em Atibaia e em outras vilas da Capitania, já que muitas das ações oriundas delas alcançavam a Ouvidoria por meio de recurso.

No acervo do Museu Municipal João Batista Conti (MMJBC), em Atibaia, foram encontrados o Livro de Registro de Atas da Câmara (LRACat) e também um Livro de Registro do Juízo de Órfãos. Outros registros relevantes para a pesquisa constam na coleção de documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo (DIHCSP)⁴⁰ e nos arquivos do Conselho Ultramarino.

Nas referências diretas às fontes manuscritas examinadas, optou-se pela atualização da escrita, conservando apenas os termos essenciais sem correspondência com a ortografia atual, bem como aqueles que eventual alteração implicaria em desvirtuamento do sentido original. Por outro lado, não foram feitas alterações sintáticas, preservando-se a pontuação original. Da mesma forma, os termos iniciados com letra maiúscula foram mantidos de acordo com a redação dos documentos, o que também nem sempre corresponde às convenções atuais. Por fim, não se fizeram mudanças quando o excerto foi extraído de fontes impressas.

Entre as fontes impressas, a maior parte da literatura jurídica disponível para consulta foi produzida ao longo do século XIX, o que justifica o emprego destas fontes ao longo da exposição. Entretanto, cabe ressaltar que as normas que vigoravam durante o período examinado persistiram, mesmo com a independência, chegando a alcançar o século XX, como no caso do Livro IV das Ordenações Filipinas, o qual somente foi revogado com o Código Civil de 1916⁴¹. Neste aspecto, ademais, considerando a longa vigência das Ordenações Filipinas e

⁴⁰ **Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo (DIHCSP)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1894-1990, 95 v.

⁴¹ Conceição Aparecida Barbosa destaca a permanência de nomes e procedimentos das Ordenações Portuguesas na legislação processual civil brasileira, esclarecendo que vocábulos referentes a ordem do juízo, como por exemplo: citação, petição, contestação, reconvenção e execução ainda se mantêm, conservando boa parte de seu conteúdo original, ainda que acompanhando a “permanente reconstrução da ciência jurídica”, cf.: **Termos e conceitos da Ordem do Juízo nas Ordenações do Reino**: permanências e mudanças. 2012. 213 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 203-207, *passim*.

por não haver necessidade de recorrer às compilações legais que a precederam, utilizou-se tão somente o termo Ordenações para tratar desta fonte⁴².

As principais fontes utilizadas na pesquisa foram as produzidas pela Câmara e constituem uma resposta do órgão municipal a estímulos da sociedade local. As atas são um resumo do que pode se chamar de “administração” da vila, supostamente compreendendo uma atuação institucional em benefício do que seja o interesse da coletividade. Por outro lado, a documentação de natureza judicial, mais precisamente na esfera cível, retrata os conflitos decorrentes das relações patrimoniais interpessoais e a intervenção do juízo ordinário no sentido de equacioná-los. As diferentes modalidades de autos cíveis têm, em regra, a finalidade de proteção de algum bem material, principalmente o crédito e a terra.

Os conflitos e fatores que suscitaram a participação da câmara em suas duas vertentes de atuação podem ser qualificados e quantificados de acordo com os tipos documentais que os materializam, recebendo, inclusive, um tratamento serial, caso se mostre relevante. Entretanto, além de constituírem apenas um recorte daquela realidade, mediado pelas lentes daqueles que os redigiram, precisam ser analisados e valorados em conformidade com os parâmetros eleitos como guias da pesquisa.

Deve-se, portanto, ter em conta a própria influência dos responsáveis pela escrituração ao lavrarem os documentos que encartam os processos e ao preencherem os livros. Durante uma vereança, são selecionadas as matérias tidas como relevantes, uma vez que no curso de uma reunião dos oficiais da câmara nem todos os assuntos tratados são relatados nas atas. Deste modo, tem-se que os assuntos supostamente mais importantes, ainda que sob a ótica do escrivão camarário, são efetivamente consubstanciados nos documentos, o que mitiga a liberdade de registrar o que bem entender, mesmo porque há a necessidade de assinatura do juiz presidente, vereadores e procurador do concelho. Em relação aos processos, a redação dos documentos está associada a uma técnica judicial, por vezes entremeada de formalidades, havendo, por conseguinte, alguns limites ao subjetivismo do tabelião.

No que tange aos critérios de análise, especialmente das quantidades, há de se levar em conta, quando possível, a comparação no mesmo conjunto do qual faz parte o documento. Assim, as atas da câmara foram separadas de acordo com os assuntos tratados, como, por exemplo, os referentes aos ofícios camarários e à organização do espaço urbano. A importância

⁴² O texto das Ordenações Filipinas que serviu como referência foi o organizado e comentado por Cândido Mendes de Almeida, publicado originalmente em 1870 pela Typographia do Instituto Philomathico e reeditado mais recentemente, cf.: ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado D’el-Rei D.Philipe I.** Coimbra: Calouste Gulbenkian, 1985, 3v.

de cada uma das matérias naturalmente foi dada pelo peso que ostentava em seu grupo. O mesmo pode se dizer em relação aos conflitos espelhados nos autos cíveis, de modo que, ao se afirmar, por exemplo, a existência de um número relativamente modesto de ações de cobrança decorrentes de empréstimos não saldados, está sendo considerada como referência a quantidade de ocorrências das demais modalidades de dívidas cobradas em juízo.

Similarmente, é possível uma comparação de valor entre os bens tratados nos autos cíveis. Neste caso, porém, há algumas limitações. Ao avaliar os objetos, um número de variáveis maior ou menor influencia a sua precificação, e nem sempre permite chegar a um valor médio. Os escravos, de acordo com sexo, idade, origem, destreza, entre outras circunstâncias, possuem um preço diferenciado. Assim, seria necessário um número significativo, bem como o conhecimento das características de cada um que foi negociado, mas o conjunto não foi suficientemente numeroso para permitir que se chegasse ao preço médio de um cativo adulto do sexo masculino. Já em relação aos cavalos, potros e éguas, além da enorme quantidade de registros documentais, houve fatores que tornaram o conjunto mais uniforme, visto que a maioria das negociações envolveram animais jovens trazidos das regiões meridionais. Deste modo, com preços mais regulares, o cavalo representou um padrão monetário razoavelmente seguro, permitindo a comparação com outros bens com mais variáveis na formação do seu valor ou com números de ocorrências restritos.

Nem todos os fatores importantes à pesquisa podem ser valorados em termos apenas numéricos ou comparativos. A quantidade de processos é aparentemente elevada, podendo ser ainda maior, diante do extravio de parte dos documentos. Contudo, é necessário ter cautela, tomando o grande número de ações apenas como fator indicativo de uma atividade corriqueira.

Em 1790 foram computadas na lista nominativa de Atibaia (LN), incluindo suas freguesias, aproximadamente 2000 “fogos” ou famílias, abrangendo cerca de 11.000 pessoas. Em média, foram distribuídos 82,5 processos por ano. Como cada ação tinha, em regra, pelo menos um autor e um réu, teríamos, aproximadamente, 165 partes envolvidas anualmente no juízo ordinário. Deste modo, 8,25% das unidades domésticas anualmente demandavam ou eram demandadas em juízo, ou então 1,5% da população. Estes números são significativos? Aparentemente sim, caso seja considerada cada unidade doméstica como demandante, enquanto a resposta pode ser negativa, se o número de partes for diluído entre a população total.

Frente à ausência de padrões de litigiosidade e de sua distribuição na sociedade, outros critérios que não sejam meramente estatísticos devem ser estabelecidos ou extraídos da documentação para se somar ao simples número de processos. Tudo com a finalidade de apurar a relevância das atividades institucionais.

A verificação do perfil dos autores e réus, bem como da natureza das ações, podem então se aliar ao número de processos no sentido de aferir quem potencialmente se servia da justiça local.

Dentro dos parâmetros expostos, a compreensão das atividades institucionais no âmbito da vila e das pessoas que participavam dela ativa e passivamente revelará a densidade social do governo e da justiça local, assim como se a Câmara, além da representação frente a outras autoridades coloniais, desempenhava concomitantemente um importante papel de exercício e legitimação do poder na comunidade local.

Desenhado por meio da documentação o grau de eficácia dos instrumentos oferecidos pela Câmara, bem como seus sentidos de atuação, será igualmente importante analisar se sua manipulação tinha um sentido apenas unidirecional. Ou seja, se as lideranças locais convertidas em camaristas somente sofisticaram seus meios de exercício de autoridade ou se havia a possibilidade da população em geral se valer dos referidos instrumentos para exercer seus direitos. Dotando-os, desta forma, de um sentido bidirecional, capaz de possibilitar o aparecimento de um governo da comunidade local baseado nos meios institucionais oficiais.

Procurou-se traçar objetivos amplos, dos quais se almeja colher apenas evidências e não conclusões seguras que permitam estabelecer relações precisas ou conceitos. No entanto, independentemente da consistência dos resultados, pretende-se confrontá-los com o debate estabelecido em função da elevação de Atibaia, cuja finalidade não será apresentar exatamente o motivo principal de tal medida, mas vincular as constatações, em um primeiro momento, ao movimento de institucionalização experimentado pela Capitania de São Paulo nos últimos trinta anos do século XVIII, caracterizado pelo elevado número de vilas criadas. E, em seguida, atrelá-las aos processos mais amplos de transformação que ocorriam na Capitania de São Paulo e na estruturação do Império lusitano no mesmo período.

2. GOVERNO

2.1 *Pilar do império*

A criação de uma vila, além de representar um estágio de institucionalização de um núcleo populacional no período colonial, também era um elemento estruturante da administração no contexto do Império português, já que a câmara recém-formada passava a exercer o governo no plano local, por atribuição do rei.

Em uma abordagem comparativa, Russel Wood (1979) destaca que Portugal, Espanha e Inglaterra transplantaram suas instituições municipais para suas colônias, destacando que a Câmara, o “*Cabildo*” e o “*Board of Selectmen*” eram “as formas de governo adotadas pelos poderes soberanos nos respectivos impérios para a administração local nas colônias americanas”, sendo muito semelhantes no tocante ao desempenho de suas atribuições⁴³.

Segundo uma perspectiva imperial, portanto, as câmaras eram um dos segmentos que representavam o governo em nome da coroa e, conjuntamente com a paróquia, as ordenanças e as irmandades religiosas, formavam a base das instituições portuguesas em cada localidade.

Conforme o período estudado, variavam os níveis de articulação das câmaras com instituições administrativas mais amplas da monarquia, tal como o governo geral e os demais órgãos instituídos para promover a colonização. Estes tiveram seu próprio curso histórico, assim como a política da coroa para a América portuguesa, que passou da delegação do empreendimento colonizador, por meio das capitanias hereditárias, à intervenção mais acentuada a partir do século XVIII.

Os primeiros estudos sobre a administração no período colonial se preocuparam mais com a descrição do aparato burocrático enumerando as funções da câmara e anotando, muitas vezes, seu caráter oligárquico e autônomo em relação ao governo central⁴⁴.

Valendo-se de uma linha interpretativa cujo objetivo principal era o de estabelecer um sentido para a colonização, Caio Prado Jr. (1973) não se detém muito nas câmaras, limitando-se a descrevê-las como delegadas do poder real⁴⁵. O autor ainda observa, no que concerne à

⁴³ RUSSEL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural”. Trad. Nicolau Sevcenko e Ana Maria Lane. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 50, n. 109, jan. mar. 1979.

⁴⁴ Como exemplos, podemos citar: FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1922 e GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

⁴⁵ “embora as Câmaras tenham uma característica especial que se revela sobretudo no fato de possuírem patrimônio e finanças próprias, e estarem revestidas de uma personalidade jurídica, o que não se encontra nos demais órgãos

atuação da magistratura local, uma complexidade caótica de funções e competências, associada à falta de clareza das leis, tendo como resultado “uma monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática”. Alertando, porém, para a necessidade de um exame crítico, pois a atuação destes órgãos obedecia a uma racionalidade própria, diversa da atual⁴⁶.

Embora não tenha uma preocupação específica com a administração, concentrando sua análise na constituição de um povo ou nação brasileira, Oliveira Viana (1956) realça a autonomia periférica, assinalando que o particularismo suplantou a autoridade de um governo geral, pulverizado que ficou frente a um “conjunto heteróclito e incoerente de governículos locais, possuindo todas as condições de autoridades soberanas”⁴⁷. Nuno Gonçalo Monteiro (1993) realça a mesma tendência em afirmar a autonomia local e a constituição de um governo oligárquico e despótico nos estudos clássicos voltados para os municípios portugueses⁴⁸.

Em sentido oposto, mas pensando especificamente na constituição do Estado e dos que o controlam, Raimundo Faoro (1897) sustentou que a autonomia concedida às câmaras nos princípio da colonização foi apenas transitória, cessando com o peso do centralismo de viés absolutista, estabelecido com a restauração do trono português e coroação de D. João IV (1640-1656), após o fim da União Ibérica⁴⁹.

Referências para os estudos de temas ligados à administração colonial, Caio Prado e Raimundo Faoro são, frequentemente, recuperados nas abordagens de outros autores. Laura de Mello e Souza (2006) sustenta que ambas as interpretações eram viáveis no contexto das Minas Gerais do século XVIII⁵⁰, realçando, em outra oportunidade, a importância de Raimundo Faoro ao fornecer uma alternativa analítica para a compreensão do Brasil e de suas elites⁵¹. Maria de Fátima Gouvêa (1998) enfatiza que, graças ao caráter ambíguo e intrincado assinalado por Caio Prado, a administração colonial era capaz de harmonizar diferentes interesses de partes e grupos

de administração colonial, elas funcionam como verdadeiros departamentos do Governo geral, e entram normalmente na organização e hierarquia administrativa dele”. PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 318-319.

⁴⁶ Idem, p. 333.

⁴⁷ VIANA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 216-217.

⁴⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Os concelhos e as comunidades”. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993, v.4. p. 269.

⁴⁹ FAORO, op. cit. p. 169.

⁵⁰ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 139.

⁵¹ Idem. **O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 33.

situados em pontos e esferas distintas do Império português, sem comprometer sua construção e continuidade⁵².

Um capítulo dos estudos sobre a administração colonial foi escrito por autores estrangeiros, como Stuart B. Schwartz (1979), que analisou a instalação do Tribunal da Relação da Bahia e a atuação de seus desembargadores, verificando como se articularam a setores da elite local, unindo, em certa medida, os interesses deles aos seus, sem, contudo, negligenciar completamente o papel institucional de agentes do governo central⁵³. Mais precisamente sobre as Câmaras, Charles Boxer (2002) chamou a atenção para sua importância para a moldagem, unidade e estabilidade do império luso⁵⁴, enquanto Russel Wood (1979) abordou a relação estabelecida entre a câmara e os órgãos satélites da infraestrutura do governo local, assinalando que o “governo local muitas vezes constituiu o primeiro passo no sentido de impor a lei da Coroa a uma vasta extensão de terras”⁵⁵.

Das abordagens mais generalistas, seguiram novas análises enfocando as câmaras de cidades como Rio de Janeiro, Vila Rica e São Paulo, entre outras. Tais trabalhos vêm contribuindo para aumentar o conhecimento acerca das práticas e dinâmicas de governo na base da estrutura imperial portuguesa⁵⁶.

Concomitantemente a estas pesquisas vem se desenvolvendo a ideia de monarquia “pluricontinental”, segundo a qual a estruturação do império português se alicerçou em dois conceitos: o de monarquia e o de autogoverno das comunidades, realçando em relação a este

⁵² GOUVÊA, Maria de Fátima da Silva. “Redes de poder na América Portuguesa. O caso do Senado da Câmara do Rio de Janeiro 1790 – 1822”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 24 de novembro de 2013.

⁵³ SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 288-295.

⁵⁴ BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁵⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural**. Trad. Nicolau Sevcenko e Ana Maria Lane. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 50, n. 109, jan. mar. 1979, p. 74.

⁵⁶ Como exemplos destes estudos, convém destacar o de Fernanda Bicalho para a cidade do Rio de Janeiro, no qual analisa a relação dos camaristas com os agentes da coroa acerca da distribuição dos espaços urbanos, das práticas políticas e das representações ao monarca, ver: **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Outra pesquisa, realizada por Maria Santana da Silva, verificou a atuação do Senado da Câmara de Vila Rica no período compreendido entre 1760 e 1808, cf.: **Poderes Locais em Minas Gerais Setecentistas: A Representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)**. 2003. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. O papel da Câmara de São Paulo no âmbito do jogo político em que participava conjuntamente com outras esferas governamentais no período do governo do Morgado de Mateus foi objeto do estudo de Lilian Lisboa Miranda: **Governança e edilidade em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo, 2002. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002. As citações poderiam prosseguir, ampliando o número de localidades examinadas, mas parte dos estudos a que se aludiu juntamente com os ainda não mencionados serão oportunamente retomados, buscando-se, por ora, apenas verificar algumas das tendências teóricas que os inspiraram.

último, a necessidade de “olhar com cuidado o estudo do governo das gentes nos concelhos camarários”⁵⁷. Consoante tal concepção:

(...) a Câmara cuidava do bem comum, dos assuntos do dia a dia, cabendo à Coroa defender e dirimir conflitos na monarquia. A hipótese de conexão e complementaridade entre tais conceitos, especialmente para a América lusa, parece-me essencial, pois evita confundir poder local com localismo. Ao mesmo tempo, no momento em que a Coroa conferia autonomia aos conselhos e assegurava a legitimidade das normas locais e de uma hierarquia social costumeira, possibilitava a fluidez da vida nas comunidades lusas espalhadas pelos vários cantos do planeta. Aquele autogoverno dos conselhos dava um aparato institucional a uma monarquia que convivia, por se espalhar pelo mundo, com diversas realidades culturais e sociais. Ou ainda: aquele autogoverno permitia à monarquia resolver os problemas comuns aos impérios ultramarinos e multiculturais⁵⁸.

A monarquia “pluricontinental” apresentava-se como polissinodal e corporativa, sendo permeada por uma tradição escolástica, em que as práticas de autogoverno eram lastreadas no pensamento cristão e na disciplina social por ele inspirada⁵⁹.

O sistema “corporativo” correspondia a um arranjo no qual o poder emanava de vários círculos autônomos, como, por exemplo, as famílias, corporações, vilas, senhorios e a própria monarquia. Inspirando-se na escolástica medieval, a sociedade era concebida como um corpo, cuja vitalidade resultava do funcionamento harmônico de suas partes, cada qual dotada de autonomia, todavia limitada pela articulação com o todo. Deste modo, tal como nos seres vivos, cada órgão componente tinha sua finalidade, sendo naturalmente desiguais entre si, mas mutuamente dependentes. A cabeça, centralidade do sistema, era representada pelo rei, incumbindo-lhe garantir a harmonia entre as partes. Tratava-se de uma forma hierarquizada e desigual, mas, sobretudo, não individualista de organização da sociedade⁶⁰.

A estrutura “polissinodal” se referia, especificamente, à prática governativa imperante até fins do século XVIII, exercida por um conjunto pouco escalonado de aparatos estatais, tais como tribunais, conselhos e juntas, os quais formavam uma constelação de organismos em torno do rei para assessorá-lo em suas decisões, concorrendo na defesa de suas atribuições e na obtenção de favores e prestígio⁶¹.

⁵⁷ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 14, n. 27, 2009, p. 44.

⁵⁸ FRAGOSO, João. “Introdução”. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Org.). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012, p. 9.

⁵⁹ Idem, p. 9.

⁶⁰ HESPANHA, António Manuel. **História das Instituições: época medieval e moderna**. Coimbra: Almedina, 1982, p. 206-211.

⁶¹ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político Portugal, Séc. XVII**. Almedina: Coimbra, 1994, p. 287.

Outro aspecto que individualizava a monarquia pluricontinental eram as relações pessoais entre o rei e os seus súditos, regidas pela “economia do dom”, na qual os serviços prestados à coroa eram remunerados por meio da concessão de benefícios, patentes e privilégios, articulando e criando meios de reprodução de um corpo administrativo ultramarino, que reforçava “os laços de dependência/vassalagem” e o sentimento de pertencimento “a uma arquitetura política que ultrapassava a freguesia, o município e se confundia com a própria monarquia”⁶².

Enfatizando a importância da articulação entre as estruturas administrativas do Império, definiu-se um campo de pesquisa no qual as instituições municipais passaram a ser valorizadas e estudadas no âmbito das relações entre “poder local e a coroa”. Enquanto isso, outra vertente privilegiou a análise da câmara “no interior da sociedade colonial e seu papel na configuração das hierarquias sociais locais”⁶³.

A consolidação da “monarquia pluricontinental”, como referencial analítico, deriva de um debate acadêmico que buscou nas características do “Antigo Regime”, já parcialmente esboçadas nas linhas anteriores, a chave interpretativa para a compreensão das relações estabelecidas no interior do Império português, tratando-se de ideias debatidas por historiadores portugueses e brasileiros que formaram um grupo intitulado “Antigo Regime nos Trópicos”, sustentando, justamente, o desdobramento desses traços característicos para a América Portuguesa⁶⁴.

Dialogando com a concepção até aqui exposta, Laura Mello e Souza (2006) questiona o conteúdo e alcance da acepção, “Antigo Regime”. Dessa forma, considerando-a insuficiente para uma compreensão das variadas formas que o Estado assumiu no período moderno, assinala que “a pouca atenção dada à especificidade dos diferentes contextos imperiais” constitui o “calcanhar de Aquiles” da proposição. Isto permite o desenvolvimento de um conjunto de argumentos para concluir que a peculiaridade da sociedade formada na América Portuguesa não decorre da simples absorção dos traços referentes ao “Antigo Regime”, mas na sua

⁶² Idem, , p. 10.

⁶³ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**: séculos XVI-XVIII. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2012, p. 16.

⁶⁴ FRAGOSO, João. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental**: notas de um ensaio. Revista História – São Paulo: UNESP, vol. 31, nº 2, Dez 2012, p.106-145. Os debates ligados ao grupo de estudos resultaram na edição de um livro, havendo um capítulo dedicado à discussão de algumas asserções comuns às análises sobre a administração e governo no Brasil colonial. Cf.: HESPANHA, António Manuel. **A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: A dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

“recriação perversa” alicerçada no trabalho compulsório, sendo a escravidão um elemento “estrutural e não institucional” capaz de lhe conferir uma feição própria⁶⁵.

Por ora, cabe apenas registrar o debate cristalizando alguns dos seus pontos, já que as diversas contribuições decorrentes dele ainda não podem ser contabilizadas, mas serão, oportunamente, invocadas para que sejam aproveitadas no exame das fontes primárias a que se propõe a pesquisa.

Um aspecto que deve ser realçado é a dificuldade de delinear o papel da câmara nestas diferentes abordagens a partir das fontes primárias, já que o órgão estudado desempenhava múltiplas funções institucionais no plano local, havendo ainda marcantes diferenças regionais, levando-se em conta que cidades como Rio de Janeiro e Salvador possuem pesos econômicos diferentes das vilas dedicadas ao abastecimento interno, tendo as primeiras um protagonismo no contexto do Império português.

As atividades camarárias, por outro lado, são desenvolvidas em dois ramos, o de “governo” e o de “justiça”. Cada qual com dinâmica própria e, muito embora desempenhados em parte pelos mesmos oficiais, são extremamente complexos e multifacetados em suas exteriorizações por meio da documentação produzida.

No plano dito de “governo” destaca-se a atuação dos juízes, vereadores e do procurador na forma colegiada, precipuamente como um órgão de deliberação em assembleia, e a atuação individual do procurador do concelho⁶⁶, somando-se ainda a do almotacé, que não participava das reuniões com os demais oficiais, mas era responsável pela fiscalização da disciplina, das posturas e determinações do município, circunstância que repercute no corpo documental abordado.

As resoluções por meio dos termos de vereança são a modalidade documental mais prestigiada nos estudos sobre a câmara. As demais fontes documentais não recebem, em regra, a mesma abordagem sistemática nas análises que vêm buscando delinear o exercício do poder local. Porém, dependendo do viés observado, outros registros devem ser considerados, bem como a atuação de outros oficiais, como o tabelião, que desempenha importante atribuição por meio da escrituração dos atos notariais e cujo estabelecimento do ofício no âmbito local também está adstrito à constituição de uma vila.

⁶⁵ SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a sombra**. op. cit., p. 27-78 e **Política e Administração colonial**: problemas e perspectivas. In: BICALHO, Maria Fernanda e FURTADO, Junia Ferreira (Org.). **O governo dos povos**: Alameda, 2009, p. 63-91. Uma réplica aos apontamentos feitos pode ser encontrada em: HESPANHA, António Manuel. **Depois do Leviathan**. Almanack Brasiliense. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, n. 5, ano 2007.

⁶⁶ Concelho grafado com “s” é o termo utilizado como sinônimo de Câmara, segundo Bluteau equivale a “câmara de vila; terras do concelho; do Termo da Vila; paços do concelho, casa da câmara”.

Assim, além das atas, outros livros auxiliam a compreensão da atuação da câmara. Especificamente para o espaço urbano, Magnus Roberto de Mello Pereira (2001) assinala que a atividade do almotacé materializa a capacidade da câmara de se autogerir, pois enquanto as eleições de seus juízes fizeram com que os municípios da época medieval surgissem como “comunidade política”, a escolha do almotacé os transformou em “comunidade administrativa autônoma”⁶⁷.

Após traçar o percurso histórico da almotaçaria – desde suas origens nas cidades muçulmanas, migrando suas atribuições do poder central para o local, enfatizando tratar-se de uma “instituição mais do que milenar” e que chegou a concentrar, em seu feixe de atribuições, “as principais agendas do viver urbano”, definidas como a sanitária, a construtiva e a do mercado – o autor esclarece que parte das funções desempenhadas passou para a esfera de atribuição dos vereadores. Porém, a base da atuação se manteve igual, mesmo nas colônias, assim como a nomenclatura do cargo⁶⁸.

Embora os vereadores tenham absorvido parte das funções típicas do almotacé, incumbindo-lhes a elaboração das posturas municipais, ele continuou sendo a baliza do município no campo da fiscalização e, conseqüentemente, conservando sua relevância na avaliação da intervenção da câmara no espaço urbano.

No mesmo sentido, poderia ser acrescentada a atuação do procurador, essencial para o entendimento das finanças públicas, pois sendo o responsável pelo pagamento dos oficiais remunerados, dos gastos efetuados pelas câmaras, assim como a cobrança de suas rendas, a análise de suas atividades por meio dos livros de receita e de despesa, bem como o de arrematação dos estancos e outros documentos afins, revelaria os níveis de riqueza, bem como a capacidade econômica das câmaras. Tal oficial também detinha a importante atribuição de controlar a utilização das áreas cedidas pela Câmara para edificações e, eventualmente, recuperá-las, quando não exercidos corretamente os direitos decorrentes da cessão ou aforamento.

O exercício poderia prosseguir, realçando a importância da câmara, ao instituir o tabelionato de notas para a documentação da comercialização de terras, de imóveis urbanos e demais atos de negócio. O objetivo, porém, é alertar para a pluralidade de caminhos abertos pela documentação e, ao mesmo tempo, o desafio não só de equacioná-la, mas também de

⁶⁷ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Humanitas, v. 21, n. 42, p. 365-395, 2001, p. 371.

⁶⁸ Idem. **A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna**. 1998. 582f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998, p. 538.

integrar a análise aos debates historiográficos, asseverando ainda que a câmara não era o único marco institucional local, existindo a igreja, os corpos militares e as irmandades religiosas, que também deitavam sua influência sobre a população local.

A impossibilidade de exame dos livros da almotaçaria, e de outros referentes à atuação individual dos demais oficiais certamente não inviabiliza a análise no campo denominado como “governo”, mesmo porque as deliberações em assembleia recobrem, ao menos em tese, os assuntos mais importantes e sensíveis, não se limitando apenas aos cidadãos, alcançando, por exemplo, as relações com outras autoridades (inclusive o rei), a conservação de caminhos, a arrecadação das rendas, entre outros.

Impende, porém, registrar as “ausências”: parte delas creditada à falta das demais fontes nos arquivos, parte às falhas inerentes ao próprio processo de escrituração das atas, que, muitas vezes, se mostram excessivamente lacônicas, conforme a técnica utilizada e a disposição do escrivão em relatar, pormenorizadamente ou não, os assuntos que foram discutidos pelos oficiais em vereança. Deste modo, os estudos comparados de outras câmaras, mesmo com as diferenças regionais, acabam proporcionando uma visão mais completa, suprimindo em parte as lacunas apontadas.

Da mesma forma, a priorização de uma análise mais ampla, compreendendo as atividades tidas como de “governo” e de “justiça”, não permite abarcar a totalidade das questões suscitadas em face das atribuições de um órgão tão complexo, quer pela natural impossibilidade de reunir uma documentação capaz de suportar tal análise, quer em razão da inviabilidade, em termos metodológicos, de fazer frente a todas estas questões. Isso também justifica a opção de tentar compreender o papel que a Câmara de Atibaia passou a exercer na sociedade, por meio de uma análise sistemática dos termos de vereança e dos fragmentos referentes aos ofícios expedidos e recebidos pelo órgão, comparando os resultados obtidos com os estudos feitos em outras localidades.

2.2 Em vereança, incorporados em corpo de procissão e em correição: o cotidiano administrativo

No dia 5 de novembro de 1769, após anos de embate, o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de São Paulo, Salvador Pereira da Silva, mandou lavrar o edital pelo qual a freguesia de Atibaia foi, efetivamente, elevada à condição de Vila, dando início aos atos concretos de formação da câmara.

No mesmo dia, foram também delimitados os limites territoriais da nova Vila, a qual incorporou, além da freguesia de Atibaia, as de Nazareth e Jaguari, todas, até então, pertencentes à cidade de São Paulo.

Havia, basicamente, duas delimitações no território que compunha um município: a sua área total era designada por “termo”, enquanto o “rocio” ou “rossio” correspondia, grosso modo, ao perímetro urbano, ambas deveriam ser estabelecidas no foral de criação da vila. Na colônia, porém, especialmente no Brasil, definiu-se nos forais dos donatários a extensão de seis léguas como sendo o “termo” das novas vilas, reduzindo para três léguas quando houvesse municípios próximos⁶⁹.

O foral era uma espécie de “constituição” dada às Vilas e também aos donatários, contendo as condições pelas quais se fazia a doação ou a formação do núcleo de povoamento⁷⁰.

O rossio compreendia as áreas qualificadas como urbanas, ainda que na maior parte delas se desenvolvessem atividades agrícolas, tratando-se mais de uma diferenciação legal, pois a Câmara podia, conforme estabelecido em seus forais, fazer doações e aforamentos destas terras, enquanto as rurais eram distribuídas por meio do regime de sesmarias. Somava-se, então, outra delimitação territorial de natureza judicial, a Comarca, que abrangia as vilas e cidades subordinadas a um Corregedor ou Ouvidor, enquanto as freguesias eram repartições eclesiásticas do território. No caso de Atibaia, utilizaram-se, como parâmetro para delimitação de seu termo, as áreas previamente estabelecidas como freguesias⁷¹. O levantamento do pelourinho ocorreu no dia seguinte, 06 de novembro de 1769, bem como foi escolhido um prédio para abrigar a câmara e a cadeia.

Os primeiros oficiais que compuseram o colegiado da Câmara de Atibaia foram nomeados diretamente pelo Ouvidor em 19 de fevereiro de 1770. Assim, os dois juízes ordinários, os três vereadores e o procurador do concelho, bem como o escrivão responsável pela escrituração das atas, fizeram seus juramentos e tomaram posse no dia 12 de março do mesmo ano.

⁶⁹ GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007, p. 116-117 e LEMOS, Carlos A. “Organização Urbana e Arquitetura em São Paulo dos Tempos Coloniais”. In: PORTA, Paula (Org.) **História da Cidade de São Paulo: a cidade colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 145-164. (História da Cidade de São Paulo I), p. 155.

⁷⁰ Segundo Marcello Caetano, o “foral é a carta que regula as relações entre o conjunto dos povoadores ou habitantes de certa área, cujas terras serão consideradas daí por diante propriedade plena dos membros da colectividade, e a Coroa ou senhor a que estas terras dantes pertenciam. A liberdade dos habitantes é garantida pela fixação das normas segundo as quais serão para o futuro exigíveis pelo senhor quaisquer prestações tributárias, devidas pelas pessoas, pelos actos que pratiquem ou pelos bens que possuam...” Cf.: **Estudos de História da Administração Pública Portuguesa**. S.l: Coimbra, 1994, p. 328.

⁷¹ Na documentação também aparece o termo distrito como sinônimo de freguesia, tratando-se, aparentemente, da designação civil correspondente à eclesiástica.

Para 1771 e 1772, por orientação do Ouvidor e Corregedor, os membros da Câmara de Atibaia foram escolhidos em eleições de barrete. Nos anos subsequentes, passaram a ser eleitos por “pelouros”. Nos “pelouros”, os oficiais eram escolhidos indiretamente pelos chamados “homens bons”⁷², os quais se reuniam para definir, por meio de escrutínio secreto, quem seriam os seis eleitores e estes, separados em três grupos de dois, indicavam os juízes, vereadores e procuradores que serviriam nos próximos três anos. As listas contendo os nomes das pessoas selecionadas por cada um dos grupos eram encerradas individualmente em bolas de cera e depois guardadas em um cofre. O cofre continha três fechaduras, e cada um dos vereadores ficava com uma chave para, no princípio de cada ano, procederem ao descerramento e à indicação dos oficiais eleitos⁷³.

As eleições de barrete eram reservadas para casos excepcionais, como impedimento, dispensa ou falecimento do oficial que saía nos “pelouros” e era feita diretamente pelos “homens bons” reunidos em assembleia.

As atas não descrevem pormenorizadamente como se davam as votações, elaboração dos róis e demais passos minuciosamente previstos nas Ordenações⁷⁴, relatando apenas as eleições e, depois, nos anos seguintes, que houve a abertura dos “pelouros”, indicando o nome dos escolhidos e instando-os a apresentar suas cartas de confirmação e a vir tomar posse.

Ressalte-se que um dos possíveis motivos da falta de detalhamento das atas se deve à forma de remuneração, pois diferentemente do oficial responsável pela escrituração judicial, cujo pagamento era proporcional ao volume escrito, o escrivão da câmara recebia um ordenado fixo, limitando-se a documentar, apenas, os fatos mais relevantes, sem um maior detalhamento, como se verá adiante quando se tratará dos requerimentos despachados.

O procedimento eleitoral ocorria de três em três anos, nas oitavas de natal e os oficiais eram chamados a tomar posse na primeira vereação de janeiro, quando se “abriam os pelouros”. No entanto, eram frequentes as extensões dos mandatos do ano anterior até que se fizessem eleições de barrete, pois muitos dos eleitos recorriam às dispensas do exercício do ofício conferidas pelo Ouvidor e Corregedor Geral e, por vezes, pelo Governador e Capitão General.

⁷² Eram considerados os mais notáveis e respeitados chefes de família de uma região, sendo que em fins da idade média a riqueza também passou a ter um papel fundamental na caracterização. Observa-se ainda que o prestígio e os requisitos de “honradez” para a qualificação como homem bom variavam conforme a importância da câmara, cf.: SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Iniciativas, s.d. Vol. II, p. 446 e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: UNESP, 2005, p. 148. A questão será oportunamente retomada, registrando-se apenas em caráter superficial quem podia participar da vida política.

⁷³ As Ordenações Filipinas, Livro I, títulos, LXV, LXVI e LXVII prescrevem de forma bastante minuciosa a forma de eleição dos juízes, vereadores e demais oficiais do concelho. Sobre o cofre e a entrega das chaves aos vereadores, conferir: LRACat de 02 de novembro de 1796.

⁷⁴ Ordenações Livro I, Título LXVII.

Entre 1773 e 1783, foram feitas 126 indicações de oficiais, tendo sido contabilizadas, no mesmo período, 74 dispensas, compreendendo na maior parte as pessoas cujos nomes “saíam nos pelouros” e, em alguns casos, os escolhidos em eleição de barrete para substituir os escusados, os quais também apresentavam suas dispensas. Assim, com certa frequência, a Câmara chegava a permanecer sem um quadro completo até fins de janeiro e, excepcionalmente, até meados de março, tanto que em algumas vereações os oficiais dos anos anteriores eram chamados a compor o colegiado⁷⁵.

Após a indicação, era necessário providenciar a “carta de usança”, documento que habilitava os oficiais para o exercício do ofício, expedido pelo Ouvidor e Corregedor Geral. O Procurador do Concelho efetuou o pagamento com as rendas da Câmara até 1778, quando se exigiu, inicialmente, aos juízes ordinários que pagassem pelas “usanças”, tendo sido determinado, em seguida, que todos oficiais, inclusive os do ano anterior, devolvessem os 16\$000 réis pagos anualmente com as rendas da Câmara para a confecção dos referidos papéis⁷⁶.

No ano de 1786, porém, observou-se uma ata em que foi determinado, novamente, ao procurador que efetuasse o pagamento das “usanças”, atendendo a vários reclamos dos oficiais que se viam ainda mais onerados com a necessidade de utilizar seus próprios recursos para exercer uma função que, muitas vezes, não desejavam⁷⁷.

Apesar dos juízes ordinários, vereadores e almotacé não receberem remuneração pelo exercício de seus ofícios, a Câmara efetuava o pagamento dos ordenados daqueles que os auxiliavam. Inicialmente, um único oficial era responsável pela escrituração dos atos notariais, judiciais e camarários, enquanto o porteiro do auditório também realizava funções de carcereiro. Contudo, aos poucos foi havendo uma maior especialização, designando-se um escrivão exclusivamente para a Câmara, o que cessou a acumulação de funções.

O pagamento dos ordenados do escrivão, alcaide, porteiro do auditório e carcereiro era feito normalmente em duas parcelas, uma no mês de janeiro e a outra em fins de novembro, começo de dezembro, mas houve registros de pagamentos feitos em outros meses, algumas vezes após requerimentos dos próprios oficiais. Por outro lado, as principais fontes de recursos

⁷⁵ Considerando que anualmente serviam dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador do concelho, entre 1773 e 1793 foram compostos 21 colegiados, havendo a necessidade de escolha de 42 juízes, 63 vereadores e 21 procuradores do concelho, totalizando 126 ofícios.

⁷⁶ LRACAt de 05 de abril de 1778, LRACAt de 28 de dezembro de 1778. Semelhante medida foi adotada em relação à Câmara de Porto Alegre, quando o Ouvidor proibiu o uso do tesouro do Concelho para pagamento das cartas de usança dos oficiais, cf.: COMISSOLI, Adriano. **Os “Homens Bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767 – 1808)**. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 171.

⁷⁷ LRACAt de 31 de dezembro de 1786.

da Câmara eram as rendas obtidas com a arrematação dos estancos da sede da Vila e das freguesias de Nazareth e Jaguari. Em fins de novembro e começo de dezembro eram publicados os editais convocando os interessados para participarem da concorrência, vencendo aquele que desse o maior lance.

O estanqueiro adquiria a exclusividade da venda “miúda”, ou a “retalho”, de alguns dos principais produtos consumidos na região, como o sal e a aguardente, e qualquer comerciante que desejasse vendê-los à população deveria contar com a autorização dele. As chamadas “fazendas secas, ou seja, tecidos, ferramentas e outros produtos mais duráveis, não eram compreendidos na proibição. Contribuindo também para as rendas da Câmara, mas com uma proporção menor, a arrematação das “aferições” e dos “subsídios das entradas das aguardentes” e do “corte da carne” era realizada na mesma época, muitas vezes conjuntamente.

O arrematante das aferições era responsável pela verificação dos pesos e medidas utilizados pelos vendeiros e taberneiros, os quais deviam submetê-los, periodicamente, ao exame do aferidor; do contrário, poderiam ter seus estabelecimentos interditados e receber multas do almotacé.

A introdução de aguardente na sede da vila e em suas freguesias devia pagar uma importância ao arrematante para que pudesse ser comercializada, enquanto a carne somente poderia ser vendida se o abate e preparo para o consumo fossem feitos por aquele que obteve os direitos do “açougue”, ou corte.

Os responsáveis pela aquisição dos direitos colocados em “praça”, assim como os valores, eram registrados no livro das arrematações. Os pagamentos eram feitos em “quartéis”, ou seja, a cada trimestre do ano seguinte. Alguns deles chegaram a ser registrados nas atas da câmara.

No princípio do ano, uma das primeiras tarefas dos oficiais empossados era tomar as contas do Procurador do Concelho do ano anterior, visto ser ele o responsável pelo pagamento das despesas e arrecadação das receitas, bem como pela escrituração das entradas e saídas⁷⁸.

Os oficiais eleitos também participavam de atividades externas, destacando-se as correições, as festividades e as procissões. A Câmara organizava quatro festas anuais: São

⁷⁸ A tomada de contas estava prevista nas Ordenações, Livro I, título, LXVI, parágrafo 3º. Note-se que também era feita uma devassa para apurar a conduta dos oficiais que serviram no ano anterior, as chamadas “janeirinhas”, mas apesar da natureza investigatória de tal procedimento, constituíam, em regra, uma mera formalidade; ouvia-se as trinta testemunhas exigidas pelas Ordenações sem que qualquer informação relevante fosse extraída. Nenhuma impugnação referente ao processo eleitoral era apresentada, assim como não havia nos depoimentos delações de práticas suspeitas ou a indicação de atos de corrupção.

Sebastião, Corpo de Deus, do Anjo Custódio e Nossa Senhora⁷⁹. Nas Ordenações constava que em cada ano, aos dois dias do mês de julho, se faria uma procissão “à honra da Visitação de Nossa Senhora” e, no mesmo mês, no terceiro domingo, outra em “comemoração do Anjo da Guarda”, as quais se “ordenarão e se farão com aquella festa e solenidade, com que se faz a do Corpo de Deos”⁸⁰.

Em algumas atas se fez alusão a atos religiosos e ao seu custeio, havendo um interessante trecho que realça a participação dos camaristas como representantes da instituição em tais ocasiões: “e sendo ai em auto de vereança para irem incorporados assistir a missa e acompanhar a dita procissão das bulas e acabada se recolheram incorporados e formados a esta casa de Câmara”⁸¹.

Da mesma forma, especialmente por ocasião da festa do corpo de Deus, frequentemente é mencionado o concurso da Câmara para o custeio da festividade, deliberando-se que o procurador do concelho efetuasse o pagamento das despesas realizadas⁸².

A participação da Câmara como “controladora” ou “financiadora” das principais festas é recorrente⁸³, não agindo isoladamente, havendo a necessária participação de outras instituições. A Igreja obviamente era uma delas, mas as Irmandades Religiosas⁸⁴ também interviam exercendo uma enorme influência, concorrendo todos os setores da sociedade, que se faziam representados em tais eventos.

As festas tinham um importante papel na sociedade colonial, pois constituíam um ritual público pelo qual eram fortalecidos os laços de solidariedade e externados os valores vigentes. Em tais comemorações, indicava-se a conduta a ser seguida e, ao mesmo tempo, distinguiam-se os indivíduos em conformidade com sua posição. Os símbolos, trajes e indumentárias típicos de cada evento e sua ostentação delimitavam o espaço social e o prestígio de cada participante.

A outra modalidade de atividade, em que os oficiais deixavam o espaço da câmara, eram as correições, realizadas periodicamente nos espaços mais citadinos que compunham o território da Vila, cuja centralidade era a freguesia de Atibaia, mas também incorporava as

⁷⁹ CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder**: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802). 2005. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 108.

⁸⁰ Ordenações, Livro I, título LXVI, parágrafo 48.

⁸¹ LRACAt de 22 de fevereiro de 1778.

⁸² LRACAt de 07 de julho de 1787, LRACAt de 24 de maio de 1788, LRACAt de 06 de junho de 1789, LRACAt de 16 de julho de 1791, LRACAt de 08 de junho de 1793.

⁸³ PRIORE, Mary del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 26.

⁸⁴ Em Minas Gerais, as Irmandades religiosas eram as principais responsáveis não apenas pelas festas e procissões, mas também pelos mais variados aspectos da vida religiosa, inclusive a construção de templos, não restando à Igreja alternativa senão unir a elas seus esforços, cf.: BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: Irmandades Leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 23.

freguesias de Nazareth e Jaguari, com suas próprias igrejas, moradias do entorno, estabelecimentos comerciais e tendas de artesãos, que, igualmente, deviam ser vistoriadas.

Apesar das atividades fiscalizatórias incumbirem precipuamente aos almotacés, o juiz presidente, os vereadores e o procurador do concelho realizavam a “correição geral”, na qual, em “corpo de câmara”, caminhavam pelas ruas da sede da Vila de Atibaia e também das freguesias que a compunham, verificando as condições de higiene e conservação das casas e estabelecimentos comerciais.

As correições gerais eram feitas na sede da Vila e nas freguesias de Nazareth e Jaguari, em datas distintas, por conta da distância que as separava. Cada local era inspecionado duas vezes por ano, concentrando-se a primeira série de correições nos meses de julho e agosto e a segunda nos meses de novembro e dezembro, principalmente neste último. Também foram registradas correições em outros meses, normalmente quando era suspensa a realização do ato por doença e impedimento de um dos oficiais da câmara ou, ainda, por motivo de força maior, como as condições climáticas⁸⁶. Publicava-se, previamente, um edital determinando a data e o local da correição, havendo pagamento, pela Câmara, das despesas com os deslocamentos feitos para as freguesias de Nazareth e Jaguari.

Deste modo, é possível compor um quadro das atividades camarárias ao longo do ano. No mês de janeiro, os camaristas se ocupavam com a composição da câmara, tomando posse os oficiais que “saíram nos pelouros”, bem como realizando as eleições de barrete para aqueles que foram dispensados até que o quadro dos ofícios fosse completado. Ainda no princípio de cada ano, os oficiais recém-empossados tomavam as contas do procurador do concelho que os precedeu.

No meio e no final do ano, os camaristas realizavam as correições gerais na sede da vila e nas suas freguesias, enquanto em fins de novembro e início de dezembro faziam as arrematações e, periodicamente, nas proximidades do natal, a eleição dos oficiais para o próximo triênio. Seguia-se, ainda, o roteiro das festividades religiosas e suas respectivas procissões.

Concomitantemente, eram realizadas as vereações nas dependências da Câmara. Determinavam as Ordenações que elas fossem feitas semanalmente, nas quartas feiras e sábados⁸⁷. Em Atibaia, porém, a ocupação principal era a lavoura e a maioria dos oficiais tinha

⁸⁶ Ver: LRACAt de 05 de janeiro de 1771, na qual consta que não foi feita correição em Jaguari por motivo de “moléstia” e em razão do clima chuvoso e LRACAt de 14 de dezembro de 1772, em que informou-se a impossibilidade de fazer correição na Freguesia de Nazareth por estarem os dois juízes doentes sem poder andar a cavalo.

⁸⁷ Ordenações, Livro I, título LXVI, parágrafo primeiro.

que cuidar dos seus sítios. Deste modo, a quantidade elevada de reuniões os afastaria com frequência de suas atividades, motivo pelo qual foi feito um requerimento ao Ouvidor e Corregedor Geral para que fossem quinzenais, sendo os camaristas atendidos em sua postulação⁸⁸.

Ao longo do período examinado houve reuniões em 873 dias. Em algumas datas, os camaristas se reuniram mais de uma vez em horários diferentes, lavrando-se, conseqüentemente, mais de um termo de vereança. Quase metade das sessões ocorreu aos sábados (47,8%) e o segundo dia com mais reuniões foi domingo (20,2%). Durante a semana, terças, quartas, quintas e sextas, registrou-se, em cada dia, entre cinco e seis por cento das reuniões, exceto às segundas, com um percentual um pouco maior, alcançando (9,4%). Aos sábados, domingos e segundas, portanto, ocorreu a maior parte das sessões da câmara, totalizando 77,4%.

Os números observados são explicados pelos mesmos motivos que levaram ao requerimento de redução das sessões feito ao Ouvidor. Ou seja, os camaristas queriam aproveitar a frequência ao núcleo urbano durante os serviços religiosos aos finais de semana para a realização das vereações. Por conta disso eram feitas preferencialmente aos sábados, por vezes aos domingos e, ainda em menor escala, às segundas. Neste último caso, provavelmente, isso se dava por conta de haver algum assunto pendente com a necessidade de prorrogação da estada dos camaristas no centro da vila. As reuniões nos demais dias parecem ter sido excepcionais, ocorrendo somente quando havia algum assunto urgente a tratar ou uma correição a realizar, pois durante a semana os oficiais normalmente se ocupavam da lavoura em seus sítios ou das suas atividades negociais particulares⁸⁹.

Entre os anos de 1770 e 1793, a Câmara de Atibaia se reuniu 900 vezes, constituindo uma média de 37,5 vereações anuais e 3,125 mensais, correspondendo a uma sessão a cada dez dias aproximadamente⁹⁰.

⁸⁸ LRACAt de 06 de março de 1773.

⁸⁹ Os números são os seguintes, respectivamente: segunda-feira-82 reuniões, correspondentes a 9,4% do total; terça-feira-58 reuniões, correspondentes a 6,6% do total; quarta-feira-50 reuniões, correspondentes a 5,7% do total; quinta-feira-46 reuniões, correspondentes a 5,3% do total; sexta-feira-44 reuniões, correspondentes a 5% do total; sábado-417 reuniões, correspondentes a 47,8% do total e domingo-173 reuniões, correspondentes a 20,2% do total.

⁹⁰ Para Vila Rica, no período compreendido entre 1730 e 1760, foi encontrada uma média de dezoito reuniões anuais, cf.: MONTEIRO, Livia Nascimento. **Administrando o Bem Comum: Os “Homens Bons” e a Câmara de São João Del Rei 1730 – 1760**. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 100. Um número mais próximo ao observado em Atibaia foi encontrado em Recife, entre 1714 e 1738, período em que se observou uma média anual de 30,9 sessões camarárias, cf.: MELLO, J. A Gonçalves. “Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738”. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, nº 53, 113-262, 1981, p. 139.

Distribuindo o número de sessões ao longo do período e considerando a média anual de 37,5 vereações, verifica-se uma redução do número de reuniões a partir de 1783. Porém, apenas no ano de 1784, em que foram feitas apenas 23 sessões, não foi respeitado o limite estabelecido pelo Ouvidor, pois foi realizada uma reunião a cada 15,86 dias, e não quinzenalmente, conforme estabelecido.

Gráfico 1: Número de vereações a cada ano.

Fonte: MMJBC, Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia.

Constata-se no último decênio examinado (1783-1793) uma redução no número de vereações, a média de 37,5 reuniões anuais cai para 33,4. Enquanto isso, os apontamentos vão se tornando mais abreviados, podendo ser citados os registros das correições, nos quais o escrivão passou a anotar apenas que “não acharam tudo conforme o edital, dando providência” ao invés de detalhar quais irregularidades encontraram os oficiais e as penalidades que foram aplicadas⁹¹.

Outro exemplo é a progressiva redução das informações sobre as arrematações, as quais inicialmente indicavam, algumas vezes, o nome dos arrematantes e, mais raramente, o valor dos lances, limitando-se, posteriormente, a mencionar apenas a publicação dos editais e a realização das respectivas praças. Em alguns anos do último decênio, não houve tal registro, presumindo-se que já não era algo relevante e a anotação no livro próprio se tornara suficiente.

⁹¹ LRACAt de 25 de junho de 1785.

Talvez tenha se constituído uma rotina administrativa, bem como ocorrido aprimoramento no desempenho das funções camarárias com a experiência adquirida ao longo dos treze primeiros anos, de modo que em menos reuniões fosse possível equacionar as questões que deveriam ser deliberadas pelo órgão e o intervalo entre as vereações se aproximasse, cada vez mais, dos quinze dias autorizados pelo Ouvidor. Isso beneficiou, assim, os oficiais, já que podiam permanecer mais tempo cuidando de seus afazeres.

Outra hipótese que pode ser combinada é que os litígios com outras instâncias, surgidos com a constituição da vila e a natural necessidade de delimitação de seu espaço político e econômico, tenham sido resolvidos. Tal como ocorreu com a Câmara da Cidade de São Paulo por conta da divisão da responsabilidade pela conservação das pontes e caminhos, conflito solucionados ao longo dos primeiros anos de funcionamento da Câmara de Atibaia. Desta forma, houve também uma contribuição para a redução da necessidade de reuniões extraordinárias.

A relação com outras autoridades, como o Ouvidor e o Capitão General, que igualmente ensejaram muitas vereações, pode ter alcançado um equilíbrio por conta da acomodação dos novos interesses que surgiram com a constituição da Câmara, diminuindo a atenção dada à Vila e, por conseguinte, reduzindo, do mesmo modo, a necessidade de intervenções destas esferas de poder que exigiam respostas imediatas.

Importa realçar, nesse processo, que houve o desenvolvimento de uma prática institucional materializada numa rotina de atos repetidos periodicamente, reduzidos a registros sintéticos, apontando ainda a tendência de estabilização da frequência quinzenal das vereações ao longo dos últimos anos.

2.3 *Fazendo vereança: os assuntos tratados*

Nas datas em que o colegiado da Câmara se reunia, o escrivão assentava um “termo de vereança”. Em seguida, iniciava o parágrafo com a data e, após, consignava o nome e o ofício dos participantes presentes e dos faltosos, bem como o nome de eventuais substituições feitas para permitir a realização do ato e as multas aplicadas aos que não haviam comparecido. Verificado o quórum necessário, seguiam-se então os debates. Após a parte introdutória, portanto, eram tratados os mais variados temas, entre os quais aqueles anteriormente mencionados ao analisar o cotidiano da instituição, os quais serão abordados em outra perspectiva.

Para fins de exposição, serão considerados quatro grandes grupos de assuntos: o primeiro, referente aos próprios meios pelos quais a Câmara garante seu funcionamento, congregando a composição, os oficiais, as instalações, o patrimônio e as rendas arrecadadas; o segundo, relativo às atividades desempenhadas pelo órgão frente à sociedade, entre as quais as correições já referidas, a normatização de questões de interesse local, a conservação dos caminhos e a ordenação dos espaços; o terceiro conjunto de matérias diz respeito às intervenções em resposta a demandas individuais que lhe são dirigidas. Ou seja, como o órgão responde aos estímulos vindos da sociedade e, em último lugar, as relações estabelecidas com outras autoridades e instâncias governativas.

Alerta-se, porém, que se trata de uma delimitação pouco rigorosa, pois muitas vezes, a atividade típica do órgão frente à sociedade era desencadeada por requerimentos de interessados, reservando-se ao terceiro tópico a análise de intervenções provocadas, cuja finalidade era atender demandas mais individualizadas.

Outro tipo de anotação bastante frequente era os “termos de juramento e posse” dados aos oficiais que assumiam suas funções. Assim, após a eleição e apresentação das cartas de usança eram lavrados os termos de juramento e posse dos juízes, vereadores e procurador, assim como do almotacé e dos demais oficiais não eleitos, sendo que todos assinavam o respectivo termo.

Algumas atas dos primeiros anos revelam informações detalhadas nas deliberações, mas a maioria é bastante resumida, chegando a ser superficial, especialmente no período mais avançado, no qual, dependendo da disposição do escrivão em narrar os acontecimentos, os dados se tornam ainda mais escassos.

O problema decorrente da superficialidade dos registros das atas mais recentes será amenizando, ao menos em parte, com a conjugação de outras modalidades documentais: os autos cíveis e os fragmentos do livro de ofícios, contando estes últimos com uns poucos requerimentos extraviados do livro próprio e, embora não sejam muitas comunicações e petições, elas podem revelar um pouco mais da correspondência da Câmara com outras autoridades, órgãos e instâncias, bem como quais as postulações que lhe eram dirigidas.

2.3.1 Autogerindo: oficiais, receitas e despesas

A composição da câmara por meio de eleições e a escolha dos demais oficiais, sua remuneração, cartas de usança, reembolso de despesas e demais assuntos relacionados ao quadro de pessoal preenchiam boa parte do tempo dos camaristas, constituindo o tipo de

anotação mais frequente. Cerca de 453 atas registram algum dos assuntos mencionados. Ou seja, em quase metade das reuniões realizadas (49,78%) foram abordadas matérias referentes aos oficiais.

Nos primeiros anos, muitas das funções se concentravam na mesma pessoa, mas com o passar do tempo foi se formando um corpo bastante amplo e complexo de atividades, desempenhadas por um número cada vez maior de pessoas distribuídas entre os campos da “justiça” e do “governo”.

Algumas destas funções eram realizadas por oficiais eleitos, como no caso dos juízes ordinários e de órfãos, vereadores e procurador do concelho, os quais, excetuando o juiz de órfãos, também serviam como almotacé no ano seguinte⁹². Outros oficiais eram indicados pelos camaristas, como o porteiro do auditório, alcaide, carcereiro, juízes e escrivães de vintena, capitães do mato e o tesoureiro do cofre dos órfãos⁹³.

Havia a intervenção da Câmara na indicação dos capitães das ordenanças de cada regimento e na nomeação do juiz das medições, elaborando, nos dois casos, uma lista tríplice, encaminhada ao Governador e Capitão General para escolha de um dos nomes. Registre-se também que as sugestões e requerimentos do órgão para o provimento do posto de Capitão-mor e de Sargento Mor das Ordenanças eram fundamentais, pois, constituindo as patentes militares mais cobiçadas, havia uma disputa entre as principais lideranças da vila para ocupar tais postos⁹⁴.

O ofício de tabelião do judicial e notas era arrematado e a responsabilidade pela indicação era do Governador e Capitão General. Nos arquivos do Conselho Ultramarino referentes à Capitania de São Paulo, verifica-se uma relação das receitas arrecadadas nos anos de 1794 e 1795. No campo dos ofícios licitados consta a arrematação do tabelionato de Atibaia pelo valor anual de 34\$170 e de 34\$165, respectivamente⁹⁵. No mesmo sentido, registrou-se

⁹² Para os demais meses em que não serviam os oficiais eleitos no ano anterior, a Câmara indicava os nomes das pessoas que exerceriam o ofício.

⁹³ Em regra, os ofícios de alcaide e tesoureiro eram confirmados e recebiam uma “provisão” respectivamente do Ouvidor e do Governador. O porteiro e carcereiro recebiam provisão da própria câmara, enquanto há uma carta do Governador e Capitão General Martim Lopes Lobo Saldanha alertando que o capitão do mato indicado pela Câmara deveria ter sua patente por ele confirmada (DIHCSP, v. 81, p. 145-146), muito embora nas atas pareça que tal oficial era nomeado diretamente pelos camaristas sem concurso de outra instância e demais formalidades.

⁹⁴ Consta a lavratura de duas cartas ao governador exortando-o a nomear Capitão-mor para a Vila de Atibaia: LRACAt de 01 de fevereiro de 1772 e LRACAt de 29 de fevereiro de 1772.

⁹⁵ CARTA, do governador e capitão general de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena à Rainha [D. Maria I] informando que enviou o balanço da receita e despesa da Tesouraria Geral de São Paulo do ano de 1794. Anexo balanço de receita e despesa. AHU – São Paulo, cx 12, D. 11. AHU_ACL_CU_023, cx 13, D. 677. (Projeto Resgate CD-ROM); CARTA, do governador e capitão general de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena à Rainha [D. Maria I] informando que enviou o balanço da receita e despesa da Tesouraria Geral de São Paulo do ano de 1794. Anexo balanço de receita e despesa. AHU – São Paulo, cx 12, D. 10. AHU_ACL_CU_023, CX 13, D. 676. (Projeto Resgate CD-ROM).

durante uma vereança o recebimento de uma carta da Junta da Real Fazenda informando a data em que “se hão de arrematar os ofícios de Tabelião e mais anexos desta vila de São João de Atibaia e todos os mais ofícios desta Capitania por tempo de três anos”⁹⁶.

Em relação aos demais ofícios pode-se observar as designações: escrivão da câmara, da almotaçaria, do juízo dos órfãos, dos dízimos, das execuções e meirinho dos dízimos⁹⁷. Embora os registros da câmara não façam menção expressa, é possível presumir que eram indicação da câmara o seu próprio escrivão e o da almotaçaria, já a nomeação do escrivão do juízo dos órfãos, provavelmente devia ser confirmada pelo Governador, enquanto os oficiais que cuidavam da arrecadação dos dízimos eram escolhidos ora pelo Governador, ora pela Câmara, mas quase sempre por indicação dos próprios contratadores da cobrança do imposto.

Também foram detectadas no exame das atas outras funções, em caráter substitutivo ou temporário, como o “carniceiro”⁹⁸, responsável pelo açougue no período em que não havia arrematantes dos direitos do corte da carne e também o arrecadador do subsídio literário⁹⁹, indicado pela câmara para a cobrança de um novo imposto. Com isso verifica-se, ainda, determinadas atribuições preexistentes que passaram a ser controladas pelo órgão, como a nomeação dos já referidos capitães do mato e dos cabos dos caminhos, estes últimos incumbidos da conservação das vias que ligavam Atibaia às freguesias que integravam seu território, à cidade de São Paulo e às demais localidades.

⁹⁶ LRACAt de 20 de maio de 1780.

⁹⁷ Observou-se a nomeação de um escrivão das execuções para a Freguesia de Jaguari por determinação do Governador e Capitão General, as funções deste oficial não foram identificadas de forma precisa no termo, mas tudo indica que era o responsável pela arrecadação dos tributos, especialmente do dízimo, fora da sede da vila, espaços de atuação do juiz de vintena cf.: LRACAt de 23 de maio de 1772.

⁹⁸ LRACAt de 18 de novembro de 1775.

⁹⁹ LRACAt de 18 de outubro de 1778.

Figura 1: Organograma das funções de governo

Fonte: Ordenações Filipinas; APESP autos cíveis, autos cíveis Atibaia e MMJBC, Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia.

Figura 2: Organograma das funções de justiça.

Fonte: Ordenações Filipinas; APESP autos cíveis, autos cíveis Atibaia e MMJBC, Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia.

Ressalte-se, porém, que se trata de um quadro aproximado das funções, formas de provimento e de assunção, pois existem intervenções do Governador e do Ouvidor nestes processos de constituição do corpo de oficiais, além de procedimentos divergentes da própria Câmara, de modo que as observações valem para a maior parte dos casos examinados, mas nem sempre sua totalidade.

Ainda é necessário assinalar, com bastante ênfase, que a divisão proposta apenas estabelece uma aproximação entre as funções governamentais típicas e o feixe principal de atribuições de cada agente com a finalidade de auxiliar a compreensão, pois fiscalização, administração e vigilância não figuravam no vocabulário da época, enquanto os oficiais podiam exercer outras funções, e até sobrepor suas atuações¹⁰⁰.

Quanto ao desempenho das funções pelos oficiais, devem ser mencionadas as anotações de faltas, justificativas e de comportamentos inadequados praticados, bem como de eventuais multas e outras punições aplicadas. Muitas das ausências resultavam em adiamento das sessões. As posteriores explicações revelam que motivos de enfermidade, condições climáticas desfavoráveis e casos fortuitos adiavam a realização dos atos. No entanto, as faltas injustificadas podiam ser punidas com multa de cem réis, conforme previsto nas Ordenações¹⁰¹.

Um termo de vereança registra o adiamento pela falta do procurador Francisco da Silveira Franco e dos vereadores Francisco de Camargo Pimentel e Alexandre Machado de Carvalho, multados em cem réis cada um. Na sessão seguinte, consta que o procurador foi relevado da multa “por este dar uma rodada do cavalo vindo para vereança em atracar-se de uma perna por cuja causa chegou depois de acabada”. Já o vereador Alexandre Machado de Carvalho foi isentado da multa por estar “molesto”¹⁰². A situação de Francisco de Camargo Pimentel foi examinada posteriormente, oportunidade em que também alegou estar doente, mas, como foi visto perambulando pelas ruas da vila, sua justificativa não foi aceita e a condenação foi mantida¹⁰³.

O vereador mais velho, José de Oliveira Preto, se ausentou de uma sessão. Entretanto, sua falta foi justificada imediatamente, consignando-se que o oficial estava cumprindo diligência como sargento de ordenanças a mando do Capitão General¹⁰⁴. Semelhantemente, o vereador Antonio Correa Marques e o Procurador José Lopes da Cunha justificaram a ausência em uma vereança por terem sido obrigados, por seu capitão de ordenanças, a levarem uns presos¹⁰⁵.

¹⁰⁰ RUSSEL-WOOD. **O Governo Local na América Portuguesa**: um estudo de divergência cultural, op. cit.

¹⁰¹ Ordenações Livro I, Título LXVI, parágrafo primeiro: “E todos os Vereadores irão à Vereação à quarta feira e ao sábado, e não se escusarão sem justa causa. E o que não for, pagará por cada hum dia cem réis para as obras do Concelho, os quaes logo o Scrivão carregará em receita sobre o Procurador, sob pena de os pagar noveados. E o que for doente, ou tiver algum negócio, porque não possa ir, o fará saber a seus parceiros e será escuso. Porém nos lugares, em que houver costume fazerem-se mais Vereações, guardar-se-ha o dito costume.”.

¹⁰² LRACAt de 20 de maio de 1775 e LRACAt de 27 de maio de 1775.

¹⁰³ LRACAt de 20 de agosto de 1775.

¹⁰⁴ LRACAt de 23 de setembro de 1775.

¹⁰⁵ LRACAt de 09 de julho de 1774.

O número elevado de ausências associado à busca constante de isenções concedidas pelo Ouvidor e, em menor escala, pelo Governador e Capitão General, indicam que o exercício dos ofícios constituía um fardo para muitos dos eleitos. A justificativa de José de Oliveira Preto, por sua vez, revela que as funções de natureza militar preteriam os serviços prestados à Câmara, sugerindo o baixo prestígio dos seus ofícios frente às outras ocupações de maior nobilitação, como as patentes das ordenanças e das milícias.

Nuno Gonçalo Monteiro (1998) sustenta, para o caso português, que o serviço nas câmaras não interessava à grande nobreza, e sim às famílias e às casas sem uma grande perspectiva de mobilidade, as quais buscavam ingressar inicialmente nas ordenanças, assinalando que, “para além do que era proporcionado pela acumulação de riqueza”, a câmara e demais instituições locais não constituíam um meio pelo qual se adquiria “capital social”, concluindo que o caminho mais apropriado eram os “grandes corpos centrais do reino: a Igreja, a Inquisição, a Universidade e, acima de todos, a Monarquia”¹⁰⁶.

A atitude evasiva de parte dos eleitos pode ser explicada em razão da falta de remuneração para o exercício, pela necessidade de deslocamento para a sede da vila em detrimento das atividades desempenhadas na lavoura, ou no comércio à distância, normalmente com as Minas. Destaque-se ainda como um dos motivos principais a pequena nobilitação que advinha da ocupação dos ofícios, já que, vinculados à importância da cidade ou vila, não há dúvida de que ser vereador na Câmara de Atibaia não tinha a mesma valoração social do que no Rio de Janeiro, ou mesmo na cidade de São Paulo.

Variava, portanto, o prestígio decorrente do exercício dos ofícios das câmaras, dependendo da importância delas, de modo que, nem sempre, os grupos sociais mais destacados tinham interesse em ingressar nestas instituições, havendo caminhos mais eficazes para a nobilitação, como a prestação de serviços à monarquia.

Não é fácil, porém, definir qual a significação do exercício dos ofícios da Câmara. Um ofício de vereador, por exemplo, poderia atrair em Atibaia menos interessados do que os postos das ordenanças e milícias, os quais garantiam, não apenas maior prestígio, mas também conferiam autoridade ao detentor da patente em seu próprio bairro.

Por outro lado, havia uma dependência da Câmara para a obtenção de contratos e privilégios, entre os quais as patentes militares, cuja indicação era feita justamente pelos vereadores em lista tríplice encaminhada para escolha de um dos nomes pelo Governador e

¹⁰⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Poderes Municipais e Elites Locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão”. In. VIEIRA, Alberto. **O município no mundo português**. Funchal: CEHA/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998, p. 84.

posterior confirmação pelo Conselho Ultramarino, mostrando que não era apenas o prestígio decorrente do ofício que era buscado, mas também a capacidade de influir na dinâmica do governo local.

Domingos José Duarte Passos foi eleito juiz ordinário e exerceu o ofício em 1776, mesmo ano em que foi indicado e nomeado Capitão da Companhia das Ordenanças do Bairro da Cachoeira, na freguesia de Nazareth¹⁰⁷. Posteriormente foi eleito juiz ordinário nos anos de 1781, 1783 e 1786, não exercendo a judicatura nenhuma dessas vezes em razão das sucessivas isenções. O exemplo mostra a importância do ofício, já que ser juiz ordinário em 1776, certamente, garantiu a inclusão do nome de Domingos José Duarte Passos na lista tríplice e sua posterior escolha pelo General para o comando de uma companhia de ordenanças, enquanto a ascensão ao posto militar tornou desnecessário servir novamente à Municipalidade, possivelmente por seus interesses estarem mais ligados à freguesia de Nazareth e não mais depender da Câmara para garanti-los ou, então, pela possibilidade de fazê-los valer pela influência que exercia sobre os membros do colegiado.

O caso acima sugere que eventual benefício auferido com o desempenho da função não exigia o empenho em mais de um mandato. Registram-se, porém, casos em que a mesma pessoa ocupou mais de um ofício repetidamente¹⁰⁸, ficando a questão da importância em atuar no órgão ainda em aberto, servindo as reflexões para lançar uma hipótese e, concomitantemente, realçar a dificuldade em definir a relevância dos ofícios e, consequentemente, do papel da Câmara.

Além do provimento dos ofícios, verifica-se nas atas que a Câmara se incumbia do pagamento do seu próprio escrivão, do carcereiro, do porteiro e do alcaide. Estes dois últimos ainda tinham participação nos processos judiciais e recebiam valores correspondentes aos atos que praticavam nos autos cíveis e crime. Já os dois primeiros recebiam apenas o ordenado que lhes era destinado pelo órgão, tal qual o “carneiro”, enquanto outros ofícios não eram remunerados pela Câmara, recebendo emolumentos ou contraprestações pelos atos realizados, como o tabelião, escrivão de órfãos, dos dízimos e de vintena, ou então, não tinham qualquer benefício pecuniário, como o arrecadador do subsídio literário.

Consoante já foi destacado mais de uma vez, os oficiais eleitos não recebiam pagamento pelo exercício da função, mas em cidades como Salvador, por exemplo, a maior parte das receitas arrecadadas pela Municipalidade destinava-se ao pagamento do juiz de fora e dos

¹⁰⁷ LRACAt de 16 de junho de 1770.

¹⁰⁸ Crispim da Silva Franco, por exemplo, foi vereador em 1776, procurador do concelho em 1780 e juiz ordinário em 1787, 1794 e 1798, enquanto Lourenço Franco de Camargo foi vereador em 1772 e juiz ordinário em 1778, 1780, 1785 e 1792.

vereadores. Referidos oficiais recebiam “propinas” pela participação nas procissões, por cada vistoria realizada, pelos selos, carimbos, provisões e também pelas licenças concedidas aos comerciantes¹⁰⁹. Estas formas de remuneração não ocorriam em Atibaia, onde somente os gastos com deslocamento eram ressarcidos, de forma que constou em ata de vereança uma postulação ao Rei para que a Câmara pudesse fixar estas modalidades de taxas¹¹⁰.

O ordenado anual do escrivão da Câmara foi estabelecido pelo Governador e Capitão General em dezesseis mil réis¹¹¹, o do porteiro e carcereiro em cinco mil réis¹¹², posteriormente ampliados para dez mil réis¹¹³, enquanto o alcaide também teve sua remuneração estabelecida no mesmo patamar de dez mil réis¹¹⁴, constando ainda que o “carneiro” recebia igual quantia¹¹⁵.

Conjuntamente com as despesas de pessoal, as quais também incluíam os gastos efetuados pelos oficiais eleitos em suas correições e deslocamentos, a Câmara tinha que providenciar os meios materiais para o exercício de suas atividades. Entretanto, no ano de início de seu funcionamento, não foi possível efetuar gastos além do pagamento dos oficiais, de forma que o procurador teve que informar aos demais camaristas a impossibilidade de adquirir livros por falta de “dinheiro de rendimentos”¹¹⁶.

As atas revelam uma série de despesas ordinárias. Os ordenados dos oficiais e seus dispêndios eram os gastos as mais constantes. Os pagamentos feitos ao Ouvidor pelas cartas de usança, aquisição, remessa e rubrica de livros, bem como dos custos das correições de tal “ministro” foram igualmente frequentes, assim como os referentes à festa do Corpo de Deus.

A manutenção do prédio da Câmara e cadeia exigia constantes reformas, verificando-se a realização do retelhamento, o reforço de grades e a substituição de trancas. A aquisição de arquivos, escabelos, tamboretas, bofetes, armários e outras peças de mobiliário, assim como

¹⁰⁹ SOUSA, Avanete Pereira. **Poder Local Cidade e Atividades Econômicas (Bahia, século XVIII)**. 2003. 348f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 186.

¹¹⁰ LRACAt de 14 de janeiro de 1775.

¹¹¹ LRACAt de 09 de julho de 1776: “e eu escrivão da Câmara apresentei um despacho do Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor General da Capitania em uma informação dos oficiais da Câmara desta mesma vila em o qual manda que se me dê dezesseis mil réis pelos rendimentos da Câmara e ordenado enquanto não mandar o contrário”

¹¹² LRACAt de 11 de janeiro de 1772.

¹¹³ LRACAt de 28 de novembro de 1772: “mandaram lançar no livro das ordens reais uma carta do Doutor Ouvidor Geral e Corregedor pela qual ordena para se fazer novos oficiais para servirem no ano futuro como também apareceu o carcereiro Pedro de Brito com um despacho do Doutor Ouvidor Geral e Corregedor donde lhe arbitra dez mil réis de ordenado para se lhe dar em cada um ano dos bens deste Concelho que começara a correr da data de vinte e quatro de novembro de setenta e dois e também despacharam uma petição do almotacé Jerônimo Cordeiro pelo despacho de sua Excelência para seguir viagem para as Minas e por esta razão o absolverão da ocupação os oficiais da Câmara”

¹¹⁴ LRACAt de 01 de julho de 1775.

¹¹⁵ LRACAt de 18 de novembro de 1775.

¹¹⁶ LRACAt de 01 de dezembro de 1770.

correntes, algemas, colares prisionais e outros objetos também faziam parte dos custos suportados pela Câmara. Estes últimos, embora nem sempre tão constantes como as despesas efetuadas para melhoria e conservação do imóvel, podem ser considerados de natureza ordinária, pois sempre havia necessidade de substituição e de manutenção dos referidos móveis e objetos.

A aquisição, manutenção ou reforma de bens imóveis, móveis e de consumo foi retratada em 136 atas, o que corresponde a 14,94% das sessões realizadas. Ou seja, em cerca de 15% das vereações os camaristas trataram de algum assunto relacionado ao patrimônio da Câmara, número que, somado aos registros referentes ao pessoal, alcança o percentual 57,25% das reuniões realizadas, nas quais foram abordados os temas relacionados aos oficiais, ao patrimônio ou aos dois, concomitantemente. Nota-se, então, a relevância da arrecadação de recursos para a manutenção, não apenas dos funcionários, como dos meios materiais necessários ao exercício das funções atribuídas à Municipalidade.

No debate que se seguiu à decisão de conferir o estatuto de vila à freguesia de Atibaia, um dos argumentos contrários utilizado era a pobreza da população e a impossibilidade de fazer frente aos gastos da Câmara. A ata que consigna a falta de dinheiro para compra de livros parece respaldar o argumento¹¹⁷.

O próprio Governador e Capitão General, Morgado de Mateus, que considerava a freguesia de Atibaia um das povoações mais propícias para se tornar vila¹¹⁸, somente determinou que a medida fosse efetivada em 1770 e, mesmo considerando que demorou cerca de um ano para tomar pé da situação da capitania, o retardamento não se deve a tal motivo, e sim à suposta ausência de recursos que pudessem suportar a estrutura burocrática e cumprir as obrigações que seriam assumidas pelo órgão.

Em uma carta endereçada ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça, queixava-se o Morgado de Mateus:

Além de tudo quisera saber como hei de me haver com os emolumentos do Corregedor e gastos da Câmara das novas Vilas. porque estão muitas povoações em termo de o serem e o necessitam muito pelo grande sofrimento que padecem os povos por falta de justiça, porém como não podem com os referidos gastos por isso não se acomodam que as suas povoações se levantem Vilas, porque lhes serve de grande prejuízo por contribuírem com aquelas despesas, achando-se quase todas na maior pobreza.

Desta qualidade são as povoações de São João de Atibaia, para as quais já houve ordem para se levantar em Vila, mas por causa de haverem os gastos e emolumentos das correições se lhes não tem dado cumprimento até o presente¹¹⁹.

¹¹⁷ LRACAt de 01 de dezembro de 1770.

¹¹⁸ DIHCSP, v. 34, p. 150.

¹¹⁹ OFÍCIO do Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado,

Porém, a ata em que foi registrada a impossibilidade de comprar os livros foi a única em que a determinação de efetuar uma despesa não foi cumprida por falta de recursos. Tanto que passados um ano e um mês, foi realizado o primeiro grande dispêndio com a compra do imóvel, que já servia para abrigar a Câmara conjuntamente com a cadeia, o qual custou ao órgão a quantia de 120\$000 réis, montante recebido e divido entre a Irmandade do Santíssimo e o Vigário, sendo incerto se este último recebeu a importância em nome da Igreja, ou se era o proprietário da metade do bem¹²⁰.

A cadeia funcionava, precariamente, na parte inferior do prédio que também abrigava a Câmara. Embora fosse comum que ambas estivessem na mesma edificação, o imóvel adquirido não tinha sido construído especificamente para tal fim, precisando ser reforçado com ferros¹²¹, bem como não havia meios apropriados de separar as mulheres presas dos homens¹²², conforme narrado nas atas.

Os camaristas, seguidas vezes, consignavam que “havia de se fazer cadeia pela não haver, senão uma casa que dela serve com muito trabalho a poder de correntes e tronco”¹²³. Depois de vários percalços, destacando-se o conflito travado com o arrematante da obra, a cadeia finalmente foi concluída ao custo total de 781\$902 réis¹²⁴.

O expressivo valor gasto com a edificação reflete o contínuo aumento das rendas da Câmara, servindo para evidenciar que o discurso acerca da pobreza da região refletia mais os interesses dos que se opunham à elevação da freguesia de Atibaia, retardando sua efetivação, do que propriamente as possibilidades financeiras e a capacidade de prover o sustento das atividades desempenhadas pela Câmara.

As receitas da Câmara provinham, principalmente, da arrematação dos estancos, sendo interessante observar que no primeiro ano de funcionamento do órgão, o capitão Lucas de Siqueira Franco obteve os de Atibaia, Nazareth e Jaguari diretamente do Ouvidor¹²⁵.

solicitando resposta às cartas, que enviou propondo a fundação de novas povoações e criação de novas vilas na Capitania de São Paulo, assim como a aprovação do regulamento dos Distritos tanto das freguesias como das Câmaras. Obs.: ofício nº 9 da relação do ano de 1769 Maço 1, AHU – São Paulo, cx 5, doc. 8. AHU_ACC_CU_023, cx.5, D. 348. (Projeto Resgate CD-ROM)

¹²⁰ LRACAt de 01 de janeiro de 1772.

¹²¹ LRACAt de 21 de outubro de 1775. Os edifícios que abrigavam as Câmaras no período colonial possuíam uma conformação e arquitetura típicas: “paço municipal em cima, cadeia em baixo, localizados ambos num quadrado de taipa pesado e desprezioso”, cf.: ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: IPE. 1948, p. 26.

¹²² LRACAt de 01 de maio de 1779.

¹²³ LRACAt de 15 de maio de 1779.

¹²⁴ LRACAt de 31 de maio de 1788.

¹²⁵ LRACAt de 02 de junho de 1770.

Os registros subsequentes não informam o valor, tampouco se houve o repasse à Câmara, mas, ainda que tenha sido realizada a transferência de alguma quantia, a ausência de esclarecimentos constitui um forte indício de que o arrematante, futuro capitão-mor da vila de Atibaia, conseguiu o direito de exploração comercial em razão das suas relações com o Ouvidor. Mesmo porque se observa que o processo de aquisição da exclusividade da venda de gêneros de primeira necessidade mobilizava um grande número de interessados, formando-se uma complexa rede de alianças para a obtenção do capital e das garantias necessárias, praticamente inviabilizando a reunião de todos os estancos por uma única pessoa.

Note-se que, diferentemente do primeiro ano, em 1778, o estanco de Atibaia foi apregoado por 109\$000 réis. Na leitura da ata, observa-se que houve a arrematação por oito indivíduos “avençados”: Francisco Bueno de Camargo, Ignácio Alves de Siqueira, Manoel Pereira Bueno, Bernardo Correa de Moraes, Antonio da Silva Peixoto, Bento José de Figueiredo, João de Siqueira Lima e o Alferes João Pires de Oliveira, “tocando” a cada um a quantia de treze mil seiscientos e vinte e cinco réis. Para “assegurar a sobredita quantia de cento e nove mil réis”, deram por seus fiadores, respectivamente: o Guarda Mor Lourenço Leme de Brito a Bernardo Correa de Moraes; o Guarda Mor Frutuoso Furquim de Campos a Antonio da Silva Peixoto; Francisco de Camargo Pimentel a Francisco Bueno de Camargo; o Alferes Manoel Pereira Padilha a Bento José de Figueiredo; Antonio de Lima de Camargo ao seu filho João de Siqueira Lima; o Capitão Francisco Lourenço Cintra a Manoel Pereira Bueno de Camargo; José Pires de Oliveira ao seu irmão, o Alferes João Pires de Oliveira; o Capitão Antonio Gonçalves da Cunha a Ignácio Alves de Siqueira, os quais se obrigaram por suas pessoas e bens¹²⁶.

Aos oito arrematantes somaram-se então seus fiadores, envolvendo, ao final, 16 pessoas na transação para arrematação de apenas um dos três estancos, bem como foi obtido um valor substancial decorrente da concorrência entre os dois grupos que se fundiram e constituíram uma “avença”. Ou seja, um consórcio pelo qual se dividiram as despesas e também os direitos de exploração.

Diante da peculiaridade da forma pela qual Lucas de Siqueira Franco alcançou exclusividade de comercializar a varejo “aguardente” e “molhados” em Atibaia e nas suas freguesias, não seria disparatado afirmar tal circunstância como causadora da dificuldade financeira experimentada pela Câmara em seu primeiro ano, pois possivelmente a privou dos recursos decorrentes da arrematação dos estancos, supostamente revertidos em favor do

¹²⁶ Idem.

Ouvidor ou, então, resultou em valores reduzidos frente à presumível falta de concorrência na arrematação dos direitos.

Infelizmente, as atas não detalham os valores alcançados com as arrematações em todos os anos, talvez em razão da existência de um livro específico, no qual eram escriturados, de sorte que somente os aspectos mais relevantes, assim como a designação e realização dos pregões eram, quando muito, anotados. No entanto, há alguns registros esparsos, como o já mencionado do ano de 1779, bem como um mais remoto, do ano de 1774, informando o pagamento do primeiro quartel referente ao “estanco dessa Vila” pela quantia de cento e oito mil réis, sendo possível supor que entre 1773 e 1779 as arrematações foram feitas por uma quantia próxima a cento e dez mil réis¹²⁷.

A freguesia de Jaguari teve seu estanco arrematado por 96\$000 réis¹²⁸ e a de Nazareth por 44\$000¹²⁹. Ainda que os registros sejam fragmentados e se refiram a anos diferentes, a soma totalizou 228\$000 réis, anotando-se a tendência de aumento progressivo dos valores para Jaguari, devido ao notável crescimento demográfico da freguesia, a qual alcançou a emancipação de Atibaia em 1798.

Este cálculo não contabiliza os recursos alcançados com a arrematação do subsídio da entrada das aguardentes e o das aferições, os quais, em regra, eram menores que os estancos, constando em uma ata que cada um foi arrematado pela quantia de 15\$000 réis¹³⁰.

Da mesma forma, não foram contemplados outros tipos de receitas, como as decorrentes das multas e outras punições de natureza pecuniária aplicadas pelos camaristas em sua correição ou pelo almotacé em sua atividade fiscalizatória¹³¹, bem como as taxas referentes à concessão e renovação de licenças para abertura e funcionamento de lojas, tavernas, vendas e tendas de oficiais mecânicos, não sendo possível dimensionar se eram significativas ou não, nem o quanto acresciam ao montante dos estancos, razão pela qual se considerou apenas os registros destes últimos, tomando dados de anos diferentes dentro de um intervalo relativamente pequeno (1772-1775), para assim estabelecer uma cifra aproximada da renda da Câmara. Em termos

¹²⁷ LRACAt de 28 de dezembro de 1774.

¹²⁸ LRACAt de 04 de julho de 1772.

¹²⁹ LRACAt de 27 de dezembro de 1775.

¹³⁰ LRACAt de 27 de dezembro de 1780.

¹³¹ Para a cidade de Salvador, Avanete Pereira Sousa apurou que as condenações e punições decorrentes de infrações às posturas municipais alcançaram a média de 58\$330 réis anuais ao longo do século XVIII, sendo que as autuações por desrespeito ao tabelamento de preços respondiam por setenta por cento deste valor. Cf.: **Poder Local Cidade e Atividades Econômicas (Bahia, século XVIII)**. 2003. 348f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 144.

comparativos, a cidade de São Paulo arrecadou, no ano de 1766, a quantia de 666\$685 réis, que corresponde a pouco menos de três vezes o orçamento parcial apurado para a Vila de Atibaia¹³².

No ano seguinte, 1767, a renda de São Paulo foi 666\$511 réis; a de Santos foi 311\$966 réis; a de Itu foi 154\$760 réis; a de Sorocaba foi 146\$130 réis; a de Parnaíba foi 117\$941 réis; e a de Jundiaí foi 107\$473 réis. Tais cifras indicam que se a vila de Atibaia já tivesse sido elevada estaria entre as que mais arrecadavam na capitania, ficando atrás apenas da cidade de São Paulo e da vila de Santos¹³³.

A diferença de seis, oito e nove anos entre os registros das rendas dos estancos da freguesia de Jaguari, da sede da vila (Atibaia) e da freguesia de Nazareth, respectivamente, e o ano de 1766, em que foi apurado o total arrecadado pela cidade de São Paulo, não pode ser ignorada, mas ainda assim não se deve descartar a receita bruta de 666\$685 réis como parâmetro de aferição da riqueza da nova Vila, especialmente se considerarmos que os valores do estanco de Atibaia aparentemente permaneceram estáveis no intervalo de 1773 a 1779, indicando que as receitas não caíam nem se elevavam drasticamente em curtos períodos.

Também é necessário assinalar que a partir de 1770, com o desmembramento das freguesias de Nazareth, Jaguari e Atibaia para formarem uma vila, a arrecadação da cidade de São Paulo sofreu uma redução considerável, o que de certa forma compensaria o possível aumento de receitas paulistanas ao longo do período da diferença (1766-1773), aproximando-o do montante que serviu para fins comparativos.

Apesar de evidenciar a importância da arrecadação dos estancos das freguesias que formaram a vila de Atibaia para a composição da renda da cidade de São Paulo, não se trata do dado mais importante, visto que naquele ano de 1766, mesmo com as receitas das aludidas freguesias, apontou-se um déficit de 15\$174 nas contas da Câmara paulistana¹³⁴, o que mostra a delicada situação financeira às vésperas do desmembramento, prevenindo por mais alguns

¹³² MIRANDA, Lilian Lisboa: **Governança e edibilidade em São Paulo (1765-1775)**. 2002. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 116.

¹³³ MOURA, Denise A. Soares. **Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822)**. História, Franca, v. 24, n. 2, p. 261-290, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000200011>>. Acesso em: 07 Dec. 2015, p. 270.

¹³⁴ Não existe anotação dos valores dos estancos para a cidade de São Paulo no período que antecedeu a emancipação da freguesia de Atibaia, pois os livros de arrematações e os de receitas se perderam. Somente alguns registros em documentos esparsos, como o citado por Lilian Lisboa Miranda e ora utilizado, os quais foram publicados na coleção Documentos Interessantes para História e os Costumes de São Paulo (DIHCSP), permitem dimensionar as receitas, op. cit. p. 116. Denise A. Soares de Moura afirma que somente entre 1804 e 1822, com alguns intervalos, há registros sistemáticos dos valores alcançados com as arrematações, conferir: Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822), op. cit. p. 274.

anos a elevação, temendo-se que tal escassez de recursos se estenderia à Atibaia, conforme discorreu o próprio Capitão General e Governador.

Diferentemente da cidade de São Paulo nos anos precedentes, e também contrariando o que era previsto para a nova vila, Atibaia não só conseguiu se desincumbir de suas obrigações pecuniárias ao longo dos seis primeiros anos, pagando as despesas ordinárias e extraordinárias, como também conseguiu formar uma reserva financeira.

Na tomada de contas, o procurador do concelho do ano de 1776, Francisco Ferreira de Camargo, entregou ao seu sucessor, Joaquim de Siqueira Franco, a quantia de 663\$720 réis. Ou seja, em seis anos a Câmara de Atibaia já havia acumulado quase o equivalente à arrecadação anual da Cidade de São Paulo na década anterior¹³⁵.

No curso de um processo de cobrança de uma dívida referente ao estanco, sete anos depois, foi realizada a mando do Ouvidor uma espécie de auditoria do livro de receitas e despesas, apurando-se um crédito em favor da Câmara da ordem de 246\$750 referente à diferença entre as importâncias de 1.243\$433 e 998\$683. Tais valores eram, respectivamente, a quantia que deveria haver e a que efetivamente existia em caixa, mandando que os procuradores do concelho responsáveis pela acumulação da diferença repusessem as importâncias que deixaram de arrecadar no período de seus mandatos¹³⁶.

Relevando a questão da negligência ou a da responsabilidade dos procuradores do concelho que não efetuaram as cobranças das rendas nos períodos em que exerceram seus ofícios, observa-se que a Câmara de Atibaia continuou sendo superavitária e que, no período de sete anos, podia ter dobrado a expressiva quantia acumulada nos seus seis primeiros anos de funcionamento.

Além de evidenciar a capacidade da Câmara de Atibaia arcar com suas despesas e a vitalidade das atividades econômicas nela desenvolvidas, gerando substanciais recursos, fica a indagação acerca dos motivos que levaram os camaristas de São Paulo a amputar uma parte rentável de seu território, quando supostamente enfrentavam um déficit em suas contas¹³⁷.

O reverso da indagação também parece válido, ou seja, a razão da resistência oposta à elevação por aqueles que se apresentaram como moradores de Atibaia, mesmo com a perspectiva da conservação dos recursos gerados na própria região, beneficiando-os diretamente. Convém ressaltar que as rendas das então freguesias de Atibaia, Nazareth e Jaguari

¹³⁵ LRACAt de 18 de janeiro de 1777.

¹³⁶ D714 - 1783- CO3712 ACA.

¹³⁷ Boa parte das rendas da câmara de São Paulo derivava dos estancos, que variavam de freguesia para freguesia, destacando-se Atibaia e Cotia como as mais rentáveis, enquanto São Miguel, Tremembé e Borda do Campo não tinham nem arrematantes, cf.: Leandro Calbente Câmara, op. cit. p. 85.

serviam, anteriormente, para honrar os compromissos financeiros da Câmara de São Paulo e, possivelmente, contribuíam para suprir ou ao menos minorar a incapacidade das outras regiões daquela cidade de garantir o equilíbrio entre receitas e despesas.

2.3.2 *Intervindo: fiscalização, ordenação e conservação*

O comércio constitui uma das principais atividades realizadas nos núcleos urbanos. No período estudado, os interessados em praticá-lo eram obrigados a obter autorização da Câmara para abrirem seus negócios, bem como, periodicamente, por ocasião das correições, tinham que exhibir aos camaristas suas “licenças de lojas e vendas e aferições de pesos e medidas”¹³⁸, sendo exercido um controle sobre a regularidade e funcionamento dos estabelecimentos mercantis.

Incumbia também à Câmara zelar para que os estaqueiros aprovisionassem a população, obrigando-os a sortirem seus estabelecimentos com os gêneros que conquistaram o direito de vender, tanto que na ata onde constam alguns detalhes do procedimento de arrematação foi estabelecido o seguinte encargo aos arrematantes:

(...) com a condição de terem, além das aguardentes, todo o mais necessário de molhados tanto da terra como de mar em fora nas ditas vendas, não impedindo a toda aquela pessoa que quiser vender sal de quarta para cima por ser assim costume praticado, tendo enfim todo o necessário a que eles avençantes assim prometeram, ficando outrossim sujeitos às nossas condenações, e às dos nossos almotacés e às posturas desta Câmara¹³⁹.

Despontam duas preocupações no excerto reproduzido: uma com o abastecimento, e outra com os limites do privilégio obtido, uma vez que o arrematante tinha que tolerar a venda de sal de “quarta para cima”, conforme o “costume” praticado.

O estanco não impedia que as mercadorias abrangidas na licença fossem transacionadas por terceiros, desde que acima de certas quantidades e não diretamente aos consumidores. Deste modo, proibia-se aos demais comerciantes “vender miúdo” ou a “retalho”, obrigando-os acaso desejassem manter tavernas e lojas abertas a se associarem com vistas à arrematação. Ou, então, a se ajustarem com o arrematante, adquirindo um “ramo” do estanco, permitindo-lhes, assim, a venda em certas localidades ou de certos produtos, conforme o que fosse pactuado.

As ligações entre aqueles que se dedicavam ao comércio eram, portanto, essenciais para assegurar uma participação no mercado local de abastecimento. Primeiramente para a aquisição do estanco, com a constituição do crédito e das garantias necessárias à arrematação e, em segundo lugar para a administração da concessão, quer entre os múltiplos adquirentes, quando

¹³⁸ LRACAt de 18 de julho de 1789.

¹³⁹ LRACAt de 26 de dezembro de 1778.

em consórcio, quer em relação aos ajustes com outros vendeiros e taberneiros por meio das cessões dos “ramos”.

Negociar os ramos do estanco permitia auferir maiores lucros e pagar em dia os “quartéis”, bem como honrar um importante compromisso assumido com a Câmara, já que nenhum deles era capaz isoladamente de suprir o abastecimento completo da vila, de modo que a associação com outros comerciantes ampliava a capacidade de distribuição e fornecimento de mantimentos. No curso de um processo judicial, narrou a autora que o arrematante, de quem seu marido falecido era fiador, vendeu ramos do estanco “a diversas pessoas que tinham taverna pública, entre as quais o réu”¹⁴⁰. E, em outro feito, é mencionada semelhante negociação, mas com um comerciante situado em uma localidade mais distante, a qual certamente não era abrangida pelo arrematante, pois consta no procedimento examinado uma carta de crédito em que o devedor registra expressamente que a licença era para vender no caminho que vai de Atibaia para o bairro de Jacaré¹⁴¹.

Os documentos citados, além de aclararem a rede de relações estabelecidas entre o estanqueiro e outros comerciantes, também evidenciam que a cessão onerosa de direitos decorrentes do estanco era frequente, tendo como objetivo ampliar os rendimentos e abarcar outras áreas que o detentor desses direitos não podia abastecer, como se observa da leitura dos autos cíveis, repletos de ações de cobrança de “ramos” do estanco¹⁴².

Alguns arrematantes adquiriam os direitos referentes ao estanco apenas para depois vender os “ramos”, tal como aconteceu com o Capitão Lucas de Siqueira Franco, um dos “principais da terra”, o qual, embora se dedicasse à atividade mercantil, seguramente não tinha “loja aberta”, visto que tal comércio não era bem visto pela sociedade da época¹⁴³.

Outra estratégia que também pode ter sido empregada era a obtenção do estanco para então monopolizar o fornecimento dos produtos, obrigando os comerciantes que mantinham

¹⁴⁰ D1352 – 1788 - CO 3721 ACA.

¹⁴¹ D235 – 1776- CO 3703 ACA.

¹⁴² D90 – 1772- CO 3699 ACA; D128 – 1773- CO 3700 ACA; D137 – 1773- CO 3700 ACA; D164 – 1773 - CO 3700 ACA; D255 – 1776 - CO 3703 ACA; D262 – 1776 - CO 3703 ACA; D316-C – 1778- CO 3705 ACA; D326 – 1778 CO 3705 ACA; D517 – 1781 - CO 3708 ACA; D717 – 1783- CO 3712 ACA; D855 – 1784 - CO 3714 ACA; D926 – 1785 - CO 3715 ACA; D1023 – 1786 - CO 3716 ACA; D1052 – 1786- CO 3717 ACA; D1082 – 1786 - CO 3717 ACA; D1187 – 1787 - CO 3719 ACA; D1335 – 1788- CO 3721 ACA; D1588 – 1790- CO 3724 ACA; D1660 – 1790 - CO 3725 ACA e D2284 – 1797- CO 3738 ACA.

¹⁴³ Na documentação judicial consta apenas uma ação de cobrança ajuizada pelo ainda Capitão de Ordenanças Lucas de Siqueira Franco, no ano de 1770. A dívida estava materializada em uma carta de crédito, sendo interessante que no título constava o termo “loja”, mas tratava-se apenas de uma referência ao local da tomada de um empréstimo em dinheiro e não da aquisição de mercadorias, evidenciando que o credor, apesar de exercer o comércio como sugere a aludida expressão, atuava naquela oportunidade como prestamista, podendo ser presumido que ele não vendia “miúdo”, nem “a retalho”. Cf.: D13 – 1770- CO 3697 ACA.

lojas a adquirirem exclusivamente dos estaqueiros, pois eram apenas eles que podiam autorizá-los a vender diretamente aos consumidores.

Das arrematações resultavam articulações entre comerciantes de diferentes graduações, cujas posições também variavam na cadeia estabelecida entre a produção e o consumo, sendo que todos tentavam garantir ou ampliar sua participação no mercado local. Mesmo os fiadores não aprestavam suas garantias apenas em razão da confiança depositada no afiançado, e sim buscando um benefício para seus próprios negócios, ou mesmo reciprocidade em uma próxima arrematação.

Manoel Pereira Padilha foi o arrematante do estanco de Atibaia em 1763 e 1767¹⁴⁴, sendo o fiador de Bento José de Figueiredo na ata já mencionada¹⁴⁵. Este último, anota Lilian Lisboa Miranda (2002), já tinha arrematado o estanco de Jaguari em 1765, apresentando-se como fiador do estaqueiro de Atibaia no mesmo ano, participando de um grupo que estabelecia constantes parcerias com a finalidade de obtenção dos direitos de comercialização referentes às freguesias, que na época ainda faziam parte da Cidade de São Paulo¹⁴⁶.

Há ainda outra referência a Bento José de Figueiredo mostrando que, no ano de 1774, ele adquiriu um ramo do estanco da freguesia de Jaguari pela quantia de 21\$000 réis, ressaltando sua inserção no mercado de abastecimento também na forma de cessionário dos direitos de comercialização¹⁴⁷, somando-se então às participações já verificadas na posição de estaqueiro, tanto exclusivamente, como consorciado a outros arrematantes, e de fiador.

Outra destacada figura no cenário local, o Guarda Mor Frutuoso Furquim de Campos também participou como fiador na arrematação do estanco de Atibaia no ano de 1778. Suas atividades, porém, não se relacionavam diretamente a esta modalidade de comércio, mas, tratando-se de um dos maiores produtores de aguardente da Capitania¹⁴⁸, certamente tinha interesse em se associar aos estaqueiros, posto que a aguardente constituía um dos principais produtos vendidos juntamente com o fumo, açúcar e o sal. Observa-se uma deliberação da Câmara reveladora dessa articulação:

¹⁴⁴ SILVEIRA, W. Franco da. **História de Atibaia**, op. cit., p. 164 e 167.

¹⁴⁵ LRACAt de 26 de dezembro de 1778.

¹⁴⁶ MIRANDA, Lilian Lisboa. **Governança e Edilidade em São Paulo**, op. cit. p. 146-148.

¹⁴⁷ D200 – 1774- CO 3701 ACA.

¹⁴⁸ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. destacam a expressiva produção de aguardente na região de Atibaia, cf.: **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 59; enquanto ALMEIDA, Elizabeth Darwiche Rabelo de indica Frutuoso Furquim de Campos como proprietário de escravos na Capitania de São Paulo em 1798, cf.: **As elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII**. São Paulo, 1972. 215 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 81.

mandaram chamar a sua presença a Antonio de Lima Camargo estanqueiro desta vila e lhe ordenaram que comprasse aguardente da terra de quem muito lhe parecesse dos moradores do termo desta vila e que um papel que o dito estanqueiro Antonio de Lima passou a Frutuoso Furquim de Campos obrigando-se no dito papel que só do dito Frutuoso Furquim lhe houvera de comprar aguardentes e de mais ninguém ficasse o dito papel sem vigor algum de hoje em diante por causar grande prejuízo aos muitos lavradores de cana¹⁴⁹.

A participação no comércio local de mantimentos, portanto, estava intimamente relacionada à aquisição dos estancos, de modo que assegurar a efetividade dos direitos adquiridos com a arrematação era fundamental para regularização do abastecimento e também para garantir que houvesse interessados capazes de oferecer quantias cada vez maiores pela exclusividade de vendê-los, importando, conseqüentemente, na necessidade de exercer a fiscalização e o controle sobre o mercado, impedindo que fossem vendidos “molhados” e aguardente ilicitamente.

O exemplo consubstanciado na citação anterior também serve para evidenciar o caráter fiscalizador da Câmara ao tentar impedir a constituição de um monopólio, intervindo na comercialização da aguardente, teoricamente para garantir o abastecimento e, concomitante, assegurar que todos os produtores pudessem vender o produto ao arrematante.

Ainda em relação ao abastecimento, a Câmara determinou ao alcaide, após a realização de uma correição geral, que notificasse o estanqueiro Ignácio de Oliveira para, no termo de quinze dias: “servir a sua venda com todos os gêneros que se lhe determinam nas condições do seu contrato pena de ser condenado na forma das mesmas condições”¹⁵⁰.

Nesse sentido, Joaquim Gomes foi condenado ao pagamento de multa “por ser arrematante do estanco, e não ter o sortimento de vinagre, aguardente do reino, azeite de oliva e marmelada”¹⁵¹, enquanto pelo mesmo motivo Martinho Pires foi obrigado ao pagamento de 400 réis de multa à Câmara, sendo também condenado por estar vendendo “sem ser almotaçado”, bem como em razão de não ter feito as aferições nos últimos seis meses¹⁵².

As correições feitas pelos camaristas eram periódicas e previamente agendadas, o que as tornavam, ao menos em tese, menos efetivas que a fiscalização mais constante feita pelo almotacé. Assim, juntamente com a regularização do fornecimento de gêneros de primeira necessidade, fazia-se necessário coibir a venda ilegal de mercadorias, ante a necessidade de garantir o pleno exercício dos direitos advindos da arrematação, ao redor dos quais se

¹⁴⁹ LRACAt de 25 de setembro de 1773.

¹⁵⁰ LRACAt de 06 de junho de 1792.

¹⁵¹ LRACAt de 07 de dezembro de 1792.

¹⁵² LRACAt de 25 de novembro de 1790.

estruturava a complexa rede de relações entre os diversos tipos de comerciantes e também alguns produtores, todos envolvidos direta ou indiretamente no mercado de abastecimento.

Deste modo, os livros da almotaçaria seriam mais apropriados para examinar de forma completa a atividade da câmara no âmbito da fiscalização, o que prejudica parcialmente a análise por conta da falta desses registros. Em relação ao abastecimento, aos pesos e medidas e ao controle de preços, tem-se as Ordenações como referência normativa¹⁵⁴. Algumas atas já mencionadas evidenciaram a atenção dada às condutas capazes de causar disrupções no fornecimento de mantimentos, o mesmo ocorrendo nas pesquisas que abordam outras câmaras, as quais destacam igualmente a atuação dos camaristas com a finalidade de garantir a oferta de víveres¹⁵⁶.

A ação dos oficiais em relação ao estabelecimento do valor adequado das mercadorias também foi verificada, tendo sido consignado, em uma das atas examinadas, que o Procurador requereu a condenação de Custódio Lopes, “vendilhão de taverna”, por não apresentar “escrito de almotaçaria”. Ou seja, não demonstrar que os preços por ele praticados foram referendados pelo almotacé¹⁵⁷.

Os camaristas absolveram o comerciante, considerando como atenuante a sua “ignorância e prontidão em satisfazer todas as posturas da Câmara em seus mandados”, mas a mesma ata também consignou que durante a correição o infrator manteve as portas de sua venda fechadas, circunstância que lança uma dúvida sobre o fundamento do perdão concedido, pois se houvesse o real desconhecimento do cometimento da ilicitude o infrator certamente teria seu comércio aberto à inspeção. Lembrando que as correições eram previamente anunciadas por meio da publicação de editais, havendo, portanto, indícios de certa leniência da Câmara¹⁵⁸.

Também foi verificada a convocação da Câmara para apurar uma denúncia feita contra José Pais e José Pedroso Pinto, ambos da Freguesia de Jaguari, “por venderem vários gêneros da sua venda por mais do que é almotaçado”¹⁵⁹. A apuração dos “preços justos” vem sendo associada pela historiografia à busca do bem comum, considerado o cerne da atuação da Câmara, merecendo tal constatação uma abordagem específica mais adiante.

¹⁵⁴ Ver: Ordenações, Livro I, título XVIII, sobre o almotacé-mor, também aplicável aos demais almotacés, cuja disciplina se encontra no título LXVIII, do mesmo livro, enquanto a faculdade da câmara em precificar as mercadorias era prevista também no mesmo livro, título LXVI, parágrafo trinta e dois, que autorizava a fixação dos preços das “cousas, que se comprarem e se venderem, segundo a disposição da terra e qualidade do tempo”.

¹⁵⁶ CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder**: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802), op. cit., p. 127-128; MIRANDA, Lilian Lisboa. **Governança e edilidade em São Paulo (1765-1775)**, op. cit. p. 123.

¹⁵⁷ LRACAt de 22 de novembro de 1777.

¹⁵⁸ LRACAt de 22 de novembro de 1777.

¹⁵⁹ LRACAt de 18 de dezembro de 1780.

Já quanto à interdição das vendas clandestinas de mercadorias, afora a previsão normativa de proscrição dos estabelecimentos em condições insalubres, não há atribuição específica de proteção aos direitos decorrentes do estanco, ao menos conferida pelo direito régio aos oficiais da câmara, ficando talvez a cargo da normatização municipal definir como se fará o controle e a imposição de penalidades, como sugere um dos documentos examinados¹⁶⁰.

Pelo menos quatro representações dos estanqueiros relatam de forma mais precisa infrações aos direitos de exclusividade na venda de mercadorias, postulando a atuação da Câmara para fazer cessar o abuso. Embora as ocorrências mais completas sobre o assunto não sejam numerosas, considerando que o corpo documental é bastante fragmentado e que a maioria dos requerimentos levados aos camaristas raramente é detalhada pelo escrivão, a amostra se torna bastante expressiva, sobretudo em razão de ter sido possível recuperar parte dos argumentos e verificar alguns dos desdobramentos por meio de outras fontes documentais.

O primeiro registro é o anteriormente referido, encontrado entre os autos cíveis do ano de 1771. No documento, João Duarte do Rego, estanqueiro de Atibaia, denuncia Miguel da Costa Rangel à Câmara, pois estava vendendo mercadorias “ocultamente” e “sem licença dele”. Tratava-se de “sal a medidas, fumo a varas e açúcar”, razão pela qual queria a reparação do prejuízo e o pagamento de multa. Segundo o autor, a pena pecuniária deveria ser arbitrada pela Câmara em seis mil réis, assim como uma sanção corporal de trinta dias de cadeia. Do valor da multa metade seria para o denunciante e a outra metade para as despesas “deste senado”¹⁶¹.

Tratou-se, inicialmente, de um procedimento de natureza administrativa, por ter sido endereçado aos camaristas. Entretanto, em despacho proferido em vereança, no recinto da Câmara, o juiz presidente o redirecionou ao juízo ordinário, no qual a representação assumiu o formato de um “auto cível de justificação”, tomando as feições de um processo judicial¹⁶². Foram ouvidas três pessoas, devidamente qualificadas, as quais confirmaram que o réu vendia

¹⁶⁰ D77 - 1771- CO 3698 ACA.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Note-se que são duas atividades distintas, uma tida como administrativa e outra de natureza jurisdicional, cada qual com sua própria dinâmica, refletindo na modalidade documental em que é materializada, cuidando-se inicialmente de uma reclamação frente ao colegiado composto pelos oficiais camarários, assumindo, em seguida, a forma de um procedimento cível, destacando-se ainda a Câmara como local onde foi examinada previamente a reclamação. Embora se trate dos mesmos juízes, tanto na presidência das vereações em Câmara, como na realização de audiências em suas próprias casas, já se delineava certa especialização em relação às funções, o que também foi verificado em outras localidades, anotando Carmem Silva Lemos, acerca dos juízes ordinários de Vila Rica, que: “O modo como desempenhavam as atribuições do cargo aponta para indícios que prenunciam a separação entre funções burocráticas e de justiça. É sintoma deste entendimento diferenciado de funções a própria distribuição espacial: os juízes ordinários exercerem suas atividades em locais distintos, sendo as de natureza administrativa executadas no Senado da Câmara ou Paço do Concelho, e as funções de justiça em “casas e morada”. Cf.: **A justiça local:** os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). 2003. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 18.

sal, fumo e açúcar “pelo miúdo”. Entretanto, ele foi absolvido com base no questionamento da idoneidade das testemunhas e na impossibilidade de penalização, mas o juiz “ressalvou o direito do autor seguir em ação própria”, em que poderia comprovar os danos e “reaver seu prejuízo”¹⁶³.

A sentença proferida pelo juiz ordinário ainda aludiu à impossibilidade de punição, afirmando que o pedido de ver o réu condenado “nas penas arbitradas por este nobre Senado” era inviável, pois ainda não tinham sido definidas as penalidades aplicáveis pela Câmara, as quais, segundo a decisão: “deverão constar por termo, acórdãos ou estatutos e como nada se acha arbitrado pelo dito senado a este respeito é estes autos por não justificados e o réu por absolto da pena requerida”¹⁶⁴.

Outros dois requerimentos foram referidos em uma mesma ata da câmara, um deles formulado pelo estanqueiro da freguesia de Jaguari, Joaquim Correa Bueno da Veiga, queixando-se de Manoel da Costa, porque “estava vendendo aguardente de cana pelo miúdo e sal, que lhe prejudicava gravemente” e, em outro requerimento, o mesmo infrator foi denunciado pelo licenciado João do Prado Bueno, “arrematante dos subsídios”, pois “recolhia muita aguardente de cana para vender na Freguesia sem lhe pagar”. Os denunciante solicitaram à Câmara que obrigasse o denunciado a ressarcir-lhes os prejuízos causados¹⁶⁵.

Os mesmos requerimentos despachados na vereança de 04 de julho de 1772, parcialmente reproduzida acima, foram identificados entre os autos cíveis, tendo sido localizados em dois procedimentos distintos, mas que tramitaram concomitantemente, nos quais Manoel da Costa foi condenado ao pagamento de multa e à prisão em decisão assinada pelos juízes, vereadores e pelo procurador do concelho. Cumpre realçar que, a despeito de possuírem a mesma forma de estruturação e sequenciamento dos autos cíveis, o réu foi condenado pela Câmara enquanto órgão administrativo e não jurisdicional. Ou seja, não foram julgados pelo juiz ordinário, nem foi o procedimento escriturado pelo tabelião, além de os atos de instrução terem sido praticados no recinto da Câmara, e não nas casas de morada dos juízes ordinários, como nas ações judiciais¹⁶⁶.

Contra a decisão condenatória proferida pelos camaristas referente à denúncia de Joaquim Correa Bueno da Veiga insurgiu-se Manoel da Costa, opondo embargos, os quais,

¹⁶³ D77 - 1771- CO 3698 ACA.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ LRACAt de 04 de julho de 1772.

¹⁶⁶ D83 – 1772- CO 3699 ACA e D101 – 1772- CO 3699 ACA.

embora se refiram especificamente à condenação acima descrita, foi separado do procedimento original e catalogado como documento independente pela organização do arquivo¹⁶⁷.

Manoel da Costa defendia-se argumentando que sempre foi “costume praticado na terra venderem aguardente por medida miúda meia légua em diante”, sem nada pagar ao estanqueiro, bem como afirmando que tinha licença da câmara para vender fazenda seca¹⁶⁸.

Entre os procuradores do embargado figurava Miguel da Costa Rangel, o mesmo que se livrou de uma condenação pela mesma prática no ano anterior e agora auxiliava o estanqueiro contra o réu, ou seja, de acusado passou a representante do acusador. O documento infelizmente se apresenta incompleto, não sendo possível conhecer o desfecho do processo¹⁶⁹.

Em outro procedimento, do ano de 1788, o arrematante do estanco da Freguesia de Jaguari, José Romualdo Peleja, alegava que os réus vendiam “aguardente, sal, toucinhos, açúcar e fumo e mais tudo que lhes parecesse em pesos miúdos, tudo em desfalque dele suplicante arrematante e contra as Leis de sua Majestade”, pedindo que os infratores fossem notificados e cessassem tal conduta, do contrário teriam suas mercadorias apreendidas¹⁷⁰.

A representação foi feita, inicialmente, à Câmara, determinando o órgão que um oficial fosse verificar o alegado, o qual confirmou a prática indevida. Em seguida, o procedimento foi redirecionado ao juiz ordinário, que o recebeu como “autos cíveis de notificação”, citando os réus, os quais não compareceram à audiência, ocasião em que o juiz mandou que os autos “fossem conclusos para decidir o que justo fosse”, mas infelizmente não há seguimento¹⁷¹. O autor da denúncia afirmava que os infratores comercializavam sal em “meia quarta” e fumo abaixo de “oito libras”, utilizando medidas de peso e volume abaixo dos limites estabelecidos, sendo a venda considerada “a retalho”, afrontando a exclusividade decorrente da arrematação do estanco¹⁷².

O processo teve seguimento no ano seguinte, isto porque os réus: Capitão José Antonio Rodrigues, José Pedroso Pinto, João Pires de Moraes e Joaquim Gomes de Moraes, apresentaram embargos supostamente de uma decisão condenatória, tendo este último afirmado que:

alcançou despacho junto para poder vender sal de meia quarta para cima, o qual lhe foi concedido e por isso o esta vendendo e também algumas rapaduras, cousas que não prejudicam ao arrematante, porém como o arrematante José Romualdo Peleja o mandou citar para fechar a porta como à pena de trinta dias de cadeia e seis mil réis de condenação, a que não permite a Lei, porque o dito arrematante nem sal tem para vender ao povo, nem aguardente do reino, nem vinagre e outros mais gêneros, passando os povos em consternação

¹⁶⁷ D98 – 1772-CO 3699 ACA.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ D1261 – 1788 - CO 3720 ACA.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Ibidem.

de padecer e não haver em outra parte e assim requer o suplicante a Vossas Mercês sejam servidas conceder-lhe poder vender as ditas e gêneros como é sal de meias quartas para cima, rapaduras e queijos, atendendo ao bem comum¹⁷³.

O Capitão José Antonio Rodrigues, José Pedroso Pinto e João Pires de Moraes adotaram a mesma linha de defesa, negando que vendiam os gêneros “a retalho”, mas apenas sal em alqueires, ou meias quartas para cima e aguardente da terra em “canadas” e não medidas, apresentando ainda petição do “povo” da freguesia de Jaguari, que dizia se ressentir da falta de gêneros, especialmente de sal e aguardente. Tal petição contava com 24 assinaturas, incluindo a dos réus embargantes¹⁷⁴.

Romualdo Peleja contraria os embargos, dizendo que os embargantes são seus inimigos, “urdindo maquinações” para prejudicá-lo, vendendo diversos gêneros como vinhos, azeite e vinagre. Em outra manifestação, por meio do seu procurador João do Prado Bueno, o estaqueiro afirma que os embargantes confessaram manter loja aberta ao povo, o que, por si só, representa uma admissão de afronta ao estanco, constituindo tal confissão uma “meia prova” capaz de suportar a condenação¹⁷⁵.

Observa-se que vários questionamentos foram trazidos à Câmara, aflorando as disputas em torno do privilégio de vender gêneros alimentícios, os chamados “molhados”, com a articulação dos comerciantes frente aos direitos decorrentes do estanco, tanto para defendê-los como para afrouxá-los, havendo a reiterada participação de alguns deles. Um exemplo disso gira em torno do licenciado João do Prado Bueno, arrematante do subsídio das aguardentes em um dos requerimentos e, em outro, procurador atuando em favor do estaqueiro Romualdo Peleja.

Referidos questionamentos também se estendem aos procedimentos adotados, pois embora análogos, foram equacionados de forma diversa pelos camaristas. O primeiro foi encaminhado para o juízo ordinário e autuado como um processo executório, no qual se intentou a cobrança dos prejuízos, decidindo-se pela impossibilidade de aplicação das penalidades requeridas pela falta de previsão normativa.

No ano seguinte, a Câmara foi responsável pela condução dos dois procedimentos que culminaram com a condenação do infrator. Ou seja, o órgão assumiu a responsabilidade pelo julgamento e condenou o réu na forma pedida pelos estaqueiros, enquanto no último procedimento, examinado anos depois, houve novamente remessa ao juízo ordinário, que o tomou como um “auto cível de notificação”.

¹⁷³ D1447 – 1789 - CO 3722 ACA.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ D1447 – 1789 - CO 3722 ACA.

Uma explicação, já em parte delineada, é que na falta de previsão normativa régia cabia à Câmara disciplinar as penalidades, o que ainda não tinha ocorrido, conforme consignado na sentença que se ressentiu da ausência. Tratou-se, porém, de uma justificativa apenas parcial, especialmente quando considerada a frequente cominação da penalidade de prisão e multa ao descumprimento das deliberações dos camaristas em outras situações, como adiante se observará.

Outra hipótese é que os camaristas tinham liberdade para interpretar a matéria e definir o procedimento a ser adotado em razão da ausência de uma previsão normativa nas Ordenações, ou no corpo normativo régio. Acrescente-se que as vias judiciais escolhidas, ou seja, a recomendação de ajuizamento de uma ação de perdas e danos ou, então, a transformação em um procedimento prévio de notificação, ao qual poderia se seguir a imposição de uma cominação, não eram de todo equivocadas.

Ademais, a matéria podia ser encarada tanto como uma lesão ao direito do estaqueiro, reclamando então a resolução do conflito de natureza individual por meio de uma indenização, como também podia significar uma afronta às determinações da Câmara, circunstância em que deveria ser exercido o poder do órgão para garantir a efetividade de seus atos. Portanto, havia certa margem de manobra aos camaristas, assinalando-se ainda que a composição do órgão variava anualmente, de sorte que o entendimento sobre os procedimentos e sanções aplicáveis podia igualmente mudar.

Também não foi possível verificar, no último caso, como a Câmara tratou a venda em quantidades inferiores ao permitido, conhecendo-se apenas o conteúdo da defesa, que acusou o arrematante de não oferecer mercadorias em quantidades suficientes, sugerindo uma crise de abastecimento como justificativa das ações violadoras dos direitos do estanco, apropriando-se, desta forma, do discurso acerca do “bem comum” em favor de seus próprios interesses.

Neste último caso, ainda há a alegação feita pelos réus de que tinham obtido autorização para venderem sal em medidas inferiores ao permitido. Esta suposta permissão dada pela Câmara, somada aos procedimentos divergentes adotados em cada requerimento, revelam uma posição ambígua e oscilante do órgão, a qual, muito embora pendente de uma explicação mais completa, não chegou a comprometer a estabilidade do sistema baseado nos estancos, pois persistiu o interesse nas arrematações e as receitas continuaram elevadas.

Cabe pontuar a importância da câmara no equacionamento de interesses, muitas vezes opostos, decorrentes dos privilégios do estanco e das necessidades de abastecimento, bem como na gestão dos conflitos que eclodem no seio do grupo de comerciantes atuantes neste mercado,

constituindo função do órgão, ao menos em tese, fiscalizá-lo e nele intervir com a finalidade de harmonizar os interesses e dirimir os litígios.

Tal fiscalização sobre o mercado também abrangia o controle dos preços e dos pesos e medidas, sobressaindo, neste último caso, o papel do almotacé, conforme anteriormente realçado, justificando-se o enfoque até aqui dado aos estancos, pois a função de assegurar o respeito aos privilégios dos arrematantes não estava, ao menos formalmente, abrangida no quadro de atribuições do referido oficial.

Os arrematantes não podiam, provavelmente, contar com o auxílio do almotacé para garantia dos direitos adquiridos; isto, porém, não os deixava inteiramente vulneráveis, já que era possível, por meios próprios ou de colaboradores, comunicar eventual violação do monopólio à Municipalidade, conforme verificado nos casos anteriormente citados. Circunstância que ainda enfatiza como se fazia necessário aos comerciantes tecer uma rede de relações que lhes permitissem o pleno desenvolvimento das atividades mercantis ligadas ao mercado de abastecimento.

As “denúncias”, ademais, eram parte importante do sistema de fiscalização exercido pela Municipalidade. Na cidade de Salvador, por exemplo, 35% das condenações aplicadas pela Câmara decorreram das delações. Tal número somente era superado, em termos percentuais, pelas condenações desencadeadas pela atuação do almotacé, que corresponderam a 45%, enquanto as condenações aplicadas pelos demais oficiais, quando da realização das correições, atingiram o percentual restante de 20%¹⁷⁶.

As atas retratam mais a modalidade de fiscalização exercida por meio das correições, enquanto a análise das desencadeadas por requerimentos, em regra, restou prejudicada por conta da falta de detalhamento da maioria dos registros. Ainda assim, foram contabilizadas, no total, 178 vereações referentes à fiscalização, correspondendo a 19,78% das realizadas. Ou seja, em quase um quinto das reuniões a matéria foi abordada pelos camaristas.

Além do mercado, incumbia à Câmara exercer a vigilância sobre outros aspectos mais ligados à vida urbana, entre os quais os relacionados às edificações, compreendendo não apenas o aproveitamento dos terrenos, mas também o alinhamento e regularidade das construções, a formação dos arruamentos, o escoamento das águas, o asseio e conservação dos imóveis, destacando-se novamente a atuação do almotacé no exercício deste controle, coadjuvado, em parte, pelos vereadores e pelo procurador do concelho.

¹⁷⁶ SOUSA, Avanete Pereira. **Poder Local Cidade e Atividades Econômicas (Bahia, século XVIII)**. 2003. 348f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 290, 2003.

Ressalte-se que a Câmara era responsável pela distribuição das terras municipais por meio das chamadas “cartas de datas de chão”, documentos que materializavam essa transferência¹⁷⁷, confiando-se ao procurador do concelho a tarefa de verificar o respeito aos limites das concessões de áreas e das construções, bem como a de adotar as medidas necessárias para a conservação e recuperação das terras que cabiam à Municipalidade. De forma que os camaristas fizeram uma advertência aos moradores para que cercassem as áreas concedidas no prazo de um mês e nelas edificassem suas casas, do contrário, as perderiam¹⁷⁸.

Quando os camaristas observavam a regularidade e higiene dos estabelecimentos comerciais, aproveitavam também para verificar a conservação dos imóveis, multando os proprietários que não mantinham as testadas das casas limpas de mato, bem como as edificações devidamente rebocadas e caiadas, emitindo inclusive edital com tais determinações; um deles foi especialmente publicado por ocasião “da festa da trasladação de São João Batista”¹⁷⁹.

Em uma das primeiras correições realizadas pela Câmara, foram aplicadas 18 multas em razão da falta de asseio dos imóveis, totalizando 8\$200 réis; os valores das penas pecuniárias variaram entre duzentos a mil réis¹⁸⁰. No mês anterior, alertados pelo Ouvidor para adotar providências para a abertura de um beco, os camaristas manifestaram sua preocupação com as edificações irregulares, publicando em ata o seu primeiro edital, o qual determinava que “nenhum morador levantasse casa sem licença de Câmara”¹⁸¹.

As vereanças referenciam em várias oportunidades a aplicação de multas diante do mal estado de conservação dos imóveis, enquanto a necessidade de abertura de ruas fechadas por edificações e a orientação sobre as licenças de construção, igualmente verificadas nas atas, são medidas que, não obstante possam ser englobadas na esfera da fiscalização e a ela se encontrem associadas, amoldam-se também à função de ordenação espacial atribuída à Câmara.

Tal vertente de atuação dos camaristas, portanto, conjuga-se com o exercício dos atos de fiscalização, observando-se no curso de uma correição que os oficiais “determinaram alguns lugares para ruas por se ter aumentado a Povoação (e) para o bem comum (...) mandaram passar Edital e assinaram os terrenos”¹⁸².

Em outra correição, os camaristas mandaram desmanchar uma casa que fora construída indevidamente defronte o pátio da igreja e paralisaram uma obra vizinha a ela, pois avançavam

¹⁷⁷ Observa-se que a Câmara mandou o procurador passar uma “carta de data de chão” a José Joaquim Rodrigues, anotando-se no livro de registros: Cf.: LRACAt de 11 de março de 1793.

¹⁷⁸ LRACAt de 07 de março de 1778.

¹⁷⁹ LRACAt de 23 de dezembro de 1788.

¹⁸⁰ LRACAt de 25 de agosto de 1770.

¹⁸¹ LRACAt de 06 de julho de 1770.

¹⁸² LRACAt de 28 de julho de 1783.

sobre uma área considerada “servidão do povo”, adotando tais medidas com a finalidade de assegurar o cumprimento do regramento edificativo¹⁸³.

O desempenho frequente destas tarefas pelos camaristas levou à publicação de um edital por meio do qual foram disciplinadas as dimensões das edificações, a forma que deveriam ser construídas, além da necessidade de autorização da Câmara para abertura de ruas:

Determinaram por um edital que se publicou que se não fizesse casa sem ter de altura dezoito palmos as portas onze e as janelas sete, sendo estas postas no mesmo alinhamento das portas e que entre uma e outra casa não ficasse vão, e que se não formasse rua nova sem dar parte a eles ditos vereadores para as mandarem alinhar na forma devida¹⁸⁴.

Respondendo ao crescimento demográfico, portanto, a Câmara promoveu a organização espacial da Vila, assinalando os lugares que serviriam como vias de circulação, assim como a maneira das moradias serem construídas e alinhadas junto aos arruamentos.

Em outra ata, além da corriqueira notificação para os que tinham suas “testadas arruinadas” as consertarem, ordenou-se ao procurador do concelho a adoção de uma série de medidas com vistas ao escoamento das águas pluviais, conforme emerge de três trechos de uma ata, abaixo transcritos:

determinaram que desde as casas e morada de Francisco Ferreira até as casas de José Pires fossem notificados todos os moradores para levantarem e aterrarem as suas testadas na distância de dez palmos o que o procurador deste Concelho no meio da rua fronteando as casas da mão diste mais ou menos até o pelourinho arranjassem rebaixar quanto bastante seja para as águas correrem para adiante...”

que o procurador deste Senado mandasse, no beco que está entre as casas do Guarda mor Frutuoso Furquim de Campos e o Alferes Manoel Pereira Padilha, abrir entrada ou expedição às águas que despejam da rua que vêm da Senhora da Consolação, sendo notificados os donos das mesmas casas o não entupirem mais sob pena de os reformarem as suas custas

mandaram que o mesmo procurador mandasse preparar a expedição das águas que forem do pátio da Igreja Matriz na Rua de Baixo mandando-as encanar da saída na dita rua e abrir-lhe expedição ao beco que fica junto às casas do Capitão Crispim da Silva Franco para por ele irem sair ao Campo¹⁸⁵.

Os oficiais da Câmara mencionaram o “bem comum” quando delimitaram os locais destinados às novas ruas com a finalidade de acomodar o crescimento da população. A mesma justificativa, muito embora não constando explicitamente na ata, substanciou as medidas adotadas com a finalidade de dar vazão às águas fluviais, merecendo destaque, porém, a diferença de tratamento dado aos proprietários dos imóveis em cada uma das ações adotadas pela Câmara.

¹⁸³ LRACAt de 07 de dezembro de 1792.

¹⁸⁴ LRACAt de 30 de outubro de 1790.

¹⁸⁵ LRACAt de 10 de julho de 1790.

Na primeira parte da ata, os moradores foram notificados para elevarem suas testadas, fazendo-o às suas próprias custas, cabendo ao procurador fiscalizar a execução dos serviços. Já no segundo trecho o procurador foi incumbido de providenciar a desobstrução de uma passagem de água entre duas casas, desta vez às expensas da Câmara, de forma que foi feita uma advertência aos proprietários para que não mais a “entupissem”. Ou seja, a despeito da intervenção ser pertinente apenas aos dois moradores e serem eles responsáveis pela tapagem, a responsabilidade pela obra e a sua execução ficou a cargo da Municipalidade. O mesmo ocorre no terceiro caso, no qual o proprietário do imóvel que formava um “beco”, causando possivelmente o represamento das águas da chuva, foi igualmente desobrigado de realizar ou custear os serviços que permitiriam o escoamento.

A atribuição da responsabilidade pelas despesas das obras a uma parte dos moradores e a isenção de outros demonstra novamente a ambiguidade da Câmara, não passando despercebido que um dos proprietários era o influente Guarda Mor Frutuoso Furquim de Campos, e os outros dois beneficiados eram oficiais de ordenanças, ambos com passagens como camaristas¹⁸⁶.

Em cumprimento da função tida como “sanitária”, os camaristas “mandaram notificar os forros para que estes consertassem a aguada da vila”¹⁸⁷ e também para que: “roçassem os matos” em redor dela¹⁸⁸, valendo-se então dos chamados “desclassificados”¹⁸⁹, sem que houvesse nas referidas atas e nas subsequentes qualquer indicação de remuneração em troca das prestações exigidas. Nestes casos, mais do que a diferença de tratamento entre proprietários, revela-se a forma desigual de distribuição dos encargos da vida urbana e a natureza arbitrária do poder da Câmara, mesmo quando exercido supostamente em benefício da coletividade.

A “aguada” era o nome dado aos canais pelos quais os núcleos urbanos eram abastecidos de água, havendo atas contendo determinações dos camaristas aos proprietários dos imóveis que dela se serviam para que a conservasse nos limites dos seus imóveis¹⁹⁰. Dessa forma, isso

¹⁸⁶ Crispim da Silva Franco exerceu vários ofícios, vide nota 59, enquanto Manoel Pereira Padilha foi juiz ordinário em 1773, 1779 e 1783, além de já ter sido referido como participante do mercado de abastecimento antes e depois da elevação da freguesia de Atibaia a Vila.

¹⁸⁷ LRACAt de 21 de julho de 1775.

¹⁸⁸ LRACAt de 11 de janeiro de 1772 e LRACAt de 28 de junho de 1773.

¹⁸⁹ Laura de Mello e Souza empregou a expressão para descrever um segmento da população das regiões auríferas, cuja existência era caracterizada pela pobreza, destacando-se a figura dos forros e dos brancos pobres, os quais, muito embora excluídos da participação social e política, eram bastante úteis, especialmente nas funções em que o escravo não se mostrava adequado, assinalando o emprego desta força de trabalho em obras públicas, na captura de cativos fugitivos e na povoação das regiões de fronteira. Cf.: **Desclassificados do Ouro**, op. cit., p. 103-131.

¹⁹⁰ Há uma vereança na qual os “moradores que se servem da aguada de cima” são instados a “fazerem um aterrado ao pé da mesma” (LRACAt de 20 de junho de 1772) e outra em que os “povos” são notificados para “compor suas aguadas por se acharem danificadas” (LRACAt de 24 de outubro de 1772).

apenas reforça, no caso descrito no parágrafo anterior, o tratamento diferenciado dispensado aos “forros”, obrigados a realizar um serviço atribuído aos beneficiados pelo fornecimento, ou então à Câmara, como tutora, em tese, dos interesses da coletividade¹⁹¹.

Observou-se ainda a preocupação da Câmara com o suprimento de água na ocasião em que o órgão mandou verificar a viabilidade de adicionar uma nova fonte com o objetivo de abastecer a vila, tendo sido chamado João do Prado Bueno “a fim de se examinar se as águas que saem do pé da Rocha do Capitão Joaquim de Siqueira Franco na terra de Itapetinga vinham a esta vila”. Trata-se de uma atuação em resposta às necessidades de expansão do povoamento¹⁹².

Um edital foi publicado pelos camaristas, determinando que fossem retirados da Vila os doentes de sarampo, cominando pena de prisão e multa aos infratores¹⁹³. As demais medidas adotadas, principalmente com a finalidade de garantir a limpeza das ruas e dos imóveis, o escoamento das águas pluviais para evitar a formação de charcos, bem como o abastecimento e procura de novas fontes de água potável, são todas intervenções que se coadunam a uma importante função desempenhada pela Municipalidade, qualificada como “sanitária”, a qual, juntamente com o “construtivo” e o “mercado”, dimensões anteriormente examinadas, constituem as já referidas três agendas do viver urbano¹⁹⁴.

A circulação de animais pelas ruas e estradas da vila e das freguesias, bem como em seus arredores, uma questão aparentemente trivial, ocupou, por diversas vezes, os camaristas, ensejando a publicação de vários editais, pois conforme emerge da leitura das atas, as éguas e porcos que viviam soltos molestavam os viandantes e prejudicavam as lavouras. A Câmara determinou que os animais fossem “encurralados” pelos seus donos, autorizando ainda que o porteiro e o alcaide matassem os porcos e apreendessem as éguas que encontrassem¹⁹⁵.

Durante uma correição do Ouvidor e Corregedor também foram estabelecidas penalidades aos infratores¹⁹⁶. Enquanto em outra oportunidade determinou-se que se fizesse um cercado no rocio para os animais¹⁹⁷, mas tais medidas não foram suficientes e o problema persistiu como reconhecia a própria Câmara: “(...) mandaram eles oficiais da Câmara deitar um

¹⁹¹ Em outra ata, a Câmara deliberou que o procurador providenciasse o conserto da “Aguada do Rio Pequeno”, autorizando a realização dos gastos necessários. Ou seja, assumindo tal encargo e seu custeio (LRACAt de 22 de fevereiro de 1778).

¹⁹² LRACAt de 10 de agosto de 1793.

¹⁹³ LRACAt de 31 de dezembro de 1792.

¹⁹⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib*, op. cit, p. 347.

¹⁹⁵ LRACAt de 10 de julho de 1773, LRACAt de 10 de setembro de 1774, LRACAt de 12 de março de 1775, LRACAt de 18 de janeiro de 1777, LRACAt de 08 de dezembro de 1777, LRACAt de 01 de junho de 1782 e LRACAt de 23 de abril de 1791.

¹⁹⁶ LRACAt de 30 de março de 1777.

¹⁹⁷ LRACAt de 12 de novembro de 1774.

edital a respeito dos porcos que se apanharem nas ruas matarem-se e as éguas que também se acharem coimarem no pelourinho, visto não inculcarem tantas admoestações...”¹⁹⁸.

Os sucessivos editais publicados e os capítulos das correições do Ouvidor não alcançaram, por si só, plena eficácia no sentido de direcionar o comportamento dos proprietários dos animais. Consequentemente, as medidas visando coibir as práticas indevidas precisavam ser constantemente renovadas.

Leandro Calbente Câmara (2005) afirma que o objetivo não era propriamente pôr fim às infrações, mas apenas “enquadrá-las em um esquema de fiscalização e punição”. Segundo tal perspectiva, a natureza descontínua da atuação municipal demandava “uma reafirmação constante das práticas interditas ao povo”, enquanto as normas que consubstanciavam as proibições somente se realizavam plenamente quando combinadas à dimensão punitiva¹⁹⁹.

Assinala o autor que este controle não era contínuo, mas exercido de forma “fragmentada, desconexa e casual”, de modo que os oficiais precisavam agir apenas pontualmente para inibir os abusos e não a totalidade das transgressões. Conclui afirmando que o “governo econômico da cidade” lastreava-se em um a “noção moral da vida social”, que respaldava uma “prática fiscalizadora e punitiva”, voltada para a “disciplina do espaço citadino” e manutenção de “certa ordem das coisas”, o que, porém, não demandava uma vigilância contínua²⁰⁰.

Porém, cumpre observar que as normas estabelecidas somente se tornam efetivas quando integradas a mecanismos de fiscalização eficientes. Do contrário, sendo vantajosa a manutenção dos animais em liberdade, uma vez que buscam seu alimento sem necessidade de dispêndio de recursos pelo criador, a omissão indesejada persistirá, sendo evidente que os proprietários não desconhecem a ilicitude, mas, sabendo da deficiência dos meios de imposição das sanções, optam pelo descumprimento.

A venda de mercadorias acima do valor almotaçado também é verificada com frequência. Nem por isso a Câmara renova, ao menos por meio de editais, a necessidade de observância dos preços estabelecidos. E, se eventualmente são referidas “denúncias” ou mesmo verificada tais infrações nas correições, a finalidade é a de retratar o cumprimento do dever de fiscalização dos oficiais ou, ainda, instar os almotacés a cumprirem sua função.

¹⁹⁸ LRACAt de 02 de dezembro de 1775.

¹⁹⁹ CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder**: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802). São Paulo, op. cit., p. 99.

²⁰⁰ Idem, p. 101-2.

Por outro lado, se torna despiciendo qualquer edital que exorte o oficial a exercer a fiscalização, uma vez que está previsto nas ordenações a atuação do almotacé no controle dos valores de certas mercadorias. Além disso, somada ao interesse da maioria em fazer prevalecer os preços tabelados, há a disciplina moldada pela prática de como o referido oficial deve agir.

Em relação aos animais em liberdade importunando os viandantes²⁰¹, além da ausência de prescrição normativa régia específica, não há atribuição a qualquer oficial de recolha dos animais no espaço citadino, ou nas estradas e caminhos que levam aos núcleos urbanos. Muito menos a inclusão de tal procedimento em sua rotina, decorrendo provavelmente a revitalização periódica da advertência talvez a essa lacuna, servindo como ato de convencimento dos próprios camaristas e mecanismo de desencadeamento da ação fiscalizatória e punitiva.

Diferentemente de uma norma régia da qual defluía uma autoridade imanente, qualquer edital, ou mesmo postura da Câmara, possuía um relativo valor vinculante, pois detinham os camaristas que deveriam cumpri-las as mesmas prerrogativas dos antecessores que as tinham criado, podendo, inclusive, revogá-las. Desse modo, a renovação significava, concomitantemente, a adesão ao regramento e um reforço à legitimidade das medidas que deveriam ser adotadas para efetivá-lo.

A necessidade de consenso e adesão aos preceitos dos editais foi verificada na leitura de uma ata, bem como a fragilidade dos meios coercitivos nos casos de ausência destes pressupostos. Isso se deu quando os camaristas solicitaram a intervenção do Governador e Capitão General diante do dissenso dos próprios oficiais e do Capitão Francisco Lourenço Cintra, os quais se opunham à coima das éguas encontradas soltas nos caminhos e nos arraiais da vila e das freguesias:

escreveram uma carta ao Senhor General a respeito de um edital que eles oficiais da Câmara mandaram publicar a respeito das éguas (por) não consentirem os oficiais nesta vila e nem os donos delas com a pena de que toda aquela que se apanhasse ser coimada e como a este edital se opunha o Capitão Francisco Lourenço Cintra não querendo que se privasse as suas desta vila, sendo tantas vezes advertido ele pelo mesmo Juiz Presidente desbaratando

²⁰¹ Segundo as Ordenação, “daninhos” era o termo pelo qual eram chamados os animais que destruíam ou deterioravam campos lavrados, bem como aqueles que eram introduzidos em campos alheios. A coima era a multa que devia ser aplicada a este tipo de conduta. As Ordenações ainda mencionam o termo coimeiro para designar os que estão sujeitos a tal penalidade. Estabelece o título LXXXVII, do Livro V: “Por se evitarem os danos, que se nas propriedades fazem com gados e bestas, e que para que cada um seja senhor livremente do seu, mandamos, que qualquer pessoa, que acintemente meter, ou mandar meter gados, e bestas em pão, vinhas, oliveas e pomares no tempo em que são Coimeros, pelas Posturas das Câmeras, sendo-lhe provado dentro de seis meses, pola primeira vez seja degradado três meses fora da Vila e Termo. E pela segunda vez seis meses para Castro Marim. E pela terceira hum ano para África. E mais por cada vez pagará o dano que se fizer, e coimas, segundo as Posturas da Camera”. O referido dispositivo, conforme se observa, tratava apenas da punição à conduta e não estabelecia qualquer procedimento para aplicá-la, nem cometia a qualquer oficial tal responsabilidade. Por fim, não estendia a punição à importunação que tais animais causavam às pessoas.

com os oficiais de Justiça e a esse respeito ser preciso dar-se parte ao dito Senhor fizeram a carta e a remeteram por mim Escrivão²⁰².

Além da patente de oficial da cavalaria auxiliar, posto militar que evidenciava prestígio na segunda metade do século XVIII, o Capitão Francisco Lourenço Cintra foi contratador dos dízimos, figurando em diversos autos cíveis como cobrador de dívidas²⁰³, o que também demonstra se tratar de pessoa abonada. Tal circunstância certamente impedia a Câmara de cumprir a determinação do edital, fazendo com que recorresse ao Capitão General para suplantar a oposição às medidas coercitivas.

Subjacente à publicação sucessiva dos editais, há, certamente, uma ordem moral constituindo, possivelmente, uma característica desta sociedade, tida pelo autor referido como do Antigo Regime. Todavia, a questão parece mais ligada ao convencimento dos camaristas, à deficiência dos meios de fiscalização e à ausência de uma disciplina mais precisa dos instrumentos de coerção, do que à necessidade constante de orientação da população, dirigindo-se as seguidas renovações das interdições mais aos oficiais responsáveis pelo controle para que agissem naquele momento, do que à população que deveria obedecer ao comando.

No mesmo sentido, as constantes reclamações dos Ouvidores e Corregedores acerca da ineficácia de suas determinações representam mais uma censura aos camaristas do que propriamente uma alusão à recalcitrância na prática das condutas ilícitas pela população. Uma vez que são justamente os oficiais, omissos no cumprimento de suas funções, os principais destinatários das orientações e ordens dos magistrados enviados pela coroa²⁰⁴.

Registram-se outras ações da Câmara em proveito da população, não tão ligadas ao universo urbano que poderiam ser consideradas, conforme terminologia mais recente, de “interesse público”. Pode-se ter como exemplos uma determinação para que não se ateasse fogo em feitos²⁰⁵, e outra para que não se pescasse com timbó²⁰⁶.

²⁰² LRACAt de 11 de março de 1778.

²⁰³ D241 – 1776 - CO 3703 ACA, D241 B – 1776 - CO 3703 ACA e D266 – 1776 - CO 3703 ACA.

²⁰⁴ As correições do Ouvidor Costa Matoso legaram rica documentação sobre as instituições coloniais, havendo nessas anotações queixas deste oficial régio ao descumprimento de suas determinações pelos camaristas de Vila Rica. Sobre a referida documentação cf. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Estudo crítico: rapsódia de um bacharel**. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. Adriano Comissoli aborda também os conflitos entre o Ouvidor e a Câmara, acrescentando que muitas das exigências de natureza pecuniária do ministro da coroa e que ensejaram as queixas de desobediência não consideravam as limitações financeiras do órgão, o que analogamente pode ser estendido à deficiência dos meios de fiscalização, cf.: **Os “Homens Bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767 – 1808), op. cit.: p. 167-172.

²⁰⁵ Feitais: terras desgastadas e cansadas, LRACAt de 10 de agosto de 1772.

²⁰⁶ Segundo John Monteiro, tratava-se de uma “técnica indígena que lançava mão de uma substância peçonhenta que entorpecia os peixes”, **Negros da Terra**, op. cit., p. 101, cf.: LRACAt de 21 de setembro de 1778 e LRACAt de 13 de setembro de 1788.

O uso de armas proibidas também foi abordado em reuniões²⁰⁷, assim como a qualidade do pescado vendido²⁰⁸. Registrou-se, ainda, a elaboração de um levantamento acerca dos mantimentos plantados²⁰⁹, cuidando-se de assuntos relacionados ao planejamento, segurança e higiene, os quais também podem ser tipificados como pertinentes à coletividade. Numericamente, 55 das 900 sessões da câmara analisadas no período estudado debateram matérias desta natureza, englobando as anteriormente explicitadas que trataram da ordenação das edificações, conservação e construção das aguadas, escoamento de águas pluviais, organização, segurança e controle social.

Em outra vertente de atuação várias atas relatam a adoção de medidas para a conservação e construção de caminhos, estradas e pontes. Dessa forma, o assunto é tratado em, pelo menos, 107 sessões da Câmara, correspondendo a 11,89% das reuniões realizadas. A manutenção das vias de acesso era essencial para a circulação de pessoas e mercadorias, incluída entre as atribuições da Municipalidade, a qual, muitas vezes, conjuntamente com as autoridades militares, eram as responsáveis pela coordenação dos trabalhos de reparos e edificação de rotas.

Havia os caminhos públicos e os particulares. Estes últimos ligavam as propriedades rurais às vias de circulação, normalmente compreendidos dentro de um mesmo sítio, ou passando por vários deles até alcançar uma via pública²¹⁰.

A Câmara nomeava, periodicamente, dois “cabos do caminho” para a sede da vila e mais dois para cada uma das freguesias, responsáveis pela coordenação dos trabalhos de conservação e construção, arrecadando contribuições ou convocando pessoas para trabalharem nas obras. Parte destes esforços ficava a cargo dos donos dos sítios lindeiros, cuja obrigação era mantê-los nos limites das testadas de seus imóveis, já que as estradas e caminhos eram amplamente utilizados como linhas divisórias de propriedades rurais.

Passavam por Atibaia estradas que levavam à Capitania de Minas Gerais, bem como outros caminhos, um deles ligando-a à vila de Moji Mirim, seguindo então para Goiás, além de outras localidades, como Jundiaí, freguesia das Campinas, registrando-se até uma trilha, parcialmente aberta, que ia da freguesia de Nazareth até Jacareí. Também havia as vias de

²⁰⁷ LRACAt de 31 de março de 1788 e LRACAt de 13 de setembro de 1788.

²⁰⁸ LRACAt de 24 de março de 1781.

²⁰⁹ LRACAt de 20 de junho de 1772.

²¹⁰ Em uma carta endereçada à Câmara de Atibaia, o Capitão General e Governador evidencia essa distinção, afirmando que os integrantes das tropas auxiliares gozavam do privilégio de serem dispensados da conservação dos caminhos particulares, mesmo os de “mão comum”, salvo se utilizados para a administração dos sacramentos, hipótese em que deviam contribuir para a manutenção, da mesma forma que faziam com os caminhos públicos que passassem pela testada de seus imóveis. DIHCSP, v. 85, p. 122.

circulação interna, que comunicavam Atibaia às suas freguesias, bem como os diversos caminhos que irradiavam da sede da vila e dos arraiais das freguesias em direção aos bairros que as compunham. A principal rota, porém, era a que levava à cidade de São Paulo e depois a Santos, destinos de grande parte dos mantimentos produzidos na região.

A maior dificuldade era a construção e manutenção de pontes, seguida dos “aterrados”. Ou seja, as intervenções que se realizavam para transpor áreas alagadiças, o que, normalmente, demandava elevados recursos e emprego intensivo de trabalhadores, exigindo ainda constante manutenção.

O custeio das pontes podia ser feito por meio de taxas de passagem, ou então pela população das áreas adjacentes e que delas se serviam, o que se fazia por meio de rateios. A Câmara, por vezes, utilizava seus próprios recursos. Em Atibaia, havia quatro pontes principais, as dos rios Atibaia, Jaguari e Jacarehy e outra sobre o rio Atibaia, no caminho para o bairro da Cachoeira, na freguesia de Nazareth.

A existência de despesas com a manutenção das referidas pontes foi utilizada como justificativa para negar o pedido feito pela Câmara da cidade de São Paulo para que a vila de Atibaia contribuísse para o pagamento das despesas referentes à “Ponte Grande da Conceição”, edificada sobre o rio Tietê, bem como para o aterrado de Santana. Afirmavam ainda os camaristas de Atibaia que a referida ponte ficava no termo da cidade de São Paulo, cumprindo a ela o custeio²¹¹.

A questão foi mediada pelo Governador e Capitão General, que, sem alcançar um acordo que colocasse um fim ao conflito, decidiu em favor dos camaristas da Cidade de São Paulo. Deste modo, a Câmara de Atibaia foi obrigada a efetuar o pagamento, lançando uma “finta”. Ou seja, modalidade de imposto sobre os moradores da freguesia de Nazareth para a arrecadação da quantia pedida de 89\$750 réis, cobrança esta periodicamente repetida²¹².

A população de Atibaia também contribuía, regularmente, para a manutenção do caminho que transpunha a Serra do Mar até a vila de Santos, principal porto da Capitania²¹³. No ano de 1780, por exemplo, registrou-se a arrecadação do montante de 99\$320 réis para as despesas de conservação e melhoria da via, que ligava a cidade de São Paulo ao litoral²¹⁴.

²¹¹ LRACAt de 11 de agosto de 1770.

²¹² LRACAt de 05 de dezembro de 1772, LRACAt de 09 de agosto de 1775, LRACAt de 02 de setembro de 1780 e LRACAt de 16 de setembro de 1780.

²¹³ LRACAt de 07 de agosto de 1772, LRACAt de 10 de junho de 1781, LRACAt de 08 de setembro de 1781, LRACAt de 21 de novembro de 1790, LRACAt de 24 de setembro de 1791 e LRACAt de 01 de maio de 1793.

²¹⁴ LRACAt de 30 de abril de 1780, LRACAt de 28 de maio de 1780, LRACAt de 04 de junho de 1780, LRACAt de 25 de setembro de 1780, LRACAt de 29 de setembro de 1780, LRACAt de 18 de novembro de 1780.

Quando não realizada pelos proprietários dos sítios que tinham suas testadas junto às vias de circulação, a manutenção dos caminhos mais importantes situados no termo da vila de Atibaia, assim como a reparação e a construção das pontes e estradas, eram custeadas pela população. De tal forma que era arregimentada para contribuir financeiramente, ou com seu trabalho pelos cabos do caminho, os quais faziam a escolha e convocação dos trabalhadores, organizando e executando as obras de reparação ou edificação.

Com o aumento da população e das áreas povoadas, bem como em razão da intensificação da circulação, tornou-se necessário ampliar o número de “cabos do caminho”, nomeando-os para determinados bairros. Enquanto para certas obras de maior vulto, principalmente abertura de estradas, eram nomeados inspetores, tendo suas tarefas precisamente especificadas, conforme emerge da ata a seguir transcrita, a qual evidencia a complexidade da rede viária e o detalhamento das instruções da Câmara, distribuindo e delimitando responsabilidades:

Determinaram que se fizesse os caminhos e por isso nomearam para cabos do Caminho de Mato Dentro até o Campo Novo Ignácio Pires, Joaquim Máximo e Antonio José Bueno; estrada de Jaguari: Francisco de Lima Bueno e José Pedroso, que este caminho viria desde a divisa de Jaguari até onde tomava a encruzilhada para o sítio do Reverendo Padre Jerônimo de Camargo Bueno e daí se continuaria o caminho a comunicar-se com a Estrada que de Mato Dentro vai para esta Vila, fazendo-se com a largura suficiente as cavas necessárias e aterrados nos pântanos que tem para a Estrada de Jacarai. João Alves Cardoso, Manoel Cardoso da Cunha, para o Rio Acima, o Alferes Manoel Pereira Padilha para a Cachoeira, Antonio Rodrigues e Ângelo Franco para a Estrada da Cidade, Joaquim Pinto da Silva e Manoel Martins Torres com obrigação de mandarem fazer uma boa ponte de madeira de lei no Ribeirão dos Pinheiros e nele descortinar o mato por onde for a estrada e saída da ponte e no despenhadeiro que esta para do mesmo Manoel Martins se arrancarem as pedras alargar-se a praça e pôr-se a banca do caminho larga e alinhar chegando-se as pedras para a banda do despenhadeiro para impedir o lançarem-se por ele os animais para o Bairro de Caiossara. Domingos Bueno e Ignácio de Siqueira Pimentel como obrigação de no [?] [?] mandarem fazer de um rasgo onde estava principiando para o Rio por ele correr direito sem dar a volta que da, fixando-se para isso o mesmo Rio com um tão a subir e fazer tanto e se o aterrado com fortaleza e segurança fazendo-se lhe igualmente fortes e seguras pontes de pau de lei onde forem necessárias; para o Bairro de Caetetuba e Campo Largo, Manoel Antonio, Antonio Bueno e Francisco Soares, os quais com o seu povo serem obrigados a virem o [?] desta vila e irem ajudando com os dos demais Bairros todo o serviço até se apartarem para os seus Bairros e o mesmo praticarão os do rio Abaixo, nomearam para cabos do caminho o Capitão Crispim da Silva Franco e Vicente Pires, para o Bairro do Tenente José de Godói, Antonio Franco de Camargo e que se principiassem os caminhos na primeira do mês de maio²¹⁵.

A Câmara não hesitava em exercer sua autoridade para garantir que a população cumprisse a obrigação de reparar os caminhos. Aqueles que se recusavam a contribuir ou fossem “remissos” em se apresentar para realização das tarefas que lhes eram atribuídas podiam ser admoestados pelos camaristas ou presos a pedido dos cabos do caminho.

²¹⁵ LRACAt de 22 de abril de 1792, a designação inspetores é referida na troca de ofícios entre autoridades militares, cf.: D6 – 1790- CO 0262 Militares.

Atendendo pedido dos cabos do caminho Ângelo Correa e Antonio Leite Cardoso, responsáveis pela “Ponte de Atibaia caminho de Rio Acima da Cachoeira”, a Câmara mandou prender aqueles que não queriam cumprir a determinação de “darem pregos e tábuas” e que também faltaram ao serviço “aconselhando a outros que fizessem o mesmo”²¹⁶, intervindo, neste caso, contra os que desafiaram a autoridade da instituição. Enquanto em outras oportunidades, também a pedido dos cabos do caminho, ordenaram os camaristas que viesse preso Manoel Vieira Dantas por não ter participado dos trabalhos e conserto do caminho²¹⁷, fazendo o mesmo em relação a José Franco da Silva anos depois²¹⁸.

A atuação dos cabos do caminho também não escapava ao controle da Câmara e, caso falhassem ao se desincumbirem de suas obrigações, eram igualmente compelidos pela instituição a realizarem suas tarefas, penalizados com encarceramento nos casos de omissão ou conduta inadequada. Tal situação ocorreu quando os camaristas ordenaram a prisão do cabo Antonio Ferraz “por desobediente em não dar cumprimento ao seu mandado a respeito da feitura do Caminho de Nazareth e mandar parte da gente que estava para fazer o caminho embora”²¹⁹.

A maior parte das ameaças de condução à cadeia, e mesmo as prisões reportadas nas atas da Câmara, derivavam do não cumprimento da obrigação de contribuir para manutenção dos caminhos. No entanto, foram relativamente poucos os casos de desobediência considerando a magnitude da tarefa, que envolvia ampla rede de vias, quatro grandes pontes e várias outras menores, frequentemente danificadas pelas intempéries e pelo desgaste natural dos materiais empregados no período.

Apesar da realização de reparos, manutenção e construção dos caminhos e pontes não ser imposta por meio de editais, posturas ou outros atos normativos, o mecanismo utilizado consistente na distribuição de responsabilidades entre indivíduos previamente escolhidos e inspeções contínuas foi de certa forma eficaz. Sendo em regra capaz de atingir seus objetivos, uma vez que, quando necessário, a Câmara fazia valer os meios coercitivos de que dispunha tanto em relação à população, quanto em relação aos cabos dos caminhos que fossem omissos e não cumprissem suas obrigações.

Ressalte-se que, diferentemente das medidas tomadas em relação aos animais que molestavam os viajantes, mesmo os que tentavam se livrar das penalidades aplicadas pela falta

²¹⁶ LRACAt de 16 de outubro de 1779.

²¹⁷ LRACAt de 25 de março de 1778.

²¹⁸ LRACAt de 21 de novembro de 1790.

²¹⁹ LRACAt de 01 de junho de 1777.

de colaboração na construção e manutenção dos caminhos não se opunham frontalmente às exigências. Ao contrário, reconheciam implicitamente a necessidade premente de realização das tarefas, de forma que argumentavam que lhes faltava força ou meios suficientes para cumpri-las, pedindo apenas isenção ou livramento.

2.3.3 *Reagindo: despachando requerimentos e petições*

No desempenho de suas funções, a Câmara recebia diversos pedidos de atuação feitos pela população, cujo teor, porém, na maioria das vezes, não era relatado nas atas, as quais se limitavam a mencionar que foram despachadas algumas petições ou requerimentos.

Em 411 vereações foram registradas petições dirigidas à Câmara, correspondendo a 49% das sessões. Ou seja, em quase metade das reuniões foi necessário responder a algum requerimento, sendo possível, pelo menos em certos casos, identificar a natureza da providência alvitada pelo postulante, permitindo traçar um quadro aproximado de quais situações ensejavam a intervenção da municipalidade.

Alguns requerimentos já foram examinados no tópico anterior, quando tratadas as questões relacionadas aos estancos. Observou-se que os arrematantes solicitavam à Câmara providências com a finalidade de coibir a violação aos seus privilégios de vender determinados produtos. Eles ainda buscavam atestados para adoção de providências judiciais, faziam súplicas relacionados a pagamentos dos quartéis devidos à Câmara pela arrematação, pediam embargos em bens de devedores ou daqueles que afrontavam seus direitos, entre outras postulações.

Percebe-se ainda que a maior parte dos requerimentos estava também ligada à atividade mercantil e à prestação de serviços, pois os comerciantes ambulantes deviam tirar licença anual, assim como os vendeiros e taberneiros, aos quais, além da licença, tinham de manter em seus estabelecimentos balança e medidas, periodicamente fiscalizadas por meio do arrematante das aferições, o qual, em nome da Câmara, efetuava a cobrança de uma taxa pelos serviços realizados²²⁰.

Os oficiais mecânicos eram obrigados a requerer autorização para se estabelecerem, bem como renová-las periodicamente. A ausência dos documentos que materializavam os requerimentos registrados nas atas não permite verificar se havia a cobrança de alguma taxa para a concessão da permissão aos artesãos e aos comerciantes, tal como ocorria em outras localidades.

²²⁰ Ordenações, Livro I, título LXVI.

No livro que contém alguns documentos esparsos produzidos pela Câmara consta um desses requerimentos, feito por um escravo, o qual contava com a licença de seu Senhor para se fixar como ferreiro:

Diz Ignácio escravo do Alferes Aleixo Correia da Cunha que ele suplicante quer trabalhar pelo seu ofício de ferreiro com loja aberta nesta Vila por ter a licença junta de seu senhor e como não pode sem licença de Vossas Mercês. Pede a Vossas Mercês sejam servidos mandar passar Alvará e Licença para o suplicante trabalhar pelo seu ofício de ferreiro com loja aberta²²¹.

Na redação das atas se utilizava indiscriminadamente as designações “loja” e “venda” para os estabelecimentos, tanto de comerciantes, como de oficiais mecânicos. O termo “tenda” aparece apenas na documentação de natureza judicial, quando o processo envolvia algum oficial mecânico, assim como a palavra “taberna”, igualmente ausente nos termos de vereação e comumente utilizada nos processos, principalmente nos autos criminais, já que muitos fatos delituosos ocorriam em tais locais.

Os termos “loja” e “venda”, segundo Mafalda Zemella (1990), designariam duas modalidades distintas de estabelecimentos comerciais. As lojas venderiam apenas as chamadas “fazendas secas”, ou seja, “armarinhos e tecidos”. Enquanto as vendas compreenderiam também os “molhados”, que correspondiam às bebidas e aos “comestíveis”²²².

Maria Aparecida de Menezes Borrego (2010) percorreu os estudos que abordaram a qualificação dos comerciantes e seus estabelecimentos, questionando a definição acima exposta. Por fim, conclui que as pesquisas vêm demonstrando insuficiência da distinção entre secos e molhados para caracterizar as atividades dos lojistas ou vendeiros, sendo que ambas aparecem indiferenciadas também na documentação ora analisada²²³.

Várias atas registram pedidos de licença para estabelecimento de lojas e vendas. Nos primeiros anos, os camaristas identificavam quem pedia a autorização, diferenciando entre comerciantes e oficiais mecânicos. Em seguida, passou-se apenas a declarar que alguns requerimentos ou petições de vendeiros foram despachados, sem declinar os interessados, sendo que nos últimos anos nenhum detalhe é fornecido.

Nas 249 atas com a apresentação de petições no período posterior a 1780, em 240 foram consignadas a seguinte anotação: “despacharam alguns requerimentos”. Já nas nove restantes há um pedido de “data de chão”, concessão de licença de vendeiro sem maiores detalhes, três

²²¹ D01 – 1792 - CO 3834 Requerimentos Atibaia.

²²² ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990, p. 163.

²²³ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: Negócios e Poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 88.

pleitos diversos e quatro vereações realizadas por solicitação do contratante da edificação da cadeia, nas quais são discutidas pendências em relação à obra²²⁴.

O estabelecimento de uma rotina administrativa nos últimos dez anos do período compreendido pelos livros de registros de ata da Câmara foi apontado anteriormente como um dos fatores responsáveis pela falta de maiores informações, circunstância ora reforçada pela análise dos requerimentos, observando-se que a forma sintética de registro das petições já vinha sendo realizada alguns anos antes.

No período precedente, até o ano de 1780, foram realizadas outras 162 reuniões com requerimentos feitos aos camaristas e, em 90 delas, consta o registro na forma abreviada. Portanto, do total, foram detalhados 72 requerimentos para esse primeiro período. Embora também predominem as anotações sinópticas, os 72 requerimentos um pouco mais detalhados ao longo dos dez anos iniciais de funcionamento da Câmara oferecem a oportunidade de conhecer qual a matéria mais levada aos camaristas para discussão.

Os pedidos de licença feitos por “vendeiros” e correlatos²²⁵ figuram em 48 das atas, correspondendo a, aproximadamente, 67% daquelas em que o conteúdo dos pedidos é total ou parcialmente revelado. Dessa forma, as matérias mercantis aparecem com maior frequência, permitindo presumir que se tornaram tão corriqueiras que simplesmente deixaram de ser esmiuçadas.

Nesta ordem de ideias, tem-se que a maioria das petições apresentadas entre 1781 e 1793 possivelmente também se referiam a licenças, autorizações e atestados solicitados principalmente por comerciantes. E, em menor proporção, por artesãos, pois, tal como no período precedente, bastava que fosse anotado que tais requerimentos eram despachados, sem a necessidade de acrescentar quem os fazia, nem o motivo.

Em algumas oportunidades foram particularizados mais de um requerimento na mesma ata. Porém, as matérias ligadas ao comércio não são desafiadas por nenhum outro assunto. Este domínio seria ainda mais acentuado se acrescentássemos as postulações feitas pelos estaqueiros ao cômputo geral, as quais foram analisadas sob a ótica da intervenção da Câmara.

²²⁴ Anota Livia Nascimento Monteiro que despachar requerimentos de concessão de licenças para vendas e lojas se tornou algo tão corriqueiro que não merecia uma especificação na ata, cf.: **Administrando o Bem Comum**: Os “Homens Bons” e a Câmara de São João Del Rei 1730 – 1760, op. cit. p. 119.

²²⁵ Há duas atas que se referem a pedidos de licença para a instalação de lojas feitas por um sapateiro e um ferreiro e outra em que foi solicitada à Câmara a lavratura de “uma atestação para João Garcia da Rocha para este poder curar os enfermos com suas ervas medicinais”, cf.: LRACAt de 25 de maio de 1777, LRACAt de 29 de janeiro de 1774. LRACAt de 07 de dezembro de 1771, respectivamente. Como lojas e vendas muitas vezes eram tomadas como sinônimo na documentação, tais anotações, ao se tornarem mais sintéticas, podiam se referir a ambos, ou seja, oficiais mecânicos e comerciantes. Destaque-se ainda que as palavras “petições e requerimentos” constam sempre no plural. Ou seja, os pedidos de licença e autorização feitos aos camaristas eram bastante numerosos, a ponto de deixarem de ser individualizados.

Outros assuntos foram objeto de requerimentos em atas, parte deles referentes aos animais soltos e prejuízos causados às lavouras, outros a respeito de pedidos de áreas no rocio para construção de casas, chácaras e prédios religiosos²²⁶. Também foram verificados requerimentos de fornecimento de atestados pela Câmara, que serviram para instrução de pedidos de concessão de sesmaria feitos ao Governador e Capitão General.

Os traçados dos caminhos também eram discutidos em vereações a pedido daqueles que se sentiam prejudicados, pois, muitas vezes, as vias de circulação atravessavam os sítios, causando prejuízo às atividades econômicas desenvolvidas. Ou então, se aproximavam dos locais de moradia, gerando desconforto aos proprietários das terras, que exigiam o trancamento destas passagens. Os relatos realçam que algumas rotas eram abertas clandestinamente para atalhar ou diminuir os percursos, ou para dar passagens a outras propriedades que não tinham acesso direto às vias principais²²⁷.

A municipalidade mediava os conflitos gerados pela abertura e manutenção de vias, inclusive em sua vertente de atuação judicial. Neste último caso, principalmente nos caminhos particulares, hipóteses em que a lide ficava restrita aos vizinhos em disputa, resultando na constituição de servidões de passagem, obrigação de cooperação na conservação, alteração de trechos, entre outras soluções.

Nas contendas referentes às estradas que levavam à vila e nas referentes aos caminhos públicos ligando os bairros e estes àquela era a Câmara, enquanto órgão colegiado, que, em tese, deveria analisar os requerimentos e determinar qual o percurso correto. Porém, convém registrar a intervenção do Capitão General a pedido da parte interessada em alguns casos²²⁸.

Por ora, foram destacados os pedidos feitos diretamente à Câmara em busca de uma providência específica da alçada do órgão. Houve pedidos, parte deles feitos pelos próprios oficiais na defesa de seus interesses e da Municipalidade, os quais envolviam outras esferas de poder, transcendendo a mera prestação de informações, incorporando outras autoridades, tais como o Capitão General, o Ouvidor, o Capitão-mor e até o Rei. Alguns destes requerimentos conjugando mais de um deles, motivo pelo qual serão examinados a seguir, concomitantemente à atuação destas outras instâncias frente à Municipalidade.

²²⁶ Consta a seguinte anotação em uma das atas: “despacharam uma petição a requerimento do procurador de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, João Duarte do Rego, pedindo trinta braças de comprido e sessenta de largo de terra para o pátio da capela da dita Senhora nesta vila o que lhe foi concedido por eles vereadores em correição geral por despacho na sua petição”, cf.: LRACAt de 23 de dezembro de 1780.

²²⁷ Os camaristas examinaram uma petição de Ignácio Bicudo Garcia “a respeito de um caminho que se lhe abria perto do seu monjolo devassando-lhe seu sítio, e despacharam como pede por pedir queria tapar-se”, cf.: LRACAt de 25 de abril de 1778.

²²⁸ LRACAt de 02 de dezembro de 1775.

2.3.4 *Relacionando: Governador e Capitão General, Ouvidor e o Rei*

Além do Ouvidor e do Capitão General, a primeira instância administrativa com a qual a nova Vila teve que se ajustar foi a Câmara de São Paulo. O território atribuído a Atibaia pertencia anteriormente àquela cidade e, com a separação, iniciou-se o já mencionado conflito acerca da responsabilidade pela conservação da ponte que transpunha o rio Tietê, bem como pela feitura do “aterrado de Santana”.

A cidade de São Paulo dependia em grande parte dos mantimentos fornecidos por Atibaia. Dessa forma, tentou controlar a distribuição dos produtos, chegando, inclusive, a conseguir impor a obrigação de obtenção de licença da Câmara paulistana para que a venda dos gêneros alimentícios produzidos em Atibaia pudesse ser realizada em outras localidades²²⁹.

Formalmente, não havia hierarquia, tampouco subordinação de Atibaia a São Paulo. Todavia, o maior peso político da Câmara paulistana, sobretudo nos primeiros anos, certamente militou em seu favor. De forma que as disputas acerca da ponte e do caminho se resolveram com a atribuição do dever de manutenção à nova vila²³⁰.

A Câmara de Atibaia, naturalmente, lutou para fazer prevalecer seus interesses, passando a integrar o complexo jogo travado entre as diversas instâncias e esferas de poder que constituíam o Império português. Isso ocorreu na tentativa de fazer do Capitão General, do Ouvidor e, eventualmente, até do Monarca seus aliados nas disputas travadas com a cidade de São Paulo e outras vilas, como a de Moji Mirim²³¹. Também buscou o concurso das instâncias governativas mais próximas da coroa na promoção dos interesses dos grupos que controlavam os ofícios camarários.

Referidas autoridades exerceram grande influência no cotidiano governativo da Vila de Atibaia, especialmente o Ouvidor, que detinha entre as suas inúmeras funções a de supervisionar as eleições dos oficiais, fornecer as cartas de usança necessárias ao exercício dos

²²⁹ Registrou-se em ata: “despacharam várias petições e mandaram lavrar um edital para todas as pessoas que se acham notificadas levarem mantimentos a Cidade de São Paulo a presença do juiz ordinário Antonio Caetano Alves de Crasto por determinação de Sua Excelência (Governador e Capitão General) e também mandaram lavrar um mandado para o Procurador desta Câmara pagar a Antonio de Oliveira Cardoso quatro mil réis produto de um arquivo que fez o dito para a serventia da mesma Câmara”, Cf.: LRACAt de 20 de março de 1773. Ver ainda: LRACAt de 27 de maio de 1775

²³⁰ LRACAt de 11 de agosto de 1770, LRACAt de 08 de agosto de 1775, LRACAt de 09 de agosto de 1775 e LRACAt de 23 de setembro de 1775.

²³¹ Houve disputas entre as Câmaras de Atibaia e Moji Mirim acerca de suas divisas, o que suscitou a solicitação dos camaristas de Atibaia ao General no sentido de estabelecer o limite entre elas pelo Ribeirão de Camanducaia, cf.: D10 – 1795- CO 0233 Ofícios das Câmaras, Jacaréí, Bragança, São João de Atibaia, São José, Taubaté, Mogi das Cruzes 1721-1822.

ofícios, realizar correições periódicas. Isto sem considerar suas atribuições no campo jurisdicional.

Constituindo um órgão colegiado composto de seis oficiais eleitos para mandatos de um ano e de outros tantos nomeados para funções correlatas, a Câmara de Atibaia refletia também as tensões próprias daquela sociedade e da vida política da vila, sendo que as demais autoridades da Capitania nela interferiam, quer em favor dos interesses que defendiam, quer dos seus próprios, constituindo um fator importante no exercício do poder no âmbito local. Simultaneamente, o Ouvidor e o Governador também necessitavam de colaboração das Câmaras e dos grupos nelas representados para o desempenho de suas próprias funções. O conjunto das relações estabelecidas entre as Câmaras e demais estruturas institucionais vem sendo estudado nos diversos trabalhos que tratam do governo local no contexto dos impérios coloniais. Antes de proceder ao exame, ainda que superficial, de como vêm sendo teorizadas estas interações, convém examinar por meio da documentação a maneira pela qual as principais autoridades que representavam o interesse da coroa no plano da capitania interagiam com a Câmara de Atibaia.

Duas formas de relação se estabeleciam com o Governador e Capitão General: uma delas, de forma direta, mais circunscrita ao plano institucional, correspondendo aos assuntos de governos local e regional, em suas diversas interações. A outra se dava indiretamente por meio de requerimentos de interessados em suas tratativas com a Municipalidade e com a referida autoridade, tendo como finalidade o atendimento de pleitos individuais.

Como o próprio título indica, era responsabilidade do Governador e Capitão General a chefia militar e civil da Capitania de São Paulo. No âmbito militar, incumbia-lhe nomear os oficiais das ordenanças, bem como o capitão-mor e o sargento mor de cada vila. A Câmara, por sua vez, compunha uma lista tríplice para cada posto de capitão das companhias de ordenança sediadas em seu termo, cuja escolha cabia ao General com a posterior confirmação pelo Rei.

Boa parte da correspondência trocada entre a Câmara e o Capitão General tinha, como finalidade, o preenchimento dos postos militares mais elevados das companhias de ordenança. Tratava-se de uma matéria de grande importância em razão do prestígio e poder de mando conferido aos oficiais de alta patente dos corpos militares.

Também no campo militar, a Câmara de Atibaia foi instada diversas vezes pelo Capitão General a providenciar mantimentos para a manutenção das tropas aquarteladas na Capitania ou de passagem para a região sul, onde se desenvolviam os conflitos com a coroa espanhola

pela delimitação das fronteiras entre os dois impérios²³². Além disso participou com soldados e provisões no estabelecimento de uma fortificação no Rio Iguatemi, assim como na frustrada tentativa de defesa dessa fortaleza até sua perda para os castelhanos no ano de 1777²³³. Coube ainda à Câmara, a pedido do Capitão General, convocar os soldados da companhia de infantaria auxiliar e das companhias de ordenanças da vila de Atibaia, instando-os a se alistarem nas tropas pagas²³⁴.

No desempenho das atribuições civis do Capitão General, a definição da responsabilidade pelo conserto da “Ponte Grande”, feitura do “Aterrado de Santana”, bem como a questão do abastecimento da cidade de São Paulo evidenciaram as relações entre as duas autoridades governativas no plano institucional, tendo a Câmara paulistana como terceira interessada.

Outros exemplos desta modalidade de relacionamento sem interesse direto de outras Câmaras podem ser citados: a municipalidade prestou informações ao Capitão General sobre a remuneração dos seus oficiais²³⁵ e sobre as divisas com a Capitania de Minas Gerais²³⁶, contribuindo também, conforme já observado, para a manutenção do caminho do mar, seguindo ordens emanadas da mesma autoridade.

Em contrapartida, a Câmara de Atibaia recorreu ao General quando da instalação de um registro no rio Jaguari por ordem da Real Junta de Vila Rica, tendo solicitado que a medida fosse obstada, pois julgavam pertencer a referida área à Capitania de São Paulo, e não à Capitania de Minas Gerais. Os camaristas ainda assinalaram que a imposição de taxas pela passagem de mercadorias arruinaria a economia da região, tornando inviável a remessa dos alimentos produzidos além do rio para a Cidade de São Paulo, provocando ainda desabastecimento e carestia²³⁷.

No ano de 1777, conjuntamente com o Capitão-mor Lucas de Siqueira Franco, a Câmara de Atibaia conseguiu convencer o Governador e Capitão General Martim Lopes de Saldanha a substituir a Companhia de Auxiliares de Atibaia, que se encontrava em Santos, possivelmente para guarnecer o porto ou mesmo ser remetida para a luta contra o “inimigo castelhano”. Isso

²³² LRACAt de 10 de março de 1773, LRACAt de 13 de março de 1773, LRACAt de 11 de abril de 1777 e LRACAt de 16 de abril de 1777.

²³³ LRACAt de 18 de setembro de 1773 e LRACAt de 27 de fevereiro de 1773.

²³⁴ LRACAt de 29 de junho de 1775 e LRACAt de 12 de agosto de 1775.

²³⁵ LRACAt de 17 de janeiro de 1779 e LRACAt de 31 de janeiro de 1779.

²³⁶ LRACAt de 24 de maio de 1789.

²³⁷ LRACAt de 04 de novembro de 1777, LRACAt de 11 de novembro de 1777, LRACAt de 23 de novembro de 1777.

permitiu com que os soldados fossem “aliviados” da mobilização e pudessem realizar a colheita, além de contribuir para a manutenção dos caminhos públicos²³⁸.

Valia-se, também, a Câmara da autoridade do Capitão General para superar a oposição às suas determinações, tal como no caso mencionado de descumprimento dos editais relativos aos animais que viviam soltos e em outras hipóteses de litígio. Quanto a esse assunto, pode-se citar nesse mesmo sentido de atuação um pedido dos camaristas ao Capitão General para que intercedesse em favor da municipalidade, obrigando o carpinteiro responsável pela reforma do “corpo da igreja” a refazer o serviço em razão da queda do madeiramento²³⁹.

Entretanto, os que mais solicitaram a intervenção do Governador da Capitania foram aqueles que estavam subordinados à Câmara, ou que dela dependiam para a satisfação de algum interesse particular, a começar pelos eleitos como vereadores, procuradores, juízes ordinários ou almotacés, os quais buscavam a dispensa ou isenção dos ofícios quando não desejavam exercê-los²⁴⁰.

Os oficiais procuravam o apoio das autoridades régias nas disputas internas que surgiam no exercício de suas funções. Logo nos primeiros meses de funcionamento da instituição diante de um impasse, o escrivão da Câmara recorreu ao Capitão General para que fosse estabelecida sua remuneração²⁴¹. Narra uma ata que o Capitão General interveio na devassa realizada pela Câmara contra o procurador do concelho do ano de 1774, acusado do uso de moeda falsa, libertando-o da prisão determinada pelos camaristas²⁴².

Em outra ocasião, o Capitão General suspendeu os oficiais da Câmara, a pedido de um dos vereadores, evidenciando, de forma ainda mais acentuada que nos casos anteriormente descritos, a superioridade de sua vontade, assim como a frequente restrição à autonomia da municipalidade, a qual se via cerceada mesmo em funções tipicamente de sua competência²⁴³.

Qualquer pessoa, e não apenas os oficiais que serviam à Câmara, poderia solicitar o auxílio ao Capitão General. Nas atas registraram-se requerimentos de intervenção em meio a conflitos de terras, questões referentes a caminhos e outros litígios, bem como solicitações de informações em pedidos de sesmarias. Porém, em nenhum deles constam maiores detalhes sobre a natureza das contendas, havendo apenas indicações pouco precisas acerca dos locais²⁴⁴.

²³⁸ DIHCSP, v. 78, p. 49-50.

²³⁹ LRACAt de 05 de abril de 1789.

²⁴⁰ LRACAt de 16 de janeiro de 1773, LRACAt de 01 de janeiro de 1775, LRACAt de 30 de dezembro de 1776, LRACAt de 27 de novembro de 1779 e LRACAt de 06 de janeiro de 1786.

²⁴¹ LRACAt de 16 de junho de 1770.

²⁴² LRACAt de 26 de março de 1775.

²⁴³ LRACAt de 19 de setembro de 1779.

²⁴⁴ Entre outros, podem ser citados os seguintes: LRACAt de 01 de março de 1777, LRACAt de 21 de agosto de 1779 e LRACAt de 25 de agosto de 1781, como exemplos de conflitos fundiários; LRACAt de 26 de março de

Os autos cíveis, por outro lado, constituem uma documentação bastante detalhada, na qual foi possível observar vários conflitos sobre a posse de terras e seu aproveitamento havendo, por vezes, intervenções do Governador e Capitão General. Em parte destas contendas, a Câmara foi convocada a prestar informações, sendo que, possivelmente, os registros constantes nas atas de vereações sejam referentes a tais disputas, as quais eram travadas na justiça local ou em instâncias superiores.

Afora as áreas situadas no rossio, cuja propriedade era atribuída à câmara, aquelas qualificadas como rurais e objeto da maioria dos conflitos não desencadeavam um interesse direto da instituição, que normalmente prestava esclarecimentos quando solicitados pelas partes em litígio e pelas autoridades régias que, eventualmente, intervinham no feito. Nestes casos, o órgão municipal informava sobre a pessoa dos litigantes, sobre os caminhos que serviam como divisas ou, ainda, sobre a ocupação das regiões em que eram solicitadas sesmarias.

O mesmo pode ser dito dos caminhos particulares, ou seja, em princípio, os litígios não afetavam diretamente a Municipalidade. Entretanto, nas vias que ligavam os bairros aos arraiais da vila, ou das freguesias e naquelas que levavam às outras vilas, havia a necessidade de atenção da Câmara para evitar fechamentos e, supostamente, também para coibir desvios que somente satisfizessem o interesse de proprietários que buscavam evitar a circulação por suas terras.

Fez-se necessário este prévio delineamento dos interesses envolvidos, pois não obstante houvesse, geralmente, um requerimento ao Capitão General por iniciativa particular, desencadeando sua participação, a resolução da questão era de atribuição da Câmara quando se tratava de um caminho público. A dinâmica deste tipo de intervenção pode ser percebida em uma carta em que são prestadas informações pelo Capitão-mor da Vila de Atibaia sobre o fechamento de uma estrada²⁴⁵.

A referida carta descreve detalhadamente que um proprietário, supostamente prejudicado pelo novo traçado de uma importante estrada que seguia para “o continente de Moji Mirim e Mogi Guaçu” e que reduziria em uma légua a distância, tratou de fechá-la de forma arbitrária, afrontando a autoridade da Câmara, a qual determinara a realização da obra. Frente à notificação dos Camaristas para que cessasse a conduta ilícita praticada, houve solicitação de intervenção do Governador e Capitão General. O autor do requerimento invocou o privilégio de ser militar para não se sujeitar à autoridade municipal, resultando também no envolvimento

1775, LRACAt de 18 de outubro de 1777 e LRACAt de 19 de dezembro de 1790, como parte dos pedidos de sesmarias e de terras, bem como LRACAt de 22 de junho de 1776, LRACAt de 22 de fevereiro de 1778, LRACAt de 28 de outubro de 1780, LRACAt de 26 de dezembro de 1780 e LRACAt de 25 de novembro de 1786, como alguns dos pedidos genéricos despachados previamente pelo Capitão General.

²⁴⁵ D6 – 1790- CO 0262 Militares.

do Capitão-mor da Vila e do Capitão da Companhia de Auxiliares, ao qual estava subordinado, hierarquicamente, o responsável pela destruição da ponte e tapagem do caminho²⁴⁶.

O desfecho da contenda é desconhecido, mas o documento demonstra que, a despeito da importância da estrada e do benefício representado pelo novo traçado aos viajantes, a objeção de um proprietário de terras que se julgava prejudicado ensejou a necessidade de arbitramento do Capitão General para superar o impasse. Tudo isso naturalmente em detrimento da autoridade da Câmara²⁴⁷.

A Câmara, por vezes, era beneficiária de valores estipulados como penalidade em acordos celebrados em questões referentes a caminhos particulares. Em uma verificação, foi apresentado um termo de composição entre Simplício Alves da Cunha e José Vaz de Lima, no qual constava que o primeiro que o quebrasse pagaria cinquenta cruzados à Câmara, tendo sido alegado o descumprimento e apresentado o termo para que “os oficiais da Câmara obrassem o que lhes parecesse de Justiça”²⁴⁸.

Cuidava-se de um pacto referente ao fechamento de uma passagem supostamente violado por Simplício Alves da Cunha, que negou tê-lo descumprido. Por se tratar de composição celebrada no curso de uma ação judicial, os camaristas decidiram que caberia ao Ouvidor analisar a justificativa apresentada, determinando o pagamento da multa e, diante do inadimplemento, ordenaram o encarceramento enquanto não fosse saldada a dívida com a Municipalidade. A ordem foi suspensa por determinação do Capitão General em atendimento a um pedido de Simplício. Os camaristas retorquiram, justificando a necessidade da prisão e a ordem foi restabelecida e cumprida, levando finalmente ao pagamento²⁴⁹.

Ao intervir na cobrança, o Capitão General determinou que a Câmara prestasse informações ao Sargento Mor²⁵⁰ e, apenas depois deste relatar os fatos, dando conhecimento da situação, foi permitido o encarceramento. Da leitura dos autos cíveis observa-se ainda que Simplício, quando estava preso, recorreu ao Ouvidor, mas o resultado da apelação é desconhecido²⁵¹.

Nos ofícios trocados pela Câmara consta um requerimento de João Duarte do Rego ao Governador e Capitão General, noticiando que arrematou o estanco da aguardente e vendeu um

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ LRACAt de 22 de dezembro de 1774.

²⁴⁹ LRACAt de 29 de dezembro de 1774, LRACAt de 22 de dezembro de 1774, LRACAt de 29 de janeiro de 1775, LRACAt de 30 de janeiro de 1775, LRACAt de 12 de agosto de 1775.

²⁵⁰ O posto de capitão-mor ainda não havia sido preenchido, sendo o sargento mor a maior autoridade militar das ordenanças na vila à época.

²⁵¹ D215 A – 1775- CO 3702 ACA.

ramo para João Pires de Siqueira pela quantia de vinte mil réis, sendo fiador o pai dele, Manoel de Siqueira Moreira, tendo o comprador revendido sem lhe efetuar o pagamento, morrendo e deixando a dívida para a viúva Maria de Ávila²⁵².

O credor João Duarte alcançara na Ouvidoria decisão a seu favor, mas o General, por meio de portaria, determinou que recebesse algumas casas na vila como pagamento, contra o que se insurgiu, pois não podia “ser obrigado a receber como credor uma coisa por outra como assim o determina o direito”, acrescentando que necessitava do dinheiro para pagar à Câmara pela arrematação do estanco, “de sorte que o suplicante não duvidaria em tomar as casas em pagamento se a Câmara também as aceitasse”²⁵³. A viúva tinha previamente feito um requerimento ao General noticiando a penhora do imóvel e temia, pela pobreza da terra, que fosse arrematado por uma quantia irrisória, tendo o General proferido o seguinte despacho: “tomem as casas pelo seu justo valor e a Câmara dê provisão para que não continue em prejuízo à viúva”²⁵⁴.

Assim, um litígio sobre a utilização de um caminho que resultou em acordo, posteriormente descumprido por uma das partes, e as discussões referentes ao pagamento de um ramo do estanco acabaram por envolver a participação do Juízo Ordinário, da Câmara e do Sargento Mor no âmbito local, bem como das duas principais autoridades régias da Capitania. Isso revelou a ação do Capitão General no plano de interesses predominantemente individuais, sobrepondo-se ou articulando-se aos demais centros de exercício de autoridade.

A Câmara, nos dois casos descritos, figurava apenas indiretamente como interessada, pois era destinatária dos cinquenta cruzados da penalidade cominada pela violação ao acordo e pelo recebimento de uma parcela da arrematação do estanco, associando-se ao interesse de uma das partes, as quais buscavam assegurar que o pactuado e negociado fosse cumprido.

No exemplo precedente, porém, em que havia o interesse direto da Câmara, predominou a ação dos oficiais militares, o que se deu em prejuízo das atribuições do órgão, cuja notificação ao responsável pelo fechamento da estrada foi ignorada. Somente com a intervenção do Capitão General, presume-se que tenha havido a restauração da autoridade da Municipalidade, ou então o prevalecimento da vontade daquele que ignorou suas ordens. Em outro caso, a Câmara foi obrigada pelo Capitão General a conceder licença ao comerciante Miguel da Costa Rangel,

²⁵² D1 – 1770- CO 0233 Ofícios das Câmaras, Jacareí, Bragança, São João de Atibaia, São José, Taubaté, Mogi das Cruzes 1721-1822.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Ibidem.

exercendo uma prerrogativa própria da Municipalidade que teve, novamente, seu interesse direto contrariado e sua autoridade diminuída²⁵⁵.

Há ainda vários outros requerimentos feitos ao Governador e Capitão General por comerciantes, também relacionados ao desrespeito aos direitos advindos dos estancos, constituindo, outrossim, a maioria dos verificados nas atas. Contudo, além de pouco detalhados, seu desenvolvimento foi analisado anteriormente, bastando acrescentar que o arrematante e aquele que pretendia vender os produtos sem autorização também tentavam associar as autoridades régias aos seus interesses, ressaltando que Miguel da Costa Rangel, citado no parágrafo anterior como favorecido pela intervenção do ministro régio, foi denunciado dois anos depois pelo estaqueiro de Jaguari à Câmara por vender a retalho sem sua autorização²⁵⁶.

Os registros referentes aos caminhos foram complementados por outras fontes documentais, ligadas à propriedade fundiária, ainda ricas em dados capazes de caracterizar as interferências do Capitão General em conjunto com as demais autoridades da esfera local, especialmente as militares, motivo pelo qual foram utilizadas, convindo acrescentar mais uma situação que consta na correspondência da Câmara.

Antonio de Araújo Cardoso fez um requerimento ao General noticiando que por determinação da Municipalidade foi modificado o caminho para a freguesia de Jaguari, sendo que o percurso cruzando suas terras e atravessando um terreno montanhoso de cerca de uma légua com subida e descida foi substituído por outro que passava por uma planície:

com notória comodidade para os viandantes, porém, a malignidade plebeia tão somente por vexar o suplicante e destruir suas lavouras como escandalosamente tem feito, abandonando as comodidades do novo caminho e ordens da sobredita Câmara a quem não obedecem, tem tornado a abrir o antigo caminho e por ele transitam entre as lavouras do suplicante com notório prejuízo²⁵⁷.

Pedia, então, a intervenção do Capitão General para que houvesse a prisão dos transgressores que insistiam na utilização do percurso que passava pelo seu sítio. Dessa vez, o interesse individual de um proprietário de terras se insinuava como da Câmara, já que o principal propósito da retificação do caminho, ao que parece, foi o de evitar prejuízos às lavouras do autor do requerimento, ao invés de propiciar maior “comodidade” aos viajantes. Enquanto não era a “malignidade plebeia” a causa da persistência da utilização do trecho antigo, mas provavelmente a menor distância.

²⁵⁵ LRACAt de 16 de janeiro de 1773.

²⁵⁶ D77 - 1771- CO 3698 ACA.

²⁵⁷ D7 - 1793- CO 0233 Ofícios das Câmaras, Jacareí, Bragança, São João de Atibaia, São José, Taubaté, Mogi das Cruzes 1721-1822.

Ademais, “maligna” ou não, a vontade “plebeia” pouco figurou entre as causas de intervenção do Capitão General, salvo se associada a alguns dos interesses representados pelos camaristas, sobressaindo os pleitos dos comerciantes e, em menor escala, os dos proprietários de terras.

Em 122 atas, correspondendo a 13,4% das sessões realizadas, há menção ao Governador e Capitão General, abrangendo tanto o relacionamento direto com a Câmara no plano das relações institucionais, como as interações de forma indireta por meio dos requerimentos individuais, demonstrando uma ampla participação no cotidiano administrativo.

O Ouvidor da Comarca tinha boa parte de suas atribuições voltada para área da justiça, mas também interferia nos afazeres da Câmara no campo que pode ser considerado “administrativo”, tendo uma participação ainda mais ampla do que a do Governador e Capitão General.

Embora as modalidades de intervenção fossem semelhantes, dando-se da forma indireta por meio dos requerimentos individuais e da forma direta pela qual o ministro régio exercia as funções inerentes ao seu ofício, verificou-se que o Ouvidor desempenhou um papel muito mais ativo na fiscalização dos atos dos camaristas, não apenas respondendo às postulações dos oficiais locais, mas corrigindo-os quando entendia necessário.

Logo nos primeiros meses de funcionamento do órgão, o Juiz Presidente impôs sua vontade em detrimento do que havia deliberado os vereadores. Ele foi então repreendido pelo Ouvidor, que ainda mandou a Câmara registrar sua determinação para que fosse repetida no momento em que os camaristas tomavam posse. A ordem foi registrada na ata com a seguinte redação:

Os Juízes Ordinários que atualmente servem na Vila nova de São João de Atibaia e os que para o futuro os houver suceder tenham entendido que são juízes meros presidentes em ato de Câmara e que por nenhum modo devem mandar contra o que acordarem os mais oficiais da Câmara em benefício do bem público e o Juiz que o contrário fizer se dará logo parte ao Corregedor da Comarca para ele o mandar prender e formar-se culpa e esta se registrará no livro de Registro Geral dessa Câmara para a todo tempo constar²⁵⁸.

Primeiramente, cumpre esclarecer que as funções de Ouvidor e Corregedor se confundiam²⁵⁹. Em relação à diferença da atuação do Capitão General, observa-se que muito embora este último também emitisse ordens à Câmara, nenhuma delas se fez de forma

²⁵⁸ LRACAt de 26 de maio de 1770.

²⁵⁹ Anota Maria Elizabeth de Campos Souza que as funções do corregedor, prevista nas ordenações, foram anexadas às atribuições dos ouvidores, desde os primeiros regimentos destinados a regular a atuação deste ministro nomeado pelo rei na América portuguesa, cf: **Ouvidores de Comarca de Minas no século XVIII**. São Paulo: Alameda, 2016, p. 64.

espontânea por conta da observação de uma prática supostamente indevida, sempre havendo a provocação de uma pessoa interessada.

Enquanto o Capitão General punha em prática as ações de governo no âmbito civil e militar envolvendo as Câmaras na medida em que delas necessitava, o Ouvidor exercia, conforme as funções próprias de seu ofício, um controle mais ativo das práticas institucionais locais. Cabia a ele tentar ajustá-las às Ordenações, como no caso referido, ou então aos seus próprios interesses, especialmente no tocante ao pagamento de taxas e emolumentos que o beneficiavam.

Ressalte-se que era campo específico das atribuições do Ouvidor a fiscalização dos atos da Câmara, razão pela qual foi ele quem autorizou as reuniões quinzenais do órgão, mandou que tomassem contas do procurador do concelho²⁶⁰, além de determinar novas eleições, alterar o resultado delas e corrigir alguns procedimentos nelas adotados²⁶¹. Competia-lhe ainda, como corolário lógico do dever de supervisionar a escolha dos oficiais, dispensar aqueles que fossem eleitos ou designados para as funções e não pudessem exercê-las.

A interferência no governo local, portanto, era bastante ampla, estendendo-se ao que diz respeito aos gastos da Câmara, parte deles dependendo da autorização do Ouvidor, quando se tratava de dispêndios mais elevados, recordando-se nesse sentido o caso da construção da nova cadeia. Mesmo as despesas mais cotidianas, como correntes, armários, resmas de papel e até cera para as festividades religiosas eram verificadas por ele²⁶². Ao examinar os livros da Câmara, o Ouvidor determinou aos camaristas a reposição da quantia de quatro mil réis dada como “esmola ao Divino Espírito Santo”, por entender se tratar de um gasto indevido²⁶³.

O Ouvidor ainda recebia várias modalidades de remuneração, compreendendo o custeio das suas correições, o que incluía, além da importância estabelecida para a realização do ato, as despesas de deslocamento e estadia, todas elas suportadas pela Câmara. Recebia, ainda, o pagamento pela expedição das mencionadas cartas de usança que os vereadores, juízes ordinários e procuradores apresentavam para dar início ao exercício de seus ofícios.

Todos os livros eram comprados do Ouvidor, ainda remunerado para rubricá-los periodicamente, fornecendo até os “pelouros” utilizados nas eleições municipais²⁶⁴, o que criava uma dependência da Câmara destes serviços e do aprovisionamento de material para o

²⁶⁰ LRACAt de 19 de setembro de 1774.

²⁶¹ LRACAt de 28 de novembro de 1772, LRACAt de 25 de dezembro de 1773, LRACAt de 12 de novembro de 1774.

²⁶² LRACAt de 15 de maio de 1779.

²⁶³ LRACAt de 28 de dezembro de 1778.

²⁶⁴ LRACAt de 02 de novembro de 1787.

desempenho das mais simples atividades cotidianas, constituindo ainda uma importante remuneração que complementava os salários do ministro régio.

Observou-se ainda ser incumbência do Ouvidor supervisionar a cobrança do subsídio literário, imposto instituído pela coroa para fomentar a alfabetização, sendo que a Câmara lhe remetia a quantia arrecadada periodicamente²⁶⁵.

A influência do Ouvidor pode ser quantificada pelas atas que noticiam a sua atuação direta e indireta. Elas totalizaram o número de 180, correspondendo a 19,78% das realizadas. Ou seja, quase um quinto das reuniões, superando em número as que tratavam da construção e da edificação dos caminhos (107) e do exercício da fiscalização (178).

Alguns dos assuntos tratados pelo Governador e Capitão General também envolveram a participação do Ouvidor. Todavia, a redação das atas ao registrar apenas que foi escrita, ou recebida, uma carta da referida autoridade régia, ou mesmo uma ordem, não permite saber qual foi o papel exercido no tocante à definição da responsabilidade pela conservação da ponte sobre o Rio Tietê, aterrado de Santana e caminho do mar, assim como quanto ao abastecimento da Cidade de São Paulo. Ocasões em que a Câmara de Atibaia solicitou sua intervenção.

Aliás, afora o exercício do controle sobre os atos da Câmara, compreendendo desde os gastos mais mezinhas até formas de deliberação e votação, o Ouvidor tratou em grande parte das mesmas questões postas ao Governador e Capitão General, inclusive no campo individual. Apenas atuando de uma forma mais ampla e frequente, emitindo um número superior de dispensas aos eleitos ou escolhidos para o exercício dos ofícios da câmara e livrando em maior quantidade infratores das coimas.

Em relação aos estancos, constata-se que o Ouvidor também interferiu, com bastante frequência, registrando-se nas atas, entre outras situações, uma determinação de suspensão da confecção do contrato a pedido dos que não lograram arrematá-los no primeiro pregão realizado²⁶⁶. Ademais, em outro caso, diante da possível inércia dos camaristas em proteger os direitos do estanqueiro, a requerimento deste, o Ouvidor determinou à Câmara que fizesse respeitar o arrematante, responsabilizando os camaristas por “toda perda e dano” que lhe fosse causada²⁶⁷. Ele também persuadiu os camaristas a livrarem Serafim Delgado da condenação em seis mil réis e da prisão por ter venda pública sem licença²⁶⁸.

²⁶⁵ LRACAt de 05 de novembro de 1775, LRACAt de 14 de janeiro de 1776 e LRACAt de 20 de abril de 1776.

²⁶⁶ LRACAt de 30 de dezembro de 1770.

²⁶⁷ LRACAt de 27 de fevereiro de 1773.

²⁶⁸ LRACAt de 02 de dezembro de 1775 e LRACAt de 03 de fevereiro de 1776.

A análise das atas evidencia que as ações no plano dos requerimentos de particulares, ou dos oficiais em seu próprio interesse, não geravam normalmente constrangimentos às citadas autoridades régias. Estas se alternavam, ou concorriam, por exemplo, nas concessões das isenções aos que foram eleitos para os ofícios e não podiam exercê-los.

A Câmara, em regra, aceitava as decisões dimanadas tanto do Ouvidor como do Capitão General no âmbito dos requerimentos individuais, enquanto para os particulares era conveniente conseguir os bons préstimos dos referidos ministros, estabelecendo-se, em contrapartida, o dever de lealdade a quem concedia as benesses, formando laços que se reforçavam mutuamente²⁶⁹.

O livro de registro de atas da Câmara permite entrever em parte essa dinâmica, ao menos em um sentido, qual seja o da busca incessante dos favores das autoridades régias para favorecimento pessoal empreendida pelos oficiais da Câmara, comerciantes e proprietários de terra.

A sobreposição das ações dos principais ministros da Capitania potencializava o desenvolvimento de conflitos entre eles. A Câmara, quanto às questões mais institucionais ou na defesa dos interesses coletivos dos grupos nelas representados, tentava explorar esta indefinição de atribuições e competências em seu favor. Ressalte-se novamente como exemplo as frustradas investidas frente ao Ouvidor e Capitão General com a finalidade de se livrar das obrigações em relação às pontes e caminhos não compreendidos nos limites territoriais de Atibaia.

Lastreando-se na observação feita anteriormente, cabe ressaltar que os particulares autores de pedidos de intervenção tinham menor chance de êxito na exploração das divergências entre as autoridades régias. Isso ocorre pois parte desses requerimentos era apresentada previamente à Municipalidade, recebendo um encaminhamento e direcionamento capaz de elidir, ou pelo menos reduzir a dúvida acerca de quem detinha atribuição de respondê-lo, bem como em razão de envolver, em tese, matérias de menor alcance, as quais normalmente não suscitavam disputas entre o Ouvidor e Capitão General, salvo se o interessado fosse protegido ou desafeto de um deles.

²⁶⁹ Trata-se resumidamente do que foi consignado quando da introdução ao presente capítulo em que se mencionou a chamada economia do dom, pautada pela ideia de “liberalidade e reciprocidade”, apontando para a contabilização das “prestações”, de sorte que um trabalho executado ensejava uma retribuição, enquanto a concessão de um benefício igualmente gerava a expectativa de retorno, principalmente na forma de serviços cf.: HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “As redes clientelares”. In. HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**, Lisboa: Estampa, 1993, Vol. 4, p. 100-101.

Referida constatação não significa a ausência de disputas em razão da convergência de atribuições no processamento de requerimentos de natureza individual; havia neles potencial para gerar conflitos sobre o exercício da autoridade. Ocorre, porém, que o número de pedidos de intervenção se afigurava bastante elevado, bastando notar que apenas para Atibaia foram contabilizadas 74 concessões de dispensa do exercício de ofícios eletivos, afora os pedidos que foram negados e as inúmeras outras matérias de governo e de justiça que eram levadas à análise do Capitão General e do Ouvidor. Desse modo, muitas vezes, a simples intervenção de um deles, automaticamente, afastava a do outro, evitando litígios em matérias de pouca expressão ou repercussão. Já se observou, inclusive, a tentativa de associar o interesse particular ao da Câmara com a finalidade conferir-lhe maior amplitude e despertar maior atenção dos ministros régios.

A rivalidade entre as autoridades da Capitania era acentuada e, em certa medida, constituía elemento estrutural da organização burocrática do Império Português. A Câmara de Atibaia, além de ter sua participação nessas relações muitas vezes hostis que se estabeleciam entre as diversas instâncias, mesmo das situadas em posições hierárquicas distintas, certamente tentou se aproveitar destas disputas para se eximir das responsabilidades que lhe eram impostas, ainda que nem sempre obtivesse êxito.

A documentação produzida pelo Conselho Ultramarino é repleta de acusações recíprocas de excessos, usurpações e despotismos das mais altas autoridades régias na Capitania. Há, por exemplo, queixas do Provedor da Fazenda Real da Capitania de São Paulo contra o Ouvidor Geral da Comarca²⁷⁰, do Governador e Capitão General contra o Ouvidor²⁷¹,

²⁷⁰ OFÍCIO do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José Honório de Valadares e Aboin, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tratando de sua indisposição com Salvador Pereira da Silva, ouvidor geral da comarca de São Paulo, a quem acusa de prejudica-lo, associando-se a Bernardo Rodrigues Solano do Vale, procurador da Coroa e Fazenda, para embargar as suas atividades de provedor da Fazenda Real. Anexo: 7 certidões, 2 cartas, ofício. AHU – São Paulo, cx 5, doc. 26. AHU_ACL_CU_023, cx.6, D. 351. (Projeto Resgate CD-ROM)

²⁷¹ CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I] queixando-se do procedimento do ouvidor da comarca de São Paulo, José Carlos Pinto de Sousa, por extrapolar suas funções, agindo com despotismo. Anexo: carta. AHU – Santa Catarina, cx. 8, doc. 6. AHU_ACL_CU_023, cx.9, D. 488. (Projeto Resgate CD-ROM)

do Governador e Capitão General contra o Juiz de fora de Santos²⁷², do Ouvidor contra o Capitão General²⁷³ e do juiz de fora contra o Governador e Capitão General²⁷⁴.

O Capitão General também se queixou das Câmaras da Capitania ao rei por conta da recusa destas em pagar os ordenados dos sargentos mores²⁷⁵, respondendo às diversas reclamações direcionadas ao monarca contra a cobrança, o que mostra a inserção das municipalidades nas disputas travadas no âmbito mais amplo da administração do império. Isso evidencia que elas detinham capacidade de influir nesta rede de relações, ainda que limitada por seu peso político e econômico.

As vereações registram que a Câmara de Atibaia também mantinha uma correspondência com o monarca, aludindo em algumas atas a redação e envio de cartas ao rei e à rainha, bem como o recebimento de respostas aos pleitos formulados²⁷⁶.

Por vezes, o encaminhamento de cartas não bastava e as Câmaras mais ricas, ou influentes, chegavam a enviar representantes à corte, tal como ocorreu em Porto Alegre, que enviou um procurador a Lisboa para reivindicar diretamente ao monarca a renda das passagens sobre os rios existentes em seu termo²⁷⁷.

Observou-se na vila de Atibaia, em matéria similar, um requerimento feito à Rainha de isenção do pagamento dos direitos de passagem sobre o novo Registro ali estabelecido, argumentando os peticionários que os moradores daquela freguesia transitavam diariamente pelas pontes nas quais estava instalada a cobrança e, se fossem obrigados a efetuar o pagamento não teriam como cultivar lavouras, o que causaria graves prejuízos ao abastecimento da cidade de São Paulo. O Capitão General respondeu ao pedido, mandando observar o “antigo costume”,

²⁷² CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I], sobre a queixa contra o juiz de fora de Santos, José Carlos Pinto de Sousa, que lhe impediu construir uns pelouros naquela cidade. Anexo: 8 cartas, lembrete, 10 ofícios, certidão. AHU – São Paulo, cx. 8, doc. 11. AHU_ACL_CU_023, cx.9, D. 489. (Projeto Resgate CD-ROM)

²⁷³ CARTA do ouvidor geral de São Paulo, Estevão Gomes Pereira, à rainha [D. Maria I], comunicando os excessos de autoridade do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, nas sentenças criminais da Junta da Justiça daquela capitania. Anexo: 5 cartas, 2 lembretes, sumário de consulta. AHU – São Paulo, cx. 8, doc. 13. AHU_ACL_CU_023, cx.9, D. 491. (Projeto Resgate CD-ROM)

²⁷⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre o que da conta o juiz de fora de Santos, José Carlos de Sousa, que serve de ouvidor da comarca de São Paulo, acerca dos excessos de jurisdição do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha. Anexo: 2 cartas, 10 certidões. AHU – São Paulo, cx. 8, doc. 2. AHU_ACL_CU_023, cx.023 D. 474. (Projeto Resgate CD-ROM)

²⁷⁵ OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, [D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão] ao [secretário do reino], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], solicitando orientação para como agir quanto às câmaras municipais que, tendo inicialmente assinado o termo de compromisso de que passariam parte de seus rendimentos para pagamento dos sargentos mores e ajudantes, agora se recusam a fazê-lo. AHU – São Paulo, cx. 5, doc. 19. AHU_ACL_CU_023, cx.5, D. 334. (Projeto Resgate CD-ROM)

²⁷⁶ LRACAt de 07 de dezembro de 1774, LRACAt de 14 de janeiro de 1775, LRACAt de 26 de junho de 1777 e LRACAt de 23 de novembro de 1782, entre outros.

²⁷⁷ COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a comarca de Porto Alegre (1767-1808)**, op. cit., p. 141-2.

provavelmente dispensando-os da taxao normal, reservando-a apenas para as ocasies de sada da produo para fora do termo da vila²⁷⁸.

Embora o requerimento fosse feito, inicialmente, em nome dos moradores, a iniciativa de solicitar a iseno foi imediatamente encampada pela Cmara. Essa manobra visava, possivelmente, conferir um carter mais abrangente e tambm evidenciar a unidade de interesses com o chamado “povo de Jaguari”, muito embora a franquia beneficiasse ainda mais os grandes produtores de alimentos, os quais buscavam os mercados distantes, estando tal grupo, normalmente, bem representado no rgo municipal e dele se utilizando na promoo das medidas que os favorecia.

Deste modo, das relaes entre a Cmara e a populao da freguesia de Jaguari, passando para a Rainha e voltando ento ao Governador e Capito General, verifica-se a articulao entre diferentes esferas de difuso de poder no quadro institucional da monarquia portuguesa.

Em termos mais amplos e estruturais, pensando no significado destas relaes, concebe-se que a empresa colonial era constituda pela articulao e confluncia de interesses da coroa e de seus vassalos na ocupao e governo dos territrios ultramarinos, sendo o colono apontado como agente e “mo armada” da poltica imperial²⁷⁹.

Os trabalhos que analisam a Cmara na perspectiva de suas relaes externas costumam evidenciar o papel exercido no plano imperial, funcionando como rgo local de administrao da Capitania e instrumento de execuo dos desgnios da Coroa. Ela representava, ao mesmo tempo, os interesses da populao que vivia nas vilas e cidades frente monarquia²⁸⁰.

Das relaes, frequentemente conflituosas entre as autoridades rgias envolvendo comumente as Cmaras e tambm particulares, no surgiam questionamentos ao prprio modelo de governo, muito menos desafios a ele. Ao contrrio, buscava-se sempre a manuteno da paz e o “sossego dos povos”.

No curso das disputas, os contendores invocavam as usurpaes e quebras da ordem praticada pelos adversrios com a finalidade de angariar a simpatia das autoridades superiores

²⁷⁸ D11 – 1795- CO 0233 Ofcios das Cmaras, Jacare, Bragana, So Joo de Atibaia, So Jos, Taubat, Mogi das Cruzes 1721-1822.

²⁷⁹ FERNANDES, Florestan. “A sociedade Escravista no Brasil”. In: _____. **Circuito fechado**. So Paulo: Hucitec, 1976, p. 11-63 e Ilana Blaj, op. cit., p. 220 e 302. COMISSOLI, Adriano. **Os Homens bons e a comarca de Porto Alegre (1767-1808)**, op. cit., p. 18.

²⁸⁰ SILVA, Maria Santana da. **Poderes Locais em Minas Gerais Setecentistas: A Representatividade do Senado da Cmara de Vila Rica (1760-1808)**, op. cit., p. 157. COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a comarca de Porto Alegre (1767-1808)**, op. cit., p. 10-145, passim. SOUSA, Avanete Pereira de. **Poder Local Cidade e Atividades Econmicas (Bahia, sculo XVIII)**, op. cit., p. 60. BICALHO, Maria Fernanda. “Cidades e elites coloniais – redes de poder e negociao”. In: **Varia histria**, n. 29, jan 2003, p. 22.

em favor dos seus interesses, servindo-se deste modelo discursivo os ministros régios, a municipalidade e mesmo os indivíduos em busca de interesses particulares. Estes últimos, quando não apelavam para misericórdia, procuravam encaixar argumentos dessa natureza, ou seja, frequentemente relatavam a prática de abusos como justificativas aos pedidos de concessão de benesses e favores que faziam.

Ademais, nos estudos sobre a administração colonial, já se referiu à falta de uma racionalidade burocrática e à ambiguidade do quadro de funções dos oficiais régios como sendo algo próprio de uma estrutura flexível, capaz de se adaptar aos diversos contextos imperiais²⁸¹.

Por outro lado, a concorrência entre as autoridades e órgãos administrativos tinha como consequência o exercício de fiscalização recíproca pelos oficiais e órgãos que compunham a monarquia, os quais desconfiavam uns dos outros, estando sempre alertas e aguerridos na defesa de suas prerrogativas e delimitação de seus espaços de poder. Cabia ao rei mediar os conflitos que, inevitavelmente, ocorriam, enquanto era favorecido por esse ambiente de desconfiança em que as delações eram um hábito, já que por meio delas podia exercer um controle para além dos fracos meios institucionais que dispunha para fiscalização dos seus oficiais e órgãos.

Outros estudos também apontam que esse caráter conflitivo servia ao poder régio, permitindo-lhe, ao mesmo tempo, mediar e fiscalizar tanto as elites locais, como as autoridades que compunham o aparato burocrático colonial. Destacam, nesta dinâmica, a importância das “petições”, ou seja, das representações encaminhadas às autoridades metropolitanas e ao monarca, pois abriam um canal pelo qual fluíam as reclamações. A vigilância mútua subsidiava a atuação real e impedia que uma única instância monopolizasse o poder, garantindo o equilíbrio político entre elas²⁸².

Assim, uma imagem panorâmica sobre o império luso na metade do século XVIII revelaria uma paisagem harmônica, na qual os interesses da coroa e dos seus vassallos nos territórios ultramarinos ainda confluíam e se harmonizavam na empresa colonial. Focando as lentes nas estruturas, depois nos órgãos e, por fim, nos oficiais que constituíam o quadro burocrático, o observador se defrontaria com certas tensões, as quais, porém, não alcançavam as bases de exercício do poder de mando, sendo próprias dos modos e práticas de governo.

²⁸¹ GOUVÊA, Maria de Fátima da Silva. **Redes de Poder na América Portuguesa. O caso do Senado da Câmara do Rio de Janeiro 1790 – 1822**, op. cit.

²⁸² CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder**: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802), op. cit., p. 109-110, BOXER, Charles Ralph. **Portuguese Society in the tropics**: the municipal council of Goa, Macau and Luanda, 1510-1800. Madison: University of Wisconsin Press, 1985, p. 142-145. Especificamente sobre a importância das “petições” como parte da cultura política na monarquia portuguesa, constituindo uma prática que remontava ao período das cortes medievais, conferir: CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Antigo Regime**. Lisboa: Cosmos, 1988.

As referidas imagens foram captadas com auxílio de recursos historiográfico. Já o exame da documentação permitiu passar a uma visão microscópica, na qual se revelou as nuances destas práticas institucionais na escala local e até individual, espaços em que invariavelmente se desdobravam as ações das autoridades que conformavam a monarquia. Com isso, coube mais precisamente observar a atuação dos principais oficiais régios em face da Câmara.

Verificou-se, por meio das atas, uma participação bastante ativa do Governador e Capitão General, assim como do Ouvidor nos mais variados assuntos tratados pela Câmara no seu cotidiano governativo, compreendendo desde as disputas com outras instâncias administrativas locais até as questões de natureza individual, cuja resolução, ao menos em tese, incumbia à Municipalidade.

Os ministros régios exerceram um controle acentuado no plano local, afetando a autonomia municipal. É possível que a Câmara tenha se insurgido contra a constante intromissão em seus assuntos, principalmente do Ouvidor e Corregedor, assim como também é provável que o prestígio dos camaristas tivesse decaído muito a esta altura, pois eles próprios, e não apenas os particulares, muitas vezes, deixavam de fazer seus requerimentos diretamente à municipalidade, logo buscando o concurso de uma autoridade situada no plano superior para fazer prevalecer seus interesses particulares.

A forma muitas vezes lacônica da lavratura das atas, bem como os poucos ofícios recuperados no corpo documental, não permitem apontar para uma resistência a estas intromissões do Ouvidor e do Capitão General. Contudo, não se verificou, ao longo do período examinado, qualquer restrição à atuação dos referidos ministros frente à Câmara, de modo que, se houve algum esforço de contenção, ele resultou infrutífero²⁸³.

Antes de passar ao tópico seguinte, convém destacar a amplitude do tema referente à participação dos oficiais régios na administração municipal, já que estudos apontam para outras influências, como a ocorrência de entrelaçamento de interesses destes ministros aos da elite local. Isso orientaria muitas vezes suas ações até em prejuízo às atribuições de defesa das prerrogativas da coroa, além de outras circunstâncias próprias a cada região que também os impulsionava e igualmente devem ser consideradas. Procurou-se, deste modo, uma caracterização mais ampla desta atuação, realizando-a de forma pouco aprofundada e por vezes

²⁸³ Comissoli verificou em Porto Alegre que as atuações do governador e a vigilância contínua do ouvidor, principalmente a partir de 1781, alteraram a forma de atuação da Câmara, que ficou cada vez mais restrita aos assuntos locais, cf.: **Os “homens bons” e a comarca de Porto Alegre (1767-1808)**, op. cit. p. 175.

reducionista, limitando-se a apontar as mais vincadas vertentes de estudos para então ambientá-las à análise da documentação produzida pela Câmara de Atibaia.

2.4 O “bem comum” e a “bem da república”

A análise até o momento privilegiou as ações da Câmara, buscando compreendê-las no campo que se chamou “governo”, distinguindo-o daquele relacionado à “justiça”, diante das características próprias de produção e redação de cada modalidade documental, bem como para fins expositivos. Procurou-se, ainda, identificar uma maneira específica de atuação mais voltada, ao menos em tese, para a administração da vila do que para as contendas envolvendo particulares, normalmente mediadas ou decididas pelos juízes ordinários.

Verificou-se quais eram as principais características das medidas desenvolvidas pela municipalidade e os meios pelos quais atuavam os camaristas, chegando a algumas quantificações, deixando-se de lado, porém, aspectos mais relacionados ao discurso, em especial as referências já feitas na documentação examinada acerca do chamado “bem comum”, invocado em algumas oportunidades para justificar determinada medida ou reivindicação.

Não se pretende, todavia, promover uma análise exaustiva sobre a linguagem institucional local, o que, por si só, já seria objeto de um amplo estudo. Portanto, busca-se, por meio das duas expressões chaves apresentadas no título, tentar evidenciar a lógica discursiva que embasava essa vertente de atuação da Câmara e, se possível, verificar se correspondia ao sentido das ações adotadas pelos camaristas.

O “bem comum” e a “bem da república” são expressões com frequência observadas na redação das atas da câmara. Na quase totalidade das vereações constava que os oficiais se reuniam naquela data, em casas da câmara “todos juntos em auto de vereança para procederem e despacharem tudo o que fosse a bem desta República”.

A palavra república alude ao autogoverno exercido em nome do povo, enquanto no plano local o termo estava relacionado à vila, entendida como uma entidade governada pelos homens bons, tal como o modelo romano que inspirava sua organização, sendo inclusive frequente a utilização do termo senado. Assim, as medidas que se seguiriam ao enunciado supracitado seriam supostamente adotadas em favor, ou a bem de uma coletividade representada pela Câmara.

A “bem da república”, portanto, significava que a atuação da Câmara se faria em proveito de todos da vila, assumindo uma feição mais abrangente e também menos precisa, de modo que sua significação somente pode ser compreendida quando fora deste contexto, ou seja,

ao ser associada a algum ato ou medida adotada pelos camaristas. Nestas situações, porém, observou-se com mais frequência o termo “bem comum”, invocado, em regra, como justificativa para alguma providência mais específica deliberada em ata, ou lastreando alguma reivindicação.

Nem sempre havia uma distinção entre os dois termos. Muitas vezes eram empregados como sinônimos, mas considerando que todas as atas consignam que a reunião tinha como finalidade promover o “bem da república”, é possível inferir que a expressão servia para conformar como deveria ser a atuação geral da municipalidade, enquanto a acepção “bem comum” estava sempre associada a alguma medida um pouco mais específica.

No ano de 1772, deliberaram os camaristas sobre a necessidade de fechamento de um caminho para o Bairro do Rio Acima “por ser prejudicial ao bem comum”²⁸⁴. Invocando igualmente o “bem comum”, os oficiais da câmara alertavam para os preços elevados do toucinho, fumo e açúcar, os quais causavam “estupor a eles vereadores”, concordando que “se devia dar providência em atenção ao bem comum”²⁸⁵.

O termo também vem associado a algumas medidas que visavam arrecadar recursos, como, por exemplo, no ano de 1775, quando o procurador da câmara expunha em reunião a necessidade de vender os direitos de corte da carne “para utilidade e bem comum e os réditos desta Câmara”²⁸⁶. No mesmo sentido, em 1778, observamos o termo “bem comum” durante a avaliação dos lances para a arrematação do estanco²⁸⁷.

Em missiva à Junta Real, pediam os camaristas que “repartissem o descoberto de Camanducaia”, fazendo-o em nome do “bem comum do povo”²⁸⁸. As autoridades régias, por sua vez, também se valiam da expressão, tendo o Ouvidor, no ano de 1776, chamado atenção para a obrigação da Câmara de Atibaia em relação aos caminhos, em especial para que dessem “a devida providência ao que era preciso para o bem comum”²⁸⁹.

Curioso foi o episódio ocorrido na sessão de 12 de junho de 1780, quando houve um desentendimento que culminou com a prisão do escrivão José de Barros, deixando a ata inacabada. Na reunião seguinte, em 17 de junho, os camaristas justificam os motivos que os levaram a deixar o livro incompleto, esclarecendo:

pela petulância que lhes tem feito José de Barros escrivão que foi desta Câmara houveram por suspenso de seus ofícios e o mandaram citar para um auto de desobediência e prender e porque na ocasião que o fizeram não concluiu o termo retro de doze do mês de

²⁸⁴ LRACAt de 08 de dezembro de 1772.

²⁸⁵ LRACAt de 01 de março de 1776.

²⁸⁶ LRACAt de 10 de setembro de 1775.

²⁸⁷ LRACAt de 26 de dezembro de 1778.

²⁸⁸ LRACAt de 24 de outubro de 1772.

²⁸⁹ LRACAt de 24 de agosto de 1776.

junho agora manda declarar neste termo a razão e desordens que houve para se não concluir. E da mesma sorte não quiseram eles Juiz Presidente e mais oficiais da Câmara assinar o termo folhas duzentos e dezoito com data de trinta de abril por nela escrever o dito escrivão ideias de sua cabeça maquinando discórdias odiosas ao bem comum entre os oficiais desta Câmara e para que cessasse as maquinações acordaram em não assinar...²⁹⁰.

Ressalte-se que os termos “bem da república” ou “bem comum” não eram muito delineados, servindo o primeiro para conferir legitimação à atuação global municipalidade, e o segundo para justificar qualquer medida adotada pela câmara, mesmo aquelas aparentemente arbitrárias. Por vezes, eram até empregados de forma inapropriada, como no exemplo acima, no qual a expressão acaba circunscrita aos oficiais da instituição, opondo-se à dimensão coletiva normalmente dimanada da palavra.

Na documentação não é perceptível qualquer reflexão ou tentativa de expor o que se entende por “bem comum”, “república”, “povos”, “justiça” e outros termos com um elevado conteúdo ideológico. A preocupação imediata dos oficiais era fazer frente às variadas demandas que a administração da vila lhes impunha. Assim, as deliberações tomadas eram registradas em meio às expressões supracitadas, as quais serviam, simultaneamente, como motivação dos atos e ornamentação da escrituração, enquadrando a escrita no vocabulário institucional português.

Deste modo, somente através de uma análise das ações da câmara sobre a sociedade na qual estava inserida é possível compreender os interesses defendidos pelos oficiais da câmara, bem como em que medida os diversos segmentos sociais eram representados. Assim aproximando uma lógica essencialmente pragmática de governo do discurso filosófico político que pode, ou não, inspirá-la.

Trata-se de uma análise que engloba não só as atas da câmara, já que tal escrituração constitui apenas parte da documentação produzida pela instituição e, como qualquer fonte, tem suas limitações. Uma das quais decorre de sua própria natureza, pois enquanto síntese dos temas abordados nas reuniões periódicas do colegiado de oficiais integrantes da instituição, cabia ao escrivão selecionar os assuntos que seriam registrados e o grau de detalhamento de cada um deles. Diferentemente da documentação judicial, a remuneração não era por linha ou folha escrita; daí se encontrar, ao longo do período estudado, atas extremamente ricas e outras que se limitavam a narrar que foram discutidos assuntos de interesse geral e despachadas algumas petições.

A documentação produzida pela câmara em sua vertente de atuação judicial é mais rica, compreendendo algumas vezes longas exposições argumentativas, ligadas a uma prática jurisdicional, cuja finalidade é materializar interesses em regra individuais, como no caso dos

²⁹⁰ LRACAt de 17 de junho de 1780.

autos cíveis, o que conduzirá a análise à atuação dos juízes ordinários e demais envolvidos nas demandas, com a finalidade de buscar um sentido para a justiça local. Em geral, também não foram encontradas reflexões mais profundas acerca do papel geral da jurisdição nas decisões e demais peças processuais.

Destaque-se a importância do pensamento aristotélico-tomista na compreensão das formas de organização político-administrativa e de governo, levando a indagar se todas as ideias contidas em expressões como “bem comum” e “bem da república” já não teriam sido esvaziadas de seu conteúdo político filosófico quando incorporadas à linguagem institucional, figurando apenas como palavras que deveriam justificar, de forma quase automática, as medidas adotadas. Ou, ainda, a hipótese que parece mais plausível e que não afasta a anterior, a que tal reflexão não era relevante na medida em que não podia ser instrumentalizada pelos camaristas para seus propósitos imediatos.

Estudando a Câmara de São João Del Rei, Livia Nascimento Monteiro recruta o conceito de “bem comum” derivado da filosofia aristotélica, remodelada por São Tomás de Aquino, afirmando que a ordem que deve ser estabelecida para a manutenção do bem comum não se ancorava em um único centro de poder, mas em um conjunto de núcleos com relativa autonomia, realçando a imagem de corpo, cuja forma harmônica de funcionamento era o modelo prevalecente para o funcionamento das diferentes instituições que compunham a estrutura imperial lusitana²⁹¹.

Referida abordagem posiciona a câmara no quadro institucional da monarquia portuguesa, preocupando-se mais com o grau de autonomia e a possibilidade de autogoverno local frente a outras esferas de poder representadas pelos órgãos de administração da coroa, resultando em um conceito de “bem comum” intrínseco a esta forma de arranjo estatal, permeando uniformemente todos os seus componentes.

Por meio da análise dos assuntos tratados nas atas, a autora busca estabelecer o que significa a expressão “cuidar do bem comum”, salientando que “de acordo com o tomismo, para que o indivíduo viva em comunidade é fundamental ultrapassar o egoísmo em favor do bem comum. Para isso surge a sociedade que é política, e com ela a República, “Res publicae”. Ou seja, as funções públicas para que esse “bem comum fosse atingido”, sendo que em Vila

²⁹¹MONTEIRO, Livia Nascimento. **Administrando o Bem Comum: Os “Homens Bons” e a Câmara de São João Del Rei 1730 – 1760**. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 23-4.

Rica no período por ela estudado “cuidar do bem comum passava significativamente pela ação dos Almotacés”²⁹².

O controle dos preços das mercadorias e do abastecimento, uma das atividades desempenhadas pelo almotacé, constitui um viés bastante explorado nos estudos sobre a câmara, sempre associado à ideia de economia moral de Thompson (1998). A autora acrescenta a análise de Polanyi (1980) à discussão, que reúne evidências históricas e antropológicas visando demonstrar que no passado a economia não tinha a mesma primazia que desfruta atualmente, pois, ainda no século XVIII, tal atividade estava interligada às relações sociais. A partir disso surge a importância da função de almotacé, por atuar justamente no exercício do controle da atividade econômica e, por conseguinte, na garantia do preço justo em prol do “bem comum”²⁹³.

Associando o controle de preços exercido pelo almotacé como a essência da concepção de “bem comum” no plano municipal, a autora traz algumas evidências documentais: um acórdão que fala dos atravessadores de mantimentos, mandando o almotacé coibir tal prática; um sobre a carne; e outro da farinha, não explorando a documentação produzida pela almotaçaria²⁹⁴.

Concentrando-se nas atas da câmara, tal como observado em Atibaia, a autora afirma que “em todas as justificativas para as ações tomadas pelos oficiais, *o bem comum da República* aparecia e servia como ponto fundamental para uma atitude, uma ordem, uma previsão”, assinalando com base em tal constatação que no “Antigo Regime português” havia uma preponderância do grupo em relação à pessoa²⁹⁵.

Note-se que, segundo a conclusão da autora, a justificativa do “bem comum” contida nos termos de vereança serviria para integrar a atividade da câmara a uma concepção “corporativa” de sociedade²⁹⁶, própria do período, em que prevaleceria o pertencimento ao grupo em detrimento da individualidade. Todavia, ainda que pertinente como caracterização de uma sociedade tida como do “antigo regime”, a referência ao “bem comum” verificada remonta mais a uma fórmula pela qual as atas eram lavradas, empregando-se as palavras características

²⁹² Idem, p. 101.

²⁹³ Idem, p. 103-104. Ver também: THOMPSON, E. P. “A Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII”. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

²⁹⁴ MONTEIRO, Lívia Nascimento, op. cit., p. 117.

²⁹⁵ Idem, p. 139.

²⁹⁶ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político Portugal – séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994, p. 297-324.

daquele ato, e não propriamente uma reflexão sobre o que seja o melhor para a comunidade, segundo uma perspectiva tomista.

Mesmo o controle de preços não se liga diretamente a qualquer forma de teorização, ao menos quando exercitado no plano local, decorrendo das atribuições e funções administrativas delineadas no Livro primeiro das Ordenações Filipinas, sendo incorporadas nas ações dos oficiais sem que houvesse um planejamento de médio ou longo prazo, muito menos uma continuidade devido à brevidade de exercício dos ofícios. O almotacé, por exemplo, tinha um mandato de duração mensal.

Convém destacar que não se retira a validade do raciocínio desenvolvido. O pensamento aristotélico-tomista certamente exerceu influência no plano local na medida em que também condicionou a formação das Ordenações e das leis régias, que tratam da organização burocrática da monarquia. Entretanto, o que se busca perscrutar é o seu alcance e, principalmente, se havia a mesma consciência acerca de “bem comum” nas atitudes dos agentes responsáveis pela administração local.

Ainda que a alusão ao “bem comum”, “bem da república” ou “bem comum da república” constituam apenas referências protocolares no vocabulário institucional. A prática do controle de preços pelos almotacés, em conformidade com os ditames das ordenações, por si só, representaria uma conduta que aproveita a toda coletividade e, portanto, delimita uma atuação que se coaduna ao pensamento tomista²⁹⁷, sendo irrelevante, ao menos aparentemente, se os oficiais da câmara tinham plena consciência do significado das expressões supracitadas ao cumprirem os papéis costumeiramente atribuídos aos seus ofícios²⁹⁸.

Diz-se aparentemente irrelevante, pois a questão acerca da fiscalização de preços era central na passagem do século XVIII para o XIX, época em que o estabelecimento do controle sobre o abastecimento passou a ser um obstáculo ao livre mercado então propagandeado pelas autoridades centrais. Assim, seria possível evidenciar através da sustentação da atuação tradicional dos almotacés no plano local uma resistência à mudança preconizada e, portanto, a

²⁹⁷ Apenas para evidenciar como vem sendo abordada a atuação do almotacé, convém citar Magnus Roberto de Mello: “... o direito de almotaçaria da cidade medieval ibérica apoiava-se na noção de “preço justo”, que lhe fornecia a chave do controle de todas as atividades comerciais e artesanais da cidade. O conceito também passou pela elaboração doutrinária tomística. Na imagem escolástica da sociedade, cada corpo, além de ter um lugar próprio, tinha um valor absoluto e outro relativo, razoável ou proporcionado (relação = razão = proporção). O valor razoável, diga-se, preço razoável ou justo, deveria ser fixado de acordo com as estações do ano, a produtividade da terra, a distância entre produtor e consumidor, sem se ater aos interesses de grupos ou indivíduos”. (**Almuthasib**: Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. Revista Brasileira de História, São Paulo: Humanitas, v. 21, n. 42, p. 365-395, 2001. p. 379).

²⁹⁸ Já se observou anteriormente que a maior parte da atuação do almotacé estava direcionada ao controle dos preços, refletindo no percentual de multas aplicadas por tal infringir o tabelamento, cf.: **Poder Local Cidade e Atividades Econômicas (Bahia, século XVIII)**, op. cit., p. 144.

defesa do preço justo em detrimento da livre circulação de bens constituiria uma forma de comprovar certa consciência acerca do “bem comum” ligada a um “mercado moral”²⁹⁹.

Grande parte dos estudos sobre as câmaras realçam a ideia de preço justo como central na atuação da municipalidade ao longo do período moderno³⁰⁰, mas também são notados, já a partir da segunda metade do século XVIII principalmente na última década, questionamentos acerca das ações de controle efetuadas pela Câmara em razão do imobilismo e das amarras impostas à livre iniciativa³⁰¹.

Na análise de algumas das atas que aludem ao “bem comum” mencionou-se que os preços elevados causavam estupefação e, retomando a análise da documentação com propósito análogo, verifica-se que os camaristas ao realizarem as correições periódicas a que eram obrigados, nas quais circulavam pelas ruas das freguesias que compunham a vila, faziam constar que tinham fiscalizado os preços dos gêneros. Em uma destas ocasiões os almotacés foram repreendidos e exortados a almotazar (precificar) corretamente algumas mercadorias, constando o seguinte:

mandaram recolher as almotazarias pela qual os vendeiros vendiam seus gêneros e nelas acharam os preços dos toucinhos, fumo e açúcar exorbitantes e como vieram na reforma dos ditos efeitos racionalmente determinando os almotacés não almotazarem sem verem os gêneros que almotazavam para assim lhes darem o seu líquido valor³⁰².

Em 1775 houve uma notificação pelo Capitão General para que o trigo não fosse vendido fora da capitania³⁰³. Cerca de cinco anos depois, o Ouvidor Geral determinou aos camaristas de Atibaia que passassem editais aos lavradores, para que estes assumissem o compromisso perante a câmara de não venderem trigo aos atravessadores que levavam o produto para Minas Gerais³⁰⁴.

²⁹⁹ O mesmo autor ajuda a esclarecer a mudança de orientação: “Na passagem entre os séculos XVIII e XIX ensaiava-se a constituição de um Estado centralizado em políticas públicas. Porém, em seu período inicial, esse Estado ainda não estava muito aparelhado para ações mais concretas e se limitava mais a fazer diagnósticos do que a implementar suas políticas. As ciências que dariam suporte a essas políticas apenas estavam engatinhando. Eram ainda pretensões que se revelavam mais como obsessões pelas coisas pútridas, pela regularidade da forma urbana ou pelo livre mercado, do que por sua eficácia e aceitação geral. Assim, os agentes do Estado central (administradores, engenheiros, arquitetos, naturalistas, economistas) passariam a ser cheiradores eméritos. Não houve poço, cloaca, casebre que não fosse vasculhado pelos narizes atentos dos agentes do Estado central e minuciosamente descritos. Da mesma forma, o construtivo foi submetido a uma mania da ordem geométrica, e as relações de mercado às insistentes pregações de que a ordem econômica era auto-regulável.” (idem, p. 380-1)

³⁰⁰ CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)**, op. cit., p. 96 e p. 99-100, passim. MIRANDA, Lilian Lisboa. **Governança e edilidade em São Paulo (1765-1775)**, op. cit., p. 143-4

³⁰¹ SOUSA, Avanete Pereira de. **Poder Local Cidade e Atividades Econômicas (Bahia, século XVIII)**, op. cit., p. 298-9.

³⁰² LRACAt de 18 de janeiro de 1777.

³⁰³ LRACAt de 22 de outubro de 1775.

³⁰⁴ LRACAt de 18 de dezembro de 1780.

Da análise das atas parece que a noção de “preço justo” se fazia presente na atuação da Câmara de Atibaia, mas não havia o mesmo empenho quanto à saída de mercadorias essenciais ao abastecimento da capitania. Noção esta igualmente associada a uma economia moral, de forma que houve a necessidade das principais autoridades régias, ouvidor e governador, advertirem acerca da proibição da venda do trigo para fora da capitania.

Os camaristas, por meio da fiscalização dos vendedores, demonstravam ter plena consciência de que os preços deveriam ser ajustados com vistas a satisfazer as necessidades básicas da comunidade citadina em detrimento do lucro dos produtores. Entretanto, pareciam adotar outra postura quando o assunto era a busca de melhores oportunidades de venda no âmbito da produção mercantil de alimentos. Eles cindiam a própria noção de economia moral e, a reboque, a ideia de “bem comum” que a ela pode ser associada, segundo a qual apenas depois de suprido o consumo abria-se a oportunidade de venda para outras praças, entendendo-se aqui a capitania como o mercado local que devia ser primeiramente saciado.

A vila de Atibaia era um importante centro de cultivo de alimentos e abastecia não só a cidade de São Paulo, como também outras regiões. Assim, interessava aos sitiantes atibaienses produzir para outros mercados e vender seus produtos onde fosse possível alcançar os maiores preços, o que certamente contribuiu para a inobservância do preceito moral que os obrigava a não “atravessar” mantimentos.

A documentação é capaz de demonstrar que, algumas vezes, os camaristas atuaram em favor da agricultura mercantil voltada para o abastecimento dos centros urbanos. Entretanto, mesmo sem examinar as trajetórias individuais dos oficiais da câmara, podemos supor que parte deles tinha suas lavouras e defendia seus próprios interesses quando se opunham à restrição da venda de gêneros para outras praças ou às tentativas de controle da circulação para garantia de abastecimento do mercado da capitania.

No dia 20 de abril de 1793, em atendimento ao pedido dos Oficiais da Câmara da Cidade de São Paulo, o Capitão General e Governador determinou aos produtores que desejassem vender seus produtos fora da capitania que fossem até o Juiz Presidente da Câmara de São Paulo e obtivessem uma guia para autorizar a saída das mercadorias, sem a qual ficariam retidas nos registros e barreiras³⁰⁵.

Na lógica de uma economia moral, o temor do desabastecimento fez com que os camaristas de São Paulo impusessem obstáculos à saída de mercadorias para fora da capitania, exigindo que fosse autorizada somente a comercialização para outros centros com o seu aval.

³⁰⁵ Já se fez referência a esta medida em outra oportunidade, quando foi abordada a relação da Câmara de Atibaia com outras autoridades da capitania e suas congêneres.

A Câmara de Atibaia enviou uma carta ao Capitão General, explicando que a providência adotada seria contraproducente e teria efeito contrário ao desejado. Diziam que o receio de seus colegas paulistanos era infundado, e que somente em tempo de guerra se devia restringir a circulação dos mantimentos, pois na paz “todos somos vassalos e umas Povoações devem socorrer as outras”. Ainda salientavam que, havendo abundância e estando obrigados a vender apenas na cidade, o preço cairia e faltaria estímulo para negociar, perdendo-se a produção “por não ser correspondente ao lucro de seu trabalho, o qual é o móvel que os anima para a fadiga”.³⁰⁶

Prosseguem em sua argumentação, refutando as alegações dos camaristas da cidade de São Paulo para os quais o controle da saída de mercadorias “é meio de haver a abundância na terra, no que se enganam, porque a liberdade do preço é que chama a abundância”. Ou seja, o remédio para a carência de alimentos era a liberdade de preço e não a restrição à circulação de mantimentos defendida por seus adversários³⁰⁷.

Criticam o monopólio do sal e os preços praticados pelos comerciantes de fazendas secas radicados na cidade de São Paulo, aduzindo que elevam os preços “de seus efeitos”, querendo vender caro aos moradores de Atibaia e comprar barato os mantimentos que estes últimos produzem, causando um desequilíbrio na relação comercial³⁰⁸. Arrematam o ofício de uma forma contundente:

O interesse do lucro da lavoura é que anima os homens para irem entrando aos incultos sertões para os povoarem e neles fazerem suas roças, não com interesse de venderem o avultado milho que produzem na mesma, sim para com ele criarem grandes rebanhos de porcos para os venderem e, se lhes dificultar esta saída, deixar-se hão de habitar nas incultas matas com grave prejuízo da Real Coroa³⁰⁹.

Semelhante debate foi observado por Avanete Pereira de Sousa (2009) na cidade de Salvador, travando-se nas vereações uma disputa entre os setores urbanos dependentes dos alimentos e os produtores agrícolas, criadores de gado e comerciantes ligados ao mercado de abastecimento, estes últimos pautando suas reivindicações nos “princípios gerais do liberalismo econômico”, sendo considerados pela autora os “agentes da discordância”³¹⁰.

A Câmara de Salvador abrangia em seu termo algumas regiões produtoras de alimentos e ainda tentava estender seu controle sobre a produção e comercialização de gêneros de

³⁰⁶ Ofícios Câmara, CO 0233, (documento 8 – 1793), conferir o Anexo A, em que consta a transcrição de inteiro teor do documento.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ SOUSA, Avanete Pereira de. “Manifestações locais da Crise do Antigo Sistema Colonial? (O exemplo das câmaras municipais na capitania da Bahia)”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FURTADO, Junia Ferreira (Org.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 306-7.

subsistência nas vilas vizinhas, tal como sua congênere paulistana em relação aos sitiantes de Atibaia³¹¹.

Mesmo na cidade de São Paulo, de onde partiram as tentativas de controle sobre a produção de Atibaia, se observou uma viragem. Anota Leandro Calbente Câmara (2005) o surgimento de uma crítica à postura intervencionista, sustentando que o governo deveria se limitar a criar condições para liberação dos agentes individuais. O referido autor ainda menciona uma carta do governador Rodrigo de Sousa Coutinho, de 01 de outubro de 1799, na qual considerava o controle das câmaras à saída de gêneros um entrave ao desenvolvimento da agricultura, rompendo com a lógica anterior, segundo a qual se tentava exercer uma regulação sobre o abastecimento³¹².

Ademais, retornando às análises lastreadas nos trabalhos de Thompson (2001), que afirmou haver uma resistência à produção agrícola mercantil em razão de uma noção moral de mercado. Cumpre observar outro estudo, no qual esclarece o referido autor que a “revogação da velha economia moral de “provisão” não foi obra de uma burguesia industrial, mas dos fazendeiros capitalistas, proprietários de terras partidários do progresso técnico, grandes moageiros e comerciantes de cereais”,³¹³ assinalando ainda que a magistratura local os representou de uma “maneira espantosamente descarada”³¹⁴.

Evidentemente, seria despropositada e mesmo equivocada qualquer comparação entre os fazendeiros capitalistas ingleses e os sitiantes de Atibaia, pois os representantes destes últimos na instituição municipal não eram tão diferentes dos seus opositores na câmara paulistana, cultivando os mesmos valores, não havendo uma consciência de pertencimento a um grupo ou classe que os diferenciasse, em termos de aspirações, da maioria da população da capitania.

Contudo, parece sintomático que a despeito das diferenças, os camaristas atibaienses também buscassem amparo nos mesmos argumentos sustentados pelos proprietários rurais britânicos, de modo a demonstrar a circulação, alcance e força deste conjunto de ideias, e também como as magistraturas locais. Ou seja, os oficiais camarários podiam servir aos interesses de determinados grupos.

³¹¹ Idem, p. 314.

³¹² CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder**: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802), op. cit., p. 145-147.

³¹³ THOMPSON, Edward P. “A peculiaridade dos Ingleses”. In: NEGRO, Antônio L. & SILVA, Sérgio (org). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora UNICAMP, 2001, p. 101.

³¹⁴ Idem, p. 84.

Os grupos que controlavam as instituições locais eram certamente influenciados pelas ideias que vicejavam no ambiente cultural da época. Os oficiais da Câmara não eram totalmente versados no pensamento filosófico ou econômico, mas tinham acesso, assim como boa parte da população, ainda que de forma simplificada ou mesmo distorcida, aos conceitos e teorias que dominavam os círculos intelectuais e os respectivos discursos sobre a sociedade e economia deles resultantes.

Diversos trabalhos historiográficos revelam, mesmo que tangencialmente, os mecanismos de difusão e os impactos das teorias em circuitos diversos dos de sua produção, muitas vezes com resultados inesperados.

As camadas mais populares, e até mesmo os escravos, recebiam influxos do pensamento europeu, principalmente por meio de elementos do clero, servindo os religiosos como mediadores entre uma cultura erudita e popular. Segundo anota Peter Burke (com trad. de Denise Bottmann, 1989) “os frades eram anfíbios ou biculturais, homens da universidade e homens da praça de mercado”, os quais tentavam em seus sermões transmitir os elementos da “grande tradição na qual foram formados”. Enquanto Emília Viotti da Costa (com trad. de Anna Olga B. Barreto, 1998) destacou o papel exercido por missionários ao incutir e reforçar entre os escravos a noção de que possuíam direitos, constituindo um dos elementos que influenciaram o desencadeamento de uma revolta em Demerara³¹⁵.

Além dos clérigos, os advogados e aqueles que tinham formação ou conhecimento em “leis e cânones” difundiam a cultura jurídica aos procuradores leigos que atuavam nos juízos ordinários das vilas e cidades coloniais, espalhando tal conhecimento entre a população³¹⁶. Da mesma forma, as redes comerciais, bem como a circulação de mercadorias e de pessoas contribuíam para a difusão de ideias e constituíam um dos meios pelo qual aqueles ligados direta e indiretamente à atividade mercantil podiam se instruir e se informar acerca de novidades e também sobre ideias difundidas em outros centros.

Adriano Comissoli (2006) aduz que a Câmara de Porto Alegre, ao postular ao rei o recebimento das rendas das passagens dos rios em seu termo, sustentou que tal benefício foi concedido à Vila de Jacaré para que ela construísse sua cadeia, evidenciando como as

³¹⁵ BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 96. COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue**: a Rebelião dos Escravos de Demerara em 1825. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 106.

³¹⁶ ANTUNES, Álvaro de Araújo. **Fiat Justitia**: os Advogados e a Prática da Justiça em Minas Gerais (1750-1808), 2005. 369f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2005, p. 257, 2005.

informações eram trocadas entre as instituições municipais e circulavam no universo colonial³¹⁷.

As oportunidades de contato mais amplo com as correntes de pensamento elaborados nos centros de produção de conhecimento eram ainda maiores entre os grupos dos quais provinham os camaristas. Isso ocorria pois eram dotados de uma instrução mínima e tinham ainda à sua disposição os diversos canais supracitados, pelos quais podiam acessar as teorias jurídicas, sociais e econômicas que eram debatidas.

Diante das múltiplas possibilidades de acesso ao conhecimento, teria então a Câmara de Atibaia acedido às perorações dos fisiocratas acerca da liberdade de comércio e, como desdobramento lógico, se rebelado contra o controle dos preços, modalidade de intervenção criticada claramente na carta encaminhada ao Capitão General anteriormente citada?

A resposta negativa à indagação emerge de um termo de vereança do mesmo ano, em que os oficiais da câmara determinavam aos “vendeiros” que precificassem suas mercadorias junto ao almotacé mensalmente, como determinam as Ordenações, e não apenas duas vezes por ano, mostrando que o controle de preços persistia e ainda era revigorado³¹⁸.

Em singelo balanço do que até aqui se expôs, verifica-se que as expressões “bem comum”, “bem da república” e “bem comum da república” eram utilizadas como referências protocolares na escrituração das atas. Embora os trabalhos historiográficos que se valem da “teoria corporativa da sociedade”³¹⁹ busquem no emprego de tais conjuntos de palavras ressonância para firmar seu alcance, trata-se de terreno movediço. Deste modo, parece preferível entender que, a partir do conhecimento e disciplina das Ordenações Filipinas, fruto deste tipo de sociedade tida como do “antigo regime” e transmitido pelos meios supracitados é que parte do conjunto de ideias que caracteriza a teoria penetrava na vida local.

Residindo no Livro I das Ordenações, nos capítulos destinados aos almotacés, a atribuição de fiscalizar pesos e medidas, bem como o de “almotaçar”, ou seja, fixar o valor dos

³¹⁷ COMISSOLI, Adriano. **Os “Homens Bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767 – 1808), op. cit., p. 141-2.

³¹⁸ LRACAt de 18 de dezembro de 1793.

³¹⁹ A teoria corporativa da sociedade já foi referida anteriormente, convindo recuperá-la por meio de uma precisa síntese de Magnus Roberto de Mello: “A escolástica medieval foi a principal responsável por forjar a imagem da sociedade como um grande corpo, que é o resultado do funcionamento harmônico de seus corpos componentes (intermediários e menores), cada um deles dotado de uma autonomia limitada pelo funcionamento do todo. Estes corpos componentes, integrados por um conjunto de homens (corporação, cidade, etc.), equiparam-se aos órgãos de um ser vivo. São necessariamente desiguais entre si, dotados de finalidades próprias, irreduzíveis uns aos outros, mas indispensáveis ao funcionamento geral. A cabeça, responsável pela harmonia entre as partes, é identificada com o rei, o centro desta ordem. Trata-se de uma concepção hierárquica de sociedade, na qual não há, portanto, a menor pretensão a uma igualdade. Porém, ela trabalha com um sentido de anti-individualismo, de pertinência a um todo coerente, e de estabilidade das coisas. Todos têm o seu lugar e todos têm direito a viver. Mas cada um segundo o seu estado, e a cada um segundo o seu estado.” (op. cit., p. 378).

mantimentos, seria desnecessário aos camaristas se aprofundarem em reflexões sobre o “bem comum” para justificar sua atuação no controle de preços, pois da análise da documentação se verifica que os oficiais da câmara se valiam de qualquer discurso ao seu alcance, desde que seus preceitos fossem passíveis de instrumentalização e pudessem ser recrutados para justificar uma providência ou uma reivindicação.

Torna-se necessário realçar que não se tratava pura e simplesmente de fazer dos discursos simples ferramentas. A fiscalização do valor dos mantimentos ancorava-se firmemente na noção de preço justo, tratando-se de uma ideia na qual o “bem comum” ao menos poderia ser associada com maior segurança, invocando-se como matriz analítica a concepção de economia moral, amplamente difundida na historiografia.

Portanto, não deve causar estranheza que no mesmo ano seja feito um elogio à “liberdade do preço” e no espaço de alguns meses o controle sobre os preços empreendido pela própria câmara seja intensificado, pois a instituição não buscava uma coerência no plano que poderíamos chamar de teórico, mas a preservação de “certos interesses”. Neste contexto, a defesa de uma ordem econômica auto-regulável coexiste com uma concepção de mercado moral, pois são discursos cambiáveis e moduláveis conforme o destinatário, ou seja, na primeira hipótese sustenta-se uma reivindicação feita ao General no curso de uma disputa com os camaristas de São Paulo, enquanto a segunda situação alcança os vendedores da vila e se inscreve no âmbito da atividade de regulação do abastecimento local³²⁰.

No curso da exposição se fez menção ao caráter muitas vezes oscilante, ambíguo e leniente das atuações e decisões dos camaristas, o qual, porém, não é apenas explicado em virtude da natureza adaptável e mutável dos discursos, devendo ser também creditado ao fato de a Câmara não ser um órgão monolítico. Ou seja, somente em alguns aspectos, como a insurgência contra a tributação da coroa, contra a instalação de barreiras ou contra a transferência de responsabilidades de conservação de caminhos e pontes, havia unicidade de posições, congregando os diversos atores no cenário local, cerrando fileiras em oposição às novas exações fiscais ou obrigações. Daí porque se teve o cuidado de falar que a instituição municipal defendia “certos interesses” e, conforme eles, seus discursos eram elaborados.

³²⁰ Embora tratando de outro tema, Hespanha destaca que as câmaras municipais do reino chegaram a utilizar-se do discurso difundido pela coroa que cerceava sua autonomia em proveito de seus interesses, particularmente coma finalidade de não se sujeitar ao poder senhorial, realçando a instrumentalização e mobilização que era feita de certas ideias pelas municipalidades. Cf. HESPANHA, António Manuel. “As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa : Instituto Camões, 2001. p. 123.

Assim, se na relação com o monarca, com os agentes da coroa e com outras câmaras ainda é possível vislumbrar a defesa de alguns interesses mais abrangentes, no âmbito interno, quanto mais setorizado o assunto, maiores eram as dissidências. Mesmo os aspectos supostamente ligados à busca do “bem comum”, como a garantia do abastecimento, revelam as inúmeras possibilidades de conflitos e também que as respostas dadas nem sempre eram favoráveis à coletividade ou “interesse público”, aproveitando a determinados grupos ou indivíduos.

Quando se tratou da fiscalização, foi mencionado que a Câmara advertiu o estaqueiro de que deveria comprar aguardente de outros produtores e não apenas do Guarda Mor Frutuoso Furquim de Campos, evitando, assim, a monopolização do fornecimento da mercadoria por apenas um fabricante, garantindo ainda o pleno abastecimento³²¹. Ocorre, porém, que, em seguida, houve um recuo dos camaristas, permitindo que a prática continuasse, pois segundo a justificação contida na ata, seria apenas o referido Guarda Mor que produzia aguardente na vila e era capaz de prover o estaqueiro de quantidade suficiente do produto³²².

Ora, parece bastante insubsistente o argumento que autorizou a continuidade da prática em detrimento da necessidade de garantir o abastecimento e a ampla participação na venda da mercadoria ao estaqueiro. Mesmo porque se não existissem outros produtores, a questão não seria trazida, tampouco haveria a necessidade de a Câmara, tempos depois, convocar os produtores de aguardente a virem “dar ao manifesto a dita aguardente que cada um tem feito em seu engenho e dela pagar o subsídio literário na forma das Reais ordens”³²³.

Da mesma forma, ao examinar o comércio de aguardente na cidade de São Paulo, compreendendo inclusive um período em que Atibaia constituía uma de suas freguesias, Denise Aparecida Soares de Moura (2012) observa que a fabricação de aguardente era feita em

³²¹ Vide nota 149.

³²² “(...) mandaram eles os ditos vereadores procurador e Juiz presidente dar vista a um requerimento de Frutuoso Furquim de Campos sobre uma notificação que se fez por despacho dos ditos vereadores, procurador e Juiz Presidente para ele dito Frutuoso Furquim de Campos entregar um papel que lhe passou o estaqueiro desta vila Antonio de Lima de Camargo sobre as aguardentes da terra para o dito Antonio de Lima estaqueiro comprar do dito Frutuoso Furquim suas aguardentes e de mais ninguém estando estes ditos vereadores, procurador e Juiz Presidente em auto de Câmara mandaram pelo porteiro do auditório Pedro de Brito chamar ao dito estaqueiro Antonio de Lima de Camargo e lhe perguntaram de quem comprava as aguardentes da terra para o estanco respondeu que só comprava do dito Frutuoso Furquim de Campos por este fazer as ditas aguardentes da terra todo ano e que não tinha dentro do termo da vila a quem mais comprar e que por este motivo passou o dito papel ao dito Frutuoso Furquim por evitar trabalhos em comprar fora do termo a vista da justa resposta lhes determinaram os ditos vereadores, procurador e Juiz Presidente que comprasse o dito estaqueiro Antonio de Lima aguardentes do dito Frutuoso Furquim e desse cumprimento ao papel que lhe passou obrigando-se a só comprar as aguardentes do dito Frutuoso Furquim...”, cf.: LRACAt de 15 de novembro de 1773.

³²³ LRACAt de 08 de setembro de 1787.

propriedades reduzidas, empregando predominantemente mão de obra familiar³²⁴, o que reforça a constatação de que os camaristas agiram nitidamente em prol dos interesses do Guarda Mor, ao atender seu pedido em detrimento da maioria dos produtores, composta por lavradores de pequeno porte.

A Câmara teve uma postura diversa em relação aos requerimentos feitos por Manoel da Costa Bouças, participante de menor envergadura nas arrematações com a municipalidade, preso pelos camaristas em razão de recorrer insistentemente à Câmara, supostamente com pedidos destituídos de fundamento³²⁵.

Mais grave, porém, era a omissão da Câmara quanto aos estabelecimentos mercantis que vendiam em quantidades miúdas sem licença do estaqueiro, o que poderia implicar na inviabilidade da comercialização dos ramos do estanco e arruinar o próprio detentor dos direitos.

Em outra oportunidade, verificou-se que o estaqueiro Romualdo Peleja denunciou alguns comerciantes por venderem ilegalmente à população, sem terem adquirido ramos do estanco. Analisando, então, as reações da Câmara a pedidos desta natureza, verifica-se ora uma atuação firme no sentido de coibir a prática, ora certa leniência quanto aos infratores, ao que se associou à diversidade de interpretações quanto às medidas de peso e volume em que a venda era permitida sem a licença do arrematante e acerca das penalidades que deveriam ser aplicadas. Os camaristas certamente se valeram destas variantes para a acomodação de interesses³²⁶.

Romualdo Peleja foi estaqueiro de Jaguari em 1788. No ano seguinte, sofreu uma ação de cobrança ajuizada pela Câmara, pois não conseguiu arcar com o pagamento da totalidade do valor da arrematação³²⁷. Referida situação de insolvência contrasta com as diversas ações por ele promovidas até o ano da arrematação, sempre figurando como credor, efetuando a cobrança de mais de uma dezena de dívidas³²⁸.

³²⁴ MOURA, Denise A. Soares. “De uma freguesia serra acima à costa Atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822)”. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 73-93, jan./jun. 2012.

³²⁵ “apareceu presente Manoel da Costa Bouças a cujo requerimento se fez esta vereança o qual não parecendo com documentos provas e nem petição alguma para se lhe deferir tão somente para perturbar a República querendo embaraçar os editos deste Concelho e querendo agravar sem despacho nenhum nosso e não aceitamos e por ser contumaz e tinoso e muito mais desatento com seus falsos requerimentos o mandaram preso para o tronco e segundo nossa ordem ou do Doutor Ouvidor Geral Meritíssimo Corregedor da Comarca sendo pouco atencioso à Justiça...”, cf.: LRACAt de 27 de julho de 1774.

³²⁶ D1261 – 1788 - CO 3720 ACA.

³²⁷ D1502 – 1789 - CO 3723 ACA.

³²⁸ D600 – 1782 - CO 3710 ACA, D639 – 1782 - CO 3710 ACA, D657 – 1782 - CO 3711 ACA, D701 – 1782 - CO 3711 ACA, D719 – 1783 - CO 3712 ACA, D767 – 1783 - CO 3712 ACA, D805 – 1783 - CO 3713 ACA, D926 – 1785 - CO 3715 ACA, D987 – 1785 - CO 3715 ACA, D1187 – 1787 - CO 3719 ACA, D1191 – 1787 - CO 3719 ACA, D1271 – 1788 - CO 3720 ACA, D1271 – 1788 - CO 3720 ACA, D1272 – 1788 - CO 3720 ACA, D1295 – 1788 - CO 3720 ACA, D1300 – 1788 - CO 3720 ACA.

Ademais, depois da execução movida pela municipalidade contra o estanqueiro José Romualdo Peleja, em 1789, não se tem mais registros de sua participação como autor ou réu em qualquer demanda. Destarte é possível afirmar com uma razoável certeza que a postura omissa da câmara contribuiu decisivamente para a insolvência do estanqueiro. O posterior desaparecimento da participação dele nos autos cíveis reforça a assertiva.

As situações descritas revelam, portanto, como os camaristas podiam ser sensíveis ou refratários a determinados interesses, orientando suas ações para beneficiá-los ou, então, prejudicá-los. O controle sobre a câmara era então fundamental para os diversos setores que dependiam das ações da municipalidade, sobretudo aqueles ligados ao comércio de abastecimento, pois a ação, ou omissão, do órgão em coibir a venda de produtos sem licença do estanqueiro era determinante no sentido de propiciar o pleno exercício dos direitos adquiridos com a arrematação.

Frente ao que se observou da análise do conteúdo dos discursos que lastreavam certas medidas adotadas pela Câmara, bem como em face da suscetibilidade do órgão aos interesses de pessoas ou grupos, se afigura problemático afirmar qual seria o principal objetivo das ações governativas da municipalidade. Assim, torna-se necessário mudar a abordagem da suposta defesa do “bem comum” e do que fosse “a bem da república” contida no vocabulário institucional e referida muitas vezes nos pedidos e requerimentos, trilhando outro rumo por meio da contabilização das matérias tratadas nas atas e seu sentido.

Traçando um quadro das matérias tratadas nas 910 sessões e já examinadas nos tópicos precedentes, considerando ainda que cada ata poderia conter mais de um assunto, é possível confeccionar a seguinte tabela:

Tabela 1: Assuntos abordados nas vereações

Matéria	Número de ocorrências	Percentual do total
Oficiais	453	29,4%
Requerimentos	441	27,6%
Fiscalização	178	11,1%
Patrimônio	136	8,4%
Caminhos	107	6,6%
Rendas	84	5,2%
Fiscalidade	59	3,6%
Organização	55	3,4%

Continua

		Conclusão
Outros	76	4,7%
Total	1589	100%

Fonte: MMJBC, Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia.

As eleições e nomeações de oficiais foram o assunto mais abordado, cerca de 453. Somando-se as deliberações sobre o patrimônio da Câmara e arrecadação de suas rendas, alcança-se o número de 673 discussões, correspondendo a 43% de tudo que foi deliberado.

Entre as matérias menos frequentes, a fiscalidade foi considerada como as respostas dadas às determinações de contribuição e arrecadação de recursos feitos pela administração régia por meio de variadas formas de exação. Porém, superando a referente à organização da vila, assunto de menor expressão numérica entre os deliberados.

Portanto, os registros mais abundantes estão relacionados à eleição, nomeação e remuneração dos oficiais; à aquisição e conservação do patrimônio da câmara, bem como à arrecadação de receitas e pagamento de despesas para sustentar o corpo burocrático, ou seja, precipuamente a reunião dos meios materiais que garantiam o funcionamento da instituição municipal. Em seguida, vem o despacho de requerimentos, cuja maioria estava relacionada ao licenciamento e reclamações ligadas ao exercício das atividades comerciais e secundariamente artesanais, consubstanciando os pleitos formulados por vendeiros, lojistas e taverneiros.

Verifica-se, então, que a ação governativa da Câmara estava voltada, basicamente, para sua própria sustentação e para a atividade mercantil, conforme comprovam os números observados. Deste modo, o controle sobre os preços, expresso pelas funções desempenhadas pelo almotacé, poderia constituir a essência desta atuação e representar o que poderia ser compreendido como sendo o “bem comum”. Contudo, o caráter mutável do discurso dos camaristas, no qual o livre mercado também é defendido, acaba por neutralizar ou mesmo anular esse sentido de atuação.

Também, tem-se que as multas aplicadas pelas violações ao ordenamento de mercado decorriam da atuação direta do almotacé e em parte menor, mas não menos significativa, das denúncias feitas à municipalidade (conforme contabilizou Avanete Pereira de Sousa [2003] em seu estudo sobre a cidade de Salvador)³²⁹. De modo que a ação do órgão também estava fortemente à proteção dos direitos relativos ao estanco, sendo municada por meio de delações.

³²⁹ SOUSA, Avanete Pereira de. **Poder Local Cidade e Atividades Econômicas (Bahia, século XVIII)**, op. cit., p. 290.

Boa parte dos registros contabilizados nas atas eram os requerimentos, remetendo a um comportamento reativo da municipalidade, no qual eram concedidas e renovadas licenças de funcionamento a pedido dos comerciantes, o que igualmente dificulta, com base na frequência de remissões ao tema, conferir ao controle de preços a primazia entre as funções desempenhadas pela Câmara, muito embora não se despreze sua importância.

Pautar-se então nos resultados concretos das ações que, supostamente, convergem para o que se poderia de forma mais abrangente definir como sendo de “interesse público” e que não se limitassem às ações de controle de preços ou do abastecimento representaria outro caminho para a caracterização da atuação da câmara, dissociando-se da noção moral ou de “auto regulação” do mercado, dando corpo a uma forma diversa de significação do “bem comum”, por meio da análise de outras matérias equacionadas pela câmara.

Deste modo, a conservação dos caminhos e a fiscalização, por exemplo, poderiam ser consideradas como funções típicas da Câmara voltadas puramente para o “interesse público”. Entretanto, ambas se mostraram mais atreladas ao comércio, já que, salvo o controle sobre as edificações, bastante minoritário nas atas que tratam da fiscalização e contabilizados como organização do espaço citadino, a quase totalidade das citações assim classificada se referem à designação de correições e aos seus resultados, predominando nos registros de tais atos que os camaristas examinaram a regularidade dos estabelecimentos comerciais.

Em relação à manutenção dos caminhos e pontes, assunto no qual o poder e a autoridade da Câmara se faziam mais presentes, trata-se de uma ação voltada à garantia da circulação de pessoas e mercadorias, vinculada, portanto, também ao comércio, sendo, ademais, considerado por Ilana Blaj (2002) um dos aspectos que marcaram o processo de mercantilização da capitania iniciado em fins do século XVII³³⁰.

O caráter mercantil da maior parte das medidas adotadas pela câmara, no que concerne à fiscalização e aos caminhos, não as descaracteriza como favoráveis à coletividade. Todavia já se observou como alguns interesses particulares podiam se insinuar no conjunto das ações desta natureza, enquanto o que se busca é uma caracterização da atuação da municipalidade voltada para o “bem comum”, tal como preconizada nos estudos referidos, marcada por uma dimensão do que seja moralmente justo.

Sobriariam, assim, os assuntos que foram catalogados como “organização”, compreendendo, principalmente, a ordenação do espaço urbano, o abastecimento de água, salubridade e a garantia da segurança dos viandantes, relacionados mais propriamente a uma

³³⁰ BLAJ, Ilana. **Trama de tensões**, op. cit., p. 325.

esfera “pública”, cujos números, porém, se mostram bastante reduzidos, correspondendo a 55 discussões, um percentual de pouco mais de três por cento (3,4%) da totalidade de assuntos tratados nas reuniões³³¹.

Gráfico 2: Resumo dos assuntos tratados.

Fonte: MMJBC, Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia.

Advertindo que as matérias tratadas foram reordenadas em conformidade com as áreas proeminentes de atuação a que estavam vinculadas, recebendo novas nomenclaturas. Observa-se, mais claramente pelo gráfico, que a maioria das ações e reações da câmara estava voltada para as atividades ligadas à “burocracia”, ou seja, a gestão pessoal e material da instituição, e ao comércio. Este último considerado de forma mais alargada, de modo a comportar a fiscalização por meio de correições e as medidas de conservação de estradas e pontes, pois nelas sobressaía um caráter mercantil, justificando tal enquadramento. Por outro lado, poucas vereações cuidaram de um interesse puramente público.

Diante deste quadro, insta realçar que a finalidade precípua da Câmara era agir em favor do comércio em diferentes níveis, de forma que os meios mais eficientes de atuação, assim como os resultados de seu emprego ocorriam justamente no tocante aos caminhos por serem vitais à circulação de mercadorias e de pessoas. Mesmo não havendo uma disciplina específica

³³¹ Acrescente-se que neste cômputo estão contabilizadas cerca de dez discussões acerca das éguas e porcos que viviam soltos e importunavam os viajantes e causavam prejuízos às lavouras.

nas Ordenações sobre a conservação das vias, foi estabelecido um mecanismo eficiente, atribuindo-se a responsabilidade a um oficial designado pela câmara, bem como investido de poder para realizar a tarefa e que também podia ser compelido mediante prisão a cumprir seu dever. Convém, ainda, realçar que a questão não estava ligada a uma ordem moral ou a uma característica da sociedade tida como do “Antigo Regime”, mas à eficácia dos meios coercitivos e à distribuição precisa de tarefas.

Não se trata ainda de uma atuação inovadora da Câmara de Atibaia, mas de uma prática comum entre as vilas e cidades coloniais, remetendo a determinadas atribuições do órgão, parte delas seculares, voltadas para conservação de uma “ordem das coisas”, como referido em alguns trabalhos. Ordem esta que pode ser entendida, pelo menos em parte e no período examinado, como a proteção a um arranjo econômico por meio de um conjunto de ações que garantiam, de um lado, a circulação de mercadorias e o equilíbrio entre os múltiplos interesses que emergiam das arrematações e, de outro, o cumprimento das obrigações previstas no corpo normativo régio, que consistiam, principalmente, no abastecimento da população e controle dos preços.

Destaca-se, neste repertório de ações, aquelas cuja importância já foram realçadas e que consistiam na construção e manutenção das vias, bem como as referentes ao exercício da fiscalização sobre o mercado, não apenas no sentido tradicional, ou seja, sobre os pesos, medidas e determinação de valores, mas também com vistas à preservação dos direitos dos arrematantes, dos quais fluíam os recursos que sustentavam o funcionamento da própria Câmara.

Em síntese, o manejo das medidas frente ao mercado nem sempre pode ser atribuída a uma suposta busca do “bem comum”, posto que os interesses dos grupos que controlavam a Câmara frequentemente prevaleciam em detrimento do “interesse público”. O que, porém, não resultava em completo despotismo, dada a alternância no exercício dos ofícios, somada às naturais disputas no seio das elites locais, que funcionavam como fatores limitadores do arbítrio dos camaristas, demandando constantes negociações. Acrescenta-se ainda a interferência de outras esferas de poder, especialmente dos Ouvidores e dos Capitães Gerais, representando os interesses régios e, por vezes, os seus próprios, que igualmente restringiam a liberdade de ação dos camaristas.

Falou-se em “interesse público”, mesmo que anacronicamente, em lugar de “bem comum”, dada a forma automática e ornamental com que este último termo, conjuntamente com a expressão “a bem da república”, frequentavam a documentação. O que não significa, evidentemente, que não havia ações da câmara em benefício da coletividade, mas, afora o tabelamento do valor das mercadorias e a necessidade de garantir o abastecimento da população

de certos produtos, como o sal, eram pouquíssimas, em termos percentuais, as ações voltadas para esse fim registradas nas atas e, quando adotadas, os encargos eram distribuídos de forma desigual entre a população, sempre em prejuízo dos “forros” e pobres. De modo que, se for adotada como premissa a existência de uma dimensão “moral” imbricada ao conceito de “bem comum”, somente as ações voltadas para manutenção do “preço justo” poderiam ser consideradas dessa natureza. Mesmo assim, com as reservas já feitas, vez que o discurso em favor do “livre comércio” já vinha se insinuando, conformando-se ao interesse dos grupos que dominavam a Câmara.

Importa, por fim, reafirmar as restrições impostas à análise, pois assentada apenas no livro de registro de atas da Câmara, na documentação de natureza judicial e nos fragmentos dos livros de ofícios e requerimentos, acrescentando ainda como dificuldade adicional a própria técnica de redação das atas, privilegiando o registro de assuntos relacionados ao calendário de atividades da instituição (correições, eleições, pregões etc.), aos seus oficiais (eleições, usanças, remuneração etc.) e aos assuntos mais importantes e de destaque. Entretanto, tais circunstâncias apenas reforçam o pouco espaço dedicado ao interesse público, como se preferiu denominar, e ao “bem comum” efetivamente, consoante referido em outros estudos, pois ao menos em tese, deveriam figurar com mais frequência nas sessões em razão da sua natural relevância.

3. JUSTIÇA

3.1 “A bem da sua justiça”: conceito e abordagem

A palavra justiça encerra um elevado conteúdo valorativo e pode ser examinada em diferentes perspectivas, congregando desde sua significação como uma das virtudes morais cardeais, até a designação de uma prática institucional ordenadora. Neste longo arco, a temática é perpassada por diversas áreas de pesquisa, cada uma com seus próprios problemas e métodos, tornando inviável, nos limites desse estudo, delinear um quadro destas possibilidades analíticas.

Na filosofia de São Tomás de Aquino, por exemplo, a *iustitia* constitui uma das virtudes morais “cardinais” juntamente com a *prudentia*, *fortitudo* e *temperatio*³³². Elas representariam os hábitos cuja prática aprimoraria as potências naturais do homem, permitindo-lhe alcançar sua plena realização moral e espiritual. O filósofo, apoiando-se em Aristóteles e Cícero, toma em parte um conceito clássico de justiça e assim a define: “disposição (habitus) do espírito pela qual, com constante e perpétua vontade, se atribui a cada qual o seu direito”³³³.

Segundo uma abordagem mais empírica, pode designar o conjunto de meios materiais e humanos voltados a uma prática institucional intitulada justiça, realçando um dos aspectos mais concretos do termo e que se associa, normalmente, a uma atividade estatal.

Ao elaborar um quadro dos ofícios no período colonial a partir das fontes, Graça Salgado (1985) adverte que o vocábulo justiça não se circunscrevia apenas “à organização do aparato judicial”, ele também abarcava ou servia de sinônimo de lei, legislação e direito³³⁴.

Além da imprecisão quanto ao significado e quanto ao alcance observada nas fontes analisadas pela referida autora, acrescente-se o caráter movediço, já que palavras como justiça, lei e direito possuem sua própria historicidade, sofrendo, conseqüentemente, transformações passíveis de serem apreendidas com base, por exemplo, nas teorias da linguagem³³⁵.

³³² HESPANHA, Antonio Manuel. “Justiça e Administração entre o Antigo Regime e a Revolução”. In: **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 454.

³³³ REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1990, 1.v, (Coleção Filosofia), p. 568. Note-se que Tomás de Aquino se apropria de uma conhecida definição de justiça atribuída ao jurista Ulpianus e compreendida no Digesto, uma das compilações de direito romano que constituiu a base do direito comum europeu, cuja formulação em latim é a seguinte: “*peretuaet constans voluntas suum cuique tribuere*” (vontade perpétua e constante de atribuir a cada um o seu direito), cf.: Hespânia, op. cit., p. 454.

³³⁴ SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: Administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 73.

³³⁵ José Reinaldo Lima Lopes explora “as transformações do conceito de direito” ao longo de um período, alegando que as mudanças não se circunscrevem às ideias jurídicas, acontecendo “nas instituições, no mundo material e na prática diária de todos os que lidam com o direito”, salientando que “um dos instrumentos mais importantes” na investigação da história de um conceito é a própria linguagem, cf.: **As palavras e a lei: Direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 19 e 37.

Porém, justifica-se a escolha da justiça como uma das seções do estudo em detrimento de acepções mais precisas, pois nos documentos amealhados para compreender o papel da câmara e, principalmente, seus desdobramentos na sociedade, figura a atividade judicial como uma das principais vertentes de atuação. Com isso desencadeando a necessidade de examinarmos os modos como o termo aparece nomeando uma das funções desempenhadas pela instituição.

Na leitura de parte da documentação camarária que pode ser classificada como de natureza judicial, mais precisamente os documentos intitulados “autos cíveis”, observa-se que os autores em seus requerimentos iniciais postulavam a citação dos réus para o processo e o faziam, em regra, “a bem de sua justiça”, e não em nome da justiça, ou para que fosse feita justiça.

Ressalte-se que, da mesma forma como em outras expressões tais como “bem comum” ou “bem da república”, o termo “justiça”, referido nas petições examinadas, constitui um tópico aparentemente protocolar no discurso dos agentes ligados à atividade tida como judicial no âmbito local, sem evocar qualquer reflexão ou valoração imediatas. Razão pela qual seu verdadeiro alcance somente pode ser descortinado na verificação dos resultados concretos buscados pelos agentes e dos interesses que os moviam ao desencadear as ações judiciais materializadas nos autos cíveis.

Entretanto, a simples alocação do vocábulo a um sujeito remete a uma significação particularmente incompatível, em princípio, com a concepção da justiça como determinante de uma ação moralmente adequada, deslocando-a do campo da prática da virtude para o da reivindicação de uma intervenção reparadora decorrente de uma suposta ação não virtuosa.

Nas correspondências trocadas entre comerciantes das Minas Gerais e do Reino no século XVIII, Júnia Ferreira Furtado (2006) observou uma fórmula literária amplamente utilizada: “o que julgar de justiça”, na qual a acepção examinada, além de constituir uma parte protocolar do discurso desta modalidade documental, é interpretada pela autora como uma reafirmação de valores patrimoniais. Isto sinaliza não apenas para a já mencionada amplitude e variedade de empregos do termo, mas aponta para uma individualização e apropriação da justiça, distanciando-a igualmente da sua compreensão como uma virtude³³⁶.

Acrescente-se que no corpo documental havia pedidos para que simplesmente fosse feita “justiça”, mas mesmo sem uma individualização explícita, subentende-se que a justiça é uma resposta a uma reivindicação.

³³⁶ FURTADO, Junia Ferreira. **Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 133.

Delineada a justiça, ao menos nessa exploração inicial da documentação, como algo a ser postulado e, eventualmente, apropriado, haverá, necessariamente, um destinatário capaz de dispensá-la.

Conforme a estruturação das instituições que compunham o império português, a autoridade que corporificava a justiça no plano local, ainda que não exclusivamente, era a câmara, cabendo a ela praticar os atos típicos desta atividade.

Nos autos cíveis de justificação proposto por João Francisco da Costa em 1771, no qual o autor pretendeu comprovar a recusa de João Nunes da Silva ao pagamento de uma quantia emprestada, as testemunhas narraram ter dito o réu que saldaria sua dívida “com uma carga de chumbo ou com muitas pancadas e que por nenhum modo havia de pagar por não ter medo da Justiça nem coisa alguma)³³⁷”. Observa-se neste exemplo que a palavra justiça assume, no documento, a dimensão de autoridade aludida no parágrafo anterior, cujo poder ou alcance foi desafiado pelo recalcitrante devedor.

Infere-se desta primeira prospecção que a palavra justiça aparece na documentação associada à reivindicação de um ato capaz de exteriorizá-la ou, então, figura ela mesma como sinônimo de uma autoridade materializada, especialmente destinada a efetuar uma prestação, cujo sentido e alcance, tanto do que é pedido como do que é praticado não pode ser apreendido simplesmente com a dedução dos significados mais imediato do termo.

No percurso que se pretende trilhar, é a partir da documentação produzida pela câmara que se buscará explicar seu papel. Entretanto, tal como no caso da atividade desempenhada no campo tido como administrativo, convém abordar de forma mais ampla alguns pontos que servem para ambientar a pesquisa no conjunto de estudos que, direta ou indiretamente, versam sobre a justiça enquanto uma atividade institucional, verificando quais os principais problemas, para posteriormente retomar a análise mais aprofundada das fontes, valendo-se então do apoio de outras pesquisas, que analisam também de forma mais específica tal matéria no período colonial.

Em uma “sondagem” dos estudos sobre a justiça, Álvaro de Araújo Antunes (2013) esboça os contornos de uma história que segue paralela a da administração e do direito e com eles se comunica. Afirma, inicialmente, que ela não é “resultado exclusivo da administração ou dos direitos reconhecidos pelo Estado”, constitui uma vontade, virtude ou potência que somente se exterioriza quando colocada em prática³³⁸.

³³⁷ D55 - 1771- CO3698 ACA.

³³⁸ ANTUNES, Álvaro da Araújo. “As paralelas e o infinito: uma sondagem historiográfica acerca da história da justiça na América portuguesa”. **Revista de História**, São Paulo, n. 169, p. 30.

Ainda segundo o autor, para além de uma virtude, a justiça evoca relações de força que a torna passível de ser compreendida como uma ação, concluindo que uma história da justiça reclama não apenas o entendimento “dos aspectos formais das leis, da jurisprudência, da dogmática, das estruturas e dos agentes administrativos, mas, sobretudo, do seu exercício efetivo na sociedade”³³⁹. Nos limites da justiça haveria a lei, mas a despeito desta interdependência, os dois campos não são plenamente coincidentes, pois enquanto o direito constitui uma universalidade, a justiça “age no domínio do específico, nas múltiplas e ordinárias ações de atribuir a cada qual aquilo que lhe é devido”³⁴⁰.

Ao elaborar uma história da justiça, Paolo Prodi (2005) destaca o foro como “lugar onde a lei e o poder se encontram com a realidade cotidiana dos homens”, enfatizando, portanto, esta dimensão concreta pela qual tenta “penetrar no mundo vivo da justiça como juízo social sobre comportamentos”.³⁴¹ Deste modo, ainda que o propósito da pesquisa se distancie da abordagem do autor, já que não se prende propriamente ao papel global da justiça no ocidente ao longo da idade moderna e contemporânea, mas a uma atividade desempenhada no âmbito da constituição de uma vila colonial e seu desdobramento na sociedade. Cumpre ressaltar que a remissão à justiça como uma prática institucional voltada para a regulação de condutas nos reconduz à documentação com a finalidade de identificar em que medida a câmara era esse ponto de interseção.

Assim, torna-se necessário verificar se a câmara é de fato o “foro”, ou seja, se ela configura uma estrutura institucional responsável pela prestação de uma justiça efetiva à sociedade ou se havia algum sistema alternativo à “justiça oficial”.

Desde a idade média, a justiça desempenhava um importante papel legitimador do poder do rei, “alçado, paulatinamente, à condição de viga mestra do edifício jurídico, na mesma medida em que se fazia da justiça seu alicerce e sua face mais visível”³⁴², ocupando uma posição central no quadro das atividades institucionais da monarquia portuguesa, sendo exercida em nome do rei pelas câmaras no plano local, tanto nas colônias como no reino³⁴³. Entretanto, a vinculação das atividades das câmaras e dos grupos nela representados aos desígnios da coroa

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Ibidem, p. 31.

³⁴¹ PRODI, Paolo. **Uma história da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 7-8.

³⁴² ANTUNES, Álvaro da Araújo, op. cit., p. 32.

³⁴³ António Manuel Hespanha chama de “paradigma jurisdicionalista” a forma de organização político administrativo que vigorou até o final do século XVIII. Tratava-se de um arranjo derivado da concepção medieval que reduzia todas as funções do rei à justiça, cabendo ao monarca manter o equilíbrio natural entre os corpos políticos, os quais eram dotados de autonomia para o exercício de suas funções. Cf.: HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político Portugal – séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994, p. 278.

e, mais especificamente a um direito régio, para nos circunscrevermos ao âmbito judicial, é matéria bastante debatida nos estudos sobre a justiça local.

Controversa também é a relevância da justiça régia nas vilas e concelhos, desconfiando-se da sua capacidade de resolver os conflitos que eclodiam no âmbito local, suscitando ainda dúvidas sobre o conhecimento da lei pelos juízes ordinários, que nas câmaras eram responsáveis pela aplicação do direito oficial nas contendas que lhes eram submetidas à apreciação.

Nuno Gonçalo Monteiro (1993) assinala que muitos dos estudos sobre a câmara se prendem à análise da autonomia dos municípios em face da coroa. Pois, considerando os limites dos mecanismos institucionais de interferência desta última e, apesar de reconhecer a importância da distribuição dos poderes nas diferentes esferas, alerta para a necessidade de averiguação da existência de um governo das comunidades locais do qual dimanava um direito e administração bastante vigorosos, concorrendo com a custosa justiça oficial³⁴⁴.

Trata-se de hipótese bastante interessante, remetendo ao trato das fontes, já que somente poderá ser constatada por meio da análise dos documentos produzidos pela câmara em sua vertente jurisdicional, verificando seu caráter excepcional ou não. Uma vez que, segundo o autor, os conflitos seriam solucionados, supostamente, por estes mecanismos informais e naturalmente não reduzidos a escrito.

Fazendo frente às indagações precedentes, António Manoel Hespanha (1988) examinou a justiça local usando para a análise as reflexões feitas pelos juristas letrados acerca do direito local em suas obras, pressupondo que as práticas jurídicas ali desenvolvidas são predominantemente orais, não sendo, conseqüentemente, acessíveis para uma avaliação a partir das fontes primárias³⁴⁵.

Afirmou ser necessário o emprego de métodos alternativos para conhecimento da realidade jurídica local e se valeu da tipologia weberiana e das modernas correntes da antropologia e sociologia jurídica que nela se baseiam para delinear uma sociedade tradicional, dotada de uma forma de distribuição de poder diversa do sistema político de natureza legal racional, na qual emerge uma justiça tradicional que conflitava e mesmo se opunha a uma justiça estadual³⁴⁶.

³⁴⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Os Concelhos e as Comunidades". In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993, v.4, p. 269

³⁴⁵ HESPANHA, António Manuel. "Sábios e rústicos: a violência doce da razão jurídica". **Revista Crítica de Ciências Sociais: o Poder local**. Coimbra, n. 25-26, p. 32-60, dezembro 1988, p. 37.

³⁴⁶ HESPANHA, António Manuel. **Sábios e rústicos: a violência doce da razão jurídica**. *Revista Crítica de Ciências Sociais: o Poder local*. Coimbra, n. 25-26, p. 32-60, dezembro 1988, p. 35-37.

Alerta, porém, que a despeito desta diversidade, as práticas políticas e jurídicas tradicionais e sua organização comunitária eram reconhecidas e integradas pelo direito oficial como instituições pertencentes à monarquia³⁴⁷.

Referidas pesquisas alavancaram o conhecimento sobre a justiça local e referenciaram um conjunto de estudos que nelas se inspiraram, constituindo um ponto de partida obrigatório para quem pretenda compreender a dinâmica institucional do império português. Ainda, por conta disso, limitou-se, por ora, a abordá-las de forma bastante superficial, porque os estudos que mais se aproximam da presente pesquisa também as utilizam como apoio³⁴⁸.

Deste modo, no momento em que se acerca da justiça como objeto de pesquisa desta seção, convém demarcar os aspectos mais relevantes desses estudos. Dado que muito embora suas fontes divirjam das examinadas, assim como a abrangência temporal e geográfica, parte dos propósitos é coincidente.

Com efeito, além da escolha de um recorte temporal e espaço de atuação bem mais limitado, foi possível acessar um corpo documental capaz de revelar o funcionamento da justiça por meio das fontes primárias, as quais ainda puderam ser conjugadas com documentos referentes à atuação institucional em outras áreas. De modo a permitir abordar a justiça enquanto uma das atividades da câmara voltadas para a sociedade local, delimitando seu propósito, alcance e eficácia, o que constitui o eixo central desse estudo.

Por conseguinte, as premissas que devem ser examinadas são a oralidade, a “extraoficialidade” e, sobretudo, a eficácia das práticas jurídicas desempenhadas pela câmara, questões que juntamente com a ordem jurídica prevalecente no plano local se apresentam de certa forma interligadas no pensamento do autor.

Os magistrados locais compunham o primeiro grau da estrutura judiciária do reino e das colônias, mas considerá-los oficiais régios seria problemático por conta de sua atuação não se subordinar ao direito oficial³⁴⁹. O autor considera então incorreto afirmar que “a justiça tradicional e a justiça estadual se integrariam harmoniosa e complementarmente dentro de um sistema global de resolução de conflitos”, acrescentando que, mesmo quando o direito tradicional se apropria da lei e das formalidades do processo erudito, há um desvirtuamento de sua lógica de atuação, pois elas perdem sua primazia, deixando de ser o critério decisivo para a

³⁴⁷ Idem. **As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político Portugal – séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994, p. 450.

³⁴⁸ Agora, não se pretende agregar estes estudos à exposição, pois serão recrutados por ocasião da análise mais pormenorizadas das fontes.

³⁴⁹ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político Portugal – séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994, p. 451.

solução do caso. Com isso, passando a ser apenas um tópico na busca do consenso entre as partes, servindo, mais especificamente, para “criar uma atmosfera de oficialidade e de normatividade que facilite a aceitação da solução”³⁵⁰.

Quanto à ordem jurídica, ela seria resultado de uma “tradição social quase sagrada” e não de um corpo de leis emitido por um órgão com poder normativo. Assim, a transgressão constitui um “desafio às regras fundamentais da vida comum”, diluindo as fronteiras entre direito, moral e o costume, tornando indistinto o campo de aplicação das sanções civis e penais. Os conflitos então assumem um carácter transindividual ou coletivo, enquanto a via preferida de resolução é a conciliatória, na qual é buscado um “equilíbrio entre os interesses conflitantes”. Outra característica seria a “precariedade dos meios coercitivos institucionalizados”, o que também justifica a preferência pelo consenso com a finalidade de alcançar um equilíbrio estável, privilegiando-se o carácter mediador em detrimento do impositivo. Por fim, apresentaria um “fraco grau de institucionalização das instâncias decisórias”, pois os órgãos jurisdicionais locais não são compostos por profissionais do direito ou com formação técnica, mas por indivíduos que gozam de prestígio social, os quais empregam procedimentos simplificados comuns aos demais domínios da vida social sem as formalidades do discurso jurídico³⁵¹.

Neste contexto, considerando que o predomínio de um sistema dito tradicional teria durado até fins do século XVIII, emprestando, conseqüentemente, as características descritas no modelo à Câmara de Atibaia, imperioso realçar que a prática judicial local estaria calcada nos seguintes pressupostos:

(i) Capacidade reduzida de recurso à coação, pelo que as decisões se apoiam fundamentalmente sobre o assentimento das partes; (ii) Institucionalização por meio de órgãos pouco especializados e não burocráticos (nomeadamente, não profissionais e não letrados); mas, em contrapartida, decalcados nos equilíbrios políticos profundos da comunidade e, por isso, dotados de um grande prestígio social; (iii) Flexibilidade processual, quer quanto ao recorte do caso sub judice, quer quanto à legitimidade para intervir na discussão; (iv) Grande facilidade no acesso à justiça; (v) Oralidade; (vi) Normas vagas, particularizáveis, que possibilitam o seu afinamento no decurso da discussão e uma alargada margem de negociação; (vii) Decisões de tipo compromissório ou de mediação, em que nenhuma das partes é completamente sacrificada³⁵².

Adverte que as características acima mencionadas constituem um modelo ideal representativo do mundo jurídico político não oficial, que não pode ser traduzido empiricamente, enquanto o sistema jurídico moderno, igualmente idealizado, corresponderia ao

³⁵⁰ Idem, *Sábios e rústicos*, op. cit. p. 37-8.

³⁵¹ Idem, p. 35-7.

³⁵² HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*, op. cit., p. 444.

oposto, ambos os modelos, porém, representariam modos extremos de arranjos sociais e históricos³⁵³.

A começar pela constatação da abundância de “autos cíveis”, modalidade de documentos que formam o corpo examinado na pesquisa, é possível questionar a oralidade como uma das características da justiça praticada na Câmara de Atibaia na segunda metade do século XVIII.

Da mesma forma, não se pode deixar de apontar que as magistraturas radicadas nas câmaras compunham a estrutura judicial da monarquia e, ainda que a classificação dos juízes ordinários como oficiais régios seja problematizada, igualmente pode ser problematizada a caracterização da justiça local apenas como tradicional, ignorando seu caráter oficial. Por ora, convém estabelecer que a câmara, ao menos formalmente, representava a justiça oficial, deixando de usar o termo entre aspas, enquanto os demais aspectos, especialmente o corpo normativo e as técnicas de solução de conflitos aplicadas, serão considerados heterodoxos diante do direito letrado, conforme preconizados nos estudos que vem balizando a exposição.

Descabe, porém, examinar cada uma destas características de forma pormenorizada, mesmo porque não é o propósito da pesquisa e, tratando-se de um modelo cujas feições são mutáveis, é possível presumir que havendo uma transição para um sistema onde predominava as características opostas, estas já estariam aflorando em fins de sua vigência, apresentando a justiça local uma maior formalidade, institucionalização e também vinculação às demais esferas judiciais da monarquia.

Ademais, mesmo no curso de um período relativamente curto, suspeita-se que havia variação das características adrede apontadas na prática judicial da câmara, pois dentro da mesma atividade é possível uma atuação mais impositiva e afirmativa em uma modalidade de “auto cível” que em outro. Enquanto pode divergir a atitude dos magistrados de acordo com o tipo de interesse ou a qualificação do sujeito envolvido na demanda, sendo o julgador ora conciliador, ora arbitrário.

Por outro lado, quanto mais se “institucionaliza”, se especializa e se torna complexa, maiores são os custos e entraves à ampla participação popular. A dificuldade ao acesso à justiça devolve a análise ao eixo principal do estudo, que consiste em verificar a eficácia e o sentido da aplicação da justiça no âmbito local, avaliando o desempenho de uma das vertentes de atuação institucional da câmara frente à sociedade em que se insere.

³⁵³ Ibidem, p. 444.

Para tanto, valendo-se dos parâmetros apresentados pelos modelos opostos discutidos, associando-os aos estudos afins, traçaremos as características da justiça local a partir da documentação para, em seguida, auferir o seu propósito, eficácia e, principalmente, densidade social, o que somente poderá ser alcançado com o conhecimento da comunidade local destinatária da prestação da justiça e dos processos de mudança que ela vinha experimentando, já que a mutação de uma prática jurídica não ocorre de forma isolada e, para compreendê-la, se faz necessário verificar as transformações que ocorrem concomitantemente, não apenas aquelas sucedidas no plano institucional.

3.2 *As justiças locais*

Segundo uma concepção corporativa de poder, cada órgão que compunha a estrutura estatal possuía uma esfera própria de atuação e a intervenção real se fazia para garantir o equilíbrio das forças sob seu controle, dirimindo ou evitando conflitos, diferentemente do sentido atual de governo, o qual remete a uma atuação positiva com a finalidade de ordenação da sociedade, conforme um planejamento prévio³⁵⁴.

Desse ponto resultava a centralidade dos órgãos judiciais. No vértice da justiça oficial havia o rei e seu conselho mais próximo, o Desembargo do Paço. Ainda no mesmo plano, situava-se o principal tribunal superior, a Casa da Suplicação, que recebia os recursos vindos das outras esferas de atuação e era o ápice da carreira da magistratura régia, a qual era acessada apenas pelos bacharéis com formação em leis ou cânones pela Universidade de Coimbra.

No outro extremo havia as câmaras com seus juízes ordinários, os quais administravam a justiça no plano local. Entre os dois polos figuravam como instâncias intermediárias as relações (tribunais) e os corregedores. Estes últimos também nomeados como ouvidores no mundo colonial, consoante já observado.

A atividade judicial no âmbito local não se restringia à câmara. Outra importante instituição, a Igreja, tinha seus próprios órgãos jurisdicionais e uma estrutura capilar que podia alcançar a população colonial com relativa eficácia. Boa parte das relações sociais estava subordinada à jurisdição eclesiástica, como, por exemplo, algumas áreas do direito de família, abarcando especialmente as controvérsias derivadas do casamento e suas formas de dissolução.

³⁵⁴ CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p.51.

Todas as questões matrimoniais e os procedimentos correlatos eram regidos pelo direito canônico, sendo estabelecidos de forma uniforme no Concílio de Trento, cuja aplicação no Brasil colonial foi feita por meio das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 12 de junho de 1707, que traziam em suas disposições os requisitos, a forma de celebração, as denúncias, os deveres dos casados e os meios de dissolução³⁵⁵.

Em uma perspectiva temporal mais ampla, as relações entre os Estados constituídos em fins da idade média e a Igreja Católica oscilaram ao longo do período moderno, concomitantemente ao desenvolvimento destas instituições, havendo um contínuo avanço do direito positivo estatal sobre a esfera jurisdicional eclesiástica³⁵⁶.

No período da pesquisa, as justiças canônica e secular ainda estavam bastante imbricadas, de forma que as Ordenações Filipinas continham um conjunto de dispositivos para regular o relacionamento entre as duas esferas jurisdicionais. A Igreja dependia do chamado “braço secular” para assegurar o cumprimento de algumas de suas decisões, especialmente aquelas tomadas no âmbito punitivo, assim como eram nas paróquias que os nascimentos, mortes, batismos e muitos outros atos relevantes ao direito eram realizados e certificados, sendo imprescindíveis à vida jurídica local, criando certa interdependência, não apenas em termos registrais e jurisdicionais, mas também no tocante ao exercício do controle social³⁵⁷.

A câmara dispunha de órgãos com funções judiciais específicas, nas quais sobressaíam os juízes ordinários, mas havia outra esfera que poderíamos classificar como assemelhada à jurisdicional. Os almotacés eram responsáveis primordialmente pela regulação dos preços, abastecimento e fiscalização dos pesos e medidas. Nesta atividade, que hoje corresponderia ao exercício do “poder de polícia” conferido à administração pública para fazer cumprir a lei, aplicavam penalidades, que podiam ser contestadas e julgadas, atuavam também como mediadores e instância decisória nos conflitos entre comerciantes e também nas disputas entre artesões.

Os registros documentais não captaram a atuação do almotacé como árbitro nos conflitos de natureza mercantil, talvez em razão do caráter oral dos procedimentos adotados, talvez pelo fato da vida urbana em Atibaia não suscitar demandas que pudessem ser levadas ao

³⁵⁵ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e Família em São Paulo colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 70.

³⁵⁶ PRODI, op. cit., p. 526-531.

³⁵⁷ Apenas para exemplificar como estavam interligadas as jurisdições secular e clerical, cita-se um procedimento na justiça ordinária de Atibaia, no qual Martinho Bicudo complementou uma justificação feita anteriormente para “ter efeito” no Juízo Eclesiástico da Cidade de São Paulo, provando “como a defunta Anna Maria da Luz estando para morrer em seu juízo perfeito em agradecimento dos bens e trato que lhe deu o suplicante lhe deixou por esmola alguns bens que tinha de menor entidade, não declarados em seu testamento, o que já se acha autenticado em uma certidão que passou o Reverendo Padre José Gonçalves da Cunha”, cf.: D91 – 1772- CO 3699 ACA.

conhecimento de tal oficial. Ou, a hipótese mais provável, em razão da documentação referente a tal atividade ter se perdido, exceção feita a um procedimento presidido pelo almotacé, cuja decisão foi levada ao juízo ordinário.

Tratou-se de um “auto de coima de uma vaca copiado do livro da almotaçaria”, de 1798, no qual o “juiz almotacé”, por amizade em relação a uma das envolvidas, encaminhou o procedimento para o juiz ordinário para que ele o julgasse³⁵⁸.

A simples referência ao livro do qual foi reproduzido o “auto” e a qualificação como “juiz almotacé” reforça a suspeita de que a atribuição de julgar de tal oficial, mesmo não sendo principal, também era relevante, faltando, porém, os documentos que a consubstancia. Da mesma forma, considerando que a coima era a penalidade referente aos prejuízos causados aos agricultores pelos animais extraviados que invadiam e destruíam lavouras, verifica-se que, em uma sociedade basicamente agrária, as fronteiras entre a cidade e o campo não eram bastante nítidas. De modo que as questões rurais e urbanas se misturavam no universo de atuação desses oficiais, cujas funções eram mais voltadas para o universo citadino.

Além dos juízes ordinários, havia os juízes de vintena, o juiz de órfãos e o juiz das medições. Os vintenários tinham uma função jurisdicional mais restrita e estavam instalados nas freguesias de Jaguari e Nazareth, territórios integrados à Vila de Atibaia, compondo seu termo. Eles também auxiliavam os juízes ordinários nos atos que se realizavam nas suas respectivas freguesias, como citações e penhoras.

O juiz de órfãos tinha sua jurisdição sobre os bens das viúvas e dos menores, fiscalizando também a administração do patrimônio deles, contando com um escrivão que era responsável pela escrituração dos processos sob sua jurisdição, auxiliando-o também no controle sobre os bens que estavam aos seus cuidados³⁵⁹.

O juiz das medições era responsável pela delimitação dos limites das terras concedidas em sesmaria, sendo o ofício preenchido por um advogado indicado pela câmara em lista tríplice, cuja escolha cabia ao Capitão General, conforme emerge da leitura das atas da câmara³⁶⁰. Cada uma destas especializações e repartições da justiça local, que se destacavam das atribuições do

³⁵⁸D2303 – 1798- CO3738 ACA.

³⁵⁹ Ordenações, Livro I, título LXXXVIII, parágrafo 3º.

³⁶⁰ No termo de vereança de 09 de março de 1792 consta a indicação de três letrados para servirem de juiz das medições e, no termo de três de maio do mesmo ano, há a seguinte anotação: “presente o Doutor Francisco José de Sampaio com sua provisão de Juiz das Medições das terras que se derem por sesmaria nesta vila e seu termo, requerendo posse e juramento a qual posse lhe foi dada por ele juiz que lhe deferiu juramento, como melhor se mostra do registro da mesma provisão e termo de juramento que está lançado no livro de Registro Geral desta Câmara de folhas vinte e sete usque folhas vinte e oito e nove” LRACAt de 03 de maio de 1792 e LRACAt de 09 de março de 1792.

juízo ordinário, possuía feições próprias em função das quais se poderia verificar a proximidade com um sistema tido como tradicional ou racional legal.

Mesmo no juízo ordinário, as formas de atuação se alteravam tão profundamente, de acordo com a modalidade de procedimento, que se torna difícil reconhecer de plano uma única justiça local em termos de propósitos. Com isso, é necessário identificar, além dos bens materiais e imateriais envolvidos, a lógica própria de cada tipo de ação, as partes nela envolvidas, os padrões de solução dos processos e seus efeitos concretos apreensíveis para então formar um quadro ao menos aproximado da justiça local em suas múltiplas faces, tentando extrair dele as específicas finalidades de tal atividade institucional.

Uma primeira linha divisória que pode ser traçada em razão da nomenclatura constante na própria documentação é a que se refere aos autos cíveis e crime, pois nos primeiros tem-se em regra a iniciativa de uma parte que provoca a justiça local em busca de uma intervenção concreta em seu favor. Já nos segundos são possíveis os procedimentos de iniciativa dos próprios juízes, tendo como sentido a apuração dos desvios e transgressões que ofendem as regras de convivência em sociedade ou o imperativo de obediência às leis do reino.

Em termos de iniciativa, entre as ações classificadas como cíveis, há margem para uma postura ativa dos juízes de órfãos (“ex officio”), como no caso de inércia da parte interessada em promover a abertura do inventário ou cumprimento do testamento, mas trata-se de uma iniciativa limitada e de uma situação excepcional. Os inventários e procedimentos de cumprimento de testamentos não serão examinados de forma sistemática, pois conservados pela organização arquivística em único fundo documental microfilmado sem distinção de origem, o que inviabilizou a vinculação ao juízo ordinário de Atibaia, restando apenas alguns exemplares extraviados encontrados junto dos autos cíveis, os quais serão eventualmente referenciados.

No conjunto dos documentos intitulados autos crime, as ocorrências mais comuns são as “devassas” e, em seguida, os “autos de livramento crime”. Em menor escala são observadas as chamadas “querelas” e “denúncias”, estas últimas, aparentemente abundantes em outros arquivos, aparecem apenas de forma fragmentada e esporádica na pesquisa, suspeitando-se que houve a perda desta documentação, pois nos livros da Câmara de Atibaia encaminhados ao Ouvidor e Corregedor para fiscalização é mencionado um volume relativo ao registro das querelas, indicando um número considerável de processos desta natureza capaz de justificar um controle mais rigoroso.

Diferentemente das devassas, a promoção das querelas era responsabilidade da própria parte lesada, a quem incumbia demonstrar a prática do delito para inculpar o criminoso, diferindo da modalidade mais comum de autos cíveis em razão da forma e finalidade.

Nos autos cíveis, as principais ações eram as de assignação de dez dias ou de crédito, as de libelo, as de juramento de alma, as de notificação, as de justificação e as de força nova, cujos aspectos formais e objetivos mais imediatos já foram realçados em outro estudo³⁶¹, cabendo agora uma análise da frequência, forma de equacionamento e dos resultados de cada uma destas modalidades de processos no âmbito da economia e sociedade local.

Os autos cíveis de execução são um desdobramento das demais modalidades, e podem indicar em alguns casos a eficácia dos tipos de ação quando há resistência da parte contrária. Mas também devem ser registradas as execuções dos dízimos, levadas a efeito em nome da coroa pelos contratadores de impostos com a finalidade de satisfação dos seus próprios interesses pecuniários.

Se de um lado dividimos as ações para fins de exposição entre as de natureza cível e criminal, havendo no bojo de cada ramificação subdivisões que diversificam as características e propósitos de cada uma das modalidades anteriormente referidas, identifica-se, por outro lado, uma prática no manejo destes instrumentos e um conjunto normativo que supostamente fundamenta e ordena esta manipulação, sendo necessárias algumas considerações sobre as formas e técnicas de dedução das demandas em juízo e acerca do arsenal normativo empregado nas manifestações dos operadores do direito e nas decisões dos juízes ordinários.

3.3 Prática judicial leiga

Os documentos produzidos pela vertente judicial da câmara conformavam uma prática que envolvia vários participantes, figurando os juízes e as partes como os principais atores. Os juízes tinham oficiais que os auxiliavam no desempenho de suas funções, tais como o tabelião, o alcaide e o porteiro do auditório, responsáveis pela escrituração do processo e pela realização dos atos que exteriorizavam as determinações judiciais como, por exemplo: as citações, pregões, penhoras, arrematações, avaliações, prisões, entre outros.

Designava-se como parte de um processo o autor da demanda e o réu sobre o qual recaía a pretensão do autor. Registre-se a existência de autos cíveis em que não havia propriamente um réu, como, por exemplo, no caso dos inventários ou nos autos cíveis de emancipação, tratando-se de procedimentos com a finalidade de referendar uma situação sem que houvesse

³⁶¹ FRIEDMANN, Daniel Isaac. **A Prática Judicial Local e a Lei da Boa Razão**: Os autos cíveis de Sorocaba Segunda Metade do Século XVIII. 2011. 438 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

alguém com um interesse contraposto prefigurado³⁶². No caso dos inventários, a finalidade era a transmissão dos bens da pessoa falecida, dividindo-os entre os herdeiros, enquanto as emancipações constituíam a forma de autorizar um filho a exercer plenamente as atividades negociais, desvinculando-o do poder do chefe da família a que estava subordinado. A maioria das modalidades de autos cíveis, porém, seguia uma estrutura tripartite, na qual se estabeleciam relações entre o autor e o réu sob a mediação de um juiz.

Em regra, iniciava-se por meio de um requerimento do autor, normalmente representado por um procurador, seguindo-se a determinação do juiz no sentido de realizar a citação do réu para responder ao que era exposto contra ele. A partir de então desenvolvendo-se uma série de atos de acordo com a modalidade de procedimento escolhido, sendo que na grande maioria havia pelo menos uma audiência, cuja ata ficava registrada nos próprios autos e também em um livro.

Em alguns casos, eram produzidas provas testemunhais, havendo na maioria dos autos cíveis oportunidades em que as partes ou seus procuradores expunham os argumentos que lastreavam suas pretensões. Ao final, era proferida uma decisão pelo juiz ordinário.

A atuação dos juízes ordinários, por sua vez, foi caracterizada na literatura jurídica, especialmente dos fins do século XVIII e início do século XIX, pela rusticidade³⁶³, sendo assim sintetizada:

Neste mundo da justiça não letrada, que coincidia quase absolutamente com as justiças tradicionais das comunidades locais, a figura central era o juiz ordinário, figura institucional híbrida, pois gozava de um estatuto que o punha em contacto, ao mesmo tempo, quer com o mundo da justiça oficial, quer com o da justiça comunitária tradicional. Formalmente, era um oficial real. As Ordenações obrigavam-no a aplicar o direito real e a seguir a ordem de juízo estabelecida no direito erudito. A forma devia ser, em princípio, a forma escrita. Mas, por outro lado, os juízes tinham muito de magistrados “tradicionais”. Em primeiro lugar, eles eram cooptados pelas (e nas) elites locais. Depois, exerciam os seus cargos sem abandonar as suas atividades normais e sem serem pagos. Não se lhes exigia nenhuma formação profissional especializada, nem mesmo (pelo menos antes do séc. XVII) o saber ler e escrever. Finalmente pelo mesmo facto de serem, frequentemente, analfabetos, eram incapazes de aplicar um direito real ou doutrinal transmitido por escrito e fundado numa comunicação judiciária dominada pela escrita³⁶⁴.

Referida descrição não pode ser aplicada integralmente na segunda metade do século XVIII para o contexto examinado. Verificou-se que no juízo ordinário da Vila de Atibaia, além

³⁶²A “taxinomia da jurisdição” diferencia a chamada jurisdição contenciosa e voluntária, esta última de caráter não contraditório, citando-se como exemplos “a adoção, a manumissão, a emancipação, a dação de tutor” (HESPANHA, António Manuel. “Justiça e Administração entre o Antigo Regime e a Revolução”. In: **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 406).

³⁶³ Idem, Sábios e rústicos..., op. cit., p. 37.

³⁶⁴HESPANHA, Antonio Manuel. “Justiça e Administração entre o Antigo Regime e a Revolução”. In: **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 428.

da abundância de autos cíveis escriturados, as sentenças proferidas se destacavam pela simplicidade, especialmente quando comparadas às extensas manifestações dos procuradores.

Contudo, diferentemente do que se possa inferir pela supracitada caracterização, a maioria das decisões era coerente não apenas com o conteúdo fático dos autos, o mesmo ocorrendo com as Ordenações, cuja observância era nitidamente buscada. Com isso evidenciando não só o razoável conhecimento do conjunto normativo régio, mas também de alguns princípios gerais de direito.

A ausência de mais alargadas considerações nas decisões dos juízes ordinários parece decorrer mais de uma técnica, cultivando-se uma determinada maneira de proceder, pela qual as sentenças deveriam ser concisas³⁶⁵, do que da ignorância destes juízes. Isso se deve porque boa parte deles foi auxiliado por um assessor letrado, em algum momento.

A maneira concisa de confecção de sentenças não serve de critério para avaliarmos as características que regem a atuação dos profissionais do direito na esfera local. Quando, porém, abordamos as manifestações dos procuradores que atuavam no âmbito local em relação aos advogados (letrados), revela-se a existência de consciências distintas do conjunto normativo.

Sempre houve uma diferenciação entre advogados e procuradores, desde as primeiras manifestações normativas da monarquia portuguesa. E, não obstante detivessem os mesmos poderes e realizassem as mesmas funções no processo, a advocacia constituía uma função desempenhada exclusivamente por letrados, ao contrário do procurador, que exercia os poderes que lhe eram delegados pela parte, sem qualquer qualificação, bastando a lealdade ao seu constituinte³⁶⁶.

Havia naturalmente restrições aos procuradores leigos, especialmente nas instâncias superiores. Contudo, oportunamente, será feita uma análise do perfil daqueles que exerciam tal função na vila de Atibaia e sua inserção social, importando agora apenas abordar a sua forma de atuação no contexto de uma prática judicial.

Entre os procuradores leigos e letrados se estabeleceu um intenso intercâmbio, já que os advogados radicados na sede da comarca funcionaram, algumas vezes, como assessores letrados dos juízes ordinários e eram também consultados para orientar as partes e seus procuradores nos processos mais complexos. Portanto, trata-se de um dos mecanismos de

³⁶⁵ A literatura jurídica também indicava que a concisão devia orientar o juiz na prolação da sentença. Cf. NAZARETH, Francisco José Duarte. **Elementos do Processo Civil**. Coimbra: J. Augusto Orcel, 1863, 2v, p. 342 e TELLES, José Homem Correa. “Commentario Crítico à Lei da Boa Razão em data de 18 de agosto de 1769”. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Auxiliar Jurídico**: Apêndice às Ordenações Filipinas. Coimbra: Calouste Gulbekian, 1985, 2v, p. 453.

³⁶⁶ CAETANO, Marcello. **História do Direito Português (Sécs. XII – XVI)**, Lisboa: Verbo, 2000, p. 392.

promoção do direito oficial e erudito no âmbito local, e que já se teve oportunidade de analisar³⁶⁷.

A despeito dos contatos estabelecidos, naturalmente existem diferenças na forma de compreensão do direito entre eles. Os procuradores leigos reconhecem o sistema normativo como um conjunto operatório e o identificam de acordo com os meios de proteção dos direitos invocados, sendo dotados de uma consciência prática, especialmente das Ordenações e de algumas lições processuais dos praxistas³⁶⁸, das quais se valem para reforçar suas estratégias visando minar a posição da parte adversa. Distinguem-se de seus colegas letrados por não possuírem um conhecimento capaz de alcançar e integrar a totalidade dos conjuntos normativos, formados não apenas pelas Ordenações e o direito régio, mas também pelo direito romano e canônico, os quais deitam sua influência sobre os letrados e constituem suas principais referências intelectuais.

A formulação do discurso judicial letrado é informada pela chamada tradição literal, envolvendo a adesão a algum dos textos fundadores, ajustando-o e direcionando-o ao resultado pretendido no caso concreto, perspectiva na qual a “Justiça era essencialmente um *iudicium* ordenado”, tendo como padrão “a controvérsia escrita”, fundada na ordem processual estabelecida no direito romano e canônico³⁶⁹. Ainda que ambicionada, tal articulação não pode ser alcançada pelos procuradores leigos em razão da falta de uma cultura jurídica erudita. Tenta-se, é verdade, imitá-la, mas apenas se produzem arremedos desta forma discursiva, tomando-se esparsas lições dos praxistas e tendo como objeto não os textos fundadores e sua superior autoridade, mas os dispositivos das Ordenações, principalmente sua disciplina processual.

A maior ou menor capacidade de integração resulta em grande parte do grau de conhecimento do ordenamento jurídico, repercutindo nos mencionados mecanismos distintos de compreensão do direito, os quais ficam evidentes no que diz respeito a um dos aspectos considerado mais importantes no plano sócio político³⁷⁰: o processo e suas classificações. Isso

³⁶⁷Valem as mesmas observações feitas acerca dos caminhos encontrados pelo conhecimento mais erudito para penetrar na vida local. Em outro estudo relativo à Vila de Sorocaba, foi possível desvendar os meios pelos quais os procuradores leigos trocavam informações com os advogados que militavam na capitania e como esta experiência era incorporada na prática judicial local, ressaltando que semelhantes mecanismos foram observados nos autos cíveis de Atibaia, cf.: **A Prática Judicial Local e a Lei da Boa Razão**: Os autos cíveis de Sorocaba Segunda Metade do Século XVIII, op. cit., p. 161-7.

³⁶⁸Literatura referente à prática forense e notarial, a “praxe”, daí porque os autores que dela se ocupavam serem conhecidos como praxistas, cf.: COSTA, Mario Júlio de Almeida. **História do Direito Português**. Coimbra: Almedina, 1996, p. 331.

³⁶⁹HESPANHA, Antonio Manuel. **Justiça e Administração entre o Antigo Regime e a Revolução**, op. cit., p. 415.

³⁷⁰“(…) a ideia de um processo ordenado, em que as formalidades naturais fossem irredutíveis, sempre foi inseparável de ideia de um juízo justo. E, com isto, o formalismo processual tornou-se numa característica de toda a prática social e política da sociedade de Antigo Regime, ocupando, no plano das tecnologias da comunicação

se deve, pois enquanto no âmbito letrado é possível visualizar e organizar tipos de ações conforme suas características comuns e raízes romanas ou canônicas, os operadores leigos conhecem as modalidades de autos cíveis, chegando, no máximo, a individualizá-las e integrá-las no conjunto de medidas previstas nas Ordenações.

Na literatura jurídica, os autores, ao discorrerem sobre as modalidades de procedimentos, mencionam os critérios de classificação segundo o direito romano, canônico e pátrio. O praxista Manoel de Almeida e Sousa de Lobão (1859), escrevendo já no século XIX, remete sempre às raízes romanas e canônicas antes de tratar da legislação portuguesa, o que evidencia o constante exercício de incorporação destes outros conjuntos normativos. As exageradas referências a comentadores nacionais e estrangeiros também são sempre convocadas a integrar o discurso, configurando a opinião dos doutores³⁷¹.

Em tese, a forma letrada de atuação nos autos se aproxima, em grande parte, da composição de obras jurídicas, havendo apenas a necessidade de agregação da situação concreta a esta modalidade de discurso. Destes diferentes meios de compreensão do direito, porém, não se estabelece um abismo, mas apenas dois cursos interligados por vários vasos comunicantes irrigados pelas mesmas fontes.

As fontes são os já mencionados conjuntos normativos e apenas as Ordenações e a legislação régia conseguem alcançar de forma substancial o curso leigo. Mesmo assim, nem sempre diretamente, o fazendo também por meio da capilaridade existente com o curso letrado, que o segue paralelamente e do qual também dimana as demais fontes.

Ambos os cursos fazem parte do mesmo tronco em que se desenvolve a justiça colonial e não podem ser considerados independentemente. Ao contrário, além de por vezes se entrecruzarem, são mutuamente influenciáveis, pois pelo menos no que concerne aos instrumentos de tutela, há a necessidade de que se constituam em referenciais comuns de um sistema para que possam ser reconhecidos nas instâncias local e recursal, bem como para que sejam capazes de se estender por todo o território onde se exerça a atividade jurisdicional, independentemente da natureza dos conflitos instalados.

A nomeação dos tipos de processo ou procedimentos cíveis em ordinário, sumário e sumaríssimo é fruto das reflexões dos estudiosos do direito, enquanto a denominação conferida

política, o mesmo papel estruturante de que goza a ideia de justiça, no plano das estruturas ideológicas de legitimação do poder...” (HESPANHA, Antonio Manuel. **Justiça e Administração entre o Antigo Regime e a Revolução**, op. cit. p. 409)

³⁷¹ LOBÃO, Manuel de Almeida e Souza de. **Tratado Pratico Compendiário de Todas as Acções Sumárias** – sua índole e natureza em geral e em especial – das summarias, summarissimas, preparatórias, provisionais, incidentes, preceitos cominatórios etc. – e requisitos respectivos, e excepções dos seus em cada uma das ditas acções e preceitos e pratica destes contra erros vulgares. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

aos autos cíveis e o sequenciamento de seus atos podem até eventualmente derivar diretamente da literatura jurídica (doutrina). Nunca deriva, porém, exclusivamente dela, pois sempre será moldada pelo emprego em juízo pelos operadores do direito independentemente de serem leigos ou letrados, de nada adiantando uma bela estruturação teórica que não se desdobre em prática judicial.

Note-se que excetuando a disciplina da ordem do juízo nos feitos cíveis, a qual se encontra razoavelmente agrupada em um título, as demais ações são lastreadas em vários pontos das Ordenações, em outras fontes normativas régias e do direito romano e canônico, havendo várias possibilidades de arranjos.

Os arranjos precisam ser legitimados, se tornando operacionais. Concorrem então doutrina e prática na modelagem dos tipos de ação, nomeando-as, configurando seus atos e prevendo seus resultados dentro de interpretações possíveis das Ordenações e demais fontes do direito. Atuam ainda as instâncias superiores como filtros, de modo que o uso reiterado de determinados arranjos vai forjando as modalidades de autos cíveis.

Participam desta elaboração, portanto, tanto leigos como letrados, ambos contribuem, mesmo que de forma desigual, nesta atividade interpretativa, baseada, ao menos no campo processual, indiscutivelmente nas Ordenações, das quais brota a maioria das ações observadas na documentação e que servem como instrumentos comuns de tutela dos direitos. Ou seja, definem as modalidades de autos cíveis que as partes se socorrem para fazer prevalecer seus interesses.

A natureza superficial das Ordenações lhe confere maior flexibilidade, o que certamente convém a uma dinâmica imperial, pois propicia uma maior capacidade de acomodar interesses dentro de um quadro institucional, bem como permite estender sua aplicação sobre diferentes espaços nem sempre com as mesmas demandas de justiça. Por outro lado, acaba constituindo uma disciplina legal frouxa, admitindo uma grande liberdade interpretativa, a qual ainda é potencializada pelo caráter assistemático com que são tratados os temas nela expostos.

Partindo da premissa de que há um conhecimento suficientemente difundido das Ordenações, tanto leigos como letrados possuem, em tese, aptidão para integrar os seus preceitos, valendo-se de seus próprios mecanismos. Neste contexto, pode-se explicar a crítica à atuação dos juízes e operadores leigos, posto que, dotados de uma consciência apenas prática, selecionam e aplicam os dispositivos das Ordenações e do conjunto normativo régio sem o aprimoramento técnico normalmente possuído pelos letrados.

Em contrapartida, a classificação dos processos em ordinários, sumários, sumaríssimos e verbais, bem como outras construções teóricas similares, fazem parte de um discurso doutrinal

voltado para prática, utilizado com a finalidade de legitimar uma interpretação e, em concreto, para produzir o resultado desejado em um processo.

Deste modo, as lições doutrinárias qualificam e distinguem um discurso letrado condicionante de uma determinada interpretação e intimidam, através de sua autoridade, o exercício de uma integração de forma livre dos preceitos contidos nas Ordenações. Eventual interpretação desvinculada, além de não ser respaldada na hipótese de vir a ser examinada pelas instâncias superiores, é tida como rústica.

A “rusticidade”, portanto, tanto pode caracterizar uma manifestação de fato rudimentar, como também pode representar uma interpretação divorciada da técnica jurídica letrada, baseando-se em elementos hauridos diretamente das normas régias, especialmente das Ordenações, sem a lapidação e ornamentação propiciada pelos comentários e as opiniões dos doutores. E, por vezes, não se subordinando aos textos fundadores, o que se deve mais à ignorância destes textos do que eventual rebeldia contra eles.

Da maneira assistemática de organização das Ordenações decorre que, muitas vezes, são empregados termos iguais, mas com significações distintas, dependendo do título em que se localiza, como, por exemplo, o termo “embargo” que podem significar tanto uma defesa como uma exceção. Cabe também acrescentar que a forma de utilizá-los, bem como de elaborar arranjos mais complexos, é também ditada por uma interpretação, a qual pode ser considerada correta, ou então “rústica”.

Existem situações, porém, que essa divergência não se circunscreve à simples nomenclatura, repercutindo no próprio interesse deduzido nos autos, que pode ser frustrado com uma decisão que não admita a maneira de integração dos preceitos normativos, bem como pela rejeição de uma forma que, segundo uma concepção letrada, não se ajusta perfeitamente às Ordenações.

Tomemos como exemplo um ato de citação feito pelo alcaide. Este oficial, segundo as Ordenações, Livro I, título LXXV, parágrafo 21, não efetuará penhora, nem outro ato judicial, somente se mandado pelos juízes. Uma interpretação plausível da norma referida é que ele poderá realizar quais diligências no processo, desde que determinadas pela autoridade judicial. Entretanto, nega-se a possibilidade do alcaide promover as citações³⁷², mas é ele o responsável

³⁷² “Pela antiga legislação eram officiaes competentes para fazer citações os escrivães e tabelliães do judicial, — os porteiros, excepto: 1.º ás pessoas nobres; 2.º nas acções de juramento de alma; 3.º em execução nas- causas, que excedessem a mil réis. Os juizes de vintena podiam fazer citações por mandado do juiz de fora ou ordinário; mas para terem fé fora do seu território, era necessário, que a citação fosse reduzida a escripto por tabélião, ou escrivão da Camará. Os alcaides, meirinhos, quadrilheiros e homens da vara não tinham fé pública, e serviam só para manter a authoridade do juiz” (NAZARETH, Francisco José Duarte, op. cit. p. 163).

pela penhora dos bens³⁷³. Ou seja, os limites da atuação deste oficial foram delineados na interpretação das Ordenações pelos praxistas.

Note-se que a “citação” representa um ato processual de reconhecida importância pelo qual a parte é cientificada da existência de um processo que envolve seus direitos ou obrigações e, sendo algumas vezes realizada pelo alcaide e não pelo escrivão ou tabelião como recomenda a doutrina ao assinalar que somente tal oficial possuía fé pública, geraria a possibilidade de nulificar o processo. Assim, não aceitar, segundo uma perspectiva doutrinal, a citação pelo alcaide, da mesma forma que não admitir dívidas consubstanciadas em escritos particulares para o fim de ajuizamento da ação de “assignação” de dez dias, ou ainda outras práticas desviantes que supostamente corrompem a pureza do processo, também colocaria em risco a segurança das decisões alcançadas.

Esta liberdade interpretativa, contudo, não é ilimitada, existindo normas cuja clareza, e mesmo o propósito, impedem que se distancie muito de seu conteúdo literal. Por exemplo, é evidente que o prazo para opor “embargos” é de dez dias³⁷⁴, não havendo como sustentar a possibilidade de se admitir como tempestiva uma defesa apresentada fora deste prazo. Assim, mesmo uma disciplina caracterizada pela mobilidade contém alguns alicerces que não podem ser substancialmente alterados, pois servem como elementos garantidores da funcionalidade e segurança de um ordenamento jurídico.

Independentemente do concurso de vários conjuntos normativos no curso da atividade jurisdicional e mesmo os considerando estanques e não mutuamente influenciáveis, sempre podem ser buscados os supracitados fundamentos. A constantemente mencionada “citação” constitui um fundamento que em hipótese alguma pode ser desprezada, já que representa um ato essencial para a validade do processo tanto no direito régio, como no romano e canônico.

Ressalte-se que, mesmo tais fundamentos podem ser superados, mas a análise até aqui tratou da elaboração e admissão dos arranjos dos preceitos normativos como um processo ditado somente pelos elementos constitutivos intrínsecos à prática judicial. Torna-se necessário, porém, adicionar outros fatores que condicionam a atividade jurisdicional como um todo, tais como o conjunto de valores que regem a sociedade e interesses ditados por laços de amizade, parentesco, compadrio ou mesmo injunções políticas locais, já que a liberdade interpretativa

³⁷³ CABRAL, Antonio Vanguerve. **Pratica Judicial muito útil, e necessária para os que principião os officios de julgar, e advogar, e para todos que solicitão causas nos auditórios de hum e de outro foro tirada de vários authores práticos, e dos estylos mais praticados nos auditórios**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1862, parte VI, p. 56. No Livro III, Título I, parágrafo oitavo, as ordenações disciplinam as diversas formas de citação e os oficiais responsáveis pelo ato.

³⁷⁴ Ordenações Livro III, título LXVI, parágrafo 6º.

propicia, entre outras oportunidades, a possibilidade de deformações deliberadas capazes de abrigar intenções parciais dos julgadores. No curso do exame da documentação, pode-se observar tanto estas atuações tendenciosas como a influência de elementos econômicos e socioculturais, tendo como exemplo destes últimos o reconhecimento do pátrio poder como uma esfera autônoma de coerção não subordinada ao controle judicial.

Estudando o juízo local de Curitiba, Joacir Navarro Borges (2009) anotou que a autonomia da Câmara se expressava por meio da “interpretação frequentemente arbitrária dos decretos régios, em um a leitura muitas vezes local e particular das leis”, acrescentando que as práticas institucionais estavam “adaptadas às condições locais”, bem como que os oficiais camarários eram dotados de “grande senso prático”, do qual podia resultar tanto conformidade como contrariedade ao ordenamento régio³⁷⁵.

O autor não examinou, especificamente, as características da atuação dos procuradores leigos, mesmo porque o corpo documental de sua pesquisa não abrangia a totalidade do processo, circunscrevendo-se às atas de audiência, nas quais constavam somente as sentenças ou despachos do juiz ordinário e não as manifestações mais elaboradas das partes e seus procuradores. Preferiu, ainda, outra abordagem, referente à autonomia da câmara, creditando tal forma de proceder ao que chamou de “pluralismo jurídico”. Observa-se, porém, que as decisões proferidas em audiência não eram fruto de uma elaboração autônomo do magistrado, mas derivavam, principalmente, dos argumentos e elementos trazidos pelos procuradores leigos ou letrados das partes, os quais sustentavam os interesses de seus constituídos, buscando o respaldo judicial.

Na perspectiva do presente estudo, os mecanismos distintos de abordagem, que permeiam a atuação dos operadores leigos, podiam resultar em um a determinada interpretação da legislação, sobretudo das disposições processuais civis, destoante das adotadas no âmbito erudito. Para Joacir Navarro Borges (2009), tais situações representavam modificações no corpo normativo régio, cuja raiz era a necessidade de adaptação ao contexto local, caracterizando o que chamou de “pluralismo jurídico”.

Contudo, não se trata de uma antinomia, mas de outro enfoque à questão, centrado na finalidade de acomodação aos contextos locais, privilegiando os aspectos externos que influenciavam a prática judicial e não os meios particulares de manejar o ordenamento jurídico,

³⁷⁵ BORGES, Joacir Navarro. **Das Justiças e dos Litígios: A Ação Judiciária da Câmara de Curitiba no Século XVIII, (1731-1752)**. 2009. 393 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 29.

os quais eventualmente podiam levar a uma forma específica de apreciação das normas régias, tida como deformada ou rústica³⁷⁶.

Deste modo, mesmo sem a mesma preocupação, ao verificar o “grande senso prático” associado à natureza arbitrária da interpretação das leis pelos juízes ordinários, o autor acaba realçando as características que foram neste estudo atribuídas aos procuradores leigos, particularmente a forma com que idealizavam o ordenamento jurídico. Porém, enfatizando os aspectos não intrínsecos à prática judicial e que a condicionam no universo local, os quais decorreriam do “pluralismo jurídico”.

Outra dimensão do problema é que os procuradores não têm como preocupação precípua fazer prevalecer uma concepção do ordenamento jurídico, mas desenvolvem uma estratégia capaz de convencer o julgador a decidir de acordo com seu interesse. Portanto, os diferentes mecanismos de compreensão do sistema normativo subjazem este processo de elaboração, refletindo no discurso e nas formas de interpretação e não no relacionamento entre os operadores do direito, até porque é evidente que uma “prática vulgar” pode muito bem ser adotada pelo procurador letrado, desde que não avilte sua reputação e convenha ao interesse que este sustenta na demanda.

Ademais, não custa enfatizar que as relações entre leigos e letrados não são caracterizadas pela emulação, ao contrário, o respeito e o acatamento quase alcançam o temor reverencial e denotam a atitude existente perante um doutor em leis ou cânones. Eles são frequentemente consultados, lamenta-se a ausência deles e, quando raramente uma destas prestigiosas figuras ingressa em uma demanda, a balança da justiça, certamente, pende em seu favor. Igualmente, a posição do Ouvidor e Corregedor não se sobressai apenas pelo lugar que este ocupa na estrutura judicial e pela parcela de poder nele investida, mas também em função do respeito a sua figura letrada.

Além disso, as Ordenações constituem um regramento prefigurado para incorporar outros conjuntos normativos, especialmente o direito romano, cuja fonte se encontra distante do curso leigo, somente o irrigando, indiretamente, através dos ensinamentos obtidos junto aos letrados ou hauridos das decisões das superiores instâncias. Dessa forma, esse conhecimento,

³⁷⁶ Nas palavras do autor: “O livro III das Ordenações Filipinas dispõe extensamente sobre os procedimentos e a organização judiciária geral, desde as formas de citação até a disposição das partes em Juízo. Quando comparamos o disposto nas Ordenações com a prática referida na documentação relativa aos termos de audiências dos juízes ordinários de Curitiba, podemos observar claramente que, em geral, os atos judiciais locais seguiam o ordenado, mas com uma boa margem de manobra para proceder constantes adaptações às necessidades locais. Tal fato assinala a vigência do pluralismo jurídico do Antigo Regime nesse corpo periférico do Estado português.” (BORGES, Joacir Navarro, op. cit., p. 85).

por si só, basta para valorização de seu detentor, sem contar que a instrução acadêmica é um privilégio de poucos³⁷⁷.

Em síntese, é possível verificar percursos distintos de compreensão do direito, no que tange a leigos e letrados, e a forma com que estes tipos de operadores se integram em partes constituintes da atividade interpretativa do conjunto normativo no âmbito local, fazendo-se ainda uma ressalva acerca dos elementos alheios a prática judicial e que também a condicionam.

Resulta desta análise que não se pode considerar a existência de uma justiça leiga e letrada distintas, isoladas e estanques, mas se deve reconhecer sua mútua influência e, possivelmente, sua progressiva integração na medida em que se desenvolvem e se tornam mais complexas as relações jurídicas no âmbito local.

3.4 As ordenações como síntese do conjunto normativo

O sequenciamento e as formas das manifestações constantes nos autos cíveis não eram aleatórios, seguindo uma lógica própria, a qual pode ser encontrada principalmente nos Livros I e III, das Ordenações Filipinas. O primeiro livro dispõe sobre as funções dos juízes ordinários e demais oficiais que o auxiliavam, e o terceiro dedica-se mais aos atos judiciais propriamente ditos e às modalidades de procedimentos.

Da análise dos documentos que configuram a prática judicial em Atibaia, é possível verificar que seguiam as Ordenações no tocante aos aspectos até aqui assinalados, ou seja, em relação às funções desempenhadas pelos oficiais que nela intervêm e em relação aos procedimentos adotados. Semelhante constatação já havia sido feita quando da análise dos autos cíveis de Sorocaba e, ainda que houvesse mutações e desvios, cujos motivos também foram em tal ocasião discutidos, não desfiguravam uma prática judicial que tinha nas Ordenações sua principal referência³⁷⁸.

Outros estudos que abordam temáticas diversas, mas relacionadas à justiça, também realçaram a observância das Ordenações no aspecto procedimental, Silvia Hunold (1988) anota que no Campo dos Goitacases, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, “a estrutura jurídica e processual seguia as normas e procedimentos expressos nas Ordenações

³⁷⁷ Alude-se à existência de espécies de capital, caracterizando-as como poderes capazes de determinar ganhos em um determinado campo. Entre elas, há o capital cultural, o qual, mesmo isolado, se afigura apto a contribuir para o fortalecimento da posição social do indivíduo, circunstância que, por si só, valoriza o jurista letrado independentemente de seu poder econômico ou político. Cf. BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Fernando Tomaz (Tradutor). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 134 e 217.

³⁷⁸ FRIEDMANN, Daniel Isaac. **A prática judicial local e a lei da Boa Razão**, op. cit., p. 56, 80 e 167.

Filipinas”³⁷⁹. Já Maria Beatriz Nizza da Silva (2007) afirma que “as regras de transmissão do patrimônio eram bem conhecidas da população e fielmente seguidas nos testamentos, e depois na partilha dos bens”³⁸⁰.

Nas manifestações das partes e seus procuradores com a finalidade de formar o convencimento dos juízes, verificou-se a invocação das Ordenações em todos os casos que não se resumiram à demonstração de fatos por meio de documentos ou depoimentos. Sempre que se buscava um amparo normativo para a defesa de um determinado interesse ou para o fortalecimento de uma posição no curso do processo as Ordenações e a legislação régia eram os elementos básicos utilizados para a fundamentação do discurso, ainda que outros elementos também pudessem ser agregados, como as lições dos praxistas.

Embora não se tenha feito uma análise estatística das citações às normas e outros tipos de fontes do direito, observou-se que as Ordenações e a legislação régia extravagante constituíam a base de qualquer argumentação desenvolvida na documentação analisada, sendo seus dispositivos amplamente utilizados.

Em 1785, houve a venda de um sítio que acabou não se concretizando em razão da falta de pagamento. O procurador do vendedor então notificou o réu para que o negócio fosse desfeito e as terras lhe fossem restituídas. Como não houve contestação, o pedido do autor foi acolhido. Entretanto, após a sentença, o réu veio com embargos, alegando nulidade de citação e, no mérito, que a venda se concretizou, assinando a mulher do autor a rogo. Afirmou ainda que, a despeito de ter havido princípio de pagamento, o vendedor não passou a escritura, alienando as terras para outra pessoa ³⁸¹.

O procurador do autor contrariou os embargos com uma impugnação repleta de citações das Ordenações e de praxistas, mencionando que os embargos foram opostos “já passados onze meses da sentença”, sendo, conseqüentemente, intempestivos, pois deviam ser apresentados dentro de dez dias, conforme Ordenações Livro III, título LVI, parágrafo 6º. Salientou que somente com “Provisão do Desembargo do Paço é que se poderia tomar conhecimento dos ditos embargos que foram apresentados fora do tempo da lei”³⁸².

Descreve então que o negócio foi feito da seguinte forma: o autor confeccionou um escrito particular de venda, ficando o réu obrigado a passar um crédito de três dobras e que após

³⁷⁹LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 358.

³⁸⁰SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Legislação e práticas familiares no Brasil Colonial”. In: NEDER, Gizlene (Org.). **História & Direito: jogos de encontro e transdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 17.

³⁸¹D985 – 1785 - CO 3715 ACA.

³⁸²Idem.

o pagamento iria “se converter o papel particular em escritura pública, ficando assim justos e contratados”. Entretanto, “tomou o embargante conta do sítio, mas até o presente, em que decorreu o lapso de cinco anos, nem passou crédito, nem pagou as ditas três dobras, estando desfrutando e plantando no mesmo sítio”³⁸³.

Continua o procurador com citações das Ordenações, Livro III, título LIX, parágrafo 4º, quanto à escritura pública como forma essencial do ato e Livro IV, título XXVIII, sobre a necessidade da autorização da mulher na venda de bens de raiz, ambas reproduzidas literalmente, e Livro IV, título XLVIII, parágrafo 6º, também referente à venda de imóveis sem autorização da esposa.

A réplica do procurador do réu, Januário Ortiz, também é repleta de citações, começando pelas Ordenações Livro III, título LXX, segundo a qual, somente correm os dez dias da sentença para apelação e agravo quando as partes e os seus procuradores estão presentes na audiência em que a sentença foi proferida, também se refere à “doutrina exaurida de todos os doutores” em apoio ao seu argumento. Continua alegando a nulidade da citação e consequentemente da sentença, citando novamente as Ordenações, Livro III, título LXXV. Afirma que não cabia a ação de despejo, pois as terras não foram havidas por empréstimo nem arrendamento, devendo ser ajuizada a ação de libelo. Acrescenta que o contrato particular não poderia ser desfeito sem o mútuo consentimento e que houve autorização da esposa do autor, assinando Salvador da Silva Pimentel a rogo. No mais, tendo havido princípio de pagamento, 8\$720 réis, deveria o autor demandar o restante do dinheiro e não reaver as terras, assinalando, por fim, que a escritura “não é necessária para a substância do contrato e sem ele se pode o mesmo contrato provar por testemunhas”.

Embora tanto as manifestações do autor como as do réu fossem bastante articuladas, manejando os dispositivos das Ordenações e as lições dos praxistas de forma coerente, os argumentos de fundo do réu embargante foram mais consistentes, levando em consideração a descrição do negócio feita pela parte contrária. Isso se deve, pois se houvera a lavratura de um escrito particular com princípio de pagamento, o qual seria convertido posteriormente em escritura pública para a sedimentação do negócio, tendo o réu sido imitado na posse das terras, a lide deveria se resolver com indenização pelo não pagamento do que foi ajustado e os prejuízos dele decorrentes, não cabendo, consequentemente, o “despejo”, consoante observado pelo procurador do réu, Januário Ortiz. Da mesma forma, a falta de assinatura da esposa do devedor deveria ser relevada, porquanto emerge da documentação que a maioria das mulheres

³⁸³ Ibidem.

não dominava a linguagem escrita e as assinaturas eram feitas “a rogo”, ou seja, por meio de terceiros que atestavam a concordância delas.

A aceitação dos referidos argumentos demandaria a superação do que anteriormente se chamou de um dos fundamentos impeditivos da pluralidade de interpretações, pois os embargos foram opostos depois dos dez dias da lei sem a possibilidade de extensão. Entretanto, o procurador do réu encontrou meios de viabilizar o acolhimento da sua pretensão sem a necessidade de transcender os limites da prática judicial, lançando duas justificativas: a nulidade da citação, cujo reconhecimento devolveria o processo para seus termos iniciais e a alegação de que a decisão que encerrou o processo não havia sido publicada em audiência, de modo que o prazo de contagem dos dez dias ainda não tinha sido deflagrado.

Frente às possibilidades de interpretação, as quais implicariam também na avaliação de circunstâncias fáticas, já que exigiria a comprovação de que o réu, ausente no período em que o oficial encarregado de tal ato foi comunicá-lo, foi citado adequadamente por meio de terceiros, nos termos preconizados pelas Ordenações. Assim como no reconhecimento de que a simples publicação da sentença não proferida em audiência não deflagra o prazo de dez dias para a oposição de embargos e interposição de recursos. O juiz optou, dentro de uma das linhas possíveis de integração do aparato normativo, pela intempestividade dos embargos.

Acrescente-se que no curso dos debates foi pontuado pelo procurador do autor o seguinte:

Segunda vez torno a dizer nenhuma obrigação tem o embargado de cumprir e preencher pela sua parte cláusula alguma respectiva ao contrato de compra e venda das terras, quando o embargante não adimpliu ao que estava obrigado, e menos passar escritura pública para firmeza da venda de que com razão se vê arrepender, e por isso não pode ter validade o escrito pactuado a fls. 18, por ser contra o disposto pela Ordenações, Livro III, título LIX, in fine, mandada inteiramente observar pela extravagante de 18 de agosto de 1769³⁸⁴.

Observa-se que não se trata apenas de uma refutação das alegações do seu adversário, mas da reafirmação da necessidade de observância das Ordenações, recrutando como reforço argumentativo a “extravagante de 18 de agosto de 1769”, também chamada Lei da Boa Razão. A supracitada ponderação foi também considerada pelo Juiz Ordinário ao extinguir os embargos do procurador do réu, Januário Ortiz.

A citação da Lei da Boa Razão é de fundamental importância, pois ela representa uma transformação no quadro normativo do direito português, por meio da qual houve um esforço de organização das formas de integração do direito, estabelecendo a primazia das Ordenações sobre as normas pertencentes ao direito comum e canônico. De modo que a invocação dela pelo

³⁸⁴ D985 – 1785 - CO 3715 ACA.

procurador do autor justamente para sustentar a observância das Ordenações se ajusta perfeitamente ao propósito reformista que inspirou a concepção da referida lei³⁸⁵.

Dois anos depois, o procurador do réu, Januário Ortiz, vencido na demanda anterior, utilizou um dos argumentos que selou sua derrota para confrontar seu adversário, demonstrando que havia absorvido o sentido da lei, pois em nova lide envolvendo a compra e venda de terras aduziu:

Provará que querendo o embargante se opor a esta segunda venda lhe aconselharam que o dito filho não podia vender sem o consentimento do pai e também que na venda dela deveria proceder escritura pública na forma das Ordenações, Livro III, título 59, e da Lei novíssima de 18 de agosto de 1769, parágrafo 9³⁸⁶.

Outras referências indiretas à Lei da Boa Razão são encontradas na documentação, especialmente a um dos seus dispositivos que confere força de lei aos assentos³⁸⁷ da Casa da Suplicação com a finalidade de uniformizar a interpretação do corpo normativo, o que demonstra a penetração do direito legislado pela coroa e a sua observância no âmbito da justiça local³⁸⁸.

O processo em que Januário Ortiz figurou como procurador se mostra bastante interessante para pesquisa, pois existiu um amplo debate no qual foram recrutados vários dispositivos das Ordenações em apoio de cada pretensão deduzida, evidenciando, com a menção à Lei da Boa Razão, que uma parte importantíssima da legislação régia era incorporada e difundida. Assim, ainda que nas lides nem sempre o manejo do corpo normativo fosse feito de forma harmônica ou coerente segundo uma prática letrada, é possível afirmar que as Ordenações e a legislação régia eram o principal manancial em que os procuradores leigos extraíam seus argumentos.

Impressiona ainda o fato de Januário Ortiz não possuir uma origem que o diferenciase de boa parte da população, pois se tratava de um oficial mecânico, qualificado como sapateiro em algumas das vezes em que tal figura foi ouvida como testemunha, atividade bastante

³⁸⁵Considera-se a Lei da Boa Razão a principal manifestação da ilustração em Portugal no campo do direito, refletindo as três dimensões pelas quais este conjunto de ideias penetrou o reino, quais sejam: a secularização, por meio do afastamento do direito canônico do âmbito civil, ceifando a jurisdição eclesiástica; a racionalização, a ser alcançada com a hierarquização das fontes de aplicação do direito; a valorização do poder do Estado, ao colocar em destaque suas próprias normas, as quais foram alçadas ao primeiro plano paralelamente a um esforço em garantir esta precedência com o reenquadramento do prestigiado direito romano (comum), do qual retirou a condição de verdade absoluta, avalizando-o tão somente como um produto histórico. (FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Economia e Monarquia Ilustrada*. Lisboa: Ática, 1993, p. 394).

³⁸⁶D1191 - 1787- CO3719 ACA.

³⁸⁷O assento era uma decisão tomada em conjunto pelos desembargadores sobre uma controvérsia levada a julgamento, a qual costumava se repetir com frequência, tendo a finalidade de orientar os operadores do direito a segui-lo, evitando um prolongamento desnecessário do processo com recursos, uma vez que já sabiam de antemão a posição unânime do Tribunal que emitiu o assento.

³⁸⁸D2303 - 1798- CO3738 ACA, D2199- 1797- CO3737 ACA, D798- 1783- CO3713 ACA, D1014- 1786- CO3716 ACA.

modesta e desvalorizada na escala social, mas que ainda assim não o impediu de alcançar um conhecimento capaz de habilitá-lo a atuar com certa desenvoltura como procurador em diversas causas³⁸⁹.

Extraí-se ainda da documentação elementos capazes de revelar que obras contendo a legislação régia e as Ordenações não eram incomuns e circulavam entre os indivíduos que exerciam as funções de procurador. Em um auto cível de 1787, o Alferes Crispim da Silva Franco dizia que havia alcançado no “Juízo Superior da Ouvidoria da Comarca” sentença condenatória no valor de 76\$660 réis e que o réu João da Silva da Fonseca apresentou para pagamento os mesmos bens que já tinham sido penhorados pelo Sargento Mor José Félix Cintra em outra execução, motivo pelo qual requereu diligência dos oficiais de justiça para buscarem outros bens que o réu tinha sonegado, sustentando que o devedor ainda conservava, “três livros de Ordenações do Reino, uma Prática Judicial, um Manual Prático, um repertório das Ordenações, três armas de fogo, um par de pistolas, um chifarote e um bofete pequeno”³⁹⁰.

João da Silva Fonseca foi autor, réu e procurador em diversas causas, além de ter sido escrivão da câmara em 1781 e tabelião no ano de 1784, indiscutivelmente valendo-se dos mencionados livros das Ordenações e seus repertórios para utilização na escrituração dos processos e na sua atuação como parte e procurador, denotando que outros indivíduos dedicados a semelhantes funções certamente dispunham de exemplares contendo a legislação régia ou já haviam consultado tais livros, porque era sabido quem os possuía³⁹¹.

Assim, além de uma disciplina dos atos processuais e da forma de sequenciamento que permitia a defesa dos interesses das partes utilizando os meios judiciais nela contidos, as Ordenações serviam também como o corpo normativo do qual dimanava os direitos que lastreavam as pretensões daqueles que litigavam em Atibaia. Isso permitia acesso dos procuradores ao conteúdo do principal conjunto de normas que formavam o substrato do direito oficial.

Sem dúvida as Ordenações Filipinas eram o corpo normativo mais importante do direito régio, mas não o esgotava, nem constituíam, ao menos até então, a principal fonte nos meios

³⁸⁹A inserção social daqueles que atuavam nos feitos cíveis e crime da Vila de Atibaia será oportunamente analisada, por ora, segue a reprodução da qualificação do referido procurador em outro documento: “Januário Ortiz, casado, nacional da freguesia de Juqueri e morador nesta vila onde vive de seu ofício de sapateiro e de procurador de causas de idade que disse ser de quarenta e dois anos” D1108 - 1787- CO3718 ACA.

³⁹⁰D1108 - 1787- CO3718 ACA.

³⁹¹D1014 – 1786- CO 3716 ACA; D1040 – 1786 - CO 3717 ACA; D1049 – 1786 - CO 3717 ACA; D1058 – 1786 - CO 3717 ACA; D1064 – 1786 - CO 3717 ACA; D1088 – 1786 - CO 3717 ACA; D1106 – 1787 - CO 3718 ACA; D1108 – 1787 - CO 3718 ACA; D1164 – 1787 - CO 3719 ACA; D1205 – 1787 - CO 3719 ACA; D1219 – 1787 - CO 3719 ACA.

jurídicos letrados. Isso se deve porque, repita-se, a Lei da Boa Razão tinha como finalidade alterar este quadro.

O direito comum, de raiz romanista, inspirado pela compilação bizantina de Justiniano constituiu, por cerca de cinco séculos, o principal corpo normativo do direito português. Nuno Espinosa Gomes da Silva (2000) distingue, na história desta fonte, um período de influência com duas épocas distintas. A primeira correspondente à recepção do direito comum, que vai de 1248 a 1446 e uma segunda época, intitulada das Ordenações, abrangendo o período entre 1446 a 1750. Sucede-se então um novo período, chamado pelo autor como período de influência iluminista³⁹².

Na chamada época das Ordenações, assinala o referido autor que em matéria temporal o direito português era a regra, recorrendo-se ao direito romano ou comum somente na sua falta. Alerta, porém, que:

o direito português, codificado nas várias Ordenações, não formava um todo orgânico, dado que fora legislado tendo como pressuposto a vigência do direito comum. De um modo geral, o rei legislara para esclarecer, ou contrariar regras do direito justinianeu: nomeadamente, no âmbito do direito privado, a lei nacional surgira como tomada de posição frente ao direito comum. Deste modo, ao menos substancialmente, quase por dizer-se que o direito romano constituía a regra, e o pátrio, a exceção³⁹³.

Assim, a própria constituição das Ordenações representaria uma maneira de legitimação de determinadas interpretações frente ao direito romano e, segundo o citado autor, na omissão do direito pátrio, a profusão de obras jurídicas com seus autores a discorrer das formas mais variadas sobre o mesmo assunto tornou difícil perscrutar a opinião comum. Com isso, a partir do século XVI, a adaptação do direito romano será obra dos Tribunais Superiores, que funcionarão como elemento de estabilidade perante a doutrina³⁹⁴.

Nestes termos, as Ordenações representariam apenas uma “leitura oficial” do direito romano, enquanto suas vastas lacunas seriam preenchidas por este mesmo direito, sobre o qual vicejava uma fértil produção intelectual formadora do vasto campo da opinião dos doutores, de onde são extraídas as regras aplicáveis aos casos concretos através dos mecanismos de seleção praticados pela jurisprudência.

As Ordenações, ao mandarem que se guardassem rigorosamente suas disposições, valendo-se apenas, subsidiariamente, do direito comum, não poderiam, a rigor, alcançar plenamente seu objetivo por faltar ao corpo legal régio substância suficiente para fazer frente a

³⁹² SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. **História do Direito Português: Fontes de Direito**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2000. p. 36.

³⁹³ Idem, p. 356.

³⁹⁴ SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. **História do Direito Português: Fontes de Direito**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2000, p. 356-8.

todas as necessidades desencadeadas pela aplicação do direito ao caso concreto. Portanto, as Ordenações e legislação real esparsa não representariam um conjunto normativo completo, apto a suportar inteiramente o exercício da atividade jurisdicional.

No mundo jurídico local, porém, esta caracterização deve ser mitigada, conforme observado. Em primeiro plano, há de se destacar que as Ordenações assumem esta feição de tomada de posição perante o direito comum predominantemente no campo do direito privado. Ou seja, do que constitui o direito civil e comercial, sendo que outras áreas importantes e de caráter mais publicista, segundo termos hodiernos, eventualmente recebem uma disciplina mais robusta, mesmo que ainda incompleta, como no caso do processo civil.

Outro aspecto diz respeito à própria dinâmica de construção das Ordenações e do corpo normativo régio, formado em parte pela vontade legislativa do monarca, mas não deixando de contemplar dispositivos costumeiros. Se de um lado tem a desvantagem de conduzir, muitas vezes, a uma disciplina casuísta, facilmente superada ou inaplicável a contextos diversos do espaço europeu do império português; de outro lado pode traduzir práticas socialmente aceitas, tornando o seu conhecimento amplo, assim como a sua observância.

As sucessivas Ordenações são fruto, em parte, da vontade do monarca no sentido de criação de determinadas normas, associada à adoção de disciplinas provenientes de outros direitos, principalmente do direito romano, e da consagração de práticas sociais convenientes à coroa, o que, somado, é capaz de erigir um substrato normativo bastante adequado à vida local.

A prática judicial local, norteadas pelas Ordenações, não se ressentem, a priori, da ausência de um contato imediato com as fontes do direito romano. Há nesta justiça padrões de proceder, bem como previsibilidade das decisões dentro de um quadro interpretativo que propicia certa segurança jurídica, especialmente através do manejo das modalidades de autos cíveis, cujos pressupostos de utilização e finalidade a serem alcançadas são, razoavelmente, conhecidos e respeitados.

Os autos cíveis funcionam como caminhos na defesa de direitos creditícios, fundiários, da fazenda real ou contra ela, bem como na esfera do direito de família não abarcada pelo direito canônico. A partir da escolha de uma de suas modalidades se oferece uma disciplina pré-constituída capaz de sustentar os interesses das partes, de maneira que as Ordenações agiam basicamente como repositório de experiências jurídicas.

O litígio acaba se circunscrevendo à ocorrência de determinados fatos capazes de desencadear a proteção pela modalidade de autos cíveis apropriada, enquanto a sua demonstração autoriza a aplicação da medida prevista ao final da ação. Como exemplo de

resultado tem-se o reconhecimento de um crédito com o pagamento ao credor, ou até mesmo a configuração de um esbulho e a restituição das terras disputadas.

As normas de natureza material existentes no corpo normativo régio, ainda que formem uma disciplina incompleta, são suficientes para reger a vida colonial local, a qual compartilha os valores de suas congêneres portuguesas, reproduzindo práticas sociais mais simples, cuja disciplina foi em grande parte incorporada nas Ordenações.

Assim, as Ordenações assumem, no universo leigo, a função de síntese normativa sobre a qual se erige uma prática jurídica reconhecível, tanto nas instâncias locais como superiores. Tal como no âmbito da estruturação política, em que fornecem os referenciais comuns capazes de uniformizar os aparatos locais de exercício de poder e torná-los passíveis de se integrarem, ainda que inconscientemente, a um quadro mais amplo, garantindo a unidade institucional do mundo português.

Deste modo, não é coincidência que se visualize o traço marcante das Ordenações ao observarem-se as práticas institucionais locais, principalmente no que diz respeito à forma, organização e atuação, abrangendo as atividades atualmente classificadas como administrativas e judiciais. Isso se deve pois este corpo normativo régio configura uma série de experiências sociais e jurídicas bem sucedidas, que derivam tanto da adoção das regras oriundas do direito romano como das de origem consuetudinária.

A organização e funcionamento das câmaras municipais, portanto, é um exemplo assente da constituição de instituições políticas com base no modelo previsto nas Ordenações, assim como a vida jurídica local, lastreada em uma série de atos processuais consubstanciados nas diversas modalidades de autos cíveis, é igualmente tributária das normas régias.

Matizados, em grande parte, pela disciplina do livro terceiro das Ordenações, os atos processuais e os autos cíveis que os sequenciam e os direcionam para a defesa dos direitos das partes, conformam um arcabouço de tutela dos interesses em conflito no âmbito local, permitindo que o exercício da atividade jurisdicional responda aos mesmos padrões uniformes de organização e funcionamento.

O direito material, isto é, as regras que substanciam e corporificam os interesses defendidos em juízo no conjunto normativo, pode, eventualmente, estar ausente das Ordenações ou dela receber uma disciplina precária, demandando o socorro do direito romano ou canônico. Todavia, independentemente de carecerem de uma perfeita identificação segundo aspectos doutrinários e da cultura jurídica letrada, são passíveis de serem inseridos, ainda que imperfeitamente, no bojo de alguma modalidade de autos cíveis. Desta forma, recebem proteção

judicial, a qual, ainda que inadequada em termos de formalismo, não se fará aleatoriamente ao alvedrio do julgador, e sim dentro de um quadro institucional previamente delineado.

Na edificação das Ordenações não havia, naturalmente, consciência de se estar formando uma síntese apropriada e adaptável. Certamente foram feitas opções nem sempre razoáveis perante a vasta disciplina do direito romano, da mesma forma que se incorporaram regras incoerentes e anacrônicas derivadas dos costumes, posteriormente abandonadas ou derogadas por transformações sociais subsequentes. Importa, porém, a lógica de constituição do corpo normativo régio normalmente reativo às necessidades sociais e políticas prementes, mas que resultou na composição de um quadro normativo suficientemente simples, flexível e estável, passível de ser conhecido e adotado no âmbito local, mesmo sem uma cultura jurídica letrada ou erudita.

Destaque-se, novamente que, diante de uma situação jurídica envolvendo algum direito que gravita em um a órbita distante do preceito consolidado nas Ordenações ou que sua disciplina se mostre insuficiente para equacioná-lo, se demandará a integração de regras derivadas de outros conjuntos normativos. Contudo, a vida local em seus estágios iniciais ou ainda não suficientemente desenvolvida, geralmente é incapaz, por si só, de engendrar estes direitos, muito menos de materializar interesses de tamanha complexidade e, quando estes, eventualmente, acabem surgindo e seus detentores não possam impô-los por conta própria, há a possibilidade de se valerem de letrados e ainda levar a demanda a instâncias judiciais superiores.

Ademais, pelo que se percebe da documentação da vila de Atibaia, bem como pelo que se depreende da análise do relacionamento entre os operadores do direito, a justiça local não representa um corpo isolado ou autárquico, ao contrário, recebe influxos externos que podem colaborar, no sentido de aprimorá-la ou, pelo menos, melhorar o conhecimento do conjunto normativo. Da mesma forma, não é caracterizada pelo imobilismo, transformando-se concomitantemente ao desenvolvimento econômico e social, de modo que se tal processo propicia o surgimento de relações jurídicas mais complexas, também permite que as partes e seus procuradores melhor se instruem no sentido de equacioná-las.

Nem mesmo eventuais circunstâncias próprias da Colônia, da Capitania e até da Vila de Atibaia que conflitam com as leis do reino, como, por exemplo, a utilização dos escritos particulares nas ações de “assignação” de dez dias abalam o conteúdo primordial das Ordenações, e não a desqualificam como disciplina jurídica da vida local. Isso se deve pois a aplicação deste corpo normativo também não pode ocorrer sem devidas adaptações, havendo a

necessidade de considerar o impacto das particularidades locais e sua repercussão na atividade judicial.

Independente dos elementos por vezes tidos como explicativos de certas particularidades, tais como a repercussão de uma economia lastreada, em parte, no trabalho compulsório, o fato de no curso da atividade judicial haver modificações, muitas vezes até bastante conscientes do corpo normativo, não significa necessariamente a invalidação das Ordenações como um instrumento de unidade e de conformação dentro de uma determinada estrutura social.

Se concebêssemos o império português como uma orquestra e o rei como um maestro, ao invés de um corpo em que ele figura como a cabeça, as Ordenações constituiriam a partitura da sinfonia institucional. As câmaras, por sua vez, representariam uma parte significativa do conjunto de artistas, algumas delas sem instrução suficiente, mas para as quais era possível transmitir a musicalidade, fazendo com que tocassem de ouvido e, mesmo desafinando algumas vezes, certamente não comprometeriam a realização do concerto.

Forçoso, então, admitir o predomínio do direito oficial por meio das Ordenações, ao menos em termos procedimentais e também no discurso dos procuradores leigos. Contudo, tal circunstância, por si só, não afasta a caracterização da justiça local como “tradicional”, já que, segundo o que se discorreu anteriormente, o direito régio seria mais um fator de convencimento do que de imposição da solução, demandando uma análise da atuação dos juízes, verificando se buscavam apenas a conciliação das partes, ou a resolução dos conflitos de uma maneira imperativa, conforme suas convicções jurídicas.

3.5 Os autos cíveis, características gerais

Após a abordagem de alguns aspectos concernentes à prática judicial leiga, bem como acerca do corpo normativo que a substancia, faz-se necessário retomar as linhas divisórias anteriormente propostas, quantificando e passando a analisar os autos cíveis em conformidade com as estratégias de escolha das diversas modalidades, seus efeitos, bem como sua significação no âmbito da sociedade local.

Os autos cíveis representam processos judiciais, parte deles incompletos, mas a natureza fragmentária do corpo documental é superada por meio da análise de um grande número de ocorrências. Esse procedimento permite mitigar o efeito decorrente da perda de parcela deles ou de sua incompletude, uma vez que o conjunto remanescente, formado por mais de 2000

documentos, constitui uma amostra substancial capaz de revelar a natureza e o funcionamento da justiça local.

Embora pouco ricas, as já examinadas atas da câmara eram sequenciadas, o que possibilitou avaliar o cotidiano das funções tidas como “administrativas”, especialmente a existência de padrões de distribuição das medidas adotadas pelos camaristas ao longo do exercício de seus mandatos.

Por outro lado no âmbito judicial, se desconhece o número completo de ações promovidas anualmente, motivo pelo qual não se afigura produtivo contabilizar as datas de ingresso delas ou da realização das audiências para tentar estabelecer algum tipo de cotidiano judicial. Porém, as Ordenações Filipinas determinavam aos juízes ordinários que fizessem audiências duas vezes por semana em relação aos processos cíveis, e mais duas vezes para os réus presos³⁹⁵.

Ademais, considerando que as atribuições judiciais da câmara no campo cível eram mais reativas às postulações das partes, os juízes designavam as audiências de acordo com o número de demandas que lhes eram apresentadas. Diferentemente das funções tidas como administrativa, em que se estabelece um calendário específico para que a câmara realize os atos próprios de sua função, não há maior relevância em perquirir acerca dos períodos do ano em que se ajuizavam mais ações, ao menos para a verificação de uma prática institucional vinculada à justiça.

O segmento do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo intitulado “autos cíveis Atibaia” é composto de 2373 documentos, alguns são autos completos, outros são partes de um ou mais processos, de modo que é possível identificar, no total, 2389 processos distintos³⁹⁶. Apesar da nomenclatura, 259 dos documentos se referem a procedimentos de natureza criminal, de modo que os processos cíveis contabilizados são da ordem de 2130.

No geral, esses processos se iniciavam com requerimentos feitos pelos demandantes, ou seus procuradores, despachados pelo juiz ordinário e depois recebidos pelo tabelião, que os autuava. Em seguida, citava-se a parte contrária para comparecer à audiência e responder aos termos da ação que era proposta.

Ressaltou-se, anteriormente, que as audiências não eram realizadas no recinto da câmara, mas nas casas de morada dos juízes ordinários, que se revezavam semanalmente na

³⁹⁵ Livro I, título LXV, parágrafo quarto.

³⁹⁶ No conjunto organizado pelo arquivo há onze documentos inicialmente não judiciais referentes ao funcionamento administrativo da Câmara, tendo sete deles migrado para o juízo ordinário, assumindo formas processuais típicas ou anômalas, sendo então acrescidos à contagem dos processos. Também importa destacar que alguns documentos organizados pelo arquivo continham mais de um processo, por isso a diferença na numeração.

presidência de tais atos. Compareciam as partes (autor e réu), ou apenas seus procuradores, os quais normalmente as substituíam e eram responsáveis pelas manifestações no curso dos processos.

Seguia-se então, dependendo da modalidade da ação, a prolação de sentença ou o início da dilação probatória, ocasião em que se abria uma nova fase do processo com a oitiva de testemunhas, realização de vistorias e juntada de diversas manifestações dos procuradores ou das próprias partes, caso não estivessem representadas por procuradores, após o que havia a apreciação e decisão do juiz³⁹⁷.

Finalizada a ação com uma sentença, no caso de condenação, abria-se a possibilidade de execução do julgado, quando a parte vencedora buscava a satisfação completa do seu direito, recebendo, por exemplo, os valores correspondentes a uma dívida, a indenização de um prejuízo ou as terras da qual tinha sido esbulhada.

Deste modo, após uma primeira divisão entre autos cíveis e criminais, tem-se uma segunda ramificação correspondente aos processos de reconhecimento de direitos, também chamados processos de conhecimento, e os processos executórios.

Antes, porém, de apurar o número de processos de conhecimento e de execução, fez-se necessário subtrair da contagem 34 procedimentos consistentes em interações com outras esferas de jurisdição, em especial a ouvidoria e o juízo ordinário da cidade de São Paulo, abrangendo ainda as justiças de outras vilas e cidades, cujas relações se davam por meio da realização de certos atos processuais, as chamadas cartas precatórias e de ordem, nas quais eram ouvidas testemunhas, constituídas penhoras, realizados embargos sobre bens, entre outras medidas.

Assim, chega-se ao número de 2096 procedimentos, os quais podem, então, ser desdobrados nas duas referidas modalidades: 357 processos de execução e 1739 de reconhecimento de direitos ou de conhecimento, nome mais utilizado na literatura jurídica.

As várias modalidades de autos cíveis classificados como de conhecimento eram empregadas de acordo com a pretensão que o interessado queria ver atendida, estabelecendo-se, em regra, uma correspondência entre as ações e os aspectos da sociedade local

³⁹⁷ Trata-se evidentemente de uma simplificação; a análise mais pormenorizada das fases processuais já foi feita em outro estudo, cf.: **As práticas judiciais locais e a lei da boa razão...**, op. cit. p. 92-135. Outra abordagem sobre a tramitação processual acompanhada de sinopses sobre algumas modalidades de autos cíveis pode ser encontrada em: RODRIGUES, Sonia Maria Troitiño. **O Juízo de Órfão de São Paulo: caracterização e alguns tipos documentais** (séc. XVI-XIX). 2010, 283 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 106-247.

desencadeadores de conflitos, os quais ensejavam as escolhas e determinavam as estratégias a serem utilizadas em juízo pelas partes e seus procuradores.

As ações de conhecimento podiam ser sumárias ou ordinárias. As primeiras eram dotadas de procedimentos específicos e mais céleres, como no caso das ações de assignação de dez dias, das ações de juramento de alma e das ações de força nova, para citar algumas delas, enquanto as segundas, chamadas também de libelo, eram mais solenes, obrigando o preenchimento de várias formalidades e requisitos para se desenvolverem validamente³⁹⁸.

Ajuizada uma ação de natureza sumária, na hipótese de resistência da parte contrária por meio da oposição de embargos, passava-se a exigir uma apuração mais detalhada e formal dos direitos invocados, o que, normalmente, se fazia por meio de inquirição de testemunhas, realização de vistorias e avaliações, bem como com a oportunidade de oferecimento de amplas manifestações escritas dos procuradores das partes (contrariedade, réplica, tréplica e razões finais), motivo pelo qual o procedimento podia ser convertido em ordinário³⁹⁹.

O número de ações ordinárias verificadas no corpo documental foi bem inferior: 227 foram ajuizadas como sendo de libelo contra 1397 iniciadas adotando-se uma das modalidades sumárias. As demais eram pedidos de homologação judicial de acordos, autos incompletos ou deteriorados que não permitiram uma identificação precisa. Subtraiu-se, também, da contagem dos processos de conhecimento os inventários extraviados do acervo específico, juntamente com os processos que lhes eram correlatos. E, por fim, fragmentos e procedimentos anômalos, os quais não se amoldaram a nenhuma das categorias conhecidas⁴⁰⁰.

A preferência pelas ações sumárias decorre da existência de uma variedade de procedimentos desta natureza que se amoldava melhor a certos conflitos, tal como as ações de

³⁹⁸ CABRAL, Antonio Vanguerve. **Pratica Judicial muito útil, e necessária para os que principião os officios de julgar, e advogar, e para todos que solicitão causas nos auditórios de hum e de outro foro tirada de vários authores práticos, e dos estylos mais praticados nos auditórios**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1862, parte I, p. 10.

³⁹⁹ Idem, p. 11.

⁴⁰⁰ Foram 51 inventários e procedimentos correlatos tais como: abertura de testamentos, tomada de contas de testamentos e pedidos de arrecadação de bens do espólio que estavam na posse de terceiros. No conjunto de procedimentos ordinários e sumários, também se observou a presença de autos direta ou indiretamente relacionados a inventários, mas apenas aqueles que são partes ou incidentes típicos das ações de natureza sucessória foram contabilizados separadamente, mantendo-se os demais dentro das categorias específicas que eventualmente assumiam. Assim, por exemplo, os processos em que se pretendia estabelecer a filiação para posterior habilitação ao inventário permaneceram associados aos autos cíveis de justificação, pois constituíam a modalidade de ação que instrumentalizava tal pretensão. Por fim, foram excluídos 32 pedidos de homologação judicial de acordos e 32 processos incomuns. Todos os procedimentos mencionados nesta nota, embora também possam ser classificados como de conhecimento, constituem modalidades anômalas, ou então de natureza mais voluntária do que contenciosa, pois os inventários são realizados em cumprimento a uma formalidade exigida pelo ordenamento jurídico para a transmissão de bens da pessoa falecida, enquanto os pedidos de homologação de composições correspondem a um ato espontâneo, cuja finalidade é revestir de autoridade judicial o que foi pactuado.

assignação de dez dias em relação à cobrança de dívidas e as ações de força nova para defesa da posse de terras.

Outro fator explicativo é que se buscava uma solução rápida para o litígio, já que as despesas com o processo aumentavam de acordo com a quantidade de atos realizados pelos diversos oficiais atuantes e o número de laudas redigidas pelo tabelião, sendo a ação de libelo recheada de formalidades e de atos, que ampliavam sua duração e escrituração. Por fim, em sede de defesa e quando se tratasse de clérigo, moradores de outra região, mulheres ou houvesse risco de insolvência, o réu podia exigir garantia às despesas processuais, obrigando a indicação pela parte autora de algum bem como caução e, na falta, um fiador idôneo, circunstância que dificultava ou mesmo impedia a adoção do procedimento ordinário.

Em vários processos, os custos superavam o próprio valor da dívida cobrada, ou o conteúdo economicamente mensurável da lide, fazendo com que as partes se utilizassem das modalidades mais prospectivas de autos cíveis representadas pelas ações sumárias, esperando que não houvesse resistência à sua pretensão e logo alcançassem o resultado pretendido, ou então que ao menos o litígio fosse resolvido de forma abreviada, sem a necessidade de ser convertido em procedimento ordinário.

Deste modo, o emprego de modalidades típicas de ações sumárias foi o caminho mais trilhado pelos que recorriam à justiça local, de forma que corresponderam a 1379 processos contra 227 ordinários. Ou seja, 84,9% e 13,9%, respectivamente, consignando-se que dezoito processos, pouco mais de um por cento (1,2%), foram nomeados como autos cíveis sumários, não adotando um dos procedimentos específicos.

Dentre as ações sumárias típicas, os autos de assignação de dez dias, de reconhecimento de crédito ou simplesmente de crédito, como eram nomeados em alguns casos, representam o tipo mais expressivo, 738 ocorrências. Ou seja, mais da metade das ações dessa natureza (52,83%) correspondiam a esse tipo de processo, enquanto as de medição e demarcação constituem a modalidade menos utilizada – somente cinco destas ações foram identificadas, quantidade que equivale a menos de meio por cento (0,36%) das catalogadas.

Os outros tipos de ações sumárias eram as de juramento de alma, de notificação, de justificação, de força nova, de emancipação, de embargos como sequestro de bens e as de despejo ou tomada de posse, cuja quantificação é exposta a seguir:

Tabela 2: Ações sumárias por modalidade

Modalidade	Número de autos	Percentual
Assignação dez dias ou crédito	738	52,83
Juramento de alma	318	22,76
Notificação	125	08,95
Justificação	102	07,30
Força nova	041	02,93
Emancipação	022	01,57
Embargos como sequestro de bens	019	01,36
Sumárias genéricas	018	01,29
Despejo ou tomada de posse	009	00,65
Medição e demarcação	005	00,36
TOTAL	1397	100%

Fonte: APESP, autos cíveis Atibaia.

As ações de assignação de dez dias estavam diretamente associadas à proteção do crédito, pois eram a via mais utilizada para cobrança de dívidas, exigindo, porém, que a obrigação do devedor estivesse estipulada em escrito particular ou, mais raramente, em escritura pública⁴⁰¹.

Nas referidas ações, o réu, devedor da quantia indicada na carta de crédito, era citado para oferecer embargos no prazo de dez dias e, se nada alegasse em sua defesa ou deixasse transcorrer o prazo sem se opor à pretensão do autor, era condenado a pagar o valor constante no título, mais os juros moratórios e as despesas do processo.

Os embargos, como sequestro ou arresto de bens, eram também uma modalidade de proteção ao crédito, mas de caráter emergencial, empregada contra o devedor que estava em vias de subtrair seu patrimônio do alcance do credor e, desta forma, furtar-se ao pagamento de

⁴⁰¹ A escritura pública era a forma legalmente estabelecida para a materialização dos créditos, sendo, porém, mais reservada à comercialização de terras. Os escritos particulares, embora proscritos pela lei, eram normalmente aceitos, mitigando-se o rigor das Ordenações, até que o Alvará com força de lei, de 30 de Outubro de 1793, confirmou “o costume do Brazil acerca do valor dos escriptos particulares, e provas por testemunhas”, (ALMEIDA, Candido Mendes de, op. cit. Terceiro Livro das Ordenações, p. 736).

uma dívida. O autor do pedido de embargos indicava os bens do réu sobre os quais deveria recair a constrição e tentava demonstrar que o devedor estava dilapidando, ocultando ou fugindo com seus bens.

Já as ações de força nova, despejo e medição ligavam-se, exclusivamente, à proteção da posse e da propriedade imobiliária, não podendo servir a qualquer outra finalidade. Quando parte de um sítio era invadida, o proprietário deveria, no prazo inferior a um ano e um dia, ajuizar a ação de força nova, mandando citar o réu para que ele cessasse o esbulho e deixasse de perturbar sua posse sobre as terras da contenda.

No caso da ação de despejo ou tomada de posse, a parte demandava que aquele que estivesse ocupando seu bem imóvel o deixasse, fazendo cessar qualquer vínculo existente com as terras ou o imóvel ocupado indevidamente. Havendo dúvidas sobre as divisas de propriedades rurais, as ações de medição e demarcação eram utilizadas para o estabelecimento dos limites das terras da parte ou das partes interessadas.

Os autos cíveis de emancipação constituíam outra modalidade de ação cível com finalidade única, consistente em assegurar ao autor do pedido plena capacidade de gerir seu patrimônio e praticar atos negociais. Normalmente o autor apresentava carta do tutor ou dos genitores concordando com o pedido, e ouviam-se testemunhas que confirmavam a maturidade do postulante. O juiz, então, acolhia o pedido, declarando que o autor não mais se sujeitaria ao pátrio poder ou ao controle do tutor, estando apto a gerenciar sua vida e seus bens.

Os autos cíveis de juramento de alma eram um meio empregado para compelir o réu a fazer algo a que estava obrigado e, embora até viesse a servir a outros propósitos, esta modalidade de ação estava, invariavelmente, relacionada à cobrança de dívidas não escrituradas. Deste modo, como o autor não dispunha de um documento materializando o crédito, ele mandava citar o réu para vir jurar em sua alma que não era devedor da quantia indicada e, caso não aceitasse o desafio, ou não respondesse à citação, o juramento era deferido ao credor, com a condenação da parte contrária ao pagamento do débito.

Por outro lado, realizando o réu o juramento, perdia o autor a causa e a possibilidade de cobrar o débito. Assim, na hipótese de comparecimento do devedor e mostrando ele sua disposição em negar a dívida, o autor normalmente pedia a suspensão do ato e anunciava que iria propor a ação de libelo, evitando a perda do crédito. As ações de justificação e notificação eram mais versáteis e podiam ser empregadas com múltiplos propósitos, abrangendo tanto a proteção do crédito, como também da propriedade rural e do seu aproveitamento. Na justificação, o interessado indicava um fato capaz de ensejar um direito e trazia testemunhas para que fossem ouvidas e comprovassem o alegado. No caso de sucesso, abria-se a

possibilidade de reclamar um bem, uma importância em dinheiro ou ainda uma atitude ou abstenção de agir da parte contrária.

Podia, também, servir como uma fase precedente de uma medida ou ação mais complexa, nas quais havia a necessidade de comprovação de uma determinada situação que pudesse promover o processo desejado, como no caso da ausência do réu, que devia ser demonstrada por meio de justificação, autorizando a prática de um ato judicial específico: a citação por editos, essencial para que a demanda ajuizada ou que se pretendia ajuizar tivesse seguimento.

Marcelino Martins da Costa alegou em uma ação de justificação, no ano de 1772, que Anna de Lima lhe devia a quantia de dez patacas de uma obrigação parcialmente cumprida. As testemunhas ouvidas confirmaram a existência da dívida e, na sentença, o juiz ordinário reconheceu o débito e a obrigação de pagá-lo⁴⁰².

Em outra ação de justificação, dizia Braz Cordeiro do Amaral que o réu, Miguel Pires, lhe devia a quantia de 4\$800 réis e, como ele pretendia fugir, pedia ao juiz que o prendesse e somente o soltasse após o pagamento da quantia devida. O autor ainda apresentou uma carta de crédito, na qual constava que o réu lhe devia a referida quantia, enquanto as testemunhas confirmaram que Miguel Pires tinha a intenção de se mudar. O juiz ordinário então proferiu sua sentença, acolhendo a pretensão do autor justificante⁴⁰³.

Utilizando, também, uma ação de justificação, Manoel de Siqueira Barbosa, morador de Jaguari, disse que Ângelo Vaz de Lima foi roçar nas terras pertencentes ao seu sítio. Após a oitiva de testemunhas que confirmaram os fatos narrados, o juiz acolheu o pedido, determinando a perda da “roçada” e do “serviço” feito nas terras espoliadas, restituindo sua posse ao autor⁴⁰⁴.

Os dois primeiros exemplos demonstram como essa modalidade de ação sumária servia para a proteção do crédito, enquanto o último comprova a sua adaptabilidade às outras situações, aproveitando-se do mesmo tipo processual para garantir a posse de terras.

No primeiro exemplo, a finalidade era a cobrança de uma dívida, valendo-se o autor da ação de justificação, pois lhe faltava a “carta de crédito”, ou seja, o escrito particular, ou então a escritura pública, que comprovasse a existência do débito. Ele podia ainda optar pelos autos de juramento de alma, outra modalidade de ação sumária que parece até mais apropriada à hipótese, mas, possivelmente, não o fez, temendo que a ré negasse dever-lhe e se dispusesse a

⁴⁰² D82 – 1772 - CO 3699 ACA.

⁴⁰³ D88 – 1772- CO 3699 ACA.

⁴⁰⁴ D335 – 1778 - CO 3705 ACA.

fazer o juramento, o que o obrigaria a ajuizar uma ação ordinária de imediato. A sua tática, portanto, foi comprovar a existência da dívida por meio de testemunhas, esperando assim arrefecer a vontade da ré resistir ao seu intento.

O segundo exemplo de autos de justificação mostra um procedimento análogo aos embargos sobre os bens do devedor, só que ao invés da constrição recair sobre o patrimônio da parte adversa, alcançou a própria pessoa do réu, privando-a de sua liberdade enquanto não fosse providenciado o pagamento da dívida contraída com o autor.

As ações sumárias de notificação também mostram, ainda que em escala menor, flexibilidade, estando mais relacionadas às questões fundiárias, como a proteção das lavouras contra a invasão de animais. Nessas situações, o proprietário da área cultivada solicitava ao juiz a notificação do réu para que encurralasse ou retirasse suas “criações” das roças que estavam sendo danificadas, pedindo autorização judicial para abatê-las, caso não fosse cumprida a determinação. O autor ainda podia postular, concomitantemente, o pagamento de indenização pelos prejuízos eventualmente causados.

Em outros casos, os proprietários de terras pediam a notificação daqueles que as invadiam para que as abandonassem ou, então, para que exibissem os títulos de domínio que justificassem a ocupação e havendo resistência por meio de embargos, seguia-se o rito ordinário.

Da análise da documentação, verifica-se o emprego da ação ordinária, ou de libelo em questões mais abrangentes, intrincadas, ou então quando, independentemente da complexidade da lide, a parte queria conferir maior relevância à causa, já que optar por uma modalidade mais formal e solene era também uma forma de demonstrar maior disposição em seguir adiante até a obtenção de um desfecho favorável e, concomitantemente, intimidar a parte contrária ante a possibilidade de ter que suportar elevadas despesas com o processo no caso de derrota.

Mesmo nas questões passíveis de se amoldar a uma espécie de ação sumária, abria-se a possibilidade de lançar mão de uma ação ordinária. E, entre os fatores que conferiam relevância e justificavam a escolha do procedimento mais custoso, estavam os valores, pecuniários ou não, que os direitos envolvidos representavam para a parte que ajuizava a demanda.

A maioria das causas envolvendo escravos era de libelo, ou então acabavam convertidas ao procedimento ordinário, verificando-se, ainda, um elevado número de controvérsias fundiárias deduzidas por meio de tal modalidade de ação, pois mesmo não tendo a terra um custo elevado, ela constituía a base da economia diante da disposição da região para o abastecimento. Deste modo, garantir a produção agropastoril era essencial e, conseqüentemente, os instrumentos judiciais eram manuseados atentando-se à natureza dos

interesses envolvidos, adotando-se os mais simples ou complexos em conformidade com a repercussão da lide na capacidade de inserção da parte envolvida nas atividades rurais, no comércio de mantimentos e no transporte e financiamento.

Em síntese, de acordo com a situação concreta, eram escolhidas as modalidades de ação mais apropriadas para a satisfação da pretensão daqueles que resolviam recorrer ao juízo ordinário, enquanto, inicialmente, é possível afirmar, conforme os exemplos citados, que os processos judiciais locais estavam associados ao crédito, por meio da cobrança de dívidas, bem como à proteção do domínio sobre a terra e à garantia de seu aproveitamento e circulação.

3.5.1 Reconhecer sua letra e sinal ou jurar em sua alma: a cobrança das dívidas

Fazer citar o réu para “reconhecer sua letra ou sinal” no escrito particular que consubstanciava o crédito, “assignando os dez dias da lei” para vir com seus embargos, ou para “vir jurar em sua alma” acerca da “quantia que lhe era pedida”, constituía, com pequenas variações, as fórmulas mais repetidas pelas partes que ingressavam no juízo ordinário, corporificando as duas modalidades mais numerosas de autos cíveis.

Apesar da possibilidade da ação de juramento de alma abranger obrigações diversas, conforme já assinalado, apenas dezenove dos processos ou, em termos percentuais, seis por cento do total (6%), não pode ser enquadrado como referente à cobrança de dívidas, mesma quantidade de autos cíveis de embargos como sequestro de bens, cujo único propósito era assegurar os direitos do credor sobre o patrimônio do devedor.

A soma das três modalidades de ações mais vocacionadas à cobrança de dívidas corresponde a 75% do número das ações sumárias. Acrescentando-se as ocorrências verificadas nas notificações, justificações e nas ações sumárias sem qualificação, este percentual aumenta para 78%⁴⁰⁵.

Realizando-se cálculo similar para as ações ordinárias e de libelo, observou-se que por volta de 43,8% das ações buscavam a satisfação de créditos. Assim, no total, verificou-se que por volta de 73,1% dos processos de conhecimento se referiam à proteção dos direitos dos credores.

⁴⁰⁵ Os autos cíveis de força nova, medição e despejo englobam apenas questões concernentes à posse e domínio de terras, enquanto a emancipação tem um propósito desvinculado da cobrança de dívidas, sendo, consequentemente, excluídos da somatória.

Tabela 3: Processos envolvendo cobranças de dívidas por modalidade de ação, incluindo as de libelo ou ordinárias

Modalidade	Total	Cobrança	Porcentagem
Assignação dez dias	738	738	100%
Juramento de alma	318	299	94%
Notificação	125	010	08%
Justificação	102	021	20,6%
Embargos	019	019	100%
Sumárias genéricas	018	002	11,1%
Sumárias total	1397	1089	78%
Ordinárias/libelo	227	098	43,8%
Ações/conhecimento	1624	1187	73,1%

Fonte: APESP, autos cíveis Atibaia.

Um dos principais motivos para procurar a justiça local, portanto, era o não pagamento de uma dívida, fazendo com que as partes e seus procuradores manejassem as ações mais apropriadas para satisfação de seu crédito.

Analisando o livro de atas de audiência de Curitiba entre 1731 e 1752, Joacir Navarro Borges (2009) verificou que 85% das demandas eram creditícias, número maior ao também significativo 73,1% observado na Vila de Atibaia em período um pouco mais avançado, afirmando o autor em seu estudo que tais dados sugerem a existência de uma vinculação entre um sistema de crédito e o acesso à justiça local⁴⁰⁶.

Agregando a análise das escrituras públicas do tabelionato local à documentação do juízo ordinário, o referido autor alerta para um aspecto essencial nas “sociedades do Antigo Regime”, consistente na formação de uma cadeia de adiantamento e endividamento e sua função nas relações sociais⁴⁰⁷.

Tratava-se de uma extensa rede com incontáveis ramificações capilares, em cujas extremidades havia uma “multidão” de agentes mercantis de pouca ou nenhuma projeção radicados nas pequenas vilas no interior da colônia, os quais se ligavam aos produtores,

⁴⁰⁶ BORGES, Joacir Navarro. **Das Justiças e dos Litígios: A Ação Judiciária da Câmara de Curitiba no Século XVIII**, (1731-1752), op. cit. p. 159, 163, 164, *passim*.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 203.

enquanto um seleto grupo formado por comerciantes de grosso trato, sediados nas grandes praças mercantis como o Rio de Janeiro e, muitas vezes, prolongando suas conexões até a Metrópole, compunham os centros irradiadores do crédito⁴⁰⁸.

A concessão de empréstimos e adiantamentos de mercadorias era corriqueira em razão da concentração do dinheiro nas mãos de uma elite mercantil, inserida no âmbito de uma sociedade preponderantemente agrária e subordinada a ciclos agrícolas, decorrendo dessa sazonalidade a necessidade de financiamento do plantio e do trato da lavoura, bem como o sustento material até a percepção dos rendimentos da safra. Tratava-se, conseqüentemente, de uma demanda estrutural pelo crédito, constituindo também um instrumento de subordinação do devedor ao prestamista, justapondo ligações sociais e econômicas entre as partes, prevalecendo muitas vezes os vínculos morais aos materiais, estabelecendo-se extensas redes clientelares⁴⁰⁹.

A principal fonte de recursos de Curitiba, o comércio de tropas, vinculava-se a uma rede de crédito, na qual os mercadores locais contraíam dívidas junto aos maiores prestamistas, especialmente do Rio de Janeiro, dos quais obtinham dinheiro e as mercadorias provenientes do comércio ultramarino. Recursos com os quais sortiam de fazenda e financiavam os tropeiros que passavam pelo Registro e conduziam os animais aos centros consumidores⁴¹⁰.

Por meio de exemplos destas transações ligadas ao mercado de tropa e envolvendo quantias elevadas, Joacir Navarro Borges (2009) sugere que a cadeia de crédito coincidia com as relações sociais e políticas estabelecidas no interior de cada um dos grupos rivais que disputavam o poder na vila de Curitiba, servindo para agregar seus componentes⁴¹¹.

Apenas um dos comerciantes citados no estudo sobre Curitiba emprestou a quantia de 2\$922\$840 em um único negócio escriturado pelo tabelião, cobrando ainda trinta dívidas no juízo ordinário, totalizando 774\$840. Enquanto isso, nas noventa ações de cobrança de dívidas originadas de empréstimos examinadas em Atibaia em todo período da pesquisa, quantidade correspondente a 7,59% do total dos processos de conhecimento, a somatória dos valores pleiteados foi de 833\$018 réis, quantia muito aquém de uma única negociação realizada em Curitiba e apenas um pouco maior do que os créditos postulados em juízo por um mesmo indivíduo naquela localidade.

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 208-210, conferir ainda: FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 241.

⁴⁰⁹ BORGES, Joacir Navarro. **Das Justiças e dos Litígios**: A Ação Judiciária da Câmara de Curitiba no Século XVIII, (1731-1752), p. 211.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 258.

⁴¹¹ Ibidem, p. 180-181.

Conquanto tenha sido possível ao referido autor verificar a concentração de crédito e o estabelecimento destas redes, nas quais os laços de amizade se sobrepunham aos financeiros, tal observação decorreu primordialmente da análise do comércio de tropas e sua expressão na documentação do tabelionato, contabilizando escrituras públicas de empréstimos de quantias elevadas e as grandes transações realizadas pela elite local. A documentação de natureza judicial serviu como reforço da constatação, mostrando que boa parte do montante em dinheiro envolvido nas ações pertencia a um grupo restrito de indivíduos.

A base documental da presente pesquisa compreende apenas uma parte insignificante da documentação tabelional, tratando-se de um pequeno intervalo entre outubro de 1782 e maio de 1783, contendo doze atos notariais, seis dos quais contratos de compra e venda de terras rurais, quatro procurações, um traslado de testamento e um pacto antenupcial⁴¹².

Embora não seja uma amostra expressiva, a ausência de escrituração de contratos de compra e venda de mercadorias de grande valor e, sobretudo, de empréstimos em dinheiro, não sinaliza, necessariamente, para uma dinâmica diversa em relação à cadeia de endividamento e adiantamento, pois a distância maior em relação aos centros financeiros da colônia pode ter diluído o montante de dinheiro que fluía pela rede, fazendo com que o crédito estivesse desconcentrado nas mãos dos diversos comerciantes que atuavam no mercado local, assumindo sua oferta uma feição mais pulverizada.

Por meio da análise dos inventários, Sheila de Castro Faria (1998) estudou o financiamento das atividades agrícolas em uma região açucareira, verificando que a maioria dos comerciantes interioranos tinha como fonte de financiamento o Rio de Janeiro, sendo os usurários e os comerciantes de fazenda desta praça os detentores das maiores riquezas, constituindo um grupo restrito, o qual controlava a liquidez do mercado regional. Porém advertindo que sua rede não alcançava diretamente os produtores rurais, ficando o financiamento circunscrito ao circuito mercantil local⁴¹³.

Supõe-se, portanto, que as linhas de crédito se estendiam aos comerciantes locais e não diretamente aos agricultores. O memorialista W. Franco da Silveira (1950) contraria essa hipótese para Atibaia, assinalando que o Capitão Francisco Lourenço Cintra, “um dos grandes capitalistas da época”, alcançou destaque digno de ser registrado em seu livro não propriamente

⁴¹² D5 – 1782 - CO 3834 - Requerimentos de Atibaia 1770-1799.

⁴¹³ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 186-189.

por sua fortuna, mas por ter excepcionalmente “desempenhado o papel de banco”, financiando a agricultura⁴¹⁴.

Ainda de acordo com o referido autor, quando da morte de Francisco Lourenço Cintra, sua fortuna era superior a cinco contos de réis, constituída por créditos que lhe eram devidos por seiscentos agricultores da região de Atibaia, supondo que se tratava de dívidas decorrentes do custeio da lavoura⁴¹⁵.

Muito embora o inventário não tenha sido localizado, tamanho montante emprestado, certamente, teria expressão no conjunto de autos cíveis examinados, mesmo porque a pesquisa abrange a quase totalidade do período de constituição das dívidas, avançando depois da morte do autor da herança.

Na documentação, verifica-se que em vida Francisco Lourenço Cintra teve maior participação como procurador de causas do que como autor, identificando-o nesta última posição cerca de sete vezes, quatro delas como exequente de dízimos, uma em litígios de terras, uma vez reclamando uma dívida referente à venda de 26 potros e apenas em uma oportunidade cobrando empréstimos por ele realizados⁴¹⁶.

Após a morte, a viúva moveu nove ações de cobrança de dízimos, todas tendo como titular do crédito seu falecido marido, havendo ainda outras quatro cujos créditos da mesma natureza foram repassados e cobrados por terceiros. Assim, é forçoso concluir pelo número expressivo de ocorrências que a origem das dívidas enumeradas no inventário era o imposto, tendo Francisco Lourenço Cintra um papel inverso ao apregoado pelo memorialista, pois ao arrecadar o tributo, privava os agricultores de recursos preciosos que podiam ser investidos na produção⁴¹⁷.

Ressalte-se que Helena de Moraes, a viúva de Francisco Lourenço Cintra, moveu uma única ação de cobrança que não dizia respeito aos dízimos, tratando-se de um empréstimo feito por seu marido a José Gomes de Azevedo, comerciante, cuja finalidade era o “sortimento” da venda do devedor, não se tratando, conseqüentemente, de fomento à lavoura, mas do financiamento do comércio local⁴¹⁸.

⁴¹⁴ SILVEIRA, W. Franco. **História de Atibaia**, op. cit., p. 395-400.

⁴¹⁵ Idem, p. 399.

⁴¹⁶ D241 – 1776 - CO 3703 ACA, D241 B – 1776 - CO 3703 ACA, D296 – 1777- CO 3704 ACA, D296 B – 1777 - CO 3704 ACA, D296 A – 1777 - CO 3704 ACA, D296 B – 1777 - CO 3704 ACA e D426 – 1780- CO 3707 ACA.

⁴¹⁷ D525 – 1781 - CO 3709 ACA, D602 – 1782- CO 3710 ACA, D602 – 1782- CO 3711 ACA, D679 – 1782 - CO 3711 ACA, D705 – 1782 - CO 3711 ACA, D716 – 1783 - CO 3712 ACA, D716 – 1783 - CO 3712 ACA, D747 – 1783 - CO 3712 ACA, D855 – 1784 - CO 3714 ACA, D772 – 1783 - CO 3712 ACA, D910 – 1784 - CO 3714 ACA e D676 – 1782 - CO 3711 ACA.

⁴¹⁸ D634 – 1782 - CO 3710 ACA.

Deste modo, considerando que as cadeias de endividamento e adiantamento já foram suficientemente examinadas, prosseguir tentando reconstruí-las a partir da Vila de Atibaia até alcançar as conexões com os grupos mais endinheirados situados nos centros econômicos da colônia seria extremamente penoso, senão impossível, e não acrescentaria muito aos estudos que já fizeram tal percurso. Razão pela qual os esforços serão direcionados inicialmente à averiguação de como as atividades econômicas e a justiça local interagiam nesta dimensão mais descentralizada e ramificada do fluxo do crédito. A análise será posteriormente conjugada a outras abordagens e elementos documentais, servindo para aferir a função e efetividade dos meios institucionais empregados.

Convém, então, analisar a natureza e significação das obrigações que resultaram em dívidas cobradas judicialmente, a sua quantificação numérica e expressão monetária, bem como buscar caracterizar o perfil dos credores e devedores, verificando, ainda que subsidiariamente, se havia uma concentração ou diversificação de personagens nas relações creditícias.

Da análise do conjunto de autos cíveis que resultaram em cobrança de dívidas, formulou-se uma divisão de acordo com a origem do crédito, compreendendo os seguintes tipos de negociação e os respectivos bens materiais envolvidos: alimentos derivados da produção agrícola e de animais para consumo; utensílios e vestuário; terras rurais e casas nas vilas e freguesias; escravos; mercadorias comercializadas (fazenda seca e molhada) e animais de transporte, especialmente cavalos. Também foram individualizadas as dívidas resultantes da comercialização de ramos do estanco e dos dízimos, as de empréstimos, as oriundas da prestação de serviços, as cobranças relativas a direitos paroquiais. E, por fim, foram contabilizados os processos que não referenciavam a origem do crédito.

3.5.1.1 Produção agrícola e criação de animais

A principal atividade econômica da Vila de Atibaia era a produção voltada para o abastecimento interno. Na segunda metade do século XVII, quando a região foi ocupada, logo ganhou importância agrícola, baseando sua riqueza na produção de trigo.

Ademais, as origens do núcleo de povoamento se confundem com a referida cultura. Isso se deve pois, por volta de 1666, Jerônimo de Camargo estabeleceu-se junto ao Rio de Atibaia para dedicar-se ao cultivo do trigo, construindo uma capela em homenagem a São João,

em torno da qual o então bairro foi se consolidando. O empreendimento prosperou, tornando Jerônimo de Camargo o mais rico proprietário rural da época⁴¹⁹.

Muito embora perdesse, gradativamente, a importância, emerge da documentação que a cultura de trigo se manteve viva no século XVIII, pois uma década antes do final da centúria foi movida uma ação de libelo, na qual se discutia a construção de um moinho de trigo⁴²⁰. Outros documentos registram a destruição de searas de trigo por gado⁴²¹, enquanto algumas negociações que geraram litígios e o ajuizamento de autos cíveis revelam a produção e negociação de alqueires de trigo.

Uma carta de artigos vinda da Ouvidoria mostra que Caetano Furquim de Campos comercializava trigo nas Minas Gerais, mas enfrentava dificuldades financeiras. De forma que foi socorrido por seu irmão, o Guarda Mor Frutuoso Furquim de Campos, ao ter seus bens penhorados por força de uma dívida com José Rodrigues da Silva⁴²².

A existência de um comerciante de trigo pertencente a uma das famílias de maior importância da vila e a construção de um moinho indicam que o produto ainda tinha relativa importância na economia local. Contudo, as agruras enfrentadas pelo aludido negociante e a baixa frequência das referências aos trigaís ou searas na documentação demonstram o declínio de tal atividade. O baixo número registros em comparação aos conflitos envolvendo outras culturas e produtos que se tornaram característicos da região, como o milho, toucinho e a aguardente são, portanto, reflexo desta perda gradativa de importância.

Nos 77 litígios relativos à produção, a maioria das dívidas tinha origem na compra e venda de milho, de carne suína (capados, leitões e toucinho) e de aguardente. Havendo também transações envolvendo algodão (arrobas e panos), feijão e vacas, conforme quadro a seguir:

Tabela 4: Processos de cobrança envolvendo a produção agropastoril

Produto	nº	%
Milho	23	29,8%
Suínos	16	20,8%
Aguardente	11	14,3%
Vacas	8	10,4%
Continua		

⁴¹⁹ MONTEIRO, John. **Negros da Terra**, op. cit., p. 199.

⁴²⁰ D1658 – 1790 - CO 3725 ACA.

⁴²¹ D306 – 1777 - CO 3704 ACA, D505 – 1781 - CO 3708 ACA.

⁴²² D757 – 1783 - CO 3712 ACA.

		Conclusão
Algodão	7	9,1%
Feijão	5	6,5%
Outros	7	9,1%
Total	77	100%

Fonte: APESP, autos cíveis Atibaia.

Os demais autos cíveis catalogados se referiam à comercialização de trigo, mel, gado, carne bovina e de outros animais.

O milho parece ter constituído a cultura mais comum nas propriedades rurais de Atibaia, fato que naturalmente se expressou no número de autos cíveis que materializavam negociações do produto.

Em capítulo intitulado “civilização do milho”, Sérgio Buarque de Holanda (1994) apontou o papel central do cereal na culinária paulista, analisando ainda as formas de beneficiamento e as técnicas agrícolas empregadas no cultivo⁴²³. Além de essencial à subsistência de boa parte da população, o milho também servia para alimentação e engorda dos animais, especialmente porcos.

Por sua vez a carne suína constituía, igualmente, um item importante na alimentação durante o período colonial e a Vila de Atibaia se notabilizou pela criação de porcos, produzindo grande quantidade de toucinho, vendido não apenas na cidade de São Paulo e nas Minas Gerais, mas em diversas regiões, inclusive no Rio de Janeiro⁴²⁴. A aguardente também tinha um papel importante nos costumes alimentares e a Vila de Atibaia chegou a ser apontada como uma das grandes produtoras da capitania na segunda metade do século XVIII⁴²⁵.

A despeito da importância da produção agrícola e da criação de animais para a economia local, o número de autos cíveis que compreendem dívidas desta natureza é relativamente modesto, não alcançando sete por cento do total (6,49%), enquanto as cifras movimentadas também não são tão elevadas, totalizando 470\$255 réis.

Parte dos processos referentes à produção envolviam pequenas quantidades, algumas delas ínfimas, como um pleito de pagamento do equivalente a cinco mãos de milho e outro de

⁴²³ Holanda, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. 181.

⁴²⁴ D457 – 1780 - CO 3707 ACA.

⁴²⁵ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 59.

dois vinténs de aguardente, o que constitui um indício de que os instrumentos judiciais locais podiam ser empregados por pequenos produtores. E que, a despeito das custas judiciais serem elevadas, não havia constrangimento em se valer das diversas modalidades de ações, mesmo quando o valor pleiteado não cobria nem as despesas para a citação do réu⁴²⁶.

O reduzido número de processos desta natureza frente ao conjunto de ações de cobrança, porém, evidencia que os produtores rurais não formavam o principal grupo de credores. A esta constatação soma-se ainda o fato de os mesmos produtores aparecerem em pelo menos doze destes autos como devedores em ações relativas às atividades agrícolas e criatórias, nas quais eram cobradas quantias em dinheiro por não terem sido entregues alqueires de milho, animais e outros produtos contratados.

Em 1771, Salvador Cardoso foi citado para o pagamento de 4\$800 réis de uma vaca que vendeu a Maria Domingues Maciel⁴²⁷. Em outra ação de juramento de alma, Manoel da Cunha de Macedo ajustou a venda de 11 alqueires e 200 mãos de milho em troca de um cavalo, mas o agricultor entregou 11 alqueires e 80 mãos de milho e foi então acionado para o fornecimento das 120 mãos de milho que faltavam⁴²⁸. Há também uma ação de alma com a cobrança de meio alqueire de trigo que não foi entregue⁴²⁹, entre outros casos⁴³⁰.

Evidentemente, os pequenos produtores também podiam figurar como credores. Bons exemplos desta possibilidade são o processo movido por João Congo Morais, qualificado pelo escrivão como “preto forro”, o qual cobrava de Agostinho Maciel o pagamento de 50 alqueires de milho, no valor de 5\$000 réis⁴³¹ e a ação similar de José de Oliveira Rocha cobrando 4\$000 réis de 40 alqueires de milho vendidos a Manoel Vaz de Lima⁴³².

Observa-se, porém, a impossibilidade de contabilizar os 62 processos restantes como dívidas cobradas por pequenos agricultores e criadores. Isso ocorre pois, muitas vezes, a produção já havia sido adquirida por intermediários, circulando apenas os créditos não adimplidos, ou então figuravam como credores proprietários mais abastados. De forma que as patentes militares consignadas nas qualificações pelo tabelião denunciavam a posição social de alguns destes produtores, os quais, muitas vezes, se destacavam concomitantemente em outros tipos de negócios.

⁴²⁶ D1887 – 1792 - CO 3729 ACA e D2102 – 1795 - CO 3734 ACA

⁴²⁷ D68 – 1771- CO 3698 ACA.

⁴²⁸ D1205 – 1787 - CO3719 ACA.

⁴²⁹ D394 – 1779 - CO 3706 ACA

⁴³⁰ D399 – 1779 - CO 3706 ACA, D417 – 1779 - CO 3706 ACA, D437 – 1780 - CO 3707 ACA, D466 – 1780 - CO 3707 ACA, D555 – 1781 - CO 3709 ACA, D1160 – 1787 – CO 3718 ACA, D1887 – 1792 - CO 3729 ACA e D1562 – 1790- CO 3724 ACA.

⁴³¹ D2328 – 1798 – CO 3739 ACA.

⁴³² D437 – 1780 - CO 3707 ACA.

Foi possível verificar a conjugação das duas possibilidades acima descritas em pelo menos três documentos. Em um deles, o Sargento Mor José Félix Cintra⁴³³ ajuizou uma ação de assignação de dez dias, cobrando 1\$920 réis, tendo apontado como origem da dívida a venda de alqueires de milho. Tratava-se, porém, de uma carta que já era derivada de outro crédito maior, não especificado. Ou seja, tanto é possível que o detentor da segunda maior patente militar das ordenanças da vila de Atibaia fosse o produtor e tivesse apenas feito uma renegociação da dívida, como é possível que ele tivesse apenas adquirido a carta de crédito do credor original⁴³⁴.

No segundo processo, foram exibidos dois créditos, um de nove patacas referente à cobrança de dízimos, indicativo do exercício de outra atividade, e outro correspondente à venda de dezenove alqueires de milho, três alqueires de feijão, meio alqueire de arroz, três frangos e uma leitoa, persistindo a mesma dúvida, pois na carta constava que os “mantimentos” tinham sido recebidos pelo devedor “da casa de Francisco Lopes” e não das mãos do Sargento Mor, titular do crédito indicado na mesma carta, de modo a sugerir novamente que não se tratava propriamente do produtor⁴³⁵. O terceiro documento se refere à venda de milho, mas, tal como no caso anterior, o produto não provinha da casa do Sargento Mor, pertencendo, segundo consignado na carta de crédito, ao Tenente José de Godói Moreira⁴³⁶.

Nos casos anteriormente referidos, não há dúvida que José Félix Cintra, titular das demandas cobrando as dívidas referentes a produtos rurais, desenvolveu outras atividades, mais precisamente a arrecadação dos dízimos e a comercialização de fazenda, conforme se verá adiante. Importa pontuar, no entanto, a impossibilidade de classificá-lo de forma precisa também como produtor de alimentos ou criador de animais na região de Atibaia, justamente por conta desta diversidade de atividades e da circularidade dos créditos.

Além do Sargento Mor Jose Félix Cintra, outros autores de ações que cobravam o recebimento de valores decorrentes da transação de produtos agrícolas foram identificados também como vendedores de fazenda: Alexandre Machado de Carvalho, Antonio da Rocha Pinto, Antonio do Prado Cortes, Bento Franco, Bernardo Correa de Moraes, Januário Ortiz, Jerônimo da Rocha Bueno, Jerônimo Gonçalves Pereira, João do Prado Bueno, Narciso de Oliveira Cardoso e Manoel Pires de Camargo.

⁴³³ Irmão do já referido Capitão Francisco Lourenço Cintra, tido como comerciante abastado.

⁴³⁴ D1366 – 1788 - CO 3721 ACA.

⁴³⁵ D1644 – 1790 - CO 3725 ACA.

⁴³⁶ D1889 – 1796 - CO 3729 ACA.

Apenas para realçar que parte da produção já se encontrava em mãos de comerciantes, em um dos processos, Bernardo Correia de Moraes efetuou a cobrança conjunta de oito alqueires de milho e de gastos efetuados em sua venda. Ou seja, embora se tratasse de um gênero agrícola local, não havia mais um vínculo direto com o produtor rural⁴³⁷.

Ademais, por conta da necessidade de dinheiro ou de mercadorias, não era incomum a venda da produção agrícola antes mesmo da safra, observando-se, no curso de uma execução promovida em 1776, a penhora de um título possuído pelo devedor, no qual o lavrador Antonio Apolinário da Siqueira se comprometia a entregar trinta alqueires de milho ao credor ou a quem exibisse a cártula. Tratava-se, seguramente, de um adiantamento, materializando-se a negociação por meio de uma carta de crédito, a qual, por sua vez, podia circular e ser comercializada, autonomamente, tanto que ela foi arrematada por um terceiro alheio à contratação, recebendo o arrematante o produto prometido⁴³⁸.

Jacinto Rodrigues Bueno, detentor de patente militar de capitão de uma das companhias de ordenanças de Atibaia, era proprietário rural e cobrou uma dívida de 9\$840 réis. Entretanto, tratava-se do saldo restante de uma negociação de 58\$060 réis, correspondente à venda de 143 alqueires de milho e de outros produtos, quantia considerável frente ao conjunto de dívidas de diversas origens, supostamente incompatível com a produção e os valores negociados por pequenos agricultores. Mesmo porque, em outra oportunidade, o autor da cobrança teve participação em um processo no qual era disputada uma larga faixa de terras⁴³⁹.

Duas ações mostram indivíduos que, muito embora não detivessem patentes militares no momento do ajuizamento, gozavam de prestígio. Em uma delas, Ângelo Franco Correa, procurador da Câmara por três vezes (1783, 1790, 1791) e juiz ordinário uma vez (1793), cobrava a quantia de 140\$000 réis da venda de “cinquenta capados”, valor que representava quase um quarto do total das dívidas identificadas como oriundas da venda de produtos rurais⁴⁴⁰.

Na outra ação, registra-se a venda de dezoito patacas e meia de milho por Narciso de Oliveira Cardoso, também envolvido em negociação de fazenda. O autor era um grande

⁴³⁷ D1089 – 1786 - CO 3717 ACA.

⁴³⁸ D240 – 1776 - CO 3703 ACA.

⁴³⁹ D1912 – 1793- CO 3730 ACA e D441 – 1780- CO 3707 ACA. Jacinto Rodrigues Bueno mais tarde se tornaria Sargento Mor (1798) e depois Capitão-mor (1809) da vila Nova de Bragança, quando do desmembramento da freguesia de Jaguari de Atibaia. Ele foi caracterizado como produtor de mantimentos. Além dele, há ainda referência ao Alferes Bento Gonçalves de Oliveira como detentor de patente militar e proprietário rural mais abastado, sendo este último também credor na venda de animais, cf. D824 – 1784 - CO 3714 ACA e ALMEIDA, Elizabeth Darwiche Rabelo de. **As elites da sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**, op. cit., p. 163-4.

⁴⁴⁰ D2114 – 1795 - CO 3734 ACA.

proprietário de terras, eis que herdeiro na linha colateral do padre Salvador Cardoso de Oliveira, clérigo que em 1734 obteve uma sesmaria que corria uma légua junto às terras de João do Prado de Camargo até alcançar o rio Jaguari.⁴⁴¹

Parte destes vendedores, melhor situada socialmente por conta de suas patentes e ocupações, vivia e tinha sua produção em mais de uma localidade, como o Alferes João José Rodrigues, da cidade de São Paulo, o qual cobrava 1\$720 vinte réis, consistindo na parcela não paga da venda de cinco alqueires de feijão pelo total de 3\$000 réis⁴⁴². Outro caso observado foi o de Antonio Vaz Pinto Ribeiro, proprietário rural em Parnaíba, mas que tinha seus negócios sediados em São Paulo, tendo recorrido ao juízo ordinário de Atibaia para cobrar 36\$630 réis da venda de aguardente ao estanqueiro da vila⁴⁴³.

Os demais autores das ações de cobrança não puderam ser identificados precisamente e, mesmo considerando-os pequenos produtores rurais e não atravessadores ou comerciantes, é modesto o número de ocorrências em que indivíduos de poucos recursos se valem do aparato judicial para garantir o recebimento de dívidas de origem agrícola.

Por outro lado, nada impedia que paralelamente fossem desenvolvidas atividades diversas por pequenos lavradores e criadores que os tornassem credores de outras modalidades de negócios, como a prestação de serviços e mesmo o comércio. Mas, por ora, insta consignar que o crédito originado diretamente da produção de alimentos não predominava no conjunto de autos cíveis, a despeito de constituir o sustentáculo da economia local.

A maioria dos agricultores mais abastados diversificava suas atividades, encarregando-se da comercialização e distribuição da própria produção, participando ativamente do mercado de abastecimento, figurando também como comerciantes de fazenda, estanqueiros, fiadores ou adquirentes de ramos, fazendo circular o crédito, de modo a divorciá-lo da atividade rural que o originou, transmutando-o em mero título representativo de uma obrigação de pagamento negociável entre credores.

Independentemente da riqueza, os agricultores que dispunham dos meios de transporte necessários para levar seus produtos aos centros consumidores, especialmente os que faziam suas vendas na cidade de São Paulo, não utilizavam, em tese, o juízo ordinário de Atibaia, pois as ações de cobrança normalmente eram movidas nos locais onde moravam os devedores. Em

⁴⁴¹ As terras compreendiam originalmente boa parte do território da vila de Atibaia, já que eram vizinhas à propriedade que originou o núcleo populacional estabelecida junto ao rio do mesmo nome, alongando-se até alcançar o próximo curso d'água, cf: D31 – 1770- CO 3697 ACA, e SILVEIRA, **História de Atibaia**, op. cit., p 97.

⁴⁴² D1095 – 1787 - CO3718 ACA. O mesmo Alferes João José Rodrigues ainda se destacou como negociante de potros e cavalos, como se verá adiante.

⁴⁴³ D630 – 1782 - CO 3710 ACA.

contrapartida, constituindo Atibaia uma região agrícola e de criação de animais, supostamente não necessitava ser abastecida de alimentos por outras regiões, o que ocorria apenas excepcionalmente.

Já os pequenos agricultores e criadores circunscritos apenas ao mercado local deviam socorrer-se da vertente judicial da Câmara, mas não tinham dificuldade em receber os valores correspondentes aos alimentos, animais, carnes e demais produtos vendidos, pois, possivelmente, trocavam sua produção pelos bens que precisavam, negociando-os de forma direta e simultânea, o que eliminava o risco de inadimplemento. Ou já tinham contraído dívidas para o financiamento da produção e de seu sustento antes da safra ou do abate, circunstância que fazia deles mais devedores do que credores.

No caso das permutas ou trocas diretas, prescindia-se de maiores formalidades, tornando-se difícil dimensionar o número delas. Alguns autos cíveis relatam a realização de trocas, mas se trata daquelas que não ocorreram simultaneamente, ou então das que foram incompletas. Tais ocorrências, mesmo que numericamente baixas, sinalizam a existência destas trocas, pois apesar do baixo potencial de litigiosidade decorrente de negociações desta natureza, ainda assim houve alguns registros capazes de evidenciá-las.

A ausência de escrituração da realização das trocas levava, naturalmente, ao ajuizamento de ações de alma, nas quais era exigido o cumprimento do que foi negociado. Também é possível reforçar a suposição da existência da referida modalidade de negociação por meio da escolha deste tipo de processo, no qual a palavra da pessoa era confrontada com a sua consciência e religiosidade. Observou-se um feito desta natureza em que Jerônimo Gonçalves Pereira trocou parte de sua safra de milho por uma arma de fogo com Luiz Pedroso da Cunha, tendo este último cobrado 650 mãos do produto, que ainda não tinham sido entregues, exigindo que o devedor fizesse o juramento ou cumprisse completamente sua obrigação⁴⁴⁴.

Diante das necessidades prementes de equipamentos empregados nas atividades rurais e de gêneros que não conseguiam produzir – alguns essenciais, como o sal – e considerando que as trocas nem sempre podiam ser efetuadas simultaneamente, havendo épocas próprias de acordo com os ritmos das safras e do abate, agricultores e criadores tendiam a se endividar no comércio local, ocupando, deste modo, mais a posição de réus do que de autores de demandas creditícias. Nestes casos, porém, apareciam apenas como devedores de fazenda comprada fiado, ocultando-se ou sendo irrelevante a condição de produtores.

⁴⁴⁴ D1562 – 1790- CO 3724 ACA. Em outra ação de juramento de alma houve a troca incompleta de alqueires de milho por um cavalo, cf.: D1205 – 1787 - CO3719 ACA.

Todos estes fatores constituem hipóteses explicativas para a constatação da quantidade relativamente pequena de dívidas derivadas da venda direta da produção, especialmente se comparada com o número daquelas qualificadas como de natureza comercial, levando-se ainda em conta toda a importância da atividade agrícola para a economia local.

3.5.1.2 Fazenda seca, molhados e gastos em loja: o comércio

Os alimentos produzidos eram distribuídos aos vários centros consumidores, como a já destacada cidade de São Paulo e as regiões mineradoras. Havia também a necessidade de suprir a sede da vila de Atibaia e os arraiais das freguesias que a integravam dos mesmos produtos básicos, bem como daquelas mercadorias que não eram produzidas na região.

Note-se que as negociações nem sempre eram realizadas diretamente, de modo que a participação de terceiros intermediando a relação entre produtores e consumidores e a disseminação das mercadorias por diversos centros de consumo podiam conferir à distribuição da produção uma feição comercial. Enquanto os grandes e mais abastados agricultores muitas vezes também assumiam essa função, diversificando suas atividades.

Consoante já observado, a saída dos produtos para o exterior da vila não encontrou grande expressão na documentação judicial, independentemente de quem a realizasse (comerciantes ou lavradores), pois eventuais controvérsias decorrentes desta modalidade de negociação eram dirimidas no local de moradia do comprador. Vale ainda realçar as demais observações, feitas no capítulo precedente, no que diz respeito à circulação do crédito, às permutas e às compras e vendas que ocorriam de maneira quase instantânea, bem como em relação ao fato de ser mais comum o endividamento dos produtores em relação aos atravessadores e comerciantes locais do que o contrário.

Apesar de não ser o juízo ordinário de Atibaia o apropriado para a cobrança dos créditos gerados com a venda de produtos fora da vila, as atas da câmara revelaram a atuação em favor da comercialização da produção local, descrevendo a luta contra as iniciativas controladoras dos camaristas de São Paulo, assim como do Capitão General e Governador, atuando a Câmara de Atibaia em favor da livre circulação dos alimentos, buscando também evitar o tabelamento regional dos preços. Acrescente-se ainda o conjunto de medidas adotadas no sentido de promover a conservação das estradas e vias necessárias ao escoamento dos produtos, ações estas que já foram oportunamente examinadas.

Diferentemente do comércio para o exterior da vila, as negociações de alimentos e de bens de consumo no interior da região resultaram em litígios, cuja resolução passava

necessariamente pelo juízo ordinário da cidade de Atibaia. Convém ainda realçar que a Câmara tinha a importante tarefa de conferir as autorizações de comércio, fiscalizar os estabelecimentos, administrar os estancos e cuidar da alienação dos direitos dele decorrentes, constituindo um palco privilegiado em que os comerciantes legitimavam sua atividade e teciam as relações necessárias à atuação no mercado local.

Embora, aparentemente, não tão destacada como na administração dos estancos e na fiscalização das vendas e lojas, a Câmara, por meio do juízo ordinário, tinha uma função importante, já que o crédito também podia ter origem na atividade mercantil. Cerca de 158 autos cíveis identificados na pesquisa como relativos ao comércio receberam esta classificação por abrangerem, de alguma forma, a venda de mercadorias, as quais eram indicadas nos documentos como fazenda.

O termo fazenda seca já foi referido anteriormente, compreendendo tecidos, ferramentas, utensílios, armarinhos e outros itens mais duráveis, enquanto as chamadas fazendas molhadas, ou apenas os “molhados”, normalmente, caracterizavam os produtos comestíveis ou perecíveis. O sal e o fumo também eram considerados entre os molhados. O primeiro constituía um monopólio real e era inteiramente importado, enquanto não há registro de que o fumo fosse cultivado em Atibaia, ao menos em larga escala. Entre aqueles que não eram produzidos na região, também podem ser citados o azeite, o vinho, havendo ainda referência em algumas atas da câmara à aguardente do reino.

Somavam-se, ainda, entre as mercadorias classificadas como molhados, os diversos tipos de alimentos produzidos localmente, destacando-se a aguardente, vendida em pequenas porções nos diversos estabelecimentos comerciais.

Em 135 autos cíveis, os produtos vendidos não eram individualizados, predominando em 98 documentos uma indicação simples de que a origem da dívida era de “fazenda”, enquanto em 37 casos foram mencionados que se tratava de “gastos feitos na loja” do credor ou em sua venda.

Naqueles processos em que foram indicados os produtos comercializados, o sal foi nomeado, exclusivamente, em treze oportunidades, vendido aos alqueires⁴⁴⁵, já os tecidos cinco

⁴⁴⁵ D274 – 1777- CO 3704 ACA, D501 – 1782 - CO 3708 ACA, D570 – 1781 - CO 3708 ACA, D704 – 1782 - CO 3711 ACA, D1939 – 1793 - CO 3730 ACA, D53 – 1771- CO 3698 ACA, D56 – 1771- CO 3698 ACA, D172 – 1773 - CO 3700 ACA, D95 – 1774- CO 3701 ACA, D784 – 1783 - CO 3713 ACA, D1321 – 1788- CO 3721 ACA, D1572 – 1790- CO 3724 ACA e D2176 – 1796 - CO 3736 ACA.

vezes⁴⁴⁶. Outros dois documentos relatam a venda de fumo⁴⁴⁷ e, por fim, uma ação declinou uma dívida referente à aquisição de duas arrobas de ferro⁴⁴⁸.

Entre os processos referentes à venda de fazenda, apenas um deles, movido por Antonio da Silva Peixoto, trouxe uma relação intitulada “rol do que me está devendo o senhor Antonio de Oliveira Cardoso tirado a limpo do Caderno de assentos que fiz de parte e bilhetes do dito”, que enumerava todas as mercadorias transacionadas, suas medidas e preços⁴⁴⁹.

A referida relação continha uma variedade de tecidos medidos em varas e côvados: camelão, amém, baeta, linho, tafetá e “holanda fina”, bem como uma anotação referente a dois paus de lã. Também foram enumeradas duas varas de fita de cetim, uma vara e meia de cadarço e uma vara de fita preta, além de outros itens de vestuário, como um chapéu de Braga, um lenço e duas peças de riscado vermelho.

Alguns utensílios também fazem parte da lista: um espelho, uma tesoura fina, um candeeiro, duas lancetas, dois pratos de estanho, uma espingarda e uma quarta de pólvora e chumbo. Continha ainda os seguintes “molhados”: três varas de fumo, várias medidas de sal, de aguardente e duas libras de açúcar. Por fim, consignou-se um empréstimo de uma pequena quantia em dinheiro, 320 réis, enquanto que a soma de todos os itens enumerados totalizou 58\$720 réis – mas, o devedor já havia efetuado o pagamento de pouco mais da metade, restando ainda o débito de 28\$460 réis.

Quando não individualizado, o termo fazenda podia, portanto, abranger as secas e molhadas, predominando os produtos manufaturados e tecidos no primeiro caso e, no segundo, o sal, a aguardente, o fumo e o açúcar. As atas da Câmara indicaram igualmente o sal, açúcar, o fumo e a aguardente como as mercadorias mais presentes nas lojas e vendas, conforme se observou durante a análise do exercício da atividade de fiscalização dos estabelecimentos comerciais, especialmente quando eram aferidos os preços praticados⁴⁵⁰.

Verificadas as características dos produtos negociados nas ações tipificadas como de natureza comercial, convém passar a analisar os valores transacionados e o perfil dos credores e devedores encontrados nos processos.

A maior parte das ações demandava quantias entre 1\$000 e 10\$000 réis. Foram noventa processos que corresponderam a sessenta por cento (60%) do total. Por volta de 24 autos cíveis

⁴⁴⁶ D575 – 1781 - CO 3709 ACA, D130 – 1773- CO 3700 ACA, D1762 – 1791 - CO 3726 ACA, D2033 – 1794 - CO 3733 ACA e D 436 – 1780 - CO 3707 ACA.

⁴⁴⁷ D88 A – 1772- CO 3699 ACA e D1747 – 1791 - CO 3726 ACA.

⁴⁴⁸ D216 – 1775- CO 3702 ACA.

⁴⁴⁹ D552 – 1781- CO 3708 ACA.

⁴⁵⁰ LRACAt de 01 de março de 1777.

representavam dívidas um pouco maiores, entre 10\$000 e 20\$000 réis, alcançando a proporção de 24% do conjunto. Em quinze ações os valores oscilaram entre 20\$000 e 30\$000 réis, equivalendo a dez por cento (10%). Somente quatro processos cobraram créditos acima de 30\$000 réis. Outras cinco ações tinham dívidas inferiores a 1\$000 réis⁴⁵¹.

Emerge de tais dados que a maioria das negociações envolvia, possivelmente, pequenos e médios comerciantes, pois as quantias mais reduzidas, ou seja, próximas dos mil réis, provavelmente se referiam a gastos feitos nas lojas e vendas dos credores. Enquanto as quantias maiores, acima dos 10\$000 réis, decorriam, supostamente, da aquisição de fazenda seca, tecidos, sal, aguardente e fumo para “sortimento” destes estabelecimentos comerciais e posterior revenda ou ainda para prover os agricultores e criadores de maior porte.

Portanto em termos numéricos 95 documentos consubstanciavam cobranças de débitos inferiores a 10\$000 réis. Número alcançado somando-se os 90 processos do intervalo e as cinco cobranças inferiores a mil réis, correspondendo a pouco mais de 63% do total das dívidas (63,3%).

O montante do crédito constitui apenas um indicativo da origem da dívida. Ocorre que 34 destes 95 processos pertencentes ao mesmo intervalo também consignavam, expressamente, que a dívida derivava da realização de gastos na loja (31) ou na venda (3) do autor da ação⁴⁵². Tais informações realçam a hipótese de que as demais cobranças de quantias inferiores ao patamar de 10\$000 réis podiam ter a mesma origem, ainda que o credor do processo não fosse qualificado como comerciante de loja aberta ou vendedor “a retalho” no documento.

Confrontando os processos desencadeados por dívidas referentes ao comércio de fazenda com os derivados da cessão onerosa de ramos dos estancos, percebe-se a existência de vinte negociantes envolvidos em ambas as atividades. Ou seja, compradores ou vendedores de mercadorias que também demandaram ou foram demandados em razão da falta de pagamento dos direitos de negociação dos gêneros sujeitos ao monopólio, circunstância que denota o envolvimento deles com o comércio de abastecimento dos referidos produtos, origem da maioria das dívidas abordadas neste tópico.

⁴⁵¹ Os oito documentos restantes não declinaram as importâncias em dinheiro exigidas nos processos ou representavam trocas, motivo pelo qual foram subtraídos da contagem.

⁴⁵² Em apenas três dos 37 processos em que há a indicação da origem da dívida como sendo “gastos na loja do autor”, os valores superaram o patamar dos 10\$000 réis. Foram cobradas as seguintes quantias: 13\$450 réis, 16\$800 réis e 23\$000 réis.

André Pereira da Silva, Antonio de Lima de Camargo, João Pires de Oliveira, João Preto de Oliveira Cardoso, José Gomes de Azevedo, José Pedroso Pinto e José Romualdo Peleja figuraram como vendedores de fazenda e também de ramos de estanco⁴⁵³.

Alexandre Machado de Carvalho ocupou as duas posições: vendedor e comprador em transações de ramos do estanco⁴⁵⁴, enquanto Antonio do Prado Cortes, João Gonçalves de Barros, Bernardo Correa de Moraes, Manoel de Siqueira Barbosa, Marcelino Delgado de Camargo e Manoel Pires de Camargo envolveram-se em processos como credores de fazenda e como devedores de ramos de estanco⁴⁵⁵.

Ignácio de Godói Bueno foi credor pela venda de um ramo do estanco e também devedor de fazenda⁴⁵⁶, já Bernardo José da Fonseca, Ignácio Cardoso de Oliveira, Ignácio Rodrigues, Ignácio Vaz Pinto, João Machado da Cunha e João Rodrigues Pinto foram devedores tanto de fazenda, como por conta da aquisição de ramos de estanco⁴⁵⁷.

Pelo menos dez indivíduos participaram de mais de um processo, tanto na posição de credores como de devedores de mercadorias. Por meio destes autos cíveis é possível identificar a compra de fazenda para a posterior revenda, especialmente de sal, reforçando igualmente a relação entre os valores das dívidas e a natureza da atividade desenvolvida por aqueles que figuravam tanto ativamente como passivamente nas ações ajuizadas, já que na posição de autores os montantes cobrados eram geralmente inferiores a 10\$000 réis e, em alguns casos, indicou-se que se tratava de gastos na loja do credor.

Bernardo Correa de Moraes participou ativamente da arrematação dos estancos de Atibaia e da freguesia de Nazareth. Quando ouvido como testemunha em uma ação de libelo no ano de 1788, foi ele qualificado como homem branco, solteiro, natural e morador de Atibaia, que “vive de seu negócio de molhados”, tendo na ocasião 65 anos⁴⁵⁸.

⁴⁵³ Somente em relação aos ramos do estanco: D137 – 1773- CO 3700 ACA (André Pereira da Silva), D164 – 1773 - CO 3700 ACA, D96 – 1772- CO 3699 ACA (Antonio de Lima de Camargo, duas vezes) D2136 – 1796 - CO 3735 ACA (João Pires de Oliveira), D128 – 1773- CO 3700 ACA (João Preto de Oliveira Cardoso), D687 – 1782 - CO 3711 ACA (José Gomes de Azevedo), D1082 – 1786 - CO 3717 ACA (José Pedroso Pinto), D1187 – 1787 - CO3719 ACA e D926 – 1785 - CO 3715 ACA (José Romualdo Peleja, duas vezes).

⁴⁵⁴ D1100 – 1787 - CO3718 ACA (devedor) e D1052 – 1786- CO 3717 ACA (credor).

⁴⁵⁵ D262 – 1776 - CO 3703 ACA (Antonio do Prado Cortes), D2212 – 1797 - CO 3737 ACA (João Gonçalves de Barros), D1100 – 1787 - CO3718 ACA (Bernardo Correa de Moraes), D926 – 1785 - CO 3715 ACA, D164 – 1773 - CO 3700 ACA (Manoel de Siqueira Barbosa, duas vezes), D90 – 1772- CO 3699 ACA (Marcelino Delgado de Camargo) e D1100 – 1787 - CO3718 ACA e D1588 – 1790- CO 3724 ACA (Manoel Pires de Camargo, duas vezes).

⁴⁵⁶ D517 – 1781 - CO 3708 ACA.

⁴⁵⁷ D855 – 1784 - CO 3714 ACA (Bernardo José da Fonseca), D1187 – 1787 - CO3719 ACA (Ignácio Rodrigues), D1660 – 1790 - CO 3725 ACA, Ignácio Vaz Pinto, D1100 – 1787 - CO3718 ACA (João Machado da Cunha), D1187 – 1787 - CO3719 ACA e D1660 – 1790 - CO 3725 ACA (João Rodrigues Pinto, duas vezes).

⁴⁵⁸ D425 -B – 1788 - CO 3707 ACA.

O sal era um dos produtos de distribuição exclusiva do estaqueiro ou de seus associados, tendo Bernardo Correa de Moraes comprado 13 alqueires de Francisco Alves Cardoso por 24\$960 réis, não efetuando o pagamento completo, motivo pelo qual se tornou réu em uma ação de assignação de dez dias⁴⁵⁹.

No ano de 1782, Bernardo Correa de Moraes cobrou duas pequenas dívidas: uma de 480 réis, tendo como réu Francisco Correia de Brito⁴⁶⁰ e outra de 840 réis, na qual Pedro Moreira de Lima era devedor⁴⁶¹, ambas referentes a gastos não especificados em sua loja. Tratava-se, possivelmente, de sal consumido em quantidades menores. Isso demonstra a dinâmica de compra e venda de fazenda materializada nos autos cíveis examinados, pois o sal e a aguardente eram comprados pelos vendeiros e donos de lojas em alqueires e canadas, sendo então revendidos a “miúdo”.

Considerando serem os credores desta faixa de valores ligados ao abastecimento de gêneros por meio da aquisição dos direitos referentes aos estancos, os réus seriam naturalmente lavradores ou criadores em busca de sal ou de outros alimentos que não eram comumente encontrados na maioria das unidades produtivas, como a aguardente, especialidade de apenas alguns produtores que tinham engenhos ou engenhocas.

Pedro Moreira, devedor de Bernardo Correa de Moraes no processo anteriormente mencionado, participou de outros quatro autos cíveis, sempre na posição de réu. Em uma das ocasiões, foi demandado por não ter concluído uma roça⁴⁶². Em outra, por não ter efetuado o pagamento de um cavalo⁴⁶³. Nas duas demais em ações de juramento de alma por conta de dívidas e valores não especificados⁴⁶⁴.

O mesmo pode ser dito quanto ao outro devedor, Francisco Correia de Brito, qualificado como lavrador, branco, casado, natural e morador de Atibaia⁴⁶⁵, o qual figurou como réu em mais processos, parecendo ser um produtor de maior porte ou dono de tropas, pois adquiriu diversos potros e cavalos⁴⁶⁶, contraiu um empréstimo⁴⁶⁷ e devia o pagamento de dízimos⁴⁶⁸,

⁴⁵⁹ D784 – 1783 - CO 3713 ACA.

⁴⁶⁰ D652 – 1782 - CO 3710 ACA.

⁴⁶¹ D685 - 1782- CO 3711 ACA.

⁴⁶² D1124 – 1787 - CO3718 ACA.

⁴⁶³ D313 – 1778- CO 3705 ACA, D709 – 1782 - CO 3711 ACA e D1124 – 1787 - CO3718 ACA.

⁴⁶⁴ D1960 – 1793- CO 3731 ACA e D1175 – 1787- CO3719 ACA.

⁴⁶⁵ D1664 – 1790 - CO 3725 ACA.

⁴⁶⁶ D1681 – 1790 - CO 3725 ACA, D1795 – 1791 - CO 3727 ACA, D999 – 1785 - CO 3715 ACA, D1338 – 1788 - CO 3721 ACA, D1431 – 1789 - CO 3722 ACA, D1477 – 1789 - CO 3723 ACA e D1524 – 1789 - CO 3723 ACA.

⁴⁶⁷ D1348 – 1788 - CO 3721 ACA.

⁴⁶⁸ D1705 – 1791 - CO 3726 ACA.

sugerindo ainda a documentação que enfrentava dificuldades financeiras em razão do elevado endividamento.

Da mesma forma, outros negociantes de fazenda já citados no estudo da atividade da câmara voltada à administração dos estancos foram também observados em circunstâncias idênticas a de Bernardo Correia de Moraes, ou seja, como titulares em ações cobrando gastos feitos em suas lojas e, eventualmente, como devedores de quantias mais elevadas de outros comerciantes ou prestamistas. São alguns deles: Miguel da Costa Rangel⁴⁶⁹, Romualdo Peleja⁴⁷⁰, Manoel de Siqueira Barbosa⁴⁷¹, Manoel Barbosa de Lima⁴⁷² e Marcelino Delgado de Camargo⁴⁷³.

Observa-se, portanto, que as negociações de fazenda, especialmente as do patamar inferior a 10\$000, tinham como principais agentes o grupo de comerciantes envolvidos nas arrematações dos estancos e negociação de seus ramos. Tais indivíduos foram os responsáveis pelo abastecimento, estando consequentemente ligados à atividade mercantil desenvolvida na sede da vila e em suas freguesias, principalmente nas áreas de maior concentração da população.

Mesmo considerando que se conservou a totalidade de autos cíveis referentes à cobrança de dívidas decorrente da venda de fazenda, o que é improvável, vale destacar que representaram apenas uma parcela do volume de mercadorias negociadas. Isto porque se presume que a maioria das transações comerciais era concretizada de forma voluntária, satisfazendo-se os credores sem a necessidade destes promoverem ações para que os devedores cumprissem suas obrigações, constituindo a inadimplência uma exceção e não a regra.

Desse modo, surpreende que em meio a uma documentação fragmentada, de um período longo e recobrando um espectro bem mais amplo de negociações de fazenda, tenha sido possível identificar um grupo bastante homogêneo de comerciantes, o qual participava ativamente na compra e venda de mercadorias e também na arrematação e cessão de ramos do estanco, deixando vestígios desta intensa atividade não apenas nos autos cíveis, como também nas atas da câmara.

Quando Bernardo Correia de Moraes foi tomado como exemplo deste grupo, além da revelação do perfil de parte importante dos negociadores de fazenda, foi possível mostrar

⁴⁶⁹ D77 - 1771- CO 3698 ACA, D98 - 1772-CO 3699 ACA, D93 - 1772- CO 3699 ACA, D57 - 1771- CO 3698 ACA e LRACAt de 16 de janeiro de 1773.

⁴⁷⁰ D1261 - 1788 - CO 3720 ACA, D1447 - ¹⁷⁸⁹ - CO 3722 ACA e D1447 - 1789 - CO 3722 ACA.

⁴⁷¹ D164 - 1773 - CO 3700 ACA, D902 - ¹⁷⁸⁴ - CO 3714 ACA, D926 - 1785 - CO 3715 ACA, D889 - 1784 - CO 3714 ACA, D 247 - 1776- CO 3703 ACA e D198 - 1774- CO 3701 ACA.

⁴⁷² D2192 - 1796- CO 3736 ACA, D1541 - ¹⁷⁹⁰ - CO 3724 ACA e D1743 - 1791 - CO 3726 ACA.

⁴⁷³ D 453 - 1780 - CO 3707 ACA, D28 - ¹⁷⁷⁰ - CO 3697 ACA, D 10 - 1770- CO 3697 ACA e D 51 - 1771- CO 3698 ACA.

também a inserção dos lavradores e criadores no mercado de abastecimento por meio de seu endividamento frente a estes comerciantes, detentores dos direitos decorrentes da arrematação dos estancos.

Muito embora a maior parte das ações de cobrança estivesse inserida na atividade desses negociantes, compreendendo as vendas no âmbito da vila e de suas freguesias, falta a análise das transações de maior vulto, notadamente concernentes à aquisição de mercadorias para revenda, envolvendo agentes que não puderam ser ligados diretamente ao mercado de abastecimento da Vila de Atibaia, ou às arrematações promovidas pela Câmara. Isso parece sugerir que se tratava dos responsáveis pelo fornecimento aos comerciantes locais, ou então de agentes que apenas eventualmente atuassem no mercado.

Além do sal, do fumo e demais produtos consumíveis, há toda uma negociação de tecidos, vestimentas e ferramentas. Ou seja, gêneros classificados como fazenda seca, cuja transação era livre, não dependendo da aquisição dos direitos de comercialização para realizar as vendas, facultada a qualquer comerciante que tivesse loja aberta com tal finalidade, independentemente do porte, podendo ainda ser realizada por meio de caixeiros.

Por outro lado, ainda que a venda fosse realizada conjuntamente com a comercialização dos alimentos e produtos perecíveis, tratava-se, em regra, de mercadorias não produzidas na colônia, exigindo acesso aos produtos manufaturados e, conseqüentemente, a associação com importadores ou seus representantes.

Da análise dos credores, verifica-se que o Alferes Gabriel Fernandes Cantinho foi quem ajuizou o maior número de ações de cobrança de dívidas referentes à fazenda. Foram dez demandas, como autor, e uma em que Alexandre Machado de Carvalho foi mostrador de seu crédito, cuja soma dos valores pleiteados totalizou 141\$320 réis⁴⁷⁴.

Qualificado em mais de uma oportunidade como negociante de fazenda seca, o Alferes também mandava confeccionar roupas para posterior revenda, tanto que ajuizou uma ação contra um alfaiate por ele ter “botado a perder” um “calção de duraque azul”, cobrando dele o tecido empregado na peça de vestuário⁴⁷⁵. Também figurou como vendedor de um escravo⁴⁷⁶, além de participar como procurador em diversos outros processos⁴⁷⁷.

⁴⁷⁴ D914 – 1784 - CO 3714 ACA, D1285 – 1788 - CO 3720 ACA, D 868 – 1784 - CO 3714 ACA, D1467–1789- CO 3723 ACA, D1411 –1789- CO 3722 ACA, D1668 – 1790 - CO 3725 ACA, D1971–1793 - CO 3731 ACA, D1599–1790- CO 3724 ACA, D1648–1790- CO 3725 ACA E D489 –1781- CO 3708 ACA e D711 – 1782 - CO 3711 ACA.

⁴⁷⁵ D868 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁴⁷⁶ D818 – 1783 - CO 3713 ACA.

⁴⁷⁷ D715 – 1783 - CO 3712 ACA, D803 – 1783 - CO 3713 ACA, D988 – 1785 - CO 3715 ACA, D999 – 1785 - CO 3715 ACA, D1141 – 1787 - CO3718 ACA, D1142 – 1787 - CO3718 ACA, D1153 – 1787 - CO3718 ACA,

Na mesma categoria podem ser citados os seguintes comerciantes: Francisco Pereira de Araújo, Lourenço Antonio Leme e Castro, Estevão Francisco Vaz, Luiz Antonio de Sousa e Manoel José Villaça, os quais, além de domiciliados na cidade de São Paulo, eram detentores de patentes militares. Estes mercadores promoveram quatro ou mais ações de cobrança, cujos valores médios superavam os 10\$000 réis, indicando que eram negociantes de maior vulto, bem como não estavam ligados ao mercado local de abastecimento, pois não foram associados diretamente às arrematações ou cessões dos ramos dos estancos. Tratava-se, possivelmente, de fornecedores de sal, fumo e fazenda seca às vendas, lojas e tabernas da vila de Atibaia e suas freguesias, suprindo, ainda, os agricultores e criadores locais com acesso direto às mercadorias manufaturadas.

Outros quatro negociantes domiciliados em Atibaia completam a lista dos que promoveram mais de quatro demandas creditícias. São eles Alexandre Machado de Carvalho, André Pereira da Silva, Manoel Pires de Camargo e José Félix Cintra. Entretanto, apesar do número elevado de ações ajuizadas, nem todos os acima citados podem ser considerados como pertencentes ao grupo mais seletivo de comerciantes, já que a natureza e valor dos seus créditos os aproximam mais daqueles negociantes anteriormente examinados.

Quando ouvido como testemunha, Alexandre Machado de Carvalho foi qualificado como negociante de molhados⁴⁷⁸. Ele promoveu seis processos de cobrança, mas apenas em dois era o credor original, tratando-se de gastos feitos em sua loja, os quais somaram 26 patacas e três vinténs, que equivaliam a 8\$380 réis. Nos demais, atuou como procurador e “mostrador” dos créditos de terceiros. Um deles, de 17\$535 réis, pertencia ao Alferes Gabriel Fernandes Cantinho. Ele não podia, portanto, ser equiparado aos seus colegas paulistanos como comerciante de maior envergadura, estando inserido no mercado local de abastecimento e desenvolvendo, concomitantemente, a função de procurador de causas⁴⁷⁹.

O mesmo pode ser dito em relação a Manoel Pires de Camargo, pois as quatro ações que promoveu se referiram a gastos em sua loja, sendo os valores de três delas inferiores a 10\$000 reais. Isso sugere que sua participação estava ligada mais ao mercado de abastecimento. Deste modo, ainda que pudesse até efetuar a venda de fazenda seca, não se tratava de sua

D1159 – 1787 - CO37 ACA, D1219 – 1787 - CO3719 ACA, D1230 – 1787 - CO371 ACA e D1230 – 1787 - CO3719 ACA.

⁴⁷⁸ D1726 – 1791 - CO 3726 ACA.

⁴⁷⁹ D711 – 1782 - CO 3711 ACA, D817 – 1783 - CO 3713 ACA, D620 – 1782- CO 3710 ACA, D848 – 1784 - CO 3714 ACA, D604 – 1782- CO 3710 ACA e D844 – 1784 - CO 3714 ACA.

especialização e, possivelmente, não tinha ele acesso direto ou mais próximo aos importadores das mercadorias, os quais, certamente, não faziam parte de sua rede comercial⁴⁸⁰.

O enquadramento de André Pereira da Silva, ao menos em princípio, é mais problemático, pois em seu favor, além da promoção de sete processos de cobrança, todos como titular do crédito, há a sua qualificação como negociante de fazenda seca. Por outro lado, milita contra ele o fato de duas das demandas creditícias se referirem a gastos em sua loja, a participação como cedente de um ramo do estanco, bem como que apenas duas das ações tinham valores superiores a 10\$000 réis, mas ainda assim inferiores a 20\$000 réis. Emergem, portanto, características que o colocam em ambos os grupos, de modo que sua inclusão ou não deve ser aferida com base em outros elementos⁴⁸¹.

O último nome já é conhecido, tratando-se de José Félix Cintra, ao qual já se fez referência no tópico precedente, quando observada sua atuação nas transações de gêneros produzidos localmente, evidenciando-se, neste tópico, sua atividade, predominantemente, comercial.

Analisando a trajetória dos comerciantes mais ricos de São Paulo, Maria Aparecida de Menezes Borrego (2010) verificou que a maioria era nascida em Portugal, tendo vindo para colônia com o auxílio de parentes ou foi apadrinhada por contrerrâneos já estabelecidos. Eles começavam suas atividades muitas vezes como caixeiros e depois montando seus próprios negócios, nos quais, quando bem sucedidos, enriqueciam e se notabilizavam por meio de casamentos com as famílias tradicionais, pela aquisição de patentes militares e pelo exercício de ofícios de destaque, ou seja, por meio do “acesso aos bens simbólicos de prestígio”⁴⁸².

Os vínculos pessoais, normalmente, não são expostos nas ações cíveis, salvo nas de caráter sucessório, razão pela qual se desconhece a história precedente dos negociantes citados com maior número de ações de cobrança ajuizadas, desconfiando-se que muitos dos radicados em São Paulo possam também ter nascido em Portugal ou nas Ilhas Atlânticas.

José Félix Cintra e Gabriel Fernandes Cantinho trilharam o caminho de boa parte dos comerciantes vindos de Portugal. Gabriel nasceu no termo da Vila Nova da Silveira do Minho, Arcebispado de Braga e, aos trinta e três anos, em 1780, já estava estabelecido em Atibaia com sua loja⁴⁸³, ampliando seu negócio nos anos seguintes, fixando-se em São Paulo, sem, contudo,

⁴⁸⁰ D1121 – 1787 - CO3718 ACA, D1099 – 1787 - CO3718, D269 – 1776 - CO 3703 ACA e D1136 – 1787 - CO3718 ACA.

⁴⁸¹ D11 – 1770- CO 3697 ACA, D247 – 1776- CO 3703 ACA, D453 – 1780 - CO 3707 ACA, D17 – 1770- CO 3697 ACA, D138 – 1773- CO 3700 ACA, D20 – 1770- CO 3697 ACA, D11 – 1770- CO 3697 ACA.

⁴⁸² BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**: Negócios e Poderes em São Paulo Colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda, 2010, p. 292.

⁴⁸³ D443 – 1780 - CO 3707 ACA.

abandonar seu comércio original, no qual deixou um representante, Nicolau Soares, como mostra uma ação de juramento de alma de 1788⁴⁸⁴. Já de José Félix Cintra sabe-se apenas que veio de Portugal com seu irmão Francisco Félix Cintra em 1750, estabelecendo-se inicialmente na freguesia vizinha de Guarulhos, antes de se domiciliar em Atibaia⁴⁸⁵.

Nos limites da pesquisa é inviável dimensionar o patrimônio destes comerciantes em termos regionais, ou sua inserção no rol dos mais ricos da Capitania. Há fortes indícios de que progrediram em suas atividades, mesmo que não o suficiente para alcançar os símbolos de prestígio mais cobiçados.

A situação de um dos comerciantes qualificado como da cidade de São Paulo, Francisco Pereira de Araújo, mostra uma trajetória de êxito. Ele cobrou sete dívidas, cuja soma totalizou 116\$512 réis. Na primeira ação promovida, em 1783, indicou que ocupava o posto de Alferes de “cavalos e dragões”. No ano de 1791 e seguintes, ele apresentou-se como Capitão e, na última demanda, do ano de 1799, ostentou a elevada patente de tenente-coronel, circunstância que evidencia um progressivo aumento de prestígio, sugerindo ainda sucesso nos negócios⁴⁸⁶.

Os postos militares não eram os únicos que conferiam nobilitação aos seus ocupantes. Os comerciantes buscavam, além do enriquecimento propiciado pela negociação de fazenda, outros meios para alcançarem uma posição social mais favorável. O Tenente Coronel Francisco Pereira de Araújo, possivelmente, se situava melhor nas redes comerciais da Capitania, o que lhe rendeu maiores oportunidades de galgar os postos militares mais altos.

Além de alferes de uma das companhias de ordenanças, Gabriel Fernandes Cantinho foi também vereador na Câmara de Atibaia em 1782, tendo declinado uma indicação para juiz ordinário em 1787, justamente em razão de já ter transferido a operação principal de seus negócios para cidade de São Paulo, não havendo notícia de que nela tenha sido camarista.

As dívidas derivadas da venda de fazenda de José Félix Cintra totalizaram cerca de metade do montante cobrado por Gabriel Fernandes Cantinho. Mas, em contrapartida, a documentação revela que ele diversificou seus negócios, desenvolvendo outras atividades também lucrativas, uma vez que sucedeu seu irmão Francisco Félix Cintra na loja de fazenda seca e como cobrador dos dízimos⁴⁸⁷, emprestou dinheiro⁴⁸⁸, possuindo também um moinho de trigo⁴⁸⁹, além de já ter sido observado comercializando a produção local.

⁴⁸⁴ D443 – 1780 - CO 3707 ACA e D1285 – 1788 - CO 3720 ACA.

⁴⁸⁵ SILVEIRA, *História de Atibaia*, op. cit., p. 396-7.

⁴⁸⁶ D758 – 1783 - CO 3712 ACA, D2130 – 1796- CO 3735 ACA, D1822 – 1792- CO 3728 ACA, D1734 - 1791- CO 3726 ACA, D1923 – 1793- CO 3730 ACA, D1814 - 1792 CO 3728 ACA, D2348 – 1799 CO 3740 ACA.

⁴⁸⁷ D668 – 1782- CO 3711 ACA.

⁴⁸⁸ D955 – 1785 - CO 371 ACA e D1397 – 1789- CO 3722 ACA.

⁴⁸⁹ D1658 – 1790 - CO 3725 ACA.

Frente ao número de participações em processos, José Félix Cintra e Gabriel Fernandes Cantinho parecem ter sido os negociantes mais ricos entre os domiciliados em Atibaia. A mudança para São Paulo do primeiro, possivelmente por conta do crescimento de seu negócio, assim como a obtenção da patente de Sargento Mor das Ordenanças de Atibaia pelo segundo indicam que ambos tiveram um razoável sucesso em suas atividades, mesmo porque eram portugueses de origem, não pertencendo às famílias tradicionais da capitania.

André Pereira da Silva alcançou o posto de capitão de ordenanças e, quando ouvido como testemunha, foi qualificado como natural da freguesia de Santo Amaro, termo da cidade de São Paulo, “vivendo do seu negócio de fazenda seca”, contando com cinquenta anos de idade em 1770. Ou seja, já era um comerciante experiente e possivelmente dispunha de algum cabedal no momento em que a Câmara de Atibaia foi instalada⁴⁹⁰.

Entre 1770 e 1773, André Pereira da Silva foi bastante ativo, cobrando dívidas feitas em sua loja⁴⁹¹, exercendo as funções de tutor de órfãos⁴⁹² e atuando ainda como procurador em vários processos⁴⁹³, até que se mudou para Camanducaia⁴⁹⁴. Escasseiam, em seguida, suas participações nos feitos judiciais, pois depois deste período somente ajuizou mais duas ações de cobrança⁴⁹⁵, deixando ainda de atuar como procurador de causas.

O motivo de ter abandonado a vila de Atibaia no ano de 1773 foi conhecido, anos depois, por meio de um depoimento extraído do fragmento de um processo de embargos, revelando-se uma acusação de apropriação de dinheiro alheio. Disse a testemunha Félix de Siqueira Brito que o Capitão André Pereira da Silva:

saía deste distrito fugitivo ocultamente por causa do vexame em que se via dos soldados dos quais tinha sido capitão no sul e deles tinha recebido os soldos respectivos e não tinha com que pagar os mesmos soldados e se via atacado com portaria do Excelentíssimo General que então governava⁴⁹⁶.

Todavia, a fuga tanto pode ser interpretada como uma transição para um comércio de maior envergadura, talvez impulsionada pelo dinheiro apropriado indevidamente, consolidando uma posição social mais elevada; como também pode significar que o comerciante caiu em desgraça, tendo que recomeçar suas atividades em outro lugar, já que teria dificuldade de reinserção na rede comercial que participava antes da acusação de desvio.

⁴⁹⁰ D48 – 1771 - CO 3698 ACA.

⁴⁹¹ D11 – 1770- CO 3697 ACA, D 17 – 1770- CO 3697 ACA, D 138 – 1773- CO 3700 ACA, D20 – 1770- CO 3697 ACA e D11 – 1770- CO 3697 ACA.

⁴⁹² D147 – 1773- CO 3700 ACA.

⁴⁹³ D26 – 1770- CO 3697 ACA, D19 – 1770- CO 3697 ACA, D09 – 1770- CO 3697 ACA e D50 – 1771- CO 3698 ACA.

⁴⁹⁴ D156 – 1773 - CO 3700 ACA.

⁴⁹⁵ D247 – 1776- CO 3703 ACA e D453 – 1780 - CO 3707 ACA.

⁴⁹⁶ D1080 – 1786 - CO 3717.

Trata-se, porém, de especulações, pois mesmo sabendo exatamente a situação de todos os comerciantes que atuavam no mercado local, haveria a necessidade de medir o prestígio alcançado em um contexto mais amplo, comparando com outros mercadores, não só em relação aos que atuavam prioritariamente em Atibaia. Importa evidenciar, porém, que havia uma trajetória semelhante entre os comerciantes que se instalavam na capitania e buscavam ascensão social. A negociação de fazenda seca parece representar um dos mecanismos empregados para alcançar tal objetivo, constituindo uma das etapas mais avançadas da atividade mercantil neste processo de enriquecimento e nobilitação.

Desse modo, diante das características das transações de mercadorias e dos valores envolvidos nas cobranças, parece ter havido duas modalidades de comerciantes e, embora a divisão não possa ser feita de forma precisa entre os vendedores de fazenda seca e molhada, pois alguns estabelecimentos talvez dispusessem de ambas, verificou-se uma categoria de comerciantes bem ativos, os quais tinham loja aberta, especialmente de “molhados” e concorriam no âmbito do mercado de abastecimento, participando da arrematação dos estancos e da cessão de seus ramos. Existia, por outro lado, um grupo supostamente mais rico, responsável pelo ajuizamento de quatro ou mais ações com médias superiores aos 10\$000 réis, no qual sobressaía o fato da maioria possuir domicílio na cidade de São Paulo, todos ostentando patentes militares, lidando principalmente com fazenda seca e também como fornecedores de outros negociantes.

Convém ressaltar que a negociação de fazenda seca, especialmente quando o agente especializava-se nessa atividade, não adquirindo mercadorias de outros negociantes que atuavam no mesmo mercado, evidenciava uma vinculação mais próxima com os agentes negociais das principais praças da colônia. Ao analisar o comércio no Rio de Janeiro, Antônio Carlos Jucá de Sampaio faz uma distinção entre mercadores e homens de negócios, afirmando que embora ambos participassem da venda de fazenda seca, os segundos estavam ligados aos eixos principais do comércio na colônia, Portugal e África, controlando o crédito, atividade da qual estavam afastados os mercadores⁴⁹⁷.

Nesse sentido, embora os “homens de negócio” estivessem distantes do mercado local e, possivelmente, da capitania de São Paulo, era por meio do comércio de fazenda seca que os comerciantes que atuavam na vila de Atibaia a eles se ligavam, mesmo que por meio de intermediários. Por isso a ênfase dada a esta modalidade de atividade como forma de indicação

⁴⁹⁷ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 228-239.

de uma hierarquização entre os comerciantes, que se vinculavam à atividade institucional da Câmara, tanto no âmbito judicial, como no que foi chamado de “administrativo”.

Os únicos dois representantes de Atibaia que reuniam as características que os habilitava ao grupo dos mais ricos foram Gabriel Fernandes Cantinho e José Félix Cintra. Eles eram portugueses de nascimento, vendedores de fazenda seca, vinculados, supostamente, a redes comerciais mais amplas, distinguindo-se ainda dos demais comerciantes locais pelos montantes movimentados.

No conjunto das ações propostas, certamente há outros comerciantes paulistanos, ou mesmo atibaenses que podem ser trazidos para o grupo dos mais abastados. Nesse sentido, devem ser citados, entre outros, os exemplos de Antonio da Cunha Lobo, quem detinha a patente de sargento mor da cidade de São Paulo e promoveu três ações de cobrança⁴⁹⁸, bem como o de João de Godói Moreira, capitão da companhia de auxiliares de Atibaia e arrecadador dos dízimos, também com três processos⁴⁹⁹.

Preferiu-se, porém, trabalhar com um número maior de ocorrências, superiores a quatro processos, eis que sugestivas de uma atuação mais frequente. Todavia, convém lembrar as limitações impostas pela natureza fragmentária do conjunto documental, associadas ao fato de que boa parte das compras e vendas transcorria sem percalços. Tais circunstâncias podem ter concorrido para ocultar outros agentes que seriam enquadrados na categoria dos mais aquinhoados.

O objetivo, porém, não é identificar e classificar todos comerciantes que atuaram em Atibaia, mas tão somente evidenciar que existiam basicamente dois tipos de agentes mercantis que demandavam uma prestação jurisdicional. Futuramente isto repercutirá na forma de inserção no contexto das atividades institucionais desenvolvidas pela Câmara.

Ademais, não eram categorias fechadas, tampouco estanques, era possível que houvesse o trânsito entre elas, ou mesmo o desempenho concomitante de atividades comerciais mais afeiçoadas a cada um dos grupos. Importante realçar, nesse sentido, a situação do Capitão André Pereira da Silva, que já em uma idade avançada, estava ligado tanto ao mercado de abastecimento local quanto à venda de fazenda seca, restando indefinida sua especialização e o sentido de sua trajetória, ou seja, se em declínio ou ascensional.

Entretanto, a existência de agentes que exigem maiores cuidados para delinear seu peso no mercado local, em razão da pluralidade das atividades desenvolvidas, não invalida a distinção, visto que boa parte dos comerciantes ainda pode ser qualificada segundo os critérios

⁴⁹⁸ D1725–1791 - CO 3726 ACA, D1759 – 1791 - CO 3726 ACA e D1771 –1791- CO 3727 ACA.

⁴⁹⁹ D198–1774- CO 3701 ACA, D521 – 1781 - CO 3708 ACA e D1063–1786- CO 3717 ACA.

empregados. Assim, observadas as características principais das ações de crédito referentes à negociação de fazenda e os agentes que nela atuavam, cumpre, por fim, compreender brevemente seu peso no conjunto de demandas creditícias.

O número de processos decorrentes do comércio representa mais que o dobro dos relativos à atividade rural, enquanto os valores envolvidos, 1\$527\$078, são mais de três vezes (3,24 vezes precisamente) o montante total cobrado pelos produtores de alimentos ou em face deles.

Eles representam pouco mais de 13% do número de ações de cobrança (13,31%), constituindo a segunda modalidade de relação creditícia nominada com maior ocorrência na documentação. Convém ainda destacar que as transações envolvendo exclusivamente aguardente foram contabilizadas como referentes à produção, mas é possível que muitas delas tenham sido efetivadas por comerciantes em suas lojas e vendas de molhados, o mesmo ocorrendo em relação aos panos de algodão.

Verifica-se, deste modo, que a atividade judicial da Câmara garantia a regularidade das transações comerciais, pois servia como elemento institucional garantidor do adimplemento das dívidas geradas pela compra e venda de mercadorias. Os agentes comerciais valiam-se das ações cíveis para receber os créditos, revelando-se, por meio dos dados colhidos, um nível expressivo de atividade mercantil, capaz de justificar a necessidade de um órgão estatal que mediasse e eventualmente impusesse a autoridade com a finalidade de preservar a estabilidade e um bom ambiente de negócios, propiciando, desta forma, o florescimento do comércio.

3.5.1.3 Ramos do estanco

Observou-se que o estanco constituía o monopólio da venda de alguns produtos, especialmente aguardente, fumo, sal, açúcar e toucinho. Ao final de cada ano, a Câmara designava a data para o pregão e o negociante ou grupo que fizessem o maior lance adquiriam os direitos de exclusividade da venda das referidas mercadorias no ano seguinte, enquanto o montante arrecadado servia para suprir as despesas do órgão municipal, constituindo sua principal fonte de receita.

Os comerciantes ligados ao abastecimento local precisavam participar da arrematação dos estancos promovida pela Câmara, habilitando-se frente ao Órgão Municipal para a negociação de fazenda molhada. Disso resultava uma série de ajustes para a aquisição destes direitos.

Derivava ainda da arrematação dos estancos outra modalidade de negociação: tratava-se de alienar fatias dos direitos adquiridos, pois, a partir do momento em que um indivíduo ou grupo lograva obtê-lo, havia, normalmente, o repassasse oneroso dos chamados “ramos” a outros vendedores e lojistas das regiões não compreendidas pelos negócios dos arrematantes. As alienações dos ramos ajudavam os estaqueiros a pagar à Câmara os valores dos lances que deram para a arrematação dos direitos, havendo casos de arrematação por não comerciantes de molhados, os quais lucravam apenas com essa modalidade de negociação⁵⁰⁰.

A arrematação dos estancos e vendas de seus ramos geraram 24 processos de cobrança, correspondendo a, aproximadamente, 2% do volume total de ações de crédito (2,02%), cujos montantes, somados, alcançaram 343\$700 réis, quantia que constitui apenas um indicativo da existência de negociações desta natureza.

Os valores variavam de acordo com a extensão dos direitos disponibilizados. As quantias maiores, normalmente, eram aquelas que os agentes ajustavam para obtenção dos direitos do estanco, enquanto as menores somas concerniam aos ramos alienados, especialmente os que autorizavam a comercialização dos gêneros nas paragens menos expressivas.

Em seis ações foram cobrados valores superiores a 20\$000 réis. Uma delas tratava do estanco de Atibaia do ano de 1782, tendo sido efetuado o pagamento à Câmara por Jerônimo de Camargo Pimentel, o qual depois efetuou a cobrança de 70\$000 réis dos demais comerciantes que se consorciaram para a arrematação: Manoel Pires de Camargo, Bernardo Correia de Moraes, João Machado da Cunha e Alexandre Machado de Carvalho⁵⁰¹.

Outros quinze processos envolveram valores que oscilaram entre 1\$600 réis e 14\$000 réis, todos representando vendas de ramos feitas pelos detentores dos direitos do estanco a terceiros que não participaram da arrematação, concedendo-lhes permissão para venderem os gêneros em seus estabelecimentos, constando em alguns dos processos o bairro ou o caminho no qual a comercialização era autorizada⁵⁰².

Os principais agentes envolvidos nas compras e vendas dos ramos do estanco eram justamente os comerciantes especializados nas transações de molhados, cuja atuação já foi, em parte, examinada no tópico anterior.

⁵⁰⁰ Nesse sentido, convém destacar que Lucas de Siqueira Franco obteve diretamente do governador o estanco de Atibaia e de suas freguesias de 1770, primeiro ano de funcionamento da câmara, não havendo mais registro da participação dele nesse comércio, circunstância que denota a aquisição dos direitos para repassá-los onerosamente a terceiros.

⁵⁰¹ D1100 – 1787 - CO3718 ACA

⁵⁰² Em três ações os montantes transacionados não foram mencionados.

No total, 46 indivíduos realizaram transações de ramos do estanco, no período compreendido na pesquisa, quase metade deles já conhecida por conta das negociações de fazenda. A correspondência, evidentemente, não é incomum, pois se cuidava de atividades interligadas, devendo ser consideradas no mesmo contexto de atuação dos agentes.

3.5.1.4 *Empréstimos: “dinheiro de primor”*

Prosseguindo a análise das ações de cobrança de dívidas, verificou-se que muitas tinham a prática de empréstimos como origem, contabilizando-se noventa processos decorrentes desta modalidade de negociação, correspondendo 7,59% do total das ações que envolviam créditos. O montante cobrado foi de 833\$018 réis, variando de quatro patacas (1\$280), na menor dívida, a 108\$900 réis, no processo envolvendo o montante mais elevado⁵⁰³.

A maioria dos valores oscilava entre 5\$000 e 10\$000 réis, aparecendo, com frequência, na documentação o termo “dinheiro de primor” para se referir ao tipo de empréstimo. Tal expressão indicava que a quantia foi dada em moeda corrente ao devedor, bem como que havia uma grande busca de dinheiro em espécie.

Outra característica observada era a entrega de bens como garantia do futuro pagamento do dinheiro recebido. Alguns dos devedores deixavam com os credores escravos, cavalos, vacas, armas, entre outros bens, os quais podiam ser vendidos posteriormente para ressarcimento do credor. Portanto, não se descarta a possibilidade da falta de liquidez ensejar a realização de empréstimos com quem tinha numerário, mesmo dispondo o devedor de patrimônio, de forma que ele já de antemão oferecia algo de valor, normalmente equivalente ou superior à dívida.

Os noventa documentos envolveram 66 autores de cobranças de empréstimo, havendo, conseqüentemente, indivíduos com mais de um processo ajuizado. O número relativamente grande e variado de credores associado ao pequeno numerário emprestado na maioria das ações mostra que tratava-se de negócios eventuais, possivelmente decorrentes da solidariedade e não propriamente de uma atividade habitual voltada ao fornecimento de crédito.

Da mesma forma, os módicos valores envolvidos, quando correspondentes ao total da dívida e não a restos de montantes maiores, estariam, supostamente, associados à pequena atividade agrícola, a qual não demandava grandes investimentos. Já a existência de credores com mais de uma ação, bem como de detentores de créditos mais elevados, parece apontar para

⁵⁰³ D319 – 1778- CO 3705 ACA e D105 – 1772- CO 3699 ACA.

outra dinâmica, revelando agentes mais voltados ao fornecimento habitual de crédito, assim como a ligação ao comércio.

Em oito casos, os credores efetuaram duas cobranças, outros dois autores efetuaram três cobranças e, em duas situações, os agentes ajuizaram, respectivamente, cinco e sete demandas creditícias. Os dois autores do maior número de ações, Alexandre Machado de Carvalho e Antonio do Prado Cortes, já conhecidos por possuírem vendas de molhados e participarem, ativamente, do mercado de abastecimento, sobressaindo, porém, por suas atuações como procuradores de causas. Ou seja, mesmo que também emprestassem seu próprio dinheiro, não era esse o cerne de suas atividades.

Ademais, ainda que participassem do mercado de crédito, os valores cobrados em nome próprio pelos procuradores não eram significativos, bem como em suas ocupações era comum a aquisição de direitos creditícios de terceiros com deságio para efetuar a cobrança em juízo.

Alexandre Machado de Carvalho foi quem ajuizou o maior número de ações, sete no total, três delas como mostrador do crédito de terceiros. Nas outras quatro, as quantias emprestadas em seu próprio nome, somadas, não ultrapassaram 8\$060 réis⁵⁰⁴.

Antonio do Prado Cortes ajuizou cinco ações de cobrança de empréstimos, duas delas, como mostrador de terceiros⁵⁰⁵ e outras três em favor de entidades religiosas⁵⁰⁶ - nenhuma, portanto, em nome próprio. Note-se que, devido a sua atividade como procurador de causas, ele foi incumbido de representar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a do Santíssimo Sacramento, como demonstram as ações que ajuizou em favor das referidas entidades.

Há mais duas ações de cobranças feitas em favor da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos⁵⁰⁷ e outras quatro em favor de Nossa Senhora da Conceição de Jaguari e Nossa Senhora do Pilar de Nazareth⁵⁰⁸. Cômputo que não compreende as ações promovidas por religiosos, visto que não é possível distinguir se o crédito pertencia, individualmente, ao clérigo ou à instituição da qual fazia parte, registrando-se apenas aquelas em que foi feita nitidamente a separação.

Da análise destas demandas, verifica-se que as entidades religiosas foram as principais instituições de crédito na Vila de Atibaia, efetuando nove empréstimos, os quais somaram

⁵⁰⁴ D1010 – 1786- CO 3716 ACA, D952 – 1785 - CO 3715 ACA, D661 – 1782- CO 3711 ACA e D431 – 1780- CO 3707 ACA.

⁵⁰⁵ D132 – 1772- CO 3700 ACA e D144 – 1773- CO 3700 ACA.

⁵⁰⁶ D178 – 1774- CO 3701 ACA, D210 – 1775- CO 3702 ACA, D213 – 1775- CO 3702 ACA.

⁵⁰⁷ D190 – 1774- CO 3701 ACA e D1783 – 1791- CO 3727 ACA.

⁵⁰⁸ D139 – 1773- CO 3700 ACA.

218\$080 réis. Quantia equivalente a 26,18% do montante em dinheiro recebido pelo total de devedores, destacando que um terço deste valor foi fornecido pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Em seguida, como maior prestador individual, vem o Sargento Mor José Félix Cintra, responsável por três empréstimos que totalizaram 125\$100 réis, aproximadamente quinze por cento (15,02%) do total de créditos concedidos.

O maior crédito era de 89\$600 réis, referente a um empréstimo feito a Francisco Barbosa de Escudeiro⁵⁰⁹, o qual deu, em garantia, um escravo. Contudo, em razão da fuga do cativo, o credor acabou por embargar para o pagamento da dívida uma carga de sal que o réu trazia de Santos. Interessante observar, por meio do referido processo, que a relação decorria da atividade comercial desempenhada pelo réu, tanto que o escravo tinha escapado quando a tropa do devedor se dirigia para Minas, ou seja, cuidava-se de um comércio envolvendo mercadorias trazidas de Santos, passando por Atibaia e seguindo para as Minas⁵¹⁰.

Ainda em relação à família de José Félix Cintra, há outra cobrança de valor elevado, de 49\$000 réis, feita pela viúva de seu irmão Francisco Félix Cintra. Tal empréstimo já foi anteriormente examinado, tendo sido contraído pelo comerciante José Gomes de Azevedo para o abastecimento de sua loja⁵¹¹.

Há outras duas dívidas com montantes significativos. Uma delas, de 109\$900 réis, tinha como credor o Guarda Mor Jorge de Almeida Lara, proprietário de terras e que exerceu as funções de juiz ordinário em 1775, não tendo uma atuação mais constante como parte nos processos. Tratava-se da única ação que promoveu, diretamente, o mesmo ocorrendo com o devedor, João Pires Rodrigues, o qual consta no conjunto documental somente como réu nesse processo, de modo que a dívida, possivelmente, se encontrava ligada à atividade agrária⁵¹². A outra dívida de montante elevado teve sua cobrança efetuada por Alexandre Machado de Carvalho em favor de José Pedroso de Morais, credor original, tendo como devedor Jerônimo da Rocha Bueno⁵¹³.

Havia dois créditos no processo, para o pagamento do primeiro, de 100\$364 réis; foram empenhados os seguintes bens, conforme o devedor fez constar expressamente na carta: uma besta, um cavalo, “doze cabeças de gado vacum, três créditos, a saber, um de vinte oitavas de ouro, outro de vinte e quatro e meia de ouro, mais um rol por onde vendi a minha fazenda que

⁵⁰⁹ D1024 – 1786 CO 3716 ACA.

⁵¹⁰ D1713 – 1791- CO 3726 ACA.

⁵¹¹ D 634 – 1782 - CO 3710 ACA.

⁵¹² D105 – 1772- CO 3699 ACA.

⁵¹³ D732 – 1783- CO 3712 ACA.

consta de dezessete oitavas de ouro”. O outro crédito era de 10\$200 réis, não decorrendo, propriamente, de empréstimo, mas da venda de um cavalo⁵¹⁴.

O credor original e o devedor eram comerciantes, ambos possuindo venda na vila, e a natureza dos bens dados em garantia, assim como as inúmeras outras ações em que foram partes mostram que se tratava de uma negociação no âmbito da atividade mercantil que desempenhavam.

O Capitão André Pereira da Silva também emprestou quantia significativa, 69\$800 réis, a outro comerciante, o Alferes João Pires de Oliveira, ambos participantes da compra e venda de fazenda e de ramos do estanco⁵¹⁵.

Completa o quadro de maiores credores individuais Crispim da Silva Franco, que teve uma atuação destacada na Câmara, exercendo todos os ofícios eletivos, emprestando a quantia total de 70\$000 réis. A dívida maior, correspondente a 37\$000 réis, tinha como devedor um comerciante, Antônio da Silva Peixoto, enquanto as duas outras cobranças se referiam ao dinheiro emprestado aos irmãos Gabriel Pereira de Oliveira e José Pereira de Oliveira; o primeiro foi o alcaide da Vila de Atibaia, sendo que, neste caso, a negociação, possivelmente, emergia dos vínculos estabelecidos entre ambos por conta de exercerem suas funções na Câmara.

Emerge da análise dos autos cíveis que os tomadores de empréstimos mais elevados estavam ligados à atividade mercantil, recorrendo a outros comerciantes e às instituições religiosas, como fontes de crédito. Como exemplo vale o observar o fato de um dos devedores da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Manoel de Siqueira Barbosa, ser também demandado por não ter efetuado o pagamento de um ramo do estanco⁵¹⁶.

Embora devedor de um ramo do estanco e da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em 1774, anos depois, o referido Manoel de Siqueira Barbosa emprestou 20\$000 réis a Francisco Bueno de Camargo⁵¹⁷, o qual, por sua vez, era também comerciante de molhados⁵¹⁸, circunstância que evidencia a circulação do crédito e a necessidade de financiamento das atividades mercantis.

Somando as quantias tomadas às instituições religiosas e os maiores valores emprestados entre os comerciantes mencionados, verifica-se que totalizaram 583\$844 réis,

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ D1048 – 1786 - CO 3717 ACA.

⁵¹⁶ D190 – 1774- CO 3701 ACA e D164 – 1773 - CO 3700 ACA.

⁵¹⁷ D476 – 1781- CO 3708 ACA.

⁵¹⁸ D389- A – 1779 - CO 3706 ACA e D863 – 1784 - CO 3714 ACA.

representando, aproximadamente, setenta por cento (70,09%) do volume monetário que circulou na forma de empréstimo.

O ciclo do crédito, portanto, estava também associado à atividade comercial, financiando-a, sem que houvesse, aparentemente, credores de maior destaque, pois os autos cíveis não foram capazes de revelar a presença de algum agente que tivesse se especializado nessa função – exceção feita às instituições religiosas, cujas contribuições certamente serviram para dinamizar a circulação de bens e mercadorias, evitando, por meio da cessão de dinheiro a terceiros em troca de juros, a imobilização das quantias em moeda doadas às entidades de natureza religiosa.

3.5.1.5 Dízimos, suas avenças e direitos paroquiais

As ações de cobrança também envolveram o pagamento de dízimos e direitos paroquiais, tratando-se de obrigações devidas à Coroa e à Igreja, ainda que houvesse no primeiro caso a arrecadação por meio de terceiros, e no segundo assumissem um caráter mais individual, concernente em grande parte à remuneração de um serviço religioso específico prestado por um clérigo.

A reunião das duas modalidades de dívidas decorre da origem remotamente comum. A análise das diferenças e semelhanças será, também, proveitosa para aprofundar o conhecimento sobre a ativação dos meios institucionais de natureza judicial exercidos no âmbito local em favor de interesses indiretos da Coroa e da Igreja.

O pagamento dos dízimos era, inicialmente, uma obrigação de natureza eclesiástica, servindo para o sustento da Igreja. O monarca português, como Grão Mestre da Ordem de Cristo, recebeu do papa, em 1455, a jurisdição espiritual sobre as terras ultramarinas, da qual decorria a prerrogativa de arrecadar os dízimos, assim como o dever de sustentar os sacerdotes e os templos⁵¹⁹.

Todos, em tese, estavam obrigados ao pagamento do tributo que correspondia a dez por cento de todo o rendimento gerado pela terra e pela criação de animais. A cobrança, porém, não era feita diretamente pela Coroa, mas por meio de contratadores, os quais arrematavam os direitos de arrecadação por períodos de três anos⁵²⁰.

⁵¹⁹ LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **Dízimos Reais na Capitania de São Paulo. Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750)**. 1970. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

⁵²⁰ “Os contratadores eram, pois arrendatários que, mediante certas condições estabelecidas nas cláusulas contratuais e determinados pagamentos à Fazenda Real, arrematavam monopólios e a cobrança de impostos. Os

Os contratadores dos dízimos eram, geralmente, grandes negociantes que atuavam no comércio atlântico, não se ocupando diretamente da cobrança. Quando os arrematantes eram portugueses e moradores na metrópole, eles se associavam a agentes locais, mantendo ainda procuradores ou representantes na capitania. Mesmo quando estavam sediados na Capitania de São Paulo, os adquirentes dos direitos ajustavam com outros agentes a arrecadação, vendendo os chamados “ramos” do contrato.

Anota Bruno Aidar Costa (2012) que o próprio contrato dos dízimos celebrado com a Coroa previa a possibilidade de transmissão a terceiros, facultando ao arrematante “trespassar” e “dividir em ramos”. Nestas negociações, os “rendeiros” ou “ramistas” obtinham dos contratadores os mesmos direitos e privilégios que lhes eram conferidos⁵²¹. Ao analisar um destes contratos, em vigor no ano de 1799, o supracitado autor verificou que ele foi dividido em 26 ramos, cobrindo o território da Capitania de São Paulo, tendo o de Atibaia sido adquirido por Francisco Pereira Araújo e seu irmão⁵²².

No exame da documentação judicial foram contabilizados 38 processos de conhecimento versando sobre a avença dos dízimos e sua cobrança, o que corresponde a pouco mais de três por cento do total de ações creditícias (3,2%), enquanto o montante somado das dívidas alcançou a cifra 567\$550 réis.

Os “trespasses” feitos pelo contratador dos dízimos não esgotavam a possibilidade de comercialização dos ramos, pois os compradores podiam fracionar, ainda mais, os direitos de cobrança. O citado Francisco Pereira de Araújo, apesar de subcontratador dos dízimos da vila de Atibaia, residia em São Paulo, tratando-se de um bem-sucedido negociante, cuja atuação como fornecedor, sobretudo de fazenda seca ao mercado local, já foi examinada nos capítulos precedentes, sendo improvável que ele tenha se ocupado diretamente da arrecadação.

contratadores das rendas e dos impostos reais datam das primeiras épocas da monarquia portuguesa. Muitos foram judeus e cristãos-novos. Tiveram em mãos, especialmente em época de crise financeira, os mais importantes monopólios e tributos do Reino, tais como os estancos do sal, das cartas de jogar, do azeite, dos portos secos e molhados, das Terças dos Conselhos, da Dízima e outros. Considerados sócios temporários da coroa, a esses aburguesados, enriquecidos e grandes negociantes coube o trato de escravos, de ouro, de “drogas” (especiarias, como por exemplo, a noz moscada e o gengibre), da pimenta (último quartel do século XVI) dos diamantes. Assumiram posição social relevante no seu tempo, em função da importância dos produtos transacionados, do montante das verbas investidas, da ampla interferência na vida econômico-social da Metrópole e dos seus domínios ultramarinos. É o caso dos contratadores do tabaco na época de Pombal, privilegiados negociantes com domínio das praças do Porto, de Lisboa, do grande comércio colonial português, arrematantes do comércio de produtos vários, através de inúmeros monopólios.” Cf.: ELLIS, Myriam. **Comerciantes e contratadores do passado colonial**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: USP, v.24, 1982, p. 99.

⁵²¹ COSTA, Bruno Aidar. **A Vereda dos Tratos**: Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808. 2012. 517f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 421, 2012.

⁵²² Idem, p. 423.

As chamadas “avenças dos dízimos” eram as transferências remuneradas pelas quais os “ramistas” ou “rendeiros” cediam os direitos de cobrança de uma vila, freguesia ou parte delas aos arrecadadores terciários, gerando cobranças judiciais quando estes últimos não pagavam o valor pactuado. Há, na documentação, uma participação desproporcional das transações referentes às avenças dos dízimos na soma correspondente a esta modalidade de ação creditícia, pois em apenas um dos processos foi cobrada a quantia de 400\$000 réis⁵²³.

Em 1797, Salvador Bueno de Menezes demandou a referida dívida de 400\$000 réis de João Gonçalves Barros pela cessão dos direitos dos dízimos. Tratando-se o autor, possivelmente, do adquirente de um ramo do contratador do imposto na Capitania, visto que não figurou em outros processos do juízo ordinário, aparecendo, tão somente, no auto cível indicado, pelo qual teria alienado a cobrança da região de Atibaia ao réu.

O devedor, João Gonçalves de Barros, era negociante de fazenda seca, atuando nos últimos anos do século XVIII em alguns processos, não havendo maiores informações acerca de suas atividades, já que elas devem ter se estendido para além do período examinado na pesquisa⁵²⁴. Os outros dois processos referentes a avenças: um de 2\$250 réis, outro de 11\$420 réis, certamente referem-se à alienação dos direitos de recolher o tributo em regiões mais modestas da vila de Atibaia, uma vez que as quantias movimentadas não foram muito elevadas⁵²⁵. Deste modo, o pequeno número de documentos não permite aprofundar mais a análise acerca da dinâmica da comercialização das avenças dos dízimos, verificando-se apenas que havia sucessivas divisões dos ramos.

Apesar da impossibilidade de analisar o relacionamento entre os dizimeiros de Atibaia e de suas freguesias com os contratadores da arrecadação na Capitania ou os principais “rendeiros”, verificou-se que os valores para a aquisição dos direitos de cobrança eram bastante elevados para o padrão local.

O Capitão Francisco Lourenço Cintra, quando de sua morte, detinha os direitos de arrecadação dos dízimos em toda a vila de Atibaia. Sua viúva, Elena de Moraes, ainda promoveu algumas ações de cobrança do tributo, mencionando que se tratava de dívidas remanescentes de seu defunto marido⁵²⁶.

O processo sucessório do Capitão Francisco Lourenço Cintra não é inteiramente conhecido, mas consta na documentação um termo de composição pelo qual a viúva transferia

⁵²³ D2212 – 1797 - CO 3737 ACA.

⁵²⁴ D2224 – 1797- CO 3737 ACA.

⁵²⁵ D180 – 1774- CO 3701 ACA e D855 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁵²⁶ D734 – 1783- CO 3712 ACA, D810 – 1783 - CO 3713 ACA e D910 – 1784 - CO 3714 ACA.

a loja e os direitos referentes aos dízimos ao seu cunhado, José Félix Cintra. Este, em contrapartida, assumia uma dívida de 527\$000 réis contraída com Frutuoso Furquim de Campos⁵²⁷.

A loja e os dízimos custaram pelo menos 527\$000, já que a aquisição deles envolveu a assunção da dívida nesta cifra. A maior parte da quantia, provavelmente, correspondia aos direitos de arrecadação, pois os imóveis urbanos, mesmo os que abrigavam estabelecimentos comerciais, não eram tão valorizados, bem como José Félix Cintra já desenvolvia, à época, atividade comercial. Ou seja, não necessitava despende com a compra das mercadorias que, eventualmente, seu irmão tinha em estoque quando faleceu.

Note-se que, apesar de apontado como o homem mais rico de Atibaia, comparado a um “banqueiro” e tido como fomentador da atividade agrícola⁵²⁸, o Capitão Francisco Lourenço Cintra era devedor de Frutuoso Furquim de Campos, vislumbrando-se, neste fato, a necessidade de financiamento das suas atividades, emprestando dinheiro justamente de um dos maiores produtores rurais locais.

Também não se descarta eventual parceria entre o Capitão Francisco Lourenço Cintra e Frutuoso Furquim de Campos para exploração dos dízimos. Entretanto, em ambas as hipóteses, Frutuoso foi quem, em princípio, dispunha do crédito que propiciou a obtenção dos direitos de arrecadação.

O investimento elevado tornava a arrecadação dos dízimos uma atividade bastante restrita. Apenas as figuras mais ricas ou de maior destaque no cenário local se envolveram no financiamento ou aquisição dos direitos de cobrar o tributo. Além dos já mencionados irmãos Lourenço Cintra e do financiador Frutuoso Furquim de Campos, foi possível identificar como dizimeiros: Narciso de Oliveira Cardoso, Francisco da Silveira Franco, Lourenço Leme de Brito, João Garcia de Andrade, Aleixo Correia da Cunha e João Gonçalves Barros.

Entre os citados, Francisco da Silveira Franco era filho de Lucas da Siqueira Franco, substituindo-o como Capitão-mor de Atibaia. Lourenço Leme de Brito foi Guarda Mor e era cunhado de Francisco da Silveira Franco, enquanto Narciso de Oliveira Cardoso, já citado em outras oportunidades, era um grande proprietário de terras.

Ressalte-se que o Capitão Francisco Lourenço Cintra foi financiado por Frutuoso Furquim de Campos ou o tinha como sócio na cobrança dos dízimos, enquanto nos autos de execução há menção de que os outros arrecadadores também se associaram, evidenciando a necessidade de reunião de recursos para obtenção dos direitos.

⁵²⁷ D668 – 1782- CO 3711 ACA.

⁵²⁸ **História de Atibaia**, op. cit., p. 395-400.

O Capitão-mor Francisco da Silveira Franco era coadjuvado, em algumas execuções, por seu irmão, Joaquim da Silveira Franco, enquanto este último também foi responsável pela promoção de alguns autos de execução. O mesmo ocorreu com outros dois arrecadadores, verificando-se a associação de João Garcia de Andrade a Francisco Antonio de Sousa e do Alferes Aleixo Correa da Cunha a Manoel Rodrigues Freire.

As alianças entre membros mais abastados e também a reunião dos esforços familiares eram, portanto, uma prática corriqueira. Enquanto alcançar os direitos de arrecadação dos dízimos constituía um importante instrumento de ampliação e consolidação de fortunas⁵²⁹.

O número relativamente reduzido de ações de cobrança referentes ao tributo, apenas 38 processos desta natureza, não reflete o peso dos dízimos no contexto da atividade jurisdicional, pois apenas excepcionalmente era necessária a declaração prévia da existência de dívidas desta natureza.

Os processos de cobrança, consoante anteriormente referido, tinham como objetivo o reconhecimento do débito por sentença, autorizando a execução, por meio da qual havia a expropriação dos bens do devedor para a satisfação do crédito. No caso dos dízimos, porém, era conferido pela Fazenda Real um “mandado geral executivo” ao arrecadador, permitindo a supressão da fase de convalidação do crédito, passando diretamente aos atos de constrição do patrimônio dos inadimplentes.

Assim, os arrecadadores dos dízimos ajuizavam diretamente as execuções, enquanto as ações de cobrança, principalmente as de assignação de dez dias, eram empregadas apenas para buscar o pagamento de dívidas antigas, quando o credor não detinha mais as prerrogativas de efetuar a arrecadação e de se valer do mandado geral executivo, cuja validade estava adstrita ao período de três anos do contrato.

Algumas vezes, por faculdade, liberalidade ou mesmo dificuldade em realizar a cobrança, os credores dos dízimos permitiam que os devedores deixassem de efetuar o pagamento, lavrando, nesses casos, cartas de crédito que serviriam, futuramente, de prova da existência da obrigação e que resultaram nas poucas ações de cobrança verificadas, especialmente se comparadas a outras dívidas e ao número de execuções da mesma natureza.

O número de execuções dos dízimos é bem mais significativo: foram 135 entre os 357 processos desta modalidade analisados, correspondendo a 37,815% do total, tratando-se da ocorrência mais numerosas deste conjunto documental.

⁵²⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Anablume, 2001, p.121.

As restrições à aquisição dos direitos de cobrança dos dízimos, naturalmente, concentraram o crédito entre os poucos arrecadadores anteriormente citados, fazendo com que cada um deles ajuizasse diversas ações. O Alferes Aleixo Correia da Cunha e seu sócio, Manoel Rodrigues Freire, foram responsáveis por 32 execuções. João Garcia de Andrade promoveu 33 e, após seu falecimento, sua esposa cobrou mais cinco dívidas, totalizando 38 feitos.

A família Cintra, representada pelo Capitão Francisco Lourenço, sua viúva e seu irmão, o Sargento Mor José Félix, ajuizou 24 execuções e outras 23 ações de cobrança de dízimos, ou seja, o expressivo número de 47 processos. Outra família, formada pelos irmãos Francisco e Joaquim da Silveira Franco, ajuizou 20 ações de execução.

Deste modo, mesmo deixando os processos de conhecimento de lado, visto que as ações prévias de cobrança eram excepcionais, decorrendo da liberalidade do credor ou de algum infortúnio que retardasse o ajuizamento da execução, superando o triênio do contrato e exigindo o prévio reconhecimento da dívida⁵³⁰, observa-se que os quatro grupos de arrecadadores foram responsáveis por 114 das 135 ações ajuizadas, o que corresponde a mais de quatro quintos do total de execuções dos dízimos (84,4%).

Em contrapartida, o número de devedores é bastante pulverizado, pois salvo Antonio dos Santos, o qual aparece quatro vezes como réu em ações de execução, apenas outros nove indivíduos foram demandados por dívidas referentes aos dízimos em duas oportunidades. Considerando que o nome Antonio dos Santos é extremamente comum, provavelmente designando mais de uma pessoa ante a probabilidade de haver homônimos, bem como que o universo de executados é composto por 117 pessoas diferentes, não foram identificados devedores contumazes dos dízimos.

Boa parte dos documentos relativos à execução dos dízimos é incompleta ou deteriorada, permitindo conhecer, apenas, as primeiras peças e o mandado de penhora, nas quais havia, normalmente, menção ao mandado geral executivo e às partes, possibilitando, desta forma, a identificação da natureza da dívida, dos credores e também dos devedores.

Nos processos que tiveram seguimento até as fases ulteriores, consumando-se as penhoras e arrematações dos bens do executado, a maioria culminou com a expropriação das terras do devedor. Isso constitui uma das explicações do motivo da não acumulação de débitos

⁵³⁰ Tem-se como exemplo a situação de Francisco Lourenço Cintra, detentor dos direitos sobre o tributo. Após seu falecimento, seguiu-se a transmissão de seus bens, culminando com o já referido acordo que atribuiu ao seu irmão, José Félix Cintra, a propriedade da loja de fazenda seca, bem como os direitos de arrecadação dos créditos. Entretanto, em razão do decurso do tempo até a composição, o prazo de validade do mandado geral executivo provavelmente se exauriu, exigindo o ajuizamento de várias ações de cobrança para a posterior execução dos dízimos.

pelos obrigados ao pagamento do imposto, pois naturalmente eram expelidos e procuravam novas áreas para se restabelecerem, principalmente as de fronteira, ou de ocupação recente, não mais se sujeitando à autoridade tributária da região de origem.

A viúva de Francisco de Lourenço Cintra ajuizou uma execução em face de Marcelo Gomes da Rocha, culminando com a penhora do sítio do executado. A propriedade tinha “cem braças partindo da borda do Rio da Cachoeira”, possuindo ainda “dois lanços de casas de parede de mão cobertas de palha”. As terras foram arrematadas pela quantia de 16\$100 réis, conforme avaliação, o que correspondia a quase o dobro da dívida, cujo montante era de 7\$360 réis, aos quais foram acrescidos os juros de mora. A diferença entre o valor da dívida e o da arrematação, porém, não ficou com o devedor, pois as despesas com o processo foram elevadas, chegando a 6\$105 réis, consumindo, juntamente com os juros da dívida, todo o valor do imóvel rural⁵³¹.

O executado, Marcelo Gomes da Rocha, era morador do Bairro da Cachoeira, freguesia de Nazareth, até 1782, quando perdeu suas terras por conta das mencionadas dívidas referentes aos dízimos. Em 1793, o mesmo devedor figurou como executado, ocasião em que foi penhorado seu novo sítio, situado na Freguesia de Jaguari, local onde se restabeleceu⁵³².

Diferentemente da Freguesia de Nazareth, a região para além do Rio Jaguari era de ocupação mais recente. O próprio nome do bairro onde se localizava o sítio de Marcelo Gomes da Rocha, chamado Campo Novo, indicava que se tratava de uma área de expansão. Da mesma forma, o montante apurado com a arrematação das terras foi bem inferior ao alcançado com a propriedade situada no Bairro da Cachoeira, correspondendo a apenas 3\$200 réis, refletindo a menor valorização da área, possivelmente em virtude da maior facilidade de aquisição de terras e da distância do centro da vila⁵³³.

A dinâmica de expropriação em razão das dívidas decorrentes dos dízimos ainda foi verificada em outros documentos. Todavia, em parte deles, depois da arrematação das terras por conta das dívidas, os devedores não participaram de outros processos, circunstância indicativa de que eles se transferiram para áreas de expansão situadas fora do termo da vila de Atibaia ou, então, se incorporaram a outras propriedades como agregados⁵³⁴.

⁵³¹ D694 – 1782 - CO 3711 ACA.

⁵³² D1924 – 1793- CO 3730 ACA.

⁵³³ D1924 – 1793- CO 3730 ACA.

⁵³⁴ D899 – 1784 - CO 3714 ACA, D957 – 1785 - CO 3715 ACA, D965 – 1785 - CO 3715 ACA, D1103 – 1787- CO3718 ACA, D1105 – 1787 - CO3718 ACA, D1115 – 1787 - CO3718 ACA, D1128 – 1787 - CO3718 ACA, D1135 – 1787 - CO3718 ACA, D1144 – 1787 - CO3718 ACA, D1238 – 1788- CO 3720 ACA, D1257 – 1788- CO 3720 ACA, D1259 – 1788- CO 3720 ACA, D1260 – 1788- CO 3720 ACA, D1358 – 1788 - CO 3721 ACA, D1465 – 1789- CO 3723 ACA, D1619 – 1790- CO 3724 ACA, D1700 – 1790 - CO 3725 ACA, D1721 – 1791- CO 3726 ACA e D1723 – 1791- CO 3726 ACA.

Os documentos descritos realçam a dificuldade em cumprir a obrigação tributária e, concomitantemente, a oposição, mesmo que passiva, ao pagamento dos impostos, fatos que são reflexos, ademais, do pesado fardo fiscal que recaía sobre os colonos e que, muitas vezes, foi o estopim de revoltas⁵³⁵.

A oposição passiva ao cumprimento das obrigações tributárias se expressava em regra por meio da inércia frente à execução e, em alguns casos, pelo emprego de expedientes maliciosos como a fuga e a dilapidação dos bens para frustrar o pagamento da dívida de natureza fiscal, fato também observado na vila de Sorocaba. Resistência, porém, que convivia com uma “ética cristã”, da qual emergia o imperativo de honrar os compromissos, tanto de natureza convencional como tributária, derivando tal dever não apenas da lei, mas da própria consciência, ainda que menos atormentada quando o encargo dos dízimos era inadimplido⁵³⁶.

O número elevado de execuções constitui um indicativo da importância dos meios judiciais para assegurar a satisfação dos créditos e, por conseguinte, o proveito aos contratadores dos dízimos. Além disso, realça uma função relevante exercida pela Câmara na esfera econômica.

A maior parte das dívidas, porém, certamente era saldada sem a necessidade de ajuizamento de execuções. Ainda assim, é inegável que havia uma aversão ao pagamento do tributo, somada às dificuldades de obtenção de recursos para saldar as dívidas. A possibilidade de utilização dos processos de expropriação permitia que os credores dos dízimos alcançassem os bens dos devedores, servindo de estímulo ao pagamento, ou melhor, funcionando como um constante alerta acerca da possibilidade de perda das terras e demais bens em razão da inadimplência.

Deste modo, não apenas o manejo das ações executórias, mas a simples possibilidade de se valer delas de uma maneira efetiva, constituía uma garantia aos arrecadadores de que teriam condições de recuperar o elevado investimento feito para a obtenção dos direitos de cobrança, o que era essencial para o desempenho de uma atividade bastante lucrativa e restrita. Por outro lado, o funcionamento adequado dos mecanismos institucionais que propiciavam o

⁵³⁵ “A elevada carga de impostos e o multiplicado número de donativos e contribuições, a serem pagos incessantemente para atender aos gastos do reino, apareceram sempre combinados com a limitação na liberdade comercial, a ausência de participação dos colonos junto ao centro de decisão, os abusos de jurisdição por parte de funcionários e os preços desvantajosos nas relações mercantis a dificultar a vida material nas colônias” Cf.: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, **Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa**. Tempo Rio de Janeiro: n. 10, 2000, Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018242005>> ISSN 1413-7704. Acesso em: 08 de junho de 2016.

⁵³⁶ FRIEDMANN, Daniel Isaac. **A prática judicial local e a lei da boa razão...**, op. cit., p. 102 e p. 55-56 e SILVEIRA, Marco Antônio. **O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 55-6.

recebimento dos valores referentes aos dízimos era igualmente fundamental para que a Fazenda Real obtivesse maiores lances pelos contratos, aumentando os recursos disponíveis.

Os moradores das vilas não tinham apenas de pagar os dízimos. Havia outras modalidades de obrigações que pesavam sobre eles, entre as quais, podemos destacar as contribuições paroquiais. As dívidas decorrentes de serviços paroquiais tinham um perfil assemelhado às resultantes dos dízimos no que diz respeito aos credores e devedores. No corpo documental, há 34 cobranças referentes a serviços de natureza clerical, o que corresponde a menos de 3% do total das ações que buscavam a recuperação de créditos (2,87%).

O montante movimentado é relativamente modesto: 70\$540 réis, mas apenas quinze ações indicaram os valores. As outras 19 limitaram-se, quando muito, a informar que se tratava de contribuições paroquiais.

A modalidade preferida de ação de cobrança de direitos paroquiais foi a de juramento de alma, correspondendo a 21 dos casos verificados. No restante dos processos, a cobrança foi veiculada por meio de autos cíveis de assignação de dez dias.

Constituindo uma obrigação de natureza religiosa, os réus, naturalmente, eram instados a jurar em sua alma que não eram devedores, sendo dispensável consignar o montante e o serviço prestado do qual defluía a dívida. Geralmente, o temor de incorrer em pecado era suficiente para evitar que houvesse discussões acerca da existência do crédito, de forma que se observou apenas um caso de oferecimento de contestação pelo réu. Ainda assim o questionamento dizia respeito tão somente à competência, alegando o devedor que cabia ao juízo de órfãos e não ao ordinário examinar a causa⁵³⁷.

Em menos de metade dos casos examinados, declinou-se a origem precisa dos créditos, foram seis ações referentes a ordenados devidos aos clérigos, quatro a enterros e uma a missas. Outras quatro cobravam auxílios para edificação ou reforma de igrejas e uma reclamava contribuições para irmandades religiosas. Verifica-se que algumas atividades religiosas eram remuneradas, enquanto os ordenados eram os salários do sacerdote rateados entre os membros da comunidade em que assistia.

Embora os dízimos servissem para o sustento da Igreja, quando não se tratava de capela curada, ou nos casos de impedimento ou doença do pároco recebedor dos estipêndios pagos pela coroa, havia a necessidade de sustento do clérigo. A partir de então operava-se a cobrança aos fiéis da remuneração na forma de “ordenados” ou “salários” em favor do religioso⁵³⁸.

⁵³⁷ D1671 – 1790 - CO 3725 ACA.

⁵³⁸ D1489 – 1789 - CO 3723 ACA, D463 – 1780 - CO 3707 ACA e D512 – 1781 - CO 3708 ACA.

Além da remuneração pelos cuidados da alma, também os recursos necessários à conservação e edificação dos imóveis que abrigavam os templos eram fornecidos pelos fiéis. A “fábrica” era o nome da renda empregada para os reparos e conservação das igrejas, três das ações contabilizadas foram promovidas pelos “fabriqueiros”, ou seja, os agentes responsáveis pela arrecadação⁵³⁹.

Somente outras três ações não foram promovidas por clérigos: uma referente às contribuições para irmandades religiosas, a qual foi ajuizada pelo procurador da instituição⁵⁴⁰; e outras duas por cessionários, declinando-se, nestes casos, os nomes dos clérigos detentores dos créditos⁵⁴¹.

As outras 28 ações foram ajuizadas por religiosos, destacando-se o Vigário Manoel Jacinto de Sampaio, o qual ingressou com 21 processos de cobrança. O número de agentes que podiam oferecer serviços religiosos era restrito, o que concentrou esta modalidade de crédito nas mãos dos clérigos que atuaram no período examinado, constituindo uma característica comum também aos credores dos dízimos.

No que diz respeito aos devedores, tal como em relação aos dízimos, houve grande dispersão, com 32 diferentes. Apenas Antonio Leite e Ignácio Rodrigues foram cobrados duas vezes por dívidas desta natureza, tratando-se, porém, de nomes bastante comuns em relação aos quais há vários registros na documentação, tornando necessária a complementação com o acréscimo de outro apelido de família, indicação do bairro de moradia ou do tipo de atividade desenvolvida para confirmar a identidade.

As obrigações pecuniárias de natureza religiosa drenavam recursos da comunidade local em favor dos clérigos. Mas, diferentemente dos dízimos, em que parte da receita era repassada ao contratador e, ao final, chegava aos cofres da Fazenda Real, os recursos amealhados eram, normalmente, reinvestidos localmente por meio de empréstimos, comercialização de outros bens, ou então eram aplicados na construção e manutenção de templos.

O Vigário Manoel Jacinto de Sampaio efetuou a cobrança de “quatorze patacas menos quatro vinténs” referentes à venda de um cavalo em um processo⁵⁴² e de 7\$680 réis em outro, quantia que foi emprestada a Francisco Correia de Brito⁵⁴³. As ações ajuizadas refletem o envolvimento do sacerdote no mercado local de crédito e de bens, no qual empenhava os recursos amealhados com desempenho de suas atividades religiosas.

⁵³⁹ BLUTEAU, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*, op. cit., v 4, p. 3.

⁵⁴⁰ D29-1770- CO 3697 ACA.

⁵⁴¹ D335- 1798 CO 3738 ACA e D677 -1782 - CO 3711 ACA.

⁵⁴² D1268 - 1788 - CO 3720 ACA.

⁵⁴³ D1348 - 1788 - CO 3721 ACA.

Analizando o que chamou de comércio funerário, Sheila de Castro Faria (1998) afirma que apesar das despesas com enterros e missas absorverem parcela substancial dos recursos da família enlutada, depauperando a unidade doméstica, a maior parte das quantias despendidas retornava por meio de empréstimos feitos por clérigos ou irmandades religiosas, bem como com a edificação e conservação de paróquias, altares e outros bens a serviço da igreja, empregando-se na construção e reparos materiais e mão de obra local⁵⁴⁴.

O montante pouco expressivo das ações referentes a direitos paroquiais e assemelhados não reflete a importância dos gastos de natureza religiosa, mais precisamente do comércio funerário, na economia local. O exame dos inventários e testamentos mostra que as somas despendidas com missas, enterros e cumprimento das demais obrigações em favor da alma do defunto eram elevadas, enquanto a própria natureza das dívidas, revestida de caráter espiritual, tornava imperativo seu pagamento, certamente resultando em poucas cobranças.

Apenas como exemplo, consta no inventário de Cristina Maria de Siqueira que o anteriormente mencionado Vigário Manoel Jacinto de Sampaio recebeu seis patacas de três mementos cantados, quatro patacas de missa de corpo presente e 1\$600 réis do enterro⁵⁴⁵. Há ainda outros procedimentos de inventário, testamento e correlatos em que o mesmo religioso⁵⁴⁶ e outros clérigos são citados como credores pela prestação de serviços religiosos⁵⁴⁷.

Da mesma forma, já se observou o papel exercido pelas irmandades religiosas como prestamistas, atuando no mercado local de crédito, o que gerou vários processos, representando valores significativos. Por outro lado, não havia muitas cobranças de contribuições dos “irmãos”, cujos recursos sustentavam tais instituições e geravam o excedente passível de ser investido por meio de empréstimos a juros.

O número relativamente modesto de ações de cobrança de direitos paroquiais e a grande ocorrência de execuções dos dízimos realçam que o dever de pagar impostos não se impunha apenas pela consciência, mas pela coerção, diferentemente das obrigações de natureza religiosa, cujo cumprimento era estimulado pelo temor de incorrer em pecado.

Entretanto, assim como as obrigações decorrentes de impostos e tributos acarretavam o acionamento dos meios institucionais de natureza judicial, especialmente os autos cíveis de execução, os quais, em última análise, legitimavam a expropriação material dos devedores, o

⁵⁴⁴ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento...**, op. cit., p. 281

⁵⁴⁵ D997 – 1785 - CO 3715 ACA.

⁵⁴⁶ D1062 – 1786- CO 3717 ACA e D1898 – 1792 - CO 3729 ACA.

⁵⁴⁷ Documento 186 – 1774- CO 3701 ACA, Documento 997 – 1785 - CO 3715 ACA e Documento 1898 – 1792 - CO 3729 ACA.

descumprimento dos deveres frente à Igreja desencadeava reações ainda mais extremadas, inclusive o uso da força.

No ano de 1786, José Gonçalves da Cunha recebeu ordem do Vigário Manoel Jacinto de Sampaio para prender Sebastião Moreira em razão do procurado “estar excomungado e não dar obediência à Igreja”. No cumprimento da diligência juntamente com outros captores que também foram encarregados da tarefa, José Gonçalves foi ferido com um tiro no peito, desferido por “Jacinto de tal, homem bastardo filho de Antonio da Cunha Moreira”. O opositor à ordem, possivelmente, tinha laços de parentesco com indivíduo que deveria ser capturado⁵⁴⁸.

O documento não indica se a ordem de prisão decorria de algum processo oriundo da justiça eclesiástica, tampouco qual foi, especificamente, a transgressão praticada pelo procurado. A devassa instaurada em decorrência dos fatos culminou com a pronúncia do indivíduo que se opôs ao cumprimento da determinação do vigário e com a determinação de sua prisão, a qual ocorreu cerca de dois anos depois⁵⁴⁹.

Portanto, além de garantir a apropriação dos bens para o pagamento das dívidas, os meios judiciais também serviam para respaldar a autoridade dos credores e, em certas circunstâncias, quando os preceitos religiosos que incutiam a necessidade de cumprimento das obrigações falhassem ou não produzissem os efeitos desejados sobre os devedores, a justiça legitimava o emprego da força para vencer a oposição mais ativa e revigorar o dever de obediência⁵⁵⁰.

3.5.1.6 Trabalho, jornais e serviços

O produto do trabalho, ou a prestação de determinados serviços, também desencadearam o ajuizamento de processos de cobranças de dívidas. Os litígios envolviam tanto os trabalhadores e prestadores que não receberam o que havia sido convencionado, como os contratadores em função dos serviços ou tarefas não realizadas, figurando ambos como réus e autores das demandas.

O número de documentos, cerca de 36, é bem modesto, correspondendo a, aproximadamente, 3% do total de ações de cobrança (3,03%), enquanto o montante em dinheiro

⁵⁴⁸ D1074 – 1786 - CO 3717 ACA.

⁵⁴⁹ Idem.

⁵⁵⁰ As execuções dos dízimos tanto em Atibaia como em Sorocaba não resultaram em aprisionamento do devedor, mas em perdimento de bens. Contudo, em processos referentes ao “novo imposto” incidente sobre os animais trazidos do sul que trafegavam pelo registro de Sorocaba, o recurso à prisão foi empregado largamente, predominando como meio de obrigar os devedores ao adimplemento. Cf.: FRIEDMANN, Daniel Isaac. **A prática judicial local e a lei da boa razão...**, op. cit., p. 115-120.

movimentado é da ordem de 237\$234 réis. Embora reduzido, o conjunto de negociações referentes a trabalhos, jornais e serviços que resultaram em demandas creditícias é bastante revelador das potencialidades dos meios institucionais de natureza judicial.

Em termos numéricos, as edificações e a preparação dos materiais de construção constam como as ocorrências mais numerosas. Foram 13 no total, seguidas da realização de trabalhos agrícolas, 11, e de serviços especializados não manuais, sete. Apenas duas ações representaram trabalhos mecânicos e, em outros dois casos, não houve a especificação da natureza do serviço. Entre as 13 ações associadas a edificações, cinco se referem a dívidas decorrentes da construção de casas completas. Outras três aludem a partes de imóveis: telhado, calha e cerca. Há ainda quatro processos cujas dívidas foram originadas da confecção e fornecimento de materiais de construção, principalmente de telhas e taipas.

Os valores envolvidos no levantamento de casas variavam amplamente, havendo a cobrança de quatorze patacas (4\$480 réis) no processo de menor quantia e 40\$560 réis no de montante maior. A variação de preços se dava provavelmente em função das dimensões da edificação e também do fornecimento e qualidade do material empregado⁵⁵¹.

As duas ações restantes se referem também às edificações, mas não propriamente de casas, contratando-se a construção de um moinho e de um monjolo. Estes casos envolviam prestadores de serviço que detinham um conhecimento especializado. Houve, porém, dificuldades na execução, resultando em litígios com os contratadores, culminando com o ajuizamento de ações de cobrança.

Em relação ao monjolo, o contratador ajuizou a ação para reaver a arma de fogo dada como pagamento pela obra que não foi realizada. O réu, por sua vez, alegou em sua defesa que a água no local era “muito limitada” para a construção do monjolo e que estava aguardando a indicação pelo autor de um local mais apropriado para situá-lo⁵⁵².

No segundo caso, houve a contratação para a construção do engenho de um moinho de trigo, cuidando-se de uma obra ainda mais complexa e custosa, já que, além da edificação, havia a necessidade de preparar e acoplar o mecanismo responsável pelo aproveitamento da força da água e movimentação da moenda. Tais serviços foram distribuídos a mais de um prestador⁵⁵³.

A demanda era promovida por João do Prado Bueno, o qual disse em sua petição que seguiu o “risco do rodízio” elaborado pelo Mestre Manoel Ribeiro Cardas a pedido do

⁵⁵¹ D1303 – 1788 - CO 3720 ACA e D2373 – 1799 CO 3140.

⁵⁵² D2011 – 1794 - CO 3732 ACA.

⁵⁵³ D1658 – 1790 - CO 3725 ACA.

contratador, o Sargento Mor José Félix Cintra⁵⁵⁴. Disse ainda o prestador que havia feito o serviço de forma completa, colocando viga, assoalho, bomba para abastecer de água o tanque, de modo que o dispositivo funcionou perfeitamente por tempo de um ano, triturando trigo, até que os esteios da casa que tinha o réu mandado edificar por outro oficial afundaram, ficando penso o moinho⁵⁵⁵.

Continuou afirmando que foi chamado novamente pelo contratador da obra para refazer o rodízio, desta vez menor, pois o anterior, nas medidas indicadas pelo Mestre que fez o projeto (risco), “era grande e que por isso não moía com velocidade”. Seguindo as ordens dadas pelo réu, recompôs as fundações da casa do moinho utilizando vigas mais compridas, “tornando a assoalhar e fazendo toda obra de novo com uma bomba no lugar da bica para o rodízio, ficando o moinho completo”. Pedia então o pagamento pelos dois serviços, o primeiro no montante de 20\$000 réis e o segundo custando 16\$000 réis⁵⁵⁶.

Na leitura do documento, é possível verificar que o autor era especializado em serviços de carpintaria, mas não se tratou da única oportunidade em que participou de um processo. Além de empreiteiro, João do Prado Bueno negociou fazenda, concorreu para a arrematação dos estancos, exercendo também as funções de procurador em diversos processos.

Devido à sua atuação como solicitador de causas, João do Prado Bueno teve condições de enfrentar o Sargento Mor José Félix Cintra, seu contratador, promovendo a demanda. No curso do processo, ele ainda alertou o juiz ordinário para a influência exercida pelo réu sobre as pessoas indicadas para avaliar o cumprimento da obrigação, aduzindo que:

ninguém havia de aceitar a louvação do mesmo autor em razão do réu ser homem de autoridade e Sargento Mor das ordenanças desta vila do qual são sujeitos os moradores, tanto assim que falando ele autor ao referido Antonio Ferreira Meireles para lhe ir avaliar aquela obra, este não quis fazer, dizendo que não entendia de semelhante obra, no que se provou o receio que se tem do réu (...) ⁵⁵⁷

Assim como o Sargento Mor José Félix Cintra, João do Prado Bueno tinha no comércio uma de suas atividades. O autor, porém, não dispunha da mesma riqueza e prestígio de seu adversário, atuando em segmento diferente do mercado, acrescentando-se que o exercício concomitante de um ofício mecânico o desvalorizava ainda mais frente ao seu contendor, conforme os padrões vigentes na sociedade da época.

⁵⁵⁴ Rodízio é “um pau grosso, & em baixo ainda mais. Está empinado direyto para o moinho, & no pé tem metidas huas travessas, ou aduelas, algum tanto curvas; a que chamam Pennas, aonde dá a água, & faz andar este Rodízio, & e o Rodízio faz andar a roda do moinho”. Cf.: BLUTEAU, op. cit., p. 359

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ Ibidem.

⁵⁵⁷ D1658 – 1790 - CO 3725 ACA.

As desvantagens econômicas e sociais de João do Prado Bueno não o impediram de acionar os meios judiciais contra um oponente tão poderoso. O conhecimento associado a uma prática judicial leiga distinguia o autor da grande maioria da população rural da vila de Atibaia, permitindo que ele se valesse das possibilidades oferecidas pelo aparato institucional local para nivelar sua posição com a do réu e conter a influência naturalmente exercida pelo Sargento Mor José Félix Cintra. Note-se que, ao lançar dúvidas sobre a isenção dos “louvados” designados e também realçar o temor que tinham em realizar o exame, o autor da ação pretendia a nomeação de peritos de fora, ou então ao menos pressionar o juiz ordinário e os avaliadores locais da obra para que não sucumbissem à tentação de agradar seu adversário.

Seguindo a análise para contemplar as demais modalidades de prestação de serviços, verifica-se que, das onze ações ajuizadas em virtude da contratação de trabalhos agrícolas, oito diziam respeito ao preparo de roças, sendo uma de algodão, três de milho e três de culturas não especificadas. As condições estabelecidas são conhecidas por meio de um dos processos, no qual reclamou o autor em sua petição o pagamento de 4\$500 réis, parte de uma quantia maior correspondente à “fatura de quatro alqueires de planta de milho”, bem como de “roçar derrubar e plantar em matos virgens”⁵⁵⁸.

Nos outros três autos cíveis, ao invés de delimitar a preparação de uma roça e a expectativa da quantidade que seria colhida, há a cobrança do trabalho efetuado independentemente da produção, mencionando-se em dois dos processos que a dívida decorria de “dias de serviço”, declinando-se também o valor de quatro vinténs para cada um deles, o que equivalia a oitenta réis diários⁵⁵⁹. Dois indivíduos indicados como “forros”, Antonio da Costa e Amaro Siqueira, foram demandados em ações de cobrança, o primeiro deles por dias de serviço não prestados e o segundo por não plantar uma roça de milho⁵⁶⁰.

Em 1787, Manoel de Siqueira Lima cobrou dezenove dias de serviço não trabalhados de Bento Pires Cardoso a quatro vinténs. O réu confessou a dívida e foi condenado⁵⁶¹. Em outro processo, do mesmo ano, Bento Pires Cardoso passou de réu a autor, solicitando de Antonio Leme o pagamento por 42 dias de serviço, também a quatro vinténs por dia. O desfecho foi semelhante, confessando o réu dever ao autor a quantia pedida⁵⁶².

Os autos cíveis citados constituem um registro importante, pois demonstram que o indivíduo podia demandar e ser demandado pela venda da força de trabalho. Bento Pires

⁵⁵⁸ D1527 – 1789 - CO 3723 ACA.

⁵⁵⁹ D1138 – 1787 - CO3718 ACA e D1199 – 1787 - CO3719 ACA.

⁵⁶⁰ D1763 – 1791 - CO 3726 ACA e D856 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁵⁶¹ D1138 – 1787 - CO3718 ACA.

⁵⁶² D1199 – 1787 - CO3719 ACA.

Cardoso não participou de outros autos cíveis em que fosse possível reunir mais informações sobre ele. A única certeza é que ele era livre, havendo ainda elevada probabilidade de ser pobre e não prestar os serviços por meio de escravos. Circunstância que, certamente, seria mencionada nos autos, tanto que há outro caso de cobrança de trabalhadores agrícolas feito por um cativo que com a licença do seu senhor demandou o pagamento de sete patacas pela plantação de uma roça de um alqueire de milho⁵⁶³.

O outro autor que demandava a remuneração pelo plantio de uma roça de milho, Manoel Lopes de Camargo, não era o prestador do serviço, mas apenas o mostrador do crédito, o qual foi adquirido de Caetano Nunes Fernandes⁵⁶⁴. Lavrador no bairro da Cachoeira, freguesia de Nazareth, onde possuía um sítio e vivia com sua esposa, um filho de nove anos, um irmão e uma tia, não havendo registro de que possuísse escravos, ou seja, os trabalhos de natureza agrícola foram realizados pelo próprio credor em regime familiar⁵⁶⁵.

Cumprir ainda destacar que apesar de possuir um sítio, ele vendeu a força de trabalho, pois não foi transacionada a venda da produção de sua unidade, mas a derrubada da mata virgem e o plantio de uma roça de milho nas terras do devedor, que possuía também um sítio no mesmo bairro.

Apenas nos três casos citados os agentes exigiram o pagamento pelo trabalho, enquanto nos demais eram os contratadores que reclamavam a não realização das roças ou a falta aos “dias de serviço”. Entre os que não cumpriram a obrigação, a qualificação como “forro” associada à necessidade que tinham de vender sua força de trabalho denotam que se tratava de pessoas situadas em posições bastante inferiorizadas na escala social.

Em contrapartida, convém realçar que a existência de ações demandando o pagamento dos dias de serviço por lavradores que não contavam com o auxílio de cativos, apenas de familiares, evidencia que havia a possibilidade de recorrer aos mecanismos institucionais para a obtenção dos valores decorrentes da utilização do trabalho. Tratou-se, porém, de uma prática pouco frequente, tanto que um dos lavradores não foi o autor do processo, cedendo o crédito para que um terceiro fizesse a cobrança.

Há duas ações de cobrança pela realização de serviços ligados a ofícios mecânicos, tendo como autores um tecelão e um sapateiro. O número de ocorrências é bem reduzido para a importância desta modalidade de atividade. Observa-se, porém, alguns processos sem a indicação da origem da dívida, mas com autores ou réus qualificados como tendo algum tipo

⁵⁶³ D932 – 1785- CO 3715 ACA.

⁵⁶⁴ D1527 – 1789 - CO 3723 ACA.

⁵⁶⁵ Conferir: D963 – 1785 - CO 3715 ACA e APESP – LN 1785.

de ocupação manual, sinalizando para a possibilidade de uma representação maior da prestação de trabalhos especializados nos autos cíveis⁵⁶⁶.

Salvador Mendes Moreira fiava algodão e Custódio Correia de Moraes lhe devia 4\$540 réis por 58 varas de fio grosso e dez varas do fino. O autor ainda cobrava as despesas de uma viagem que fez “para as partes de Mogi das Cruzes” com a finalidade de encontrar o réu, na qual foram gastos 1\$800 réis, bem como as despesas de outra viagem feita por seu filho ao Morro do Lopo, ambas realizadas a mando da mulher de Custódio⁵⁶⁷.

Apesar de não se tratar de agregados, verifica-se uma relação de subordinação entre as partes, constando expressamente nos autos que o filho do autor estava a “servir o mesmo réu”. Também indicativo deste vínculo era o fato de ambos receberem ordens diretas da esposa de Custódio. Entretanto, a despeito da subalternidade, Salvador utilizou os mecanismos judiciais para receber os valores correspondentes aos serviços que prestou conjuntamente com seu filho e não foram pagos. Na outra demanda, Januário Ortiz cobrou 15 patacas de “obras” que fez de seu ofício de sapateiro, tratando-se do mesmo agente anteriormente citado por conta de sua atuação como solicitador de causas e possuidor de loja⁵⁶⁸.

A prática judicial leiga era uma atividade que também podia ser remunerada, conforme se observou em três ações de cobrança, tendo como autores Alexandre Machado de Carvalho em uma delas⁵⁶⁹ e José Gomes de Azevedo nas outras duas⁵⁷⁰, os quais indicaram nos requerimentos iniciais que a dívida decorria do patrocínio de causas.

Uma ação promovida pelo primeiro indivíduo a ocupar o ofício de tabelião da Vila de Atibaia, José de Barros, cobrava de José Manoel, qualificado como “pardo forro”, as quantias de 1\$100 réis e setecentos réis de emolumentos pela “fatura de provisão e folha corrida”, cuidando-se de uma dívida incomum, pois parte das custas judiciais, normalmente, era adiantada pela parte e o restante liquidado ao final do processo que as originou⁵⁷¹.

A cobrança de 4\$000 réis foi deduzida por meio de uma ação de juramento de alma promovida pelo boticário João Garcia Rocha e dizia respeito à “cura que o suplicante lhe fez de uma deflagração de sangue”. O tratamento foi dispensado ao falecido marido da ré, tratando-se da única dívida desta natureza observada.

⁵⁶⁶ D1114 – 1787 - CO3718 ACA, D450 – 1780 - CO 3707 ACA e D867 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁵⁶⁷ D1718 – 1791- CO 3726 ACA.

⁵⁶⁸ D1140 – 1787 - CO3718 ACA.

⁵⁶⁹ D724 – 1783 - CO 3712 ACA.

⁵⁷⁰ D640 – 1782 - CO 3710 ACA e D654 – 1782 - CO 3710 ACA.

⁵⁷¹ D1164 – 1787 - CO3719 ACA.

Com a contagem e análise das ações que emergem da prestação de serviços é possível verificar que o trabalho manual, especializado ou não, podia se traduzir em crédito e também ser objeto de cobrança pelos meios judiciais, enquanto os conhecimentos específicos, tais como tratar doentes, realizar atos notariais e promover causas eram igualmente valorizados, permitindo proveito econômico.

No caso do saber referente ao manejo das modalidades de autos cíveis, não apenas os rendimentos alcançados com a prática da advocacia leiga em favor de terceiros eram essenciais, mas, principalmente, a oportunidade de utilizá-lo em benefício próprio. Ademais, o detentor deste conhecimento específico dispunha de um recurso extremamente valioso, pois era capaz de habilitá-lo a ingressar em um universo judicial, no qual era possível mitigar algumas das vantagens decorrentes da posição social e econômica mais elevada de um adversário. Ainda que o juízo ordinário protegesse os interesses dos indivíduos mais abonados e prestigiosos, certamente se tratava de um espaço menos hostil às pretensões dos menos favorecidos do que outros ambientes institucionais, tais como, por exemplo, os corpos militares.

3.5.1.7 Armas, vestuário e utensílios

A maioria dos autos cíveis que se refere à venda de bens empregou a expressão fazenda, termo que compreendia os objetos de uso cotidiano, entre os quais roupas, artigos de uso doméstico e ferramentas. Estes objetos eram também transacionados isoladamente por agentes não ligados diretamente ao comércio, especialmente quando não eram novos.

Os vendedores de fazenda anteriormente observados também constam entre aqueles que transacionaram roupas, utensílios e armas, mas sua inserção no conjunto das atividades institucionais desenvolvidas pela câmara já foi examinada. Porém, resta verificar se havia também negociações secundárias com a compra e venda destes artigos por indivíduos que não estivessem ligados, diretamente, à atividade mercantil, atuando, sobretudo, em um mercado de produtos, predominantemente, usados.

Alguns equipamentos ligados à produção agrícola e artesanal também foram contabilizados neste tópico. Apenas os animais de tração e transporte deixaram de ser incluídos, uma vez que, dadas as características de sua negociação e da posse destes bens, merecem uma análise mais detalhada em seção própria.

Os inventários relacionam diversos objetos pelos quais é possível conhecer a vida doméstica integrada à produção no período colonial. São artigos de uso caseiro, peças de devoção, mobiliário, ferramentas. Referidos artigos, apesar de numerosos, não foram

normalmente objeto de ações de cobrança, ou então não foram precisamente individualizados nos processos.

Ressalte-se que a omissão também ocorria nos autos cíveis que envolviam transações comerciais, nos quais nem sempre era indicado o tipo específico de “fazenda”, ou seja, se “seca” ou “molhada”, e em pouquíssimos casos houve a enumeração dos artigos negociados, situação verificada somente quando era apresentado o rol ou as anotações dos livros do agente mercantil, conjuntamente com a carta de crédito. Mesmo as ferramentas da lida no campo tão essenciais às atividades agrícolas desenvolvidas na região não foram usualmente apresentadas, nominalmente, no conjunto de autos cíveis.

Talvez o baixo valor agregado a machados, foices, ancinhos e outros objetos de uso rural e doméstico de segunda mão, excetuando algumas peças de vestuário e armas de fogo, não justificasse o ajuizamento de demandas para cobrar as quantias referentes às vendas deles. Mas a existência de ações de alma com dívidas modestas contraria tal hipótese.

Igualmente, o reduzido número de ações de cobranças nomeando, expressamente, os bens tratados neste tópico, não significa a ausência de negociações. Sheila de Castro Faria (1998) anota que a forma detalhada pela qual os objetos eram descritos nos inventários, mesmo os de ínfimo valor, sinaliza para a realização de transações os envolvendo, havendo, segundo a autora, “um expressivo comércio de mercadorias usadas” decorrente de uma economia de “pequena circulação monetária” e com dificuldades de aquisição de produtos manufaturados, valorizando tudo que não fosse feito de madeira ou barro comum, destacando-se as peças de vestuário⁵⁷².

No juízo ordinário de Atibaia, foi ajuizada uma ação de cobrança em que o bem negociado era um cachorro, o qual tinha sido vendido pela quantia de 1\$300 réis, afirmando o autor que era um animal adestrado para caça. Destaque-se ser incomum, mesmo nos inventários, referência à posse de cães, mas mesmo tais animais podiam ser valiosos e, o mais notável, se tornarem objeto de uma disputa que resultasse na ativação dos mecanismos institucionais manuseados pela câmara⁵⁷³.

Mais de uma centena de processos de cobrança não declina a origem da dívida, cerca de um terço deles nem o valor, aventando-se a possibilidade de que os objetos tão bem descritos nos inventários e até outros mais peculiares tenham sido, efetivamente, negociados e depois houvesse a cobrança judicial das dívidas, não obstante a falta de menção expressa.

⁵⁷² FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento...**, op. cit., p. 180-1.

⁵⁷³ D136 – 1773- CO 3700 ACA.

Assim, da constatação da excepcionalidade com que as ações de cobrança retrataram, nominalmente, a negociação de ferramentas, aparatos empregados na produção, utensílios de casa, “miudezas”, móveis e outros produtos usados, é possível inferir tão somente que o volume de compras e vendas era inferior a outros tipos de bens, mesmo análogos, como as roupas, e que seus valores eram também, geralmente, menores, não estimulando sua descrição pormenorizada nos autos cíveis em que foram cobradas as dívidas.

Registre-se, porém, uma ação de alma do ano de 1779, na qual o autor cobrou a quantia de 560 réis pela venda de um machado⁵⁷⁴, constituindo uma exceção. No conjunto de autos cíveis, em poucos processos de valor tão baixo houve a nomeação mais precisa da origem da dívida.

Há mais 16 ações de cobrança decorrentes da compra e venda de objetos, 11 delas ligadas a equipagem de montarias e de animais de tração, foram seis selas, dois lombilhos, uma ponteira, um coxinilho e uma cangalha. Também foram comercializadas duas violas, uma moenda e um cano de alambique.

Somam-se 51 processos de cobrança referentes à venda de armas de fogo e dezoito de peças de vestuário, totalizando 86 autos cíveis, os quais correspondem a pouco mais de sete por cento do total das ações creditícias (7,1846%), enquanto o montante em dinheiro transacionado foi da ordem de 529\$660 réis. Os objetos relacionados a montarias, a peças de vestuário e a armas de fogo constituem os bens mais negociados, superando dez ocorrências cada modalidade, destacando-se as armas de fogo, as quais representam mais da metade do total (59,3%).

As seguintes vestimentas foram referidas com origem da dívida: quatro fardas, quatro capotes, duas calças, três pares de botas, duas saias, um vestido e um poncho. Parte destas peças de roupa foi vendida por indivíduos não ligados ao comércio, constando em um dos processos, por exemplo, que uma saia preta foi vendida pela mulher do autor à do réu. A negociação foi feita diretamente pelas esposas das partes, ou seja, de forma casual e não profissional, tratando-se, provavelmente, de uma peça usada⁵⁷⁵.

Apenas em duas ações, os autores foram identificados também como vendedores de fazenda: tratando-se de José Pires de Oliveira e de Alexandre Machado de Carvalho, este último, nem era o detentor do crédito, atuando como mostrador, pois a dívida tinha sido contraída com o Alferes Antonio Barreto Cardoso⁵⁷⁶.

⁵⁷⁴ D381 – 1779 - CO 3706 ACA.

⁵⁷⁵ D1362 – 1788 - CO 3721 ACA.

⁵⁷⁶ D 549 – 1781 - CO 3709 ACA e D583 – 1781 - CO 3709 ACA.

Januário Ortiz figurou como vendedor de dois pares de botas⁵⁷⁷, mas ele era procurador de causas, taberneiro e também sapateiro, cuidando-se, aparentemente, de artigos por ele confeccionados em seu ofício. De modo que, apenas nestas duas vendas de calçados e no caso de José Pires de Oliveira⁵⁷⁸, a negociação assumiu um caráter não eventual, tratando-se de produtos possivelmente novos.

Os valores relativamente elevados atribuídos às peças de roupas nos autos examinados e o fato de elas serem, provavelmente, usadas, não tendo sido vendidas conjuntamente com tecidos, armarinhos e outros artigos tidos, genericamente, como fazenda seca, certamente contribuíram para que elas fossem citadas como origem da dívida.

Semelhante proposição pode ser estendida às armas de fogo, pois os preços das espingardas e pistolas, principais tipos negociados, oscilavam entre 5\$000 e 10\$000 réis, quantia significativa para os padrões do juízo local de Atibaia, tornando tais bens dignos de serem destacados, ainda que negociados com outros artigos, inclusive gêneros classificados como fazenda – designação esta que, normalmente, não os contemplava.

Dentre os produtos transacionados que geraram ações de cobrança, as armas de fogo ocupam o terceiro lugar em número de ocorrências, tendo a sua frente apenas os animais de transporte e as negociações de fazenda. Todavia, considerando apenas os artigos singularmente nomeados, já que o termo fazenda em suas duas modalidades (seca e molhada) podia abranger inúmeros produtos, as armas de fogo seriam alçadas ao segundo posto entre os objetos vendidos geradores de demandas creditícias.

Bastante acessíveis, as armas de fogo constituíam um artigo quase indispensável, mesmo porque os indivíduos do sexo masculino em idade considerada adulta deveriam ser incorporados a alguma das organizações militares coloniais, providenciando o seu armamento e fardamento.

As armas de fogo, normalmente, não eram produzidas na colônia. Os modelos novos eram trazidos pelos comerciantes, identificando-se vários destes agentes entre os credores. Manoel José Villaça, negociante de fazenda seca da cidade de São Paulo, e que atuou mais para o final do século XVIII, por exemplo, ajuizou três ações de cobrança decorrentes da venda de armas de fogo⁵⁷⁹.

⁵⁷⁷ D1093 – 1787 - CO3718 ACA e D1180 – 1787- CO3719 ACA.

⁵⁷⁸ D583 – 1781 - CO 3709 ACA.

⁵⁷⁹ D2058–1795- CO 3734 ACA, D2071–1795- CO 3734 ACA e D2097–1795 - CO 3734 ACA.

O Alferes Manoel de Oliveira Franco, comerciante da freguesia de Nazareth, foi quem figurou mais vezes como autor, manejando quatro processos de cobrança⁵⁸⁰, enquanto um dos mais destacados negociantes de fazenda seca da vila de Atibaia, Gabriel Fernandes Cantinho, negociou armas de fogo em ao menos uma oportunidade⁵⁸¹.

As transações espelhadas nas ações de cobrança envolveram tanto as armas de fogo novas como as usadas, evidenciando, tal como no mercado de roupas, a participação de agentes sem qualquer ligação com o comércio. Combinando a lista de credores de fazenda com a de credores da venda de armas de fogo, bem como com os nomes dos comerciantes referidos nas atas da câmara, verificou-se que mais da metade das transações, 27 no total, foram efetivadas por indivíduos que não se envolveram em outros processos capazes de evidenciar atividade mercantil, tampouco fizeram requerimentos aos oficiais camarários que denunciassem tal prática.

Os vendedores de armas não ligados à atividade mercantil constituem a maioria dos autores de demandas; foram 26 contra nove e, enquanto apenas um deles ajuizou duas ações, os nove comerciantes que completam a lista de credores foram responsáveis por 24 dos processos de cobrança de dívidas desta natureza. Tais números, por si só, exprimem a natureza habitual das transações realizadas pelos que foram identificados como comerciantes em confronto com o caráter eventual das vendas efetuadas pelo restante do grupo.

Neste tópico, foram enfatizadas as negociações de roupas, supostamente usadas, que ensejaram ações de cobrança, mas não é possível aferir se elas predominaram em relação à venda das vestimentas novas na ativação dos meios judiciais de cobrança dada a dificuldade de dimensionar, de forma precisa, quando eram transacionadas peças de vestuário novas ou usadas.

O comércio habitual desempenhado pelos agentes mercantis ensejou um número de processos dez vezes maior que os referentes à venda isolada de peças de vestuário. Os termos “fazenda” e “gastos na loja” que designavam a atividade comercial nos autos cíveis podiam se referir tanto à comercialização de roupas como de produtos alimentícios, tecidos, ferramentas, armarinhos, entre outros artigos, de modo a explicar as razões pelas quais se tornou inviável uma avaliação precisa do peso de tais negociações e da qualificação da atividade dos credores.

Em relação às armas de fogo, não se apresentaram tais obstáculos, visto se tratar de objetos singulares não inseridos em outra classificação. Foi possível, então, verificar que os agentes mercantis tiveram um peso significativo no número de ações ajuizadas, representando

⁵⁸⁰ D1279 – 1788 - CO 3720 ACA, D1281 – 1788 - CO 3720 ACA, D1319 –1788- CO 3721 ACA e D671–1782-CO 3711 ACA.

⁵⁸¹ D617 –1782 - CO 3710 ACA.

quase metade delas. Entretanto, o maior número de credores era formado por indivíduos, aparentemente, ligados a outras atividades, os quais também tinham a possibilidade e motivação para acessar o juízo ordinário com a finalidade de cobrarem dívidas.

3.5.1.8 *Cavalos, éguas, potros e bestas*

Por ocasião da análise das ações de cobrança derivadas da criação de animais, foram contabilizadas algumas ações referentes à comercialização de suínos, compreendendo, porcos, leitões e toucinho, bem como de vacas e bois. O número de processos é, porém, bastante ínfimo se comparado às ações decorrentes das transações de animais de transporte. As negociações envolvendo cavalos e, em menor escala, bestas foram as que resultaram na maior quantidade de processos de cobrança. Foram 379 autos cíveis, os quais correspondem a mais de um terço das ações creditícias (31,93%).

Os valores movimentados correspondem a quase quatro vezes o montante de fazenda negociado e superam a soma de todas as demais quantias decorrentes de dívidas que resultaram em ações creditícias. Foram 5:771\$544 réis contra 1:527\$078 réis de fazenda negociada.

As ações descrevem a comercialização de pelo menos 563, a maioria cavalos e potros, quantidade que pode ser ainda maior, uma vez que houve processos que se referiam à venda de cavalos sem declinar o número exato. Enquanto as somas cobradas nestes mesmos documentos indicavam, muitas vezes, se tratar de vários animais, preferindo-se, frente a tal imprecisão, computar que apenas dois foram negociados.

Algumas negociações revelam que a compra e venda estava associada, diretamente, à atividade produtiva, pois conjuntamente com a negociação de cavalos também eram transacionados gêneros agrícolas, principalmente milho⁵⁸². Embora sejam poucos registros, são dignos de nota, destacando ainda que em apenas um processo houve a indicação da aquisição concomitante de cavalos e fazenda, mesmo assim no contexto de uma negociação mais ampla, envolvendo outros três créditos, tratando-se, possivelmente, de um ajuste de contas⁵⁸³. Os elementos consignados não desnaturam o caráter comercial que revestia as transações envolvendo animais, mas evidenciam que não havia um vínculo imediato com a negociação de fazenda, outra importante modalidade de atividade de natureza mercantil.

⁵⁸² D449 – 1780 - CO 3707 ACA, D1666 – 1790 - CO 3725 ACA, D1171 – 1787 - CO3719 ACA e D1666 – 1790 - CO 3725 ACA.

⁵⁸³ D758 – 1783 - CO 3712 ACA.

No geral, as negociações de animais se assemelharam mais às de armas de fogo do que às de fazenda, não se verificando um grupo que intermediava a compra e venda de cavalos no âmbito local, tal como os agentes mercantis ligados ao mercado de abastecimento, os quais tinham sua loja e eram, concomitantemente, credores e devedores de certos produtos. Os comerciantes de pequeno porte cobravam em juízo os gastos efetuados em seu estabelecimento e, por outro lado, eram demandados pelo não pagamento de mercadorias fornecidas por outros mercadores de maior porte, especialmente produtos manufaturados e alguns tipos de “molhados”, tais como aguardente, sal, fumo e açúcar.

A referida dinâmica não foi observada na negociação de animais. Somente dezoito indivíduos foram identificados na posição simultânea de comprador e vendedor⁵⁸⁴, oito deles apenas como mostradores; ou seja, não eram os responsáveis imediatos pela comercialização, exercendo unicamente os direitos decorrentes da carta de crédito que representava a obrigação de pagamento. Outros sete indivíduos compraram e venderam diretamente cavalos, podendo ser identificados por meio de outros processos como lavradores, enquanto os dois restantes não tiveram mais registros documentais que pudessem indicar sua principal ocupação.

Acrescente-se que dentre os sete efetivamente qualificados como credores e devedores em negociações diretas, quatro aparecem como réus de mais de um processo pela falta de pagamento dos animais adquiridos, enquanto nenhum dos sete promoveu mais de uma ação de cobrança. Em outras palavras, não há indícios no corpo documental de que desenvolviam, habitualmente, a comercialização de animais. Ao contrário, por meio do envolvimento em outros processos relativos ao uso da terra, bem como nas ocasiões em que foram ouvidos como testemunhas, tornou-se possível qualificá-los com razoável certeza apenas como lavradores.

Naturalmente, os lavradores compravam e vendiam cavalos, tal como ocorria em relação às vestimentas, armas de fogo, ferramentas e utensílios. O número elevado de processos, ademais, é um indicativo seguro da amplitude do comércio de animais, visto ser lícito supor que apenas uma fração mínima das negociações resultava em processos, razão pela qual somente aqueles que negociavam com bastante frequência tendiam a ser credores em mais de um processo.

Entretanto, não havia dois níveis de comerciantes de animais, um mais circunscrito ao mercado local de cavalos e outro que os trouxesse dos centros criadores, vendendo-os aos primeiros, tal como ocorria entre os mercadores de maior vulto e os donos de lojas, vendas e

⁵⁸⁴ Inicialmente, foram encontrados 24 nomes, mas em seis havia grande probabilidade de se tratar de homônimos: Manoel Pedroso de Lima, João Lopes de Medeiros, João Pereira de Godói, João Rodrigues de Siqueira, José Correa de Moraes e Manoel Pereira de Oliveira.

tabernas ligados à aquisição dos ramos do estanco. A maioria dos credores, por volta de 68,1%, promoveu apenas um processo de cobrança, enquanto menos de um terço do total (31,9%) ajuizou mais de uma ação, proporção que serve para sinalizar a existência de um número maior de vendedores ocasionais.

Comparando, porém, o número de ações ajuizadas por cada grupo, as proporções se invertem, verificando-se que os comerciantes presumivelmente habituais foram responsáveis por 236 ações, correspondendo a 62,3% do total, enquanto os credores tidos como ocasionais foram responsáveis 143, pouco mais de um terço (36,7%), reproduzindo, de certo modo, a dinâmica observada em relação às armas de fogo.

Há de se fazer, porém, uma ressalva, pois em parte das cobranças, os responsáveis pelo ajuizamento da ação não eram os titulares do crédito, mas cessionários ou mostradores. Entretanto, não há alterações significativas nas proporções, pois muitos representavam os credores locais não habituais de quem adquiriam os créditos, enquanto outros estavam associados aos grandes negociantes de animais.

Já referido diversas vezes por conta da atividade que desenvolvia como procurador de causas, Januário Ortiz figurou como mostrador de credores, possivelmente, não habituais em três processos,⁵⁸⁵. Por outro lado, Ignácio do Prado Bueno foi mostrador em oito ações, tendo sempre o mesmo titular do crédito, José da Fonseca Coelho⁵⁸⁶.

Da mesma forma que Januário Ortiz foi autor em mais de uma ação representando credores diferentes, o Guarda Mor Domingos de Góis Maciel foi representado por quatro autores (mostradores) diferentes em ações que foram promovidas para cobrança de seus créditos⁵⁸⁷.

Alexandre Machado de Carvalho, também conhecido procurador de causas, foi mostrador em seis processos, cinco deles, aparentemente, de credores não habituais⁵⁸⁸ e outro do Guarda Mor Domingos de Góis Maciel⁵⁸⁹. Circunstância esta que evidencia o papel dos mostradores como intermediadores das cobranças, bem como uma atuação tanto em favor dos negociantes eventuais de animais como dos habituais.

⁵⁸⁵ D1681 – 1790 - CO 3725 ACA, D940 – 1785- CO 3715 e D1317 – 1788 - CO 3721 ACA.

⁵⁸⁶ D722 – 1783 - CO 3712 ACA, D744 - 1783- CO 3712 ACA, D745 – 1783 - CO 3712 ACA, D789 – 1783- CO 3713 ACA, D790 – 1783- CO 3713 ACA, D841 – 1784- CO 3714 ACA, D866 – 1784 - CO 3714 ACA, D872 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁵⁸⁷ D686 – 1782 - CO 3711 ACA, D896 – 1784 - CO 3714 ACA, D468 – 1780 - CO 3707 ACA, D1042 – 1786 - CO 3717 ACA.

⁵⁸⁸ D1338 – 1788 - CO 3721 ACA, D847 – 1784- CO 3714 ACA, D284 – 1777- CO 3704 ACA, D481 – 1781- CO 3708 ACA, D644 – 1782 - CO 3710 ACA.

⁵⁸⁹ D686 – 1782 - CO 3711 ACA.

Um dos agentes que mais negociou cavalos foi José da Fonseca Coelho, cujos créditos lastrearam o ajuizamento de dez processos, mas em apenas uma oportunidade ele foi o autor na ação⁵⁹⁰. Em oito das demais demandas Ignácio do Prado Bueno se apresentou como mostrador e cobrador da dívida, enquanto no processo restante o direito decorrente do crédito foi reclamado por Manoel Rodrigues Rangel⁵⁹¹. Os sócios João José Rodrigues e João Gonçalves Coelho, este último, possivelmente, aparentado com José da Fonseca Coelho, ajuizaram também dez ações, nas quais se revezavam como autores, sempre mencionando a sociedade existente entre eles⁵⁹².

Além de um provável parentesco, há em comum no grupo o fato de não residirem em Atibaia. José da Fonseca Coelho era da vila de Mogi das Cruzes e o Alferes João José Rodrigues da Cidade de São Paulo. O número mais elevado de processos, 12 no total, teve como autores os sócios Lourenço Rodrigues de Siqueira e Bento Domingues Pais, ambos moradores de Atibaia. As ações foram ajuizadas no ano de 1789, a maioria se referindo à venda de potros.

Mesmo antes de ser emancipado, em 1772, Lourenço Rodrigues de Siqueira já tinha seu negócio de tropas, de forma que no curso do processo em que se desligou do pátrio poder afirmou que estava em vias de partir com sua tropa para as “Minas de Goias”, evidenciando sua longa participação no comércio itinerante de animais.

O segundo Capitão-mor de Atibaia, Francisco da Silveira Franco, conjuntamente com seu irmão e sócio, José da Siqueira Franco, ingressaram com dez ações, configurando, no plano local, os negociantes com maior número de processos depois de Lourenço Rodrigues de Siqueira e Bento Domingues Pais.

A preferência pelo uso de cavalos no transporte de mercadorias foi evidente. Observou-se que 541 dos animais negociados foram cavalos, potros e éguas. Apenas a comercialização de 22 bestas resultou em processos. O valor médio superior destas em relação àqueles possivelmente justificou a preferência, pois uma besta, normalmente, custava três vezes mais que um cavalo. Outra explicação pode estar nas características, já que o cavalo é mais rápido, mas não comporta o mesmo peso, tendo ainda menos resistência que as bestas, favorecendo seu uso em distâncias mais curtas, lembrando-se que o principal centro consumidor dos produtos de Atibaia era a vizinha cidade de São Paulo.

⁵⁹⁰ D697 – 1782 - CO 3711 ACA.

⁵⁹¹ D873 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁵⁹² D1230 – 1787 - CO3719 ACA, D1193 – 1787 - CO3719, D1219 – 1787 - CO3719 ACA, D1141 – 1787 - CO3718 ACA, D1142 – 1787 - CO3718 ACA, D1202 – 1787 - CO3719 ACA, D1153 – 1787 - CO3718 ACA, D1177 – 1787 - CO3719 ACA, D1183 – 1787 - CO3719 ACA, D1159 – 1787 - CO3718 ACA.

Os irmãos Franco parecem ter se especializado na comercialização de bestas, pois 12 dos 22 animais desta espécie, cuja venda resultou em processos, pertenciam a eles. O lucrativo comércio de animais envolveu ainda outras figuras de destaque, tais como: Ana Maria Bueno, viúva de João Garcia de Andrade, arrecadador dos dízimos, o Capitão Manoel Barbosa de Lima, o Alferes José Soares de Oliveira e o Capitão Pedro da Cunha Franco.

Uma ação de libelo do ano de 1797 movida pelo Capitão Manoel Barbosa de Lima revela que o Alferes José Soares de Oliveira foi “ao continente de Coritiba com dinheiro próprio e do autor empregar em animais de sociedade e trouxe potros que se venderam nesta vila”.⁵⁹³ Os referidos sócios ajuizaram mais seis ações, além da citada, não sendo possível, porém, estabelecer com precisão o período em que perdurou a sociedade⁵⁹⁴.

As regiões mais ao sul da colônia, os chamados continentes de “Coritiba” e do “Rio Grande de São Pedro”, eram os mercados fornecedores de gado e montarias. Membros das principais famílias locais e indivíduos de riqueza se dedicaram a este comércio, trazendo os animais de seus criadouros para venda em Atibaia.

O negócio com animais de transporte constituiu um importante ramo de atividade, comparado à negociação de fazenda, pelo qual era possível amealhar riqueza e também projeção no cenário local. A venda de cavalos e potros foi extremamente comum, praticada também por indivíduos que foram identificados como vendeiros, donos de loja e mercadores mais abastados. Houve, porém, uma diferença entre os indivíduos ligados diretamente ao comércio de tropas negociando animais habitualmente e aqueles para os quais se tratava de apenas mais uma mercadoria, a qual era comprada e vendida em conformidade com os interesses ditados pelo mercado do produto. Referida diferença ia além do número de animais negociados.

Gabriel Fernandes Cantinho, por exemplo, reconhecido como comerciante de fazenda seca, foi autor em apenas um processo decorrente da venda de animais, ainda assim como mostrador do crédito⁵⁹⁵, o mesmo ocorrendo com o Sargento Mor José Félix Cintra em duas ações⁵⁹⁶, constando como titular em apenas uma oportunidade⁵⁹⁷.

Os maiores negociantes de fazenda buscavam diversificar suas atividades, sendo possível que adquirissem animais para revenda, caso se mostrasse vantajoso, assim como os recebessem em pagamento por seus produtos; daí porque figuraram também como cessionários

⁵⁹³ D2225 – 1797- CO 3737 ACA.

⁵⁹⁴ D1591 – 1790- CO 3724 ACA, D1542 – 1790- CO 3724 ACA, D2371 – 1799 ACA, D2372 – 1799 ACA, D2201 – 1797- CO 3737 ACA e D2207 – 1797 - CO 3737 ACA.

⁵⁹⁵ D1043 – 1786 - CO 3717 ACA.

⁵⁹⁶ D1511 – 1789 - CO 3723 ACA e D1724 – 1791 - CO 3726 ACA.

⁵⁹⁷ D1629 – 1790 - CO 3725 ACA.

de créditos originados da comercialização de animais. Da mesma forma, podiam até financiar alguns dos agentes responsáveis pela condução das tropas. Entretanto, não há qualquer evidência de que se vincularam diretamente à aquisição de animais em seus locais de criação, tal como a sociedade existente entre o Capitão Manoel Barbosa de Lima e o Alferes José Soares de Oliveira. Ademais, se houve ajustes com tal finalidade entre indivíduos ligados ao comércio de fazenda e tropeiros, não foram tão estáveis para deixarem marcas na documentação, o que reforça a hipótese da existência de agentes mais vocacionados à compra e venda de animais e outros ao comércio de fazenda.

No mesmo sentido, tem-se que a participação de pequenos comerciantes, donos de taberna, como Alexandre Machado de Carvalho e Januário Ortiz, também não constituía uma especialização, visto que ostentaram a função de procuradores de causas e atuaram em diversos processos em favor de terceiros, não sendo os titulares dos créditos.

Há ainda um grande número de indivíduos que ajuizaram apenas uma ação de cobrança, evidenciando a existência de um comércio de animais mais circunscrito à Vila de Atibaia, envolvendo agentes ligados, primordialmente, à atividade agrícola, os quais utilizavam cavalos como meio de transporte pessoal e para carregar os excedentes produzidos em suas unidades, mas também podiam, de forma eventual, vendê-los ou trocá-los por outros produtos. Eventuais negociações desta natureza malsucedidas acabavam desencadeando o ajuizamento de ações de cobrança.

Assinale-se a existência de cavalos nascidos e criados na própria região, mas, provavelmente, em número insuficiente para suprir as necessidades de transporte, sendo agregados à economia local juntamente com aqueles adquiridos nas regiões meridionais. Utilizados no carregamento da produção e de mercadorias, estes animais eram ainda vendidos, ocasionalmente, pelos agricultores, os quais também transacionavam aqueles criados em suas propriedades. Tal atividade, contudo, não os caracterizava como negociantes habituais.

Referido grupo representava o maior número de credores para o qual o juízo ordinário mostrou-se acessível, constituindo um instrumento importante para garantir o recebimento das dívidas, servindo, conseqüentemente, como elemento de segurança e sustento deste amplo comércio.

A pulverização foi uma das características observadas em relação aos devedores de dízimos, de direitos paroquiais, de fazenda, de armas de fogo e de outros bens negociados. Dificilmente um indivíduo figurava como réu em mais de duas ações decorrentes da mesma modalidade de dívida, salvo se envolvido também com a atividade mercantil, atuando na condição de revendedor, tal como ocorreu entre os comerciantes de portes diferentes.

Nas negociações de animais, identificou-se um grupo de 67 indivíduos que foram réus em duas ou mais ações. Considerando o longo período e a frequência de processos desta natureza, a existência de indivíduos ostentando a condição de réu em apenas dois processos, no máximo, não parece destoar das demais modalidades observadas.

Por outro lado, observou-se que pouco menos de um terço destes 67 indivíduos, mais precisamente 21, foram acionados três ou mais vezes. O lavrador Francisco Correia de Brito figurou como réu em pelo menos oito ações e, caso fosse possível confirmar o vínculo de parentesco com João Correia de Brito, a quantidade de processos envolvendo os supostos irmãos alcançaria onze. Outro devedor contumaz, Sebastião Siqueira de Alvarenga, foi demandado sete vezes por dívidas contraídas com a compra de cavalos, números que exigem outra explicação, já que contraria a hipótese de se tratar de um comércio eventual.

Uma resposta advém de um fato não muito incomum exposto na documentação: a subtração de animais. Em 1788, Sebastião Siqueira de Alvarenga ajuizou uma ação de juramento de alma narrando que “tinham lhe furtado um cavalo quando vinha de Santos e pousara na venda de Antonio Barbosa com sua carga de sal”⁵⁹⁸.

Por meio deste registro documental é possível inferir que o segundo maior devedor, Sebastião Siqueira de Alvarenga, além de lavrador, atuava também no negócio de tropas, mas não trazendo animais do Sul, e sim cargas de sal da vila portuária de Santos, atividade na qual empregava um número maior de cavalos, demandando constante substituição por conta dos desgastes com as subidas e descidas da serra.

Os riscos e oscilações inerentes à atividade econômica, certamente, desencadearam, no caso examinado, dificuldades em honrar os compromissos assumidos em decorrência da aquisição dos animais empregados no transporte, resultando em ações de cobrança movidas pelos credores que não receberam o dinheiro da venda dos animais adquiridos pelo réu.

Outras atividades de maior envergadura, mesmo agrícolas, como as desenvolvidas por Francisco Correia de Brito⁵⁹⁹, exigiam, igualmente, o emprego de animais para o transporte, de sorte que o maior risco, naturalmente, multiplicava a quantidade de processos no qual o agricultor ou tropeiro podia se ver envolvido.

Os riscos, porém, certamente eram ainda maiores para os pequenos agricultores, os quais formaram o maior contingente de devedores nos processos que tinham como objeto a aquisição

⁵⁹⁸ D1357 – 1788 - CO 3721 ACA.

⁵⁹⁹ Francisco Correia de Brito já foi citado como lavrador, qualificação que lhe foi atribuída quando ouvido como testemunha. Ele foi demandado não apenas pela compra de cavalos, mas também por gastos na venda de Bernardo Correia de Moraes e um empréstimo contraído junto ao Reverendo Padre Manoel Jacinto Sampaio, tratando-se, conforme assinalado anteriormente, de um agricultor de maior vulto, o qual beirava a falência, vide fls.187.

de animais. Diversamente dos principais credores, formados por segmentos de destaques na sociedade local e responsáveis pela maior parte das ações ajuizadas, os vinte e um maiores devedores responderam por menos de um quarto dos processos (23,58%). E, apesar de se destacarem dos demais réus em razão do número de cobranças sofridas, supostamente, por desenvolverem uma atividade negocial mais ampla, não ostentaram patentes militares ou outros símbolos de prestígio social que os diferenciasssem significativamente.

As duas principais modalidades de bens singulares negociados foram os animais usados para transporte e armas de fogo; o número de cavalos, porém, é cerca de dez vezes superior. Da mesma forma, os processos envolvendo a venda de fazenda e gastos em estabelecimentos comerciais são quatro vezes menores do que os de animais. Diante da mesma importância relativa de todos os produtos mencionados, a maior durabilidade de espingardas e pistolas, ou ainda a menor oferta de bens manufaturados, não justificam, conjunta ou isoladamente, a discrepância em termos quantitativos.

Adquirir um cavalo representava a possibilidade de participar de forma efetiva do mercado de abastecimento, propiciando a venda direta da produção nos centros consumidores sem a intermediação de um comerciante ou atravessador. O direcionamento do investimento à aquisição dos meios necessários de transporte constitui uma explicação mais convincente para o grande número de dívidas referentes à compra de cavalos, potros, bestas e éguas em detrimento das relacionadas à comercialização de milho, feijão e algodão, bem como aos demais itens anteriormente mencionados.

Na segunda metade do século XVIII, parte dos agricultores vivia no limiar da subsistência, obtendo aquilo que necessitava e não produzia por meio da venda de um pequeno excedente comercializado ou trocado com tal propósito. Houve, porém, aqueles que buscaram a inserção no mercado de abastecimento, constituindo um elemento indicativo desta circunstância a aquisição ou contratação dos meios necessários de transporte.

A aquisição de muares exigia a criação de um excedente ainda maior de produção, pois a posse de cavalos e assemelhados gerava dispêndios com a obtenção de forragem e milho para a alimentação dos animais, ou então com a destinação de áreas de terra para pastagens, envolvendo ainda os custos com a equipagem, como as selas, lombilhos e demais acessórios para acomodação da carga.

Deste modo, se de um lado a participação mais efetiva no mercado de abastecimento ampliava as possibilidades de ganho, o risco intrínseco a qualquer tipo de investimento potencializava, igualmente, a probabilidade de perdas por conta das vicissitudes ligadas à produção agrícola associada à manutenção da estrutura de transporte, pois sujeitas às condições

naturais, aos surtos de doenças e pragas, às ações ilegais como furtos e roubos, estando ainda subordinada às oscilações dos preços dos produtos agrícolas. Isto sem contar eventuais intervenções regulatórias das Autoridades da Coroa.

Apenas a conjugação de alguns dos fatores supracitados de forma desfavorável podia conduzir ao insucesso da empreitada e à inadimplência, com o consequente reflexo no número de processos de cobrança que tinham como objeto cavalos e animais assemelhados.

Possuir cavalos era também uma forma de superar as dificuldades de entesouramento em uma economia marcada pela carência de meios sonantes. Tratava-se, conforme se depreende do número elevado de processos, de um produto facilmente negociável, representando liquidez ou a possibilidade de troca por outras mercadorias desejadas.

3.5.1.9 *Trespases: a circulação do crédito, de pessoas e de bens*

Além das negociações abrangendo produtos agrícolas, fazenda, serviços, utensílios, animais, bem como a cobrança de dízimos e direitos paroquiais, há ações decorrentes de dívidas referentes à aquisição de bens imóveis, tanto urbanos como rurais, à compra de escravos, a outros tipos de transação e, por fim, um número significativo de processos de cobranças de dívidas que não mencionaram a origem, parte deles não chegando a declinar nem o valor.

Entre as ações decorrentes de outras negociações pode ser citado um ajuste de contas em virtude da dissolução de uma sociedade, no qual o autor entendia que fazia jus a uma quantia em dinheiro de seu antigo sócio, já falecido, exigindo-a da viúva⁶⁰⁰. Em outra, já citada, cobrou-se a importância, em dinheiro, concernente à venda de um cachorro⁶⁰¹. Registrou-se ainda um processo em que o autor postulou o pagamento de duas arrobas de algodão que o réu prometera dar de esmola a uma senhora⁶⁰².

Há também uma ação pela qual o autor reclamou uma quantia, não especificada, do devedor pelo auxílio que prestara a ele em um processo crime⁶⁰³, bem como outras demandas nas quais eram cobrados gastos com os festejos de um casamento, reclamados quinhões hereditários, despesas com tutoria, pagamento de dívidas do espólio e outras matérias sucessórias⁶⁰⁴.

⁶⁰⁰ D504 – 1781 - CO 3708 ACA.

⁶⁰¹ D136 – 1773- CO 3700 ACA.

⁶⁰² D432 – 1780- CO 3707 ACA.

⁶⁰³ D2040 – 1794 - CO 3733 ACA.

⁶⁰⁴ D100 – 1772- CO 3699 ACA, D410 – 1779 - CO 3706 ACA, D754 – 1783 - CO 3712 ACA, D103 – 1772- CO 3699 ACA e D157 – 1773 - CO 3700.

Os assuntos observados nas ações mencionadas não se repetiram suficientemente, impossibilitando delinear as suas principais características e qualificar melhor os credores e os devedores. Porém, servem para evidenciar a variedade de questões que podiam suscitar conflitos.

Por outro lado, as ações originadas da comercialização de terras rurais e urbanas somaram 65 autos, correspondendo a pouco mais de cinco por cento do total (5,46%) e movimentaram a quantia de 1:248\$340 réis. Enquanto foram registrados apenas nove processos de cobrança de dívidas em razão da venda de escravos, menos de um por cento das ações de crédito (0,76%). Os valores cobrados em decorrência da venda de cativos, porém, são bastante significativos, totalizando 827\$1000 réis.

As questões envolvendo terras e escravos não se resumiram à comercialização e ao ajuizamento de ações com a finalidade de recuperação dos créditos ou valores investidos, reclamando uma análise própria, conjuntamente com as relações decorrentes da propriedade de tais bens, as quais se expressaram de formas variadas na documentação judicial.

Por ora, convém perfilar a quantidade de processos e as negociações neles retratadas com a finalidade de oferecer um quadro numérico das relações creditícias, consolidando alguns apontamentos já feitos quando da análise individual de cada tipo de dívida cobrada em juízo, acrescentando ainda outros dados mais gerais e também concernentes aos processos em que não foi declinada a origem do crédito.

Tabela 5: Natureza das dívidas que originaram as ações de cobrança

Negociação	Número	Percentual	Valor	Percentual
Cavalos	379	31,93%	5:771\$544	42,58%
Sem origem	174	14,66%	728\$094	5,37%
Fazenda	158	13,31%	1:527\$078	11,27%
Empréstimo	90	7,59%	833\$018	6,14%
Utensílios	86	7,25%	529\$660	3,91%
Produção	77	6,49%	470\$255	3,47%
Dízimo/paroquiais	72	6,07%	638\$090	4,71%
Imóveis	65	5,46%	1:248\$340	9,21%

Continua

				Conclusão
Serviços	36	3,03%	237\$234	1,75%
Ramos do estanco	24	2,02%	343\$700	2,54%
Outros	17	1,43%	400\$420	2,95%
Escravos	09	0,76%	827\$100	6,10%
Total	1187	100%	13:554\$533	100%

Fonte: APESP, autos cíveis Atibaia.

Diante de tal quadro, verifica-se a preeminência das ações creditícias decorrentes das negociações com animais. Em segundo lugar, superando até a comercialização de fazenda em número de ações, há aquelas em que simplesmente não foi mencionada a origem das dívidas e, em cerca de um terço delas, nem mesmo o valor.

Tamanha quantidade de procedimentos impede considerar como causa da omissão um descuido na escrituração dos processos, mesmo porque muitas destas ações eram de designação de dez dias, acompanhadas, portanto, das cartas de crédito. Tratando-se de papéis essenciais ao ajuizamento desta modalidade de autos cíveis, as cartas de crédito deveriam referenciar a origem da dívida, mas frequentemente não o fizeram, indicando somente a quantia, o nome dos credores, devedores e das testemunhas – circunstância que merece ser examinada.

Uma explicação para a ausência de maiores especificações é que, em certos casos, o contrato ou negociação que originou o crédito não era tão relevante, pois o documento que o materializava constituía o equivalente a um título ao portador, ou melhor, “mostrador”, conforme designação própria da época. Na posse da carta de crédito, o detentor do papel podia utilizar o juízo ordinário para obtenção do montante nele descrito independentemente do negócio efetuado.

Apesar da maioria das ações conterem a natureza da obrigação que originou o crédito, não se tratava de uma informação essencial à cobrança, já a chamada cláusula de mostrador, ou seja, os dizeres pelos quais o devedor se comprometia a pagar o valor constante na carta ao credor e também a quem a apresentasse, constituía um tópico fundamental para que o título pudesse ser transferido a terceiros e, conseqüentemente, negociado.

Muitas das cartas constantes nas ações que não descreviam a origem da obrigação já consubstanciavam negociações secundárias e até terciárias, aparecendo o termo “trespasse” no

documento para identificar que era apenas o crédito que estava sendo transferido, desvinculando-se ainda mais do contrato que gerou a dívida⁶⁰⁵.

Um grande número de processos foi movido por cessionários, que se apresentavam como mostradores e não credores originais, evidenciando, igualmente, que o crédito se desligava daqueles que celebraram o contrato. A desvinculação também ocorria, ainda que em menor grau, em relação aos devedores, pois muitos eram fiadores ou tinham abonado o crédito, ampliando a possibilidade de transmissão e participação de terceiros.

Da análise daqueles que figuraram como credores é possível verificar que quase metade das dívidas não referenciadas foi cobrada por indivíduos ligados à negociação de fazenda. Havia, ainda que em menor número, agentes identificados como vendedores de animais de transporte – atividades que estavam ligadas ao comércio e, portanto, mais propícias à circulação do crédito.

O Sargento Mor José Félix Cintra foi responsável por seis ações de cobrança⁶⁰⁶, assim como outros agentes observados negociando fazenda, inclusive da cidade de São Paulo, como Lourenço Antonio Leme e Castro⁶⁰⁷ e o Alferes Manoel José Villaça⁶⁰⁸. Os credores Martinho Pires de Moraes e Manoel Furquim de Almeida, ligados à comercialização de cavalos, também moveram processos sem a indicação da origem da dívida⁶⁰⁹.

Vários donos de lojas e tabernas que atuaram, concomitantemente, como procuradores de causa foram responsáveis pelo ajuizamento de ações de cobrança sem declinar a origem da dívida. José Gomes de Azevedo⁶¹⁰ e Alexandre Machado de Carvalho⁶¹¹ são dois bons exemplos, este último, ademais, atuou por diversas vezes como cessionário de créditos, abrangendo, praticamente, todas as modalidades de negociação. Manoel Pires de Camargo, igualmente, se notabilizou como mostrador de variadas modalidades de crédito, incluindo alguns que não declinavam a obrigação original⁶¹².

Em um processo referente à comercialização de um sítio, o vendedor das terras, Ignácio Francisco Cabral, cedeu o crédito a Januário Ortiz, mas o mostrador e autor da ação contra o comprador inadimplente foi Bernardo José da Fonseca. Tanto o mostrador em juízo como o

⁶⁰⁵ D701 – 1782 - CO 3711 ACA e D820 – 1783 - CO 3713 ACA.

⁶⁰⁶ D713 – 1782 - CO 3711 ACA, D1111 – 1787- CO3718 ACA, D1122 – 1787 - CO3718 ACA, D1173 – 1787- CO3719 ACA, D1194 – 1787 - CO3719 ACA E D1436 – 1789 - CO 3722 ACA.

⁶⁰⁷ D1910 – 1793- CO 3730 ACA, D1622 – 1790 - CO 3725 ACA e D1745 – 1791 - CO 3726 ACA.

⁶⁰⁸ D2100 – 1795 - CO 3734 ACA.

⁶⁰⁹ D1678 – 1790 - CO 3725 ACA e D702 – 1782 - CO 3711 ACA (Martinho Pires de Moraes) e D1057 – 1786- CO 3717 ACA e D1879 – 1792 - CO 3729 ACA (Manoel Furquim de Almeida).

⁶¹⁰ D572 – 1781 - CO 3709 ACA.

⁶¹¹ D1085 – 1786 - CO 3717 ACA e D820 – 1783 - CO 3713 ACA.

⁶¹² D1223 – 1787 - CO3719 ACA, D1114 – 1787 - CO3718 ACA, D1287 – 1788 - CO 3720 ACA e D1464 – 1789- CO 3723 ACA.

cessionário são conhecidos procuradores de causas, verificando-se a transmissão do crédito também entre estes agentes, os quais, além de atuarem no juízo ordinário, eram igualmente qualificados na documentação como vendeiros e taberneiros⁶¹³. Em outro documento, o crédito passou do credor original a outros dois indivíduos até ser exibido pelo mostrador, responsável pelo ajuizamento da ação⁶¹⁴.

Nas negociações de cavalos, pouco mais de um terço das ações de cobrança foi promovida por mostradores ou cessionários, o que revela a intensidade com que os créditos trocavam de mãos. Mais precisamente, cerca de 130 ações de cobrança referentes a cavalos foram ajuizadas por indivíduos que não eram os titulares originais do crédito, o que corresponde a aproximadamente 34,3% das 379 ações desta modalidade de negociação contabilizadas.

Parte dos credores vinha da cidade de São Paulo, cuja economia estava plenamente articulada à da Vila de Atibaia, mesmo porque esta tinha sido parte integrante daquela, já tendo se observado, inclusive, que muitos comerciantes de fazenda e negociantes de cavalo eram domiciliados na sede da Capitania.

No plano das relações institucionais também havia articulação com instâncias judiciais de outras localidades: 34 documentos consubstanciaram este tipo de intercâmbio. As “cartas precatórias” eram uma correspondência entre juízes com a finalidade de praticar atos específicos, tais como oitiva de testemunhas, citações e penhoras, enquanto as cartas de ordem tinham a mesma finalidade, mas eram expedidas por uma instância superior para cumprimento pela inferior, principalmente pela Ouvidoria, a qual estava sediada na cidade de São Paulo.

A maior parte dos documentos desta natureza examinados provinha da cidade de São Paulo, principalmente da Ouvidoria. Foram contabilizadas vinte cartas de ordem para as mais variadas finalidades. Do juízo de órfãos, medições e ordinário da cidade de São Paulo originaram-se oito cartas precatórias e as seis restantes vieram de outras localidades.

Registre-se uma carta precatória do juízo de órfão de Santana de Parnaíba, cuja finalidade era a avaliação de um sítio⁶¹⁵. Duas expedidas com o propósito de promover a citação, uma delas procedente do juízo ordinário da vila de Santana de Parnaíba⁶¹⁶ e a outra do de Santana de Sapucaí⁶¹⁷. Complementando o conjunto, observou-se três cartas precatórias para

⁶¹³ D1102 – 1787- CO3718.

⁶¹⁴ D1869 – 1792- CO 3729 ACA.

⁶¹⁵ D74 – 1771 - CO 3698 ACA.

⁶¹⁶ D460 – 1780 - CO 3707 ACA.

⁶¹⁷ D460 – 1780 - CO 3707 ACA.

inquirição de testemunhas, uma expedida pelo juízo da Vila Boa de Goiás⁶¹⁸ e outras duas pelo de Itu⁶¹⁹.

Merece especial destaque o conteúdo de uma das cartas precatórias vindas da Vila de Itu, cuidando-se de uma ação de libelo movida por Bento de Lara Bueno em face de Francisco Xavier do Rego. O expediente narra que o autor vinha do Rio Grande de São Pedro com cavalos para comercialização e os deixou em Jundiá com João Leme da Rocha, o qual os entregou a um morador de Atibaia, Manoel da Silva Pinto, que, por sua vez, os negociou. Ao cobrar a dívida, o autor Bento de Lara Bueno não encontrou o devedor, somente conseguindo “segurar na mão” de Manoel Simões Salgado a quantia de 10\$000 réis que era um crédito em favor do devedor Manoel da Silva Pinto, afirmando uma testemunha que Manoel da Silva Pinto “andava oculto e não tinha negócio algum em Atibaia, largando sua família por causa das muitas dívidas”. Outra testemunha disse saber que Manoel da Silva Pinto tinha um escravo em Cabo Verde⁶²⁰.

Observa-se que, a partir da aquisição de cavalos em um dos centros criadores, Rio Grande de São Pedro, o autor, morador de Itu, consignou os cavalos a um terceiro, na vila de Jundiá, que os transferiu para um quarto indivíduo, na vila de Atibaia. Lugar em que o credor tentou reaver seu crédito, mas teve êxito apenas parcial ao obter certa importância em dinheiro do réu com um quinto indivíduo, observando-se ainda a conexão com outra localidade, Cabo Verde⁶²¹, onde, supostamente, o devedor possuía um bem passível de responder pela dívida.

A integração com outras regiões no plano institucional constitui apenas uma pequena amostra dos intercâmbios retratados nos autos cíveis. O próprio conteúdo da negociação que resultou no processo da vila de Itu é capaz de evidenciar a movimentação de pessoas e de bens, assim como as sucessivas transações e posteriores tentativas de reaver o crédito, as quais envolveram não apenas o credor e o devedor, mas também pelo menos outros dois indivíduos e possivelmente um terceiro, suposto detentor do escravo ocultado pelo réu.

A extensão da rede comercial e seus contornos podem ser mapeados com base na indicação dos locais de realização das sucessivas negociações que desencadearam processos, por meio da qualificação dos indivíduos que buscavam o juízo ordinário para reaver seus créditos e também das testemunhas eventualmente ouvidas, qualificações nas quais se consignava os locais de onde procediam tais pessoas.

⁶¹⁸ D890 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁶¹⁹ D175 – 1773 - CO 3700 ACA, e D135 – 1773- CO 3700 ACA.

⁶²⁰ D135 – 1773- CO 3700 ACA.

⁶²¹ Região de extração mineral, designada freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, situada ao sul da Capitania de Minas Gerais na divisa com a de São Paulo.

Igualmente, é possível verificar os circuitos econômicos que a vila de Atibaia integrava. Além do já mencionado fornecimento de alimentos para a cidade de São Paulo, havia as tropas de muares que vindas do sul do país abasteciam o mercado local ou seguiam adiante. Parte destas negociações foi examinada no tópico precedente, enquanto a condução de animais para outras regiões, principalmente de mineração, foi também delineada na documentação.

Narra uma ação de libelo ajuizada em 1797 que o autor, morador da freguesia de Três Pontes, comprou animais na feira de Sorocaba, mas teve que vender parte deles em Atibaia, pois não podia pagar o registro de entrada. Diante do inadimplemento do comprador, recorreu então ao juízo ordinário para receber seu crédito⁶²².

Em outro feito, Braz Cordeiro do Amaral cobrava 41 oitavas de ouro e um quarto da viúva de João Pires Pimentel, quantia procedida de panos de algodão e uma arroba de fumo que o falecido marido da ré levou para as minas de Goiás⁶²³. Em outro documento, Bento Domingues de Oliveira pedia licença do ofício de vereador, alegando que “costumava dar viagens com tropa carregada para Vila Boa de Goiás” e já se aprontara para partir⁶²⁴.

De Atibaia e suas freguesias saíam ainda carregamentos de toucinho para Santos, enquanto da vila costeira trazia-se sal. Cada cavalo empregado no transporte conseguia levar serra acima trinta alqueires do produto e o aluguel de cada animal para o trajeto de ida e volta perfazia quatro patacas, conforme esclareceu um tropeiro no curso de uma ação de libelo⁶²⁵.

Ainda segundo o tropeiro, doze patacas era o preço de “estilo”, ou seja, o que era usualmente praticado, demonstrando ser o transporte de toucinho corriqueiro entre Atibaia e Santos, enquanto o destino do produto não era suprir somente os moradores da vila litorânea, mas o escoamento pela via marítima, principalmente em direção ao Rio de Janeiro. Um processo de tomada de contas de testamento realçou este fluxo comercial: “declaro que mandei para o Rio de Janeiro três carregações de toucinho remetidas a José Alvarez de Azevedo que importavam pouco mais ou menos quatrocentos mil réis de principal”. Insta acrescentar que a quantia envolvida na negociação era elevadíssima para os padrões locais, evidenciando a importância deste comércio⁶²⁶.

⁶²² D2209 – 1797 - CO 3737 ACA.

⁶²³ D88 A – 1772- CO 3699 ACA.

⁶²⁴ D2249 – 1797- CO 3738 ACA.

⁶²⁵ D492 – 1781 - CO 3708 ACA.

⁶²⁶ D457 – 1780 - CO 3707 ACA.

O toucinho, porém, não era o único produto que, vindo de Atibaia, chegava ao porto de Santos, nem o Rio de Janeiro constituía o destino exclusivo⁶²⁷. Nas atas da Câmara de Atibaia e São Paulo ficaram registrados os esforços dos oficiais paulistanos em evitar que a produção local de mantimentos deixasse a região em direção à costa, enquanto os camaristas de Atibaia buscavam vendê-la em outras Capitanias, nas quais obtivessem melhor preço.

A produção local de aguardente também era, em parte, escoada pela vila portuária e, juntamente com os demais alimentos produzidos, podiam alcançar todas as Capitanias costeiras e até as Colônias espanholas. Segundo Denise Aparecida Soares de Moura (2012), os mapas de importação e exportação do porto de Santos indicam que a produção de aguardente das freguesias rurais da cidade de São Paulo supria uma demanda da parte sul do continente da América Portuguesa, alcançando até os domínios hispânicos⁶²⁸.

Resulta da análise dos lugares enumerados nos autos cíveis – e os documentos citados são apenas uma pequena amostra – que a Vila de Atibaia estava articulada aos principais centros populacionais e econômicos adjacentes, especialmente a cidade de São Paulo e o porto de Santos, ligando-se a vários pontos da Capitania⁶²⁹, desbordando seus limites para alcançar as Capitanias vizinhas, especialmente a de Minas Gerais, a de Goiás e as regiões mais ao sul, Curitiba, Viamão e Rio Grande de São Pedro.

Quase todos os locais que normalmente eram acessados pela via terrestre estavam no raio de ação dos agentes sediados na vila de Atibaia. Enquanto sua vinculação ao porto de Santos ampliava a possibilidade de conexão com as Capitanias do Nordeste, e até as colônias espanholas.

Analisando nos autos cíveis e nos livros do tabelião a nomeação de procuradores para atuar em outras localidades, verificou-se a constituição de representantes em Lisboa e na cidade do Porto, ampliando ainda mais o alcance e as conexões dos agentes locais.

Os vínculos entre as regiões citadas e Atibaia são revelados por meio da ação institucional da Câmara, principalmente no âmbito jurisdicional, pois a possibilidade de cobrança por meio do juízo ordinário dos valores constantes nas cartas, que materializavam as dívidas, ou mesmo dos contratos verbais objeto das ações de juramento de alma, certamente

⁶²⁷ Nas listas de mercadorias que os comerciantes levavam para Cuiabá, Sérgio Buarque de Holanda destaca o toucinho vindo da região de Atibaia e Bragança, evidenciando o trânsito dos produtos da região pelas vias fluviais que alcançavam as capitanias situadas mais no interior, cf.: **Monções**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 109-114.

⁶²⁸ MOURA, Denise A. Soares. “De uma freguesia serra acima à costa Atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822)”. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 73-93, jan./jun. 2012.

⁶²⁹ As vilas de Mogi das Cruzes, Sorocaba, Itu, Taubaté, Santana de Paranaíba, Moji Mirim e Jundiá são citadas com bastante frequência na documentação.

atuava como elemento facilitador do estabelecimento de uma ampla rede de comercial, consoante observado nos inúmeros processos examinados.

Os autos cíveis manejados pelas partes e seus procuradores podiam desencadear um repertório de medidas coercitivas, reservado à vertente de atuação jurisdicional da Câmara, propiciando, eventualmente, a expropriação de bens e de valores, reforçando, assim, o cumprimento das obrigações estatuídas nos contratos e instrumentalizando as relações creditícias.

Nesse sentido, o predomínio de ações envolvendo animais utilizados para o transporte de pessoas e de cargas é sintomático, realçando a imbricação dos meios institucionais e comerciais em prol do mercado, aqui entendido como a circulação de bens e também de pessoas.

3.5.2 *A terra*

Nas vilas que compunham a Capitania de São Paulo predominava a atividade agrícola, produzindo-se, em Atibaia, gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado interno. A terra constituía, conseqüentemente, a base na qual se sustentava a economia de toda a região, de modo que as relações emergentes da utilização de um bem tão essencial refletiram na ação institucional da Câmara.

Diversas ações desenvolvidas pelo governo municipal sumariadas nas atas da câmara objetivavam garantir a liberdade de comercialização da produção local, bem como a construção e manutenção das pontes e das vias necessárias ao transporte de mercadorias e de pessoas.

Em alguns casos, registrou-se a prestação de informações acerca de áreas pretendidas em pedidos de concessão de sesmarias, bem como em disputas territoriais envolvendo limites de áreas e a constituição de servidões de passagem para que as propriedades incrustadas alcançassem as estradas e vias principais⁶³⁰.

Normalmente, a Câmara de Atibaia não interferia, diretamente, no controle ou aproveitamento das terras empregadas na atividade rural, agindo apenas no sentido de assegurar o proveito dos lavradores e criadores de animais por meio da preservação dos caminhos e defesa da liberdade de venda e fixação dos preços dos gêneros alimentícios.

Papel mais significativo era exercido em relação às áreas situadas no rocio, ou seja, tidas como de natureza citadina, onde cabia à Câmara a delimitação e distribuição dos lotes, assim

⁶³⁰ LRACAt de 01 de março de 1777, LRACAt de 21 de agosto de 1779 e LRACAt de 25 de agosto de 1781.

como a ordenação espacial e territorial urbana. Tal função, porém, não gerou litígios expressivos ou ao menos não foram tratados no juízo ordinário.

A principal forma de intervenção da Câmara era indireta e ocorria por meio de sua atuação jurisdicional, responsável pela administração dos conflitos emergentes das diferentes modalidades de relações estabelecidas sobre as terras rurais, principalmente as disputas sobre o domínio e aproveitamento econômico das áreas passíveis de utilização para lavoura e criação de animais.

As disputas estavam condicionadas a diversos fatores, entre os quais podem ser citados: o regime jurídico que estruturava o domínio sobre a terra; os meios de delimitação dos imóveis rurais; a disponibilidade de áreas e seu histórico de ocupação; as atividades desenvolvidas (agricultura ou criação de animais) e sua distribuição espacial; o crescimento demográfico; as técnicas agrícolas e criatórias utilizadas; os tipos de culturas plantadas e as formas de trabalho (compulsória ou livre).

Mesmo que, em proporções diferentes, todos os fatores acima indicados, geralmente atuando de forma inter-relacionada, contribuíram para o surgimento de litígios. Os conflitos decorrentes dos vínculos estabelecidos com a terra, ou diretamente dela derivados, foram os mais intensos, resultando nos processos mais intrincados observados.

As ações que tinham como principal elemento de disputa a terra somente não foram mais numerosas que as relacionadas a cavalos; estas, porém, tinham menor complexidade que aquelas, enquanto a disposição para o conflito era bem maior quando o litígio versava sobre imóveis.

No total, além dos 65 processos referentes à compra e venda de bens de raiz, a grande maioria rural, somaram-se outros 217 que versaram sobre o domínio e a utilização da terra.

3.5.2.1 Prelúdio dos conflitos: regime legal e desenvolvimento da estrutura fundiária da região da vila de Atibaia

As Ordenações Filipinas tratavam da distribuição das áreas que tinham sido abandonadas, estabelecendo o regime jurídico das sesmarias. Em suas origens mais remotas, as sesmarias constituíam o mecanismo de doação de terras empregado para fixar a população ao campo e estimular a produção agrícola nos espaços conquistados na Península Ibérica ao final do longo conflito que definiu as fronteiras europeias do reino de Portugal. Referidos territórios

tinham sido desocupados por conta da peste negra, bem como pelo movimento populacional em direção às cidades, circunstâncias que marcaram o final do século XIV⁶³¹.

O sistema de doação de terras por meio de sesmarias foi transposto como modelo de povoamento às possessões ultramarinas portuguesas. Apesar de Cândido Mendes Almeida considerar, ao comentar as Ordenações, que o termo sesmaria não se aplicava às “dadas de terras no Brasil” por serem as áreas “virgens ou incultas” e não abandonadas, a designação acabou sendo largamente utilizada⁶³².

Analisando a aplicação do sistema de sesmarias às áreas coloniais, Antônio Vasconcelos Saldanha esclarece que apenas alguns aspectos do regramento original foram conservados, e o único relevante consistiu na necessidade de aproveitamento da área concedida, enfatizando que a fórmula foi adaptada à colônia para, concomitantemente, disciplinar o povoamento e restringir o acesso livre à propriedade da terra.

Cabia, inicialmente, ao capitão donatário a faculdade de conceder sesmarias, constituindo um dos principais direitos que lhe eram atribuídos, ao passo que, com a gradativa recuperação das capitânicas hereditárias pela Coroa, tal atribuição passou a ser conferida ao governador e capitão general.

Ausente uma disciplina jurídica específica nas Ordenações acerca do domínio e da posse, as cartas de sesmaria, documentos que representavam a concessão e indicavam de forma bastante imprecisa a área atribuída ao beneficiário, acabaram representando o próprio direito que vinculava uma pessoa a um bem imóvel.

Na doação das sesmarias estava também embutida a necessidade de ocupação e demarcação para que a propriedade⁶³³ sobre as terras concedidas pudesse se consolidar. A legislação régia subsequente, especialmente na segunda metade do século XVIII, reforçou a necessidade de delimitação dos limites das áreas doadas em razão dos constantes conflitos gerados pela ocupação do território da colônia⁶³⁴.

Vera Lúcia Amaral Ferlini (2005) assinala que não obstante o mesmo regramento jurídico vigorar em Portugal e na colônia, a dilatada oferta de áreas agricultáveis inviabilizou a

⁶³¹ A esse respeito: RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

⁶³² Ordenações Livros IV e V, nota (3) ao título XLIII, do Livro IV, p. 822.

⁶³³ A palavra propriedade foi empregada até aqui como sinônimo de sítio ou imóvel. Convém ressaltar que as Ordenações não se ocupam especificamente do tema propriedade, havendo, em normas esparsas, uma disciplina errática sobre as sesmarias. Deste modo, não se deve associar o termo imediatamente à propriedade privada, tal como concebida atualmente. Entretanto, também deve ser levado em conta que o domínio titulado sobre uma determinada área ensejava, já na época, uma forma específica de tratamento, aproximando-se da proteção jurídica concedida à propriedade em face da posse.

⁶³⁴ Cf.: LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Brasília: ESAF, 1988.

oneração da terra, tal como ocorria no território europeu, no qual havia uma dissociação da propriedade e de sua exploração direta, formando-se variados mecanismos de constituição de renda, como o empraçamento, aforamento, enfiteuse, etc. No espaço colonial, predominava o domínio livre de qualquer tipo de ônus, a chamada “propriedade alodial”, afirmando a autora que no decorrer do século XVIII houve o avanço da produção mercantil com a ampliação das áreas cultivadas, resultando na expulsão da população livre e pobre estabelecida em pequenas roças nas áreas fronteiriças da lavoura colonial de exportação. O mesmo processo ainda agravou a disputa pela concessão de sesmarias, assim como pelo estabelecimento dos seus limites, elevando a tensão no seio da elite agrária, alterando o quadro elástico e de menor pressão jurídica dos dois séculos anteriores⁶³⁵.

Percebe-se na vila de Atibaia, por meio dos autos cíveis, a existência de tensões e embates em relação à propriedade e posse de terras. Entretanto, não se pode apontar como causa a pressão exercida pela produção colonial de exportação, visto que a atividade rural da região se destinava primordialmente ao abastecimento.

A produção de açúcar voltada para o exterior se estabeleceu em outras áreas da Capitania e somente no princípio do século XIX ganhou força na região, principalmente após a melhoria do sistema viário. Isto ocorreu já próximo ao final do século XVIII, de modo a não repercutir diretamente na Vila de Atibaia, cuja atividade rural continuou adstrita ao abastecimento, não se colocando como obstáculo à expansão da agricultura de exportação⁶³⁶.

O fortalecimento do mercado interno que vinha ocorrendo desde a época da descoberta das minas⁶³⁷, por outro lado, pode, eventualmente, ter estimulado a produção de alimentos na região, desencadeando tensões análogas às descritas anteriormente, já que, provavelmente, ensejou a ampliação das áreas agricultáveis ou o melhor aproveitamento daquelas existentes. E, como consequência deste processo, tem-se também como provável a valorização da

⁶³⁵ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII: estrutura fundiária, legislação territorial e proposta de Mudança”. In: BICALHO, Maria Fernanda; (Org.). **Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 298-303.

⁶³⁶ Maria Thereza Schorer Petrone denomina “quadrilátero do açúcar” as áreas destinadas ao cultivo da cana e estabelecimento dos engenhos, tendo como vértices as vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá, destacando-se no interior do polígono Itu e Campinas, não incluindo, conseqüentemente, a Vila de Atibaia. A mesma autora destaca que somente com a melhoria do sistema viário é que o açúcar paulista conquistou mercado internacional. Mesmo com a melhoria do caminho do mar, calçado por volta de 1792, a produção ainda era insuficiente, alcançando sua plenitude apenas ao longo da primeira metade do século XIX. Cf.: **A Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s.d., p. 41-199

⁶³⁷ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII: estrutura fundiária, legislação territorial e proposta de Mudança**, op. cit., p. 303.

propriedade imobiliária associada ao acirramento das disputas pelos espaços passíveis de cultivo.

A hipótese assinalada é bastante plausível, servindo de premissa em razão de acomodar-se ao observado na documentação. Há, porém, a necessidade de um recuo com a finalidade de compreender como foi constituída a estrutura fundiária da região.

A expansão do território no século XVII era ditada, em parte, pelo sucessivo avanço sobre novas áreas lavradas devido ao esgotamento rápido das anteriormente ocupadas⁶³⁸, de sorte que somente uma menor oferta de terras ou seu distanciamento excessivo, elevando significativamente os custos de transporte e comprometendo a viabilidade econômica, seriam, em tese, fatores desencadeadores da valorização e do aumento da litigiosidade.

Acrescente-se, neste ponto, que os solos se exauriam velozmente em virtude das técnicas de cultivo, as quais se limitavam à retirada da cobertura florestal por meio de queimadas, logo seguidas do plantio. Extraía-se o máximo do solo sem que houvesse um trabalho de recuperação ou manutenção das terras, as quais, após algumas poucas colheitas, rapidamente se tornavam pouco ou nada produtivas e eram abandonadas.

Pensando-se ainda no século XVII, além da existência de terras virgens, a oferta de mão de obra indígena impulsionava a dilatação do território⁶³⁹ e, neste contexto, foram sendo apropriadas as regiões do planalto.

Já em fins do século XVI, com a desagregação das sociedades nativas e a sistemática incorporação dos índios como mão de obra, a ocupação irradiou-se para um eixo de aproximadamente sessenta quilômetros em torno do núcleo original que constituía a vila de São Paulo⁶⁴⁰.

As aldeias indígenas se tornaram “aldeamentos” sob o controle jesuítico, formando um cinturão ao redor da povoação de São Paulo com propósitos inicialmente defensivos. Um deles, o de Nossa Senhora da Conceição, beirava a Serra da Cantareira, tendo a sua capela elevada à paróquia em 1675, formando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, a qual faria limite com a freguesia de Nazareth, que passaria a integrar a futura Vila de Atibaia⁶⁴¹.

Conjuntamente com os aldeamentos, inicialmente comandados pelos jesuítas, havia outro movimento de ocupação empreendido pelos colonos. Os rios profundos constituíam

⁶³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Movimentos da população em São Paulo no século XVII**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v.1, 1966, p. 88.

⁶³⁹ Ibidem.

⁶⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 35.

⁶⁴¹ Ibidem e também cf.: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/guarulhos.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2016.

obstáculos naturais, mas também serviam como principais parâmetros geográficos para a distribuição de terras e, obviamente, eram essenciais à sobrevivência e à produção agrícola.

Por meio da análise dos inventários e concessão das sesmarias é possível acompanhar, parcialmente, o processo de expansão, o qual, em direção à região de Atibaia, teve como referenciais iniciais o aldeamento supracitado e a sesmaria concedida a Salvador Pires, em 1610. Referida sesmaria, tendo como ponto de partida as margens do rio Tietê, ultrapassou a Serra da Cantareira, alcançando o rio Juqueri⁶⁴².

No inventário de Antônio Pedroso de Barros, aberto em 1652, é feita alusão à paragem de “Caioçara”, denominação de um bairro da Vila de Atibaia preservada até os dias atuais. O documento indicou que o falecido adquiriu as terras de Salvador Pires, o qual desbordou os limites da sesmaria recebida em 1610, transpassando o Juqueri e seguindo mais ao norte até o próximo rio⁶⁴³.

Em 1638, Garcia Rodrigues Velho, genro de Salvador Pires, juntamente com seu irmão Manoel Garcia, ampliaram uma sesmaria de meia légua que já tinham na cabeceira das terras de Salvador Pires, na qual constou pela primeira vez menção ao rio Atibaia. Tal sesmaria abrangeu a freguesia de Nazareth Paulista, cuja capela foi feita paróquia em 1676 e incorporada posteriormente à Vila de Atibaia, quando de sua elevação⁶⁴⁴.

Há ainda outros inventários do século XVII que fazem menção a bairros que, posteriormente, compuseram a vila de Atibaia. Segundo Waldemar Franco da Silveira (1950), porém, não foi possível identificar alguma concessão de sesmaria capaz de indicar onde se localizava, precisamente, a fazenda “São João”, fundada por Jerônimo de Camargo entre 1653 e 1666, tida como origem do núcleo populacional que, posteriormente, se tornaria a Vila de São João de Atibaia⁶⁴⁵.

Com base neste levantamento, verifica-se que já em 1610 as famílias Pires e Velho foram avançando em direção às regiões de Nazareth e Atibaia. Passada metade do século XVII, houve o estabelecimento de Jerônimo de Camargo junto ao rio Atibaia, freando a expansão das referidas famílias. Contudo, o primeiro registro de sesmaria obtido pela família Camargo ocorreu somente em 1707, quando o Mestre de Campo Antônio do Prado da Cunha e seu filho João do Prado Batista, que posteriormente adotou o nome João do Prado de Camargo, pediram a confirmação da posse de terras: “na paragem chamada Caguassu, da outra banda do rio

⁶⁴² **História de Atibaia**, op. cit., p. 85-90.

⁶⁴³ Idem, p. 85-86.

⁶⁴⁴ Ibidem, p. 85-90.

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 85-90.

Atibaia, uma légua de testada com sertão que lhe pertence, nas quais lavrou seu sogro e avô há mais de quarenta anos sem impedimento de pessoa alguma”. O genro e o neto de Jerônimo de Camargo buscavam, portanto, legitimar a posse de seu antecessor e ampliar suas terras⁶⁴⁶.

Em 1743, João do Prado de Camargo, agora acompanhado de seu filho Jerônimo de Camargo Bueno, fizeram outro pedido de confirmação, abrangendo mais terras, desta vez alegando que sua família já as ocupava há mais de oitenta anos. As sesmarias solicitadas, segundo Waldemar Franco da Silveira, estavam situadas em terras adjacentes à fazenda São João. Presumiu o autor que em 1667, ou seja, quarenta anos antes da solicitação de 1707, Jerônimo de Camargo, avô e bisavô dos requerentes, após estabelecer a Fazenda São João, por volta de 1653, já tinha iniciado a expansão de suas terras a oeste, seguindo rio abaixo, abrangendo o futuro distrito de Campo Largo, cuja confirmação do domínio foi solicitada pelos seus sucessores⁶⁴⁷.

O autor ainda relacionou as sesmarias concedidas até o final do século XVIII, mostrando, por meio destes registros, um ritmo talvez até mais acentuado de pedidos de terras que no século anterior. Destaque-se, neste conjunto de concessões, a sesmaria obtida pelo Padre Salvador Cardoso de Oliveira em 1734, nas cabeceiras das terras dadas aos Garcia, principiando na margem do Rio Atibaia e correndo em direção ao Jaguari, limitando também com a propriedade de João do Prado de Camargo. A doação de terras foi confirmada em 1766 por Narciso de Oliveira Cardoso, sobrinho e herdeiro do clérigo⁶⁴⁸.

Com estes apontamentos, observa-se que duas sesmarias foram concedidas de forma justaposta à propriedade da família Camargo, lembrando-se que em torno da capela construída em homenagem ao santo de devoção do fundador Jerônimo de Camargo é que se formou a povoação. As áreas eram contíguas e tinham como alinhamento o rio Atibaia, pelo qual as terras do padre Salvador Cardoso de Oliveira e da família Garcia seguiam, respectivamente, quatro e uma légua de extensão rio acima, projetando-se para o “sertão” em direção ao rio Jaguari, enquanto a fazenda de Jerônimo Camargo e de seus descendentes tinha extensão igual à soma das anteriores, mas seguindo rio abaixo⁶⁴⁹.

Embora o rio Atibaia não tenha um curso perfeitamente linear, as testadas das propriedades que o tinham como base, somadas, percorriam, aproximadamente, 25 quilômetros, recobrando em sentido longitudinal boa parte da Vila de Atibaia, cujo território era atravessado

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 94.

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 94.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 97-98.

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 104.

pelo referido curso d'água. Elas também se projetavam em direção ao rio Jaguari, ao norte, e às freguesias vizinhas de Juqueri, Guarulhos e Nazareth, ao sul, preenchendo o espaço restante. Note-se que algumas sesmarias indicavam apenas a testada com o seu “sertão” de fundos ou, quando se valiam de outra fórmula, descreviam-nas como tendo uma légua em quadra. Os limites que não tinham ancoragem em rios ou outros acidentes geográficos que conferissem maior precisão, normalmente, eram desrespeitados, conforme se observou no sucinto histórico de ocupação da região. Ademais, mesmo considerando como tendo entre duas e três léguas de extensão, arrancando do rio Atibaia, as propriedades citadas correspondiam aproximadamente a um terço da distância entre a sua sede e a sede da cidade de São Paulo, à qual ainda deveria ser somado o território das freguesias vizinhas⁶⁵⁰.

⁶⁵⁰ Para compensar o curso irregular do rio, considerou-se uma légua como tendo apenas cinco quilômetros. Entretanto, conforme quadro de pesos e medidas de Stuart B. Schwartz, a referida unidade colonial de aferição de extensão teria entre 5555 e 6000 metros, cf.: **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Trad. Laura Teixeira Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 16.

Mapa 2: Disposição espacial aproximada das sesmarias concedidas às principais famílias na região que formou a Vila de Atibaia e adjacências, conforme hidrografia da região no período colonial.

Fonte: Silveira (1950); APESP, Acervo cartográfico.

Compreendendo um longo período, nem todas as propriedades permaneceram íntegras, mas importa realçar que praticamente toda região ao sul do rio Jaguari tinha sido conferida em sesmaria a alguma das famílias tradicionais da Capitania. A concessão de sesmarias, porém, não era a única forma, tampouco a mais comum de acesso a terras no período colonial, especialmente para as pequenas unidades familiares desprovidas de recursos e de ligações políticas que propiciassem o recebimento das doações. A mobilidade decorrente das técnicas predatórias de exploração do solo, bem como a reduzida força de trabalho também não justificavam o investimento na obtenção de sesmarias por parte das famílias menos abastadas.

Nas franjas destas grandes propriedades ou no interior delas como agregados se estabeleceram lavradores livres pobres e suas famílias. Mas, ao menos até a descoberta das minas, não constituíam um contingente significativo. Ressalte-se que, em meados do século XVII, período no qual a cultura do trigo se desenvolveu e atingiu seu apogeu, utilizava-se quase exclusivamente a mão de obra cativa indígena. A região de Atibaia ocupava então um papel de destaque com o cultivo do produto nas enormes fazendas constituídas com a obtenção de sesmarias⁶⁵¹.

A passagem do século XVII para o XVIII trouxe grandes mudanças, primeiramente com a decadência da produção de trigo em decorrência do esgotamento das fontes de mão de obra indígena. Posteriormente com a descoberta do ouro, desencadeou-se uma nova fase econômica. Já a segunda metade do século XVIII foi marcada pelo declínio da extração aurífera nas Minas Gerais e pela ascensão, na Capitania de São Paulo, da cultura da cana de açúcar voltada à exportação, alterando o perfil tradicional da produção até então dedicada ao mercado interno.

Embora tenha sido dado destaque à economia nesta breve digressão, as transformações ocorreram em praticamente todos os níveis. No plano político-administrativo, a Coroa portuguesa readquiriu a capitania de seu donatário, desmembrou dela as regiões de mineração, suprimiu sua autonomia em 1748, vinculando seu governo ao Rio de Janeiro e, por fim, no ano de 1765, restabeleceu-a.

Intimamente ligado à conjuntura econômica, também houve repercussão no cenário social: a região de Atibaia e as principais famílias nela radicadas não conservaram o mesmo prestígio que tinham ao longo do século XVII. A ascensão de grupos ligados ao comércio e a dependência cada vez maior da escravidão africana na lavoura contribuíram para a fragilização da elite rural local, a qual não tinha condições de concorrer com as áreas mais pujantes ligadas à mineração ou à lavoura de exportação na obtenção de mão de obra cativa⁶⁵².

Apenas no campo normativo a situação permaneceu estável, não havendo alterações significativas no regime jurídico sobre a terra. A atuação legislativa régia no período se concentrou em impor a necessidade de delimitação das propriedades e, secundariamente, empenhou-se na proteção dos possuidores já estabelecidos nas áreas compreendidas nas sesmarias concedidas.

⁶⁵¹ Sobre a cultura do trigo em São Paulo no século XVII, cf.: MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 34-46.

⁶⁵² A maioria dos estudos monográficos citados quando da abordagem da atividade tida atualmente como administrativa da câmara mencionaram a ascensão dos grupos ligados ao comércio, o que, porém foi analisado de forma mais aprofundada para a Capitania de São Paulo por BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, cf.: **A teia mercantil...**, op. cit.

Fazendo um balanço da transição do século XVII para o XVIII, John Monteiro (1994) enfatizou que a descoberta do ouro modificou o arranjo agrícola ao elevar o custo da mão de obra, tornando-a quase inacessível, obrigando os produtores que permaneceram no planalto a transformar suas searas em pastos ou a montar alambiques. No mais, a drenagem da mão de obra indígena para as áreas de extração mineral “confinaram a vasta maioria dos colonos rurais a uma existência marginal e pauperizada”, consoante enfatizou o mesmo autor⁶⁵³.

Diante deste quadro, resta agora analisar a situação às vésperas da constituição da Vila de Atibaia, verificando, inicialmente, como os membros da elite agrária estavam posicionados e, posteriormente, a caracterização espacial das unidades ocupadas pelos “colonos rurais”. Circunstância umbilicalmente relacionada à estruturação do domínio sobre a terra e o regime jurídico que a informava, os quais constituem fatores condicionantes do conflito espelhado na justiça local.

No discurso dos “principais da terra” em oposição à elevação da freguesia de Atibaia, a pobreza da região era o argumento principal, aduzindo os opositores a incapacidade de sustentar as despesas da Câmara e fazer frente às obrigações atribuídas ao órgão. Tal panorama contrastava com a pujança de cerca de um século atrás, quando a listagem das propriedades com a finalidade de cobrança do donativo real apontava Jerônimo de Camargo em Atibaia como o mais próspero produtor rural e as famílias Camargo e Bueno, mesmo tendo que dividir os ofícios camarários com os Pires, dominavam as instituições básicas que então governavam a vila de São Paulo e, por conseguinte, a própria Capitania⁶⁵⁴.

Em 1666, época do provável estabelecimento de Jerônimo de Camargo na região de Atibaia, registrou a Câmara de São Paulo sua chegada do sertão com cerca de quinhentos cativos, evidenciando que a riqueza gerada pela produção de trigo derivava em grande parte da mão de obra indígena abundante empregada em sua propriedade⁶⁵⁵.

No primeiro censo de Atibaia, elaborado em 1765, foram registrados os integrantes de cada unidade familiar, avaliando-se os seus bens. João do Prado de Camargo vivia com sua esposa, três filhos e três agregados. Qualificado como lavrador, o neto do mais rico proprietário rural do século anterior não possuía “nada de seu”, conforme anotado pelo responsável pelo recenseamento⁶⁵⁶.

⁶⁵³ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra...**, op. cit., p. 225-6.

⁶⁵⁴ Ibidem, p. 199.

⁶⁵⁵ Ibidem p. 199.

⁶⁵⁶ APESP - LN 1765.

As listas nominativas são uma modalidade de documento que devem ser analisadas com reservas, pois nem sempre era conveniente declinar todas as informações exigidas, especialmente em relação aos filhos homens, considerando que uma das finalidades do levantamento estava ligada ao recrutamento militar. Todavia, o número de escravos não passava despercebido, chamando atenção a ausência de qualquer cativo africano na unidade doméstica de João do Prado de Camargo, consignando a listagem que nela havia apenas familiares e agregados⁶⁵⁷.

Os três agregados indicados até poderiam compor a mão de obra empregada na propriedade, mas não constituíam uma força de trabalho relevante, devendo servir tão somente para as tarefas domésticas. Evidentemente, a despeito do declínio experimentado pela tradicional família ao longo de três gerações, ela ainda gozava de prestígio, de forma que João do Prado de Camargo foi juiz ordinário na cidade de São Paulo em 1750.

Do mesmo modo, é igualmente necessário ter cautela no exame dos dados consignados, pois referentes a apenas uma das propriedades concedidas em sesmaria aos Camargo. Na lista nominativa confeccionada dois anos depois, o Reverendo Jerônimo de Camargo Bueno, bisneto do fundador de Atibaia, surge como o principal proprietário das terras da família, nas quais seu pai, João do Prado de Camargo, se tornara morador “de favor”. Além dos três agregados, foram indicados dois escravos e mais um administrado⁶⁵⁸.

O tronco principal da família dos Camargo ainda conservava praticamente íntegra uma de suas sesmarias. Ela foi descrita como tendo três léguas em quadra, ou seja, compreendia mais de 270 quilômetros quadrados de área, considerando que uma légua oscilava entre cinco quilômetros e meio e seis. Com efeito, se não bastasse o expressivo tamanho das terras, elas se situavam no Bairro do Campo Largo, uma área bastante propícia à atividade agrícola⁶⁵⁹.

A estratégia utilizada para evitar fracionamentos foi atribuir uma larga porção das terras da família a Jerônimo de Camargo Bueno, um clérigo. Havia, provavelmente, outros indivíduos que se uniram à família Camargo por meio de alianças matrimoniais, os quais também detinham áreas na Vila de Atibaia e em suas freguesias, ampliando o controle fundiário exercido na região.

Na propriedade do Padre Jerônimo de Camargo Bueno havia onze escravos e onze administrados. Em princípio, cogitou-se que a família produzia açúcar. A existência de um engenho nas terras ocupadas por João do Prado de Camargo, na qual ainda havia dois escravos

⁶⁵⁷ Idem.

⁶⁵⁸ APESP – LN 1767.

⁶⁵⁹ APESP – LN 1767, ver ainda SCHWARTZ, **Segredos Internos**, op. cit., p. 16.

e um administrado, sugeria tal hipótese, mas o mecanismo estava “morto”, conforme declarado na listagem.

Com efeito, não há dúvida que a família desenvolvia alguma atividade agrícola. Da mesma forma, é provável que o engenho estivesse inativo por não ser o período de moagem, bem como pode ter sido consignada a informação para evitar despertar a sanha fiscal da Coroa. Contudo, longe da quantidade de índios que a família possuía no século anterior, o número de cativos que dispunha quando da confecção da lista não os igualava aos maiores proprietários de escravos da capitania relacionados por Elizabeth Darwiche Rabelo de Almeida (1972), para a qual somente os plantéis acima de cinquenta escravos eram assim considerados⁶⁶⁰.

Narciso de Oliveira Cardoso, outro grande proprietário de terras, tinha quatorze cativos africanos, evidenciando que também desenvolvia atividade agrícola de proporções que não o equiparava aos principais da capitania⁶⁶¹. Ademais, a maioria dos agricultores da região não tinha escravos, ou então possuía menos de cinco.

Importa agora retomar o discurso acerca da pobreza da freguesia de Atibaia nos momentos que precederam sua elevação em outro contexto, tendo como parâmetro a quantidade de mão de obra cativa, posto constituir um indicador seguro do nível de atividade agrária desenvolvido na região pelas grandes famílias, capaz ainda de medir o seu poderio econômico.

Frutuoso Furquim de Campos foi o único morador de Atibaia a figurar entre os maiores proprietários de escravos da Capitania de São Paulo listados por Elizabeth Darwiche Rabelo de Almeida (1972)⁶⁶². Na ocasião, ele contava com 41 cativos africanos, mas, anos antes, chegara a possuir 53⁶⁶³.

A ausência de grandes plantéis na região evidencia não apenas que ela perdeu a supremacia ostentada no século anterior. Destarte, levando-se em conta a ascensão do setor ligado ao comércio no decorrer do século XVIII em detrimento da aristocracia rural tradicional, é possível constatar que se tratou de um declínio ainda mais acentuado, pois a elite agrária local não apresentou o mesmo dinamismo dos setores que lograram orientar a produção para o mercado exterior⁶⁶⁴.

⁶⁶⁰ APESP – LN 1767. e ALMEIDA, Elizabeth Darwiche Rabelo de. **As elites da sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**, op. cit., p. 79-81.

⁶⁶¹ Ibidem, p. 79-81.

⁶⁶² ALMEIDA, Elizabeth Darwiche Rabelo de. **As elites da sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**, op. cit., p. 79-81.

⁶⁶³ APESP – LN 1778.

⁶⁶⁴ Fragoso e Florentino assinalam o declínio da aristocracia agrária, mesmo ligada ao setor exportador, frente ao grupo mercantil, afirmando que em fins do século XVII “o escravismo ainda predominava, conjuntamente com a agricultura voltada para o mercado externo, mas esta última vinha perdendo força, assim como as ‘formas de acumulação’, antes baseadas nos ‘sistemas de mercês’ capitaneado pelo Senado da Câmara, pelo qual se obtinha privilégios, terras e acesso à mão de obra, principalmente indígena. No curso do século XVIII, a velha “nobreza

A despeito da perda relativa de prestígio no âmbito da produção agrícola, segmentos destas famílias tradicionais buscaram unir-se aos grupos mercantis por meio de alianças matrimoniais, ou mesmo diversificar suas atividades, de modo a contemplar também o comércio, tanto de fazenda como de muares.

Da mesma forma, não há evidências do enfraquecimento do controle exercido pelas famílias tradicionais sobre a propriedade imóvel. Ao contrário, parece tê-lo reforçado à medida que a terra aparentemente se valorizava, ensejando novos pedidos de sesmarias com a finalidade de constituir reservas fundiárias.

Segundo a lista nominativa de 1767, havia 402 unidades rurais na Vila de Atibaia. Em 181 uma delas, número correspondente a 42,7% do total, o recenseador declinou que a família lavrava “de favor”. Dentro do conjunto dos lavradores “de favor” em 41 dos casos, cerca de dez por cento do total (10,2%), os donos das terras eram parentes próximos. Outros 131, equivalentes a cerca de 32,5% do total, ocupavam também terras de terceiros, mas apenas em 41 registros houve o cuidado de informar quem era o proprietário. Entre os que continham o nome do dono das terras, 24 indicaram que pertenciam ao Reverendo Jerônimo de Camargo Bueno e dois a Narciso de Oliveira Cardoso⁶⁶⁵.

Ressalte-se que os lavradores “de favor” ocupavam áreas pertencentes ao Padre Jerônimo de Camargo Bueno não apenas no bairro do Campo Largo. O número de unidades subordinadas ao clérigo evidencia o domínio exercido pela família sobre a terra e, consequentemente, o poder sobre seus ocupantes.

Embora não se conheça as dimensões de todas as unidades produtivas, suspeita-se que a maioria não era de grande porte, especialmente quando comparadas às terras pertencentes às famílias tradicionais e concedidas em sesmarias. Consta na listagem de 1767 apenas as dimensões de sete propriedades, além da já referida pertencente a Jerônimo de Camargo Bueno: todas elas tinham entre 100 e 200 braças. O tamanho era medido normalmente pela testada, rebatendo-se a medida em quadra, de modo que as áreas correspondiam a algo entre 0,4 e 1,6 quilômetros quadrados. O restante dos sítios, portanto, deveria ser parecido, supondo-se que os responsáveis pela coleta dos dados provavelmente tenham deixado de mencionar as medidas em razão de serem as usuais⁶⁶⁶.

da terra” começou a ceder espaço para outras formas de acumulação e outros grupos sociais mais marcadamente mercantis” cf.: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 85.

⁶⁶⁵ APESP – LN 1767.

⁶⁶⁶ Idem.

Às vésperas da elevação, Atibaia tinha 418 unidades familiares ou “fogos” (dezesseis deles exclusivamente urbanos) e, muito embora as famílias tradicionais conservassem o controle sobre vastas áreas, elas não se destacavam quando comparadas a outros proprietários de escravos da capitania das áreas em que florescia a lavoura de exportação. A única exceção era Frutuoso Furquim de Campos, consoante assinalado anteriormente⁶⁶⁷.

Analisar a estruturação fundiária a partir do delineamento do perfil das unidades pertencentes às famílias tradicionais da região de Atibaia ainda não é suficiente para a compreensão dos conflitos envolvendo a terra. Todavia permite compor, parcialmente, o cenário no qual houve a interação dos fatores mencionados como causadores, apresentando, desde logo, um deles, consistente no sistema legal de distribuição de terras.

Nesse sentido, o regime jurídico excludente das sesmarias permitiu a concentração fundiária nas mãos das famílias tradicionais ao vedar o acesso legal à propriedade imobiliária aos desprovidos de prestígio e de riqueza. As transformações ocorridas ao longo do setecentos até a metade do século XVIII não modificaram substancialmente este quadro, ao contrário, acabariam por fortalecê-lo⁶⁶⁸.

3.5.2.2 *A interação dos fatores condicionantes: a valorização da terra*

As concessões de sesmarias e as listas nominativas permitiram traçar o perfil das grandes propriedades e, concomitantemente, verificar como se deu o processo de apropriação de terras associado à expansão da colonização. Também trouxe alguns indícios de que a maioria dos fogos era de pequeno e médio porte. Convém então verificar, inicialmente, como se deu a continuidade do processo de ocupação da terra, uma vez que ele não findou na metade do XVIII, tentando enfocar um pouco mais no dimensionamento das pequenas unidades agrárias.

Sabe-se que a vila de Atibaia foi formada pela união da freguesia do mesmo nome com as de Nazareth e de Jaguari, esta última tornada freguesia em 1765, quando já iniciado o processo de emancipação de Atibaia, o qual foi concluído em 1770. Os limites da freguesia de

⁶⁶⁷ Ibidem, cf. ainda Darwiche, op. cit., p. 89-91.

⁶⁶⁸ Em carta encaminhada ao Marquês de Pombal, na época ainda Conde de Oeiras, o Morgado de Mateus, então Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, alertou para o caráter excludente do regime de concessão de terras, assinalando: “Atendendo à conveniência do Povo de que sempre he mayor o numero, e que este pela sua pobreza muitas vezes não tem dinheiro para pagar os despachos de huma Carta de Sesmaria, e por outra parte lhes he difícil juntar-se a outros pelas diferenças que ordinário há, ou pelas distâncias em que vivem para juntos tirarem entre si huma Carta de Sesmaria de que se pagão emolumentos não só nesta Secretaria, mas tãobém na confirmação do Conselho Ultramarino, ficão por este modo precizados a formar Citios volantes por onde podem sem título sem formalidade e subsistencia, pelo receyo de o perderem; e porque não podendo tirar a sobredita Carta de Sesmaria a que só pagão os ricos, ficão dependentes destes que humas vezes os consentem, outras os lanção fora sem lhes ficar lugar certo para viverem.” (DIHCSP, v. 73, p. 191-2)

Atibaia antes da elevação tinham a norte e nordeste a freguesia de Jaguari, a leste e sudeste a de Nazareth, a sul a de Juqueri e a oeste e sudoeste a vila de Jundiáí.

As partes componentes da nova vila tinham realidades espaciais apenas um pouco diferentes. A freguesia de Atibaia, escolhida como sede política da nova unidade territorial, constituía na segunda metade do século XVIII uma área de ocupação mais consolidada.

A fronteira pioneira se encontrava mais ao norte, além do rio Jaguari, nas áreas pouco habitadas situadas entre a vila de Moji Mirim, desmembrada da vila de Jundiáí, e a freguesia de Jaguari. No rumo oeste e sudoeste, tendo, respectivamente, Jaguari e Nazareth de um lado e a distante vila de São José dos Campos de outro, havia um vasto espaço de população rarefeita.

A freguesia de Nazareth também era de ocupação antiga, estando mais próxima ainda da cidade de São Paulo. Ela possuía grandes espaços e uma pequena população como, ademais, todas as vilas e freguesias da capitania. Nazareth era ladeada a oeste e norte por Atibaia e Jaguari, respectivamente. Apesar de defrontar-se a leste e nordeste com um amplo território, não contava com um eixo de povoamento mais vigoroso no sentido da recém-formada vila de São José dos Campos e da vila mais antiga de Mogi das Cruzes, ambas a leste, enquanto no rumo nordeste havia a capitania de Minas Gerais, cujos limites, mesmo objeto de disputa, tinham referenciais estabelecidos. Ao sul e sudoeste, a freguesia de Nazareth encontrava as já seculares freguesias de Guarulhos e Juqueri, pertencentes à cidade de São Paulo.

O atual município de Atibaia corresponde, basicamente, à formação espacial de sua freguesia em 1765, da qual foram desmembradas as de Nazareth e Jaguari, que lhe haviam sido agregadas quando da elevação em 1770. Apenas o município de Jarinu foi constituído em sua porção oeste em período bem mais avançado, já na metade do século passado.

A vila de Jundiáí ladeava a freguesia de Atibaia a oeste até encontrar a freguesia de Jaguari, havendo um espaço de aproximadamente cinco léguas em linha reta entre elas. O bairro do Campo Largo constituía o limite mais a oeste de Atibaia, na borda com Jundiáí e correspondia, basicamente, à área obtida em sesmaria por Jerônimo de Camargo Bueno e seu pai, João do Prado Bueno. Na lista nominativa de 1767, a propriedade foi referida como tendo três léguas em quadra, de modo que poderia compreender até 272 quilômetros quadrados⁶⁶⁹. Trata-se de uma área bastante aproximada, mas que, mesmo subdimensionada, superaria ou se

⁶⁶⁹ A distância em linha reta entre as sedes das duas povoações é de aproximadamente trinta e quatro quilômetros e meio, convertidos em léguas a razão de 5,5 quilômetros por légua, mesmo parâmetro utilizado para a apuração da área da propriedade, conforme as medidas indicadas por Schwartz, Segredos Internos, op. cit., p. 16.

igualaria às dimensões atuais do Município de Jarinu, com pouco mais de duzentos e sete quilômetros quadrados⁶⁷⁰.

Rumo a oeste, portanto, uma das sesmarias da família Camargo constituía o limite de expansão, enquanto a leste, o bairro da Cachoeira, a partir do qual poderia haver uma frente em direção a São José dos Campos, passou à freguesia de Nazareth⁶⁷¹, consignando-se que ao sul e sudeste as áreas já vinham sendo ocupadas desde o início do século anterior, formando as freguesias que ainda pertenciam à cidade de São Paulo.

Deste modo, é possível ter um quadro espacial mais delineado em relação à freguesia de Atibaia, cujo território correspondia, aproximadamente, ao seu tamanho atual somado ao do Município de Jarinu. Este último constituindo, praticamente, uma das sesmarias da família Camargo.

A área atual de Atibaia é de 478 quilômetros quadrados⁶⁷², os quais, divididos pelos 401 “fogos” rurais listados em 1767⁶⁷³ evidenciam que as unidades rurais tinham, em média, por volta de 1,2 quilômetros quadrados. As propriedades estariam, portanto, dentro do intervalo de 0,4 a 1,6 quilômetros quadrados, dimensões que linhas atrás foram sugeridas como sendo o formato da maioria dos sítios⁶⁷⁴.

O tamanho resultante da divisão da área total pelas unidades não constitui o parâmetro ideal, presumindo-se que as dimensões médias das unidades deveriam ser em torno de cem braças em quadra, aproximadamente 0,4 quilômetros quadrados. Isto porque bem mais da metade das terras que formaram o atual Município de Atibaia certamente ainda pertenciam aos sucessores dos que as receberam em sesmarias, constituindo propriedades maiores.

Entre estas grandes propriedades devem ser registradas as terras pertencentes ao ramo principal dos Camargo que originaram o povoamento, destacadas da já referida área pertencente à família no Campo Largo. Também merecem menção a propriedade de Narciso de Oliveira Cardoso e a fazenda de Frutuoso Furquim de Campo, exemplos que realçam a redução das áreas disponíveis às pequenas propriedades, as quais, certamente, não recobriam metade da área total

⁶⁷⁰ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352520&search=||infográficos:-informações-completas>>. Acesso em 05 ago. 2016.

⁶⁷¹ APESP – LN 1777.

⁶⁷² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350410&search=sao-paulo|atibaia>>. Acesso em 05 ago. 2016.

⁶⁷³ Dos 402 “fogos” tidos como rurais constantes na lista nominativa de 1767 foi subtraído um, correspondente à propriedade do Campo Largo, a qual tinha o tamanho e a localização aproximada do atual Município de Jarinu.

⁶⁷⁴ Vide APESP - LN 1767.

de Atibaia, possivelmente nem um terço, considerando que havia ainda terrenos arenosos, montanhosos ou pantanosos imprestáveis para a agricultura e pecuária.

A apropriação de enormes espaços para futura ampliação da atividade agrícola, bem como para compor uma reserva fundiária ou mesmo para especulação, constituía uma estratégia comumente empregada pelos grandes proprietários rurais e que causava distorções na distribuição da população e na organização da produção⁶⁷⁶.

Note-se que em fins do século XVIII os principais distritos de Atibaia contavam com mais de mil habitantes e possuíam em torno de cento e cinquenta fogos cada um. Apenas o de Campo Largo, praticamente uma das sesmarias dos Camargo, ostentava números bem inferiores aos demais, tendo menos da metade dos moradores e dos fogos, não obstante constituísse uma das maiores áreas⁶⁷⁷.

Neste cenário, embora cerca de dois terços das terras continuassem nas mãos das famílias tradicionais, eram as pequenas e médias propriedades com área de até um quilômetro quadrado que compunham a maioria das unidades enumeradas como “fogos” na lista nominativa de 1767. No mais, excetuando alguns comerciantes e oficiais mecânicos radicados no centro da vila, a totalidade dedicava-se à atividade rural.

Apesar da menor área ocupada, estas pequenas e médias unidades compreendiam a maior parte da população livre de Atibaia. As listas nominativas elaboradas até o final do século XVIII, infelizmente, não indicam o que era produzido em cada fogo, de modo que não é possível, ao menos no momento, afirmar se a produção era apenas para subsistência ou para comercialização. Há, porém, elementos indicando que os “colonos rurais”, os quais compunham a maior parte da força de trabalho, também participavam ativamente do mercado de abastecimento, dada a grande proporção de muares negociadas e a pequena quantidade de escravos existentes nas grandes propriedades, número aparentemente insuficiente para garantir a proeminência da região como fornecedora de mantimentos.

Em relação às freguesias de Nazareth e Jaguari, é possível presumir que a organização territorial era semelhante, predominando as grandes propriedades concedidas em sesmarias aos

⁶⁷⁶ O Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo relatou ao Marquês de Pombal, ainda Conde de Oeiras, o dano causado pela prática especulativa nos seguintes termos: “há mais outro prejuízo não pequeno nas datas de terras de Sesmaria, he que alguns doloamente as tem tirado não para as cultivar, mas sim para as venderem tirando-as pelo custo dos despachos da Secretaria, as vão vender em pedaços utilizando-se em dinheiro de mayor quantia, o que me parece redundar em prejuízo grave dos pobres e do Povo que podendo empregar-se em augmentar a cultura, e os dízimos de S. Magestade gastão o dinheiro em utilidade de hum particular” (DIHCSP v. 73, p. 193)

⁶⁷⁷ APESP – LN 1796.

“principais da terra” e uma área comparativamente menor, na qual se distribuíam as pequenas posses.

A diferença era a existência de terras em processo de povoação a norte e a leste em direção às vilas de Moji Mirim e São José dos Campos, respectivamente. No rumo leste, o bairro da Cachoeira, pertencente à freguesia de Nazareth, constituía a borda territorial. Todavia, referido distrito não apresentou um crescimento em número de unidades discrepante dos demais bairros. Ao contrário, ele se manteve bastante estável em torno de duzentas unidades, de 1786 a 1790.

O eixo de avanço se encontrava rumo norte, noroeste, mais circunscrito à freguesia de Jaguari, correndo junto ao caminho para Goiás e também ao que ia para as Minas Gerais. Tratando-se de vias basicamente terrestres, ofereciam oportunidades de comercialização da produção para os que se estabelecessem nas terras adjacentes. Enquanto na direção leste faltavam maiores atrativos para a ocupação, pois inexistia nesse sentido uma rota comercial da mesma magnitude.

As tendências referidas podem ser notadas por meio da evolução do número de unidades produtivas e da população no período. Note-se que não obstante alguns recuos, houve um crescimento populacional em todas as partes que compunham a Vila de Atibaia.

Gráfico 3: Crescimento populacional

Fonte: APESP, Listas Nominativa, Atibaia Nazareth 1768-1790

Gráfico 4: Crescimento do número de unidades domésticas

Fonte: APESP, Listas Nominativa, Atibaia Nazareth 1768-1790

Mesmo considerando eventuais imprecisões decorrentes da ausência de critérios uniformes utilizados pelos responsáveis pelas confecções das listas ao individualizar os “fogos”, observou-se que houve também uma ampliação do número de unidades familiares em um longo período, o que dilui a probabilidade de erros e confirma a tendência de crescimento.

O crescimento, porém, não foi uniforme, pois enquanto Atibaia e Nazareth tiveram padrões bastante semelhantes, a população e o número de fogos aumentaram de forma proporcionalmente pouco maior na freguesia de Jaguari, o que evidencia um movimento de expansão mais intenso nesta área.

Além das listas nominativas, há outra forte evidência do processo de expansão territorial. Em 1795, os oficiais da Câmara de Atibaia pediram ao Capitão General que delimitasse a divisa com Moji Mirim pelo rio Camanducaia, situado a aproximadamente setenta quilômetros rumo norte da sede da vila de Atibaia. Diziam os camaristas que:

Foi levantada esta Vila pelo Doutor Corregedor Salvador Pereira da Silva em o ano de mil setecentos e setenta por ordem do Ilustríssimo, Excelentíssimo, Senhor, Don Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, Capitão General que nesta Capitania presidiu, e se lhe deu por termo as freguesias de Nazareth e Jaguari pela parte da fazenda do Alferes José Joaquim da Costa Noronha (...), e divide um Ribeirão intitulado de Camanducaia, o qual Ribeirão para baixo atravessa o sertão, que da mesma freguesia vai dar na vila de Moji Mirim, e se vai meter no Rio Jaguari ao pé da passagem na Estrada que pela freguesia das Campinas

segue para Goiazes (sic), assim da qual passagem faz barra o Camanducaia no Jaguari, e neste lugar e passagem finda o termo da vila de Moji Mirim.

Esta mata que de Jaguari vai dar a Moji Mirim se esta povoando e por isso cuidamos em dividir este termo daquele para cada um de nós e todos saberem os termos dividentes (sic) e os povos não poderem escapar das rédeas da Justiça, alegando serem ou não deste ou daquele termo, para assim o efetuarmos convidamos por carta que escrevemos ao Juiz Presidente e Oficiais da Câmara de Moji Mirim para esta divisão apontando para ela o tal Ribeirão Camanducaia pelo motivo de ele já mais para cima ser a divisa deste termo, por este cortar na latitude o tal sertão, e por os barrancos dele desviarem toda e qualquer dúvida...⁶⁷⁸

Observa-se, portanto, que em fins do século XVIII, a ocupação do território a partir de Atibaia já estava alcançando o rio Camanducaia ao norte, o qual, em um de seus trechos, segue mais ou menos paralelo ao Jaguari. Derivando este último em sentido noroeste até haver o encontro dos dois cursos d'água junto à estrada que seguia para as Minas de Goiás.

Segundo o documento, as matas estavam sendo povoadas, assim como havia uma fazenda situada nas margens do rio Camanducaia. Ou seja, já estava se estabelecendo o controle sobre estas terras, as quais, conforme também evidenciou o ofício enviado pelos camaristas, articulavam-se às rotas que levavam às regiões mineradoras de Goiás e das Gerais.

Embora não conste resposta ao ofício, verifica-se que os limites da Vila de Atibaia, mais precisamente de sua freguesia de Jaguari, ainda não tinham sido definidos em fins do século XVIII, tomando, possivelmente, a forma descrita no documento. Ou seja, tendo o rio Camanducaia ao norte e o próprio rio Jaguari a noroeste, enquanto a leste acabava por encontrar com a divisa das Minas Gerais.

Tratava-se de uma área bastante dilatada, de forma que em 1797 a freguesia de Jaguari se destacou, passando a se chamar Vila Nova de Bragança. Ela compreendia sete municípios atuais no bolsão entre os rios Camanducaia e Jaguari: Amparo, Monte Alegre do Sul, Tuiuti, Pinhalzinho e Pedra Bela, os quais, juntamente com Socorro, na cabeceira do Camanducaia e a nordeste do Jaguari, bem como Vargem, abaixo deste último curso d'água, faziam parte do território de Bragança quando de sua elevação.

Basta recordar que 30 anos antes a então freguesia de Atibaia já tinha todos seus limites definidos, dela se destacando apenas o atual município de Jarinu. As terras da região de povoamento mais remoto já estavam praticamente todas ocupadas por possuidores ou sesmeiros, predominando numericamente as pequenas unidades.

A maior oferta de áreas livres, porém, não tornava a terra desprovida de valor; mesmo porque várias sesmarias já tinham sido conferidas naquela região, impedindo que ela fosse simplesmente ocupada sem qualquer ônus. O caminho para as Minas de Goiás passava a oeste

⁶⁷⁸ D10 – 1795 - CO 0233 Ofícios das Câmaras, Jacarei, Bragança, São João de Atibaia, São José, Taubaté, Mogi das Cruzes 1721-1822. Conferir o documento completo no Anexo B.

da sede da vila de Atibaia e em torno dele diversas porções de terras já tinham sido distribuídas em fins do século XVII e ao longo de todo o século XVIII. Observa-se que algumas propriedades imensas, como a que foi concedida aos religiosos de São Bento em 1668 e também a obtida por Amador Bueno em 1707, projetavam-se sobre o território da freguesia de Jaguari (depois Vila Nova de Bragança), compreendendo boa parte da área de expansão disputada com a Vila de Moji Mirim, conforme se visualiza no mapa a seguir:⁶⁷⁹

Mapa 3: Detalhe da “Estrada dos Goiaes”.

Fonte: APESP, Acervo Cartográfico; Fundo Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo.

Entre as duas listas nominativas que foram elaboradas antes da elevação da freguesia de Atibaia, o levantamento do ano de 1767 é o mais completo, indicando a composição familiar e descrevendo os bens de cada um dos fogos. A outra listagem confeccionada dois anos antes, em 1765, apenas enumerou as pessoas de cada unidade e o valor de seus bens, sem, contudo, indicá-los. Comparando os dois documentos é possível verificar que a terra não foi considerada

⁶⁷⁹ Documento não catalogado, conferir o mapa completo no Anexo C.

como passível de atribuição de valor, apenas os animais (muare e gado), escravos e armas de fogo.

A ausência nas listas nominativas de avaliações da terra, de objetos que não fossem armas de fogo, tais como utensílios domésticos e de trabalho, outras espécies animais, especialmente aves e suínos, não significa que tais bens fossem desprovidos de valor, consoante já ficou patenteado no exame das ações creditícias.

O completo repartimento das terras da freguesia de Atibaia é um forte indicativo de que os bens imóveis passaram a representar um ativo e eram precificados não apenas pelo que neles havia sido agregado em construções ou plantações, mas pelo valor intrínseco.

Ademais, 52 das ações de crédito cobraram valores concernentes a negociações de imóveis rurais e outras 13 se referiram a casas na freguesia, circunstância capaz de evidenciar que a propriedade, tanto rural como urbana, adquirira valor.

Uma das explicações estaria associada às técnicas rudimentares de cultivo, as quais levavam ao rápido esgotamento do solo, valorizando as terras que ainda tinham cobertura florestal. Por outro lado, significaria que as áreas previamente ocupadas perderiam completamente seu valor após a deterioração causada pelas queimadas. De modo que a apreciação fundiária seria apenas das parcelas do território de Atibaia que ainda pudessem ser exploradas por meio da “coivara”.

É inegável a correlação entre a valorização da terra e a escassez ou mesmo diminuição das áreas de florestas e de capoeiras propícias ao cultivo de forma extensiva e itinerante. Porém, mesmo depauperados, os espaços previamente ocupados ainda serviriam como pastos.

Note-se que muitos agentes comerciais traziam muare, especialmente cavalos, das partes meridionais da colônia para venderem em Atibaia. Entretanto, não consta na documentação judicial processos referentes a negociações com gado vacum vindos do Sul, mesmo sendo tal região fornecedora de reses, sugerindo que o consumo de carne bovina era suprido em parte pela própria produção local, de modo que as terras depois de esgotadas podiam servir para pastagem, subsistindo seu valor.

Há ainda que se aventar uma possível modificação das técnicas de cultivo ao longo do século XVIII. Segundo Maria Luiza Marcílio (2000), houve notável crescimento demográfico, que resultou na ampliação dos espaços agrícolas e dilatação da fronteira, permitindo a passagem de um sistema de cultivo extensivo, denominado como “pousio florestal”, para um menos extensivo, o “pousio arbustivo”. O primeiro é típico da agricultura de subsistência, em que a terra é cultivada por um ou dois anos e depois repousa por cerca de vinte e cinco anos até a recomposição da floresta preexistente e do “húmus fertilizador”, enquanto no segundo o

descanso da terra é mais curto, de seis a dez anos, obrigando à limpeza do terreno e ao trabalho com a enxada para vencer a maior dureza do solo, mais compactado pelas repetidas queimadas. Referida autora, no entanto, entende que a alteração verificada está também adstrita à introdução da lavoura para exportação, considerando ainda que as roças das pequenas unidades de agricultura predominantemente familiar destinavam-se tão somente à subsistência⁶⁸¹.

Em todo caso, a mudança reflete também na agricultura e na criação de animais voltadas ao abastecimento interno, pois se faltavam espaços passíveis de apropriação para as culturas de exportação, resultando na expulsão de famílias que se dedicavam à lavoura de subsistência, supostamente haveria uma escassez ainda maior de áreas para a produção de mantimentos. Isso contribuiria igualmente para a valorização da terra como um todo, ainda que a região de Atibaia não estivesse integrada plenamente à lavoura canavieira.

Um documento é bastante elucidativo deste processo de valorização. Em uma ação de notificação ajuizada em 1790, o autor postulou o pagamento dos prejuízos causados pelo gado do réu em suas roças. O processo seguiu o procedimento ordinário com a oferta de contestação, alegando o réu que as terras não pertenciam ao autor, bem como eram “campos de criação” e não “lavradias”, elaborando até um croqui para apontar onde estavam os limites das propriedades e das áreas destinadas à pastagem e à lavoura. Na manifestação seguinte, o autor refutou os argumentos expendidos pelo adversário, insistindo que eram suas as terras e, embora reconhecendo que a área da contenda estava situada em “campos gerais”, aduziu que tais terras estavam confinadas por um braço do rio Atibaia, “o Ribeirão da Sepultura”, estando cercada no restante de sua extensão⁶⁸².

Note-se que a disputa por terras situadas em “campos gerais” é um sinal de que se tratava de uma área desprovida de vegetação, apropriada para pastagem e que já estava sendo novamente utilizada para a agricultura. Uma testemunha chega a descrever este processo, informando que foram reerguidas cercas e feitas novas na “aguada” do rio para compreender a área de “uma antiga roça de Veríssimo da Mota”, assinalando de forma clara o reaproveitamento de terras que já tinham sido cultivadas⁶⁸³.

Ainda que não se possa com base apenas neste documento afirmar que estava ocorrendo um processo de reversão de áreas de pastagem para a lavoura, verifica-se que mesmo os terrenos

⁶⁸¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p. 125/130.

⁶⁸² D1664 – 1790 - CO 3725 ACA.

⁶⁸³ Idem.

classificados como “campos gerais” eram apropriados e disputados entre agricultores e criadores de animais, constituindo um forte indício da valorização da terra.

Além do tamanho, diversas variáveis influíam para que uma terra se valorizasse mais que outra, sendo fundamental a existência de fontes de água e também a articulação a algum caminho pelo qual fosse possível seguir até um núcleo mais adensado de povoamento, especialmente com serviços religiosos. A existência de trechos com cobertura florestal ou arbustiva era igualmente fundamental, tanto para lavoura como também para separar os espaços cultivados dos destinados à pastagem.

Isto não significa que todas as áreas fossem valorizadas, bastando verificar o imenso território compreendido nos inúmeros municípios atuais agregados à Vila de Atibaia no momento de sua elevação e a população reduzida para subverter eventual lógica que justificasse a valorização. Entretanto, de acordo com as capacidades técnicas do período, deve ser salientado que existiam vastos espaços cujas condições geográficas não os qualificavam para utilização ou estavam muito distantes dos circuitos econômicos.

Em outras palavras, as áreas de relevo acidentado, de solos de baixa qualidade ou isoladas das vias de circulação, provavelmente, tinham pouco ou nenhum valor, enquanto as terras planas, próximas aos principais rios da região e cortadas pelos caminhos que levavam às áreas de mineração, à cidade de São Paulo e às vilas vizinhas tinham potencial de valorização em função da ampliação da lavoura.

Na documentação se encontram, facilmente, aspectos que realçam a transformação da terra em mercadoria. Consta que o juízo de órfãos da vila de Santana de Parnaíba expediu uma carta precatória determinando a avaliação de um sítio em Atibaia, tendo o louvado estabelecido o preço da seguinte forma:

um sítio com casas e taipas de pilão cobertas de telha de três lanços com seus corredores, porém mal acabadas por não estarem todas repartidas cujas casas com algumas portas velhas e as terras ao dito sítio pertencentes foram vistas e avaliadas pelos ditos avaliadores pelo preço de cem mil réis pela razão de serem muitas as terras e estar o dito sitio próximo a vila pouco mais de uma légua⁶⁸⁴

A quantidade de terras e a integração aos caminhos, portanto, justificaram o valor de 100\$000 réis, o qual parecia ser elevado no ano de 1771, ensejando a observação feita pelo avaliador. Percebe-se, portanto, que as áreas de ocupação mais antiga, próximas aos cursos d'água e dos caminhos, tal como os dois exemplos citados, passaram a ser cada vez mais requisitadas com o aumento da demanda por superfícies agricultáveis, estimulando a comercialização.

⁶⁸⁴ D74 – 1771 - CO 3698 ACA.

As diversas variáveis envolvidas na constituição do custo dos imóveis tornam, porém, praticamente impossível determinar o preço médio, mesmo aproximado, das terras de cada uma das freguesias que compunham a vila de Atibaia, muito embora a extensão e a localização fossem essenciais para valorização.

As ações creditícias resultantes da compra e venda de terras refletem esta dificuldade, pois os montantes envolvidos variaram bastante, observando-se uma ação referente à venda de um sítio por 3\$200 réis e outro pela quantia de 100\$000 réis⁶⁸⁵. Os montantes envolvidos nos demais processos que correram, exclusivamente, no juízo ordinário de Atibaia se situam entre estes dois valores extremos.

Se a valorização dos terrenos rurais foi bem retratada por meio das ações creditícias resultantes da compra e venda da terra, os conflitos fundiários não constituem propriamente o ponto controvertido nestes tipos de processo, apenas o recebimento da dívida. Entretanto, os ditos fatores condicionantes são tão pronunciados que em alguns casos examinados acabaram levando ao desfazimento das negociações ou justificando o inadimplemento do valor pactuado na transação.

Bento Rodrigues Soares ajuizou uma ação cobrando o resto do pagamento da venda de um sítio situado junto ao rio Jaguari. O comprador, José Bicudo, ofereceu contestação, reconhecendo que não fez o pagamento total, pois o Capitão Jacinto Rodrigues Bueno realizou medição judicial da área de sua sesmaria, na qual “apanhou metade das terras que o autor lhe vendera, sendo as melhores por estarem com matos virgens e as que ficaram ao réu serem capoeiras”. Além do maior valor atribuído à cobertura florestal, é possível observar a imprecisão dos limites entre as terras e a repercussão do sistema legal das sesmarias⁶⁸⁶.

A despeito da abundância de terras na freguesia de Jaguari e do processo contínuo de expansão com a incorporação de novas áreas, havia a possibilidade de comercialização dos melhores espaços. Esse fator animava os agentes a buscarem a concessão de sesmarias e a demarcá-las, valendo-se dos meios judiciais para alcançarem o pleno domínio sobre a terra e expulsar aqueles que exerciam apenas a posse sem respaldo em algum título.

As ações creditícias ensejadas pela compra e venda de terra são reveladoras nesse sentido, cumprindo assinalar que entre os vendedores de terras estavam o Capitão-mor Francisco da Silveira Franco e Narciso de Oliveira Cardoso, este último já citado várias vezes como um dos grandes proprietários, pois herdeiro de uma das sesmarias que formaram o território da freguesia de Atibaia.

⁶⁸⁵ D1789 – 1791 - CO 3727 ACA e D1874 – 1792 CO 3729 ACA.

⁶⁸⁶ D688 – 1797 - CO 3711 ACA.

Igualmente, é possível verificar que as famílias tradicionais continuavam se apropriando de grandes faixas de terras. Entre 1788 e 1794, o Capitão Jacinto Rodrigues Bueno obteve uma sesmária de “duas léguas de testada e duas de sertão” junto ao rio Jaguari⁶⁸⁷, a qual, ao ser medida, possivelmente em 1797, “apanhou” as terras do réu na ação de crédito anteriormente referida, constituindo o motivo pelo qual não foi realizado o pagamento de toda a quantia avençada.

Ocorre que, em 1780, Jacinto Rodrigues Bueno demarcara outra sesmária de uma légua na paragem chamada fazenda do Lopo⁶⁸⁸. Anos depois, já podia ser considerado um dos “principais da terra”, pois comandava uma das nove companhias de ordenanças da vila de Atibaia, tornando-se, quando da elevação da freguesia de Jaguari, Sargento Mor da Vila Nova de Bragança e depois seu Capitão-mor⁶⁸⁹.

Tem-se, portanto, composto o cenário no qual foram desenhados os conflitos que resultaram em processos judiciais. Evidentemente, sempre houve disputas sobre o controle da terra, mesmo antes da valorização mais vigorosa ocorrida ao longo do século XVIII. Isso se deve especialmente em decorrência do sistema legal que regia a concessão de sesmarias e da dificuldade em delimitar de forma precisa os limites de cada propriedade rural.

O crescimento demográfico e a ampliação da produção agrícola, certamente, contribuíram para exacerbar e, de certo modo, ampliar as tensões, exercendo pressão sobre as pequenas unidades que abrigavam a maior parte da população livre, cuja relação com a terra normalmente não era titulada. Junte-se ao quadro descrito, ou talvez em decorrência dele, a passagem de uma lavoura extensiva para uma de exploração mais intensa dos solos, bem como as dificuldades de harmonizar a atividade agrícola com a pecuária e estarão então reunidos alguns dos principais ingredientes que levaram às conflagrações espelhadas na documentação judicial.

Os cerca de 200 processos analisados resultaram da conjugação destes fatores, devendo ser acrescentada, também, a questão do emprego da mão de obra escrava africana, cuja análise será reservada para um tópico posterior. Cumpre apenas assinalar que na passagem do século XVII para o XVIII e ao longo deste último os “administrados” deixaram de representar a principal força de trabalho dos grandes proprietários rurais, enquanto a descendência mestiça livre destes indígenas cativos, os chamados “mamalucos” ou “bastardos”, engrossou o número de lavradores pobres, passando a constituir uma parcela da população empregada na agricultura,

⁶⁸⁷ DARWICHE, *As Elites na Sociedade Paulista do Século XVIII*, op. cit., p. 63.

⁶⁸⁸ D441 – 1780- CO 3707 ACA.

⁶⁸⁹ Vide nota 438.

concorrendo na busca por terras, nas quais lavravam para garantia da subsistência, para o mercado ou para ambos.

3.5.2.3 *Os litígios sobre a terra em juízo*

O regime jurídico sobre a terra tornava a obtenção da propriedade extremamente complexa, pois, depois de deferido o pedido de concessão de sesmaria e para que a doação fosse confirmada, era necessário efetuar a medição e demarcação da área. Deste modo, somente após a adoção da medida judicial, se consolidava legalmente o domínio.

A carta de sesmaria acompanhada da medição judicial constituía o título de domínio originário. Deste modo, apenas a aquisição de terras que fossem filiadas a uma sesmaria devidamente demarcada era considerada propriedade em sua acepção jurídica e, para as aquisições derivadas ou de partes da área, a escritura pública correspondente à transmissão conferia um título oficial de domínio ao detentor da área que não fosse o donatário da sesmaria.

Os litígios entre vizinhos em razão dos limites de suas propriedades não constituem, propriamente, uma novidade da segunda metade do século XVIII. Os conflitos desta natureza estão presentes desde os princípios da colonização, lembrando-se que as fórmulas de concessão das sesmarias e os referenciais geográficos, normalmente, eram imprecisos, de forma que a demarcação da área passou a ser uma exigência associada à doação.

O número de autos cíveis de medição de áreas representa, porém, uma pequena parcela dos processos que tiveram a terra como centro do litígio. No juízo ordinário de Atibaia, foram manejadas apenas cinco ações desta natureza, duas delas foram conduzidas pelo juiz das medições, havendo comissionamento do juiz ordinário nas demais, normalmente por determinação do Capitão General ou do Ouvidor.

Uma das demarcações realizadas pelo juiz das medições já foi referida, tendo como proprietário das terras Jacinto Rodrigues Bueno⁶⁹⁰. Em outra, a propriedade foi comprada por 40\$000 réis e a medição foi bastante onerosa, mesmo realizada com o comissionamento do juiz ordinário, custando 19\$265 réis, ou seja, quase metade do valor da aquisição da propriedade⁶⁹¹.

Mesmo depois da concessão e demarcação das sesmarias, o potencial para eclosão de conflitos não estava ainda plenamente contido, pois o processo sucessório desencadeado com a morte do titular do domínio ou as vendas de porções das terras medidas tinham potencial para

⁶⁹⁰ D441 – 1780- CO 3707 ACA.

⁶⁹¹ D1031 – 1786 - CO 3716 ACA.

criar litígios. Deste modo, as divergências entre os herdeiros sobre as terras recebidas, ou então entre compradores e vendedores sobre as áreas transacionadas, no caso de alienação, associadas à dificuldade de estabelecer limites precisos aos imóveis, desencadeavam contendas, exigindo que fossem novamente medidos os espaços discutidos.

Uma disputa sobre umas terras situadas a uma légua e meia da sede da Vila de Atibaia evidencia como os conflitos podiam ocorrer, mesmo em áreas já ocupadas há longo tempo e com divisas delineadas. Após um longo processo, foi proferida decisão, cujo teor convém reproduzir:

porquanto as ditas terras, sítio de que tratam foram adquiridos por sesmarias de onde procederam escrituras passadas por Ana Pedrosa de doação a Luiz Pedroso e outra escritura de compra que fez João de Araújo Chaves que era senhor por herança que lhe tocou o que se acha a fls. 10 e por morte deste por amigável partilha que entre fizeram seus herdeiros coube a Miguel da Luz Cortes o que se acha a fls. 08 e dito passou ao autor por venda que se lhe fez o que se acha a fls. 07 e porque a contenda que teve Antonio Duarte Barreto como autor contra Francisco Pinheiro Garcez como réu de que faz menção a petição de Leonor Domingues de Camargo viúva que do finado ficou que se acha a fls. 14 oferecida da parte do réu se mostra sem valor algum por se não ter seguido como consta da certidão ao pé da mesma petição nem esta contenda foi pelas terras dos autos mas sim por aquele lugar onde então assistiu Antonio Duarte, pois mudando-se este do lugar de sua contenda pelas custas como autor da força que contra Francisco Araújo intentou se lhe fez penhora em alguns bens próprios entre os quais também se incluiu um sítio do autor sem que este estivesse obrigado a pensão alguma e sem termos judiciais vendeu privadamente a Leonor Domingues de Camargo já depois de falecido seu marido Francisco Pinheiro ao réu João Vaz de Lima de que lhe passou carta de venda o que se acha a fls. 19 em qual expressa ser o lugar onde seu marido fizera demanda com o dito Antonio Duarte onde melhor se colige não ser o sítio de que contendem por ter sido esta respectiva a outro lugar, quando ainda nem se podia fazer porquanto também ela nesta esta a fazer⁶⁹².

A sentença demonstra a confusão decorrente da incidência de sucessões hereditárias e alienações sobre o mesmo imóvel, formando um conjunto praticamente inextrincável de transmissões, as quais, mesmo derivadas de uma propriedade concedida em sesmaria, não impediram o surgimento de litígios.

Em uma situação de abundância de terras livres para o cultivo, as disputas territoriais ficavam reservadas aos grandes proprietários rurais que buscavam estabelecer entre eles a repartição do vasto território, tentando incluir em suas fazendas as maiores e melhores partes. Aos pequenos lavradores interessava apenas a conservação das roças em que plantavam para sua subsistência e, uma vez realizada a colheita e esgotado o solo, logo partiam para ocupar novas áreas.

As ações de medição e demarcação continuaram sendo um instrumento das famílias tradicionais e das mais abastadas para dirimir os conflitos surgidos entre elas na delimitação de suas terras e na conservação das reservas fundiárias. Os grandes proprietários normalmente

⁶⁹² D99-1772- CO 3699 ACA.

recorriam previamente ao Ouvidor ou ao Governador e Capitão General e, apenas ocasionalmente, diretamente ao juízo ordinário para mediação dos conflitos.

Em 1780, o Capitão-mor Lucas de Siqueira Franco apresentou um requerimento despachado pelo Governador e Capitão General dizendo que seus antecessores possuidores das terras da contenda e os do Capitão Francisco Lourenço Cintra sempre respeitaram as divisas estabelecidas amigavelmente, não tendo porque fazer despesa com a demarcação judicial. Entretanto, como o suplicado não “se conformasse com a razão”, tornou-se necessário realizar a divisão, razão pela qual solicitou ao Governador e Capitão General que o juiz das medições fosse demarcar as terras⁶⁹³.

As partes foram remetidas ao juízo das medições, o qual realizou a demarcação, levando várias testemunhas para o local com a finalidade de apontar por onde passavam as divisas das propriedades, estabelecendo então as marcações. Verifica-se, portanto, que duas figuras importantes no cenário local conduziram a disputa sobre os limites de suas terras inicialmente ao Governador e Capitão General e depois, por ordem deste, ao juízo das medições. Cuidava-se de uma medida preventiva, já que as áreas em disputa, aparentemente, não estavam sendo utilizadas⁶⁹⁴.

Durante o século XVIII, com as modificações ocorridas em relação à ocupação das terras, os litígios se difundiram. Os pequenos e médios agricultores dedicados à produção para o abastecimento tinham a necessidade de conservar a posse e os recursos naturais das terras que trabalhavam, principalmente em razão da proximidade com o mercado ao qual estavam articulados. Por outro lado, suas terras se tornavam atrativas, despertando a ambição dos grandes proprietários e também de outros agentes, especialmente mercantis, que começaram a vê-las como oportunidade de negócios.

Os limites imprecisos não eram uma característica exclusiva das grandes propriedades rurais, mas os donos de unidades produtivas de menor porte não se valeram, em regra, dos mesmos instrumentos judiciais para o equacionamento dos conflitos, porque as despesas com o processo superavam muitas vezes o valor das terras.

Havia também outra particularidade, o principal fato desencadeador de conflitos não ocorria no momento do estabelecimento das divisas entre duas propriedades, conforme o exemplo anteriormente citado, já que apenas os grandes proprietários geralmente tomavam tal cuidado, externando tal preocupação de maneira prévia. Os limites das propriedades eram quase

⁶⁹³ D454 – 1780 - CO 3707 ACA.

⁶⁹⁴ Idem.

sempre imprecisos, mas somente eram discutidos quando um vizinho derrubava os matos ou dava início a uma roça em áreas que passavam a ser disputadas.

Faixas de cobertura florestal normalmente eram mantidas entre propriedades lindeiras, servindo como barreira de contenção de animais, ou para que as casas de morada dos possuidores não ficassem expostas, sendo que a derrubada desencadeava litígios entre vizinhos. As matas também eram bastante cobiçadas pela facilidade com que podiam ser cultivadas e, quando situadas em áreas limítrofes, seu aproveitamento era bastante disputado.

Diferentemente, portanto, do ocorrido entre os grandes proprietários em suas disputas sobre limites, o recurso ao processo e aos meios institucionais de resolução de conflitos ocorria somente quando havia o avanço sobre uma área para fins de aproveitamento, normalmente valendo-se a parte de uma modalidade de ação prospectiva, na qual se fazia um alerta indicando que a posse do espaço era contestada.

Deste modo, uma das estratégias utilizadas em situações como as descritas era notificar o invasor para que mostrasse os títulos sobre a área reclamada. Acrescente-se que apesar de não efetuarem as medições das pequenas áreas adquiridas, muitos lavradores documentavam a compra e venda de terras para que os contratos servissem como prova da posse exercida sobre elas.

Da mesma forma, lavrando-se uma escritura de aquisição do imóvel, demonstrava-se numa futura disputa a anterioridade do controle sobre a área, sendo importante salientar que o exercício contínuo da posse sem contestação era uma defesa oponível até aos que obtinham as terras por meio de concessão de sesmaria. A dificuldade de fazer valer este direito era justamente demonstrá-lo, e a escrituração representava uma maneira de constituir uma prova não absoluta do exercício da posse a partir da data da aquisição indicada no documento.

Optando então por uma forma mais cautelosa, antes de imputar ao réu a prática de esbulho, o autor o notificava para que mostrasse os títulos que justificavam a utilização das terras da contenda e, caso não os exibisse, pedia ao juiz que determinasse ao invasor que abandonasse imediatamente a área.

Em dez dos 20 casos examinados em que houve pedido de exibição dos títulos não se conhece o desfecho. Nos demais, três resultaram em acordo, seis em condenação em virtude da revelia do réu e apenas um foi sentenciado pelo juiz ordinário. Mesmo nos casos em que o deslinde do processo não ficou evidente, somente em três deles houve oposição efetiva do réu. Nas outras sete ações, seis foram encerradas abruptamente, duas delas inclusive com custas parciais, não constando nenhuma manifestação contrária à pretensão dos autores e, na restante, as partes pediram a remessa do processo ao Governador e Capitão General.

Muitas vezes, talvez na maioria dos casos, nem autor nem réu tinham títulos capazes de legitimar o domínio sobre a área nos termos que a legislação previa. As escrituras que as partes eventualmente dispunham dificilmente se filiavam a uma sesmária devidamente demarcada, o que, em tese, não servia para representar o domínio sobre a terra, conforme o ordenamento jurídico.

Nestas situações, o objetivo não era trazer em juízo os títulos para posterior delimitação das áreas e estabelecimento das divisas, mas mostrar a disposição para adoção de outras medidas judiciais ainda mais custosas, as quais resultariam em grande prejuízo para a parte derrotada, além da obrigação de sair das terras.

O próprio seguimento da ação gerava mais custas, de modo que o processo constituía uma tentativa de pressionar a parte contrária a celebrar um acordo. Enquanto isso, a homologação pelo juízo ordinário do que fosse pactuado garantiria o pleno proveito das áreas atribuídas a cada um dos vizinhos, legitimando também o domínio frente a terceiros em casos futuros.

O único processo desta natureza que foi sentenciado mostra justamente as consequências da ausência de composição, pois, mesmo depois de um longo embate entre os procuradores do autor e do réu e da oitiva de diversas testemunhas, não se apresentou uma solução para o litígio. O julgador declinou a competência para apreciar o conteúdo do processo, remetendo as partes ao juízo das medições para que nele fossem demarcadas as propriedades, justamente o que se tentava evitar⁶⁹⁵.

Os autos cíveis de notificação não eram empregados apenas para que a parte adversa fosse instada a exhibir os títulos de propriedade sobre a área da contenda. Por vezes, havia o uso da referida ação de outra maneira. O autor noticiava que suas terras tinham sido invadidas pelo réu, pedindo então ao juízo ordinário que o invasor fosse cientificado acerca da necessidade de abandoná-las.

Tratava-se de uma forma pouco mais assertiva, registrando-se dezoito processos desta natureza. Os procedimentos mais comumente utilizados, porém, eram os chamados “autos cíveis de ação de força nova”, nos quais alegava o autor em seu requerimento inicial que tinha sido expulso de suas terras pelo réu, demandando que este fosse retirado, fazendo cessar o esbulho.

Nas ações de força nova não se discutia a propriedade sobre a área, cujo direito era representado pelos títulos. Ainda que o pedido de exibição dos títulos do domínio fosse mais

⁶⁹⁵ D1780 –1791- CO 3727 ACA.

um pretexto para buscar uma composição, principalmente por meio da demarcação amigável, a maneira como a posse sobre a área da contenda foi adquirida e era exercida não constituía o objeto principal da demanda quando se apurava a titulação sobre a área.

Já nas ações de força nova, o que se buscava era caracterizar o exercício da posse pela parte adversa como resultante de arbitrariedade, violência ou clandestinidade, de modo a realçar o seu caráter ilícito, por isso o uso da expressão “força”. O termo também era acompanhado do adjetivo “nova”. Ou seja, a tomada da área da contenda tinha que ser recente para que ficasse caracterizado o inconformismo da parte que se valia da medida judicial, pois a posse prolongada sem oposição gerava direitos ao ocupante, impedindo que fosse desalojado de forma sumária, especialmente se estivesse nas terras há mais de um ano.

Dos 76 documentos que mencionavam a prática de esbulho, 37 assumiram a forma de autos cíveis de força nova. No entanto, a despeito do uso de outras modalidades de ação, a expressão “força” aparece na maioria dos processos, justamente para qualificar que o controle sobre as áreas disputadas ocorreu de forma ilícita.

Posse e propriedade constituíam definições legais das formas de controle e da própria relação com a terra. Trata-se de duas caracterizações jurídicas das quais desdobram outros direitos, repercutindo nas ações ajuizadas. No curso dos processos comumente alegava-se o exercício da posse, da propriedade, ou de ambas sobre os imóveis, a primeira baseada no controle físico sobre o bem, e a segunda nos títulos.

Convém lembrar que a propriedade, ou domínio sobre um imóvel, implicava na concessão de uma sesmaria e sua posterior demarcação, ou então na compra por escritura pública de uma área destacada de uma propriedade titulada pela carta de doação e pela medição judicial.

Normalmente, os pequenos e médios proprietários não dispunham dos meios necessários para obtenção dos títulos de propriedade, lastreando seu direito no exercício pacífico da posse sobre as terras. Deste modo, nas ações de força se discutia, em regra, quem tinha a melhor posse. Mas não raro a propriedade sobre o imóvel era trazida, pois servia para reforçar e mesmo legitimar o controle exercido sobre a área da contenda, tal como as escrituras e outros papéis que documentavam a transmissão da posse.

Por meio de exemplos é possível tornar mais claro como se desenvolvia algumas das disputas e também como os dois direitos sobre o bem imóvel eram invocados pelas partes. Em 1784, Domingos Lopes notificou José Rodrigues Gomes para que parasse de fazer uma roça próxima a suas casas de morada. Dizia o autor em seu requerimento inicial que a sesmaria do réu não podia abranger o seu sítio, faltando-lhe validade, pois:

nunca foi confirmada e nem judicialmente medida, por cujo motivo não pode ter vigor algum, sendo certíssimo que nas terras que a sesmaria e escritura do suplicante compreendem se acham moradores que por posse são Senhores dos seus lugares vertentes e cultivados⁶⁹⁶

A posse do autor, portanto, era aparentemente legítima, já que exercida antes da obtenção da área por meio de sesmaria pelo réu, de modo que este não formou adequadamente o título de domínio, pois não promoveu a demarcação judicial.

Afirmava ainda o autor que era “sumamente pobre” e por isso não podia “largar o que lhe pertence”. Eventual miserabilidade podia ser apenas parte do discurso, mas não deixa de ser um indício de que não eram apenas os grandes proprietários a participar das disputas sobre a terra.

A alegação da posse legítima constituía, ainda, uma defesa contra aqueles que faziam desdobrar o controle sobre a terra do direito de propriedade, o qual era representado pelas cartas de sesmaria. Servia também, ao menos em tese, como um instrumento dos pequenos e médios sitiantes contra os grandes proprietários rurais.

No discurso de defesa da posse, as partes se apresentavam como primeiros povoadores ou seus sucessores, arranchando-se “sem contradição alguma”. Enquanto aquelas que lastreavam seu direito na propriedade sobre a terra diziam ter recebido a área por meio de sesmaria confirmada, na qual teriam se fixado os réus “cometendo força e esbulho”.

No curso de uma ação de notificação, afirmaram os réus que lavravam as terras com faculdade de Miguel Carlos de Azevedo, traçando uma cadeia de transmissões, partindo do primeiro povoador até o imóvel ser finalmente adquirido pelo referido Miguel Carlos de Azevedo depois de sucessivas vendas ocorridas em 1758, 1762 e 1764. Deste modo, procuraram demonstrar que a posse não era clandestina, tampouco fruto de esbulho⁶⁹⁷.

Os réus ainda acrescentaram que o autor comprou as terras vizinhas e não aquelas que cultivavam. Assim, além da posse originária, agregou-se à discussão a imprecisão dos limites entre os sítios, pois supostamente a área comprada pelo autor seria justaposta à dos réus. Juntou-se aos autos o traslado de duas escrituras, uma delas tendo o neto do fundador de Atibaia, João do Prado de Camargo, e sua mulher como alienantes, os quais venderam “uma nesga de terras lavradas anexas as mais que possuíam por título de sesmaria de seus antepassados e novamente confirmada por sua Majestade”, tratando-se do imóvel posteriormente adquirido pelo autor.⁶⁹⁸

⁶⁹⁶ D871 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁶⁹⁷ D1106–1787- CO3718 ACA.

⁶⁹⁸ D1106–1787- CO3718 ACA.

Neste caso, o autor tinha um título que legitimava a propriedade sobre a área da contenda, pois a escritura pública foi outorgada pelo detentor de uma sesmaria confirmada. Entretanto, a dúvida pairava sobre a localização das terras, subsistindo o conflito entre propriedade e posse, esta última, supostamente, transmitida até os réus pelos primeiros povoadores.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, o conflito entre posse e propriedade se intensificou nas áreas de expansão da lavoura, mesmo quando voltada para o abastecimento interno. O “sertão inculto” não era facilmente apropriado, pois as áreas livres articuladas a algum eixo econômico já estavam incorporadas em sesmarias ou nelas já tinham sido estabelecidas relações de posse.

A legislação real assegurava o direito dos antigos possuidores em detrimento dos proprietários com seus títulos de sesmaria. A existência da proteção legal era e conhecimento geral. Um processo iniciado com uma petição dirigida ao governador e capitão general depois remetida ao juízo ordinário narra o histórico da normatização dos conflitos fundiários. O procurador do réu reproduziu em sua defesa o seguinte texto normativo:

Faço saber a vós Governador e Capitão General de minas gerais que pelo meu Conselho foram vistas as muitas, e repetidas queixas de meus vassallos sobre o espólio, que continuamente se lhes faz das terras que com tanto trabalho, risco e despesas tem apossado sendo antes sertões incultos, e que alguns por mais poderosos com títulos de sesmarias nas suas medições as incluem, e que há Ministros que lhe são favoráveis no Julgar, ofuscando o espírito da Lei de 30 de abril da era de 1738, único título por onde os governadores desta Capitania se lhes faculta concederem as terras incultas nos sertões destas minas, a quem as pedisse, e não as terras já cultivadas e tão bem pela Lei de 26 de Outubro de 1745, se manda conservar os colonos, e melhor declarou a Lei de 11 de março de 1754, que os manda conservar nos seus sítios com suas vertentes e logradouros, sendo de todas estas ordens a causa do Rei, o Senhor Don José meu pai que Deus tem em glória estabelecer a Lei de 1775, para se não medirem nem dar posse de terras por sesmarias alguma sem estar formada pelo seu Real punho, não confirmando as que forem concedidas em terras cultivadas, pois é e sempre foram as Reais intenções o procurar Vigilante o aumento das povoações, facultando as terras do seu Real Padroado dos seus Vassallos, neste estado, para fazerem as suas lavouras, e não tirar de uns, que com tanto trabalho as tem fabricado, para se darem a outros, que as pedirem por sesmaria ao que atendo eu, e Visto o que respondeu o Procurador da minha Real Coroa, e fazenda, e mais Ministros, hei por bem, e mando, que os meus Vassallos sejam conservados nos seus sítios e posses com suas Vertentes e Logradouros demarcando-se, judicialmente como sítios dos vizinhos na forma de direito, e que se não desse conceder sesmaria senão em sertões, e terras incultas, e não nas que estiverem povoadas por outrem, e mando aos meus desembargadores e Ouvidores o façam cumprir.⁶⁹⁹

A disputa ocorria em uma área de expansão na freguesia de Jaguari e a parte responsável pela invocação acima ainda afirmou o seguinte:

(...) se acha trabalhando no sertão há uns poucos de anos com lavouras e criações de gado sem oposição de pessoa alguma por ser sertão inculto sem sesmarias, e houvera um ano que o Alferes Joaquim da Costa comprou a Manoel da Costa de Faria uma posse que se acha distante da do suplicante meia légua pouco mais ou menos e vendo o suplicado que a propriedade do suplicante é capaz de toda a produção de mantimentos e trigo, cercada pela

⁶⁹⁹ D1704 – 1790 - CO 3725 ACA.

natureza, e livre de invasão dos animais, premeditou aquele odiar-se com suplicante só a fim de lhe formar alguma ruína para ficar ambiciosamente com as ditas terras quando a posse do suplicante lhe provém do primeiro possuidor que reduziu à cultura o dito lugar sem que o antecessor do suplicado, nem qualquer outra pessoa lhe contraviesse.⁷⁰⁰

Sustentou em adição aos seus argumentos que sua posse devia prevalecer por ser responsável por cultivar a terra inculta com seus escravos e recursos. Assim, deveria o Governador e Capitão General compelir a parte adversa a demarcar e medir judicialmente as terras que diziam ter domínio.

Ao que parece, embora invocasse a proteção do direito a ocupar as terras em razão do exercício da posse, trazendo o texto legal para o processo, o peticionário não sabia se o seu adversário recebera a área em sesmaria. Entretanto, no desenrolar do processo, as partes passaram a disputar quem detinha a melhor posse, tentando demonstrar o seu exercício há mais tempo no lugar da contenda “sem contradição alguma”.

Em uma ação sumária de 1780, porém, restou explicitado o conflito entre possuidores e detentores de título de sesmaria. O autor da demanda, o Padre José Joaquim de Gusmão, havia recebido a área por doação de Narciso de Oliveira Cardoso e queria expulsar os seus ocupantes, tendo um deles oferecido resistência. Na defesa oferecida, o réu alegou que o doador obteve uma sesmaria do Governador e Capitão General D. Luiz Antônio de Sousa com a “falsa informação da Câmara de que as terras se achavam devolutas, estando elas cheias de povoadores, com os quais nunca se atreveu a contender por recear ser vencido.”⁷⁰¹

Em seguida, o réu fez um requerimento ao Bispo, solicitando certidão acerca dos confessados incluídos nas terras da contenda para reforçar os argumentos de seus embargos. Ainda, acrescentou nunca terem mandado medir a sesmaria em razão da existência dos aludidos povoadores.

Apresentada a certidão, ingressam na demanda os demais possuidores, opondo-se à pretensão do autor, reafirmando que Narciso de Oliveira Cardoso não mediu nem demarcou a sesmaria que lhe foi concedida por conta da existência de povoadores, razão pela qual “procurou cavilosamente fazer doação ao dito Reverendo Padre”. Pediam ao final que fosse certificado se os possuidores das terras foram todos citados, tendo o escrivão certificado que quando o Alferes Francisco Xavier de Oliveira Bueno, como procurador do Padre José Joaquim de Gusmão, foi empossado judicialmente nas terras, foram citados apenas Ignácio Bueno de

⁷⁰⁰ D1704 – 1790 - CO 3725 ACA.

⁷⁰¹ D428–1780- CO 3707 ACA.

Camargo, João Francisco Xavier e José Romualdo Peleja “por serem estes vizinhos do lugar”⁷⁰².

Observa-se que os ocupantes incluídos no imóvel rural doado por Narciso de Oliveira Cardoso ao clérigo José Joaquim de Gusmão se opuseram à pretensão do autor. Foram, pelo menos, seis agentes diretamente envolvidos na demanda, os quais sustentaram o direito decorrente do exercício da posse como povoadores das terras contra o direito de propriedade representado pela concessão da sesmaria.

O juiz recebeu os requerimentos, mas o processo terminou, repentinamente, com a apresentação de custas, não se sabendo seu desfecho. Deste modo, independentemente da relação com a terra, posse e propriedade eram conceitos jurídicos informadores a partir dos quais as ações eram ajuizadas, constituindo ainda a forma de exteriorização dos conflitos fundiários na esfera jurisdicional.

As partes vinham a juízo para manter o controle sobre as terras, sustentando, preponderantemente, o exercício da posse. Somente os proprietários de maior porte, geralmente pertencentes às famílias tradicionais, valiam-se tanto da defesa da posse como da propriedade, utilizando ainda os processos de medição e demarcação para “apanharem” mais áreas.

O Reverendo Jerônimo de Camargo Bueno, bisneto do fundador de Atibaia e a quem coube a maior parte das terras da família, ajuizou uma ação contra Antônio Correia de Moraes e sua mulher aduzindo “que os réus o inquietavam derrubando matas de suas terras e fazendo roçadas”. Ressalte-se que o “domínio de uma sesmaria” alegado no requerimento inicial não foi o fator predominante a orientar o processo, mas sim a utilização clandestina por parte dos réus⁷⁰³.

José Dias do Prado, da freguesia de Nazareth, promoveu uma ação contra Frederico Vaz da Cunha narrando que sua posse tinha sido invadida. Segundo o autor, seu sítio tinha 25 braças de testada junto ao rio da Cachoeira com meia légua de fundo⁷⁰⁴.

A defesa da posse foi feita tanto por um pequeno lavrador como por um dos “principais da terra”, valendo-se, ambos, do mesmo procedimento, bem como de argumentos semelhantes, já que no caso de Jerônimo de Camargo Bueno houve a afirmação do exercício concomitante da posse e da propriedade, privilegiando-se na discussão aquela em detrimento desta⁷⁰⁵.

⁷⁰² D428-1780- CO 3707 ACA.

⁷⁰³ D1393 – 1788 - CO 3721 ACA

⁷⁰⁴ D1651 -1790- CO 3725 ACA.

⁷⁰⁵ O imóvel de José Dias do Prado seria considerado uma pequena propriedade mesmo para os padrões atuais, conferir: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em 05 set. 2016 e INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura>>.

O tipo mais comum de processo decorria da disputa entre vizinhos pela posse das áreas situadas nos imprecisos limites de seus sítios. Em 1773, Francisco Gomes Correa ajuizou uma ação de força nova, foram ouvidas testemunhas do autor, tendo uma delas afirmado, de forma bastante objetiva, o direito sobre a terra e a usurpação feita pelo réu: “disse que sabia por ver que Antonio da Costa Ribeiro fez uma roça em um mato virgem que pertence ao justificante dentro de sua posse que vive pacificamente sem contradição de pessoa alguma e mais não disse”.⁷⁰⁶

Emerge ainda da leitura do referido documento que os matos serviam para separar os sítios dos contendores e a roça do réu impedia os animais do autor de pastarem. No final do processo, houve um acordo entre as partes e o réu compensou o autor.

Além das contendas entre vizinhos, outra modalidade de disputa decorria da divisão das terras pertencentes ao mesmo grupo familiar. Em vários documentos, a lide envolvia parentes próximos. Em uma ação de força que foi promovida por José Lopes de Oliveira em face de Manoel de Oliveira Pontes, afirmou o autor que comprara as terras de seu pai e o réu, seu irmão, “meteu-se a fazer roça” nelas⁷⁰⁷. Em outra ação de força, confrontaram-se genro e sogra também pelo cultivo de áreas pertencentes à família⁷⁰⁸.

A redução da oferta de terras livres contribuía para que houvesse litígios em relação ao aproveitamento e a divisão dos fundos agrários do grupo familiar. Após ser notificado por conta de uma roça que estava fazendo, supostamente de forma indevida, o réu pediu vista, contrariando o alegado. Disse que lavrava nas terras que lhe foram dadas por seu sogro, “assim como fez o mesmo autor por ser também genro”. Alegou, por fim, que ainda não havia demarcação da área. O feito não foi concluído, pois houve desistência da ação⁷⁰⁹.

Estas disputas se intensificavam durante os processos sucessórios. Naturalmente, não se tratava de uma novidade da segunda metade do século XVIII, pois o embate pelos bens da herança sempre foi uma constante no universo judicial. Entretanto, somente quando a terra passou a ter um valor intrínseco é que as disputas passaram a compreendê-la, exigindo-se a delimitação precisa das áreas que deviam ser atribuídas a cada um dos herdeiros. Anteriormente, somente os bens empregados na produção, cativos, assim como as roças já

fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em 05 set. 2016

⁷⁰⁶ D174 – 1773 - CO 3700 ACA.

⁷⁰⁷ D608–1782- CO 3710 ACA.

⁷⁰⁸ D553 –1781- CO 3709 ACA.

⁷⁰⁹ D1517 – 1789 - CO 3723 ACA.

plantadas a espera de colheita eram detalhados no curso dos inventários e nas respectivas partilhas.

Outro elemento presente nos autos cíveis capaz de demonstrar esta valorização diz respeito ao abandono da agricultura itinerante, evidenciado pela adoção de certas práticas. Como, por exemplo, a conservação de faixas de mata nas regiões limítrofes, e também dentro das próprias propriedades, conforme constou em um processo, no qual foi mencionada a existência de “um capão de mato virgem que de propósito foi reservado pelos mesmos antecessores para dele se retirar a madeira precisa”.⁷¹⁰

A necessidade de manutenção de reservas de mata no interior dos sítios para a retirada de madeira, certamente, estava ligada a uma maior permanência do grupo familiar nas terras. Outro desdobramento era que não apenas a definição do limites, mas o próprio aproveitamento de recursos naturais mantidos dentro dos imóveis rurais desencadeava conflitos.

Além das áreas destinadas à retirada de madeira, os cursos d’água também eram objeto de disputa, circunstância evidenciada em uma ação de força, na qual aduzia o autor que adquirira umas terras:

e nelas logo abriu um rego para servir-lhe de pilar farinha ou para formar engenho e sendo no dia 26 de julho de 1791 um Januário Pinheiro, vizinho do suplicante e morador na mesma freguesia, lhe tapou em duas partes, cortando-lhe o dito rego de que lhe cometeu uma rigorosa força e esbulho.⁷¹¹

Nos casos citados, o conflito não era sobre os limites ou áreas, mas acerca dos recursos existentes e passíveis de aproveitamento. As partes prejudicadas manejaram ações de força, as quais foram empregadas para garantir a plena fruição dos imóveis rurais e não apenas a conservação de seus limites.

A gradual valorização da terra, assim como o processo simultâneo e, de certa forma, interligado de progressivo abandono da agricultura itinerante, abriu espaço para uma ainda tímida constituição de renda por meio da oneração do uso do solo.

Algumas ações ajuizadas registraram aforamentos. Uma delas, inclusive, declina o pagamento de uma pataca por ano pelo uso das terras⁷¹², enquanto em outra consta o pagamento de cinco patacas, sem, no entanto, especificar o período⁷¹³.

Há referência a uma “carta de foro”, documento que materializava a obrigação do “mulato” Bernardo José de Quadra e de José Francisco Bicudo efetuarem o pagamento das

⁷¹⁰ D1543–1790- CO 3724 ACA.

⁷¹¹ D1835–1792- CO 3728 ACA.

⁷¹² D462 – 1780 - CO 3707 ACA.

⁷¹³ D1145 – 1787 - CO3718 ACA, ver ainda outra ação onde a parte é qualificada como foreiro: D567 – 1781 - CO 3709 ACA.

prestações referentes à utilização das áreas concedidas, pertencentes à sesmaria herdada pelo autor da ação. Interessante ainda no processo, é que as partes celebraram um acordo, segundo o qual os réus foram indenizados pelo que agregaram aos imóveis aforados antes de deixá-los⁷¹⁴.

Os avaliadores precificaram uma roça de milho “metida no mato” de José Francisco Bicudo em 1\$280 réis, mais umas plantas de cará em 800 réis. Já a roça de milho de Bernardo José de Quadra renderia meio alqueire, valendo 1\$600 réis e

mais uns arvoredos de espinho do dito Quadra que são quatorze pés suficientes avaliaram três mil oitocentos e quarenta réis e assim mais um monjolo piqueiro a rigor do tempo e avaliaram em dois mil réis e outro monjolo velho sem água que por incapaz se lhe não deu valor.⁷¹⁵

O esforço feito pelo autor da demanda para recuperar as áreas ocupadas, mesmo tendo que indenizar os réus, mostra a importância que a terra em si passou a ter. Por outro lado, a presença de monjolos e “arvoredos de espinhos”, ou seja, do cultivo de frutas cítricas, são também indicativos de maior permanência no local.

Ademais, não apenas as terras, mas os recursos naturais existentes nos imóveis, também passaram a ser comercializados, conforme sinaliza um acordo homologado judicialmente, segundo o qual era aforada água para “serventia de um monjolo” pela quantia de 320 réis por ano⁷¹⁶.

Apesar da aparente ausência de litígio e de se tratar apenas de uma negociação, podendo ser documentada por meio da lavratura de uma escritura pública, as partes optaram por se valer do juízo ordinário, buscando a homologação do pacto. Esta circunstância realça a importância dos meios judiciais, e o seu emprego como forma de legitimação da posse do recurso natural.

O uso compartilhado das águas era estabelecido, normalmente, por meio de servidões, as quais podiam ser negociadas entre os vizinhos, mas em geral decorriam do aproveitamento do recurso natural ao longo do tempo sem oposição, gerando então um direito permanente de utilização. Deste modo, a homologação do acordo tinha como finalidade adicional enfatizar o caráter oneroso da cessão das águas, evitando ainda a caracterização de uma servidão.

A busca de legitimação do controle sobre as áreas e seus recursos naturais fez com que diversos lavradores levassem os acordos celebrados com seus vizinhos ao juízo ordinário para serem homologados. Tratava-se de uma via menos onerosa e, por meio dela, foram reconhecidas várias “medições amigáveis”, evitando as elevadas custas da demarcação judicial.

⁷¹⁴ D1065–1786 - CO 3717 ACA.

⁷¹⁵ Idem.

⁷¹⁶ D350 – 1778 - CO 3705 ACA

A maioria dos 24 “autos cíveis de composição” versava sobre limites de sítios, mas também houve ajustes referentes a partilhas de terras entre herdeiros e sobre danos causados por animais a roças. Somam-se, ainda, os inúmeros acordos alcançados no curso dos processos ajuizados.

Além dos litígios já citados, a invasão de lavouras por animais constituiu uma das principais ocorrências narradas nos autos cíveis, nas quais os autores ora pediam a indenização pelos prejuízos causados, ora solicitavam que a parte contrária fosse compelida a guardar seus animais de modo a evitar que causassem mais danos.

Em sede de defesa, por vezes argumentavam os réus que as áreas em que fizeram as roças lhes pertenciam, mas, normalmente, a disputa se desenvolvia no tocante à identificação ou caracterização das áreas que deveriam servir de pastagem ou para a lavoura.

Deste modo, parte destes conflitos tinha o mesmo encaminhamento daqueles referentes à prática de esbulho, nos quais se associavam os limites imprecisos dos imóveis ao exercício legítimo da posse. Enquanto isso, na outra modalidade mencionada, o que estava em disputa eram as áreas para pastagem e para a agricultura.

Nas áreas destinadas ao plantio, os criadores deviam “encurrular” seus animais, ou seja, mantê-los confinados. Já nos campos destinados à pastagem eram os agricultores que tinham obrigação de cercar suas lavouras. Segundo observa-se nos processos, esta regra decorria do costume e da legislação e era ainda reforçada pelo Ouvidor e Corregedor nos capítulos de correição, ou seja, nas orientações emitidas após as inspeções realizadas periodicamente.

No curso de um processo, postulava-se a penalização do dono dos animais por não guardá-los, causando danos à lavoura da autora. O réu se defendeu argumentando o seguinte:

Provará que a Autora não cercou a dita roça com a cerca da Lei como devia visto plantar a beira do Campo deixando a mesma roça desamparada totalmente exposta a toda qualidade de animais.

Provará que todo aquele que assim planta beira campo e pastos deve cercar a sua roça como determina-se pelo Provimento do Doutor Corregedor e não fazendo, não devem acoimar os animais que a ela forem e principalmente a esta que não só é beira campo e pastos como também a estrada geral...⁷¹⁷

A oposição do réu estava lastreada na caracterização da área como de pastagem, considerada como “campos gerais”. Entretanto, não foi o entendimento do julgador, o qual proferiu a seguinte sentença:

as terras são lavradas e não campos realengos comuns e nem ainda adjacentes a estes que é isso que conforme a mais genuína e verdadeira inteligência das Leis (...) se devem os lavradores cercar, o que não pode entender-se ser aplicável aqueles redutos campestres particulares fabricados pelos mesmos lavradores dentro dos limites dos seus prédios para conservação e manutenção de algumas cabeças de animais os quais (...) e na forma das mesmas

⁷¹⁷ D2303 – 1798 CO 3739 ACA.

Leis devem ser pastoreados de dia e encurralados de noite ou ainda de outro qualquer modo providenciados de que não prejudiquem as lavouras circunvizinhas.⁷¹⁸

Evidencia a decisão que a distinção tinha como base a legislação, supostamente complementada pelas orientações do Ouvidor e Corregedor, uma vez que não havia na colônia os chamados campos realengos. Assim, eram consideradas pastagens apenas aquelas áreas no entorno das estradas e caminhos públicos ou as já destinadas a tal fim, em conformidade com os capítulos das correições.

Os campos, mesmo considerados “gerais”, não eram terras públicas, de modo que, somente o costume de uso para a criação de animais e a existência de estradas e caminhos nas adjacências eram circunstâncias capazes de caracterizar as áreas como de pastagem.

Havia grande indefinição quanto à destinação dos espaços. Some-se ainda o fato de muitos dos animais causadores dos danos serem porcos, cuja base da alimentação era composta de milho, de modo que a lavoura e a criação constituíam atividades interligadas, tornando a definição legal ainda menos funcional.

Em alguns casos, a precedência era invocada como defesa, argumentando os donos dos animais que já os criavam no local antes da parte contrária fazer suas roças, transferindo-lhe, conseqüentemente, a responsabilidade por cercar a área de cultivo⁷¹⁹.

Outra defesa interessante apresentada era a de que o dano foi produzido por outros criadores ou em associação de animais de mais de um dono. Contrapondo-se a esta estratégia, houve o ajuizamento de ação contra sete réus, pedindo o autor que a indenização fosse paga “pro rata”, ou seja, em partes iguais por cada um dos criadores⁷²⁰.

Não eram apenas os criadores de animais os réus, houve pelo menos um caso de ajuizamento de ações contra lavradores que plantavam, indevidamente, em áreas de pastagem. Em um dos casos, o autor da demanda pretendia o pagamento de uma vaca abatida pelo réu, aduzindo que ele se instalou de favor nas terras de Domingos Bueno, fazendo roça em “campos criadores”, não tendo cercado adequadamente a plantação⁷²¹.

Em outra oportunidade, a ação do autor, criador de porcos, foi preventiva, esclarecendo “que comprou um sítio para nele criar seus porcos e havendo a beira do rio umas capoeiras onde o réu pretende fazer roça em prejuízo a sua criação, quer que o mesmo seja instado a vender as

⁷¹⁸ Idem.

⁷¹⁹ D507 – 1781 - CO 3708 ACA.

⁷²⁰ D1406–1789- CO 3722 ACA.

⁷²¹ D1515 – 1789 - CO 3723 ACA.

tais capoeiras ou comprar o sítio do autor pelo preço que pagou”. No final, houve um ajuste entre as partes, as quais iriam conjuntamente cercar a área de lavoura⁷²².

Diante deste quadro, observa-se que os autos cíveis analisados retratam, principalmente, a luta pelo aproveitamento das terras, havendo disputas entre vizinhos, fossem posseiros ou proprietários, pela apropriação dos matos, capoeiras e mesmo dos solos já desprovidos de cobertura vegetal para neles plantarem suas roças ou apascentarem seus animais. Concorriam ainda pelas terras criadores e agricultores, buscando a caracterização das áreas como lavradas ou pastos para fins de utilização.

3.5.2.4 *Uma tapera e suas terrinhas*

Os litígios descritos no tópico precedente, ainda que articulados por meio de ações judiciais em conformidade com as definições jurídicas de posse e propriedade, somente podem ser entendidos com base nos diversos fatores condicionantes e no contexto da valorização fundiária ocorrida ao longo da segunda metade do século XVIII.

Embora o regime jurídico, a disponibilidade de áreas e seu histórico de ocupação, bem como os demais fatores mencionados sejam determinantes dos conflitos, eles resultaram e, ao mesmo tempo, se tornaram resultado da ampliação das possibilidades de comercialização da terra.

As terras livres ainda eram abundantes, mas aquelas integradas aos eixos econômicos estavam, paulatinamente, se convertendo em mercadoria. As concessões de sesmarias ainda eram frequentes, mas acabavam reforçando o processo, pois muitas das áreas concedidas já estavam sendo incorporadas ou em vias de se tornarem necessárias à ampliação da lavoura e à criação de animais. Algumas, inclusive, já estavam parcialmente povoadas.

A compra e venda de sítios representaram um número expressivo de negociações, conforme examinado quando da análise das ações creditícias. A terra, por vezes, custava menos que produtos manufaturados, como tecidos, mas, à proporção que se tornavam mais necessárias por conta da ampliação da produção agrícola e pecuária, crescia também seu valor relativo.

No curso de um auto cível de notificação, Miguel Fernandes foi interpelado por um de seus genros por “vender uma tapera com suas terrinhas (...) a um genro seu por nome Simão da Costa por preço e quantia de 8\$200 réis”. O dinheiro foi empregado para comprar “dois côvados

⁷²² D79 A-1771- CO 3698 ACA.

de baeta e quatro varas e meia de algodão”, pois o vendedor supostamente não tinha com que se vestir⁷²³.

Em contrapartida, consta em uma carta precatória vinda da Ouvidoria a compra de dois sítios na freguesia de Jaguari pela expressiva quantia de 2:800\$000 réis, superando o preço de qualquer outro bem negociado ou cujo valor foi relatado nos processos em curso no juízo ordinário de Atibaia e nas listas nominativas⁷²⁴.

Note-se que mesmo o primeiro processo citado constitui um claro exemplo da valorização fundiária, posto que contra a venda das “terrinhas” se insurgia o outro genro do vendedor. Apesar da desistência da ação por não querer “contrariar” seu sogro, a oposição inicialmente apresentada comprova a importância assumida pelo bem imóvel, de forma que uma negociação no âmbito doméstico foi contestada judicialmente por um familiar que se sentiu prejudicado na futura sucessão, algo pouco provável um século antes.

Tal como ocorreu no curso dos processos sucessórios, quando as terras em si e não apenas o que a elas foi agregado passaram a constituir um importante componente na divisão dos bens do espólio, as ações de execução contemplaram a arrematação de sítios para a satisfação dos credores, especialmente das dívidas que se originaram do não pagamento dos dízimos.

As cartas de arrematação dos imóveis rurais obtidas nos autos de execução serviam também para legitimar o controle sobre as áreas. A resistência dos ocupantes em deixar o local adquirido no processo executivo resultava no ajuizamento de ações de despejo ou em autos de tomada de posse. Tratava-se de uma dinâmica judicial semelhante à empregada pelos sesmeiros contra aqueles que estavam nas terras que lhes foram concedidas, mas com a agravante de que o réu da execução nada podia fazer, enquanto os que não fossem parte no processo original faziam oposição por meio de “embargos de terceiros”.

A defesa possível aos embargantes era alegar que as terras não pertenciam ao executado ou que não se tratava daquelas que foram arrematadas, valendo-se, neste último caso, da imprecisão dos meios técnicos de delimitação dos imóveis rurais.

Em vários processos, observou-se a oposição de terceiros à intenção daqueles que receberam os imóveis pela via judicial. Os fundamentos jurídicos da afirmação do não pertencimento das terras ao executado eram também a posse e o domínio. Normalmente, os embargantes diziam que estavam nas terras arrematadas por compra ou por conta de sucessão dos antigos povoadores, já tendo o réu se desfeito do imóvel quando do início do processo. Em

⁷²³ D791-1783- CO 3713 ACA.

⁷²⁴ D2285- 1797- CO 3738 ACA.

um dos casos examinados, o embargante chegou a relacionar seis anteriores possuidores do sítio entre os quais havia aquele de quem o bem foi arrematado⁷²⁵.

Deste modo, assim como os que recebiam terras em sesmaria, os arrematantes buscavam retirar das áreas adquiridas os possuidores que ali se encontravam arranchados. Estes últimos, por vezes, resistiam, dando origem a litígios que trilhavam os mesmos caminhos em termos judiciais que os demais casos examinados.

A existência da proteção legal era, portanto, condição necessária, mas não suficiente, para garantir aos possuidores o controle sobre as terras, pois havia a necessidade de oferecer resistência em juízo às investidas dos sesmeiros e dos arrematantes. Ressalte-se que, nos processos de medição e demarcação, muitas destas áreas eram “apanhadas”, e os ocupantes delas despejados, conseguindo, no máximo, alguma indenização por roças ou benfeitorias que fizeram. Da mesma forma, serviam os processos de execução como mecanismo de apropriação de terras, mesmo daquelas que já não pertenciam mais aos devedores.

Parte das disputas envolvendo áreas rurais era deduzida diretamente no juízo da Ouvidoria, sendo conhecidas apenas pelas cartas precatórias encaminhadas. Algumas destas ações foram ajuizadas pelos principais proprietários rurais, como Frutuoso Furquim de Campos⁷²⁶, e envolviam medição e demarcação de terras. Com efeito, uma vez obtidas decisões judiciais favoráveis, os vencedores eram empossados nas áreas, delas retirando aqueles que muitas vezes nem participaram do processo.

Embora os mecanismos legais estivessem disponíveis para defesa dos possuidores, as pequenas e médias unidades rurais estavam bem mais expostas às perdas, podendo ser incluídas nas ações de medição e demarcações, bem como serem arrematadas, caso seus possuidores não conseguissem pagar seus débitos, especialmente os tributários.

Agravando a situação, havia a questão dos limites imprecisos, de modo que terras não pertencentes aos devedores das ações executivas ou mesmo fora das áreas doadas em sesmaria podiam ser, acidentalmente e até propositalmente, colhidas no curso dos processos de medição ou de execução. Hebe Mattos aponta precisamente tal circunstância ao afirmar que “as

⁷²⁵ D689 – 1782 - CO 3711 ACA, ver ainda como exemplo de embargos de terceiros: D440 – 1780- CO 3707 ACA, D764 – 1783 - CO 3712 ACA, D772 – 1783 - CO 3712 ACA, D1300 – 1788 - CO 3720 ACA, D1432 – 1789 - CO 3722 ACA, D1452 – 1789 - CO 3722 ACA, D2180 – 1796- CO 3736 ACA e D2247 – 1797- CO 3738 ACA.

⁷²⁶ D48 – 1771 - CO 3698 ACA, D48 – 1771 - CO 3698 ACA D94 – 1772- CO 3699 ACA e D610 – 1782- CO 3710 ACA.

propriedades poderiam alargar-se ou reduzir-se, no decorrer do tempo, na dependência dos recursos de poder de seus proprietários legais”.⁷²⁷

Além disso, as disputas sobre os limites entre as diversas unidades rurais independiam de seu tamanho. Isso penalizava, ainda mais, os possuidores de pequenas áreas, que se viam normalmente em piores condições para sustentar uma demanda quando comparados aos mais abastados.

De acordo com a distribuição constante nas listas nominativas, a maioria das unidades envolvidas nos processos era representada por pequenos e médios possuidores, que lutavam para garantir seus espaços de cultivo e de criação de animais frente aos seus vizinhos. Ainda, buscavam evitar que seus sítios fossem “apanhados” em medições, bem como servissem para pagar os seus credores.

Os autos cíveis relacionados à proteção da terra também refletem a pulverização de réus e, particularmente, também de autores, pois mesmo havendo grandes proprietários, foi identificado apenas um agente com mais de três ações propostas no juízo ordinário de Atibaia. Na maioria dos casos em que os autores moveram dois ou mais processos, as causas das demandas estavam interligadas ou se tratava de repetição da mesma afronta.

Um conjunto de 232 indivíduos figurou como autores nas 217 ações envolvendo terras. Alguns processos tiveram mais de um proponente, constituindo um perfil bem diferente daquele observado em relação às ações creditícias.

Apenas três indivíduos ajuizaram mais de duas ações: Jerônimo Gonçalves Pereira e José Lopes de Oliveira moveram três processos e Manoel Pedroso de Lima cinco. Jerônimo Gonçalves Pereira promoveu duas ações que trataram de uma conjuntura já examinada: o autor tinha arrematado terras e os réus não queriam “despegar”, ou seja, abandoná-las. A ré de um dos processos admitiu estar lavrando no imóvel do autor, mas pedia um prazo para realizar a colheita ou indenização por suas roças na hipótese de recusa do autor⁷²⁸, enquanto no outro feito houve composição com o réu para deixar o sítio⁷²⁹. A terceira ação promovida dizia respeito à posse sobre um imóvel, discutindo seus limites⁷³⁰.

Outros autores também tiveram de ajuizar ações com a finalidade de despejarem e recuperarem terras arrematadas em execuções ou para expulsar ocupantes de áreas

⁷²⁷ MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. **A cor inexistente**. Os significados da liberdade no Sudeste escravista. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993, p. 88-9.

⁷²⁸ D927 – 1785- CO 3715 ACA.

⁷²⁹ D1738 – 1791 - CO 3726.

⁷³⁰ D1106 – 1787- CO3718 ACA.

compreendidas em sesmarias, tal como ocorrido nos exemplos supracitados. Mas, conforme já realçado, não representaram a maioria daqueles que recorreram ao juízo ordinário.

Já as ações promovidas por Manoel Pedroso de Lima refletem o conteúdo da maioria dos processos examinados, estando associadas a conflitos com vizinhos, os quais envolviam os limites dos imóveis e seu aproveitamento pela lavoura ou criação de animais. De forma que Manoel Pedroso de Lima também foi réu em duas ações com as mesmas partes, invertendo as posições processuais.

Manoel Pedroso de Lima promoveu duas ações, uma em face de Rosa Machado e outra de Pedro Pereira, os quais, conjuntamente, ajuizaram uma nova ação contra o mesmo vizinho que os processava, na qual houve uma composição com a delimitação dos limites dos sítios⁷³¹. Semelhante situação ocorreu em relação a outro vizinho, José Tenório, pois Manoel Pedroso de Lima o notificou para que “pusesse cobro em suas criações”, mas foi também demandado pelo seu adversário para que parasse de roçar na área da contenda, terminando as partes celebrando um acordo⁷³².

Tal dinâmica decorrente de esbulhos e de invasão de lavouras por animais repetiu-se constantemente, algumas vezes com vizinhos invertendo as posições como autores e réus. Devem ainda ser acrescentados os conflitos referentes aos herdeiros pelo controle das terras do espólio, os quais também mobilizaram diversos agentes, contribuindo para aumentar o número de indivíduos envolvidos nos processos examinados.

Diante deste quadro, não surpreende o elevado número de demandas e a diversidade de autores e réus. Especialmente nos conflitos entre vizinhos por conta da prática de esbulho ou da invasão de lavouras por animais, cujo número de ações corresponde, respectivamente, a 94 e 58, ou seja, por volta de 70% dos litígios sobre a terra, compreendendo ainda o maior número dos autores e réus envolvidos.

Participaram alguns poucos indivíduos como autores de ações de demarcação, ressaltando-se novamente, quanto à ausência de um maior número de demandas desta natureza promovidas pelos “principais da terra” na Vila de Atibaia, que parte destes grandes proprietários utilizou o Juízo da Ouvidoria para tratar das controvérsias envolvendo seus imóveis, conforme já observado em relação a Frutuoso Furquim de Campos.

As demais contendas resultaram em ações de despejo, de tomada de posse, autos de composição e outras modalidades, tais como a cobrança de foros, os processos de delimitação de caminhos e também de servidões. Entre os mencionados, destacam-se os autos cíveis de

⁷³¹ D569 – 1781 - CO 3709 ACA, D585 – 1781 - CO 3709 ACA e D829 – 1784- CO 3714 ACA.

⁷³² D585 – 1781 – CO 3709 ACA e D560 – 1781 - CO 3709 ACA.

composição, devendo ser ainda computadas as ocasiões em que, posto o litígio em juízo por conta da prática de esbulho ou danos causados por animais, as partes celebraram acordos pondo fim à demanda.

Os autos cíveis de composição, tais como as ações de notificação para exibição de títulos, realçam que, muitas vezes, a busca do juízo ordinário tinha a finalidade de pressionar a parte em busca de uma rápida conciliação, evitando a perpetuação do conflito e o aumento das despesas. O juízo ordinário tinha, portanto, um importante papel na mediação dos conflitos fundiários, mas boa parte das causas geradoras dos litígios diz respeito às transformações ocorridas no tocante à condição da terra, que passou a constituir um bem de valor apreciável.

Embora o número de ações de despejo, ou tomada de posse, decorrente de arrematações seja menor que os demais mencionados, parte dos bens materiais que servia para satisfação dos créditos nas demandas judiciais era constituída de imóveis rurais. A penhora das terras e sua posterior arrematação, ou adjudicação ao credor, era um resultado comum das demandas executivas, já que muitos dos réus não tinham dinheiro ou bens móveis suficientes com os quais pudessem pagar as mercadorias, empréstimos ou animais adquiridos.

Nas 160 ações de execução em que foi possível observar quais os bens penhorados, em pelo menos 96 foram incluídos os sítios dos executados. Nas outras 64, a satisfação do crédito ocorreu com cavalos (38), escravos (16), utensílios (6) e outros animais (3). Em duas das execuções, conseguiu-se a importância em dinheiro correspondente à dívida, sendo que em uma delas foi penhorada a remuneração do devedor, o qual era escrivão da câmara. Houve um único caso de penhora de cartas de crédito pertencentes ao executado.

Deste modo, 60% das execuções que resultaram em penhora incidiram sobre sítios. Observa-se, portanto, que os meios judiciais serviam não apenas para assegurar a posse, a propriedade e a plena fruição dos imóveis, mas também para permitir a circulação das terras como um bem qualquer, fazendo com que fossem alcançadas pelos credores.

3.5.3 Os cativos em juízo

No século XVII, quando a cultura de trigo dominava a região de Atibaia, a principal fonte de mão de obra era formada pelos cativos indígenas. O termo “administrado”, comumente utilizado para definir esta força de trabalho, ainda persistia quando foi elaborada a lista nominativa de 1767.

Observou-se, na referida relação, 155 indivíduos classificados como administrados, os quais estavam distribuídos em 39 fogos. As listas nominativas subsequentes, porém, não

fizeram mais qualquer referência a eles, indicando que, se a prática de adicionar força de trabalho indígena dos aldeamentos às unidades produtivas ainda existia, não havia mais diferenciação em relação aos indivíduos qualificados como agregados.

Um documento de natureza criminal, do ano de 1777, evidencia a adoção da outra forma de denominação. No processo, um comerciante da cidade de São Paulo afirmou que estava hospedado na casa de Ângelo Vaz de Lima, tendo adoecido, ocasião que lhe foram subtraídas diversas mercadorias, apontando a filha de seu anfitrião e “uma sua agregada chamada Marta” como responsáveis pelo delito. Na sentença, o juiz mandou prender as supostas autoras do furto, lavrando um “auto de prisão e tonsura feito na presa Maria Franca da Silva, filha de Ângelo Vaz de Lima e em Marta, carijó administrada da dita presa, na Cadeia desta vila”. Verifica-se, portanto, que os administrados passaram a ser contabilizados como agregados, mas suas origens ainda eram evocadas em situações que demandavam uma identificação mais detalhada, como no caso examinado⁷³³.

A população total de Atibaia naquele ano era de 3136 pessoas, incluindo-se, neste cômputo, os 155 administrados e 478 escravos. Portanto, 20,2% da população total era formada por administrados e escravos. O número de administrados correspondia a 4,9% e o de escravos a 15,3% da população. A participação destes segmentos deveria ser um pouco maior em relação à força de trabalho ativa, já que composta mais de adultos. Entretanto, não deveria superar os 30% do número de indivíduos empregados na produção.

Os administrados não figuraram nos autos cíveis como mercadoria, tampouco foi registrado emprego do termo para denominar alguma parte passiva ou ativa nas demandas ajuizadas, circunstância que sinaliza a irrelevância de tal qualificação para fins processuais civis. Ou, então, o mais provável, a efetiva ausência de tais indivíduos como autores nos processos de natureza não criminal em curso no juízo ordinário.

Da mesma forma, o número, relativamente baixo, de indígenas integrados aos fogos mostra o declínio da participação deles como fonte de mão de obra, processo que se iniciou em fins do século XVII. A quantidade de escravos na Capitania de São Paulo, na segunda metade do século XVIII, não passava de 30% da população, conforme anotado por Maria Luiza Marcílio (2000)⁷³⁴. Em Atibaia, a fração era bastante reduzida, correspondendo a quinze por cento da população total na listagem de 1767, mas constituía, mesmo assim, o triplo do número de administrados.

⁷³³ D290 – 1777 - CO 3704 ACA.

⁷³⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836**, op. cit., p. 98.

Na segunda metade do século XVIII, a política da Coroa Portuguesa, especialmente sob o consulado pombalino, tinha como objetivo integrar a população indígena, aumentando o potencial de exploração comercial da colônia por meio de uma maior participação destes indivíduos, os quais deveriam ser aculturados e não poderia recair qualquer tipo de restrição em razão de suas origens e de seus descendentes ⁷³⁵. Deste modo, ainda que possivelmente houvesse a utilização gratuita da mão de obra dos administrados, não se tratava de uma prática aceitável frente à legislação régia, razão pela qual eventual negociação envolvendo estes trabalhadores não poderia ser trazida à esfera judicial, assim como somente em circunstâncias especiais deveria haver um tratamento ou nomenclatura diferenciada⁷³⁶.

Os escravos, por outro lado, tiveram, basicamente, duas maneiras de inserção nos autos cíveis. Uma delas como objeto ou coisa, quando eram comprados, vendidos ou inventariados nos processos sucessórios. A outra forma de participação foi como autores de demandas, defendendo direitos próprios, de seus senhores e até de outros escravos.

Apenas nove ações resultaram da compra e venda de escravos. Três delas foram promovidas por Gabriel Fernandes Cantinho, o qual já foi mencionado anteriormente como um dos grandes comerciantes atuantes em Atibaia. Outros dois processos foram manejados pelo Capitão-mor Francisco da Silveira Franco e mais um pelo Alferes Manoel Pereira Padilha, evidenciando que somente os indivíduos mais abastados negociavam cativos constantemente, gerando controvérsias capazes de dedução por meio de autos cíveis.

O número de ações está relacionado à quantidade de negociações realizadas, pois não sendo muitas, há uma menor possibilidade de gerar litígios que precisem ser levados ao juízo ordinário. Não se trata, porém, do único fator que contribuiu para a redução de processos, devendo ser assinaladas as maiores cautelas exigidas nas transações que envolveram valores mais elevados, como a prestação de garantias, o que reduzia o risco de inadimplemento.

Da mesma forma, houve apenas 16 penhoras de escravos para a satisfação de créditos, correspondendo a dez por cento das execuções em que foi possível examinar essa fase processual.

⁷³⁵ FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina: Política Economia e Monarquia Ilustrada**. Lisboa: Ática, 1993, p. 397-403.

⁷³⁶ O “Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário”, de 7 de junho de 1755, isentava os índios de qualquer infâmia, habilitando-os para todo os empregos honoríficos, proibindo que lhes fosse dado o mesmo tratamento dispensado aos negros. Apesar de ser referir especificamente ao Estado do Pará e Maranhão, ele acabou “por moldar a classificação das cores da população do Brasil” (GUEDES, Roberto. “Escravidão e legados pombalinos nos registros de cores”. In: FALCON, Francisco e RODRIGUES, Claudia (org.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 215-216)

Note-se que nas ações envolvendo escravos foram cobrados 827\$100 réis, valores elevados para o juízo ordinário, considerando, sobretudo, o número reduzido de processos, não sendo coincidência que os autores das demandas, supostos fornecedores de cativos, fossem apenas alguns indivíduos tidos como de maior prestígio por conta da sua riqueza e das patentes militares ostentadas.

A lista nominativa de 1767 revela que 109 “fogos” possuíam escravos. Entretanto, apenas 25 unidades respondiam por 61,7% da mão de obra cativa existente. O restante, 38,3%, estava distribuído entre 84 famílias, números que revelam a concentração de escravos nas mãos de alguns poucos proprietários.

Sob outra perspectiva numérica, observa-se que cerca de um quarto dos “fogos” (26,1%) tinha escravos, sendo que 6% deles, ou seja, o equivalente a apenas 25 unidades familiares, reuniam mais da metade da mão de obra de origem africana da freguesia de Atibaia pouco antes de sua elevação.

Diante deste quadro, o número reduzido de processos de cobrança decorrentes da compra e venda de escravos, assim como as poucas ações de execução em que foram penhorados, são reflexo da concentração da propriedade sobre cativos e da distribuição da força de trabalho compulsória em poucas unidades familiares.

Registre-se ainda o ajuizamento de ações com a finalidade de recuperar escravos fugidos, ou que foram apropriados por outros agentes. Em um dos casos observados, o réu era acusado de ocultar um “negro” e “servir-se dele”, requerendo o senhor do cativo a reintegração do bem ao seu patrimônio. No curso do processo, há referência à prisão do indivíduo que escondia o escravo. A ordem de prisão, porém, foi dada pelo Governador e Capitão General e não pelo juízo ordinário e foi posteriormente relaxada, persistindo a lide sem que fosse possível conhecer seu desfecho⁷³⁷.

Uma justificação narrou que um cativo foi localizado nas Minas Gerais, ocasião em que foi convencido a voltar para sua senhora, mas o escravo fugitivo alegou que somente retornaria após receber o pagamento pelos serviços que prestara naquela localidade. No depoimento de uma das testemunhas ouvidas no processo, consignou-se o seguinte:

disse que sabia de certa ciência por seu pai Guilherme Fernandes da Silva (que) se achava na vila de São João Del Rei e lá viu o mulato Jerônimo escravo da justificante Isabel do Prado de Camargo em casa de um Manoel Antonio, morador em uma lavra distante da dita vila de São João Del Rei légua e meia, e que o dito mulato Jerônimo quis vir com o dito seu pai Guilherme Fernandes da Silva para esta vila de São João de Atibaia e que já tinha o dito mulato escravo da justificante entregue um saco de suas roupas ao dito seu pai para vir com ele para esta vila de São João de Atibaia e que não veio por causa de querer cobrar uma conta que lhe devia o dito Manoel Antonio de seu trabalho em que lidava com gado que

⁷³⁷ D205 – 1774 - CO 3701 ACA.

matava o dito Manoel Antonio para corte na mesma Vila de São João Del Rei e mais não disse.⁷³⁸

A participação mais constante de escravos como coisas ou objetos ocorria nos processos sucessórios, já que muitos cativos foram arrolados em inventários como bens do espólio⁷³⁹. Houve ainda um caso em que se reclamou a falta de entrega de um escravo prometido em dote⁷⁴⁰.

Mesmo figurando como coisas em parte dos processos, os escravos não se limitaram ao papel tradicional vinculado à atividade rural. Houve situações em que foram designados para promoverem demandas judiciais, sendo constituídos com licença de seus senhores como mostradores de créditos, tal como ocorreu com Jerônimo, escravo de Gaspar Alves de Barcelos, morador da cidade de São Paulo, incumbido da cobrança de doze patacas de “efeitos” vendidos em Atibaia, ou seja, gastos feitos na loja do seu senhor⁷⁴¹.

A atuação de Jerônimo tinha como finalidade a defesa dos interesses de seu proprietário, exercendo em nome dele os direitos creditícios. Além de gozar da confiança de seu senhor, o escravo provavelmente tinha algum tipo de instrução que lhe permitia o exercício do comércio, já que sua função certamente não se reduzia à representação judicial⁷⁴².

No curso de um auto cível de assignação de dez dias, a ré era demandada a pagar o valor de nove mil réis referente à compra de um cavalo, tendo alegado em sua defesa que não tinha dado “faculdade” ao escravo responsável pela negociação. Embora a devedora tenha contestado a validade do contrato por ausência da sua autorização, o processo realça a complexidade das relações envolvendo cativos, as quais não se circunscreviam à exploração de sua força de trabalho, abarcando a possibilidade de contraírem obrigações em nome de seus senhores, gerando litígios levados a exame do juízo ordinário⁷⁴³.

Mais interessante ainda foi verificar como os cativos se valeram dos meios judiciais para defenderem direitos próprios, circunstância que mitiga ainda mais a condição de coisa ou mercadoria a que em tese estavam sujeitos. Nesse sentido, houve um número maior de demandas em que os escravos figuraram como autores do que como bens negociados entre particulares.

⁷³⁸ D113 – 1772 - CO 3699 ACA.

⁷³⁹ D186 – 1774- CO 3701 ACA, D229 A – 1776- CO 3703 ACA, D392 – 1779 - CO 3706 ACA, D457 – 1780 - CO 3707 ACA, D799 – 1783 CO 3713 ACA, D895 – 1784 - CO 3714 ACA, D997 – 1785 - CO 3715 ACA, D1211 – 1787 - CO3719 ACA, D1493 – 1789 - CO 3723 ACA, D1563 – 1790- CO 3724 ACA, D1898 – 1792 - CO 3729 ACA, D2039 – 1794 - CO 3733 ACA e D2343 – 1799- CO 3740 ACA.

⁷⁴⁰ D228 – 1776- CO 3703 ACA.

⁷⁴¹ D819 – 1783 - CO 3713 ACA.

⁷⁴² Idem.

⁷⁴³ D384 – 1779 - CO 3706 ACA.

Embora não se tenha encontrado um procedimento específico, vários foram os escravos que se utilizaram dos autos cíveis em busca de sua manumissão ou da de parceiros e de familiares. Parte destas ações tinha como finalidade fazer valer ajustes feitos com os senhores para a compra da alforria, enquanto outra modalidade de demanda estava associada aos processos sucessórios, em especial ao cumprimento de testamentos, nos quais havia disposições que concediam liberdade aos escravos.

A escrava Antônia ajuizou uma ação de libelo contra Manoel Pais da Silva “como cabeça de sua mulher Bernarda de Oliveira”, narrando os fatos da seguinte forma em seu requerimento inicial:

Diz Antônia escrava que foi de Mathias Vaz Cardoso da Freguesia de Nazareth que passando a mulher do dito senhor a segundas núpcias que celebrou com Manoel Pais da Silva este e a dita sua mulher ajustaram de dar liberdade à suplicante, pagando ela pelo seu valor a quantia de cinco dobras e convindo neste ajuste haver quatro anos logo a suplicante fez o primeiro pagamento de 16\$000, que o suplicado aceitou, ficando a suplicante servindo na casa até finalizar o pagamento em que foi quartada de sorte que tem pago e só resta tácito pagamento a quantia de 23 patacas, as quais tem pronta há muito tempo, mas o dito suplicado não a quer aceitar com o falso pretexto de querer que lhe tribute cativo um filho que a suplicante tem nascido depois que foi celebrado o contrato da liberdade com o suplicado, cujo procedimento é repugnante à razão e direito da liberdade, e como assim lhe não queira passar sua carta de alforria que se deve à suplicante não gratuitamente, mas sim por título oneroso, porque pagou o seu valor e como miserável não deve renunciar o direito que lhe assiste.⁷⁴⁴

Houve um pedido de vista do processo pelo réu, afirmando ele “que não punha dúvida em receber o dinheiro da negra, ficando o filho cativo e, do contrário, fosse o dinheiro para o depósito juntamente (com) o filho da dita”. Deste modo, tentou Manoel Pais da Silva conservar a propriedade sobre o filho da escrava de sua esposa. Entretanto, percebendo que não teria sucesso na demanda, acabou por não oferecer resistência por meio de contrariedade.

O réu, porém, não se deu por vencido e, por meio de outra ação, uma justificação, quis demonstrar que tinha direito a ficar com o filho de Antônia, obtendo uma decisão favorável, que resultou na prisão da escrava e de seu filho. Sobreveio então a intervenção do Governador Capitão General a pedido da autora, o qual inicialmente solicitou informações acerca da prisão e, diante dos esclarecimentos dados pelo juiz ordinário, mandou que fosse dada “carta de alforria à suplicante e ao seu filho”.

Apesar de figurar como autora na ação de libelo, enquanto sua senhora foi representada pelo cônjuge, “cabeça do casal”, a escrava Antônia contou também com o auxílio de seu marido, Antonio Parecis, que outorgou procuração ao comerciante de molhados, Bento José de Figueiredo, para representá-la processualmente. O marido da escrava foi qualificado como

⁷⁴⁴ D396 – 1779 - CO 3706 ACA.

índio pelo réu. Na instrução do processo, foi juntada a certidão de nascimento do “mulatinho de nome Alexandre”, filho do casal, na qual o pároco assentou que o pai, Antonio Parecis, era liberto.

As redes de solidariedade estabelecidas entre escravos e libertos contribuíam na busca da alforria. A família representava a base destas relações de auxílio mútuo, daí a necessidade da manutenção da integridade das unidades domésticas compostas por escravos, reconhecendo-se, inclusive, a importância de propiciar aos cativos a oportunidade de casamentos e de uniões como meio de estabilização do sistema escravista.

Utilizando o juízo ordinário, a escrava demonstrou, inicialmente, que fazia jus à alforria. Em seguida, com a intervenção da autoridade régia, assegurou o mesmo direito ao seu filho. A condição de mulher e cativa não a impediu de acessar os meios institucionais que lhe propiciaram a obtenção do direito de pagar a sua senhora o correspondente ao valor estipulado para manumissão, fazendo, portanto, valer as regras que regiam as relações entre senhores e escravos, cujo respeito podia ser assegurado pelo juízo ordinário, não prescindindo, no caso concreto, da participação do Governador e Capitão General.

Outro documento reforça a possibilidade dos escravos exigirem o cumprimento das regras que regiam sua relação com os senhores. Trata-se de um auto de depósito, em que a cativa Paula Maria afirmou que seu senhor queria vendê-la para Gaspar Barreto da Freguesia de Conceição de Guarulhos por oito dobras, preço que considerava exorbitante, especialmente quando comparado ao valor que lhe foi atribuído no inventário de sua senhora. Aduziu ainda a autora que o escravo tem preferência no momento de sua venda e, “por querer exercer o direito de comprar sua liberdade”, pedia que fosse estipulado o valor do inventário. O pleito da escrava foi atendido, realizando-se o pagamento em juízo e concedendo-se a alforria⁷⁴⁵.

O reverso também ocorria, ainda que não frequentemente, ou seja, os senhores também podiam exigir que os escravos cumprissem sua parte nos ajustes para concessão da alforria. Em uma ação de libelo, narrava o autor que atendendo ao pedido dos pais do seu escravo de nome Caetano, permitiu que ele permanecesse aos cuidados dos genitores, pois o cativo estaria doente, com febre. Posteriormente, foi informado pelos mesmos pais que persistia a “moléstia”, resultando em aleijão, pois o escravo não podia mais abrir as mãos. Pediram então que fosse concedida alforria, tendo o autor, induzido em erro, assentido, verificando posteriormente que a situação de saúde descrita não correspondia à verdade, motivo pelo qual pretendia anular a escritura⁷⁴⁶.

⁷⁴⁵ D215–1775- CO 3702 ACA.

⁷⁴⁶ D1423–1789 - CO 3722 ACA.

O réu, por meio de seu procurador, ofereceu contrariedade, alegando que o autor não foi induzido em erro, recebendo três dobras para conceder-lhe a alforria. Em réplica, o senhor alegou que não recebeu a importância mencionada e que, a pretexto de tratar o escravo de um reumatismo, o ocultaram por um ano, vindo depois a enganá-lo com a moléstia inexistente, acrescentando que as três dobras recebidas eram insuficientes, pois se tratava de um escravo robusto, com apenas trinta anos, cujo valor era, no mínimo, oito dobras. As partes então se compuseram, ajustando o valor que seria pago.

Fraude ou não, os pais de Caetano obtiveram sua alforria, desencadeando a reação de seu senhor, fazendo com que o liberto se tornasse réu em uma demanda. Assim, diante dos exemplos trazidos, verifica-se que os escravos figuravam ativamente em juízo e, embora mais raramente, também podiam se tornar a parte passiva, enquanto a quantia atribuída a eles como bens balizava os principais conflitos.

Destaque-se ainda o papel dos genitores em favor do seu filho cativo, situação que se inverteu em outro feito, no qual o filho ainda escravo postulou a libertação de sua genitora sob o jugo de outro senhor, realçando a solidariedade decorrente das relações familiares⁷⁴⁷. As ações movidas para obrigar ao cumprimento dos legados instituídos pelos testadores que concediam alforria aos seus escravos completavam os modos predominantes de participação ativa dos cativos em juízo. Embora aparentemente simples, já que bastaria a observância das cláusulas do testamento dispondo sobre a liberdade do cativo, nem sempre a vontade do testador em relação ao seu escravo era clara, havendo necessidade de interpretação, ensejando controvérsias.

Por vezes, a palavra proferida à beira da morte pelo senhor no sentido de conceder alforria aos cativos era objeto de grande polêmica, já que podia não ser deduzida no documento que formalmente continha as disposições de última vontade, exigindo um esforço interpretativo e probatório ainda maior.

Mesmo quando a intenção consignada no testamento não deixava dúvida, ainda assim, não garantia a alforria, pois restava aos herdeiros sustentar que o testador tinha a capacidade mental abalada. Tratava-se de uma derradeira tentativa de invalidar as disposições de última vontade quanto à dádiva concedida ao cativo.

Thereza Leite de Jesus concedeu liberdade à sua escrava em seu testamento. O herdeiro, nomeado como inventariante, porém, não cumpriu a disposição e, quando a “crioula” Margarida Leite estava em vias de ser arrematada no curso do processo de inventário, ela mesma opôs

⁷⁴⁷ D1722–1791 - CO 3726 ACA.

embargos, deduzindo justamente ser a vontade de sua senhora que fosse alforriada por conta dos serviços que prestou e o número de filhos que lhe deu.

O inventariante, além de alegar o descumprimento de uma das formalidades do testamento, vez que supostamente faltava o número de testemunhas exigido pelas Ordenações no instrumento, sustentou o seguinte:

Provará que a sobredita defunta Thereza Leite de Jesus, tia do embargado, em toda a sua vida e muito mais a hora da morte foi sempre de todos reconhecida e havida por demente insensata e louca sem temor de Deus, tanto que ao ano de 1771 foi declarada pública excomungada pela torpe escandalosa licenciosa vida que consentia as suas escravas nesta vila sem domínio algum (ou) senhorio...⁷⁴⁸

Acrescentou ser “público e notório” a todos que sua tia se sustentava com os “torpes e imundos ganhos” de suas escravas, as quais vagavam pelas ruas da vila “com notável e público escândalo”.

Emerge do conteúdo da manifestação do herdeiro que a testadora explorava a prostituição com suas escravas. Isto, inclusive, fez com que o pároco denegasse os sacramentos à defunta nas quaresmas dos anos de 1775 e 1776 por ser ela “perseverante indomável culpada nos concubinos de suas escravas”.

O juízo acabou por não acolher os embargos, entendendo que a escrava deveria buscar, por meio de ação autônoma, o reconhecimento de sua liberdade, pois tal discussão era estranha ao inventário. Consequentemente, não houve enfrentamento do mérito do pedido.

A reprovação social da conduta da escrava e de sua senhora pode ter pesado na decisão do juízo, o qual, certamente, quis evitar fazer cumprir a cláusula testamentária que concedia a alforria. Os herdeiros prejudicados pela dádiva concedida souberam explorar a reputação da testadora e sua suposta falta de discernimento para evitar que a cativa obtivesse sucesso nos embargos.

O caso da “crioula” Margarida e os outros que foram citados constituem uma amostra capaz de evidenciar como era possível, mesmo para os cativos, terem acesso ao juízo ordinário. Deste modo, ainda que nem sempre fosse fácil, franqueava-se ao escravo a possibilidade de confrontar seu senhor ou outros indivíduos no campo judicial.

Apesar dos exemplos, os indivíduos sujeitos à escravidão não podiam, ao menos em tese, demandar seus senhores, pois dependiam da licença deles para a propositura das ações. Verificou-se, porém, que tal obstáculo era transposto utilizando os serviços dos diversos procuradores atuantes na Vila de Atibaia, os quais solicitavam autorização para falarem em nome dos cativos, alegando que o interesse destes colidia com o de seus donos.

⁷⁴⁸ D252 – 1776 - CO 3703 ACA.

Ao longo do século XVIII, os procuradores não atuavam por protesto, tampouco por discordância em relação às condições decorrentes da escravidão. Eles ofereciam seus préstimos em busca de uma vantagem no caso de sucesso da demanda, já que muitos escravos tinham condições de constituir um capital próprio com o qual financiavam sua liberdade. Havia também a possibilidade de remuneração por meio de trabalho, caso o escravo que fosse libertado não tivesse com o que pagar pelo patrocínio da causa, lembrando-se que qualquer tipo de prestação de serviço, tida como lícita, era passível de ser exigida em juízo.

Em razão das características descritas, observou-se ainda que os autores das demandas que envolviam escravos estavam situados em extremos expostos da escala social. De um lado, os indivíduos mais ricos, constituindo os principais credores, como os únicos capazes de negociar escravos em maior quantidade. De outro, os próprios escravos tentando comprar a si próprios, enquanto propriedades pertencentes aos seus senhores.

Alcançar a alforria era o principal propósito dos cativos quando demandavam. O significado da liberdade em termos sociais pode ser discutível, mas a alteração do estatuto jurídico a que estavam submetidos era bastante desejável, não apenas por conferir uma maior segurança, mas também por ampliar as possibilidades de inserção na economia, propiciando ainda um melhor acesso à justiça e a outros meios institucionais.

3.5.4 Outros interesses

Nas ações de crédito houve a negociação de diversas modalidades de bens. As terras e os escravos mereceram um especial destaque, pois os conflitos que surgiram das relações estabelecidas sobre eles não se resumiram, simplesmente, à compra e venda como mercadoria.

Em relação aos conflitos fundiários, verificou-se que a definição dos limites entre os sítios, o aproveitamento dos recursos naturais existentes nos imóveis rurais, assim como a utilização para agricultura ou pastagem, geraram demandas judiciais. Da mesma forma, na convivência entre senhores e escravos, havia determinadas obrigações recíprocas das quais emergiam direitos que podiam ser exigidos pelos cativos. Entretanto, os processos que instrumentalizaram o equacionamento destes litígios, ao menos no âmbito cível, foram mediados pela dimensão patrimonial.

Neste contexto, as disputas sobre a terra ocorriam muito em razão de sua valorização e constituição como um bem circulante, de modo que o aproveitamento e os direitos de uso geraram o conjunto de conflitos trazidos ao juízo ordinário. No mesmo sentido, os escravos ingressaram com demandas buscando a consagração de direitos estabelecidos nas relações com

seus senhores, afirmando, assim, que não se tratavam de meros objetos ou coisas. Contudo, paradoxalmente, era o próprio valor agregado ao cativo quando empregado na produção ou na prestação de serviços que estruturava os litígios observados nos mesmos processos, justificando a resistência aos pedidos de alforria.

A realização dos direitos perseguidos normalmente não desbordava os aspectos econômicos, fato realçado no emprego de ações judiciais para a cobrança de serviços paroquiais. Ou seja, mesmo um dever de natureza religioso assumia um aspecto bastante profano, sendo quantificado monetariamente.

Os diversos autos cíveis até aqui examinados eram, portanto, permeados por uma dimensão material, pois vinculados à exigência do cumprimento de certas obrigações que podiam ser, em regra, traduzidas, direta ou indiretamente, em algum proveito econômico para aquele que ingressava com a ação, mesmo quando não estava envolvida, diretamente, uma quantia em dinheiro.

Outros conflitos deduzidos em ações específicas, aparentemente, fugiam à lógica patrimonial. As ações de libelo cível crime de injúria atroz, ou de libelo de injúria, normalmente eram ajuizadas em resposta a uma ofensa, representando uma modalidade de processo vinculado à defesa da honra, distante, conseqüentemente, da aludida dimensão patrimonial.

Ocorre que, mesmo nestes casos, ainda assim, foi possível verificar que havia, por vezes, um conteúdo econômico subjacente ao processo. Uma destas ações foi ajuizada por Pedro de Lima Ribeiro ao se sentir injuriado com as palavras proferidas por Joaquim Nunes de Almeida, o qual disse que ele “não era capaz de ser atendido em República e menos jurar em alguma causa”. Logo em seguida, porém, houve desistência da causa, pois o réu teria certificado que “sua intenção não fora macular o crédito” do autor⁷⁴⁹.

A preocupação do autor era com sua reputação no campo dos negócios, de forma que afirmou, em seu requerimento inicial, que era “homem branco, nacional desta mesma Freguesia e nela bem conhecido por homem de verdade e lisura em suas contas, o que é público e notório”. Note-se que estava sendo maculada a imagem de bom pagador, importantíssima no universo mercantil e creditício, daí porque houve o manejo da ação, ficando o autor satisfeito quando houve o recuo do réu em seu comentário⁷⁵⁰.

Em outro feito, Custódio Gonçalves quis demonstrar que era pai de Lucrecia da Silva Cardoso, ou seja, uma ação de investigação de paternidade sem qualquer finalidade econômica aparente. Lucrecia fora registrada como filha de Bento Correa Pinto, já falecido. O “defunto era

⁷⁴⁹ D496 – 1781- CO 3708 ACA.

⁷⁵⁰ Idem.

militar pago na Cidade de São Paulo”, morrendo “no serviço do Rei” e a filha, cuja paternidade era contestada, sua única herdeira. Neste caso, o reconhecimento da filiação iria, necessariamente, afastá-la da linha sucessória, permitindo que os bens do espólio passassem ao irmão do falecido. Ademais, referido irmão opunha-se ao plano de partilha, valendo-se dos mesmos argumentos trazidos pelo suposto pai biológico da herdeira, agindo ambos possivelmente em conluio⁷⁵¹.

O reconhecimento voluntário de um filho, cuja paternidade foi, inicialmente, omitida ou negada, constituía, geralmente, um gesto altruísta, muito comum em testamentos. Todavia, as circunstâncias associadas ao ajuizamento da ação por Custódio Gonçalves levam à conclusão diversa; eis que a finalidade da medida foi favorecer os direitos sucessórios de um terceiro preterido em razão da filiação que era contestada.

Diversas ações, principalmente de justificação, buscavam atestar relações de parentesco com a finalidade de propiciar a habilitação nos inventários em curso no juízo de órfãos de Atibaia e de outras localidades. A única que não tinha, explicitamente, esse objetivo foi a anteriormente referida. A rigor, portanto, havia um interesse econômico informando tais processos, consistente no recebimento das heranças.

Acessórios aos inventários, os testamentos traziam disposições que resultavam em obrigações que deviam ser cumpridas em nome do defunto pelo testamenteiro. A preocupação expressa nesta modalidade documental era de natureza religiosa, pois buscava o testador a realização de atos de caridade e de fé com a finalidade de salvar sua alma. Entretanto, a maioria das cláusulas a ser cumpridas implicava em gastos que deveriam ser suportados pelo espólio, como mortalhas e celebração de missas por exemplo.

Deste modo, os testamentos revelam, incidentalmente, a religiosidade que impregnava a sociedade colonial. Mas, em essência, tal como em relação às contribuições paroquiais, servia o juízo ordinário para fiscalizar o pagamento das despesas implicadas nas disposições de última vontade do falecido, alimentando ainda um comércio funerário.

Houve, evidentemente, outras modalidades de processos em que o conteúdo econômico era também secundário, principalmente aqueles já referidos em que o autor se sentia injuriado, caluniado ou difamado. Nestes casos, porém, havia uma dupla natureza: cível e criminal, podendo ser pedida uma indenização ou a aplicação de uma sanção penal.

Muitas destas ações não seguiam uma técnica jurídica mais apurada, de forma que um dos caminhos mais apropriados para responder a uma ofensa verbal à honra era a “querela”,

⁷⁵¹ D531 – 1781- CO 3709 ACA.

uma modalidade de ação criminal. As ações que não envolviam interesses patrimoniais eram, portanto, exceções no juízo cível e, em alguns casos, procedimentos híbridos mais afeiçoados ao juízo criminal.

As modalidades de processos até aqui citados em que a natureza patrimonial assume um caráter secundário, ainda que excepcionais, são importantes para revelar características próprias da sociedade colonial, tais como a forte expressão da religiosidade no momento da morte. Entretanto, apenas a finalidade desviava, em parte, do campo material, sendo incapazes de influir de forma mais significativa no exercício da atividade jurisdicional cível.

Os autos de emancipação são uma modalidade específica de ação de justificação, a qual merece especial atenção, pois, a despeito de encerrar também uma finalidade primordialmente econômica, é capaz de evidenciar outro aspecto social relevante com maior repercussão na dinâmica judicial.

Os filhos homens ficavam sujeito ao pátrio poder até o matrimônio, ocasião em que passavam a exercer a chefia de uma nova família. Aqueles que ainda não fossem casados tinham a necessidade de se desligar da autoridade paterna ou materna (caso já falecido o genitor) para que pudessem contrair obrigações em seu nome, usufruir de suas heranças e constituir um patrimônio próprio. Para tanto, recorriam ao juízo ordinário com a finalidade de obtenção da emancipação, passando então a gerir seus negócios.

O pátrio poder conferia ao indivíduo tido como “cabeça” da unidade familiar autoridade sobre seus descendentes e escravos, estendendo-se muitas vezes aos agregados. Deste modo, bens e pessoas se vinculavam a uma determinada casa, a qual era representada em juízo por seu chefe.

O domínio exercido chegava a desbordar os limites do fogo, especialmente quando os filhos casados e genros estavam arranchados ou ainda viviam em terras dos pais/sogros. A rigor, com a emancipação e o casamento não havia mais vinculação aos ascendentes. Porém, na prática, a autoridade do chefe do fogo era bastante abrangente, permeando inclusive as relações econômicas no âmbito da família estendida.

A ampliação do poder de mando era favorecida pela confusão patrimonial muitas vezes existente no âmbito das atividades produtivas e comerciais desenvolvidas pelos chefes dos fogos e aqueles que integravam a família por meio de matrimônio e também os que a ela se agregavam.

Uma ação de libelo foi ajuizada pelo genro de Anna de Godói Moreira cobrando dos herdeiros os valores referentes ao transporte de toucinho da falecida para a vila de Santos. Na sentença, o juiz não acolheu o pedido, considerando que “o autor antes de casar com a filha da

ditava sua sogra gratuitamente a lisonjeava com alguns limitados serviços e que depois trabalhou em comum para o bem do casal de cujo aumento participava”. Deste modo, os ganhos não eram particulares, mas incorporados à família. A decisão seguia o raciocínio dos demais herdeiros, os quais sustentavam que o autor com a morte da sogra ficou insatisfeito, pois parou de desfrutar da “abundância” de sua casa, realçando que a atividade dele estava compreendida no âmbito da unidade doméstica ampliada⁷⁵².

Havia casos de genros moverem ações contra sogros e sogras; alguns já foram, inclusive, referidos, mas, mesmo nestas hipóteses, não se tratou em regra de uma insurgência contra a autoridade que emergia do pátrio poder. Ao invés de uma busca de autonomia, as situações descritas enfatizaram a dependência, pois os conflitos delineados no curso dos processos emergiram da divisão desigual do patrimônio comum entre os familiares, especialmente do fundiário, constituindo um prelúdio das disputas sucessórias que em regra se seguiam após a morte do chefe do fogo.

Em relação aos agregados, a dependência a que estavam sujeitos praticamente lhes vedava a possibilidade de demandarem contra os chefes de fogos. Ademais, a força gravitacional exercida pela autoridade daqueles que encabeçavam as unidades domésticas chegava a impor embaraço aos libertos para se desvincularem, em termos patrimoniais, da casa a que pertenceram.

Um processo evidencia esta dificuldade de se livrar do alcance da autoridade atribuída aos chefes de fogos, pois, mesmo mudando-se para a Capitania de Minas Gerais, o “mulato forro” Félix teve uma carga de toucinho, quatro bois e 40 aves apreendidos pelos herdeiros da Maria Lopes de Camargo, sua antiga senhora, quando suas mercadorias eram transportadas para a cidade de São Paulo. Os produtos foram considerados pertencentes ao espólio, ou seja, compondo o fundo patrimonial da família⁷⁵³.

A referida confusão patrimonial decorria da extensão da autoridade atribuída ao chefe do fogo. Deste modo, muito embora houvesse nos autos cíveis em geral o predomínio do conteúdo econômico, alguns valores transcendiam os aspectos puramente materiais da lide.

Neste contexto, além da já examinada religiosidade expressa no cumprimento dos testamentos, a qualificação das partes que figuravam como autores e réus nos processos indicando a condição de “crioulos”, “forros”, “libertos”, “bastardos”, entre outras formas de designação, não deixou de evidenciar uma diferenciação baseada em características próprias de

⁷⁵² D492 – 1781 - CO 3708 ACA.

⁷⁵³ D741 – 1783- CO 3712 ACA.

uma sociedade extremamente hierarquizada, e ainda avessa aos princípios que regeriam as relações puramente materiais.

Assim, mesmo que de forma subjacente e sem comprometer a estrutura econômica que os processos cíveis visavam garantir, em especial a circulação do crédito, certos valores eram afirmados no juízo ordinário. A “pureza de sangue”, fundamento axiológico da classificação dos indivíduos, contrastava, por exemplo, com uma vontade legislativa que buscava o nivelamento entre brancos e índios.

Da mesma forma, a menção às origens das partes e testemunhas também não se coadunava ao ideário de “liberdade de comércio”, ao qual se ligava no plano político e social a necessidade de abolição de distinções e privilégios. Referido discurso, consoante se observou, chegou a governar em certa medida as ações da Câmara, ainda que limitado à questão da fixação dos preços dos produtos.

Destaque-se, por fim, que a amplitude do exercício do pátrio poder é capaz de sintetizar a persistência das características típicas desta sociedade. A autoridade atribuída ao chefe do fogo será dimensionada, mais precisamente, quando forem analisados os procedimentos penais, pois são os autos crimes capazes de expressar valores nem sempre tão nítidos nas relações predominantemente negociais veiculadas por meio dos autos cíveis.

3.6 *Os autos crime: características gerais*

O corpo documental abrange um conjunto de procedimentos de natureza criminal com características e finalidades próprias. A forma de estruturação dos autos crime e suas divisões serão inicialmente abordadas, diferenciando-as dos tipos processuais até aqui examinados, tentando compreender sua lógica de produção.

No total foram contabilizados 259 documentos de natureza criminal. Apesar do número de ocorrências bastante inferior aos autos cíveis, as principais modalidades de ações penais são um pouco menos fragmentadas. Outro fator de diferenciação é a menor variedade de procedimentos.

Em termos simplificados, os procedimentos de natureza criminal se desenvolviam em duas fases: a primeira correspondia à formação da “culpa” e culminava com a pronúncia ou impronúncia do réu. No caso de pronúncia, decretava-se a prisão, seguindo-se então a segunda etapa, na qual era formalizada a acusação, produzindo-se as provas que serviriam para lastrear a condenação ou a absolvição do réu.

Na primeira fase, tinha lugar uma investigação acerca do fato delituoso, na qual era buscada a comprovação da existência do crime e o apontamento de sua autoria. As duas principais modalidades de procedimento desta etapa eram a devassa e a querela. Havia também as chamadas “denúncias”, nas quais a vítima requeria a instauração de uma investigação. Esta última modalidade se diferenciava da devassa apenas por não ser iniciada diretamente pelo juiz ordinário, seguindo, porém, o mesmo procedimento, motivo pelo qual não foi individualizada.

Os casos de querela estão descritos nas Ordenações Filipinas, Livro V, título CXVII, cabendo, ainda, tal procedimento quando as punições eram de açoites e degredo temporal⁷⁵⁴. As referidas penas eram da alçada do juízo ordinário, de modo que a quase totalidade dos delitos julgados no âmbito local podiam ser objeto de querela, exceção feita aos ferimentos feitos no rosto, os quais tinham de ser apurados por meio de devassas⁷⁵⁵.

As querelas eram procedimentos investigatórios mais simplificados, os quais exigiam a oitiva de três ou quatro testemunhas para evidenciar a prática do crime e sua autoria, enquanto nas devassas o número legalmente exigido era de trinta⁷⁵⁶. Os atos processuais eram um pouco diferenciados também em razão do caráter mais abreviado, bem como em função da promoção da apuração do delito na querela incumbir à própria vítima ou aos seus familiares.

A parte fazia uma petição descrevendo a prática do crime e suas circunstâncias, entregando-a ao escrivão, o qual lavrava o auto de querela, dando juramento ao querelante. O auto, o juramento, assim como a pronúncia e a decretação da prisão, nos casos de formação da culpa, eram todos escriturados no livro das querelas⁷⁵⁷.

No conjunto de documentos foram identificadas, de forma precisa, 15 querelas, ainda assim, a maioria por meio da segunda fase, ou seja, do procedimento desencadeado a partir da pronúncia do réu. Em vários outros processos são feitas referências à fase anterior, mas diante do caráter dúbio e, considerando que a iniciativa não era mais da parte, preferiu-se não computá-los como querelas.

Uma possível explicação para a ausência de um número maior de querelas é a forma de suas escriturações, pois parte dos atos realizados não eram documentados em autos de processo,

⁷⁵⁴ CABRAL, Antonio Vanguerve. **Pratica Judicial muito útil, e necessária para os que principião os officios de julgar, e advogar, e para todos que solicitão causas nos auditórios de hum e de outro foro tirada de vários authores práticos, e dos estylos mais praticados nos auditórios**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1862, parte I, p. 37.

⁷⁵⁵ “Advirta-se, que para a Parte dar querela, faz petição, relatando o caso de que quer querelar, narrando nella o dia, mez, e anno, as horas, e as feridas, nódoas, e pizaduras, e em que parte são; porque sendo na cara, he caso de devassa”. Idem, p. 37.

⁷⁵⁶ Ibidem. Ver ainda Ordenações, Livro V, Título CXVII, parágrafo 6.

⁷⁵⁷ “E distribuída a Petição, o Escrivão, a que vai, faz o auto de querela, dando primeiro juramento ao querelante; e tanto o auto, como o juramento, he no livro das querelas, e no mesmo se pronuncia pelo Juiz”. Ibidem.

mas anotados em um livro. As atas da câmara fazem várias referências aos livros de registro de querelas, os quais eram, periodicamente, rubricados pelo Ouvidor e Corregedor. Entretanto, não foi possível localizá-los.

As devassas eram escrituradas tais como os processos judiciais cíveis, recebendo uma folha inaugural (autuação), enquanto os demais atos eram, em regra, confeccionados em diversas folhas de papel, as quais eram então amarradas umas às outras, conforme uma sequência predeterminada, representando as etapas realizadas.

Na autuação, o juiz ordinário narrava ter chegado ao seu conhecimento a ocorrência de um fato delituoso e que era caso de tirar devassa. Em seguida, era realizado o “corpo de delito”, no qual eram descritos de forma pormenorizada os ferimentos ou os vestígios, eventualmente, deixados pelo crime. Nos casos de lesões corporais e homicídios, o exame deveria ser realizado por cirurgiões, mas na falta deles, até 1799, o juiz nomeava duas pessoas para tal finalidade, as quais confeccionavam e assinavam o auto.

No curso da devassa era necessária a oitiva de trinta testemunhas. Comumente, eram tomados depoimentos apenas para o cumprimento de tal formalidade, sem que a pessoa ouvida acrescentasse algo útil à investigação. O suspeito não era interrogado, nem ouvido nesta fase. A vítima, quando examinada no auto de corpo de delito, era indagada acerca de quem lhe tinha feito aquelas feridas, apontando então o agressor, mas suas declarações não eram colhidas formalmente.

Algumas vezes, antes de ouvir as trinta testemunhas, o juiz, diante da gravidade do crime, ou temendo uma fuga, determinava a prisão do suspeito. Ao final da investigação, com algumas variações, mas utilizando, basicamente, a mesma fórmula, proferia-se a sentença: “obrigam os ditos das testemunhas nesta devassa perguntadas a prisão e livramento a Fulano”,⁷⁵⁸ mandando o escrivão passar o nome do réu ao rol dos culpados⁷⁵⁹ e o necessário para o cumprimento da ordem.

Quando a autoria do crime não era descoberta, ou a prova colhida era insuficiente, assentava-se na decisão que os depoimentos das testemunhas inquiridas “não obrigam a pessoa alguma”, ou então que a contradição de depoimentos levava ao mesmo resultado. As decisões eram bastante concisas, não se aprofundando na análise dos testemunhos colhidos. Isso se deve, pois, no caso de pronúncia, era na fase seguinte que tinha lugar o exame mais aprofundado do conteúdo probatório.

⁷⁵⁸ D877 – 1784 - CO 3714 ACA.

⁷⁵⁹ Livro conservado pela câmara no qual era inscrito o nome de todas as pessoas pronunciadas ao final das devassas e querelas.

Nem sempre a pronúncia resultava em prisão, pois era possível aguardar o desfecho da segunda fase em liberdade, desde que fosse obtida uma “carta de seguro” do Ouvidor ou da Relação do Rio de Janeiro. As “cartas de seguro” podiam ser “negativas” ou “confessativas”, já permitindo antever qual a linha de defesa assumida pelo réu, pois as principais estratégias eram refutar a autoria do crime ou sustentar causas que justificassem a conduta perpetrada como, por exemplo, o exercício da legítima defesa⁷⁶⁰.

Com a prisão do réu ou a concessão de uma carta de seguro, eram instaurados os “autos de livramento crime”. Nesta segunda fase, as vítimas ou seus familiares deviam oferecer o libelo e, caso não o apresentassem, o próprio tabelião redigia o documento, apontando o fato criminoso e suas circunstâncias, formalizando assim a acusação. Seguia-se, então, um debate entre o tabelião, que diante da falta de iniciativa das vítimas fazia a função de acusador, e o réu, normalmente por meio de seu procurador. Entremeando a disputa entre acusação e defesa havia a oitiva de testemunhas e a juntada de documentos.

Ressalte-se que em boa parte das querelas, uma vez pronunciado o réu, a vítima não oferecia libelo, incumbindo também ao tabelião promover a acusação. Por isso se tornou difícil, ou mesmo um esforço pouco frutífero, identificar nesta fase quais os casos originados de devassa, ou de querela, pois se perdia o caráter diferenciador concernente à iniciativa.

Ao final do processo, o juiz proferia a sentença, absolvendo ou condenando o réu, impondo, nesta última hipótese, a pena pelo crime. O tabelião contabilizava as custas, determinando o juízo, quem seria responsável pelo pagamento – o que, em tese, estaria adstrito ao resultado do processo. Na fase precedente, quando a devassa não conseguia apurar a autoria do crime, a Câmara pagava metade do valor das custas do procedimento ao tabelião.

Nos casos de absolvição, o tabelião, normalmente, interpunha recurso à instância superior, enquanto nas hipóteses de condenação o próprio juiz fazia a remessa dos autos à Relação, independentemente da iniciativa do réu. Houve, porém, uma divergência sobre a competência recursal, afirmando o Ouvidor ser ele quem deveria conhecer as apelações, enquanto o assessor letrado do juiz ordinário remeteu os autos com o recurso diretamente para a Relação do Rio de Janeiro⁷⁶¹.

⁷⁶⁰ “Seguro he a promessa judicial pela qual o Réo, debaixo de certas condições se exime da prisão até á conclusão da causa. A Carta de Seguro concede-se ao Réo ou negando ele o facto, ou confessando-o debaixo de legítima defesa, e nesta diferença ellahe ou Confessativa, ou Negativa” (SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira Y. **Primeiras Linhas sobre o Procésso Criminal, Terceira Edição Emendada, e Acrescentada com hum Reportorio dos lugares das Leis Extravagantes, Regimentos, Alvarás, Decretos, Assentos, e Resoluções Régias promulgadas sobre matérias Criminaes antes e depois das Compilações das Ordenações, por ordem Chronologica, e com hum Indice dos Regimentos por ordem Alfabetica**. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1820, p 71.

⁷⁶¹ D2320– 1798 - CO 3739 ACA.

A posição do Ouvidor e Corregedor se assentava na alçada conferida no tempo dos donatários aos ministros de justiça então nomeados para a apreciação, em segundo grau, das decisões dos magistrados inferiores, constituindo, segundo ele, o costume praticado e que deveria ser seguido. A interpretação do Ouvidor foi contestada pelo juiz ordinário, o qual sustentou, por meio de seu assessor, a prevalência da legislação régia, afirmando que “conforme determinação da Ordenação do Livro primeiro título 58, sessão 25 e da Lei extravagante de 19 de julho de 1790, sessão 6 e da de 7 de janeiro de 1792, sessão 15”, os recursos deviam seguir para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro⁷⁶².

O Ouvidor e Corregedor fiscalizou todas as devassas corrigindo falhas procedimentais, chegando a alterar, em pelo menos uma oportunidade, o resultado, mandando pronunciar um réu que tinha sido relevado da culpa pelo juízo ordinário⁷⁶³. A atuação do ministro régio foi bastante rigorosa e efetiva no sentido de uniformizar os procedimentos, de modo que não foram verificadas devassas que fugissem, significativamente, aos padrões delineados pelo oficial régio.

Embora todos os delitos praticados na Vila de Atibaia fossem nela apurados por meio de devassas e querelas. A segunda fase, correspondente ao “livramento crime”, nos casos de homicídio consumado, ocorria perante o Ouvidor e Corregedor na sede da comarca, para onde eram remetidos os procedimentos com a culpa formada e os respectivos presos.

Apenas dois autos de livramento crime trataram de agressões que resultaram em morte, mas em ambos os casos as vítimas não morreram imediatamente. Em um deles havia dúvida, inclusive, se a morte decorria das lesões sofridas ou de causas naturais, enquanto em outro nem constou, expressamente, o falecimento, apenas consignando que uma das feridas sofridas pela vítima “prognosticava” tal resultado⁷⁶⁴.

A avocação da investigação pôde ser observada em um caso de roubo seguido de morte, pois um dos suspeitos foi interrogado na Vila de Atibaia, sabendo-se então que os autos de livramento estavam a cargo do Ouvidor para quem seria encaminhado o réu. Há ainda o traslado de uma devassa de homicídio em que consta a informação de remessa dos autos principais ao Ouvidor. Deste modo, é possível que outros procedimentos criminais também tenham tido o mesmo destino sem que tenha ficado algum registro no juízo ordinário.

Delineados em linhas gerais os procedimentos de natureza penal, convém passar a analisar o conteúdo apurado, principalmente como a criminalidade violenta se exteriorizava no

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ D1891 – 1792 - CO 3729 ACA.

⁷⁶⁴ D154 – 1773 - CO 3700 ACA e D1824 –1792- CO 3728 ACA.

âmbito local. Antes, porém, serão verificados quais os principais fatos delituosos em número de ocorrências, para, depois de analisar as características da violência e dos demais tipos de infrações, apurar quantos chegaram a identificar os infratores e se houve a prisão e posterior condenação dos culpados.

A partir do conhecimento das formas de criminalidade e de seus desdobramentos em termos punitivos, será possível verificar em que medida os meios institucionais conferidos à Câmara produziam efeitos e qual sua significação no âmbito local.

Há de se ressaltar, porém, que parte das penas podia ser aplicada em outra instância, ressentindo-se a análise destes registros, pois não foram examinados os procedimentos conduzidos, originalmente, pelo Ouvidor e Corregedor da Capitania, os quais se encontram muito dispersos no acervo documental do Arquivo Público do Estado de São Paulo, dificultando ou mesmo inviabilizando sua localização.

Quando foi feito o requerimento de elevação da freguesia de Atibaia à condição de Vila, um dos motivos que lastreava a necessidade da medida era a existência de criminosos, os quais assolavam os caminhos e ficavam impunes em razão da dificuldade de administrar a justiça na região⁷⁶⁵.

Outro estudo identificou em diversos pedidos de elevação de freguesias da Capitania das Minas Gerais o mesmo tópico concernente à dificuldade de fazer justiça aos abusos e crimes cometidos nas localidades que postulavam a instalação de câmaras⁷⁶⁶.

Antonio Vanguerve Cabral (1862), no capítulo destinado à ordem processual, afirmou que incumbe ao juiz tratar das “causas criminaes para effeito de serem castigados conforme merecerem os excessos, com que se cometerão os crimes, e para a satisfação da República ofendida”⁷⁶⁷.

Conforme o discurso, portanto, o estabelecimento da estrutura judicial era essencial, constituindo a aplicação das punições uma de suas funções mais importantes, circunstância que remete à eficácia dos meios voltados à persecução penal e, o mais importante, enseja a análise da ação institucional da câmara na esfera criminal e a sua significação no plano local.

⁷⁶⁵ Carta dos Oficiais da Câmara da cidade de São Paulo, ao rei [D. José], solicitando a elevação da freguesia de São João de Atibaia à Vila. AHU – São Paulo, cx 5, D. 10. AHU_ACL_CU_023, CX 5, D. 305. (Projeto Resgate CD-ROM).

⁷⁶⁶ OLIVEIRA, Pablo Menezes e. **Cartas, Pedras, Tintas e Coração: As casas de câmara e a prática política em Minas Gerais (1711-1798)**. 2013. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 253.

⁷⁶⁷ CABRAL, Antonio Vanguerve. **Pratica Judicial muito útil, e necessária para os que principião os officios de julgar, e advogar, e para todos que solicitão causas nos auditórios de hum e de outro foro tirada de vários authores práticos, e dos estylos mais praticados nos auditórios**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1862, parte I, p. 36.

3.6.1 A violência na vila de Atibaia

As devassas foram o principal tipo documental, observando-se 161 ocorrências desta modalidade, o que representou mais da metade dos procedimentos de natureza criminal (62,2%).

Os autos de livramento crime, por outro lado, são numericamente menores, pois muitas das devassas terminavam sem solução, deixando de apontar os culpados, ou então concluíam pela inexistência de crime. Havia ainda os réus que fugiam, impedindo o prosseguimento da persecução penal, bem como as investigações remetidas à Ouvidoria, principalmente nos casos mais graves, cujas penas a serem aplicadas excedia a competência do juízo ordinário, muitas das quais não deixaram informações acerca dos resultados.

Outro fator que deve ser realçado é o estado fragmentário da documentação, havendo possibilidade de muitos documentos terem se perdido ou mesmo permanecido no acervo geral, que compreende os autos cíveis sem nomeação de localidade.

Entre as devassas examinadas, há uma modalidade específica, já referida anteriormente, as chamadas “janeirinhas”, pela qual é possível dimensionar, ainda que aproximadamente, a parcela da documentação perdida.

Ao assumirem seus ofícios, os juízes ordinários eram obrigados a fazer uma apuração da conduta daqueles que serviram no ano anterior. Apesar de se tratar de uma mera formalidade, visto que não havia empenho efetivo em descobrir algum desvio ou fraude, as devassas gerais, mais conhecidas como janeirinhas, eram realizadas anualmente.

Excetuando o ano de 1770, de início das atividades da câmara, em todos os demais foram realizadas as “janeirinhas”, fato registrado nas atas de vereança. Ou seja, entre 1770 e 1799, deveriam ser encontradas 29 desta modalidade de devassa no corpo documental. Contudo, somente foram identificadas dezenove, havendo, portanto, uma perda de 38%. Ainda que com reservas, o percentual referido pode servir de parâmetro para o restante dos procedimentos, evidenciando que mais da metade da documentação foi conservada, permitindo uma análise acerca da natureza da criminalidade no âmbito local.

Por constituírem mera formalidade, não apurando, consistentemente, qualquer infração, as “janeirinhas” foram destacadas do conjunto, contando-se então 130 devassas. Deste número foram ainda subtraídos mais oito procedimentos, pois, muito embora investigassem mortes,

concluíram que os falecimentos decorreram de causas naturais ou de acidentes sem o concurso de outras pessoas⁷⁶⁸.

Chegou-se então ao número de 122 devassas como tratando, efetivamente, de infrações criminais. Mais da metade destes procedimentos foram instaurados para a apuração das circunstâncias em que foram produzidos ferimentos nas vítimas. As agressões representam a infração mais comumente verificada no juízo ordinário da vila de Atibaia. Foram tiradas 74 devassas para a averiguação dos ferimentos e seus causadores, correspondendo a 55,2% do total.

A primeira providência tomada após a instauração e autuação da devassa era a realização do auto de corpo de delito, no qual eram descritas, de forma detalhada, as feridas sofridas pela vítima, indicado o instrumento causador, bem como avaliada a gravidade, principalmente se delas decorria perigo de vida ou “aleijão”.

Os principais objetos utilizados para as agressões eram porretes, seguidos por instrumentos cortantes e perfurantes, como facas, espadas⁷⁶⁹, machados e foices, usando-se também armas de fogo, em proporção ligeiramente menor. Na maioria dos procedimentos observados, pelo menos um dos contendores envolvidos portava algum dos referidos instrumentos, utilizando-o de forma ofensiva.

As mortes eram a segunda ocorrência mais comum. Naturalmente, os mesmos instrumentos que serviam para lesionar eram utilizados para matar. Ademais, muitas das devassas que apuravam ferimentos relatavam tentativas de homicídio, cujo resultado pretendido pelo agressor somente não era alcançado em razão da ineficácia dos meios utilizados, especialmente as armas de fogo, pois não raro os “bagos” de chumbo eram propelidos sem a força necessária para penetrarem suficientemente, ou então não atingiam regiões vitais.

Pistolas e espingardas eram ainda instrumentos rudimentares e de difícil manuseio, faltando-lhes precisão a distâncias maiores em razão da dispersão dos projéteis. Convém ainda destacar as frequentes falhas ocorridas nos disparos por conta do comprometimento de algum

⁷⁶⁸ Apurou-se uma morte ocorrida durante o arroteamento de uma mata para a formação de uma roça, assinalando uma das testemunhas “ser público e notório que o Tenente Antonio Luiz Ferreira morreu debaixo de um pau mandado por Deus”, concluindo o juiz que a vítima morreu por “permissão divina”, ou seja, de forma accidental, em virtude da queda de um tronco sobre ela. (D60–1771- CO 3698 ACA). Em outra devassa, apurou-se que o filho do Sargento Mor José Félix Cintra morreu afogado ao tentar transpor o rio Atibaia em uma canoa (D1996 – 1794 - CO 3732 ACA). Além das mortes accidentais, houve casos em que as vítimas foram encontradas mortas sem que houvesse sinais de luta ou ferimentos, indicando-se doenças como causas prováveis do falecimento (D61–1771- CO 3698 ACA, D328 – 1778 - CO 3705 ACA, D367–1779- CO 3706 ACA e D415 – 1779 - CO 3706 ACA)

⁷⁶⁹ Na documentação, vários tipos de espada são designados pelos seus nomes específicos: chifarotes, catanas e traçados.

dos mecanismos de acionamento e do envelhecimento ou umidade da pólvora, diminuindo, igualmente, a eficácia das armas de fogo como instrumentos vulnerantes.

Foram tiradas 33 devassas para a apuração de mortes, correspondendo a pouco mais de um quarto do total (24,6%). Somando-se tal número com as investigações acerca de ferimentos, alcança-se o percentual de 79,8% dos crimes praticados, ressaltando que muitas das lesões produzidas, embora não levassem ao resultado fatal, derivavam de tentativas de homicídio.

Deste modo, as agressões com a finalidade de ferir ou matar constituíam a principal modalidade de delito praticado, desencadeando o acionamento dos meios institucionais de apuração e punição. Convém, então, examinar as principais causas geradoras da violência.

3.6.1.1 *“Mais cheio de cachaça do que de verdadeiro valor”: a violência associada à defesa da honra*

Vários estudos destacam, direta ou indiretamente, a disseminação da violência no universo colonial; muitos deles abordam, mesmo com outras finalidades, processos de natureza criminal. Stuart B. Schwartz (1979) enfatiza, com base nos documentos produzidos pela Relação da Bahia, a violência decorrente do costume de se andar armado, típico das sociedades de fronteira⁷⁷⁰.

Uma análise interessante é feita por Marco Antonio Silveira (1997). Segundo o autor, haveria uma lógica católica e patrimonialista pela qual o poder estava associado à capacidade de reunir as “fontes virtuosas de prestígio e respeito”. Deste modo, a preservação da honra assumia uma enorme importância, enquanto a vingança, neste contexto, seria um comportamento esperado e até considerado “virtuoso” como forma de reparação a alguma ofensa⁷⁷¹.

Alguns gestos rituais de respeito e deferência tinham, portanto, um significado mais amplo, cuja falta de observância poderia representar uma ofensa capaz de desencadear uma reação aparentemente desproporcional. Em 1788, foi instaurada uma devassa para apurar as

⁷⁷⁰ SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade**, op. cit., p. 121-2.

⁷⁷¹ SILVEIRA, Marco Antonio. **O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 143-8, passim. Embora tratando já do século XIX, Maria Helena P. T. Machado também evidencia os crimes associados à “noção de honra pessoal”, fato que já havia sido destacado de forma precursora por M. S. de Carvalho Franco, a qual aludiu a um “código do sertão”, compreendendo, além da honra, outros elementos, como a valentia, muito embora os dissocie dos valores prezados por esta sociedade. Cf., respectivamente: **Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)**. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 47-8 e **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 20-7.

circunstâncias em que a vítima foi golpeada no rosto com o cabo de uma espingarda, relatando uma das testemunhas que:

passando o dito queixoso Domingos Franco per junto aquele Joaquim Furtado e não lhe tirando o chapéu lhe perguntou o mesmo Joaquim Furtado se ele passava por pé de algum negro e daí se originaram as dúvidas e que ele testemunha vira o mesmo queixoso ferido na cara e mais não disse.⁷⁷²

Do conteúdo dos depoimentos das testemunhas é possível verificar que os contendores já vinham tendo desentendimentos anteriores, mas o ato desrespeitoso, certamente, foi o estopim capaz de desencadear o episódio, mostrando ainda ser o emprego da violência uma reação previsível diante de um ultraje mínimo que fosse.

A maioria das lesões sofridas pelas vítimas ocorria na região do rosto, circunstância que permitia a apuração por meio de devassa, pois revestia o crime de maior gravidade. Além da vontade de ferir, a agressão também tinha como objetivo causar humilhação, deixando uma marca na parte mais visível do corpo da pessoa, daí resultando a maior repulsa aos atos desta natureza.

A hierarquização dos indivíduos em razão do estatuto a que estavam submetidos conforme critérios étnicos e jurídicos também estava de certa forma interligada à honra e ao prestígio de cada um dos segmentos da sociedade colonial. O excerto anteriormente reproduzido indica que a ausência de deferência subverteu esta ordem, pois equipararia o sujeito ofendido a um “negro”, tornando intolerável a conduta perpetrada.

Em uma sociedade hierarquizada como a colonial, as distinções eram amplamente observadas. Mesmo na categoria de pessoas consideradas como livres, consignava-se a situação prévia de escravo por meio das expressões “forro” ou “liberto”, bem como a origem étnica, utilizando-se, nestes casos, as designações: “pardo”, “mulato” e “crioulo” para os descendentes de africanos e o termo “bastardo” para aqueles que tinham ascendência indígena, muito embora este último termo já não fosse tão enfaticamente utilizado nos autos cíveis em fins do século XVIII⁷⁷³.

Outro caso mostra de forma mais acentuada como os valores típicos desta sociedade dividida conforme a proximidade ao trabalho compulsório e o grupo étnico de origem eram

⁷⁷² D1232 – 1788 - CO 3720 ACA.

⁷⁷³ O termo “bastardo” era mais utilizado nos processos criminais, nos quais era exigida uma qualificação mais precisa do indivíduo conforme sua condição social. Segundo Stuart B. Schwartz, “os índios aculturados, os libertos e os mestiços livres eram definidos tanto pela cor quanto por categoria funcional ou estado tradicional. A cor conferia-lhes identidade como um grupo, embora fossem reconhecidas distinções. Desenvolveram-se no Brasil várias classificações, mutáveis de acordo com o tempo e o lugar. Na Bahia eram comuns as designações mulato, cabra (mestiço de índio e negro), pardo (mulato mais claro) e preto.”. Cf.: **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 213.

capazes de produzir episódios de violência, especialmente quando os limites, muitas vezes tênues entre cada categoria de indivíduos, eram ultrapassados. Cabe aqui uma observação para melhor apreender o significado com que se está empregando o termo valor, ou seja, não no sentido axiológico, mas em termos de padrões que a sociedade propõe nas relações tecidas em seu interior, em que a “pureza de sangue” figurava como importante critério de estratificação.

Durante uma festa de casamento, João Pires provocou uma confusão e acabou sendo preso por Antonio de Camargo Pimentel, cabo das ordenanças, ocasião em que foi socorrido por seu irmão Manoel Pires, colocando-se em “batalha” para libertá-lo. Neste momento, “chegou o mulato Salvador a rogar ao tal João Pires que se acomodasse”, respondendo João Pires que não recebia ordem de brancos, “quanto mais a ele mulato”. Seguiu-se, então, uma briga generalizada, na qual Salvador foi morto por Manoel Pires, enquanto este último ficou gravemente ferido⁷⁷⁴.

O “mulato” Salvador não estava sujeito à escravidão, o que, porém, não o alçava à condição reservada aos tidos como “brancos”, consoante se observou. Deste modo, exigia João Pires o respeito à posição de maior prestígio que julgava ostentar, fazendo com que repelisse o recebimento de “ordens” de alguém situado supostamente em patamar social inferior.

Uma das testemunhas narrou que João Pires, “por impropério”, havia chamado Salvador de “mulato”, fator que também denota uma maneira depreciativa de tratamento, motivando o ingresso dele na contenda, juntamente com outras pessoas que intercederam em seu favor⁷⁷⁵.

A vítima fatal, portanto, também defendia a necessidade de respeito a sua dignidade, ofendendo-se com as palavras que lhe foram dispensadas e com a desvalorização de sua iniciativa, entrando na briga acompanhada de outros da mesma posição social que com ela se solidarizaram.

Emerge ainda, da leitura do documento, que João Pires e seu irmão Manoel também não ostentavam a condição plena de prestígio, sendo considerados “bastardos”, ou seja, a situação já mencionada de descendência miscigenada indígena e “branca”. Mesmo assim, dentro da hierarquia vigente, os irmãos se viam como “superiores” ao “mulato” Salvador.

⁷⁷⁴ D2020 – 1794 - CO 3733 ACA.

⁷⁷⁵ A designação de alguém como “mulato” assumia frequentemente uma conotação pejorativa, associando-se a características negativas, como indolência, arrogância e desonestidade, enquanto o termo “pardo”, embora nomeasse o mesmo indivíduo, não era carregado do mesmo conteúdo desabonador. A natureza de tal distinção é mais complexa, conforme assinala Raimundo Agnelo Soares Pessoa, mas parece não haver dúvida acerca do caráter aviltante atrelado à condição de “mulato”. Cf.: **Gente sem sorte**: os Mulatos no Brasil Colonial. 2007. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007, p. 39-52.

Antonio de Camargo Pimentel, a autoridade militar presente, qualificou, em seu depoimento, os indivíduos que participaram da contenda como “mulatos ou bastardos”, reforçando a hierarquia subjacente à disputa e também o menosprezo pelas pessoas de “qualidade inferior”, como muitas vezes eram chamadas, não obstante parte delas, no caso os mulatos, tentarem auxiliá-lo a manter a prisão de João Pires.

O delito, portanto, foi tratado como um conflito entre “bastardos e mulatos” pelo agente com funções militares. Os indivíduos tidos como brancos, provavelmente o caso do representante da ordem referido, eram os mais ciosos de suas prerrogativas de “pureza de sangue”, não tolerando qualquer tipo de ofensa à sua condição, tida como superior; mesmo porque, respondê-la era a conduta esperada, enquanto a omissão podia ser interpretada como um sinal de fraqueza.

A resposta tinha de ser proporcionalmente mais gravosa que a ofensa, conforme emerge do depoimento de uma testemunha que presenciou um entrevero entre um indivíduo qualificado como “branco” e um “mulato”:

disse que sabe pelo ver dar Paulo Correia da Mota, mulato forro, um bofetão na cara de João Godói, homem branco da terra, e passado um pouco espaço dera este no dito Paulo, em seu desforro, com um pedaço de pau que logo houve quem da mão lho tirasse e investindo o Paulo para ele, lhe dera o dito João de Godói com uma faca a pontada (...) no rosto por cima da sobrancelha esquerda e que deitara bastante sangue.⁷⁷⁶

Deste modo, as barreiras decorrentes da hierarquização social faziam com que certos comportamentos não fossem tolerados. Os atos de violência se sustentavam, ou eram então justificados por algum “valor” que devia ser defendido pelo indivíduo ultrajado, principalmente a honra. No caso examinado, ao receber um ultraje considerado gravíssimo, consistente em levar uma “bofetada”, o “branco” João de Godói buscou desforra, produzindo um ferimento no rosto do “mulato forro” que anteriormente o agrediu.

Nem todos os delitos, porém, eram desencadeados pela necessidade de afirmação de posições e prestígio, havendo casos em que a violência extravasava por motivos menos justificáveis, não encontrando amparo nos padrões de comportamento então vigentes. Mas, ainda assim, as mesmas características desta sociedade das quais arrancavam os “valores” tão prezados pelos agentes envolvidos em crimes, acabavam por influenciar a ação dos oficiais da câmara e da própria justiça.

Nesse sentido, no curso de uma devassa, foi pronunciado Ignácio Correia pelos ferimentos causados em José de Oliveira. O réu negou a imputação, assinalando que foi Domingos da Cunha quem lesionara a vítima. Na contrariedade ao libelo, descreveu de forma

⁷⁷⁶ D877 – 1784 - CO 3714 ACA.

pormenorizada o ocorrido, afirmando que “ficou fora de si” em razão da bebida e, ao sair da venda na companhia do referido Domingos da Cunha, este último viu:

dois negros que estavam fazendo o jogo do pau e, supondo que era pendência, logo se meteu a decidir a questão, partindo contra os negros e, indo o réu a acomodar esta pendência, um dos negros lhe deu uma bordoadada que o lançou em terra e então é que o Réu desembainhou um chifarote que trazia na cinta para se defender dos negros, porém, logo o tornou de embainhar, porque o dito Domingos da Cunha, mais cheio de cachaça do que de verdadeiro valor, afrontava os ditos dois negros e outros que se ajuntavam.⁷⁷⁷

Apesar dos adversários da contenda serem escravos, o próprio réu reconhecia que não havia nenhum “valor” na conduta de seu companheiro, tampouco uma ofensa que justificasse a ação violenta. A causa do entrevero tinha sido tão somente o abuso da bebida e foi em decorrência do estado de embriaguez que o referido Manoel da Cunha investiu contra os dois “negros”.

Havia, portanto, certa noção de “valores” que tornava, em alguns casos, mais aceitável a violência. Todavia, mesmo a forte hierarquização e a vulnerabilidade da posição dos escravos não foram suficientes para justificar a ação do agressor no referido caso.

O exercício da justiça na seara criminal também era influenciado pelos valores típicos daquela sociedade, conforme se observa no próprio documento citado. Destarte, a conduta violenta de Domingos da Cunha em relação aos negros fez com que José de Oliveira recebesse ordem do Alferes Manoel Furquim de Almeida para pôr fim ao “alvoroço”, ocasião em que o “soldado do piquete” foi também lesionado, tendo “como resposta aquela ferida com total desprezo da pessoa do Capitão-mor desta Vila”⁷⁷⁸.

Os escravos também sofreram agressões no entrevero, mas foram, simplesmente, esquecidos pelo juízo ordinário, havendo auto de corpo de delito apenas em relação ao ferimento sofrido por José de Oliveira. Embora no libelo acusatório se fizesse menção a “outros ferimentos” causados aos “negros”, somente a “cutilada na testa” do soldado ensejou a instauração da devassa e livramento de um dos acusados.

Ao que parece, o crime maior consistiu no desafio à autoridade do capitão-mor por meio da agressão a um dos soldados das ordenanças, enquanto a integridade física dos escravos e os ferimentos por eles sofridos eram um fato secundário no âmbito do processo, de forma que não tiveram nem seus nomes citados, e foram referidos nos autos apenas como “negros”.

No curso dos autos de livramento desponta a indiferença do juízo em relação aos escravos quando ofendidos juntamente com alguém de “maior consideração”, propiciando um melhor entendimento do motivo pelo qual ser tratado por “negro” e “mulato”, ou aproximar

⁷⁷⁷ D2273– 1797- CO 3738 ACA.

⁷⁷⁸ D2273– 1797- CO 3738 ACA.

alguém de tais condições constituía uma ofensa tão grave. Soma-se, então, o enfoque dado ao prestígio pessoal do capitão-mor para evidenciar, por meio dos elementos citados, como a hierarquização e os valores desta sociedade também influíam na ação da justiça criminal.

Boa parte das devassas instauradas para investigar condutas violentas e que geraram ferimentos, ou morte, não declinava precisamente os motivos. Mencionava-se, constantemente, que entre agressor e vítima havia “pendências”, “dúvidas” ou “razões”, cujas causas podem ser presumidas por conta da qualificação social e dos casos similares aos até aqui tratados, nos quais foi possível divisar que as hierarquias sociais e seus limites eram afirmados por meio do uso da força.

As causas das “pendências” também podem ser inferidas pelo lugar e pelas circunstâncias em que os crimes eram praticados, reforçando a presunção, pois a necessidade de afirmação de prestígio ocorria frente à coletividade.

Na fala de várias testemunhas aparecem, com frequência, expressões indicando que os fatos que narravam eram conhecidos “por ouvir dizer” ou “por ser público e notório”, enfatizando a importância atribuída à comunidade no Brasil colonial. Segundo Donald Ramos (1995), “a opinião pública podia desempenhar um papel na esfera pública, não no tradicional sentido democrático de influir na promulgação de leis e restrições morais, mas no de modelar a sua implementação”. E mais: “a prática portuguesa permitia que isso acontecesse por encarar a opinião pública como uma fonte válida de verdade”. Deste modo, o que o autor chamou de opinião pública tanto servia para comprovar um crime, como para afirmar determinados valores que orientavam a atuação da justiça⁷⁷⁹.

As cerimônias regulares e festivas do catolicismo reuniam os moradores nas sedes das freguesias e das vilas ou nas paragens onde havia serviços religiosos. Então, era normal a frequência às vendas de molhados, constituindo ocasiões propícias para a eclosão destes conflitos, tendo a aguardente como fator estimulante e a defesa da honra como desígnio.

Em 1791, na venda de Felisberto Fernandes, o Capitão do Mato José Manoel dos Reis foi agredido com duas facadas na coxa e várias outras que lhe arranharam o corpo. Os agressores alegaram que encontraram a vítima embriagada, armada com um porrete, e que esta passou a desferir pancadas em José Pereira de Oliveira com a intenção de matá-lo. Vendo isso, o corréu Manoel Pereira de Oliveira apanhou uma faca no balcão da venda, que era usada para picar fumo e toucinho, investindo contra o agressor não para matá-lo, mas para “fugir dele”, o que

⁷⁷⁹ RAMOS, Donald. “A voz popular e a cultura no Brasil do século XVIII”. Trad. Maria Beatriz Nizza da Silva. In. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995, p. 39.

não foi “o bastante para ele se reprimir, pois então, como mulato furioso por causa da bebida acalentado, mais o perseguia”⁷⁸⁰.

Prosseguiu o réu José Pereira de Oliveira em sua defesa dizendo que agiu “oprimido por este malévolo homem”, se vendo “obrigado em sua natural defesa a dar-lhe duas facadas em uma coxa só a fim de o sujeitar e poder escapar dele”. Mais adiante, porém, admite que seu irmão, Manoel Pereira de Oliveira, fez ferimentos de faca na vítima quando ela já estava caída, mas ele, réu, evitou que seu irmão atingisse as partes vitais:

observando seu irmão arrebatado da cólera a que o tinha provocado o mesmo ferido receou que cego da paixão o matasse e, por isso, tanto que o viu cair no chão se pôs em cima dele, cobrindo-lhe o vão do corpo com as partes mais perigosas para aquele seu irmão não o ferir nestas arriscadas partes. Provará que depois que ele réu usou esta caridade com o ferido não foi ele mais ferido pelo réu Manoel Pereira de Oliveira.⁷⁸¹

Vislumbra-se que foram feitas feridas como forma de tortura, evidenciando que o réu, obviamente, não agiu por caridade, segurando a vítima para que seu irmão Manoel tivesse liberdade para marcá-la com cortes de faca, pois os ferimentos não penetrantes foram feitos na região do abdômen, contrariando a versão apresentada segundo a qual o “vão do corpo” estava sendo protegido.

A partir deste ponto da defesa é possível perceber, portanto, que, muito embora as razões da briga estivessem ocultas, a finalidade das agressões era causar humilhação, retorquindo, provavelmente, alguma ofensa prévia, devendo ser ainda realçado que por diversas vezes foi afirmada nos autos a condição de “mulato” da vítima.

Nas vendas e nos seus arredores misturavam-se “brancos, negros, cabras, mulatos e bastardos” e, após o uso contínuo e por vezes exagerado de bebida, as linhas divisórias que os separavam se tornavam cada vez menos nítidas, enquanto as sensibilidades aguçadas pelo álcool faziam com que as mínimas ofensas explodissem em conflitos armados.

No interior de uma sociedade cujos elementos simbólicos de poder e prestígio estavam concentrados, e na qual os indivíduos eram qualificados pela sua relação com o trabalho, associada ainda à cor, as tensões naturalmente existentes se exacerbavam nestas ocasiões de “ajuntamentos”. Quando se punha em prova o prestígio pessoal e “racial”, exigindo que cada pessoa afirmasse sua posição usando a força, se necessário.

No interior de estabelecimentos comerciais ocorreram dez agressões e, pelo menos, outras 15 devassas foram instauradas para a apuração de ferimentos em seus arredores ou nos arraiais das freguesias e vilas, tendo envolvido pessoas normalmente embriagados. Houve ainda

⁷⁸⁰ D2020 – 1794 - CO 3733 ACA.

⁷⁸¹ D2020 – 1794 - CO 3733 ACA.

ferimentos e mortes nos caminhos próximos, fruto de emboscadas, parte delas certamente associada a vinganças por desfeitas ocorridas nas circunstâncias anteriormente descritas⁷⁸².

Muitas devassas indicam que os crimes ocorreram próximo às capelas dos bairros por ocasiões das comemorações que se seguiam às cerimônias religiosas ou em “funções”, folguedos e “ajuntamentos” ocorridos em sítios⁷⁸³.

Deste modo, as festas ocorridas fora dos arraiais, principalmente de casamentos, em que se reuniam um número considerável de pessoas, tinham potencial semelhante ao das vendas para o surgimento de episódios de violência, também associados ao uso de abusivo álcool e às ofensas à honra.

3.6.1.2 *Desobediência e submissão: a violência na unidade familiar*

No interior dos sítios e em locais mais remotos emergiam outras causas de conflitos mais relacionadas às paixões próprias dos relacionamentos conjugais e familiares. Na mesma cadeia de violência doméstica inseriam-se os escravos, ora como vítimas e agressores nas suas próprias uniões, ora agindo a mando nas disputas familiares de seus senhores.

Uma devassa do ano de 1787 narra que Rosa do Prado, “mulher bastarda”, foi agredida por seu marido José Joaquim Leme. Os motivos não foram revelados, mas os ferimentos sofridos foram extremamente graves e a ação só não resultou na morte da vítima porque a própria irmã do réu intercedeu em favor da cunhada, chegando a ser também lesionada⁷⁸⁴.

Em outra ocasião, Ignácio Bueno de Fontes recebeu três facadas de seu primo, o qual tinha uma “amizade ilícita” com a esposa da vítima. Os ferimentos foram feitos próximo ao coração, mas não o perfuraram, de modo que foi possível apontar o autor da conduta delituosa. O agressor e a esposa da vítima, quando descobriram que ela sobrevivera à tentativa de homicídio, fugiram juntos, conforme relato das testemunhas⁷⁸⁵.

Houve um caso ainda mais violento, no qual Ignácio Pedroso foi golpeado várias vezes na cabeça. Um dos ferimentos lhe “abriu o casco” e “prognosticava ao ferido a morte”. A vítima, por estar moribunda, ou devido à escuridão, provavelmente não conseguiu apontar quem praticara a ação delituosa, mas a devassa que se seguiu identificou a esposa como responsável

⁷⁸² Ver: D2035 – 1794 - CO 3733ACA e D1758 – 1791 - CO 3726 ACA, entre outros.

⁷⁸³ As expressões citadas entre aspas foram colhidas nos próprios documentos e todas correspondiam a reuniões de caráter festivo ocorridas nos sítios. Ver: D1230 – 1787 - CO3719 ACA, D1370 – 1788 - CO 3721ACA, D2004 – 1794 - CO 3732 ACA e D1792 –1791- CO 3727 ACA, entre outros.

⁷⁸⁴ D1181–1787 - CO3719 ACA.

⁷⁸⁵ D1371 – 1788 - CO 3721 ACA.

pelo crime, pois as agressões ocorreram no interior da casa, enquanto a vítima dormia. A suspeita acerca da autoria e a sua causa foram reveladas no depoimento de uma testemunha da seguinte forma:

que o motivo desta suposição consistia em o ferido ser um pobre velho sem ter inimigos e que casando-se o ferido com a referida havia quatro anos mais ou menos não havia paz entre eles pelo motivo dela ter usado mal de si no tempo deste casório com outros homens e que por isso o marido a trazia aperreada e a castigava por aquele defeito, o que sabia por ser vizinho e o referido ser público naquele bairro.⁷⁸⁶

Observa-se, pelos exemplos citados, a violência no contexto das relações conjugais, parecendo normal que o marido castigasse sua mulher e a mantivesse “aperreada”. Ainda conforme o relato das testemunhas, a esposa estava “desgostosa” e a violência empregada pela ré foi uma resposta encontrada em face da maneira como era seviciada pelo marido.

O pai exercia um grande controle sobre a unidade doméstica. Muitas vezes, era autorizado, pela legislação, a castigar o cônjuge, os filhos e os escravos, desde que moderadamente, mas os limites do que fosse razoável em termos de punição não eram bem definidos e os abusos certamente eram constantes⁷⁸⁷. Na falta do pai, a própria mãe podia reunir na sua pessoa os mesmos atributos do chefe do fogo, mas a figura paterna deveria estar ausente ou morta, emprestando, simbolicamente, seu poder à esposa ou viúva.

Parte do que hoje corresponde ao direito de família estava a cargo do juízo eclesiástico e, também neste ramo da justiça, era reconhecido ao pai e marido a possibilidade de castigar a esposa e, naturalmente, os filhos, o que constituía um “poder despoticamente exercido sob o império da lei”, conforme anota Alzira Lobo de Arruda Campos (2003) ao examinar a documentação do Arquivo da Cúria Metropolitana⁷⁸⁸.

A mesma autora realça que não obstante a desconfiança social frente à liderança feminina, a autoridade do chefe do fogo se estendia à mulher, na falta do cônjuge ou companheiro, fazendo alusão a um ditado popular da época: “governa Maria em casa vazia”, o qual bem reflete esta atitude⁷⁸⁹.

Um dos casos mais interessantes analisados envolve a viúva Rosa Maria de Oliveira, acusada de ter matado sua filha. Quem denunciou o crime ensejando a instauração da devassa que resultou na prisão da ré foi seu genro, Luciano Gonçalves Cardoso, o qual, porém, não promoveu a acusação, ficando a cargo do tabelião o oferecimento do libelo a seguir reproduzido:

⁷⁸⁶ D1824 –1792- CO 3728 ACA.

⁷⁸⁷ Nas Ordenações Livro V, Título XXXVI, primeiro parágrafo, parte final, consta a isenção de penalização a quem “castigar criado, ou discípulo, ou sua mulher, ou seu filho, ou seu escravo”.

⁷⁸⁸ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e Família em São Paulo colonial**, op. cit., p. 402.

⁷⁸⁹ Ibidem, p. 406.

Por via de libelo crime diz a Justiça Autora a falta de parte contra a ré presa Rosa Maria de Oliveira por esta e pela melhor via de direito o seguinte. E sendo necessário.

Provará que sendo proibido pelas leis Divinas e humanas que nenhuma pessoa ofenda fira nem mate a seu próximo e menos concorra para isso com conselho ajuda ou favor, a ré presa Rosa Maria de Oliveira fez pelo contrário.

Provará ser a dita ré de mau gênio, absoluta e não ter temor nenhum de Deus e menos as justiças, sendo moradora no seu sítio denominado Bairro da Estrada, termo da Freguesia de Nazareth, desta vila, tendo em sua companhia a sua filha Rosa Maria, casada com Luciano Gonçalves Cardoso, de caso pensado e de seu moto próprio, sem a dita sua filha a ofender em cousa alguma, mandou pegar nela por uma sua escrava fulana, depois de várias razões que com ela teve, e lhe derramou uma panela de aguardente pelo corpo e depois mandando meter fogo com um facho pela dita sua escrava e ai pegou fogo na dita sua filha em termos que se queimou da cintura para baixo, caindo-lhe a carne aos pedaços e parecendo-lhe em parte os ossos, de cujas feridas veio a morrer.

Provará que a referida morte aconteceu em um dia de domingo, trinta e um de outubro do presente ano, e por serem as feridas tais que se lhe não pode dar remédio e como foi declarado faleceu a dita Rosa Maria filha da ré e por ser público este acontecimento e tão abominável, se procedeu à devassa em dezoito de dezembro do presente ano, que jurando várias testemunhas a verdade ficou a ré obrigada a prisão e livramento, em cujos termos provará que conforme os de direito e na forma dos referidos deve a ré ser castigada com todas as penas cíveis e crimes, até de morte natural, inclusive por atroz de tudo, e assim ficar a Justiça e a República satisfeita e haver emenda no mais por ser de todo o referido.⁷⁹⁰

Após o oferecimento do libelo, a mãe se tornou ré nos autos de livramento, oferecendo contrariedade. Ela negou a prática do crime, afirmando que as queimaduras decorreram de um acidente, narrando que na data dos fatos sua filha estava “destilando aguardente de milho a pedido da própria ré, que lhe queria comprar alguma para um índio Antonio da Silva”. A vítima estava com uma botija de aguardente na mão e ela se quebrou, molhando a saia. Depois, saiu com a saia pegando fogo e foi acudida por uma escrava da ré, que extinguiu as chamas.

Na mesma peça defensiva, fez o procurador constar um suposto diálogo entre a ré e sua filha, no qual a vítima teria declarando que sua mãe:

desacordada, caíra ao pé do fogo onde estava destilando e com um facho que trazia na mão pegara fogo naquele espírito que tinha derramado no seu corpo e [a] saia incendiou e ficou queimada pelas coxas e pernas, sem que a ré a pudesse se valer, porque estava desacordada e sem sentido, talvez ocasionado do espírito da dita aguardente quando se derramou e por ser a ré mulher velha e debilitada.⁷⁹¹

Em outro artigo, repetiu que a ré estava inconsciente, mas ressaltou que não estava bêbada, concluindo que a vítima pôs fogo, acidentalmente, em sua própria roupa. Afirmou ainda que a mãe cuidou das queimaduras de sua filha, as quais já estavam “encarnadas” e que a causa da morte foi outra, um leicença no ombro da vítima que “gangrenou”.

Negou ainda que a ré tivesse, anteriormente, provocado as queimaduras e causado a morte de uma escrava em circunstâncias similares, acusação feita pelas testemunhas ouvidas no curso da devassa. Sobre este fato bastante grave, afirmou que a cativa era doente de “gota coral”

⁷⁹⁰ D154 – 1773 - CO 3700 ACA.

⁷⁹¹ Idem.

e que, algumas vezes, caiu na cozinha onde dormia se queimando, tendo enlouquecido e morrido, “sem que a ré tivesse concorrido ou dado causa”.

Verifica-se, portanto, que a ré era dependente de álcool e, apesar do esforço em dizer que estava sóbria na ocasião, até as testemunhas de defesa confirmaram que ela fazia uso constante de bebida. Deste modo, certamente, houve um entrevero pela negativa da filha em fornecer a aguardente.

Houve ainda, segundo a acusação e as testemunhas da devassa, a participação direta de uma escrava, que também foi presa juntamente com a ré por tê-la auxiliado, ateando fogo na saída da vítima a mando de sua senhora.

Além da bebida, portanto, outras causas associadas foram reveladas no curso do livramento, especialmente o desentendimento entre a viúva e seu genro, marido da vítima. Também constou a participação de uma cativa no conflito. O que, porém, deve ser enfatizado é a violência empregada no âmbito doméstico pela ré, chefe do fogo, contra sua filha e possivelmente contra uma escrava da casa.

A suspeita sobre a morte ocorrida anteriormente não se dissipara e, se a cativa não foi, efetivamente, assassinada, então “enlouqueceu” em razão da negligência da ré quanto ao estado de saúde dela, o que igualmente milita em desfavor de seu argumento de que cuidou das feridas de sua filha.

A defesa apresentada, portanto, não parece muito convincente, pois aponta como responsável pelas queimaduras o “espírito da bebida” e como causa da morte um leicença⁷⁹², doença aparentemente incapaz de produzir, por si só, o resultado fatal.

Ressalte-se novamente que foi o genro da ré, marido da vítima, quem noticiou o crime. A defesa procurou então desacreditá-lo, pondo em dúvida sua idoneidade por conta de supostas disputas de terras no âmbito familiar. Entretanto, ele não estava só na acusação. Sua versão foi sustentada pelas testemunhas ouvidas na devassa e por uma cunhada, também filha da ré, que confirmou os fatos descritos no libelo.

Deste modo, observa-se a fragilidade da versão exposta na contrariedade ao libelo. Por outro lado, a imputação da culpa por familiares próximos e os depoimentos colhidos na devassa constituíam fortes elementos capazes de demonstrar que a morte não foi acidental e que decorreu das queimaduras. Isto sem mencionar que pesava contra a ré a suspeita da prática de semelhante conduta contra uma escrava, fato que, provavelmente, nem foi apurado. Do contrário, teria sido feita referência à impronúncia ou absolvição.

⁷⁹² Furúnculo.

Ao final, a despeito de todos os elementos recolhidos do processo, inclusive parte das provas produzidas pela defesa, convergirem para a condenação, a ré e sua escrava foram absolvidas. Além de pesar a manifestação ofertada por um procurador letrado, o genro que fez a denúncia se retratou, dizendo que depois de “bem informado” descobriu que se tratou de um acidente e não de um crime.

Já a filha que sustentava a acusação foi presa a requerimento da mãe, instaurando o juízo ordinário uma devassa para apurar a sua “desobediência”. Assim, mesmo acusada de matar uma de suas filhas, a autoridade da ré, mais precisamente enquanto exercendo a chefia da unidade doméstica, não admitia qualquer tipo de desafio. O dever moral de relatar a prática de um delito não servia de escusa, nem permitia que a filha contrariasse os interesses a que estava submetida em razão do pátrio poder⁷⁹³.

Constituindo uma prova da culpabilidade da ré, o depoimento de sua filha foi suprimido, formalmente, por meio da devassa instaurada, na qual foi ela presa e obrigada a se sujeitar à mãe. Em tal ocasião, foi lavrado um termo de “perdão e obediência”, obrigando a filha a se retratar das “mentiras” que dissera contra a mãe e, somente após a lavratura do documento lhe foi concedida a liberdade.

O juízo, portanto, prestigiou a autoridade daquela que exercia a chefia do fogo, independentemente da conduta perpetrada e da forma abusiva com que vinha sendo utilizada, conferindo à matriarca da família um poder praticamente absoluto sobre os membros da casa. Note-se que mesmo a condição inferiorizada da mulher frente ao marido não diminuía significativamente o mando sobre a unidade doméstica na falta da figura masculina.

O pátrio poder exercido pelo chefe do fogo, independentemente do sexo, tinha pleno respaldo do juízo ordinário, o que permitia a imposição de castigos na esfera doméstica, conforme previsto na própria legislação. No caso do marido, o alcance da autoridade era ainda mais amplo, estendendo-se à esposa, que devia, tal como os filhos, se sujeitar à sua autoridade.

Depreende-se dos documentos examinados a tolerância ao emprego desmedido da violência pelo chefe do fogo. Verificou-se ainda um efetivo reforço à autoridade parental ao ser efetuada a prisão da filha por “desobediência”, colaborando o juízo ordinário ativamente para a desconstrução da acusação contra a ré e sua consequente absolvição.

O poder de mando, além de respaldado pela câmara em sua vertente de atuação judicial, podia, eventualmente, ter seu alcance estendido, atribuindo-se ao chefe do fogo uma função

⁷⁹³ D184–1774- CO 3701 ACA.

própria do juízo ordinário, pois em uma devassa o juiz deixou de pronunciar uma homicida, mesmo tendo sido comprovada cabalmente a responsabilidade dela pela prática do crime.

Com efeito, foi instaurada uma devassa em razão da morte de Maria da Silva e dos ferimentos causados a Rita Cunha, sua filha. As vítimas foram golpeadas com a pederneira de uma espingarda. O marido da vítima fatal surpreendeu a agressora, Maria da Cunha Prado, durante a execução do crime, “dizendo-lhe a dita delinquente louca que tinha mandado sua mulher para o cão e que estava também para fazer o mesmo com sua filha”. Na ocasião, a ré já tinha se apoderado de roupas, dinheiro e uma pequena quantidade de açúcar, inclusive vestia uma camisa de linho e usava um galão de ouro, ambos da vítima.

As testemunhas ouvidas indicavam a intenção de matar para se apoderar dos bens possuídos pelas vítimas e, de forma vaga, disseram que a agressora era louca. A ré foi posta aos cuidados de seu marido, implicitamente, para que ele a disciplinasse. Note-se que a loucura não isentava o criminoso de pena, inexistindo um regramento específico nas Ordenações a este respeito, ficando a cargo do juiz resolver a questão. Em situações semelhantes, como no caso de crimes praticados por crianças, facultava-se a aplicação de punições mais brandas, conforme o arbítrio do julgador⁷⁹⁴.

Apesar da transposição da unidade doméstica, visto que a violência não estava, diretamente, relacionada ao convívio familiar, o juízo abdicou da possibilidade de prender a ré supostamente acometida de loucura para confiá-la ao marido, incumbindo-o de cuidar dela.

A decisão de atribuir ao chefe do fogo a responsabilidade de manter sua esposa sob controle foi perfeitamente coerente com o pensamento em voga, tanto que em outra ocasião, estando o marido ausente, os genitores de uma mulher envolvida em adultério foram processados por conta de uma suposta omissão, entendendo-se que lhes cumpria cuidar de sua filha.

Extraí-se do referido processo que cabia ao esposo e, na sua falta, a quem o substituísse, castigar a mulher ainda sujeita ao poder marital, havendo na defesa um esforço em demonstrar o uso da força como meio corretivo:

Provará que o réu com paternas palavras pretendeu reduzir a dita sua filha para a sujeição e recolhimento com que se devia guardar, cuja diligência foi infrutífera e não usou de outra forma, porque é homem tímido e frouxo, que não sabe nem obrigar para o trabalho seus escravos e vive em uma total penúria e miséria. Provará que a ré, vendo que sua filha dita se ia demasiado e desconfiando que ela poderia usar mal de si, logo a repreendeu e castigou violentamente, amansando-lhe o fogo com um pau, ficando com muita pisadura, motivo pelo qual lhe fugiu de casa e se foi valer da casa da Dona Helena de Moraes. Provará que depois deste castigo nunca mais a dita Gertrudes de Oliveira procurou a casa deles réus para nela residir, e se pôs de moradas nesta vila, indo dela para Cidade de São Paulo onde

⁷⁹⁴ Ordenações, Livro V, Título CXXXV.

também tinha bastantes moradas e neste tempo é que viveu escandalosamente e não procurou mais a casa dos réus senão casualmente por visitas.⁷⁹⁵

Ausente o marido, exigia-se do sogro o exercício do controle sobre sua filha, mas, sendo ele “homem frouxo”, a sogra assumiu a chefia familiar, cumprindo o “dever” de castigar sua filha. Assim, implicitamente, a falta efetiva de emprego da violência física pela figura masculina constituía, no caso, a conduta inaceitável, o que mostra não apenas o poder de impor disciplina, mas a necessidade de fazê-lo. Ademais, as “paternas palavras” empregadas com a finalidade de “sujeitar” a filha adúltera estavam muito aquém daquilo que se esperava de um genitor, conforme emerge da análise do documento.

A situação de sujeição dos escravos era ainda pior, tendo o chefe do fogo um poder que, muito embora limitado na legislação, assumia, por vezes, um caráter absoluto. No curso de uma devassa, suspeitava-se que o autor de um homicídio era um escravo do Capitão Jacinto Rodrigues. Constou, porém, no mesmo documento, que levado o escravo suspeito ao seu senhor, este “não o quis em casa”. Em seguida, o escravo foi remetido amarrado ao juiz e “chegando na ponte do Rio Atibaia se atirara o mesmo negro na água e dele se não ouvira mais”⁷⁹⁶.

Embora a ordem não tenha sido explicitada nos autos, restou evidente que o próprio dono do cativo ou seu sogro mandou dar cabo dele, considerando que os condutores também escravos não teriam tal iniciativa se não houvesse determinação expressa nesse sentido.

A atitude tomada em relação ao escravo suspeito de praticar o homicídio simplesmente foi ignorada e o cativo, supostamente desaparecido nas águas do rio, acabou pronunciado, determinando-se sua prisão, não obstante a elevada probabilidade da morte do mesmo escravo, e desta ter ocorrido como punição aplicada diretamente pelo seu senhor.

No interior da unidade doméstica, portanto, o chefe do fogo reunia na sua pessoa os mesmos poderes gerais atribuídos ao juízo ordinário. A câmara figurava, em certa medida, como uma autoridade concorrente no campo da disciplina, evitando ao máximo interferir nos assuntos domésticos.

Deste modo, além de reconhecer a legitimidade do poder familiar, marital e senhorial, o juízo ordinário confiava nele para exercer, ao menos em parte, uma função disciplinar que em tese lhe caberia, atribuindo ao senhor, pai ou chefe da família o poder de punir quem cometesse condutas tidas como desviantes, algumas vezes até as praticadas fora do ambiente doméstico.

⁷⁹⁵ D1307 – 1788 - CO 3720 ACA.

⁷⁹⁶ D1446 – 1789 - CO 3722 ACA.

Enfatizou-se, por meio de casos exemplares, como era valorizada a autoridade exercida pelo chefe do fogo. Cumpre ainda destacar que, muitas vezes, pela idade avançada do pai ou mesmo pela sua própria personalidade, como em um dos autos de livramento citados, a chefia do fogo era assumida por outro membro mais ativo da família, o que, porém, não alterava a atitude frente ao poder de mando, transferindo-se a proteção institucional para a figura que, efetivamente, o exercia.

Nem toda a violência praticada contra aqueles que estavam sujeitos à autoridade do chefe do fogo ficava completamente impune. O juízo ordinário, eventualmente, intercedia em favor dos escravos castigados de forma excessiva. Entretanto, parece que isto somente ocorria em casos extremos e, ainda assim, buscava-se preservar ao máximo o poder de mando.

O comerciante Serafim Delgado enrolava varas de fumo, mandando chamar seu escravo para auxiliá-lo. Diante da demora, o senhor começou a castigá-lo, golpeando-o com as varas que utilizava em seu trabalho. O cativo se opôs à violência, exibindo uma faca, mas sem agredir seu senhor. Quando começou a se retirar do local, o “negro” Francisco foi atingido na região da orelha e do ombro por um disparo de espingarda efetuado pelo filho de Serafim, que “acudiu” o pai durante a “pendência”⁷⁹⁷.

A dispersão dos bagos de chumbo certamente salvou a vida do “negro” Francisco, mas, ao final da devassa, tanto ele como José Delgado, filho de Serafim, foram pronunciados, determinando-se a prisão de ambos. Deste modo, o excesso cometido contra o cativo ensejou a prisão do filho do senhor, enquanto a rebeldia e insubmissão à autoridade do chefe do fogo igualmente resultou em encarceramento do escravo.

Embora não seja tão visível na documentação da vila de Atibaia, havia, possivelmente, a atuação do juízo ordinário contra pais que feriram filhos, tal como contra os senhores que puniam, excessivamente, seus escravos⁷⁹⁸. Ressalte-se que os castigos imoderados infligidos às esposas pelos maridos, assim como outras condutas em face da mulher, eram também analisados na esfera religiosa, gerando processos no juízo eclesiástico que podiam resultar na separação do casal.

Desafiar o poder marital recorrendo ao juízo eclesiástico não era uma tarefa fácil. Eliana Maria Rea Goldschmidt (1998) relata que a violência contra a mulher aumentava na medida em que ela se dispunha a opor-se ao esposo. A autora, usando como exemplo um processo do juízo

⁷⁹⁷ D1370 – 1788 - CO 3721 ACA.

⁷⁹⁸ Houve alguns casos de violência entre pessoas que habitavam a mesma unidade doméstica, cujos motivos não foram precisamente determinados nos documentos, podendo estar relacionados a ciúmes, adultério e outras paixões que envolvem as relações conjugais e familiares, hipóteses em que o juízo ordinário intercedeu contra os excessos eventualmente cometidos pelos chefes dos fogos.

eclesiástico oriundo da Vila de Atibaia, afirmou que o marido, ao saber da intenção de sua consorte de se confessar ao vigário e relatar a conduta adúlterina dele, ameaçou-a, dizendo que “lhe havia de quebrar a cabeça”, acrescentando que receberia com “tiros e chumbadas” quem tentasse impedi-lo.⁷⁹⁹

Deste modo, para que pudesse acessar a justiça clerical, normalmente era necessário o respaldo de algum familiar que pudesse proteger a vítima da esperada reação violenta do marido, recebendo a mulher intimidada “em depósito”, visto que ela deveria, segundo o direito canônico, ter quem a tutelasse, pois era considerada incapaz de exercer plenamente seus direitos. Embora houvesse exceções à regra impeditiva do ingresso autônomo, a esposa, dificilmente, poderia alcançar a separação por meio do juízo eclesiástico sem a atuação de um agente facilitador.

A debilidade do juízo ordinário na defesa dos sujeitos à autoridade do chefe do fogo e os constantes abusos praticados geravam, naturalmente, reações, constituindo também uma fonte de violência. Um destes episódios de rebeldia já foi mencionado, tratando-se da ocasião em que a esposa tentou matar o marido por não suportar mais viver “aperreada”, insurgindo-se, conseqüentemente, contra o poder marital.

Podem ser citados ainda outros exemplos, como o do filho que ao ser castigado esfaqueou seu pai, matando-o⁸⁰⁰. Há também o caso de um escravo que, durante o trabalho no campo, brigou com outro cativo, ocasião em que foi imediatamente açoitado pelo filho do seu senhor. O escravo então se revoltou contra a correção aplicada, desferindo um golpe de foice na cabeça do filho do seu dono, causando-lhe a morte⁸⁰¹.

O poder de mando exercido pelo pai, marido ou senhor oprimia aqueles que estavam sujeitos à sua autoridade, independentemente da posição social ocupada. Deste modo, na falta de uma resposta efetiva do juízo ordinário ou eclesiástico, recorria-se à violência como resposta à violência, fórmula que, normalmente, aumentava ainda mais o sofrimento dos membros da família.

O resultado extremo deste ciclo de violência pode ser medido por meio de uma devassa instaurada para investigar a morte de quatro pessoas da mesma família. Apurou-se que elas foram envenenadas, acidentalmente, durante um almoço. Segundo uma testemunha ouvida, a esposa colocou “solimão” em uma panela de farinha com a finalidade de matar seu marido.

⁷⁹⁹ GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. **Convivendo com o pecado na Sociedade Colonial Paulista (1729-1822)**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 146-7.

⁸⁰⁰ D1782 – 1791- CO 3727 ACA.

⁸⁰¹ D1981 – 1796 - CO 3731 ACA.

Entretanto, sem que a ré percebesse, uma agregada que ajudava a preparar a refeição utilizou o alimento contaminado, misturando-o a um cozido de peixe, o que produziu o resultado fatal em outros membros da casa. O marido, alvo da ação homicida, não estava na ocasião em que foi servido o prato com veneno, safando-se⁸⁰².

No documento não consta o motivo pelo qual a esposa tentou envenenar seu marido, mas há uma elevada probabilidade da causa decorrer da violência com que ela era tratada. O crime, um dos acontecimentos mais trágicos observados na documentação e que levou ao maior número de mortes, ocorreu justamente no seio da mais poderosa família da região, pois a ré era esposa de Antônio da Siqueira Franco, filho do primeiro capitão-mor de Atibaia, Lucas de Siqueira Franco, bem como irmão e sócio do segundo capitão-mor, Francisco da Silveira Franco.

A ré foi pronunciada e sua prisão foi decretada, não havendo notícia do seu cumprimento, mas, possivelmente, o livramento crime ocorreu no juízo da Ouvidoria, o qual era responsável pelo julgamento dos casos mais graves, especialmente os homicídios consumados.

Verifica-se, assim, como o exercício da chefia do fogo estava muitas vezes ligado à violência. Observou-se, ainda, a forma pela qual o juízo ordinário atuava no sentido de preservar a autoridade atribuída ao senhor, pai e marido.

Além do exercício arbitrário do poder marital e paternal, havia outras causas que levaram a conflitos, dos quais resultavam lesões e mortes, estando ainda ligadas às circunstâncias familiares e conjugais. Nesse sentido, podem ser citados como motivos: a violação da castidade, o descumprimento de promessas de casamento, adultério, bem como as mais variadas desavenças surgidas entre os membros da casa⁸⁰³.

3.6.1.3 A violência difusa

Uma das principais causas geradoras de ferimentos e mortes estava associada aos valores típicos da sociedade colonial, especialmente no que diz respeito à defesa da honra. Há, ainda, grande espaço para os chamados crimes passionais, relacionados aos desentendimentos que ocorriam em razão das relações conjugais e familiares.

⁸⁰² D1546–1790- CO 3724 ACA.

⁸⁰³ D1142 – 1787 - CO3718 ACA, D1239 –1788- CO 3720 ACA, D1687 – 1795 - CO 3725 ACA, D1883 – 1792 - CO 3729 ACA, D2021 – 1794 - CO 3733ACA,D2167–1796- CO 3737ACA, D2204– 1797- CO 3737 ACA,D2235– 1797- CO 3737 ACA,D2245– 1797- CO 3738ACA e D1792 –1791- CO 3727 ACA.

Os conflitos vicinais e outras causas de violência ligadas ao controle da terra também se faziam presentes. Verificou-se ainda o uso da força para a cobrança de créditos e para a subtração de bens. Neste último caso, o latrocínio, ou seja, a prática do homicídio para se apoderar dos bens da vítima representa a modalidade de delito patrimonial mais grave observada.

José de Sousa Dias, descrito como “homem branco, natural da Ilha de São Jorge, Bispado da Ilha Terceira, de idade de trinta e seis anos, estatura ordinária, rosto comprido, barba cerrada, que pinta de branco, olhos azuis, sobrancelhas delgadas, cabelo amarrado, que também pinta de branco”, tinha autorização do Capitão General para mascatear e seguia para as Minas Gerais, hospedando-se de passagem na casa de um sitiante. Durante a noite, o anfitrião e dois “primos-irmãos”, com a finalidade de subtrair as mercadorias que o comerciante trazia, o golpearam na cabeça com uma foice, desferindo também facadas na região do pescoço, causando-lhe a morte. Os agentes recolheram os bens da vítima e venderam parte deles antes de serem presos⁸⁰⁴.

Duas mortes foram motivadas por dívidas. Em uma delas, o réu preso disse, em sua defesa, que não era o responsável pela conduta criminosa, apontando o “camarada”⁸⁰⁵ da vítima como autor do homicídio, tendo como finalidade se apoderar do dinheiro e dos pertences do morto, supostamente para o pagamento de uma dívida⁸⁰⁶.

A morte foi tida, inicialmente, como sendo um latrocínio, mas o teor do interrogatório revestiu o crime de motivação patrimonial diversa, tanto que o suspeito preso relatou que o verdadeiro agressor “pegando um porrete entrara a dar porretadas no defunto e este se levantava pedindo que não o matasse pelo amor de Deus que em Santana lhe pagaria o que lhe devia”. Na sequência da conduta delituosa, queimou-se o corpo da vítima, assim como os “trastes” que não foram levados pelo agressor, constituindo uma tentativa frustrada de acobertar o crime⁸⁰⁷.

No caso, a vítima, o suspeito preso e o indivíduo apontado como autor do crime estavam apenas de passagem, vindos de “Coritiba” e seguindo para as Minas Gerais, tratando-se de tropeiros conduzindo cargas. Motivação semelhante foi observada na Vila de Atibaia, mais precisamente na freguesia de Nazareth, onde foi instaurada uma devassa para apurar a morte de Ignácio de Godói. A causa do crime foi o inadimplemento de uma dívida. Além de baterem na vítima com um porrete, esmagando-lhe o crânio, os agentes deceparam o membro superior, na

⁸⁰⁴ D1998 – 1794 - CO 3732 ACA.

⁸⁰⁵ Camarada era a designação do indivíduo que auxiliava na condução de tropas.

⁸⁰⁶ D592 – 1781 - CO 3709 ACA.

⁸⁰⁷ D592 – 1781 - CO 3709 ACA.

altura do antebraço, da esposa do devedor e de uma agregada da casa. Eles ainda espancaram o filho e genro da vítima, “maltratando-os bastante”. Uma testemunha chegou a relatar que os réus já tinham matado dois outros devedores em circunstâncias parecidas⁸⁰⁸.

Embora fossem poucos os casos de agressões relacionados a questões patrimoniais, a maneira cruel com que as vítimas foram mortas ou torturadas chama a atenção, realçando como a violência permeava a sociedade colonial em diversos níveis, reproduzindo o que ocorria também nas relações domésticas anteriormente observadas.

Uma constatação que merece destaque foi a ausência de registro do uso de violência ou de intimidação de forma corriqueira para a prática de subtração de bens, tanto que nas devassas instauradas para a apuração de ferimentos não foi verificada nenhuma agressão perpetrada com a finalidade direta de roubar os pertences das vítimas. Isto não aponta, necessariamente, para a inexistência de uma criminalidade desta natureza, mesmo porque houve casos de furtos, nos quais a subtração de bens ocorria sem o uso da força ou de agressões.

Apenas os casos da morte do comerciante português e da mulher “louca”, que assassinou sua vizinha, foram relacionados, diretamente, à subtração dos bens das vítimas, aos quais devem ser somadas as duas ocorrências de homicídio relacionadas à ausência de pagamento de débitos, completando, assim, o quadro de mortes por motivação patrimonial.

Duas devassas instauradas para a investigação de ferimentos relataram o conflito gerado pela cobrança de dívidas. Mesmo assim, não houve o emprego da violência contra os devedores para reaver o que era devido, e sim em decorrência da forma com que o credor quis satisfazer seu crédito, ou exigiu o pagamento.

O credor, Ignácio da Fonseca, foi agredido por seus devedores em razão de ter solicitado, insistentemente, o pagamento do que lhe deviam⁸⁰⁹. Na outra devassa constou que o credor mandou um escravo receber o valor correspondente a uma dívida e, não encontrando o devedor, o cativo encarregado da cobrança se apoderou de um machado como forma de satisfação do débito. O réu, furioso, armou-se de espada, faca e espingarda e foi recuperar seu machado com o credor, ocasião em que houve um entrevero permeado de agressões, culminando com a prisão do devedor juntamente com um escravo do credor, que participou da contenda em defesa de seu senhor⁸¹⁰.

Transparece, portanto, a revolta do réu com a conduta do seu credor, consistente em ter, por meio de seu escravo, se apoderado de um bem que lhe pertencia de forma arbitrária. Note-

⁸⁰⁸ D470 – 1781 - CO 3708 ACA.

⁸⁰⁹ D1608 – 1790 - CO 3724ACA.

⁸¹⁰ D2007 – 1794 - CO 3732 ACA.

se que, ao relatar os fatos nos autos de livramento crime, o réu admitiu dever a quantia de seis patacas ao credor, afirmando que, quando intentou recuperar seu machado, levava parte do pagamento da dívida, momento em que, sem provocação alguma, foi agredido, colocando-se como vítima da situação. Por outro lado, embora agindo em legítima defesa de terceiro, o escravo do credor foi preso, o que mostra, de certa forma, uma reprovação à atitude do seu senhor.

Um único conflito vicinal, decorrente da destruição de roças por animais, resultou em agressão. Na devassa, apurou-se que a vítima e o réu eram cunhados, bem como que uma ofensa proferida acabou desencadeando o embate. Segundo a prova testemunhal, a vítima “se virara para o cunhado José Rodrigues dizendo que era tão desavergonhado que nem suas filhas lhe tinham respeito quando com eles se encontravam”, seguindo-se então a agressão⁸¹¹.

Apesar dos danos provocados pelos animais do réu à roça da vítima, não foi propriamente a necessidade de ressarcimento dos prejuízos que, isoladamente, desencadeou a reação e, talvez, nem resultasse, por si só, em violência. O conflito vicinal parece constituir a causa mais remota, a ela se associando, decisivamente, a dinâmica familiar, pois o menoscabo à figura paterna foi o estopim que fez eclodir a agressão.

Some-se o fato de o réu desferir na vítima um golpe com “as costas de uma foice”, reconhecendo o juiz, no auto de corpo de delito, que não houve risco de morte, tampouco era grave a lesão. Deste modo, a própria forma de agressão sugere que a intenção principal não era causar um ferimento grave à vítima, mas repelir a ofensa com o uso da força, restaurando a honra atingida.

Uma devassa apurou os ferimentos decorrentes de uma briga entre vizinhos, cuja causa foi associada à utilização do sítio do agressor como passagem e área de caça pela vítima. Com isso, podendo ser considerado, efetivamente, um conflito de natureza patrimonial associado à violação dos direitos sobre a terra⁸¹².

O número de crimes com emprego de violência relacionado ao crédito, posse ou propriedade de bens é bastante reduzido frente aos demais motivos anteriormente examinados. Da mesma forma, mesmo se entre as “pendências” ou “razões” geradoras de agressões e mortes possam estar ocultas algumas causas patrimoniais que não foram declinadas, a quantidade de ocorrências que resultaria deste acréscimo ainda seria insignificante se comparada às centenas de ações de natureza cível que versam sobre matérias negociais.

⁸¹¹ D1862–1792- CO 3729 ACA.

⁸¹² D1944–1793 - CO 3731 ACA.

Convém destacar a enorme desproporção entre a quantidade de devassas que descrevem o emprego da violência para a cobrança de dívidas ou da afirmação de direitos patrimoniais e o número de ações cíveis ajuizadas com as mesmas finalidades. Tal circunstância representa um forte indício da preferência pela utilização dos meios institucionais de solução de conflitos de natureza material em detrimento da autotutela.

Ademais, parte da violência associada à cobrança de dívidas era desencadeada pelo próprio devedor, em virtude da exigência pública de pagamento ou da maneira vexatória com que o credor buscava se ressarcir, mostrando o quanto repugnava tais atitudes. A reação agressiva dos devedores sugere ainda que a forma socialmente aceita de satisfação do débito era recorrer ao juízo ordinário, reforçando a suposição de que se tratava do caminho mais apropriado e trilhado para satisfação de interesses patrimoniais, empregando-se a força e outros meios arbitrários não institucionais apenas marginalmente.

3.6.2 Outras formas de criminalidade

As agressões com a finalidade de ferir e matar pelos motivos anteriormente examinados representaram as formas mais comuns de crimes praticados. Somente cerca de um quinto das devassas instauradas (20,2%) tratou de outras modalidades de infração. O percentual indicado compreende, ainda que em pequeno número, alguns delitos em que houve o emprego da força para o constrangimento, ou submissão das vítimas, tais como estupro e um caso de resistência ao cumprimento de ordem judicial.

Em termos numéricos, apenas 27 devassas não estão relacionadas diretamente aos ferimentos e mortes praticados nas circunstâncias abordadas precedentemente. Neste conjunto, predominam as ocorrências de furto (9) e as fugas da cadeia (8). As outras modalidades de delitos são: incêndios (2); estupro (2); injúrias (2); ameaça e oposição à determinação do juízo e desobediência (1).

Os furtos são crimes de natureza patrimonial, caracterizados pelo não emprego de violência ou ameaça, nos quais os criminosos aproveitavam a distração ou falta de vigilância das vítimas para se apoderarem dos bens alheios.

As principais vítimas de furto foram comerciantes, pessoas que possuíam casas nos arraiais e instituições religiosas. Verificou-se o arrombamento do cofre da capela da freguesia de Nazareth, do qual foi subtraída uma importância em dinheiro⁸¹³. E, em circunstâncias

⁸¹³ D286 –1777- CO 3704ACA.

semelhantes, a porta da igreja matriz foi rompida, passando os agentes para a sacristia, onde se apoderaram da quantia que seria utilizada pelo reverendo para o pagamento das despesas com a celebração da semana santa⁸¹⁴.

O referido crime patrimonial parecia assolar os arraiais das vilas e de suas freguesias, nas quais se concentravam a atividade comercial e religiosa. A venda de Antonio Lima de Camargo foi furtada, subtraindo-se dinheiro e cartas de crédito, o mesmo ocorrendo na residência onde viviam os mascates Bento França e Antonio da Silva, local em que os agentes se apoderaram de peças de roupa, tecidos e outras miudezas⁸¹⁵.

Várias casas tiveram suas portas arrombadas na véspera do natal de 1787, aproveitando-se os “delinquentes” da ausência dos moradores e da distração em razão das festividades para se assenhorearem dos bens das vítimas. Em tal ocasião, foram furtados Félix Correia de Oliveira, o Sargento Mor José Félix Cintra, Fernando de Camargo e o Capitão Antonio Gonçalves⁸¹⁶.

Apenas duas devassas relataram a ocorrência de furtos nas áreas mais afastadas dos arraiais, tratando-se, ambas, de subtração de animais⁸¹⁷. Um fragmento de um procedimento cuja natureza não foi identificada mostra um termo de fiança assinado pelo pai de um réu acusado de ter se apoderado de uma vaca da vítima. O termo assinado pelo genitor do réu preso firmava a obrigação de entregar outro animal em substituição ao que fora furtado⁸¹⁸.

A preferência dos furtadores pelas casas dos arraiais, principalmente de comerciantes, justifica-se em razão da possibilidade de encontrarem dinheiro em espécie, o mesmo ocorrendo em relação às igrejas. No âmbito rural, em que as moradias eram mais pobres e habitadas na maior parte do ano, as subtrações recaíam sobre os animais, os quais muitas vezes viviam soltos, facilitando a prática do delito, pois bastava conduzir os cavalos para outra região, distante dos donos, onde pudessem ser utilizados ou, no caso de animais de corte, simplesmente, levá-los para o local onde seriam abatidos.

No total, oito devassas foram instauradas para apurar as circunstâncias em que ocorreram evasões da cadeia, pois constituía crime a “tirada” de presos ou a facilitação para que escapassem, de modo que aqueles que concorressem para a fuga de encarcerados deviam responder criminalmente por tal conduta.

⁸¹⁴ D1751 – 1791 - CO 3726 ACA.

⁸¹⁵ D370 -B –1779- CO 3706 ACA e D1665 – 1790 - CO 3725 ACA.

⁸¹⁶ D1132 – 1787 - CO3718 ACA. Em outra ocasião, na freguesia de Nazareth, houve também furtos em mais de uma casa, cf.: D2000 – 1794 - CO 3732 ACA.

⁸¹⁷ D2158–1796- CO 3735 ACA e D2306 – 1798 CO 3739 ACA.

⁸¹⁸ D78 – 1771 - CO 3698 ACA.

Em 1788, ocorreram duas evasões de presos, entendendo o juiz ordinário que houve negligência na guarda, o que facilitou a fuga. Em uma das devassas, o carcereiro foi preso no curso da investigação, mas não foi pronunciado, acabando por ser liberado. Entretanto, o mesmo carcereiro foi novamente preso e desta vez pronunciado, quando o fato se repetiu⁸¹⁹.

Os imóveis construídos em “taipas de pilão” não ofereciam a solidez necessária para servirem como cadeia, especialmente as enxovias destinadas a conter os prisioneiros, o que obrigava ao uso de correntes e colares de ferro para prendê-los. Nesse sentido, os autos de vereança revelaram a inadequação da casa que abrigou inicialmente a Câmara de Atibaia e, mesmo depois da construção de um novo prédio, já com a finalidade de servir como cárcere, as fugas persistiram⁸²⁰.

As condições precárias de segurança, bem como a enorme responsabilidade de guardar os presos evitando que fugissem, tornava difícil encontrar quem se dispusesse a servir como carcereiro. Este quadro não era exclusivo da vila de Atibaia, mas comum à maioria das cadeias não só da capitania de São Paulo. A documentação produzida no período é repleta de narrativas de fugas, e também descreve a forma aviltante em que permaneciam enclausurados os prisioneiros⁸²¹.

Os demais casos são pouco numerosos, impedindo uma generalização, mas alguns deles, como os estupros, são delitos cujos números podem ser bem maiores, uma vez que nem sempre era conveniente expor a “desonra”, pois dificultaria um casamento futuro, tanto que uma das vítimas dos casos examinados era viúva, para a qual já não havia um prejuízo tão grande⁸²².

Dentre as outras modalidades de crimes mencionadas, verificou-se a oposição a uma determinação judicial, tratando-se de um réu que se rebelou contra o juiz de vintena encarregado de realizar sua citação⁸²³.

Note-se que já foi referida uma ocasião em que foi oposta violência ao cumprimento de uma determinação do pároco⁸²⁴. Houve ainda casos em que a violência foi empregada para

⁸¹⁹ D1330–1788- CO 3721 ACA e D1383–1788- CO 3721 ACA.

⁸²⁰ LRACAt de 21 de outubro de 1775 e LRACAt de 01 de maio de 1779.

⁸²¹ Marco Antonio Silveira menciona as fugas corriqueiras na região das Minas Gerais, cf.: O universo do indistinto, op. cit. p. 163, enquanto em outro estudo sobre a mesma região é referida a debilidade do sistema carcerário, cf.: TEIXEIRA, Maria Lúcia Rezende Chaves. **As Cartas de Seguro**: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1831). 2011. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 246.

⁸²² D2320–1798 CO 3739 ACA.

⁸²³ D1820 – 1792- CO 3728 ACA.

⁸²⁴ D1074 – 1786 - CO 3717 ACA.

evitar a prisão de desertores, resultando em ferimentos e até em morte de um dos soldados responsáveis pela captura⁸²⁵.

A atitude frente à citação determinada no curso de uma ação de crédito foi o único caso de rebeldia explícita contra um ato processual, o que mostra de certo modo a aceitação da autoridade judicial no plano cível.

Na resistência quanto ao recrutamento e às determinações da Igreja, rebelavam-se os agentes contra o tratamento, castigos ou punições que lhes eram infligidos por tais instâncias de exercício de poder. Neste ponto, vigorava a lógica da reprodução da violência que foi examinada no contexto das relações entre senhor e escravo, bem como entre chefe do fogo e os membros da casa.

A referida lógica não se amolda ao caso em que houve oposição ao ato citatório, pois, ao menos em regra, a autoridade judicial no plano cível se impunha mais pela necessidade de regulação propiciando um ambiente favorável à realização dos atos negociais, do que propriamente pelo emprego dos meios coercitivos de que dispunha o juízo ordinário para fazer cumprir suas determinações.

O fato é ainda mais singular, pois a insurgência não foi direcionada contra um ato processual expropriatório, tal como a penhora de um bem, medida que privaria o devedor da disponibilidade sobre o seu patrimônio. Tratou-se da oposição à citação, ato simbólico que representava a própria autoridade judicial, indicando o início de uma atuação institucional consistente em estender o poder da Câmara ao credor e devedor, equacionando o conflito e propiciando o cumprimento da obrigação. A finalidade do processo era justamente evitar o emprego arbitrário da força com o objetivo de alcançar o mesmo resultado, ou seja, a satisfação de um crédito ou de um direito sem emprego da violência contra o inadimplente.

Consoante já discorrido, houve casos em que a violência eclodiu em questões de natureza patrimonial. Entretanto, apenas dois homicídios estavam, diretamente, ligados à cobrança de dívidas. Em um deles, a finalidade precípua não era desafiar a autoridade judicial, mas tangenciá-la para obter diretamente a satisfação do crédito por meio do uso da violência extrema, enquanto, no outro, a conduta representava um ato de vingança pelo não cumprimento voluntário da obrigação creditícia, não havendo nem mesmo a apropriação de bens da vítima, apenas seu assassinato⁸²⁶.

Em relação aos ferimentos decorrentes de questões creditícias, consoante também já observado, foi justamente a solicitação, ou insistência quanto ao pagamento da dívida, que fez

⁸²⁵ D836–1784- CO 3714 ACA.

⁸²⁶ Trata-se de duas devassas já examinadas cf.: D592 – 1781 - CO 3709 ACA e D470 –1781 - CO 3708 ACA.

dos credores vítimas de violência. Tal fato, repita-se, sugere uma melhor aceitação dos meios institucionais de cobrança. Mesmo porque, quando feita a exigência de cumprimento da obrigação em público, a atitude do credor podia ser interpretada como uma ofensa, levando à uma resposta violenta nos mesmos moldes já observados quando era atingida a honra do indivíduo.

3.6.3 *“Vá em paz e que pague as custas”*: disciplina, punições, finalidade e efetividade

O juízo ordinário devassava todos os crimes praticados na área sob sua autoridade, assim como lhe cabia escrutinar as querelas que lhe fossem apresentadas pelas partes. Entretanto, não podia aplicar todas as punições previstas nas Ordenações, de modo que em parte das infrações, principalmente nos homicídios consumados, o livramento e eventual condenação ocorriam na cidade de São Paulo, onde funcionava uma junta de justiça presidida pelo Ouvidor e Corregedor.

A eficácia da atuação do juízo ordinário deve, então, ser medida em duas dimensões. A primeira, concernente à investigação dos fatos delituosos e a segunda, em termos de punição pelas infrações ocorridas, limitada nesta última hipótese aos crimes que lhe competia a aplicação das penas.

Inicialmente, no que diz respeito à apuração da ocorrência de condutas delituosas e de seus autores, embora os resultados sejam diferentes para cada modalidade de crime, observou-se que houve a identificação dos agressores na quase totalidade dos delitos que resultaram em ferimentos e mortes.

Apenas três das 74 devassas instauradas para apurar a prática de lesões são fragmentos, sem que seja possível verificar o desfecho. Entre as 71 completas, em apenas seis investigações o autor, ou suspeito, das agressões não foi identificado. Nas mortes, somente uma das devassas se apresentou incompleta, enquanto apenas duas das 32 investigações restantes tiveram autores desconhecidos.

O índice de elucidação dos crimes se situa acima dos 90%⁸²⁷, muito em razão das já examinadas características da violência, normalmente praticada no seio da família, em ocasiões de agrupamento de pessoas, bem como pela própria natureza da sociedade colonial, na qual havia pouco espaço para uma esfera puramente privada.

⁸²⁷ Mais precisamente 91,5% para os ferimentos e 93,75% para as mortes.

Em contraste, dos nove casos de furto, em apenas dois houve a identificação dos suspeitos. Tratando-se de um tipo de crime caracterizado pela maneira sub-reptícia de agir, a apuração da autoria da infração se tornava mais difícil, mesmo porque a identificação dos autores dependia da presença de testemunhas que os vissem cometendo a subtração, o que não ocorria frequentemente. A eficácia da investigação, portanto, estava também associada à própria natureza da criminalidade e da sociedade colonial⁸²⁸.

Embora 65 das devassas instauradas para a apuração de ferimentos tivessem identificado o causador ou os causadores das lesões, nem todos foram pronunciados. Em dez casos não houve a decretação da prisão do agressor ou dos agressores, encerrando-se as investigações.

As causas que levaram à impronúncia foram variadas, entre elas: a contradição no depoimento das testemunhas; a existência de lesões recíprocas sem que fosse possível identificar o causador do entrevero; uma “briga entre meninos”; a verificação da falta de intenção de ferir do causador da lesão, constituindo o resultado um acidente; e, por fim, em pelo menos dois casos, há a suspeita de que houve favorecimento, visto o conteúdo probatório apontar a responsabilidade dos suspeitos.

Mesmo quando os suspeitos foram relevados da culpa, as pessoas ouvidas apontavam a culpabilidade deles, não tendo os inquiridores a intenção de ocultar os depoimentos ou ainda distorcê-los. Enquanto isso, nos demais casos examinados que resultaram em impronúncia, os motivos da decisão foram aparentemente coerentes com o acervo probatório.

Excetuando dois casos em que, nitidamente, houve favorecimento dos suspeitos, a quase totalidade das devassas foi conduzida conforme os padrões estabelecidos, levando ainda em consideração as recomendações do Ouvidor e Corregedor. Isso indica a existência de empenho nas investigações, bem como a correta coleta do depoimento das testemunhas.

Assim, pelo menos quanto às agressões, o juízo ordinário foi eficaz na identificação dos autores. A conclusão, porém, não pode ser generalizada sem maiores cuidados, considerando o número relativamente menor das outras modalidades de crime, as quais não constituem uma amostra significativa para fins de análise. Nos furtos, por exemplo, revelou-se certa incapacidade de apuração dos responsáveis, mas a quantidade de ocorrências foi também pequena em termos comparativos. Além disso, conforme já declinado, os recursos técnicos investigativos repousavam quase exclusivamente na prova testemunhal, tornando difícil a

⁸²⁸ A outra modalidade de infração com certa expressividade numérica, as evasões de presos, já tinha no carcereiro um dos investigados, enquanto em apenas um caso houve a suspeita da colaboração de pessoas não encarceradas, tratando-se dos irmãos do fugitivo, mas que não usaram violência para tirá-lo da cadeia e, portanto, não foram pronunciados, cf.: D1330–1788- CO 3721 ACA.

identificação das infrações praticadas intencionalmente de forma oculta, de modo a não invalidar a constatação da relativa eficácia dos meios institucionais empregados na elucidação dos crimes.

A prisão, ou concessão de carta de seguro, eram condições para que a segunda fase do procedimento fosse desencadeada e, ao final, fossem impostas as punições. Deste modo, nem todas as devassas resultavam em autos de livramento crime, diante da possibilidade de fuga dos réus. Os procedimentos eram suspensos até que ocorresse a prisão, ou o réu se apresentasse em juízo com uma carta de seguro.

Por outro lado, nem todos os delitos podiam ser julgados na esfera local. A análise sobre esta segunda parte do procedimento, portanto, contemplará tão somente os crimes cujas penas podiam ser aplicadas pelo juízo ordinário, deixando de lado os homicídios.

Por constituírem a principal infração observada, as agressões que causaram ferimentos representam uma amostra significativa, capaz de revelar como eram aplicadas as punições. Dos 55 casos em que houve pronúncia, 23 resultaram em prisão dos réus, dando início aos autos de livramento crime.

O número de devassas que passaram à etapa posterior corresponde a menos da metade. Entretanto, diante do extravio de documentos, tal percentual não pode ser tomado de forma absoluta, mesmo porque foram localizados outros oito autos de livramento sem a devassa correlata. Ou seja, as perdas podem ter ocorrido tanto na primeira como na segunda fase do procedimento.

Limitando-se às devassas que tiveram seguimento com a instauração dos autos de livramento, as prisões não chegaram a alcançar metade dos pronunciados, pouco superando os quarenta por cento (41,8%). O percentual, entretanto, até surpreende, diante da vastidão do território e das várias possibilidades de ocultação oferecidas.

Soma-se, ainda, a ausência de quaisquer formas de identificação civil dos réus que, uma vez foragidos, dificilmente seriam reconhecidos e presos por crimes praticados em outros locais. Ademais, mesmo quando encarcerados os réus, a facilidade de fuga das cadeias e durante o transporte dos prisioneiros reduzia ainda mais a probabilidade de prosseguimento do processo.

Nas condições descritas, uma porcentagem superior aos 40% de prisões não é nada desprezível, apontando para certa eficiência no tocante à investigação dos crimes e detenção dos infratores. Entretanto, apesar da relativa eficácia, a maioria dos processos não se converteu em punições aos réus. Considerando os 45 autos de livramento crime localizados no corpo

documental⁸²⁹, houve apenas oito condenações e, em duas delas, os réus foram isentados de pena pela aplicação de indultos régios.

As causas das absolvições não estavam ligadas a eventual deficiência da prova colhida na fase precedente. Poucos foram os réus que negaram ter praticado as agressões e, mesmo quando invocavam tal forma de defesa, admitiram ter participado do entrevero juntamente com outros indivíduos que não foram presos e eram apontados como responsáveis.

A ausência de qualquer envolvimento nos fatos descritos no libelo acusatório não constituiu, portanto, a alegação que levou à libertação dos réus. Os principais motivos que ensejaram as absolvições foram o perdão das vítimas; o reconhecimento de que os agressores agiram em legítima defesa; alguma falha processual ou, ainda, a reparação do dano causado.

É possível que em parte dos processos, ao se deparar com a necessidade de aplicação de uma pena mais elevada e que extrapolasse sua jurisdição, o juízo tenha encaminhado os autos à instância superior. Note-se que os julgamentos que importavam em punições mais severas, normalmente, eram presididos por oficiais régios letrados, os corregedores⁸³⁰ e juizes de fora, os quais tinham assento nas Juntas de Justiça das Capitanias.

Ao analisar “o Direito Penal da Monarquia Corporativa”, tendo como fonte a relação de presos da cadeia da cidade de Lisboa, em fins do século XVII, A. M. Hespanha (1993) afirma que não obstante o rigorismo das Ordenações, com a previsão de pena de morte para inúmeros casos, tal punição foi pouco aplicada, não chegando a um por cento do total. Complementa assinalando que a maioria dos presos, independentemente do delito cometido e da pena eventualmente cominada, acabou solta por absolvição, perdão ou fiança⁸³¹.

Prossegue o referido autor, esclarecendo que o período de prisão funcionava, muitas vezes, como punição, ainda que não constituísse pena, concluindo:

Assim, e ao contrário do que muitas vezes se pensa, a punição no sistema penal efectivamente praticado pela justiça real no Antigo Regime – pelo menos até o advento do despotismo iluminado – não era nem muito efectiva, nem sequer muito aparente ou teatral. Os malefícios, ou se pagavam com dinheiro, ou com degredo de duvidosa efectividade e, muitas vezes, não excessivamente prejudicial para o condenado. Ou, eventualmente, com um longo e duro encarceramento preventivo.

⁸²⁹ Nesse conjunto, 41 eram resultantes de devassas para investigar ferimentos e quatro referentes a outros crimes.

⁸³⁰ Convém recordar que o termo corregedor designava o oficial régio que supervisionava a aplicação da justiça pelos juizes nas comunidades locais, enquanto o ouvidor exercia basicamente a mesma função, mas em nome dos donatários. Com a recuperação das capitanias hereditárias e maior intervenção da coroa nos assuntos jurisdicionais, os corregedores acumularam a função dos ouvidores e esta última designação foi sendo paulatinamente abandonada em favor da primeira. Nas atas da Câmara da década de noventa do século XVIII praticamente desapareceu a palavra ouvidor.

⁸³¹ HESPANHA, António Manuel. “Da Iustitia à Disciplina: Textos, Poder e Política Penal no Antigo Regime”. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 310-12.

O número reduzido de punições não constitui, portanto, uma característica exclusiva da justiça local, correspondendo ao mesmo padrão observado no plano régio e também em outras partes da colônia⁸³². Da mesma forma, o período de prisão e as condições precárias serviam como argumento para mitigar a responsabilidade dos réus também no juízo ordinário.

No curso de um processo, o procurador do réu sustentou que não havia inimizade nem rixa com a vítima, tendo o réu cometido o delito, pois estava embriagado. Acrescentou em seguida o argumento mais interessante no sentido da necessidade da pena ser moderada e que o período de cerca de dois anos em que o réu ficou preso, sujeito a todo o tipo de privações, já seria suficiente para a “purgação” do crime.

A pena e castigo que tem o Réu de estar perto de dois anos preso morrendo a fome e sede pela falta de concurso do povo que lhe possa dar esmolas de que necessita pela sua suma pobreza, sempre metido a duros ferros pela desconfiança que tem o carcereiro da pouca segurança da cadeia desta vila e mais misérias de semelhante natureza que traz consigo a prisão (...). Pelo que bem se deve haver o réu por punido, por ter muito bem purgado a imputada culpa.⁸³³

Os réus precisavam providenciar seus meios de subsistência enquanto estivessem presos, ou contar com a caridade da comunidade. Agregava-se então o tratamento dado na cadeia, pois, na falta de instalações físicas adequadas que pudessem servir de contenção, ficavam os prisioneiros obrigados a usar correntes e colares de ferro com a finalidade de dificultar as fugas, o que agravava ainda mais as condições do cárcere.

Outra causa de mitigação da responsabilização penal foi o perdão das penas. A misericórdia real foi amplamente solicitada e o monarca a concedia sem muita parcimônia. O expediente da “graça” refletia a lógica da justiça régia no âmbito penal que, ao ameaçar punir, apresentava o rei como “justiceiro”, afirmando sua autoridade, enquanto, ao conceder a clemência, fazia emergir outro traço de sua imagem: a de “pai e pastor”, igualmente fundamental para legitimação do poder monárquico⁸³⁴.

Os indultos eram tipos de pronunciamentos reais de caráter geral proferidos periodicamente e que tinham por finalidade isentar os réus das punições aplicadas por determinados crimes. Deste modo, mesmo sem levar o processo até as instâncias superiores e ao próprio monarca, os condenados ainda podiam ser agraciados pela misericórdia do soberano por meio do referido instrumento, bastando que preenchessem as condições para receberem o perdão geral régio.

⁸³² Maria Lúcia Rezende Chaves Teixeira destacou em seu estudo a carência da “instrumentalização prática das formas punitivas” na região das Minas Gerais. **As Cartas de Seguro...**, op. cit., p. 381.

⁸³³ D2261 – 1797 - CO 3738 ACA.

⁸³⁴ HESPANHA, A. M. **Da Iustitia à Disciplina**, op. cit., p. 316.

Os principais obstáculos à imposição das penas observados na justiça dispensada pelo rei e seus ministros se faziam presentes ou refletiam no juízo ordinário, mas é possível visualizar outras características que parecem próprias dele. Havia ainda uma diferença pouco mais acentuada, uma vez que inexistia a faculdade de conceder perdão, ou mesmo cartas de seguro, típicas da justiça régia, e que não tinham um mecanismo correspondente, tampouco similar no âmbito local.

Note-se que as cartas de seguro eram também dispensadas pelos ministros régios e, ao permitirem que os réus respondessem ao processo em liberdade, constituíam uma prática análoga ao perdão do monarca, servindo ao mesmo propósito de afirmação e legitimação da autoridade real.

Embora agindo em nome do rei, o juízo ordinário não podia reproduzir, no plano local, o mesmo expediente de ameaçar punir, de um lado, e perdoar, de outro. Ademais, se a finalidade fosse reforçar o poder régio e a própria autoridade do juízo ordinário, o resultado deveria ser justamente o contrário do observado. Ou seja, haveria um número maior de condenações, fazendo com que os réus buscassem o perdão do monarca.

A reduzida propensão para imposição de castigos no âmbito da justiça régia poderia, eventualmente, contaminar o juízo local, fazendo com que os juízes ordinários absolvessem com mais frequência, já que não podiam se valer da graça ou do perdão. Ressalte-se que a atuação dos procuradores letrados também repercutia na justiça local no âmbito penal, já que muitos bacharéis foram assessores dos juízes ordinários, de modo a transmitir as tendências acerca dos modos de aplicação de punições das esferas jurisdicionais superiores ou cultas. Tal circunstância, porém, não parece constituir a única explicação para o mesmo padrão de resultados observado.

As penas que podiam ser impostas pelo juiz ordinário eram de degredo por até cinco anos e açoites⁸³⁵. Evidentemente, não eram punições irrelevantes, tampouco brandas, mas não estavam associadas exclusivamente à autoridade judicial. Os capitães dos corpos auxiliares e de ordenanças podiam aplicar castigos aos seus subordinados pelo descumprimento das ordens recebidas. A autoridade decorrente do poder disciplinar não se circunscrevia apenas à esfera militar, estendendo-se a outras condutas e pessoas.

Um termo de vereança consigna a autorização dada ao capitão das ordenanças da freguesia de Jaguari para “prender no tronco por crimes seus, por suas cores, e aos bêbados, e perturbadores nas ocasiões de festas e ajuntamentos”. Deste modo, a autoridade militar podia

⁸³⁵ As penas mais severas, especialmente a de morte, somente podiam ser aplicadas por um ministro régio ou por uma junta de justiça.

castigar os indivíduos pelas infrações, embriaguez ou simplesmente pela cor⁸³⁶. Em outra ocasião, a pedido do capitão do corpo auxiliar, o governador repreendeu o juiz ordinário por “meter no tronco” um soldado, supostamente interferindo no poder disciplinar do oficial de milícia⁸³⁷.

Com a constituição da câmara, as punições pelas infrações ficaram a cargo do juízo ordinário e os exemplos citados, embora evidenciem eventuais conflitos acerca do exercício da autoridade, concomitantemente mostram que os oficiais dos corpos militares conservaram o seu poder de disciplinar⁸³⁸. A situação mais comum, ademais, era de colaboração entre as duas esferas de atuação, porque a maioria dos juízes ordinários detinha postos elevados nas companhias de ordenanças e milícias, exercendo também a autoridade decorrente das patentes militares.

Confundindo-se na mesma pessoa as autoridades militar e judicial, percebe-se que por vezes a condenação no processo criminal não era um requisito para que fossem aplicados castigos de natureza corporal ao suspeito de ter praticado algum tipo de crime. Ressalte-se que a simples colocação do indivíduo no tronco já infligia sofrimento suficiente, servindo de punição, tal como o tempo de prisão.

Todos os adultos não submetidos à escravidão e que não tivessem privilégios que os isentassem, eram compulsoriamente alistados em algumas das organizações militares, estando subordinados aos oficiais das ordenanças ou do corpo auxiliar, os quais ainda podiam colocar no tronco os criminosos, arruaceiros, bêbados ou mesmo mulatos e forros, estes últimos simplesmente pela “cor”. Os cativos, por sua vez, já estavam sujeitos às punições de seus senhores, de modo que, em alguns casos, não havia necessidade de condenação pelo juízo ordinário para imposição dos castigos corporais mais leves, ou análogos aos previstos como pena.

Outra pena, o degredo para fora da vila, seria um resultado provável, independentemente da condenação, pois para fazer frente ao pagamento das despesas do processo, os réus normalmente se desfaziam de seus bens, tendo que procurar novas áreas mais afastadas onde poderiam se instalar. Outrossim, culpados ou não, os fugitivos da justiça já sofriam o banimento, uma vez que abandonavam suas moradias nos locais em que praticavam os crimes,

⁸³⁶ LRACAt de 26 de janeiro de 1793.

⁸³⁷ DIHCSP, v 81, p. 192.

⁸³⁸ Os conflitos não se circunscreviam ao juízo ordinário. Mesmo entre os oficiais dos diferentes corpos militares havia disputas acerca da extensão da jurisdição de cada um, conforme anota Nanci Leonzo, o que, no entanto, não comprometia o exercício da autoridade. Cf.: **Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo**: as Milícias, op. cit., p. 236.

ou então não podiam retornar para suas casas de morada quando residentes fora do distrito da culpa, pois corriam o risco de lá serem presos.

Nas oito condenações registradas, houve a imposição de castigos físicos (açoites) em apenas um processo, ainda assim não pelo juízo ordinário, mas pela Relação do Rio de Janeiro, tratando-se do caso já abordado em que foi agredido um juiz de vintena⁸³⁹. A justiça local, porém, não chegou a executar a pena corporal, pois posteriormente foi aplicado o indulto régio ao réu⁸⁴⁰. As demais punições aplicadas pelo juízo ordinário foram somente de degredo e sanções pecuniárias.

Convém repetir que medidas similares às punições previstas em lei estavam ao alcance de outras formas de imposição de disciplina. Os castigos corporais e o degredo, portanto, nem sempre se apresentavam, propriamente, como penas, mas como consequências do delito que não estavam, na prática, adstritas à culpabilidade do agente.

Um auto de livramento crime retrata uma situação limite capaz de evidenciar como, muitas vezes, havia desvinculação entre o resultado do processo e a forma como os indivíduos eram ou deveriam ser punidos. No caso, José Alves Barbosa foi pronunciado e preso pela prática do crime de rapto. O juízo ordinário absolveu o réu, considerando, além da manifestação favorável da vítima ao dizer que não guardava rancor do réu e que o perdoava, a ausência de formalidades processuais. Entretanto, mesmo ciente da decisão absolutória, o réu empreendeu fuga, ou seja, na prática, o resultado foi equivalente a um banimento⁸⁴¹.

Lembrando-se que o degredo constituiu a única pena efetivamente aplicada pelo juízo ordinário de Atibaia, a fuga do réu após a absolvição mostra que a decisão do juízo não agravaria mais sua situação e que a possível condenação não representava um estímulo à evasão, diferentemente da perspectiva de continuidade do livramento.

Nas circunstâncias descritas, evidencia-se que a condenação se fazia menos efetiva que o próprio processo, cujos resultados, a partir da prisão, se tornavam por vezes irrelevantes. O processo, de acordo com suas consequências, podia representar uma aflição para os que tinham o infortúnio de serem presos, pois independentemente da comprovação da culpa, na maioria das vezes permaneciam encarcerados até que a apelação fosse julgada.

Havia, porém, a possibilidade de concessão de cartas de seguro pelo Ouvidor e Corregedor, ou pela Relação do Rio de Janeiro, respondendo o réu à acusação em liberdade e, considerando que normalmente ocorria a absolvição, tal circunstância reforçava o caráter

⁸³⁹ D1820 – 1792- CO 3728 ACA.

⁸⁴⁰ D2116–1795 - CO 3734 ACA.

⁸⁴¹ D1959 –1788- CO 3731 ACA.

injusto e desigual da atuação do juízo ordinário no âmbito penal, visto que nem todos dispunham de recursos para recorrer às instâncias superiores. Ressalte-se que as cartas de seguro tinham prazos de duração, devendo ser periodicamente renovadas, o que implicava em mais despesas, dificultando a possibilidade dos indivíduos pobres se livrarem da prisão no curso do processo.

Embora tenham variado ao longo do tempo as penas e suas finalidades, as punições eventualmente aplicadas não constituem, em si, uma forma direta de controle social. Elas atuam complementarmente no contexto de um sistema capaz de apurar a prática de crimes e castigar os culpados, funcionando em termos preventivos, mais como uma forma de dissuasão. Ao ser requerida a instituição da Câmara, para que os criminosos fossem punidos, é justamente este aspecto que está sendo realçado.

Por outro lado, para produzir os efeitos esperados, as penas teriam que ser efetivas, bem como capazes de incutir temor aos agentes, apresentando-se, concretamente, como punições resultantes da conduta delituosa. Trata-se de algo que, aparentemente, não ocorria no juízo ordinário, tampouco parecia ser essa a vontade consciente dos agentes responsáveis pela administração da justiça criminal.

Deste modo, ainda que o período de prisão no curso do processo constituísse o maior sofrimento experimentado pelos réus, especialmente devido às péssimas condições das cadeias, o objetivo da medida era diverso. O encarceramento não era considerado, tampouco aplicado, ao menos formalmente, como meio de punição às condutas, servindo, sob o prisma da atividade jurisdicional, apenas para desestimular a já diminuta vontade de impor castigos corporais.

Convém ainda destacar que somente os desprovidos de recursos padeciam na cadeia, igualmente evidenciando que a prisão durante o processo, mesmo constituindo um argumento para justificar eventual absolvição, não podia se equiparar à punição pelo crime praticado por não ser aplicada como critério uniforme a todos os réus.

Da mesma forma, o pagamento das despesas do processo, muito embora causasse um enorme prejuízo ao pronunciado, além de não poder ser considerado uma sanção pecuniária, independia do reconhecimento da prática do crime, obrigando ao pagamento indiscriminadamente culpados e inocentados.

Retomando o caso anteriormente citado, além de ter que esperar o julgamento do recurso da acusação, o réu teria que arcar com os custos, bastante elevados, do processo, o que

certamente também contribuiu para sua decisão de empreender fuga apesar de ter sido absolvido⁸⁴².

Em outra oportunidade, mesmo verificando-se tratar de uma hipótese clara de legítima defesa, a soltura foi condicionada ao pagamento das despesas do processo, constando na sentença: “Portanto absolvo o réu do crime que é acusado pela Justiça Autora e mando se vá em paz e que pague as custas dos autos em que tão somente o condeno”. O reconhecimento inequívoco da legítima defesa permitiu que o réu fosse posto em liberdade, mas tinha de arcar com os 7\$929 réis do livramento para que enfim fosse solto⁸⁴³.

Boa parte dos procedimentos de natureza criminal tinha como finalidade recolher os bens dos réus. Os sítios tantos dos fugitivos como dos presos normalmente eram penhorados e vendidos para arrecadar o dinheiro necessário às despesas do processo⁸⁴⁴.

Os principais beneficiados no caso dos procedimentos criminais eram os serventuários da justiça e os ministros régios. As ações alcançavam as instâncias superiores não apenas por ser recomendada a apelação, como também em razão do seu prolongamento gerar elevadas despesas, significando ganhos tanto para o tabelião atuante na justiça local, como para a Ouvidoria e Corregedor da Comarca e para a Relação do Rio de Janeiro.

A dilatação dos processos encadeava o juízo ordinário e a justiça régia. Deste modo, para além do favorecimento das instâncias superiores com o pagamento de custas e emolumentos, deve ser destacada a articulação das duas esferas jurisdicionais no âmbito de um sistema recursal e nos delitos mais graves. Nesta última hipótese, em que os autos de livramento corriam perante o Ouvidor e Corregedor, prevalecia outra sistemática no tocante às condenações. No que diz respeito aos crimes mais leves e processados no âmbito local, havia as outras formas de disciplina, bem como de punições, as quais passavam, por vezes, ao largo do juízo ordinário e eram, inclusive, por ele respaldadas. Trata-se de um aspecto já observado quando se tratou de certas modalidades de violência nos tópicos anteriores.

Reconhecia-se tanto no plano local como na justiça régia, a existência de meios complementares de exercício de disciplina, cujas prerrogativas eram asseguradas, omitindo-se o juízo ordinário quanto à prática de eventuais abusos por parte destes polos correccionais alternativos. Isto significava, em termos práticos, que não obstante coubesse à câmara zelar pela

⁸⁴² As despesas do livramento foram estabelecidas em 11\$340 réis, valor ao qual se somaria os custos referentes à apelação, os quais não foram acrescidos, pois o processo foi suspenso em razão da evasão do réu, cf.: D1959 – 1788- CO 3731 ACA.

⁸⁴³ D2362 – 1799 – CO 3740 ACA.

⁸⁴⁴ D978 – 1785 - CO 3715 ACA, D1308 – 1788 - CO 3720 ACA, D1419–1789- CO 3722 ACA, D1452 – 1789 - CO 3722 ACA, D1827 –1792- CO 3728 ACA, D2162–1796- CO 3735 ACA e D2164–1796- CO 3736 ACA.

“paz e sossego”, tal tarefa ficava a cargo de outros agentes. Isto é, do chefe da família e dos oficiais dos corpos militares, os quais tinham suas ações legitimados pela ação institucional do órgão e os excessos muitas vezes relevados, especialmente quanto aos detentores do pátrio poder⁸⁴⁵.

Segundo as Ordenações, cabia ao alcaide e aos seus auxiliares preservarem a segurança nas vilas, prendendo os criminosos para que fossem processados, incumbindo naturalmente ao juízo ordinário exercer o poder punitivo. Contudo, ao não monopolizar completamente o uso da força, cometendo-a a outros agentes que em tese deveriam estar sujeitos à lei e não ser os seus soberanos, a justiça local se distanciava do propósito que animava sua criação.

A conservação do poder de mando atribuído em conformidade com a posição social e o papel desempenhado pelo indivíduo na sociedade local norteava, portanto, a ação institucional da câmara no âmbito penal, mesmo que sua própria autoridade de impor punições se mostrasse por vezes inconsistente. Neste ponto, porém, reside uma diferença em relação à justiça régia, que também reconhecia a existência dos outros meios de disciplina e apresentava, igualmente, números reduzidos de punições efetivas. Com efeito, paralelamente, a jurisdição real tinha na dinâmica da concessão da “graça” uma forma de afirmação de sua legitimidade e autoridade, impondo-se simbolicamente sobre outros instrumentos sociais de controle e não os reforçando, como fazia o juízo ordinário⁸⁴⁶.

Em outras palavras, o indivíduo estava primeiramente sujeito à autoridade do chefe do fogo, depois do oficial da ordenança ou da milícia. Enquanto o papel da câmara era o de atribuir legitimidade ao exercício do poder disciplinar e até punitivo por estes órgãos, atuando apenas subsidiariamente, mesmo assim de forma errática.

A função disciplinar atribuída a outras esferas de exercício de autoridade chegava a fazer parte do próprio discurso empregado nos processos criminais. Em um dos documentos já citados, a matriarca da família se queixava da insubmissão de sua filha, realçando, por meio de seu procurador, que incumbia ao chefe do fogo coibir a desobediência dos membros da casa, mesmo “brancos”, da mesma forma que se fazia em relação aos “forros”⁸⁴⁷.

Em termos sociais, a simples referência acerca da existência da faculdade de disciplinar uma pessoa em virtude do seu estatuto jurídico evidencia como a maioria dos indivíduos

⁸⁴⁵ A. M. Hespanha assinala que a “disciplina social” estava lastreada mais em “mecanismos quotidianos e periféricos de controlo, ao nível das ordens políticas infra-estaduais – a família, a Igreja, a pequena comunidade”. Cf.: **Da Iustitia à Disciplina**, op. cit. p., 317.

⁸⁴⁶ Ainda nas palavras de A. M. Hespanha: “a disciplina penal real visava, sobretudo, uma função política – a de defesa da supremacia simbólica do rei, enquanto titular supremo do poder punitivo e do correspondente poder de agraciar”, *ibidem*, p. 317.

⁸⁴⁷ D184–1774- CO 3701 ACA.

estavam sujeitos à coerção, enquanto aqueles pior situados na escala social, principalmente os cativos, constituíam vítimas em potencial não apenas da violência, mas também do abuso de autoridade, principalmente do chefe do fogo.

Acrescente-se a situação ambígua do “mulato” que, mesmo nascido de pais livres ou forros, ainda podia carregar a pecha da escravidão, principalmente quando a cor da pele e as características físicas fossem mais próximas das dos escravos vindos da África.

Situados nas posições mais inferiorizadas, “mulatos” e libertos tiveram participação desproporcional nos procedimentos criminais como réus e vítimas, não apenas por conta de sua maior exposição a algumas das causas associadas à violência, como o abuso da bebida e a carência material, mas também porque tinham a necessidade constante de afirmação de sua posição social, distanciando-se das caracterizações decorrentes do trabalho compulsório e da humilhação que a ele se associava.

3.7 A representação da sociedade na câmara e frente à justiça

A atividade judicial e governamental era desempenhada por um conjunto de oficiais, destacando-se os juízes ordinários, vereadores e o procurador do concelho, os quais compunham o corpo colegiado que dirigia a Câmara. Eles serviam também como almotacés no ano seguinte ao encerramento de seus mandatos.

As formas de provimento e as funções correspondentes aos ofícios principais e auxiliares, estes últimos compreendendo o tabelião, escrivães, alcaide e carcereiro já foram previamente examinadas e variavam em termos de preenchimento. Verificou-se que parte dos ofícios era provida por eleição, outros por nomeação e, alguns, como o tabelião e o escrivão de órfãos, eram arrematados.

Importa, então, analisar o perfil dos oficiais eleitos, bem como daqueles que os elegiam, com a finalidade de melhor compreender o funcionamento da Câmara em suas atribuições judiciais e também naquelas tidas como administrativas. Para tanto, reconstruir a trajetória de alguns daqueles que desempenharam uma ou mais funções institucionais servirá a tal propósito.

Também se faz necessário examinar sob uma nova perspectiva quem eram os indivíduos que postulavam em juízo e os que eram demandados, assim como os que buscavam uma providência de natureza administrativa.

Conforme anteriormente observado, a maioria dos requerimentos apreciados durante as vereações dizia respeito aos interesses dos comerciantes, os quais buscavam a obtenção ou renovação de licenças para a realização de suas atividades. Os pedidos estavam também

associados à arrematação dos estancos e de outros direitos de natureza mercantil, cuja exploração era concedida pela Câmara.

As atas da Câmara revelaram que a resposta aos pleitos dos comerciantes e a fiscalização do mercado local de abastecimento dominavam, em boa parte, o cotidiano dos camaristas. Entretanto, nem sempre havia a identificação dos que formulavam os pedidos, tampouco do que era solicitado, o que impediu a elaboração de um perfil preciso dos agentes mercantis e de suas reivindicações específicas.

Em relação ao juízo ordinário, parte dos autores e réus já foi caracterizada quando analisados os diferentes tipos de processo, especialmente no que concerne às atividades econômicas desenvolvidas, cabendo agora aprofundar a análise, agregando outras fontes, especialmente, as listas nominativas⁸⁴⁸.

A identificação das partes e seu enquadramento permitem aferir se os mecanismos institucionais, de natureza judicial, eram capazes de alcançar a totalidade da população da vila de Atibaia e inseri-la no conjunto dos autos cíveis. Da mesma forma, serão reunidos mais elementos com a finalidade de medir, posteriormente, a densidade social da justiça local, bem como identificar quem dela mais se beneficiava.

Outro aspecto que se mostra bastante relevante é a participação dos procuradores e solicitadores de causa como facilitadores do acesso à justiça local, caracterizando um grupo, cujos interesses estavam profundamente interligados ao exercício da atividade judicial e era parte essencial de seu funcionamento.

3.7.1 Eleitores e eleitos

A elevação da freguesia à condição de vila fez surgir no âmbito local um novo centro de exercício de autoridade, o qual passou a ocupar um espaço que anteriormente era preenchido, mesmo que informalmente, por outras esferas de poder. Os corpos militares e a paróquia, principais instituições locais até a constituição do órgão municipal, ainda conservaram parcela da sua capacidade de mando nas matérias próprias da câmara, mas agora deviam se articular ao governo municipal.

Coube ao novo órgão o equacionamento de boa parte das questões cotidianas, questões que anteriormente, quando a região estava integrada à cidade de São Paulo, eram, muitas vezes,

⁸⁴⁸ Trata-se de um levantamento do número de pessoas de cada freguesia por unidade doméstica indicando idade, sexo, estatuto jurídico e eventualmente os bens possuídos, principalmente para fins militares, constituindo um tipo rudimentar de censo populacional.

resolvidas pelos capitães das ordenanças radicados em cada um dos bairros rurais, ou pelos religiosos.

As atribuições de governar e julgar na região de Atibaia e das freguesias que lhe foram agregadas, ao passarem para a câmara, ensejaram uma reordenação das formas de exercício de poder no plano local. Assim, o resultado mais imediato foi o de ampliar o número de indivíduos que participavam das atividades de caráter institucional.

Além dos ofícios auxiliares e dos almotacés, havia a necessidade de, anualmente, escolher dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador do concelho. O mesmo indivíduo podia exercer mais de um dos ofícios eletivos, mas era vedada a acumulação simultânea de mandatos, enquanto a ocupação consecutiva do mesmo ofício somente era permitida em casos excepcionais. Deste modo, havia a necessidade de integrar um número maior de pessoas às atividades institucionais, conferindo-lhes uma parcela significativa do poder local.

A maior participação não ensejou, porém, uma alteração mais profunda na sociedade local, muito menos tornou o governo mais acessível aos que normalmente estavam a ele sujeitos. O desafio, ao menos no início, era preencher os quadros burocráticos e controlá-los, de modo a conservar os interesses dos grupos até então predominantes, pois excetuando o tabelionato, os ofícios eram pouco atrativos, especialmente para aqueles que já haviam exercido tais funções na Câmara de São Paulo, circunstância evidenciada pelo grande número de pedidos de dispensa⁸⁴⁹.

O livro de atas da câmara apenas referenciava quem foram os indicados para os ofícios. Os detalhes do processo de escolha eram registrados no livro das eleições, próprio para tal finalidade. Referido livro, provavelmente, continha as informações completas, mas não foi encontrado.

O sufrágio era indireto, ou seja, seis eleitores eram escolhidos entre os “homens bons” para a elaboração das listas contendo os nomes dos indicados para cada ofício nos próximos três anos. Deste modo, não é possível conhecer a totalidade dos indivíduos que participava do processo eleitoral.

Normalmente, os termos de vereança registravam trienalmente o juramento dos seis eleitos para elaboração das listas, apenas dois, excepcionalmente, indicaram os seus nomes. O

⁸⁴⁹ Conforme já se observou no capítulo que tratou do governo (2.3.1), variava o prestígio dos ofícios de acordo com a importância da vila. Havia ainda, no caso das vilas menos desenvolvidas economicamente, a dificuldade de exercer os cargos, pois as audiências e vereanças realizadas semanalmente afastavam os camaristas das suas principais atividades econômicas, especialmente a lavoura, criação de animais e o comércio a longas distâncias.

primeiro deles apresentou os seguintes indivíduos: Lucas de Siqueira Franco, Fernando de Camargo Pimentel, Manoel Pereira Padilha, João do Prado de Camargo, João Preto de Oliveira e Frutuoso Furquim de Campos⁸⁵⁰. Já o segundo tinha como eleitores: Lucas de Siqueira Franco, Francisco da Silveira Franco, João Preto de Oliveira, Manoel Pereira Padilha, Antonio Ferraz de Araújo e Lourenço Franco de Camargo⁸⁵¹.

Apesar da lacuna, é possível por meio da análise destes registros e do conjunto de indivíduos que foram indicados, e efetivamente exerceram os cargos, verificar a dinâmica de indicação dos que desempenharam as importantes funções governamentais e judicantes no plano local.

Lucas de Siqueira Franco, Frutuoso Furquim de Campos, João do Prado de Camargo e Fernando de Camargo Pimentel foram moradores da vila de Atibaia que ocuparam, ou tinham sido indicados para exercer o ofício de juiz ordinário na cidade de São Paulo⁸⁵². Eles representavam as principais forças dominantes no cenário local e, mesmo que houvesse rivalidade⁸⁵³, salvo por uma eleição que foi anulada, o processo eleitoral transcorreu sem maiores divergências ao longo do período recoberto pelas atas da câmara que foram examinadas.

Fernando de Camargo Pimentel, Manoel Pereira Padilha, João do Prado de Camargo, Lourenço Franco de Camargo e Antonio Ferraz de Araújo foram juízes ordinários em Atibaia, enquanto João Preto de Oliveira foi vereador e procurador do concelho. Apenas Lucas de Siqueira Franco e Frutuoso Furquim de Campos não exerceram qualquer ofício na câmara em Atibaia. Frutuoso foi indicado como juiz ordinário em três oportunidades, mas em todas conseguiu obter dispensada da função.

Todos, portanto, foram também camaristas e tinham experiência no trato das questões institucionais. Os seis primeiros eleitores conhecidos são também bastante representativos dos grupos que dominavam a região. Eles estavam ligados ao comércio e à lavoura, pertencendo às famílias tradicionais como os Camargo, Pires, Furquim, Bicudos e Pretos, cujas descendências já estavam bastante entrelaçadas⁸⁵⁴.

⁸⁵⁰ LRACAt de 15 de dezembro de 1777.

⁸⁵¹ LRACAt de 15 de dezembro de 1781.

⁸⁵² SILVEIRA, W. Franco. **História de Atibaia**, op. cit., p. 35-50.

⁸⁵³ Lucas e Frutuoso disputaram o posto de capitão-mor da vila de Atibaia.

⁸⁵⁴ Lucas de Siqueira Franco era o representante dos Pires, família da qual se originou parte dos primeiros povoadores da capitania, assim como os Camargo. Manoel Pereira Padilha, filho de Braz Esteve Leme e Theodora da Silva Padilha, era neto de seu homônimo e de Ignez de Siqueira, esta última neta de Aleixo Jorge, da primeira geração dos Jorge Velho, outra família tradicional. Embora tenha recebido o nome de seu avô materno, sua ascendência paterna estava ligada à família Bicudo, pois Manoel Pereira Padilha descendia diretamente de Antonio Bicudo Carneiro, que juntamente com seu irmão se estabeleceram na capitania em fins do século XVI. Os demais eleitores citados levavam o nome das famílias das quais faziam parte, também nomeadas pelos linhagistas como

Por meio da análise da composição dos grupos familiares a que pertenciam os primeiros seis eleitores, é possível verificar como cada um deles estava ligado por laços de parentesco. Os vínculos observados se estendiam para alcançar o conjunto seguinte de eleitores, bem como boa parte dos oficiais que eram eleitos, especialmente para o ofício de juiz ordinário, tido como o principal, uma vez que era o responsável pela distribuição da justiça e pela presidência da câmara.

Lucas de Siqueira Franco pode ser considerado o indivíduo mais importante quando da criação da vila de Atibaia, pois ocupou o posto de primeiro capitão-mor. Ele casou-se com Isabel da Silveira e Camargo, irmã de Fernando de Camargo Pimentel, também eleitor. Fernando era bisneto de Marcelino de Camargo, enquanto o eleitor João do Prado de Camargo, outra figura de destaque, era neto de Jerônimo de Camargo⁸⁵⁵. Tratava-se da mesma estirpe dividida em dois ramos, pois Jerônimo e Marcelino eram irmãos, filhos de Leonor Domingues, a matriarca da família Camargo⁸⁵⁶.

Os vínculos de parentesco ainda se estendiam pela via colateral, pois João do Prado de Camargo era casado com Marianna Bueno de Camargo, prima de primeiro grau de Fernando de Camargo Pimentel e de sua irmã Isabel da Silveira e Camargo, esta última esposa de Lucas de Siqueira Franco⁸⁵⁷.

Já o neto de Lucas de Siqueira Franco, com o mesmo nome, casou-se com a filha de Frutuoso Furquim de Campos. O fato de Frutuoso ser o principal adversário na disputa pelos símbolos de prestígio, quando da elevação da freguesia de Atibaia, não impediu que as famílias se unissem nas gerações seguintes⁸⁵⁸.

Consta ainda na mesma genealogia examinada, que um João Preto de Oliveira era casado com Anna Maria de Jesus, filha de Pedro Ortiz de Camargo, o qual, por sua vez, era irmão de Fernando de Camargo Pimentel. Entretanto, a obra consultada não é muito precisa quanto ao ramo derivado da família Preto do qual provinha o eleitor com o mesmo nome, de modo que não foi possível confirmar se era, efetivamente, ele, seu filho ou outro parente próximo⁸⁵⁹.

tradicionais, cf.: LEME, Luiz Gonzaga da Silva; AMATO, Marta (Ed.). **Genealogia Paulistana**. S.l., s. n., 2002. 2 CD-ROM.

⁸⁵⁵ Convém aqui realçar que Jerônimo de Camargo é considerado o fundador de Atibaia, lembrando que o núcleo populacional foi se constituindo em torno da capela que este erigiu em homenagem a São João.

⁸⁵⁶ **Genealogia Paulistana**, op. cit.

⁸⁵⁷ LEME, Luiz Gonzaga da Silva; AMATO, Marta (Ed.). **Genealogia Paulistana**, S.l., s. n., 2002. 2 CD-ROM.

⁸⁵⁸ Ibidem.

⁸⁵⁹ Ibidem.

Há também o registro de casamento de Ana Cardoso Bueno, filha de Gabriel Ortiz de Camargo, outro irmão de Fernando de Camargo Pimentel, com José Pereira Padilha, cujo grau de parentesco com Manoel Pereira Padilha não pôde ser, precisamente, delineado, tratando-se, provavelmente, de irmãos⁸⁶⁰.

Tais elementos, embora nem sempre precisos, servem para evidenciar os laços que uniam as principais famílias, bem como para registrar sua participação no processo de escolha dos indivíduos que ocuparam os principais postos da câmara, exercendo o governo e a justiça local.

A segunda leva de eleitores escolhida foi composta por três dos anteriores e outros três novos nomes. Entre os novos, Lourenço Franco de Camargo era sobrinho de Fernando de Camargo Pimentel⁸⁶¹, enquanto Francisco da Silveira Franco era filho de Lucas de Siqueira Franco, mantendo-se, praticamente, a composição anterior em termos de representatividade das famílias tradicionais.

Lourenço Franco de Camargo e Manoel Pereira Padilha foram os que mais exerceram o ofício de juiz ordinário, quatro e três vezes, respectivamente, enquanto Francisco da Silveira Franco foi juiz ordinário uma vez. Todos em anos diferentes, estes indivíduos marcaram presença como juízes durante oito anos. Somando o exercício do ofício de juiz pelos outros três eleitores, Fernando de Camargo Pimentel, João do Prado de Camargo e Antonio Ferraz de Araújo, o período de governo é ampliado para onze⁸⁶².

Por meio da análise dos vínculos entre os demais juízes ordinários e os eleitores, verifica-se como havia o exercício sucessivo dos ofícios. Jerônimo de Camargo Pimentel, respectivamente irmão e pai dos eleitores Fernando de Camargo Pimentel e Lourenço Franco de Camargo, foi juiz ordinário. Também exerceram o mesmo ofício três filhos, dois netos e três genros do eleitor Lucas de Siqueira Franco, assim como dois filhos do eleitor João do Prado de Camargo, elevando o período de participação na câmara para quinze anos, em quatro deles preenchendo os dois ofícios de juiz ordinário⁸⁶³.

⁸⁶⁰ Ibidem.

⁸⁶¹ Lourenço Franco de Camargo, filho de Jerônimo de Camargo Pimentel, era também sobrinho de Isabel da Silveira e Camargo, esta última esposa de Lucas de Siqueira Franco. Além do parentesco por afinidade, Lourenço tornou-se também genro, ao se casar em segundas núpcias com sua prima Gertrudes Franco, filha de Lucas e Isabel. As famílias ainda continuaram reforçando seus laços na geração seguinte, pois o filho de Lourenço Franco de Camargo, Felisberto Franco de Camargo, uniu-se em matrimônio a Francisca de Paula Pedroso, neta de Lucas, cf.: LEME, Luiz Gonzaga da Silva; AMATO, Marta (Ed.). **Genealogia Paulistana**. S.l.: s. n., 2002. 2 CD-ROM.

⁸⁶² Exerceram as funções de juiz ordinário nos seguintes anos: 1771, 1772, 1773, 1777, 1778, 1779, 1780, 1783, 1784, 1785 e 1792.

⁸⁶³ O período corresponde aos seguintes anos: 1771, 1772, 1773, 1777, 1778, 1779, 1780, 1783, 1784, 1785, 1786, 1788, 1789, 1790, 1792. Em 1772, 1773, 1786 e 1789, houve a ocupação dos dois ofícios de juiz ordinário. No apêndice A, elaborou-se um quadro entrecruzando o exercício dos ofícios e as relações de parentesco.

O aprofundamento da análise dos vínculos familiares para abranger outros indivíduos e suas relações com os eleitores, certamente mostrará a participação na câmara destas famílias e daqueles que a elas se uniram, exercendo, principalmente, o ofício de juiz ordinário ao longo das sucessivas composições da câmara. Verifica-se, por exemplo, que João de Godói Moreira foi juiz ordinário em 1777, enquanto seu irmão, José de Godói Moreira, ocupou o mesmo ofício em 1776 e 1790. José de Godói Moreira, por sua vez, era cunhado de Lourenço Franco de Camargo. Deste modo, apesar de não descender, diretamente, das mesmas famílias, boa parte dos ocupantes dos ofícios acabava ligada por meio de alianças matrimoniais. Os laços existentes podem ser estendidos ainda mais agregando as relações decorrentes do compadrio, mas o parentesco mais próximo já é capaz de delinear como se dava o preenchimento dos principais ofícios.

Portanto, não é necessário o conhecimento das demais listas de eleitores e das datas em que cada um, eventualmente, exerceu algum dos ofícios para evidenciar a ampla presença dos “principais da terra”, de seus parentes e de seus associados na câmara. Tal participação não se restringia ao exercício das funções judiciais, estendendo-se a praticamente todos os ofícios eletivos.

A maioria dos membros das famílias principais, antes de se tornar juízes, ocupou também os ofícios de vereador ou procurador: Joaquim de Siqueira Franco, filho de Lucas de Siqueira Franco, foi procurador em 1777, antes de ser eleito juiz em 1786; seu irmão, Lucas da Silveira Franco, foi também procurador em 1779, depois juiz em 1788; Francisco Alves Cardoso, genro de Lucas, foi vereador em 1777 e procurador em 1782, antes de se tornar juiz no ano 1790.

Mesmo Lourenço Franco de Camargo e Francisco da Silveira Franco, pertencentes à segunda leva de eleitores e à geração mais nova de suas famílias quando da elevação da vila, exerceram as funções de vereador e procurador, respectivamente, antes de serem juízes ordinários. Poucos foram alçados de imediato ao ofício de julgar. Fernando de Camargo Pimentel e seu irmão Jerônimo, respectivamente tio e pai de Lourenço, bem como João do Prado de Camargo, fazem parte das exceções, pois foram eleitos juízes ordinários sem terem exercido anteriormente outras funções na vila de Atibaia. Entretanto, juntamente com Lucas de Siqueira Franco e Frutuoso Furquim de Campos, já tinham sido juízes ordinários na cidade de São Paulo. Experientes, líderes nos seus respectivos troncos familiares, estes indivíduos, tidos como “principais da terra”, usaram seu prestígio e proeminência para eleger os oficiais durante as primeiras décadas de vida da nova vila.

Observa-se, portanto, com base nas sucessivas composições da câmara, que os primeiros eleitores integraram ao órgão municipal os membros de suas casas e, depois, os indivíduos que lhes eram próximos, revezando-se no exercício dos ofícios. Os seus sucessores fizeram o mesmo, havendo uma espécie de trajetória, na qual os integrantes de cada uma das principais famílias começavam como vereadores, ou procuradores do concelho, passando depois a juízes ordinários, até galgarem os principais postos militares.

Deste modo, o percurso dos ocupantes dos ofícios não era de forma alguma aleatório, somente os indivíduos de maior prestígio se tornaram, de plano, juízes ordinários, enquanto nem todos os que começaram como almotacé, ou vereadores, chegaram a ser indicados para a função judicante.

Note-se que, apesar de apenas um indivíduo servir como procurador a cada ano contra dois juízes, o ofício singular foi ocupado por 23 pessoas diferentes em 25 anos, enquanto apenas trinta indivíduos, dos cinquenta possíveis, exerceram, efetivamente, a função de juiz ordinário no mesmo espaço de tempo. A relação entre o número de pessoas e os ofícios que exerceram evidencia que houve, praticamente, um procurador diferente a cada ano, enquanto vários indivíduos foram juízes mais de uma vez, o que sinaliza para uma seletividade maior em relação a quem poderia exercer a função judicante e presidir o colegiado da câmara⁸⁶⁴.

Revela-se, assim, a existência de um filtro social, sobretudo pelo fato de pouco mais de dois terços dos que exerceram funções eletivas nunca as ocuparem, tampouco terem sido indicados como juízes ordinários⁸⁶⁵.

Grande parte dos juízes ordinários já era ou alcançou o posto de capitão ou alferes de algumas das companhias das ordenanças da região. Deste modo, apesar da ampliação do acesso às posições de exercício de autoridade propiciada pela criação da câmara, foram estabelecidos meios de concentração dos ofícios, especialmente dos mais importantes. Ainda que integrar a câmara não fosse atrativo para a maioria dos “principais da terra”, havia a necessidade de controlar o órgão municipal responsável pelo governo e pela distribuição da justiça. De forma que mesmo o primeiro capitão-mor, Lucas de Siqueira Franco, como também o guarda mor Frutuoso Furquim de Campos, procuraram selecionar quem serviria em cada ofício, apesar de não desejarem exercê-los em Atibaia.

⁸⁶⁴ A relação completa dos nomes e dos ofícios exercidos, ou para os quais foram indicados a cada ano, se encontra no Apêndice B deste estudo.

⁸⁶⁵ Além dos 30 ocupantes efetivos, outros 12 foram indicados para o ofício de juiz ordinário, mas obtiveram dispensa, totalizando 42 indivíduos do conjunto de 127 que exerceram ou conseguiram dispensa de todos os ofícios eletivos.

Dentre os mecanismos para controlar a câmara, observou-se, inicialmente, o revezamento e, depois, a incorporação dos membros mais novos das famílias tradicionais de forma ascensional aos ofícios. Por outro lado, a necessidade gerada pelo elevado número de cargos e a transitoriedade de sua ocupação ensejou o recrutamento de indivíduos nos estratos intermédios, ou fora das famílias principais da região para a complementação dos quadros da câmara.

Alguns destes indivíduos, de acordo com a riqueza ou vínculos estabelecidos ao longo de sua trajetória, eram então indicados como juízes ordinários, chegando, eventualmente, a ocupar os postos mais altos dos corpos militares, cuja nomeação dependia também da indicação da câmara. A possibilidade de galgar os ofícios estava associada ao progresso nos negócios e também às alianças matrimoniais. Para aqueles que não gozavam de maior prestígio, a perspectiva de acesso aos postos mais elevados servia de estímulo ao exercício dos ofícios menos expressivos. Da mesma forma, fazia convergir os interesses dos que aspiravam ascender com os daqueles que já ocupavam as posições mais elevadas, congregando-os no exercício das funções de governo e de justiça.

Os comerciantes de origem portuguesa e os indivíduos pertencentes às famílias tradicionais de menor expressão na região, ou a ramos mais distantes das principais estirpes eram candidatos aos ofícios, pois exercê-los, além de favorecer seus próprios interesses, também podia lhes servir como meio de ascensão social.

Os irmãos portugueses Francisco Lourenço Cintra e José Félix Cintra se estabeleceram na vila de Atibaia, logo após a sua elevação, em 1772. Eles foram citados anteriormente em razão do manejo de diversas ações de cobrança e por conta do sucesso que alcançaram na atividade mercantil⁸⁶⁶. Da descendência de Francisco de Lourenço Cintra, dois filhos e uma filha se casaram com filhos de Francisco da Silveira Franco. Após a morte de Francisco de Lourenço Cintra, sua esposa, Elena de Moraes, casou-se com José de Siqueira Franco, irmão de Francisco da Silveira Franco e filho do Capitão-mor Lucas de Siqueira Franco. Os casamentos com a viúva e entre os filhos de cada família selaram a união entre elas⁸⁶⁷.

A trajetória profissional de sucesso e as alianças matrimoniais integraram os irmãos Cintra ao grupo dos “principais da terra”. Francisco Lourenço ocupou o posto de capitão de uma das companhias de ordenanças, enquanto seu irmão, José Félix, eleito juiz ordinário em

⁸⁶⁶ SILVEIRA. **História de Atibaia**, op. cit., p. 206, item 3.5.1 e subitem: 3.5.1.2.

⁸⁶⁷ Lourenço Franco da Rocha, filho de Francisco da Silveira Franco, casou-se com Rita de Cássia de Moraes, filha de Francisco Lourenço Cintra; Maria Francisca Cardoso, filha de Francisco da Silveira Franco, casou-se com Jacinto José de Araújo Cintra e Ana Francisca Cardoso, também filha de Francisco da Silveira Franco, casou-se com Ignácio de Loiola Cintra, cf.: Genealogia paulistana, op. cit.

1783, substituiu Francisco da Silveira Franco como sargento mor, quando este último assumiu o posto de capitão-mor, após a reforma de seu pai, Lucas de Siqueira Franco.

Outro comerciante português de sucesso, Gabriel Fernandes Cantinho, foi vereador, em 1782, chegando a ser indicado como juiz ordinário em 1787, tendo alcançado o posto de alferes de uma das companhias de ordenança. Contudo, ao que parece, ele não foi integrado por meio de casamento ao grupo que controlava a câmara, provavelmente em razão da transferência de seus negócios para a cidade de São Paulo, mesmo motivo que alegou ao declinar a indicação para o ofício judicante. Resta a dúvida se o motivo da mudança foi de fato o aumento da riqueza, ou então a incapacidade de se aliar aos grupos dominantes.

Os comerciantes portugueses, portanto, eram integrados às famílias locais e passavam a ocupar os ofícios eletivos na câmara. Ressalte-se que Manoel Pereira Padilha, juiz ordinário e também eleitor, conservou o nome de seu avô pelo lado materno, português de nascimento, evidenciando que este mecanismo de incorporação já era praticado anteriormente, não constituindo uma inovação, apenas a reprodução de uma fórmula.

Para os nascidos na colônia também havia meios de ascensão. Pouco antes da elevação de Atibaia, Crispim da Silva Franco tinha posses modestas e não era oficial de nenhum dos corpos militares. Ele descendia da família Leme, ligando-se aos Camargo pelo casamento com sua primeira esposa, Isabel Ortiz, filha de Pedro Ortiz de Camargo, irmão de Jerônimo e Fernando de Camargo Pimentel. Crispim foi vereador em 1776, procurador em 1780, tornando-se juiz em 1787, ofício que veio a ocupar novamente em 1794. Durante este percurso, alcançou a patente de capitão de ordenanças da companhia sediada no importante distrito do Rio Acima, local onde morava, tornando-se a principal liderança em seu bairro. Assim, apesar dos Leme não serem tão influentes na região, Crispim se associou aos Camargo em três dos seus quatro casamentos, deixando extensa prole, a qual foi integrada, também por meio de matrimônios, aos “principais da terra”⁸⁶⁸.

As alianças matrimoniais serviam para garantir o controle sobre a câmara, bem como agregar os portugueses, normalmente ligados ao comércio, às famílias tradicionais. Naturalmente, as relações entre tantas famílias nem sempre se davam de forma harmônica. Da mesma forma, havia grande disputa pelos símbolos de prestígio, especialmente pelos postos militares, os quais conferiam um poder mais amplo e perene aos seus ocupantes. Do exercício do comércio também emergiam conflitos entre os agentes mercantis, o que, certamente, repercutia na formação da câmara e em sua atuação.

⁸⁶⁸ *Genealogia paulistana*, op. cit.

Contudo, a despeito de eventuais dissensos, tendia a haver um alinhamento aos interesses das figuras de maior prestígio social. Os “principais da terra” constituíam normalmente os eleitores, formulando as listas contendo o nome dos indicados para os ofícios, garantindo, desta forma, o controle sobre a câmara. A ascensão aos postos mais elevados dependia, portanto, da relação estabelecida com o grupo que exercia o domínio sobre as instituições locais, lembrando que, por meio de revezamento e integração de seus membros mais novos, as principais famílias ocupavam posições governamentais e judiciais estratégicas a cada ano.

Outros estudos sobre a câmara evidenciam conflitos entre segmentos dos grupos locais dominantes ou que desejavam controlar a câmara, muitas vezes colocando em lados opostos comerciantes e agricultores, estes últimos mais vinculados às famílias tradicionais⁸⁶⁹.

A existência de um conflito mais acentuado entre grupos melhor definidos por origem, ou atividades desenvolvidas, desbordando a esfera individual, não foi constatada na região de Atibaia. Talvez porque se tratasse de uma área de ocupação antiga, onde as famílias tradicionais já estavam bem enraizadas, e os já experimentados meios de incorporação dos grupos em ascensão às elites locais funcionassem melhor.

Por outro lado, convém ressaltar que, mesmo havendo disputas, estas se davam no interior dos restritos grupos que dominavam, ou aspiravam ao controle da política local. A maior parte da população, ainda que pudesse se valer das atividades desenvolvidas pela câmara, continuava à margem do exercício do governo e das instituições locais.

Ademais, é nesse sentido que deve ser encarada a atuação frente ao órgão municipal. Os múltiplos pedidos de dispensa dos ofícios, principalmente nas vilas em que a ocupação trazia pouca nobilitação, são sintomáticos do prestígio, relativamente baixo, decorrente das funções no âmbito local. Havia, entretanto, consciência da importância do domínio sobre a câmara para o exercício do governo e da justiça; daí porque havia o revezamento dos membros das elites, que viam o exercício dos ofícios mais como um encargo necessário, do que uma vantagem pessoal. Deste modo, evitava-se também a ascensão de grupos subalternos indesejados.

⁸⁶⁹ Para a vila de Curitiba, Joacir Navarro Borges aborda as “disputas e rivalidades abertas entre os membros de uma elite política tradicionalmente estabelecida e aqueles recém-chegados, que desejavam se estabelecer”, estes últimos formados principalmente por mercadores de origem portuguesa, cf.: **Das Justiças e dos Litígios**, op. cit. p. 309. Em obra primorosa, Evaldo Cabral de Mello analisa a rivalidade existente entre a “nobreza da terra”, constituída principalmente pelos senhores de engenho da região de Olinda e os comerciantes (mascates), disputa que envolvia também a ocupação dos cargos da câmara, cf.: **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates**, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

3.7.2 *Procuradores e solicitadores de causas*

Os diversos serviços institucionais prestados pela Câmara eram, em regra, requeridos por meio de petições feitas aos camaristas e aos oficiais que os auxiliavam. Por viver em unidades rurais afastadas e sem contar com uma educação formal, boa parte da população não dispunha de condições de confeccionar, por si mesma, reivindicações escritas ao órgão municipal.

A Justiça local era ainda mais distante do alcance direto, pois não bastava saber ler e escrever, era necessário, também, o domínio de toda uma técnica jurídica, especialmente o manejo das diversas modalidades de autos cíveis. Somente por meio deste conhecimento específico, era possível postular direitos, ou se defender contra as ações que, eventualmente, fossem propostas.

A ausência de alfabetização e de um saber jurídico, porém, não constituía um obstáculo intransponível ao acesso à justiça, pois havia a possibilidade de se servir de intermediários para viabilizar o ajuizamento de demandas judiciais, ou para o exercício do direito de defesa.

Embora a função de advogado fosse privativa daqueles que tivessem o título de bacharel em leis, ou cânones pela Universidade de Coimbra, não havia a obrigatoriedade de recorrer, exclusivamente, a letrados para o ajuizamento de demandas.

Nos locais onde havia poucos bacharéis, ou nenhum, o Ouvidor ou o Governador e Capitão General podiam dar “provisão” para que indivíduos sem instrução universitária exercessem a função de advogado. Em Atibaia, até pelo menos 1782, não havia nenhum procurador de causas com a referida autorização pela “limitação da terra”, conforme consta de um auto cível de libelo⁸⁷⁰.

A provisão conferia, basicamente, as mesmas prerrogativas do advogado. Havia, porém, a possibilidade de obtenção de uma licença para a mesma finalidade, aparentemente mais restritiva em termos geográficos. Alguns poucos indivíduos foram qualificados como licenciados, tais como: João do Prado Bueno, Fernando Dias Pais Leme e Joaquim José Santana. Contudo, a maioria dos que figuraram como procuradores não tinha nem licença,

⁸⁷⁰ No documento havia um requerimento com despacho favorável do Ouvidor, no qual o autor dizia que “manejava tropas da cidade de São Paulo para as Minas Gerais” e informava que não havia ninguém com “provisão” em Atibaia, onde tinha a necessidade de propor uma ação, assinalando que “há na dita vila Alexandre Machado de Carvalho, que tem a sua inteligência e não tem provisão, nem a quer tirar pela limitação da terra e o requerente que tem provisão é apaixonado pela causa, por isso pede a Vossa Mercê seja servido dar licença ao dito Carvalho para que possa defender a causa do suplicante” (D622 – 1782 - CO 3710 ACA).

muito menos provisão, de modo que tal formalidade não se mostrou essencial para que pudessem atuar em juízo em nome de terceiros.

O papel dos procuradores leigos no contexto de uma prática judicial já foi anteriormente examinado. Da mesma forma, observou-se que se tratava de uma atividade remunerada, cujo pagamento dos serviços prestados chegou a ser exigido por meio de cobranças judiciais⁸⁷¹.

Os procuradores serviam como intermediários, propiciando à maioria da população a possibilidade de se valer dos meios judiciais. Por outro lado, nem sempre era necessário promover, diretamente, alguma ação, já que muitas obrigações de natureza negocial eram materializadas em cartas de crédito, as quais podiam ser transacionadas ou repassadas a terceiros para que fossem cobradas em juízo. Ademais, examinando as cartas de crédito, observa-se que algumas delas eram assinadas a rogo, ou seja, por alguém que substituísse o credor ou devedor quando ele não soubesse ler e escrever. Assim, havia a possibilidade de acesso indireto à justiça, bastando que o titular do crédito o transferisse a quem pudesse ajuizar a demanda, mas isto, naturalmente, não podia ser feito em todas as ações, suprimindo apenas, parcialmente, a necessidade de contar com o auxílio direto de um procurador.

A maioria dos autos cíveis foi ajuizada por procuradores leigos, enquanto todas as defesas ofertadas nos autos criminais foram feitas, também, por meio de procuradores, alguns poucos letrados. Mesmo sem licença ou provisão, João Preto de Oliveira, Januário Ortiz e Alexandre Machado de Carvalho chegaram a figurar em centenas de processos, fazendo deles os procuradores mais atuantes no juízo ordinário de Atibaia.

A advocacia era uma atividade bastante respeitada. Normalmente, os filhos dos grandes proprietários rurais das áreas exportadoras eram enviados à Universidade de Coimbra para a obtenção do cobiçado título de doutor. Em Atibaia, mesmo as famílias mais poderosas não dispunham, pelo menos no período examinado, de condições de propiciar o estudo superior aos seus filhos.

O prestígio da advocacia, por outro lado, não alcançava aqueles que a exerciam sem o título. Pelo contrário, fazer as vezes de procurador nos processos que tramitavam no juízo ordinário era considerado aviltante, tanto que uma figura de destaque no cenário local, o Capitão Francisco Lourenço Cintra, foi repreendido pelo Governador e Capitão General por meio de uma carta com o seguinte teor:

⁸⁷¹ Embora pouco numerosos, há registros de cobranças de honorários pelo exercício da prática judicial leiga. Ver nesse sentido: 3.5.1.6. No curso de um auto cível, foi exibido um recibo referente a tais serviços com o seguinte teor: “recebi do Ajudante Antonio Gomes Machado a quantia de dois mil quinhentos e sessenta réis em pagamento do trabalho que tive em diligenciar requerer e procurar na causa de força nova que moveu no Juízo Ordinário desta Vila de Atibaia” (D1741 – 1791 - CO 3726 ACA).

Dizem mais que vm.ce serve de requerente, e Procurador de pessoas que tem Cauzas nesse auditório; eu não me capacito a isto, porque estou certo, que conhecendo vm.ce o honrado carater de que está revestido pela Patente com que se acha não será capaz de exercer hum tão abatido ofício como aquele (...).⁸⁷²

A patente de capitão exigia uma conduta compatível com o posto militar. Ao que parece, servir como requerente de causas em favor de terceiros sem ser advogado era considerada uma atividade indigna. Consta que o Capitão Francisco Lourenço Cintra foi procurador em dez causas, três no ano de 1776 e sete no ano de 1777, mas depois da admoestação feita pelo Governador e Capitão General, no início de 1778, supostamente não mais exerceu tal função⁸⁷³.

Pessoas de destaque no cenário local, tidas como “principais da terra”, também serviram como procuradores⁸⁷⁴, mas de forma mais esporádica, já que, provavelmente, não queriam ser identificadas praticando habitualmente um ofício tão “abatido”. Note-se que José Félix Cintra, irmão de Francisco e também seu sucessor nos negócios, não figurou como procurador de causas. Apenas seu filho, com o mesmo nome, chegou a ajuizar algumas ações para terceiros.

Um processo que tramitou no juízo ordinário de Atibaia evidencia que o desprestígio da atividade de procurador de causas era disseminado. Miguel Carlos de Azevedo da Silva Castro ajuizou uma demanda em razão das ofensas contra ele irrogadas. Segundo o libelo, os detratores do autor o chamaram de “ladrão, perturbador da República, que aconselha contra o direito, [e] que leva dinheiro pelos conselhos que dá (...)”.⁸⁷⁵

O próprio ofendido admitia ser procurador de causas, negando, tão somente, que fosse sua ocupação habitual e que recebesse por seus serviços, alegando, de forma pouco convincente, que agia de forma altruísta:

Provará que o autor é de família nobilíssima de Portugal, nunca foi ladrão, menos perturbador da República, antes sim, ajudando em acomodar a todos com suas dissensões (...), fazia petições de casamento, absolvições para excomungados, dispensas matrimoniais, para botar presos fora das cadeias, vários papéis públicos aos que precisam, tudo pelo amor de Deus e querendo pagar-lhe o trabalho a pessoa alguma recebeu dinheiro.⁸⁷⁶

⁸⁷² DIHCSP, v. 80, p. 91-2.

⁸⁷³ D241 A – 1776 - CO 3703 ACA, D246 – 1776- CO 3703 ACA, D250 – 1776 - CO 3703 ACA, D271 A – 1777 - CO 3704 ACA, D281 – 1777- CO 3704 ACA, D295 – 1777- CO 3704 ACA, D296 – 1777- CO 3704 ACA, D298 – 1777 - CO 3704 ACA, D299 – 1777 - CO 3704 ACA e D304 – 1777 - CO 3704 ACA.

⁸⁷⁴ Consta que o guarda mor Frutuoso Furquim de Campos foi procurador em uma ação de notificação em favor dos órfãos de José Preto Cubas (D483 – 1781- CO 3708 ACA); o capitão-mor Francisco da Silveira Franco representou Antônio José Vaz em uma ação de assignação de dez dias (D1218 – 1787 - CO3719 ACA); o capitão João de Godói Moreira tinha procuração de Antonio Vaz Pinto Ribeiro, morador de Parnaíba, para representá-lo em juízo (D630 – 1782 - CO 3710 ACA) e Manoel Pereira Padilha promoveu uma ação em favor de Onofre de Brito e João Martins (D1059 – 1786 - CO 3717 ACA).

⁸⁷⁵ D742 – 1783 - CO 3712 ACA.

⁸⁷⁶ Idem.

Havia um grupo associado ao comércio com loja aberta e aos ofícios mecânicos que, não obstante a desvalia da ocupação, fazia da advocacia leiga uma de suas principais atividades, funcionando como facilitadores do acesso à justiça.

A atividade de procurador podia auxiliar ou servir de instrumento de ascensão àqueles que reuniam, também, as outras condições que se faziam necessárias à admissão aos estratos sociais superiores, como a “pureza de sangue”. Deste modo, os dois grupos de comerciantes referidos quando da análise das ações de crédito derivadas da venda de fazenda também podem ser diferenciados de acordo com sua participação no universo judicial. Os negociantes de fazenda seca atuando, preferencialmente, em causa própria, ou delegando suas cobranças, enquanto os que participavam diretamente no comércio local de abastecimento inseriam-se, normalmente, no grupo referido no parágrafo anterior, ou transitavam entre as duas posições antes de conseguir se consolidar no grupo superior.

A trajetória de Alexandre Machado de Carvalho evidencia o trânsito entre as duas posições sem, contudo, conseguir se firmar no grupo dominante. Ele continuou exercendo a função de procurador ao longo de toda sua vida, acumulando o patrocínio de mais de uma centena de ações.

Natural da cidade do Porto, Alexandre Machado de Carvalho casou-se com a filha de Manoel Pereira Padilha, tendo seu negócio de molhados. Apesar de eleito vereador, no ano de 1775, e servir como arrecadador do subsídio literário, nunca conseguiu alcançar uma patente militar que lhe conferisse maior prestígio⁸⁷⁷.

O casamento e os serviços prestados à Câmara deram maior qualificação social a Alexandre Machado de Carvalho, mas o comércio a retalho e o exercício contínuo da atividade de procurador o aproximou dos demais indivíduos que compunham o grupo de negociantes de molhados. Estes agentes também tinham suas vendas e serviam como procuradores leigos, promovendo ações em favor de terceiros.

Situados nos estratos sociais mais intermédios, os vendedores e negociantes de molhados buscavam oportunidades de ascensão pelo casamento e enriquecimento. Os dois referidos meios de qualificação social estavam, normalmente, interligados, uma vez que o sucesso nos negócios permitia a associação às famílias tradicionais. Da mesma forma, fazia com que estes indivíduos deixassem de exercer, continuamente, a função de procurador de causas, bem como de participar, diretamente, da arrematação dos ramos do estanco, figurando mais como financiadores de tais atividades. Convém destacar que nos consórcios formados para a obtenção

⁸⁷⁷ D1726 – 1791 - CO 3726 ACA, D1758 – 1791 - CO 3726 ACA, **História de Atibaia**, op. cit., p. 329 e **Genealogia Paulistana**, op. cit.

dos monopólios de comercialização, “os principais da terra” participavam como fiadores, de modo que não abandonavam, totalmente, a atividade mercantil, deixando apenas de exercê-la diretamente⁸⁷⁸.

Outro procurador anteriormente citado, João Preto de Oliveira, era natural de Atibaia e casado com Escolástica de Godói Moreira, não estando ligado, diretamente, ao comércio. Nas vezes em que foi ouvido como testemunha, ele foi identificado como sacristão, como professor de solfa e como vivendo “de sua escola de ensinar meninos”⁸⁷⁹.

A despeito de seus talentos e de dispor de um conhecimento bastante valioso, o trabalho, como professor e ainda como músico, provavelmente, não propiciou recursos significativos a João Preto de Oliveira⁸⁸⁰. Outrossim, mesmo sendo genro de João de Godói Moreira, capitão da companhia de infantaria auxiliar da vila de Atibaia, não alcançou posições de maior prestígio, atuando como procurador durante todo o período examinado, circunstância que reforça sua permanência no grupo intermediário.

Os dois procuradores citados, um reinol e outro nascido em Atibaia, tinham meios de progredir, mas não alteraram, significativamente, suas posições sociais. Para Januário Ortiz, o terceiro entre os principais procuradores atuantes no juízo ordinário, o exercício da função de solicitador de causas não representava um fator de diminuição de seu prestígio.

Nascido na freguesia vizinha de Juqueri, Januário Ortiz foi identificado como “pardo” e “liberto”⁸⁸¹. Nas inúmeras vezes em que foi ouvido como testemunha sobressaía a sua ocupação de sapateiro⁸⁸², em seguida a de vendeiro e, em pelo menos duas oportunidades, consignou-se que se tratava também de um solicitador de causas⁸⁸³. Ele ainda exerceu o ofício de carcereiro, o qual, além de pouco expressivo, trazia mais riscos do que benefícios, conforme observado quando se tratou dos autos crimes⁸⁸⁴.

⁸⁷⁸ O Guarda Mor Lourenço Leme de Brito associou-se a Bernardo Correa de Moraes; o Guarda Mor Frutuoso Furquim de Campos a Antonio da Silva Peixoto; Francisco de Camargo Pimentel a Francisco Bueno de Camargo e o Alferes Manoel Pereira Padilha a Bento José de Figueiredo cf.: LRACAt de 02 de junho de 1770. Naturalmente, quando havia oportunidade, mesmo os indivíduos mais respeitados aproveitavam as possibilidades de lucro advindas dos direitos do estanco, tanto que no primeiro ano de funcionamento da Câmara de Atibaia ele foi conferido diretamente a Lucas de Siqueira Franco sem que houvesse concorrência ou fosse repassado qualquer valor à Municipalidade. Nos anos seguintes, quando houve o pregão, não há registro nos termos de vereança, nem nos autos cíveis, da participação de Lucas, ou de seus filhos na obtenção dos direitos.

⁸⁷⁹ D61 – 1771- CO 3698 ACA, D89 – 1772- CO 3699 ACA e D154 – 1773 - CO 3700 ACA.

⁸⁸⁰ João Preto de Oliveira também obtinha rendimentos fazendo o acompanhamento musical dos “mementos” cantados nas cerimônias fúnebres, cf.: D997 – 1785 - CO 3715 ACA.

⁸⁸¹ D1017 – 1786- CO 3716 ACA.

⁸⁸² D1017 – 1786- CO 3716 ACA, D906 – 1784 - CO 3714 ACA e D1017 – 1786- CO 3716.

⁸⁸³ D1108 – 1787- CO3718 ACA e D1330 – 1788- CO 3721 ACA.

⁸⁸⁴ D1280 – 1788 - CO 3720 ACA.

A única função desempenhada por Januário Ortiz que gozava de relativo prestígio foi de meirinho dos dízimos⁸⁸⁵. Contudo, o ofício mecânico, por si só, já constituía um fator depreciativo, enquanto a condição de “mulato” representava, praticamente, uma interdição à possibilidade de ascensão social.

Se a descendência afastava a possibilidade de Januário Ortiz conseguir se unir ao grupo dominante pelo matrimônio, enquanto o desempenho do ofício de sapateiro não oferecia grandes expectativas de enriquecimento, restava-lhe a possibilidade de aumentar suas habilidades por meio da aprendizagem da linguagem escrita e, principalmente, da prática judicial. Deste modo, considerando a baixa qualificação social, atuar como procurador leigo representava um significativo avanço, ao menos para a parcela mais pobre da população.

Mascatear, possuir venda ou loja aberta, assim como o exercício de ofício mecânico, eram ocupações bastante desvalorizadas. Como a maioria dos vendedores e negociantes de molhados também eram procuradores leigos, a desvalia de suas atividades, certamente, se estendia à atuação perante a justiça local. O enriquecimento podia mitigar os prejuízos causados pelas profissões anteriormente desempenhadas, mas o preconceito decorrente da origem étnica ou, mais precisamente, da “cor”, conforme consignado na documentação, era de mais difícil superação.

Desenvolvendo suas atividades nas áreas de maior concentração de pessoas, nas quais situavam-se os centros administrativos e paroquiais, os procuradores leigos eram, facilmente, acessíveis. O calendário de festividades, missas e das obrigações religiosas fazia com que a maioria da população comparecesse, ainda que esporadicamente, aos núcleos mais urbanos. Muitos produtores rurais ainda vendiam sua produção, transportando-a para a sede da vila e dela para outras regiões. Nessas ocasiões, havia a possibilidade de contratação de solicitadores de causas ou mesmo a negociação de créditos, os quais podiam ser adquiridos com deságio pelos procuradores que assumiam os riscos pelo recebimento das dívidas.

Vale ressaltar que, pela própria natureza das atividades que desempenhavam, os procuradores leigos e artesãos estavam em contato com aqueles que frequentavam suas vendas, ou compravam os produtos que fabricavam, no caso dos oficiais mecânicos. Consequentemente, a maioria da população podia se valer dos serviços profissionais oferecidos pelos diversos solicitadores de causa, de modo que não havia grandes dificuldades para contatar quem pudesse ajuizar ações ou promover defesas.

⁸⁸⁵ D1696 – 1790 - CO 3725 ACA.

A representação de terceiros em juízo era, sem dúvida, um negócio lucrativo, o que, certamente, justificava o grande número de indivíduos que exerciam a função de procurador durante o período examinado. Além disso, conferia ao indivíduo que conhecia os trâmites processuais a possibilidade de ingressar no universo judicial e dele se valer para defender seus interesses.

A justiça era regida por um conjunto normativo que estabelecia regras pelas quais as partes deviam receber, ao menos em tese, o mesmo tratamento. Deste modo, ainda que o juízo ordinário fosse controlado pelos “principais da terra”, havia a necessidade de garantir, formalmente, esta igualdade, o que tornava o ambiente judicial muitas vezes menos hostil aos interesses dos procuradores leigos e daqueles que por eles eram representados do que outras instâncias de exercício de poder.

Mesmo desprezada aos olhos da burocracia régia, a atividade de procurador não era, apenas, fundamental para garantir o funcionamento da justiça local, ela ainda trazia um grande proveito para quem soubesse conduzir as diversas modalidades de autos cíveis.

Na esfera judicial, era possível confrontar pessoas com maior prestígio e, eventualmente, mobilizar as autoridades régias em favor dos próprios interesses ou daqueles que eram patrocinados pelos procuradores leigos. Isto não significava, evidentemente, que havia um nivelamento de posições, mas apenas a neutralização de algumas das vantagens decorrentes dos títulos militares, da origem familiar e também da riqueza. No exame das ações envolvendo terras, foi possível observar alguns exemplos de ações ou defesas promovidas por posseiros contra detentores de títulos de sesmária. No mesmo sentido, foram vistos escravos demandando seus senhores.

Ainda que não constituíssem a maioria dos processos examinados, os casos citados demonstram que os juízes ordinários não podiam filtrar o ingresso de demandas tendo como critério as hierarquias sociais. Apenas a título de comparação, seria improvável que um soldado pudesse rivalizar um superior no contexto puramente militar, bem como que algum fiel fosse capaz de contestar alguma obrigação religiosa. Mesmo que houvesse instâncias militares e clericais superiores, as quais pudessem eventualmente ser invocadas para emendar a conduta dos oficiais de alta patente e dos párocos, elas não estavam diretamente ao alcance da população, tampouco podiam ser encontradas na vila de Atibaia. Ademais, para que fossem acessadas as autoridades régias e religiosas superiores também era necessária, em regra, a intermediação de procuradores.

No curso de um processo cível, a habilidade que permitia exercer a função de procurador leigo foi enaltecida pelo temor que incutia naqueles que não dispunham de tal capacidade. Pedia

o autor ao Ouvidor e Corregedor que avocasse seu processo, pois seu adversário, o já mencionado Alexandre Machado de Carvalho: “naquela vila é poderoso em razão de ser o único que com inteligência defende causas, por esse motivo todos lhe guardam vassalagem”⁸⁸⁶.

Verificou-se que Alexandre Machado de Carvalho não era o único que manejava autos cíveis. Havia outros que dispunham, basicamente, das mesmas aptidões e que também confeccionavam manifestações processuais bem elaboradas, entre os quais se enquadravam Januário Ortiz e João de Oliveira Preto, cujas trajetórias foram resumidamente reconstituídas.

Da mesma forma, fazia parte da própria estratégia argumentativa se mostrar inferiorizado com a finalidade de angariar a simpatia pelo mais fraco. No caso anteriormente mencionado, especificamente, havia ainda a necessidade de evidenciar que se tratava de um adversário influente e poderoso, uma das causas previstas na legislação régia para que o Ouvidor, acumulando as funções de Corregedor, pudesse retirar o processo de quem incumbia julgá-lo, ou seja, o juízo ordinário⁸⁸⁷.

Por outro lado, apesar das ressalvas, o documento citado não deixa de evidenciar que a função de solicitador de causas podia trazer também um relativo prestígio, pelo menos aos olhos dos que estavam situados nas esferas sociais mais baixas. Assim, mesmo para aqueles que não tinham meios de progredir, saber promover as ações cíveis constituía um importante recurso, propiciando o ingresso ao mundo judicial. Destarte, no juízo ordinário, era possível encurtar ou ao menos mitigar as distâncias entre as posições sociais, assim como impor-se diante daqueles que estavam no mesmo nível e não dispunham de tal expertise.

Em síntese, apesar de muitos pertencerem, basicamente, ao mesmo estrato social daqueles que representavam em juízo, os solicitadores de causa dispunham de um conhecimento que os diferenciava aos olhos da maioria da população, traduzindo-se também em autoridade. Tratava-se, ao cabo, de um poder decorrente do domínio de uma técnica que propiciava o acesso à justiça.

3.7.3 *Partes nos processos*

Centenas de autores e réus participaram dos autos cíveis. Apenas nas ações de cobrança foram cerca de 1206 indivíduos diferentes. Este número pode ser ainda maior, pois vários prenomes são constantemente listados, enquanto os nomes de família que os acompanham, também comuns, dificultaram uma individualização mais precisa. Antônio, João, José,

⁸⁸⁶ D1810 – 1791 - CO 3727 ACA.

⁸⁸⁷ Ordenações, Livro I, Título LVIII, parágrafo 11.

Francisco, Manoel, Joaquim e Pedro combinados com os patronímicos Rodrigues, Fernandes, Lima, Leite, Silva, Barbosa, entre outros, frequentemente se repetem, muito embora não designem necessariamente o mesmo sujeito⁸⁸⁸.

Apesar da probabilidade de representarem mais de uma pessoa, especialmente pela distância temporal que, muitas vezes, separava cada um dos documentos examinados, contou-se apenas uma vez cada um dos indivíduos cujo nome se repetia. A estimativa numérica acima também não contemplou os autos crime, nem outras modalidades de ações, como as referentes ao aproveitamento da terra, as quais envolveram outras centenas de indivíduos.

Além da mencionada imprecisão decorrente da repetição de nomes, há ainda outros fatores que contribuem para dificultar um tratamento singular das partes envolvidas, tais como: o fato de muitos dos autores serem provenientes de outras regiões e a constante movimentação da população colonial⁸⁸⁹. Acrescente-se ainda o papel dos intermediários no acesso à justiça, os quais adquiriam os créditos de terceiros para promover as cobranças em juízo, o que torna ainda mais penosa a identificação dos titulares da relação negocial.

Assim, para estabelecer um quadro mais geral das partes em litígio. O caminho mais direto, consistente em formar uma amostra representativa dos diversos agentes que participaram dos processos, extraíndo seus nomes da própria documentação judicial e de outras fontes, constitui uma tarefa muito difícil para a caracterização da totalidade das pessoas que se utilizaram do juízo ordinário, servindo apenas para identificação de alguns grupos.

Alguns dos referidos grupos, ademais, já foram delineados quando analisadas as diferentes modalidades de transações negociais, pois boa parte dos agentes foi identificada pela própria narrativa contida nos processos em que demandaram ou foram demandados. Nos tópicos precedentes, houve a reconstituição de algumas trajetórias individuais, coletando as informações contidas nos autos cíveis e em outras fontes utilizadas para uma melhor categorização. Pelo mesmo caminho, foi possível, inclusive, demarcar um importante segmento da sociedade que se valia dos autos cíveis, tratando-se dos comerciantes habituais de montarias, os de fazenda seca e molhada, estes últimos também exercendo a função de procuradores leigos.

Nesse sentido, convém realçar que boa parte das ações foi promovida por agentes ligados ao comércio, distinguindo-se os mais abonados, que se concentravam na venda de

⁸⁸⁸ Apenas a título de exemplo, na listagem de 1767 foram contabilizados quatro indivíduos chamados Antonio Lima ou Antonio de Lima, três deles tinham ainda o patronímico do Prado, morando em bairros diversos, o que afasta a possibilidade de dupla contagem.

⁸⁸⁹ **A Colônia em Movimento**: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial, op. cit., p.102

fazenda seca e na negociação de animais de tração. Ainda no grupo dos maiores demandantes, devem ser destacados os detentores dos direitos de cobrança do dízimo e de direitos paroquiais.

Outro grupo importante é constituído pelos comerciantes que participavam da aquisição dos estancos, possuindo suas vendas de molhados, muitos servindo de procuradores leigos e intermediários. A peculiaridade destes agentes é que, além de formarem um estrato intermediário, também ostentaram a condição de réus em razão do não pagamento do estanco, ou dos ramos que adquiriam para venda de seus produtos, assim como da fazenda que compravam dos comerciantes de maior envergadura.

Considerando as pessoas que não desenvolviam as referidas atividades, ao menos de forma mais habitual, a abordagem direta até aqui praticada não se mostra viável nos limites deste estudo, pois se trata de um conjunto mais amplo, facilmente superando mil indivíduos, cujos traços deixados na documentação muitas vezes não são tão nítidos como as marcas dos agentes mercantis.

Frente às limitações expostas e também diante do que agora se pretende, ou seja, uma caracterização que congregue não apenas os grupos mais vinculados por conta do seu constante uso dos meios judiciais, mas todos aqueles que, potencialmente, podiam se servir da justiça local, faz-se necessário agregar novas abordagens, assim como mecanismos mais genéricos de delimitação das partes em juízo.

Um rumo que se afigura mais apropriado consiste em abandonar a identificação dos indivíduos que moveram determinadas ações, passando a verificar qual a natureza dos litígios e quem circunstancialmente poderia procurar o juízo ordinário para equacioná-los.

Os bens mais retratados em ações de cobrança foram montarias, fazenda seca e molhada, armas de fogo e terras. O termo fazenda compreendia itens de vestuário, louças e armarinhos, entre os quais as roupas chegavam a ser destacadas em alguns processos, principalmente quando a transação envolvia peças usadas. Parte dos bens mencionados podia ser negociada por agentes não ligados habitualmente ao comércio, conforme já foi sinalizado quando se examinou cada modalidade de transação.

Um dos pressupostos para a inserção no universo judicial seria, portanto, a existência de uma quantidade considerável de bens distribuídos entre a população, assim como a necessidade do ajuizamento de ações para garantir sua posse ou proveito. Nesse sentido, além de recursos suficientes para a aquisição de cavalos, fazenda e utensílios, haveria ainda a necessidade de integração das unidades domésticas aos circuitos econômicos locais e regionais, criando assim condições para o estabelecimento de relações negociais das quais poderiam emergir os conflitos que resultavam em ações judiciais.

Diante de tal quadro, a verificação da possibilidade de surgimento de demandas, bem como de quem podia se envolver nos processos judiciais, está intimamente associado às condições materiais da população, bem como à forma de organização de sua produção e integração aos outros circuitos comerciais coloniais na segunda metade do século XVIII.

Nos tópicos precedentes, embora sob outro enfoque, foi examinada a interação da economia da região com outras partes da colônia, ocasião em que foi realçada a intensa circulação de pessoas e bens. O abastecimento da cidade de São Paulo dependia, em grande parte, da vila de Atibaia, mas a produção local alcançava também as capitanias vizinhas por meio dos caminhos terrestres e fluviais, chegando até as regiões mais distantes por meio dos portos de Santos e do Rio de Janeiro⁸⁹⁰.

Desde o século anterior, a região se destacava na produção para o abastecimento interno. O trigo, principal cultura da região à época, era cultivado em largas faixas de terra, empregando-se um grande contingente de mão de obra indígena. Assim, lastreados no trabalho compulsório, os grandes proprietários se integraram, inicialmente, aos demais centros coloniais.

Até fins do século XVII, começo do XVIII, a maior parte da população livre, constituída, principalmente, por mestiços, associava-se aos grandes proprietários rurais, integrando os grupos armados que apresavam indígenas, ou então permanecia agregada às grandes unidades rurais, nas quais auxiliava no controle dos cativos.

O perfil da produção e da economia local se transformou significativamente, especialmente em razão do declínio do fornecimento de mão de obra cativa indígena e da descoberta de metais preciosos, fatores de desagregação da forma de organização anterior da produção. Em fins do século XVIII, a mineração já estava em declínio e o cenário local era bastante diferente daquele do século anterior, quando a região tinha grande relevância em virtude da cultura do trigo e concentrava os proprietários rurais mais abastados.

As grandes propriedades ainda dominavam o cenário local e ocupavam boa parte da superfície territorial. A maioria dos fogos, porém, era constituída de pequenos e médios sítios de cinquenta a trezentas braças em quadra. Mesmo no interior das unidades rurais mais amplas, os lavradores que nelas se instalavam com a permissão dos proprietários tinham seus espaços delimitados, possivelmente, nas referidas dimensões.

Ao abordar as ações que versavam sobre a terra, aferiu-se, apesar do risco associado à imprecisão das medidas existentes e das críticas ao método de medição empregado, que as unidades rurais eram predominantemente pequenas, o que foi feito com base na área estimada

⁸⁹⁰ Ver subitem 3.5.1.9.

para a sede da Vila de Atibaia dividida pelo número de fogos, subtraindo-se a área aproximada das grandes propriedades. As indicações esporádicas do tamanho dos sítios contidas nas listas nominativas reforçaram a hipótese.

Observou-se ainda que boa parte dos que lavravam “de favor”, ou seja, cultivavam terras alheias, eram parentes. Enquanto os que se associavam aos grandes proprietários o faziam de forma independente, de forma que eram contabilizados como integrantes de um “fogo” distinto e não como agregados. Neste último caso, havia, naturalmente, uma definição da área cedida, correspondendo, provavelmente, à capacidade produtiva do grupo familiar. Tal circunstância remete, igualmente, ao tamanho tido como comum das unidades rurais, consoante adrede sugerido.

A população, portanto, estava distribuída em pequenos e médios sítios. Cada um dos fogos listados tinha, em média, 5,8 pessoas⁸⁹¹. A maioria das unidades domésticas era constituída por uma única família conjugal, ou seja, marido, mulher e filhos⁸⁹². As exceções eram as grandes propriedades, as quais compreendiam um número maior de pessoas, mas, ainda assim, contavam com no máximo 50 cativos, computando-se tanto a mão de obra escrava africana, como os administrados.

Os cativos não ultrapassavam os vinte por cento da população: os escravos correspondiam a 15,3% e os administrados a 4,9%⁸⁹³. Ainda que fosse conferido um peso maior à mão de obra cativa na força de trabalho total, visto ser ela composta mais por adultos, mesmo assim predominaria o trabalho livre de natureza familiar na vila de Atibaia⁸⁹⁴.

⁸⁹¹ APESP - LN 1765.

⁸⁹² Segundo Maria Luiza Marcílio, a família conjugal “composta unicamente pelo pai e/ou mãe e filhos solteiros, tomada como produto da industrialização e da vida urbana já era predominante em grande parte das sociedades agrícolas tradicionais da cristandade ocidental, antes do século XIX”. A autora define como simples as famílias com um único chefe, ainda que extensa, contendo agregados e parentes, mesmo que viúvos, desde que sem filhos. Assinala, por fim, com base em estudo demográfico da Capitania de São Paulo, a predominância da família conjugal e do grupo doméstico simples numa comunidade do tipo rural-urbano, bem como numa sociedade camponesa litorânea (**Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836**, op. cit., p 62-3).

⁸⁹³ Conferir subitem 3.5.3.

⁸⁹⁴ A lista nominativa de 1767 indica que havia 478 escravos na freguesia de Atibaia. Nos arquivos do Conselho Ultramarino, há uma listagem dos escravos da Sé e das demais freguesias da Cidade de São Paulo referente ao ano de 1768, na qual consta 462, 178 e 87 como sendo, respectivamente, o número de escravos de Atibaia, Nazareth e Jaguari. A freguesia de Jaguari, que posteriormente formaria, juntamente com Nazareth, a vila de Atibaia, possuía o menor número de escravos entre todas as listadas, cf.: **RELAÇÃO** das cartas de serviço do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, estando os 10 ofícios classificados em três grandes assuntos, constando, para cada uma pequena ementa: 1. Estado Político: resumo dos negócios, expedições, novas descobertas, escravos, fundação de povoações; 2. Finanças: Junta das Fazendas e arrematações; 3. Militar: postos vagos, seguindo-se as respectivas cartas. Anexo: 10 ofícios, listas de escravos, relação de rendimentos de São Paulo, requerimento (cópia), certidão, ofício (cópia). AHU – São Paulo, cx. 5, doc. 23. AHU_ACL_CU_023, cx.5, D. 338. (Projeto Resgate CD-ROM)

A despeito do número de escravos não representar uma cifra desprezível, certamente não era suficiente para garantir o abastecimento da cidade de São Paulo, muito menos a remessa de produtos para outras capitanias e para os portos de Santos e Rio de Janeiro. Por conseguinte, considerando que mais da metade dos cativos se concentrava nas grandes propriedades, a maioria das quais se dedicando à fabricação de aguardente, é lícito presumir que as pequenas e médias unidades rurais eram as principais fornecedoras de alimentos, contribuindo ainda com parcela da produção de aguardente.

A composição da mão de obra na vila de Atibaia permite, portanto, deduzir que as pequenas unidades rurais, nas quais se ocupava, basicamente, a família conjugal, integrava-se ao mercado de abastecimento. Entretanto, os níveis de riqueza e as condições materiais ainda precisam de um melhor dimensionamento.

As listas nominativas constituem um importante manancial de informações ao revelar a composição dos fogos e sua produção. Ocorre, porém, que somente a partir de 1797 elas passaram a ser detalhadas, ou seja, no período final do estudo. Antes disso, apenas as já referidas listas confeccionadas em 1765 e 1767 trazem maiores informações, daí porque são tomadas como base⁸⁹⁵.

Convém lembrar que a lista nominativa de 1765 tem como diferencial a atribuição de valor ao conjunto de bens de cada um dos fogos, sem, contudo, enumerá-los, enquanto a listagem de 1767 indica quais os principais objetos precificados, apesar de não os avaliar. Repita-se, por oportuno, que a posse e o domínio imobiliário, embora constantemente negociados, não foram considerados em termos monetários na primeira listagem, consoante assinalado quando se tratou dos conflitos sobre a terra. Da mesma forma, nem todos os animais foram contabilizados, apenas os de tração e o gado, a despeito da grande quantidade de suínos, visto ser o toucinho um dos principais produtos locais.

As duas listas nominativas são em certa medida complementares, podendo ser cotejadas para fornecer um quadro mais aproximado das condições materiais existentes às vésperas da elevação da freguesia de Atibaia à condição de vila.

⁸⁹⁵ Maria Luiza Marcílio consigna que nem na Europa do “Antigo Regime” é possível encontrar uma série censitária anual tão completa, compreendendo um período, espaço e população tão extensos quanto a do Arquivo Público do Estado de São Paulo, formando uma das mais importantes “coleções seriadas de censos nominativos existentes para a época pré-estatística do mundo ocidental”. Elas eram elaboradas pelos sargentos das ordenanças, que normalmente delegavam as funções aos cabos de esquadras dos distritos, paróquias e vilas. Na primeira fase de levantamentos, o Governador e Capitão General, o Morgado de Mateus, emitiu diretrizes para a confecção das listas, as quais deveriam conter o nome dos “cabeças de casais, e sua idade, os nomes das mulheres, o valor de seus bens, distinguindo os filhos cada um pelo seu nome, e idade”. Entre 1765 e 1797, as listas não foram realizadas de forma muito detalhada. Entretanto, a partir da Ordem Régia de 21 de outubro de 1797, a descrição passou a ser mais pormenorizada, com a anotação dos bens e da produção de cada sítio. (**Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836**, op. cit., p. 35, 36 e 45).

Segundo a listagem de 1765, dos 444 fogos relacionados 215 foram apontados como despossuídos de qualquer objeto de valor, o que corresponde a 48,42%. Já na oportunidade seguinte, contabilizou-se apenas 30,3% dos fogos como não tendo “nada de seu”. Ou seja, a proporção de unidades com algum tipo de bem passou de pouco mais da metade em 1765 para quase setenta por cento em 1767. A diferença não decorre de uma elevação brusca da riqueza, residindo justamente na contabilização da posse e da propriedade imobiliária na segunda relação.

Tomando como base a lista nominativa de 1767, a qual descreve os bens existentes em cada fogo, é possível indicar como sendo valorados os seguintes: escravos, cavalos, potros, éguas, bois e vacas⁸⁹⁶. Trata-se, portanto, de uma relação mais elucidativa que a de 1765, mas ainda assim bastante restrita, pois faltou a precificação dos bens considerados, a avaliação de outros bens passíveis de negociação e, sobretudo, a indicação do que cada “fogo” produzia.

As lacunas apontadas não impedem a constatação da existência de um significativo número de fogos dotados de patrimônio. Aproximadamente, 70% das unidades produtivas possuíam a terra ou algum dos bens descritos. Insta repetir que aves, ovelhas, cabras e, principalmente, porcos não constaram na listagem, estes últimos de fundamental importância para a economia local.

Mesmo não havendo bens listados, isto não significava a pobreza absoluta, pois a miserabilidade era indicada apenas em poucos casos, quando consignava-se na lista nominativa que naquele fogo vivia-se de esmolas ou da caridade alheia. Assim, uma unidade rural dedicada à lavoura tinha em sua força de trabalho predominantemente familiar um “bem” bastante valorizado, pois representava a possibilidade de gerar riqueza. O uso desta mão de obra por terceiros desencadeava a necessidade de custeio dos “jornais” ou das roças preparadas, de forma que o pagamento destes serviços chegou a ser exigido por meio do ajuizamento de autos cíveis, tal como examinado em alguns poucos casos⁸⁹⁷.

Outro dado importante é que 231 dos fogos tinham cavalos, éguas ou potros, correspondendo a 55,2% do total. A existência de animais de tração constitui, igualmente, uma

⁸⁹⁶ O recenseador responsável pelo Bairro do Mato Dentro chegou a relacionar algumas armas de fogo, mas não foi acompanhado pelos demais responsáveis pela confecção da listagem. Deste modo, tal bem, ainda que de valor expressivo frente a outros objetos, conforme observado anteriormente quando se tratou da cobrança de dívidas decorrentes da venda de utensílios, também não foi considerado para totalidade da freguesia na lista nominativa de 1767.

⁸⁹⁷ Ver: 3.5.1.6. Convém aqui destacar que o número reduzido de casos deve ser creditado à pouca frequência desta modalidade de negociação e não à limitada importância da mão de obra familiar, mesmo porque deviam ser raras as situações que justificassem a cessão da força de trabalho doméstica para terceiros ou a feitura de roças em terras alheias mediante pagamento e não por meio da divisão da colheita entre o dono e o meeiro, visto que o normal era o recurso a escravos de aluguel, empregando-se a mão de obra doméstica tão somente em seus respectivos fogos.

evidência da articulação das unidades produtivas aos núcleos mais urbanos e de consumo, visto que somente faz sentido sustentar as montarias com a finalidade de propiciar a circulação de pessoas e de bens. Note-se que muitas unidades produtivas estavam integradas a propriedades maiores, especialmente de familiares, de sorte que sua produção podia ser escoada por meio dos animais eventualmente pertencentes aos donos da terra, não havendo necessidade de mantê-los.

A quase totalidade das listas nominativas anteriores a 1797 somente declina que as unidades domésticas se dedicavam à agricultura. Quando passaram a contabilizar a produção, observou-se que, em grande parte dos fogos listados, o recenseador consignou que se “plantava para comer”⁸⁹⁸.

O grande número de unidades relacionadas como produzindo para seu próprio consumo sustentou a ideia que se praticava uma lavoura de subsistência. O discurso dos governadores realçando a pobreza da região e, por conseguinte, os limitados recursos que alegavam dispor para o cumprimento das ordens régias, reforçou esta imagem.

Notadamente, a questão suscitada perpassa uma ampla discussão centrada na análise e valoração dos espaços da América portuguesa não destinados à lavoura de exportação, especialmente sua organização social e produtiva, bem como o papel exercido na economia colonial⁸⁹⁹.

Cuida-se de um debate bastante rico, mas que não convém aprofundar neste estudo, bastando partir de algumas premissas que são razoavelmente aceitas, entre as quais a de que foi

⁸⁹⁸ APESP - LN 1798.

⁸⁹⁹ Segundo uma importante vertente historiográfica, as regiões dedicadas ao abastecimento, tais como Atibaia, estruturavam uma produção de natureza não capitalista voltada para o mercado interno com baixos custos de investimento, permitindo a criação de um excedente, o qual foi apropriado pela elite detentora do capital mercantil e que controlava os meios circulantes dessa economia pouco monetarizada, subordinando os agentes econômicos geradores de riqueza por meio de uma cadeia de adiantamento/endividamento. (FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 225-7. Ainda neste contexto, assinalou-se a importância desses circuitos comerciais internos, os quais constituíam o destino de vários produtos das rotas transoceânicas. As mercadorias asiáticas, portuguesas e africanas alcançavam não apenas os estabelecimentos agrário-exportadores voltados para o mercado externo, mas também os produtores de alimentos luso-americanos do interior. (FRAGOSO, João. **A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português**: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: A dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 329.) Referidos estudos reforçam a ideia de integração de regiões como as estudadas aos circuitos econômicos, tanto na condição de produtoras de alimentos, como de consumidoras de mercadorias. Sobre o vigor econômico das áreas voltadas ao abastecimento, observam João Fragoso e Maria Fernanda Bicalho que entre 1796 e 1807 a balança comercial apresentou um elevado déficit entre as exportações e importações no Rio de Janeiro, da ordem de 34,5%. A diferença foi saldada somente por meio da remessa de metais e dinheiro amoeado. Indagando os autores quem pagava tal conta, respondem que eram “os criadores de porcos, as charqueadas, as fazendas de pecuária bovina, os produtores de mandioca, entre outros produtores para o abastecimento interno, disseminados por Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul...” (idem, p. 336).

bastante mitigada a imagem de pobreza e decadência da Capitania de São Paulo cristalizada na historiografia que primeiro analisou as listas nominativas⁹⁰⁰.

A articulação aos circuitos econômicos com a negociação da produção dos “fogos” foi evidenciada por meio da documentação produzida pelo juízo ordinário, conjugada com as listas nominativas, conforme emerge da breve análise até aqui empreendida. Referida constatação tem ainda o suporte dos estudos que valorizam o mercado de abastecimento. Importa então esboçar uma tentativa de estimar o valor gerado pelas unidades domésticas e sua consequente capacidade de aquisição dos bens que foram objeto de demandas judiciais.

Os processos de natureza expropriatória indicam os bens que foram penhorados para o pagamento das dívidas. Muito embora bastante deteriorados se comparados aos demais tipos de ações, pelo menos 160 dos 357 autos cíveis de execução revelam os pertences dos devedores que serviram para a satisfação do crédito, destacando-se a posse e a propriedade imobiliária.

Os imóveis rurais constituem 60% dos bens penhorados nas execuções, boa parte deles para o pagamento dos dízimos. A cobrança dos dízimos, por sua vez, está vinculada à renda anual de cada unidade doméstica, correspondendo à décima parte de tudo que foi produzido. Assim, com base nas informações contidas nos processos executivos, é possível conjugar duas ordens de dados que convergem para revelar a capacidade de geração de riqueza dos sítios que foram expropriados para o pagamento do tributo.

No ano de 1782, foi promovida uma execução contra Marcelo Gomes da Rocha para o recebimento de dois créditos decorrentes da falta de pagamento dos dízimos, um de quinze e outro de oito patacas. A existência de dois créditos sugere que a dívida se referia aos dízimos de dois anos distintos, um deles no valor de 2\$560 réis e outro da ordem de 4\$800 réis. Isto significa que a renda anual do réu era dez vezes os referidos valores, respectivamente 25\$600 para um ano e 48\$000 para outro. Mesmo considerando que as dívidas abrangiam três anos e

⁹⁰⁰ Alice Piffer Canabrava publicou em 1972 um texto intitulado: “Uma economia de decadência: níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1767”, estudo no qual retrata o declínio da região. (**História econômica**: estudos e pesquisas. São Paulo: Hucitec, UNESP, ABPHE, 2005, p. 169-202). Em outro contexto, Maria Luiza Marcílio registra a oposição entre uma agricultura camponesa voltada para subsistência e uma produção capitalista-escravista em pleno avanço no final do século XVIII, início do XIX. (“População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança. A Província de São Paulo, no final da época colonial”. **Revista de História**, São Paulo: USP, v. 114, n. jan-jun, p. 21-30, 1983). Dos referidos trabalhos e de outros que seguem a mesma linha, tem-se em comum a afirmação da predominância na Capitania de São Paulo das pequenas unidades rurais imersas em uma economia fechada. Referida visão, porém, foi contrastada pelos estudos subsequentes, os quais relativizaram a pobreza da região, dando enfoque ao grande desenvolvimento comercial ao longo do século XVIII e a articulação da produção local aos demais centros econômicos, destacando-se o já referido trabalho de IlanaBlaj: **A trama das tensões**: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721), op. cit. Para uma análise acerca do discurso sobre a decadência da Cidade de São Paulo, conferir: SILVA, Rodrigo da. **Sobre taipas e textos**: um estudo sobre as narrativas a respeito da Cidade de São Paulo (1772-1953). 2009, 296 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

não apenas dois⁹⁰¹, bem como também desprezando a possibilidade do executado já haver efetuado o pagamento do imposto devido em algum dos anos de cobrança, ficando pendente apenas parte do crédito originalmente devido, ainda assim teríamos uma renda anual média de 24\$533 réis⁹⁰².

O único bem passível de penhora para o pagamento das dívidas foi o sítio do executado, ele tinha “cem braças partindo da borda do Rio Cachoeira” com “dois lanços de casas de parede de mão cobertas de palha”. Tratava-se, portanto, do tamanho apontado como padrão das unidades rurais. As casas de barro e palha também correspondiam à quase totalidade das habitações rurais descritas nas listas nominativas, visto que somente as localizadas na sede da vila ou em grandes propriedades possuíam paredes de taipa e eram cobertas de telha⁹⁰³.

Uma análise baseada, exclusivamente, no tamanho do sítio e na moradia bastante rudimentar nele construída levaria, inadvertidamente, à conclusão de que se tratava de uma unidade rural miserável, incapaz, por si só, de inserção no circuito econômico, limitando-se, provavelmente, a uma cultura de subsistência. Todavia, considerando a renda da ordem de cerca de 25\$000 réis/ano, é possível verificar, no caso, que a riqueza não pode ser medida apenas pela quantidade de bens, devendo ser levada em conta a força de trabalho e a produção que ela era capaz de gerar.

O sítio penhorado foi avaliado em 16\$000 réis, enquanto uma referência monetária menos variável que a terra, o cavalo, tinha o preço médio aproximado de 10\$000 réis⁹⁰⁴. Deste modo, apesar da relativa pobreza, a unidade doméstica tinha plenas condições de adquirir mercadorias ou objetos que a habilitassem a participar dos autos cíveis, inclusive novas terras para onde pudesse se transferir. A grande movimentação das famílias caracterizava a sociedade colonial e a resistência ou dificuldade de pagar os dízimos muitas vezes constituía uma das causas que levavam à mudança para outras áreas. Referida dinâmica, ademais, já foi observada quando foram analisadas as ações de cobrança do imposto⁹⁰⁵.

⁹⁰¹ O arrematador dos dízimos adquiria o direito de cobrá-los durante três anos, podendo, durante tal período, promover a execução diretamente, sem necessidade de prévia ação de reconhecimento do débito.

⁹⁰² D694 – 1782 - CO 3711 ACA.

⁹⁰³ Idem e APESP – LN 1767.

⁹⁰⁴ As ações de cobrança retratam a negociação de cerca de 563 animais de tração, entre cavalos, potros, bestas e éguas, cujos créditos também aproximados foram da ordem de 5:771\$544 réis. Cada um dos animais negociados tinha um preço, observando-se que as bestas eram mais caras que os cavalos e estes, por sua vez, mais valorizados que as éguas. Havia ainda a idade como fator de depreciação. Assim, feitas tais ressalvas, chegou-se ao preço médio aproximado de 10\$251 por animal.

⁹⁰⁵ Trata-se do próprio caso de Marcelo Gomes da Rocha, que depois de ter seu sítio arrematado se mudou para a freguesia de Jaguari e, em razão de novas dívidas, perdeu as terras onde tinha se instalado (D1924 – 1793- CO 3730 ACA).

Convém ressaltar que outros bens passíveis de responder pela dívida, tais como: animais, escravos e utensílios, preferiam à terra, uma vez que a regra prevista nas Ordenações e, muitas vezes, referida nos autos cíveis de execução determinava a prévia penhora do dinheiro, depois dos bens móveis e, apenas na falta deles, a expropriação da posse ou da propriedade imobiliária. Assim, somente se houvesse interesse convergente do exequente e do devedor na expropriação prévia do sítio é que os outros bens materiais, eventualmente existentes, seriam preservados⁹⁰⁶.

No processo executivo anteriormente retratado, a penhora do sítio não era, provavelmente, nenhuma escolha do juiz ordinário, muito menos do credor, mas, na falta de acordo, um imperativo legal, o que evidencia a efetiva ausência de outras riquezas que não fossem a capacidade produtiva e a própria unidade rural. Em outro documento, a expropriação de um sítio e de “duzentas mãos se milho” para o pagamento de dízimos representam, igualmente, a potencialidade de geração de renda das unidades domésticas por meio do trabalho⁹⁰⁷.

Os casos tomados como exemplo não são de maneira nenhuma isolados, foram penhorados 96 imóveis no curso das 160 execuções em que foi possível conhecer esta fase, correspondendo a 60% do total, conforme já assinalado. Ainda que nestes processos animais e utensílios também fossem arrematados, em boa parte deles apenas as terras do devedor responderam pela dívida, realçando que, a despeito da inexistência de bens materiais de valor significativo, as unidades rurais eram capazes de gerar riqueza e, por conseguinte, participar dos autos cíveis.

Assim, ao lado da riqueza material, a existência de uma força de trabalho capaz de ser convertida em produção articulada aos circuitos econômicos constituía também uma possibilidade de integração ao universo judicial, mesmo que tal forma de acesso ocorresse em menor proporção quando considerada de maneira totalmente desvinculada à posse da terra.

Ressalte-se que a defesa da posse da terra e seu aproveitamento geraram outras modalidades de conflitos, os quais também podiam ser levados ao juízo ordinário. Em tais situações, que envolviam agricultores e por vezes também criadores, a propriedade em si não representava a única causa de litígios, pois se associava a ela a concorrência para exploração das terras como lavradias ou criatórias, havendo ainda uma acirrada disputa pelos matos virgens

⁹⁰⁶ Havia ainda a possibilidade de fuga do réu levando seus bens com a finalidade de frustrar o recebimento do crédito por meio do processo de execução. Nestes casos, o credor podia pedir o embargo sobre os bens do devedor, tratando-se de uma das modalidades de autos cíveis.

⁹⁰⁷ D1094 –1787 - CO3718 ACA.

para a feitura de roças. O grande número de ações desta natureza já examinado indica que muitos dos envolvidos eram pequenos e médios sitiantes, o que coloca novamente a terra e, mais especificamente, a sua capacidade de geração de riquezas, como passível de se traduzir em ações cíveis.

Emerge, portanto, da execução dos dízimos e das ações versando sobre a terra, que não apenas a posse e a propriedade de bens inseriam uma unidade doméstica no universo judicial, mas também as relações decorrentes da produção rural e sua potencialidade econômica.

Em termos mais genéricos, a maior parte da população da vila de Atibaia estava distribuída em unidades rurais de pequeno e médio porte. Embora as listas nominativas indiquem que era praticada apenas uma agricultura de subsistência e que parte da historiografia considere não se tratar de uma produção capitalista⁹⁰⁸, tais circunstâncias não impediam que os litígios surgissem em decorrência de relações negociais e de produção estabelecidas exteriormente ao núcleo familiar.

Deste modo, a participação ativa ou passiva na justiça local estava atrelada à existência de um cabedal ou tão somente à articulação do fogo a um circuito econômico. Das relações de posse, como no caso da terra, ou simplesmente da venda ou troca de um pequeno excedente para aquisição dos bens essenciais, surgiam naturalmente conflitos, os quais podiam ser deduzidos em juízo. Portanto, todos os chefes de fogos que tinham algum tipo de patrimônio, inclusive a pequena produção excedente do núcleo familiar ou a própria força de trabalho, estavam habilitados a participar tanto passivamente como ativamente das cobranças em juízo.

A identificação de quem tinha o potencial de participar dos autos cíveis não é, porém, suficiente para a avaliação da eficácia dos meios judiciais, em especial de sua densidade social. Existem diferentes maneiras de inserção no juízo ordinário, assim como mecanismos que podem retirar da maior parte da população a possibilidade de exercer um papel mais ativo, relevando-a a uma posição de subordinação. Referidos mecanismos podem ser tanto intrínsecos como exteriores à prática judicial. No primeiro caso, tome-se como exemplo as despesas processuais como possível barreira ao livre acesso à justiça. Entre os alheios à atividade institucional, devem ser mencionados aqueles decorrentes da própria estruturação da sociedade

⁹⁰⁸ Segundo parte da historiografia, as trocas não são tidas como relações de natureza capitalista, conferir nesse sentido: PEDROZA, Manoela. “A Roça, a Farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil Colonial”. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial: 1720-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 408. Entretanto, verificou-se que as trocas realizadas com a entrega de bens pela produção agrícola resultaram em algumas ações judiciais, especialmente de juramento de alma, de modo que a referida distinção não é relevante para a participação das partes no juízo ordinário. Assim, embora a tradução da negociação em valor amoeado pareça essencial em termos de análise econômica, não traz nenhuma consequência em termos institucionais.

colonial, considerando nesta categoria a limitada autonomia concedida aos que estavam sujeitos ao poder do chefe do fogo como fator restritivo à participação ativa em juízo.

Da mesma forma, há ainda a necessidade de tentar delinear as características da justiça local em conformidade com os estudos já empreendidos, confrontando as proposições dos principais autores anteriormente citados e que tratam do tema com o resultado da análise da documentação, para então buscar verificar o sentido ou os sentidos assumidos por esta atividade institucional.

3.8 *A justiça dos bens*

As Ordenações inspiraram uma prática judicial que, por meio de um conjunto de autos cíveis manejados principalmente pelos procuradores leigos, conformava um sistema de resolução de conflitos bastante flexível, adequado às condições locais.

Os mecanismos pelos quais o conjunto normativo era interpretado e aplicado, moldando uma atividade de caráter institucional, foram examinados na parte inicial do capítulo. Seguiu-se, então, a verificação dos desdobramentos destas mesmas práticas na sociedade local, o que se fez por meio da análise dos diferentes tipos de processos e das matérias por eles veiculadas em juízo, inclusive no âmbito criminal.

Concomitantemente, procurou-se identificar, além das causas dos conflitos que ensejaram o acionamento da justiça local, quem eram os principais atores sociais que demandavam e eram demandados no juízo ordinário.

Uma das principais vertentes de atuação judicial era a proteção do patrimônio creditício, mobiliário e imobiliário, o que ocorria por meio dos autos cíveis. As relações que não fossem predominantemente patrimoniais e das quais resultavam conflitos, como as conjugais e as interpessoais decorrentes de ações violentas, escapavam em parte da justiça local, competindo ao juízo eclesiástico, ou ficavam a cargo dos autos criminais, outro segmento de atuação do juízo ordinário que também já foi examinado.

Convém então recuperar as caracterizações da justiça local e afirmar, se possível, quais seus objetivos no cenário local. Alguns dos sentidos de atuação já foram enumerados, faltando, no entanto, uma abordagem mais sistemática, conjugada com outras descrições e finalidades concernentes a estudos afins, boa parte deles, inclusive, já citada.

Muito embora já tenham sido expostos os conflitos levados ao juízo ordinário, bem como perscrutado quem eram as partes, potencialmente, envolvidas nas ações, a análise até o

momento não abordou o desfecho dos processos no âmbito cível, salvo de um ou outro caso mais emblemático.

Incumbe então examinar os autos cíveis em sua dinâmica, verificando como eram decididos ou encerrados, visto que muitas das caracterizações da justiça estão ligadas à análise da credibilidade e imparcialidade dos órgãos julgadores. Da mesma forma, os aspectos concernentes à possibilidade de acesso ao juízo ordinário igualmente repercutem na forma como a justiça local é retratada na historiografia, reclamando, conseqüentemente, a mesma atenção.

Ressalte-se que a efetividade da justiça somente pode ser completamente aferida levando em conta os resultados concretos que ela operava socialmente. Assim, analisar os meios de acesso, sobretudo em posição ativa, bem como o desfecho alcançado, constitui uma tarefa premente não apenas para a caracterização e apuração dos sentidos de atuação do juízo ordinário frente a outras abordagens historiográficas, mas também para a constatação da sua eficácia e densidade social.

3.8.1 *“E que pague as custas” ao final: o acesso ao juízo ordinário*

A maioria das sentenças indicava quem era o responsável pelas despesas do processo. O modo mais comum de finalizar uma decisão no âmbito cível era atribuir à parte perdedora a responsabilidade pelo pagamento do que foi gasto para a confecção dos autos.

As “custas”, ou despesas processuais, compreendiam a remuneração do tabelião, ou escrivão, pela escrituração dos autos, bem como a do porteiro e alcaide, visto que estes últimos praticavam alguns dos atos essenciais ao andamento do processo, como os pregões das audiências, citações, intimações e penhoras⁹⁰⁹.

Nos processos que chegavam até a fase de sentença, o valor das despesas, dificilmente era inferior a 1\$000 réis e, não raro, ultrapassava o próprio crédito que era objeto de cobrança por meio da ação. Em algumas modalidades de autos cíveis, como os de medição e demarcação, as “custas” podiam ultrapassar facilmente os 10\$000 réis, diante dos gastos com deslocamentos e diárias do juiz e a remuneração dos demais oficiais que, normalmente, o assessoravam, bem

⁹⁰⁹ Uma ação de justificação com a oitiva de quatro testemunhas podia exceder o valor de 2\$000 réis, conforme emerge da leitura de um documento: “Custas: Para mim juiz – de inquirir sete testemunhas: 560; Conta: 80. Do escrivão - Autuação: 40; Notificações: 240; Assentadas “4”: 160; Conclusão e interlocutória: 15; Publicação: 30; Conclusão e definitiva: 25; Publicação definitiva: 60; Citação e certidão: 200; Raza: 765. Soma: 2185” (D205 – 1774 – CO 3701 ACA). Em outra ação, um auto cível de libelo, as custas alcançaram 5\$515 réis, para o escrivão há a seguinte rubrica: certidão fé e estada 1 dia: 2\$000, além da certidão fé e caminho do Alcaide: 400 e certidão, fé e caminho do Porteiro: 120 (D337 – 1778 - CO 3705 ACA).

como daqueles responsáveis, especificamente, pelo estabelecimento dos marcos limítrofes dos imóveis.

Durante os primeiros anos de funcionamento do juízo ordinário em Atibaia, ao enumerar as “custas” do processo, o escrivão não fazia nenhuma referência a adiantamentos. Posteriormente, houve a indicação de que as despesas com a citação já tinham sido pagas pelo autor.

Assim, pelo menos ao longo dos primeiros cinco anos, não houve, possivelmente, nenhuma antecipação, mas com a proliferação das ações e a constante fuga dos réus sem o pagamento das despesas dos autos, passou-se a adiantar pelo menos a remuneração do deslocamento do escrivão ou alcaide para comunicação ao réu da existência do processo. No caso de vitória, o autor deveria ser ressarcido do valor pago previamente.

Os gastos com a citação variavam conforme a distância percorrida para a concretização do ato. O valor mais comum era o de cem réis para as partes que fossem localizadas na sede da vila, ou em suas proximidades. Em alguns casos, porém, quando a distância superava uma légua estes valores podiam aumentar, mas quase nunca chegavam a superar os 1\$000 réis.

A citação constituía apenas um dos itens que deviam ser pagos e, na maior parte dos casos, nem era o mais custoso. Normalmente, a despesa mais elevada era a “raza”, que consistia no valor correspondente ao volume escriturado, ou seja, quanto mais atos processuais registrados no processo maior a remuneração devida ao escrivão, cujo interesse, mormente, era que as demandas se prolongassem.

Em alguns casos, as despesas ultrapassavam aquelas descritas nas contas apresentadas ao final do processo. Nas demandas mais longas e complexas havia muitas vezes consultas a advogados, o que aumentava ainda mais os gastos. Observe-se que na liquidação de uma ação de terras, o autor pedia que as despesas com o advogado consultado fossem acrescidas às custas processuais, dizendo o seguinte:

Provará que a ré liquidada por saber da pobreza do autor é que se animou a fazer a dita roça imaginando que pela sua pobreza não poderia o autor usar da contenda de justiça e por isso nunca a ré quis aceitar os partidos que o Autor lhe cometia para arrumação entre si, ainda com prejuízo dele autor liquidante por não ter com que pudesse contender. Assim, provará que pela referida razão de não ter o autor com que pudesse contender com a ré, fez negócio com seu cunhado João da Cunha Pereira para ele por a ação do que consta a sentença com o seu dinheiro, para ao depois lhe pagar [?] e consta do recibo junto ter pago e pagou mais ao Doutor Manoel Eufrásio oito patacas pelas razões finais, e pagou mais ao mesmo por um conselho uma pataca, cujo conselho era respectivo a mesma causa. Provará que o autor mandou duas vezes o seu procurador a Cidade, uma para levar os autos para arrazoar e outra quando foi a apelação para o Juízo Superior e das duas vezes gastou por cada vez seis dias a cento e sessenta réis por dia por si e por seu cavalo, fazendo a conta de mil novecentos e vinte réis e fez de gasto uma pataca nas duas viagens. Provará que da mesma sentença consta a ré

liquidante ser condenada a pagar as custas dos autos que são onze mil setecentos e quarenta réis.⁹¹⁰

As “custas” já eram elevadas, ultrapassando os onze mil réis, mas o autor não as adiantou e elas foram arcadas, integralmente, pela ré. No caso, o motivo do requerimento era acrescentar as despesas extraordinárias realizadas com as consultas ao letrado que aconselhou o procurador leigo do autor e confeccionou as razões finais. Por outro lado, apesar do discurso no sentido da ré tentar se valer da pobreza do autor para usurpar as terras da contenda, o próprio requerimento mostra que a alegada condição financeira não constituiu um obstáculo ao ajuizamento da ação e à condução do feito até um final que lhe fosse favorável. Ademais, não teve o autor qualquer dificuldade para encontrar um procurador, visto que a demanda foi ajuizada por seu cunhado e, mesmo as despesas com seu patrono, foram pagas ao final da causa, conforme consta na petição.

Deste modo, ao contrário do que possa parecer, as despesas processuais não representavam um obstáculo ao acesso à justiça na órbita cível, pois, excetuando a citação, o custeio da escrituração e dos atos mais dispendiosos praticados pelos auxiliares da justiça ocorria somente ao final da ação e eram arcados pela parte vencida.

Os outros obstáculos enfrentados tais como não dominar a escrita e, sobretudo, a linguagem técnica necessária para ter acesso ao juízo ordinário, podiam ser superados pela intervenção dos procuradores leigos e mesmo letrados, que funcionavam como intermediários, propiciando até aos mais pobres a oportunidade de se valerem dos meios institucionais.

A atuação dos solicitadores de causa já foi examinada precedentemente, assim como sua inserção social. Acrescente-se que a remuneração deles era livremente pactuada, de modo a acomodar-se às possibilidades financeiras das partes. Ressalte-se também a existência de um grande número de indivíduos envolvidos em tal atividade e a possível concorrência entre eles, o que praticamente eliminava a dificuldade de contratação de um procurador. Todas estas circunstâncias acabavam por favorecer, ainda que de forma não proposital, o acesso ao juízo ordinário.

Mesmo com a facilidade de acesso, demandar em juízo era uma aposta arriscada diante da possibilidade de perdas elevadas com a derrota no processo. Note-se que as “custas” aumentavam, exponencialmente, com o desenrolar dos autos, especialmente quando envolviam a oitiva de testemunhas e a realização de atos processuais em locais mais distantes.

Paradoxalmente, para aqueles que dispunham de poucos bens além de sua força de trabalho, não havia muito a perder, mesmo porque, em caso de insucesso, procuravam novas

⁹¹⁰ D2037 – 1794 - CO 3733 ACA.

áreas para se instalar, fugindo dos credores. A mobilidade espacial era, ademais, uma das características da sociedade colonial, sugerindo-se adrede que os prejuízos decorrentes de demandas e das cobranças judiciais, especialmente de tributos, constituíam um dos motivos dos deslocamentos constantes da população ao lado da busca por terras mais baratas ou inexploradas.

Na ação anteriormente citada, na qual o autor aduziu em seu requerimento ser pobre, as despesas com o processo, certamente, ultrapassaram o valor das terras em que foi plantada a roça, cuja posse era discutida. A pobreza, no entanto, não foi, provavelmente, um impedimento, tampouco desestimulou o autor a ajuizar a ação. Com efeito, a perspectiva de perda do sítio, em caso de derrota, parecia ser a maior preocupação antes do ingresso em juízo, não havendo, aparentemente, tão grande influência de uma eventual situação de miserabilidade. A possibilidade de expropriação justificava ainda a recusa da ré à acomodação no curso da demanda, uma vez que, avançando a ação, chegava-se a um ponto de não retorno, posto que o aumento das despesas processuais as tornava superiores à própria dívida, ou ao valor do dano cobrada nos autos, resultando invariavelmente na penhora das terras daquele que fosse vencido.

Até os escravos tinham acesso ao juízo ordinário, visto que eles mesmos constituíam um bem, além de terem, em alguns casos, o pecúlio, ou seja, um patrimônio amealhado com a finalidade de comprar sua própria liberdade, a de parentes ou dos cônjuges. Nessas hipóteses, com a facilidade de contratação de procuradores, os cativos podiam ajuizar demandas contra seus senhores, conforme verificado anteriormente.

Os credores foram o grupo que mais se beneficiava da justiça local, ostentando a condição de autores. Nesta categoria, destacavam-se os negociantes de fazenda seca, os de animais, os dizimeiros e os clérigos. Também podem ser citados como beneficiários alguns grandes proprietários rurais, os quais ampliavam seus domínios por meio de ações judiciais.

Outra categoria de autores era formada pelos credores não habituais, os quais negociavam os animais que utilizavam em suas atividades, bem como alguns artigos usados, principalmente armas de fogo e roupas. As ações propostas por este grupo, porém, eram numericamente inferiores ao anterior. Em escala ainda menor, foram autores aqueles que vendiam sua produção agrícola ou a força de trabalho.

Estes diferentes tipos de autores foram identificados quando examinados os autos cíveis. Por outro lado, qualquer chefe de unidade doméstica podia ocupar potencialmente a condição de réu, desde que dispusesse de força de trabalho e que estivesse integrado aos circuitos econômicos.

O peso numérico de cada grupo foi aferido levando em conta o crédito perseguido no processo e a identificação, quando possível, das atividades que desenvolviam. Assim, da sistematização do quadro de credores e réus verificou-se que prevaleciam as dívidas decorrentes da comercialização de fazenda e de cavalos efetuadas pelos negociantes profissionais, enquanto a maioria dos indivíduos figurava apenas, eventualmente, como alienantes de produtos usados (armas e roupas) e de cavalos. E, ainda mais raramente, como vendedores de produtos agrícolas e da própria força de trabalho.

Os pequenos e médios lavradores tinham poucas oportunidades de assumir a condição de autores habituais de ações, pois, normalmente, estavam sujeitos aos mais variados tipos de obrigações pecuniárias, especialmente para o financiamento da lavoura e dos meios de transporte, bem como aquisição de produtos manufaturados, sal, açúcar e aguardente.

A restrição não derivava da impossibilidade de acesso à justiça, mas da escassez de bens passíveis de serem exigidos. A carência estava associada às condições normalmente desfavoráveis de negociação das mercadorias que estes indivíduos costumavam produzir (milho, feijão e toucinho), ou dos serviços que prestavam. Essa dinâmica econômica oferecia poucas oportunidades de crédito à maior parte da população, posicionando-a mais como devedora, reservando-lhe, conseqüentemente, a condição de ré nos autos cíveis.

Um auto cível de execução é bastante revelador nesse sentido, tendo o devedor, José Rodrigues de Abreu, feito um requerimento de intervenção ao Governador e Capitão General, mencionando que era:

homem casado carregado de família e sempre trabalhou sem sossego para sustentá-la com honra, sendo a sua maior labutação no caminho de Santos e como os lucros não chegaram para pagamento de dois animais que possui comprados a fiado e, pelas perdas que tem tido hoje, está devendo mais do que possui, porém, com os mesmos animais que tem pode comodamente pagar e sustentar sua família (...).⁹¹¹

O executado adquiriu os animais de tração para levar sua produção ou trabalhava transportando mercadorias para o porto de Santos. No entanto, independentemente de ser lavrador ou tropeiro, precisava financiar suas atividades. Aduziu, no curso do processo, que se conservasse a posse sobre os animais poderia muito bem sustentar sua família e pagar suas dívidas, advertindo que a penhora decorrente da execução promovida por Crispim da Silva Franco precipitaria os demais credores sobre ele, levando-o à insolvência. Tratou-se, efetivamente, do que ocorreu e o sítio do devedor, “com dois lanços de casas velhas, cobertas de palhas, porta sem fechadura e um monjolo também velho” acabou arrematado pelo exequente, enquanto o devedor foi obrigado a fugir. O exequente, já mencionado neste estudo

⁹¹¹ D498 – 1781 - CO 3708 ACA.

em razão de sua trajetória ascensional, era um credor habitual e estava em vias de se tornar uma figura de prestígio no cenário local ⁹¹².

A justiça, portanto, favorecia, principalmente, os credores habituais, não se tratando de uma característica particular de seu funcionamento, mas de um traço fundamental da própria sociedade colonial, em que prevalecia a concentração de renda. Nesse sentido, na freguesia de Atibaia, pouco antes da elevação, nove unidades domésticas possuíam 52,81% dos bens contabilizados na listagem. Isto quer dizer que 3,7% dos fogos detinham mais da metade da riqueza de Atibaia ⁹¹³.

Deste modo, ao mesmo tempo em que acenava para a possibilidade de todos serem autores, a atividade judicial consolidava e preservava a desigualdade, já que a maioria não possuía outros bens que não fossem aqueles empregados diretamente na produção ou sua própria força de trabalho. Somente em situações específicas, normalmente nas hipóteses em que os meios básicos de subsistência eram ameaçados, as famílias agiam em defesa de seus direitos, figurando como autores de ações.

O ajuizamento de demandas por pequenos e médios lavradores não era, no entanto, fato incomum. As ações tendo como finalidade a proteção da posse ou o aproveitamento da terra constituíam umas das mais abundantes observadas. Ocorre que os autores eram variados em comparação ao limitado grupo de agentes comerciais, que vendiam fazenda e animais de tração, cujo número de ações propostas em conjunto ainda superava as propostas pelos credores esporádicos. Da mesma forma, em regra, a ação constituía um recurso empregado apenas quando a própria integridade do imóvel rural era violada, uma vez que a derrota no processo podia significar a perda do sítio.

Cumpra então ressaltar a viabilidade do emprego dos instrumentos oferecidos pelo juízo ordinário para a proteção da posse e do aproveitamento da terra. Igualmente, deve ser pontuado que as unidades produtivas de pequeno e médio porte eram muito mais demandadas do que demandantes, visto ser mais comum contraírem obrigações que, posteriormente, as sujeitassem à condição passiva em juízo.

⁹¹² D498 – 1781 - CO 3708 ACA. Além de se unir à família Camargo por matrimônio, ocupar os ofícios de vereador, procurador e juiz ordinário, bem como alcançar o posto de alferes e depois capitão de ordenanças do seu Bairro, Crispim da Silva Franco desenvolveu atividade comercial, tendo ajuizado não só a ação examinada, mas outros treze processos entre cobranças e execuções, cf.: D187 – 1774- CO 3701 ACA, D192-A – 1774- CO 3701 ACA, D240 – 1776 - CO 3703 ACA, D257 – 1776 - CO 3703 ACA, D274 A – 1777- CO 3704 ACA, D354 – 1778 - CO 3705 ACA, D554 – 1781 - CO 3709 ACA, D561 – 1781 - CO 3709 ACA, D1108 – 1787- CO3718 ACA, D1833 – 1792 - CO 3728 ACA, D1874 – 1792 CO 3729 ACA, D1888 – 1792 - CO 3729 ACA e D2052 – 1794 - CO 3733 ACA. Em contrapartida, tratou-se do único registro do executado, José Rodrigues de Abreu, que após a perda do seu sítio teve que se mudar de Atibaia com sua família, de modo que sua participação no juízo ordinário se restringiu à condição de réu.

⁹¹³ APESP - LN 1765.

Conclui-se, portanto, que os meios institucionais eram bastante acessíveis e mesmo as despesas elevadas do processo não constituíam um obstáculo intransponível ao ingresso de uma demanda. Isto não significava que a justiça, efetivamente, promovesse o acesso igualitário aos bens materiais. Ao contrário, servia o juízo ordinário para legitimar a drenagem de recursos em favor dos detentores de direitos patrimoniais, de modo que a forma de inserção no universo institucional estava adstrita à condição de proprietário ou titular de direitos creditícios, não importando a origem, podendo advir do comércio, da posse e aproveitamento da terra (produção) ou da transmissão por herança.

Esta ampla possibilidade de participação ativa e passiva não alcançava, porém, a totalidade da população. Além da natureza desigual em relação à forma de estar em juízo (autor ou réu), reflexo da concentração de riqueza, havia restrição à participação de mulheres, “filhos-família” e mesmo agregados. A prerrogativa de demandar e de ser demandado era atribuída, quase exclusivamente, a quem comandava a unidade doméstica. Destarte, ao abordar os autos criminais, verificou-se que o juízo ordinário reforçava a autoridade dos chefes dos fogos, cuja expressão maior era o pátrio poder, o que colaborava para redução da densidade social da justiça local.

Praticamente os únicos admitidos em juízo, os indivíduos que encabeçavam as famílias defendiam, principalmente, seus direitos creditícios e fundiários. A maioria deles exercia um papel mais passivo do que ativo, eis que, a despeito de terem acesso aos instrumentos institucionais, normalmente estavam obrigados ao pagamento das mercadorias e animais que adquiriam, bem como dos impostos, tendo ainda a necessidade de custear a produção rural. Tais circunstâncias os tornavam bastante vulneráveis, reservando-lhes, predominantemente, a condição de réus. O juízo ordinário, ao garantir o cumprimento das obrigações contratuais, colaborava para promover a subordinação da maior parte da população aos interesses patrimoniais dos credores.

Os autores de ações finalizavam as petições inaugurais pedindo a citação dos réus “a bem da sua justiça”. Iniciou-se o capítulo com a análise da referida expressão, verificando-se uma quase apropriação do termo “justiça”, como se fosse algo que pudesse ser atribuído individualmente ou coisificado. Assim, é possível caracterizar o juízo ordinário como um espaço institucional voltado aos chefes dos fogos, cujo interesse não era propriamente citar o réu a bem da sua justiça, mas o de subordiná-lo, fazendo justiça aos bens do autor.

O restabelecimento do equilíbrio e harmonia entre as partes por intermédio de uma ação institucional judicante constituía, a priori, a reivindicação formulada pelos autores nos pedidos de citação do réu “a bem de sua justiça”. Sob uma perspectiva renovada pela análise da

documentação, reafirma-se o caráter individualizante anteriormente delineado, sobressaindo, porém, a dimensão patrimonial da expressão em detrimento da pacificadora.

Assim, a atuação do juízo ordinário no campo cível assumia mais um sentido, qual seja, o de promover uma “justiça dos bens”, na qual a natureza reparadora da atividade judicante era reorientada, servindo o aparato judicial à preservação da desigualdade na distribuição da riqueza e à legitimação dos mecanismos de transferência e concentração de renda.

3.8.2 *A “vontade é lei”, mas o mercado é a razão: características e sentidos da atividade institucional*

A definição do juízo ordinário como campo de atuação dos chefes das unidades domésticas, cuja inserção estava adstrita à riqueza, não representa a única caracterização possível, nem esgota os sentidos que podem ser assumidos pela justiça local. Trata-se, sem dúvida, do enfoque socioeconômico mais abrangente, mas há outras dimensões das quais emergem características e objetivos específicos da atividade judicial, que podem auxiliar a compreender melhor o papel exercido por esta “justiça dos bens”.

Resta ainda promover a análise dos resultados efetivos da atividade judicial, pois, embora o número elevado de ações ajuizadas constitua um indício da efetividade do juízo ordinário como instrumento de resolução de conflitos, vislumbra-se a necessidade de verificar como os processos eram encadeados e quais as medidas concretas que produziam. Os elementos colhidos por meio desta verificação vão contribuir também para melhor caracterizar a justiça local.

Um dos principais atributos para o exercício da função de julgar é guardar a imparcialidade, de modo que o juiz não pode ter interesse no desfecho do processo, tampouco pretender favorecer uma das partes na contenda. Um dos fundamentos da credibilidade dos mecanismos institucionais de solução de conflitos repousa na confiança depositada no julgador para sentenciar de forma isenta a causa.

Descrevendo as características da justiça local, António Manuel Hespanha (1988) afirmou que a atuação dos julgadores, a despeito da pouca especialização, estava fundada nos “equilíbrios sociais profundos da sociedade”, razão pela qual dispunham de elevado prestígio social⁹¹⁴. As decisões naturalmente carregavam a mesma credibilidade atribuída aos responsáveis por proferi-las.

⁹¹⁴ HESPANHA, A.M. **Sábios e Rústicos**: a violência doce da razão jurídica, op. cit., p. 35-7. No início do capítulo foram sublinhados outros aspectos referentes à justiça local pelo autor, como a “fraca institucionalização”,

Em sentido um pouco diverso, ao analisar a justiça na Capitania de São Paulo do começo do século XVIII até a independência, Adeildo Gonçalves (2015) destaca a corrupção e conservadorismo dos magistrados e seus subordinados. A constatação é evidenciada mais pela literatura da época e pelos relatos dos viajantes do que pelos “papéis dos arquivos”, nos dizeres do próprio pesquisador. Ainda segundo o autor, uma das tipologias weberianas, concebida como patrimonialista, se amoldaria ao comportamento dos oficiais régios e camarários ligados ao exercício da justiça, os quais faziam de seus ofícios uma extensão de seus domínios privados⁹¹⁵.

As balizas propostas nos dois estudos citados servirão como eixo inicial de análise para a aferição da credibilidade da justiça. Em seguida, tentar-se-á uma formulação acerca dos sentidos mais específicos assumidos pela atuação institucional da Câmara.

3.8.2.1 *“Por ser oposto e mal afeito ao suplicante”*: a credibilidade da justiça

Os autores anteriormente citados não enfrentaram a documentação produzida pelo juízo ordinário, mas é possível indicar no conjunto de autos cíveis examinados um processo que explicita o arbítrio dos oficiais camarários. Ao receber uma carta precatória, o réu, referindo-se ao juízo ordinário de Santana de Sapucaí que mandara citá-lo na vila de Atibaia, respondeu “que naquele Arraial e juízo se não administra nem se pode administrar justiça por ser governado pelo Capitão Antônio Simões Gomes, cuja vontade é lei”⁹¹⁶.

Mais precisamente no juízo ordinário de Atibaia, foi instaurada uma devassa para identificar a autoria do “absurdo libelo infamatório” redigido contra o juiz de órfãos, o Sargento Mor, José Félix Cintra, e seu escrivão e ajudante, Anacleto de Sousa Coutinho. Imputava-se aos oficiais a apropriação de dinheiro alheio. Conforme auto de corpo de delito, o “pasquim” continha as seguintes palavras injuriosas:

Anacleto e seu sócio alerta, alerta, restitua o alheio que a morte é mais que certa, Anacleto e seu sócio restitua o mal levado, olha não amanhecerão condenado, Anacleto e seu sócio tenham mais consciência, estão cegos, senão houver emenda tereis o inferno por certo (...).⁹¹⁷

“oralidade” e “precariedade dos meios coercitivos”, alguns já foram abordados durante o exame do corpo documental. A análise, porém, se prenderá mais ao ora delineado, uma vez que do próprio prestígio dos julgadores deflui a credibilidade da atividade institucional que desempenhavam.

⁹¹⁵ GONÇALVES, Adeildo. **Direito e justiça em terras D’El-Rei na São Paulo colonial 1709-1822**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 311-2.

⁹¹⁶ D460 – 1780 - CO 3707 ACA

⁹¹⁷ D1441 – 1789 - CO 3722 ACA.

Cuidava-se de uma ameaça velada de morte, pois a condenação por eventual apropriação do dinheiro alheio não era o que esperava os oficiais implicados, mas o inferno, conforme lhes prenunciava o “pasquim”. Em termos institucionais, tratava-se de outro segmento de atuação judicial da Câmara, responsável pela conservação do patrimônio das viúvas e órfãos. O dinheiro dos órfãos ficava depositado em um cofre, guardado por um tesoureiro e era administrado pelo juiz de órfãos, auxiliado pelo escrivão. A carência de meios circulantes fazia com que as quantias depositadas pertencentes aos órfãos e às viúvas fossem emprestadas a juros, dando azo às suspeitas de malversação e apropriação.

No campo das manifestações processuais, verifica-se, muitas vezes, que autores e réus, ao terem uma decisão desfavorável, alegavam que estavam sendo perseguidos, supostamente em razão de uma amizade entre o juiz e a parte contrária, ou então por conta de seu adversário ser, supostamente, uma pessoa poderosa. Este tipo de argumento era utilizado, principalmente, nos requerimentos feitos ao Governador e Capitão General. Convém ressaltar que somente algum abuso poderia, em tese, justificar a hipótese de intervenção da autoridade régia.

No curso de uma execução, Frutuoso Furquim de Campos fez um requerimento ao Governador e Capitão General, no qual aduziu, inicialmente, que estava ocorrendo um retardamento do seu processo por conta de uma interpretação equivocada das Ordenações. No entanto, sustentava o exequente que o verdadeiro motivo da demora era o fato de o juiz ordinário “ser oposto e mal afeito” a ele. Conforme observado anteriormente, mesmo sendo um dos homens mais ricos e poderosos de Atibaia, Frutuoso também estava sujeito a eventuais desvios no desempenho da atividade jurisdicional⁹¹⁸.

Em outro documento, o juiz ordinário Ignácio Pereira Pacheco é acusado de fazer “conluio” com Antônio Cubas e Francisco Bueno para se apoderar das terras de seus vizinhos. A manobra não foi concretizada pela intervenção do Governador e Capitão General, o qual restituiu os sítios às supostas vítimas⁹¹⁹.

Há, então, a necessidade de identificar em que medida os pedidos de intervenção do Governador e Capitão General são, de fato, resultantes de um efetivo abuso ou constituem uma

⁹¹⁸ D65 – 1771- CO 3698 ACA. Alguns anos depois, o mesmo Frutuoso Furquim de Campos foi beneficiado pela atuação da Câmara, ocasião em que houve uma decisão suspeita, livrando-o de uma acusação de monopolização do fornecimento de aguardente, conduta que estava causando prejuízo aos demais fornecedores do produto, cf.: LRACAt de 15 de novembro de 1773.

⁹¹⁹ Na petição direcionada ao Governador e Capitão General é afirmado o desvio cometido pelo julgador com as seguintes palavras: “Dizem José Moreira, seu filho Antônio da Cunha e seu Genro José de Brito que eles suplicantes são senhores e possuidores de sítios no Bairro da Cachoeira, termo da Vila de São João de Atibaia, há 15 para 16 anos, que são moradores no Bairro e junto dos suplicantes é vizinho Ignácio Pereira Pacheco e há uns anos esta parte tem buscado todos os males aos suplicantes, tanto que no ano passado, em que ele foi juiz ordinário na dita vila, fez conluio com Antônio Cubas e Francisco Bueno, pessoas de nenhuma confiança e negros e seus inimigos, como se vê do requerimento a fls. 13 (...)” (D456 – 1780 - CO 3707 ACA).

estratégia com a finalidade de reverter uma decisão desfavorável. Mesmo no caso acima descrito, quando parece subjazer um interesse particular do juiz, e não apenas inimizade em relação às partes, houve a necessidade de utilização de uma ação judicial e de interpostas pessoas com a finalidade de alcançar as terras que eram cobiçadas, descartando-se o emprego direto da força. Da mesma forma, o simples fato de haver um procedimento em curso já permitia aos prejudicados formularem suas defesas.

Assinale-se que a própria possibilidade de solicitar o concurso das autoridades régias constituía, por si só, um fator de inibição aos abusos, isto sem contar as correições ordinárias do Ouvidor e Corregedor. Assim, a própria posição do juízo ordinário no arcabouço judicial colonial o tornava menos suscetível ao arbítrio, ao contrário das autoridades régias, cujo controle, quando exercido, era feito a grandes distâncias.

As Ordenações também previam a possibilidade de avocação da causa pelo Corregedor e Ouvidor nas hipóteses em que havia suspeita de favorecimento, ou então quando um dos envolvidos no processo fosse poderoso ao ponto de constranger os juízes ordinários⁹²⁰. Antônio Antunes de Lima narrou que um “filho família” de José Gonçalves de Oliveira lhe havia furtado um cobertor e um chapéu durante uma “função” ou “ajuntamento” no Bairro Campo Largo e, mediante intervenção do Capitão-mor, confessou a subtração, restituindo o cobertor, o qual, porém, não foi aceito, pois estava queimado e roto. José Gonçalves de Oliveira foi então compelido a ressarcir o valor do bem, chegando, inclusive, a ser preso. Durante o processo, porém, foi acolhido o pedido de avocação da causa feito pelo réu ao Ouvidor e Corregedor. Em síntese, alegava o réu que o autor era favorecido do Capitão-Mor, razão pela qual não haveria um julgamento isento pelo juízo ordinário.⁹²¹

⁹²⁰ Ordenações, Livro I, Título LVIII, parágrafo 11.

⁹²¹ O requerimento tinha o seguinte teor: “Diz José Gonçalves de Oliveira homem casado, pobre, e carregado de filhos, morador no distrito da Vila de São João de Atibaia que ele suplicante tem um filho, por nome Francisco, de idade de doze para treze anos de idade pouco mais ou menos, e indo o dito filho do suplicante a uma função onde se achavam várias pessoas, sucedeu a um faltar neste ajuntamento um cobertor de um sujeito chamado Antônio de Lima de Faria, o que foi a casa do Capitão-mor da dita Vila queixar-se que o dito suplicante lhe havia usurpado o tal cobertor, e logo mandou o Capitão-mor a casa do suplicante dar-lhe busca e não acharam se não um cobertor usado que o suplicante o possui há treze anos, o qual comprou nesta Cidade na loja de Gabriel Antunes, porém, entrou o suplicado a teimar que aquele mesmo era o seu e que tinha apresentado uma testemunha de vista que vira, e chamando-se a dita testemunha perante o Capitão-mor e o suplicante e suplicado, disse a tal testemunha que não dissera tal, que sim dissera que aquele cobertor se parecia com o outro, porém, não foi bastante isso para que o Capitão-mor, e o suplicado deixassem da sua pertinência, mais antes mandou logo ao suplicante pagasse ao suplicado e dizendo o suplicante [que] não podia pagar o que era seu, e com esta resposta mandou logo o suplicado citar, a qual citação se fez em ausência do suplicante e citaram ao vizinho mais chegado e consta ao suplicante que vai correndo a causa por diante só assim de o botarem a perder e, como o suplicado é a patrocinado do Capitão-mor, tudo se lhe faz a medida do seu desejo, faltando-se a todo o direito ao suplicante, motivo este porque recorre o suplicante ao patrocínio de Vossa Mercê para que se digne atendimento a muita razão que tem o suplicante e a sua pobreza mandar por seu despacho ao juiz ordinário daquela Vila não continue com a causa por diante, pois quer o suplicante puxá-la para esta Cidade onde na presença de Vossa Mercê quer dar testemunhas fidedignas do que alega, pois a trinta e tantos anos é morador o suplicante na tal paragem e nunca constou que fosse homem de

Emerge dos exemplos citados que os vínculos e as relações estabelecidas com os julgadores podiam tanto beneficiar como prejudicar as partes, independentemente das suas condições financeiras e prestígio. É possível até ir além, sugerindo-se que em alguns processos as partes tenham sido coagidas a ceder seus direitos, e não há qualquer elemento no documento capaz de indicar tal circunstância.

Aliás, existindo alguma ilicitude na condução do processo pelo juiz ordinário, naturalmente, havia a tentativa de ocultá-la, especialmente sob o manto de alguma interpretação da legislação. Deste modo, o que deve ser ponderado é a parcela de casos em que houve corrupção e parcialidade, verificando se chegavam a comprometer a credibilidade da justiça como um todo, desestimulando a sua utilização como meio de solucionar conflitos.

Consoante já se afirmou, a quantidade significativa de processos que tramitaram no juízo ordinário são um indicativo de que a justiça local não tinha sua imagem completamente comprometida. Outrossim, seria impossível que na maioria das ações ajuizadas houvesse, de fato, interesses escusos dos oficiais atuantes, lembrando-se que o exercício do ofício de julgar era anual e compartilhado por dois juízes. Recorde-se ainda que a maioria das decisões e sentenças guardava uma coerência com o conteúdo probatório dos autos e seguia o procedimento previsto nas ordenações, assim como sua disciplina material.

A venalidade, considerando a posição social dos juízes ordinários e da maioria das partes, parece também não constituir um fator preponderante de desvirtuamento e de abuso, pois boa parte dos autores e réus tinha menos prestígio e riqueza que os julgadores, de modo a propiciar-lhes pouca capacidade de influência sobre os oficiais camarários, especialmente pelo suborno.

Apontar um viés “patrimonialista” no exercício da justiça na Capitania de São Paulo não deixa de ser pertinente, ajudando a compreender certos aspectos da sociedade colonial. Entretanto, sua generalização traz diversos problemas, pois não considera os distintos segmentos de atuação jurisdicional e suas particularidades, especialmente o funcionamento do campo eclesiástico e do secular em suas diferentes ramificações (cível, de órfãos e criminal). Da mesma forma, entende a organização judicial e administrativa como homogênea, olvidando as características intrínsecas dos ofícios e de seus ocupantes, eis que articulados em uma estrutura integrada escalonada (instância local e superior), mas de composição diversificada, compreendendo letrados e leigos, bem como indivíduos pertencentes à burocracia régia permanente, e os recrutados temporariamente na comunidade local.

mal fazer, e sua família mais sempre se conservou com toda a honra e verdade como é notório” (D882 – 1784 - CO 3714 ACA).

Ainda que ocorressem abusos, tratavam-se, possivelmente, de fenômenos marginais ou ao menos toleráveis, sem comprometer o funcionamento geral da justiça. Do contrário, fossem os desvios a regra, tal padrão de conduta, certamente, se estenderia ao conjunto de atividades desenvolvidas pelos oficiais no plano local. Diante de tal quadro, seria o caso de reavaliar a importância da Câmara como mediadora de tensões e conflitos, posto que tal capacidade estaria, inteiramente, comprometida pelo despotismo que caracterizaria as ações tomadas pelos órgãos municipais⁹²².

A generalização de uma imagem de corrupção e abuso resultaria na total falta de credibilidade da Câmara, afastando a resolução dos conflitos do juízo ordinário, tornando-o disfuncional. Provavelmente, também deixaria de atrair as pessoas de “maior consideração” e seus familiares, visto que ocupar os ofícios, ou exercê-los de maneira vil, contribuiria para o declínio do prestígio social, gerando ainda desconfiância em relação às atividades econômicas desempenhadas pelos próprios agentes.

Da análise da composição social dos que atuavam no processo, verificou-se que o ofício de juiz ordinário era restrito aos integrantes das principais famílias locais ou àqueles a elas associados, mostrando que participar da Câmara não constituía qualquer aviltamento, diferentemente de procurar causas habitualmente. Assim, parece prevalecer a imagem de uma justiça fortemente arraigada na comunidade local e dotada de elevado prestígio social⁹²³.

⁹²² Os estudos que tratam da Câmara assinalam o seu papel conciliatório. Trata-se de um desígnio bastante comum, tanto aos trabalhos que analisam a vertente de atuação considerada governativa, como a judicial. O Órgão Municipal regulava por meio de sua ação institucional as tensões internas e também mediava os interesses da comunidade local frente a outras instâncias de poder. Destaca Joacir Borges o caráter mediador da atividade institucional a despeito de eventual parcialidade, assinalando: “Uma justiça que estabelecia um constante e tenso diálogo entre os atores sociais, as partes envolvidas nos processos, os juízes e os diversos níveis da hierarquia judiciária. Enfim, uma justiça que, embora tenha por vezes favorecido os interesses de grupos específicos, também era tida como justa guardiã dos preceitos jurídicos comunitários e garantidora da ordem vigente” (**Das Justças e dos Litígios**: A Ação Judiciária da Câmara de Curitiba no Século XVIII, (1731-1752), op. cit. p. 100). No mesmo sentido, posiciona-se Ilana Blaj, reafirmando o papel articulador e conciliador, cuida-se, segundo a autora, de uma maneira de agir “sintomática do próprio caráter da Câmara”, que ao mesmo tempo representava os interesses dos grupos dominantes e atuava como delegado do poder real (**A Trama das Tensões**: O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721), op. cit., p. 24). Embora tratando de uma época um pouco mais avançada, mas com raízes no período estudado, Ivan de Andrade Vellasco conclui seu estudo enfatizando que “Durante este livro, vimos juízes e magistrados atendo-se aos termos legais dos problemas que a eles era dado resolver e arbitrar. Vimos homens, que ocupavam cargos de relevância, que não pautavam sua conduta pela venalidade, incúria e negligência e discriminação, mas pela lei e seus imperativos, cientes que representavam uma burocracia, cuja força corporativa residia em sua função específica de implementar a ordem sob a letra da lei. Estavam cientes de que isso constituía o seu exclusivo institucional e legitimava os seus poderes. E produziram resultados que não podem ser desprezados. A atuação da justiça revelou-se, em vários momentos, capaz de garantir um quadro estável de referências e previsibilidades nos quais muitos se pautaram. Cumpriu, enfim, a sua função pedagógica de convencer os homens de que as regras podem ser vantajosas e o arbitramento desejável” (**As Seduções da Ordem**: Violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19. São Paulo: EDUSP, ANPOCS, 2004, p. 305).

⁹²³ HESPANHA, A.M. op. cit., p. 35-37.

Os “principais da terra” e seus familiares agregavam seu prestígio aos poderes inerentes à função judicante. Boa parte destes indivíduos já dispunha de autoridade, mesmo antes da elevação da freguesia, de modo que se tratou de um enquadramento institucional de um poder de mando que já era exercido de fato, impondo-se regras de atuação que antes nem eram aplicadas.

Um ano antes da instalação da Câmara de Atibaia, em carta encaminhada ao Governador e Capitão General, o Capitão Domingos Leme do Prado relata sua tentativa de mediar a contenda entre João Pereira de Camargo e Jerônimo de Camargo Pimentel, “homens que litigam em grande dúvida entre si por razão de suas terras”. No ano seguinte, com a efetiva criação da vila de Atibaia, o mesmo Domingos Leme do Prado se tornou o primeiro juiz ordinário a presidir a Câmara⁹²⁴.

O supracitado requerimento fazia parte da correspondência entre os oficiais militares locais e o Governador e Capitão General, mostrando que antes da instalação do juízo ordinário havia mecanismos informais de arbitragem de conflitos, no qual sobressaía o prestígio decorrente do posto militar exercido. No caso, a disputa era entre dois indivíduos também de destaque no cenário local; daí o cuidado em comunicar a autoridade máxima da capitania, pedindo uma “faculdade” para impor uma solução⁹²⁵. Nos demais conflitos, a maioria envolvendo militares subalternos, os oficiais certamente exerciam o mesmo papel, mas independente de permissão e com o uso da coerção decorrente da superioridade do posto militar, inclusive com a possibilidade de imposição de castigos, consoante foi verificado quando da análise dos autos crime.

A elevação da freguesia de Atibaia à condição de vila trouxe uma roupagem mais institucional ao poder, que já era exercido em grande medida pelos oficiais dos corpos militares, o que contribuiu para torná-lo um pouco menos arbitrário. Ainda que em certos campos ele remanescesse quase intacto, como no disciplinar, houve a necessidade de articulação mínima com a Câmara, vez que incumbia precipuamente aos juízes a aplicação das penas. Os conflitos entre o novel órgão e os corpos militares, bem como a intervenção das autoridades régias,

⁹²⁴ D2 – 1769- CO 3696 Militares, comandantes Capitão-mor de Bragança Atibaia e Nazareth 1723-1822.

⁹²⁵ No requerimento, constava o seguinte pedido ao Governador e Capitão General: “Rogo a Vossa Excelência se digne conceder-me faculdade para que eu novamente proceda ao lugar e que não obedecendo aquele João Pereira de Camargo o remeta a Vossa Excelência preso”. Observou-se que já havia ocorrido uma tentativa prévia de delimitação dos limites das propriedades rurais, tanto que a comissão solicitada era para retornar ao local da contenda. Ao final, mesmo sem a autorização para a prisão, houve um ajuste entre as partes: “se resolveram os homens João Pereira de Camargo e Jerônimo de Camargo Pimentel a paz e conserto a respeito das terras sobre que litigavam e ficaram com espontânea partição das terras e para memória passaram entre si um papel pelo qual perpetuamente constasse. Tudo se deu ao sumo zelo com que Vossa Excelência sabe moderar as inclemências com que se portam os homens que não sabem atender para os ditames da melhor razão”. Idem.

principalmente do Governador e Capitão General, naturalmente limitaram ou ao menos inibiram os abusos, tanto dos oficiais da câmara, como também dos capitães de milícias e de ordenanças.

A própria prática judicial leiga, ao prefigurar certos caminhos para o equacionamento dos conflitos e as soluções possíveis também contribuía para reduzir a liberdade de ação dos julgadores, pois uma decisão que discrepasse completamente dos procedimentos usuais, certamente, causava estranheza. Conforme anteriormente observado, a interpretação do corpo normativo podia ser propositalmente desvirtuada por fatores exteriores à prática judicial não apenas pelos juízes ordinários, mas também pelos procuradores leigos e mesmo letrados, o que, porém, não a desfigurava, tampouco a tornava completamente imprevisível.

O manejo dos autos cíveis por procuradores leigos, muitos de origem humilde, não alterava este quadro de relativa estabilidade. Ainda que houvesse a possibilidade de desenvolvimento de uma atividade interpretativa que pudesse favorecer os mais pobres, emerge da documentação que a maior preocupação era com a possibilidade de auferir renda do que propriamente controlar, ou orientar a atividade jurisdicional em sentido diverso daquele conformado pela prática judicial. Ademais, mesmo que as decisões estivessem sujeitas a desvios pelos julgadores, a lógica de persuasão dos procuradores atuantes estava atrelada à defesa do interesse particular de seus constituintes no processo, não transparecendo uma consciência de grupo, mesmo daqueles compostos por segmentos econômicos ou sociais dominantes, como grandes comerciantes ou proprietários rurais.

Na maioria dos processos, ademais, não havia interesse dos juízes que justificasse algum favorecimento ou desvio, enquanto sua honra era empenhada no fiel exercício dos “cargos da república”. Normalmente derivando seu prestígio de outros símbolos de poder, os indivíduos que, circunstancialmente, exerciam as funções judicantes procuravam decidir os processos de acordo com o corpo normativo régio e com base nas provas reunidas nos autos.

Emerge ainda da análise da documentação que a imparcialidade dos julgadores era preocupação constante, notadamente quando uma ou ambas as partes dispunham de elevado prestígio, ou tinham laços de amizade, ou parentesco com o juiz ordinário responsável pelo processo. Na maioria dos casos, porém, o próprio prestígio social do julgador era suficiente para que as partes lhe confiassem a solução da contenda.

Um auto cível de libelo é capaz de exprimir a preocupação com a isenção dos julgadores. Nele, o autor demandava dois escravos que o seu sogro havia lhe prometido em dote. O réu, antes de contrariar o libelo, alegou a suspeição do Juiz Lourenço Franco de Camargo por ser “primo irmão do autor”. Inconformado com o afastamento do julgador, o autor solicitou a

intervenção do Governador e Capitão General, aduzindo que o juiz da vila se negou a continuar atuando “com o fundamento de ser parente do mesmo (autor), o dito juiz, quando também o é do suplicado (réu), e todos os mais o são por serem estas partes da parentela que costuma na dita Vila ocupar os cargos da República”⁹²⁶.

O processo evidencia a possibilidade de se valer da autoridade régia com a finalidade de evitar o prejuízo decorrente dos vínculos do juiz ordinário com a parte contrária. A atitude do juiz ordinário, por sua vez, foi justamente acolher o pedido de afastamento, esperando ser restituído à função e ter sua atuação legitimada pelo Governador e Capitão General. Deste modo, além dos vínculos de parentesco que normalmente uniam as pessoas mais influentes, o exemplo demonstra que havia a preocupação em garantir, ao menos formalmente, um julgamento imparcial, bem como que os próprios juízes buscavam respaldar suas decisões.

A rigor, diante da transitoriedade do exercício dos ofícios, contrariar o interesse de alguém poderia despertar um desejo de vingança, especialmente quando o indivíduo prejudicado também pudesse assumir a posição de julgador⁹²⁷. Nesse sentido, na perspectiva do juiz ordinário, o traço mais característico de sua atuação não residiria na corrupção, tampouco no proveito que ele tirava do ofício. Assim, ainda que não se despreze, nem se ignorem os possíveis abusos e desvios, a busca de uma atuação isenta e legítima, ou de uma solução de compromisso constituía os caminhos mais trilhados. Principalmente quando estava em jogo interesses de pessoas de igual ou maior prestígio que o ostentado pelo juiz ordinário.

Ao invés da corrupção e do abuso é possível indicar a suscetibilidade dos juízes ordinários quando se defrontavam com uma contenda envolvendo partes que dispunham de elevado prestígio. Nestes casos, a busca de uma autorização do Governador e Capitão General para mediar a disputa, prática anterior à instalação, do juízo ordinário, retratada linhas atrás, persistiu, mas sob a forma de intervenções esporádicas das autoridades régias que respaldavam ou modificavam as decisões tomadas pelos juízes, deles retirando a responsabilidade de contrariar os interesses das partes.

⁹²⁶ D337 – 1778 - CO 3705 ACA.

⁹²⁷ Joacir Navarro Borges faz observação semelhante: “O juiz, apesar de ser um “homem bom” e pertencer à elite local, era um morador da localidade, que num ano servia como juiz, mas que no outro poderia também ser citado como réu”, menciona ainda um ditado popular lusitano da época que, embora radicalize a proposição, se mostra bastante pertinente: “Juiz de aldeia, um ano manda, outro na cadeia”. O estudo levado a cabo pelo referido autor realça a peculiaridade da posição ocupada pelos juízes ordinários. (**Das Justiças e dos Litígios..**, op. cit., p. 25-26).

Para aqueles que temiam a parcialidade, havia ainda a possibilidade de ajuizar a demanda diretamente perante a instância superior, a Ouvidoria⁹²⁸, ou então solicitar o já mencionado concurso do Governador e Capitão General, práticas frequentes nos autos cíveis. Ressalte-se que os casos de intervenção eram os mais variados possíveis e tratava-se de um recurso empregado largamente pelas partes independentemente de constituírem autores ou réus, não se restringindo aos processos envolvendo as pessoas mais influentes.

No total foram 44 processos em que houve pedidos de intervenção do Governador e Capitão General, entre os quais podem ser citados dois em especial: a mediação na disputa envolvendo dois dos principais líderes locais o Capitão Francisco Lourenço Cintra e o Capitão-Mor Lucas da Siqueira Franco, os quais contendiam sobre a definição dos limites de suas propriedades rurais⁹²⁹. Além disso, outro conflito de terras, mais particularmente sobre a posse de uma área onde foi plantada uma roça, envolvendo Miguel da Cunha de Macedo e João Pereira de Avelar⁹³⁰.

Miguel da Cunha de Macedo, dizendo-se pobre, relatava ao Governador e Capitão General que havia sido esbulhado de suas terras pelo réu, pedindo então a designação do Capitão do bairro em que moravam para que informasse acerca do ocorrido. A autoridade régia atendeu inicialmente o pleito do autor do requerimento, tendo o Oficial das Ordenanças constatado que estando os trabalhadores do suplicante roçando nas suas terras, veio o suplicado João Pereira potenciosamente [sic] com 15 homens com foices e afugentou os trabalhadores do suplicante, e fez uma roça nas mesmas terras do suplicante⁹³¹.

O mesmo vistoriador reconheceu que ambos tinham “parte na dita roça”, acrescentando que Miguel da Cunha “é pobre e em tudo que alega tem razão”. O suplicado rebateu a informação, apresentando uma petição ao Governador e Capitão General com o seguinte teor:

Diz João Pereira de Avelar da freguesia de Nazareth que entre os mais bens de que é legítimo senhor e possuidor de que está de posse por si e por seu antecessor há mais de vinte anos bem assim é o seu sítio em que mora que é um dos melhores que há naquela freguesia com as terras a ele pertencentes: e porque estando o suplicante na posse se foi às ditas terras do suplicante um Miguel da Cunha de Macedo e entrou a roçar nas mesmas em uma mata entre duas capoeiras do suplicante privando o suplicante da sua antiga posse e cometendo notória força e esbulho sem querer desistir da mesma tanto assim que indo o suplicante a dita roçada e achando lá o suplicante e várias pessoas chegou o suplicado a investir ao suplicante com razões descomedidas e com uma faca na mão, cuja violência e absurdo não passou a mais pela prudência do suplicante e retirando-se o suplicado veio logo a esta cidade fabricar um caviloso requerimento contra o suplicante a Vossa Excelência que mandou Vossa Excelência informar o tão caviloso que, sendo o suplicante e o suplicado soldados auxiliares

⁹²⁸ Além da possibilidade de avocação, foram registradas várias cartas precatórias vindas da Ouvidoria com a finalidade de ouvir testemunhas, realizar vistorias ou medições na vila de Atibaia, versando principalmente sobre questões fundiárias, tratando-se de ações promovidas fora do juízo local.

⁹²⁹ D.454 – 1780 – CO 3707 ACA.

⁹³⁰ D.193 – 1774 – CO 3701 ACA.

⁹³¹ Idem.

e devendo conhecer deste fato o próprio Capitão, requereu a Vossa Excelência para informar o Capitão do Bairro que é o da Ordenança e por certas circunstâncias oposto ao suplicante, tudo em ordem a melhor fabricar o seu negócio, tendo o suplicante esta notícia se botou toda uma noite para esta cidade e vem aos pés de Vossa Excelência com o presente requerimento e para conhecimento da verdade o Capitão do suplicante e do suplicado informará a Vossa Excelência melhor todo o deduzido de um e outro requerimento pelo que. Pede a Vossa Excelência se digne mandar o Capitão do Suplicante e suplicado faça certo a Vossa Excelência de todo o referido, fazendo vistoria com que se meçam as terras da contenda e compor estas partes em sua presença, conforme achar justo e aquele que impugnar seja remetido preso a Vossa Excelência suspenso qualquer despacho que houver.⁹³²

Há dúvida sobre a efetiva pobreza de Miguel da Cunha, pois ele estava roçando com os seus trabalhadores. As pessoas que auxiliavam o suplicante podiam tanto ser seus subordinados, como fazer parte dos mutirões, nos quais os lavradores vizinhos cooperavam para a preparação das terras que seriam arroteadas e semeadas. Por outro lado, parece certo que o suplicado, João Pereira de Avelar, era o mais abastado, de forma que este começa seu requerimento dizendo ser senhor das melhores terras da freguesia entre outros bens de sua propriedade, o que realça sua superioridade em relação ao adversário.

Os documentos selecionados retratam duas das principais modalidades de intervenção descritas. No primeiro caso, as duas figuras envolvidas detinham enorme prestígio, podendo afetar a autoridade do julgador. Já na segunda situação, uma das partes é supostamente pobre e o envolvimento do Governador e Capitão General tinha como finalidade equilibrar as posições desniveladas, evitando ainda a imposição do controle sobre a terra pela força.

O segundo caso também mostra o enquadramento do poder exercido pelos oficiais militares. Observa-se que, inicialmente, a constatação foi feita pelo Capitão do Bairro, ou seja, das Ordenanças, que deu razão ao suplicante Miguel da Cunha. Na sequência, com o requerimento acima transcrito feito pelo réu, foi a vez do Capitão da Companhia de Auxiliares ser designado. Tratava-se do comandante de outra corporação militar, cuja averiguação foi favorável ao suplicado, João Pereira de Avelar, afirmando o oficial que ele estava “bem situado nas terras da contenda” e que foi vítima de violência cometida pelo suplicante⁹³³. A autoridade régia, no caso o Governador e Capitão General, então encaminhou a questão ao juízo ordinário, onde foi equacionada com a conversão do procedimento em autos cíveis de medição, no qual houve a delimitação dos limites entre as propriedades. Assim, a contenda, que anteriormente

⁹³² D.193 – 1774 – CO 3701 ACA.

⁹³³ As companhias de ordenanças serviam como “fonte de recrutamento para suprimento das fileiras da tropa regular e auxiliar da capitania” (LEONZO, Nanci. **As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo: Das origens ao governo do Morgado de Matheus**. 1975. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH – USP. São Paulo, 1975, p. 140). Enquanto as Ordenanças garantiam a defesa nas vilas e freguesias, as “tropas auxiliares” deviam socorrer as fronteiras em caso de guerra, juntando-se ao exército regular (LEONZO, Nanci. **Defesa Militar e Controle Social: as Milícias**. São Paulo, 1979. 414 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP, São Paulo, 1979, p. 20).

era definida com base na autoridade dos oficiais militares, foi levada ao juízo ordinário, recebendo um tratamento institucional específico. Também convém realçar que a situação descrita ocorreu nos primeiros anos após a elevação da freguesia, mostrando o processo de consolidação da Câmara como instância de resolução de conflitos.

A intervenção do Governador e Capitão General persistiu durante todo o período examinado na pesquisa. Outros mecanismos foram também incorporados, como, por exemplo, evitar enfrentar o cerne do conflito, protelando o processo até que as partes chegassem a um consenso. Na falta de ajuste, proferia-se, por vezes, uma decisão terminativa, fundamentada na falta ou inobservância de alguma formalidade, evitando acolher a pretensão do autor⁹³⁴. Além das manobras processuais, uma forma de desoneração da responsabilidade empregada com bastante frequência foi o assessoramento do juiz ordinário na confecção das decisões.

Os vínculos entre os oficiais camarários e destes com as partes nos processos, consoante observado, podiam, eventualmente, levantar suspeitas sobre a isenção dos juízes ordinários. Muitos pertenciam à mesma “parentela”, o que trazia um desconforto adicional aos julgadores, especialmente quando a demanda envolvia pessoas de prestígio elevado, e que potencialmente também pudessem ocupar os ofícios da Câmara. Recorde-se também que os juízes não dispunham de formação acadêmica, de sorte que não podiam se impor aos procuradores leigos, e às partes exclusivamente por força deste tipo de titulação. Consequentemente, ao contar com um assessor, normalmente letrado, o juiz ordinário emprestava a reconhecida autoridade simbólica de um doutor em leis ou cânones às suas decisões, superando a desconfiança e, também, evitando que o peso da sentença eventualmente prejudicial a uma das partes recaísse exclusivamente sobre a pessoa do oficial camarário.

No conjunto de ações que tramitaram no juízo ordinário de Atibaia, verifica-se que em 66 casos houve grande embate entre autor e réu com a necessidade de exame das provas produzidas e dos argumentos sustentados pelas partes. Em 15 deles, o juízo ordinário não apreciou o cerne da controvérsia, entendendo que o procedimento era inadequado, ou que faltava alguma formalidade essencial ao desenvolvimento válido do processo, encerrando-o sem dar razão ao autor ou ao réu, cumprindo ao primeiro ajuizar nova ação de forma correta.

Nos demais casos, 51 no total, foram proferidas decisões reconhecendo qual das partes tinha direito aos bens materiais discutidos na demanda. Em quase metade destes processos,

⁹³⁴ Naturalmente nem todas as decisões consideradas terminativas resultavam do receio do juiz ordinário em comprometer uma das partes, havendo casos em que não era observada efetivamente a legislação, especialmente as Ordenações. Contudo, era possível ao juiz se valer de uma suposta falta de formalidade ou defeito processual para extinguir o processo e não contrariar os interesses do réu.

mais precisamente 22, as sentenças foram proferidas pelos assessores letrados dos juízes ordinários. Outros nove casos contaram com a participação do Governador e Capitão General, enquanto o Ouvidor e Corregedor interferiu, diretamente, em mais duas das ações.⁹³⁵

Verifica-se, portanto, que na maioria dos processos mais complexos e mais conflituosos, ou naqueles envolvendo indivíduos de elevado prestígio, os juízes ordinários foram coadjuvados pelos seus assessores ou contaram com a intervenção das autoridades régias.

O número de ações que exigiram uma análise profunda dos direitos envolvidos foi, relativamente, modesto, predominando as matérias mais simples ou aquelas em que já havia uma prova pré-constituída. Os dois tipos de processo mais comuns permitiam a superação da controvérsia sem maior dificuldade, pois nas ações de alma o juramento dispensava a apreciação das razões das partes, enquanto nas de assignação de dez dias as cartas de crédito constituíam uma prova material capaz de reduzir a margem de dúvida.

Referidas modalidades de autos cíveis não afastavam completamente a necessidade de decisão sobre questões que, por vezes, podiam se tornar complexas, mas normalmente ficavam restritas ao procedimento, no caso da ação de juramento de alma, ou então à validade, formalidade e autenticidade do documento que materializava o crédito. Quando a questão desbordava os limites de cognição das referidas ações, havia então a necessidade de conversão do procedimento em ordinário. Ou seja, em ação de libelo, resultando no alargamento da instrução probatória para alcançar as matérias de fundo, principalmente a origem dos créditos, o que, porém, ocorria com frequência menor.

Por outro lado, os conflitos referentes à terra decorriam das causas anteriormente descritas e eram potencializados pela imprecisão dos limites das unidades rurais, impedindo o emprego das modalidades de autos cíveis que retiravam do julgador a necessidade de uma avaliação mais completa das circunstâncias que envolviam a controvérsia. Os litígios fundiários corresponderam a 32 das 51 decisões que exigiram um exame profundo dos argumentos desenvolvidos pelas partes. Em tais situações e também nos casos excepcionais que reclamaram a ampliação da discussão, o respaldo à atuação do juízo ordinário se fez mais premente, de modo que os mecanismos mencionados, principalmente o auxílio de um letrado, retiraram em parte o peso da decisão dos ombros do juiz, conferindo maior isenção e autoridade simbólica ao julgamento, contribuindo, desta forma, para a manutenção do prestígio da justiça local.

Levando em consideração a quantidade de processos examinados, os que se tornaram intrincados foram relativamente poucos enquanto a participação de letrados e das autoridades

⁹³⁵ Aqui não estão sendo contabilizadas as intervenções em grau de recurso, apenas os processos que foram avocados e depois restituídos ao juízo ordinário.

régias, embora importante, foi bastante pontual e concentrada nestas situações mais complexas. Por outro lado, não é ocioso recordar que os autos cíveis estavam inseridos no contexto de uma prática judicial dirigida pelos procuradores leigos e que estes, os julgadores, bem como as partes estavam inseridos na mesma comunidade. Os juízes eram normalmente de posição social mais elevada e detinham símbolos de prestígio e respeito, além da autoridade do próprio ofício, a qual se impunha sobre os que estavam situados em posição inferior na escala social e que constituíam a maioria das partes em juízo.

Em resumo do que até aqui foi exposto, as características principais do juízo ordinário podem ser descritas em função de seu funcionamento e alcance. No que diz respeito ao funcionamento, observou-se no início do estudo tratar-se de uma prática judicial mormente leiga, referenciada pelo conjunto normativo régio, acrescentando-se agora que a atividade institucional desempenhada era dotada de credibilidade suficiente para atrair as partes em conflito. Quanto ao alcance, embora bastante custosa, a justiça local era acessível à quase totalidade dos chefes dos fogos, representado um espaço institucional de mediação de seus conflitos, excluindo, porém, os que estavam subordinados ao poder marital e familiar.

Repita-se, porém, que estas características são restritas ao juízo ordinário, não podendo sem maiores ajustes e considerações abranger a justiça da capitania, composta também pelo Ouvidor e Corregedor. Ademais, mesmo no âmbito local, não contempla todo o campo de atuação, ficando de fora o juízo de órfãos e a análise sistemática dos processos de inventários e correlatos.

Deste modo, sem também perder de vista que havia o exercício concomitante e muitas vezes concorrente da jurisdição eclesiástica, os múltiplos sentidos que as atividades institucionais assumiam no plano local não podem ser completamente dimensionados. No entanto, é possível refinar o propósito de uma “justiça dos bens”, sentido mais abrangente depois da mediação e arbitramento de conflitos. Para tanto, necessário ultrapassar o exame das maneiras com que os juízes decidiam os processos e buscavam garantir a isenção dos julgamentos e passar a verificar efetivamente os desfechos dos autos cíveis. Por meio da quantificação e da análise dos resultados talvez seja possível delinear uma finalidade mais específica.

3.8.2.2 Onde “não há justiça” tenta-se, sem êxito, cobrar a dívida

O número de ações em que houve embate entre as partes é bastante reduzido, se considerado o conjunto de documentos examinado. Mesmo acrescentando os autos cíveis em

que foi permitido ao réu jurar em sua alma não ser devedor da quantia pedida, com a consequente absolvição, o percentual de decisões meritórias é de aproximadamente 8,5% do total de processos em que o resultado é conhecido.

Na maioria dos autos cíveis finalizados houve outro tipo de desfecho. O mais comum, correspondendo à quase metade dos processos (47,5%), foi o reconhecimento da revelia. Ou seja, após o réu ser citado e haver terminado o prazo assinalado para o oferecimento de defesa, o juiz, diante da inércia, proferia uma sentença de natureza condenatória, acolhendo o pedido do autor. Depois, em cerca de um terço das ações, o réu comparecia em juízo para confessar que o autor tinha razão em seu pedido, muitas vezes afirmando que assim agia para abreviar a demanda e reduzir as custas.

Os resultados mais frequentes foram, portanto, o reconhecimento da revelia e a confissão, houve ainda oitenta processos em que as partes se compuseram no curso da ação ou trouxeram um acordo para a homologação pelo juiz. Por fim, computaram-se algumas desistências, tratando-se da hipótese em que o autor se arrependia de ter posto a causa em juízo, retirando-a antes que o réu oferecesse defesa.

A tabela a seguir representa um resumo dos desfechos de acordo com a modalidade de autos cíveis.

Tabela 6: Resultados de acordo com a modalidade de ação

	Revelia	Confissão	Composição	Decisão ⁹³⁶	Desistência	Total
Assignação	297	162	05	15	04	483
Juramento	99	80	16	10	17	222
Libelo	13	17	17	21	10	78
Força	0	1	5	12	7	25
Outras ⁹³⁷	0	1	37	15	0	53
Total	409	261	80	73	38	861
Percentual	47,5%	30,3%	9,3%	8,5%	4,4%	100%

⁹³⁶ Nos processos em que houve o reconhecimento da revelia ou a confissão também foi proferida uma sentença do juiz ordinário, julgando-o procedente. Nestes casos, porém, bastava ao juiz observar o cumprimento das formalidades processuais e proferir sua determinação, não demandando uma análise profunda dos argumentos das partes, reservando-se o termo “decisão” para a indicação das sentenças exaradas nos processos mais conflituosos ou complexos.

⁹³⁷ Compreendem as ações sumárias genéricas, de despejo e tomada de posse, de medição e demarcação, bem como os pedidos de homologação de composições.

Fonte: APESP, autos cíveis Atibaia.

Os resultados são distribuídos de forma desigual entre os tipos documentais, refletindo a finalidade de cada modalidade de ação, bem como o próprio direito em discussão. Observa-se que nas ações creditícias, representadas principalmente pelos autos cíveis de juramento de alma e de assignação de dez dias, registrou-se o maior número de revelias e confissões, enquanto em nenhum dos autos cíveis de força o réu deixou de comparecer em juízo.

Conforme anteriormente assinalado, os autos cíveis de força estavam voltados à proteção da posse e do aproveitamento da terra. Neste tipo de processo, em termos proporcionais, ocorreu o maior número de embates entre as partes; mais precisamente 12 de 25 feitos tiveram uma decisão terminativa ou meritória. Mesmo em termos absolutos, superam as dez decisões das ações de alma, quase alcançando as quinze proferidas nas ações de “assignação de dez dias”, modalidades cujo número de ocorrências é quase nove e vinte vezes maior que as de força, respectivamente.

Os resultados aparecem melhor distribuídos nos autos cíveis de libelo, com pequena vantagem para as decisões. Destarte, enquanto as ações de assignação de dez dias estavam mais vinculadas ao crédito, as de libelo contemplavam todas as matérias e representavam o tipo de ação talhada para os grandes embates, visto admitir uma ampla produção de provas.

Convém lembrar a diferença entre os procedimentos sumário e ordinário. O primeiro era mais simples e moldado para situações específicas, enquanto o segundo era mais amplo e complexo. Na hipótese de haver discussão nos autos, excedendo os limites de cognição das ações sumárias, elas deveriam ser convertidas em ordinárias. Excetuando as ações de libelo, que correspondiam por excelência ao procedimento ordinário, as demais eram tipos de ações sumárias, nas quais predominava o caráter prospectivo.

Parte das ações sumárias era apenas o prelúdio de alguma outra ação mais assertiva. Era o caso dos autos de notificação, de exibição e de justificação, nos quais a ausência de resposta pelo réu, na maioria das vezes, não significava a perda do direito ou a imposição de alguma obrigação, servindo, mormente, para instar o réu a resolver uma pendência. Em outras modalidades de ação sumária, a ausência de resposta, ou de reação do réu, resultava normalmente na condenação, como no caso das ações de alma, de assignação de dez dias e de força nova.

Para a confecção do quadro anterior, não foram computadas as ações mais prospectivas, visto que, muitas vezes, as partes simplesmente se ajustavam fora do processo, ou então o autor não dava prosseguimento ao seu intento, deixando de adotar as medidas subsequentes.

Consigne-se ainda que as ações de notificação e exibição, assim como os processos de justificação, podiam também servir para delinear a posição do autor e sua disposição para o confronto em juízo, no caso de persistir a conduta perpetrada pelo réu. Adotando tais medidas processuais, muitas vezes os conflitos eram serenados sem a necessidade de ajuizamento de outra modalidade de auto cível mais custosa⁹³⁸.

As ações mais assertivas, inclusive as de libelo, também podiam servir como estímulo à resolução de conflitos sem a necessidade de prosseguimento até o final do processo, funcionando de forma bastante similar aos autos cíveis de notificação. Emerge da análise do corpo documental que muitas destas ações terminavam de forma abrupta, por vezes até com a redação de certidões e atos processuais incompletos.

O quadro contendo os resultados das ações sofre alteração se forem acrescentadas aquelas aparentemente interrompidas, verificando-se que o maior número de processos singularmente considerados era compostos pelos que não tinham um desfecho conhecido no ambiente institucional:

Tabela 7: Resultados de acordo com a modalidade de ação, acrescentando os processos que não tiveram desfecho conhecido nos próprios autos

	Revelia	Confissão	Composição	Decisão	Desistência	Sem desfecho	Total
Assignação	297	162	5	15	4	244	727
Juramento	99	80	16	10	17	74	296
Libelo	13	17	17	21	10	90	168
Força	0	1	5	12	7	13	38
Outras	0	1	37	15	0	12	65
Total	409	261	80	73	38	433	1294
Percentual	31,5%	20,7%	6,2%	5,5%	2,8%	33,3%	100%

Fonte: APESP, autos cíveis Atibaia

⁹³⁸ Esta natureza prospectiva, própria dos procedimentos sumários, também foi apontada por Wellington Júnio Guimarães da Costa ao examinar as práticas judiciais em Vila Rica. O autor ainda credita “a grande quantidade de notificações interrompidas” aos “acordos informais entre as partes visando evitar maiores gastos”, cf.: **A Trama dos Poderes: As Notificações e a Prática da Justiça nas Minas Setecentistas Comarca de Vila Rica (1711-1808)**. 2011. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011, p. 110.

Parte dos documentos examinados estava deteriorada, com rasuras e falta de segmentos importantes, circunstâncias que impediram conhecer o seu efetivo resultado⁹³⁹. Entretanto, faz-se necessário distingui-los daqueles que foram considerados sem desfecho e contabilizados no quadro acima, pois nestas situações, ao menos aparentemente, o processo se encontrava completo.

Em alguns casos, o réu pedia vista para oferecer “embargos” ou para “vir com sua contestação” e o processo findava com uma folha em branco, sugerindo que a defesa não foi apresentada, ou então que ela se perdeu. No corpo documental, porém, não foram identificados muitos fragmentos contendo manifestações de caráter defensivo sem vinculação a um feito específico.

De fato, é possível que documentos contendo defesas apartadas tenham se perdido, ou ficado espalhados por outros fundos arquivísticos. Entretanto, há outros elementos que sugerem o contrário. Em 35 das 244 ações de “assignação de dez dias” consideradas sem desfecho, contabilizou-se as custas processuais parciais. Algumas das contas foram feitas em papeletas avulsas, de modo que muitas outras podem ter se desprendido dos autos⁹⁴⁰. Em outras treze ações foi certificado que o réu não ofereceu defesa no prazo que lhe foi assinalado, muito embora não tenha sido proferida sentença aplicando a condenação pela revelia.

Há ainda quatorze ações de “assignação de dez dias” em que os réus ofereceram manifestações com matérias de defesa nos próprios autos, as quais, porém, não chegaram a ser examinadas em sentença. Somente em onze casos foi pedido vista dos autos pelo réu para vir com seus “embargos”, mas nenhuma manifestação foi encartada ao feito. Deste modo, na maioria dos documentos não há sinais de que houve continuidade, verificando-se, numericamente, mais indícios do encerramento dos processos por força da contagem das custas do que vestígios do oferecimento de defesas em outra parte.

Os indícios não emergem apenas da contagem dos processos em que houve a certificação da revelia sem condenação ou em que foram apresentadas as custas parciais. O Sargento-Mor José Félix Cintra promoveu 36 ações de “assignação de dez dias”, das quais

⁹³⁹ Diferentemente das ações consideradas sem desfecho, muitos processos terminavam com folhas rasuradas, indicando que houve continuidade, mas o restante do processo se deteriorou ou se perdeu. Observou-se um número de ocorrências bem menor de documentos caracterizados como fragmentos ou incompletos do que aqueles considerados sem desfecho. Os números foram os seguintes: assignação: 19; juramento de alma: 12; libelo: 39; força: 1 e outros: 1. As ações de libelo superaram as demais, pois constituindo, em regra, processos mais complexos e longos, a probabilidade de perda naturalmente é maior. Entretanto, apesar de representarem o maior número de processos fragmentados, as ações de libelo neste estado não alcançaram nem metade do número daquelas da mesma natureza tidas como sem desfecho.

⁹⁴⁰ Conferir os Anexos D e E com imagens das duas últimas folhas de um processo finalizado, e da papeleta de custas de uma ação interrompido abruptamente.

dezessete não tiveram um desfecho conhecido, terminando de forma repentina. Ora, seria pouco crível o oferecimento de embargos em todos estes autos sem que houvesse qualquer registro ou traços no corpo documental. Da mesma forma, seria igualmente improvável que o destacado comerciante não recebesse nenhum dos créditos cobrados, simplesmente abandonando as causas. Consequentemente, a hipótese mais provável é que ocorreu o ajuste de contas fora do processo para não elevar as despesas de escrituração.

No mesmo sentido, o padre Jerônimo de Camargo Pimentel promoveu uma ação contra vizinhos que o “inquietavam” sem que se saiba o desfecho. Tratando-se de um dos maiores proprietários rurais da vila de Atibaia, tinha ele plenas condições de prosseguir até as últimas instâncias, o que provavelmente não ocorreu. O clérigo ainda dispunha do domínio titulado sobre as terras da contenda e eventual ajuste feito com os réus não necessitava de materialização nos autos, bastando que cessasse o exercício clandestino da posse sobre a área disputada para satisfazer o interesse do autor. A composição, ademais, poderia ocorrer de variadas formas, inclusive com os réus se tornando agregados, foreiros ou lavradores “de favor”, hipóteses em que nem era preciso abandonar o local⁹⁴¹.

O número frequente de autos finalizados repentinamente indica, com elevada probabilidade, que as partes solucionaram o conflito de maneira informal, não tendo a necessidade de oficialização, constituindo o processo apenas um indutor do ajuste. Deste modo, não haveria, de fato, um seguimento. Ressaltando-se que os bilhetes avulsos contendo as custas parciais e os exemplos mencionados, que poderiam se multiplicar uma vez que outros atores importantes no cenário local também tiveram processos sem desfecho, constituem evidências de que a contenda foi solucionada amigavelmente, sem a necessidade de lavratura de um documento consubstanciando o que foi ajustado.

Nos processos com desfecho, o resultado mais comum era o acolhimento do pedido do autor com a condenação do réu, reconhecendo a validade do crédito em grande parte pela falta de oposição e também pela confissão. Por outro lado, o número de execuções, ou seja, da fase processual correspondente à penhora dos bens do devedor, é bem inferior ao número de condenações, o que também aponta para o ajustamento das partes fora do processo⁹⁴². Assim, mesmo quando havia o reconhecimento da dívida em juízo, é provável que os pagamentos

⁹⁴¹ D1393 – 1788 - CO 3721 ACA

⁹⁴² Foram 610 processos que culminaram com a condenação dos réus em razão da revelia ou da confissão, enquanto as execuções alcançaram pouco mais da metade deste número, correspondendo a 357. Convém assinalar que a maioria das execuções dos dízimos prescindia de uma condenação anterior, facultando-se ao detentor dos direitos de cobrança o ajuizamento direto da ação de natureza expropriatória. Deste modo, retirando da contagem as execuções referentes ao dízimo, chega-se a 222, número quase três vezes inferior ao de condenações.

fossem efetuados sem necessidade de utilização dos meios institucionais de apropriação dos bens do réu, o que implicava em ajustes entre as partes. Tal constatação é novamente reforçada pela quantidade de autos cíveis que terminavam abruptamente, mesmo os de execução, nos quais, sugere-se igualmente que houve a satisfação dos interesses do autor/exequente fora do processo.

A perspectiva de arrematação dos bens para pagamento da dívida e as enormes despesas processuais que acompanhavam tal ato, constituíam um estímulo à acomodação entre autores e réus. As condenações sem a correspondente execução, assim como os acordos homologados e autos sem desfecho, evidenciam que o processo assumia uma feição mais constritiva do que expropriatória, o que o tornava mais eficiente como meio de pressão para o pagamento voluntário do devedor do que como instrumento efetivamente utilizado para a satisfação do crédito.

Os litígios se perpetuavam nos casos mais complexos, especialmente nas questões fundiárias, nas quais as decisões, normalmente, estavam fundamentadas nas provas testemunhais ou nas vistorias realizadas para definir a posse dos imóveis. Nestes casos, porém, também prevaleciam os processos sem desfecho, bem como poucas foram as execuções ou as situações em que o juízo precisou utilizar a coerção para restituir as terras da contenda a alguma das partes.

Verifica-se que a justiça local foi acionada principalmente para o recebimento de um crédito, ou então para a proteção da posse. Neste último caso, ainda que, eventualmente, fosse importante o estabelecimento dos limites das terras da contenda, era normalmente o aproveitamento dela que se discutia.

O juízo ordinário, por sua vez, representava o elemento institucional pelo qual era possível assegurar o recebimento dos bens disputados. Esta função garantidora permitia que houvesse a plena circulação de pessoas e bens, essência do que se considera “mercado” neste estudo. Mesmo em relação à terra, parte dos conflitos dizia respeito à produção, emergindo, notadamente, em função da articulação das unidades rurais aos circuitos econômicos.

Um auto cível é capaz de evidenciar, com precisão, esta função específica do aparato judicial local. O autor pretendia embargar os bens do réu que se encontrava de passagem em Atibaia, dizia em seu requerimento inicial que era morador de Parnaíba e o devedor vivia em Camanducaia, onde “não havia Justiça”. Uma das testemunhas chegou a afirmar que o autor

tentou cobrar o réu no local em que ele morava, mas não obteve êxito, vinculando a função jurisdicional à garantia do recebimento da dívida⁹⁴³.

Além de indicar a articulação de Atibaia com outras regiões, pois a relação negocial retratada congregava indivíduos que moravam em vilas de capitanias diferentes, os quais acabavam por resolver seu litígio em Atibaia, o exemplo evidencia que uma das funções da Justiça era a proteção da circularidade do crédito. Em outras palavras, os meios institucionais da Câmara eram essenciais para que as transações comerciais pudessem se desenvolver, pois constituíam um dos instrumentos garantidores do cumprimento das obrigações contratuais e também do exercício da posse da terra, especialmente em razão da atividade produtiva. Ainda como sentido secundário, mitigava-se, em parte, a falta de moeda, ao amparar a possibilidade de recuperação de recursos financeiros materializados em cartas de crédito.

Referido sentido de atuação não se restringia à vertente judicial, pois era complementado pelas ações tidas como governativas, pelas quais a Câmara assegurava a conservação dos caminhos e pontes, bem como fiscalizava o comércio local. Cabe realçar que a economia local era baseada na pequena produção e voltada para o abastecimento interno, estando plenamente articulada com outras localidades. Os vários processos movidos por agentes mercantis e produtores de outras regiões evidenciam a amplitude da circulação de mercadorias e de bens, bem como a importância da atividade judicial e governamental como elementos garantidores da regularidade do funcionamento do mercado.

A Justiça local detinha os meios necessários para salvaguardar os interesses dos detentores de direitos creditícios e fundiários. Assim, ainda que custosa, era capaz de oferecer, quando imprescindível, uma decisão que fosse aceita pelas partes e assegurar seu cumprimento no caso de inércia do réu. A garantia oferecida pela ação institucional da Câmara propiciava um ambiente favorável às negociações e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do mercado.

Ainda que não se tratasse de um mercado plenamente desenvolvido, as centenas de ações de cobranças de dívida não foram capazes de evidenciar, tal como em Curitiba, o controle do crédito por indivíduos ou grupos, os quais subordinavam os devedores a uma dinâmica clientelar em detrimento da econômica⁹⁴⁴. Emerge então, como sentido mais específico da justiça: garantir a circulação de bens e não propriamente a consolidação do domínio social de uma elite por meio da disponibilização de crédito.

⁹⁴³ D116 A – 1772 - CO 3699 ACA.

⁹⁴⁴ BORGES, Joacir Navarro. **Das Justiças e dos Litígios: A Ação Judiciária da Câmara de Curitiba no Século XVIII, (1731-1752)**, op. cit., p. 281.

Um exame mais amplo dos livros dos tabeliães de São Paulo e de Atibaia, assim como do Juízo Ordinário da Cidade de São Paulo e da Ouvidoria talvez revele uma dinâmica semelhante àquela observada no referido estudo, mas, ainda assim, não constituiria o foco da ação da Câmara de Atibaia no campo judicial, uma vez que poucos foram os créditos elevados envolvidos nos autos cíveis. Da mesma forma, não se identificou grandes prestamistas exercendo um controle sobre os meios circulantes. Acrescente-se que os autos cíveis garantiam a satisfação das dívidas por meio da busca de composições e, em menor escala, de expropriações patrimoniais. Em regra, os conteúdos processuais não evidenciaram a existência de laços de subordinação entre credor e devedor que não fossem os expressos na obrigação decorrente do negócio celebrado, exceção feita às ocasiões em que estes se confundiam com os laços familiares.

Outras análises importantes não são igualmente invalidadas pela ausência de traços que as evidenciem nos autos cíveis examinados. Ilana Blaj (2002) discorre, longamente, sobre propriedade, escravidão e prestígio, enfatizando que, em uma ordem estamental-escravista, a posse da terra e de escravos, associada a honrarias, prevaleciam como ideal, tendo até mais importância que a riqueza, destacando que os ofícios da câmara, juízo de órfãos, as irmandades e confrarias de ordens terceiras e as ordens militares eram meios de nobilitação e se tornaram redutos da elite⁹⁴⁵.

A persistência de uma lógica pré-capitalista regendo as transações comerciais sedimentada mais em laços de natureza social do que propriamente negocial também foi verificada no juízo ordinário de Atibaia, muito embora em contexto diferente do estudo anteriormente mencionado⁹⁴⁶.

De fato, modalidades diferentes de relações de natureza não econômica permeavam a documentação judicial, envolvendo valores diversos dos que caracterizariam uma sociedade regida por um modelo plenamente capitalista, mesmo em ações cujo pano de fundo era a cobrança de uma dívida. A principal constatação nesse sentido diz respeito à indistinção dos bens no âmbito dos “fogos”, em que havia uma ascendência incontestada do chefe do núcleo familiar, de modo que o patrimônio e o fruto do trabalho daqueles que compunham a unidade de produção não podiam ser individualizados. Tal circunstância era ainda mais evidente no caso

⁹⁴⁵ Adverte ainda a autora: “Justamente por ser uma sociedade estamental-escravista, é vital atentar-se para a importância dos mecanismos de coerção extra-econômicos que, juntamente com a posse da terra e dos escravos, atuaram igualmente no sentido de cristalizar e enrijecer esta ordem. Estamos nos referindo ao estatuto de “homem bom” e ao universo de honrarias, dignidades, estilo de vida e prestígio que cercava a elite local, e, ao mesmo tempo, impedia a ascensão social dos demais indivíduos, inclusive os que detinham a propriedade”, cf.: **A Trama das Tensões: O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**, op. cit., p. 326.

⁹⁴⁶ Ibidem. **Das Justiças e dos Litígios...**, op. cit.

dos autos crime, onde afloravam valores típicos de uma sociedade hierarquizada, baseada em critérios étnicos e não econômicos, tal como descrita por Ilana Blaj (2002)⁹⁴⁷.

Referidas relações, porém, expressavam formas de dominação que não coincidiam com as cadeias de crédito e eram exercidas no âmbito familiar mais amplo, derivando de uma posição socialmente predominante reconhecida e atribuída à figura do chefe do fogo, da qual dimanava um poder de mando incontestável e que, muitas vezes, ultrapassava o âmbito doméstico, estendendo-se a outras áreas que supostamente deveriam ser controladas pela Câmara. Cuida-se, portanto, de uma feição bastante diversa daquela própria de uma sociedade tida como plenamente capitalista, em que a autoridade é baseada principalmente na riqueza, sendo protegida e garantida de forma individual por um aparato estatal.

No final do século XVIII, porém, a posse de bens irá se introduzir cada vez mais como fator de nobilitação, observando Maria Aparecida de Menezes Borrego (2010) que as pessoas mais abastadas de São Paulo, muitas delas reinóis, tinham sua fortuna baseada no comércio de artigos manufaturados, com uma rede de caixeiros que alcançava várias regiões, começando a desfrutar de privilégios e honrarias conjuntamente com as elites agrárias⁹⁴⁸. Ilana Blaj (2002) assinala que houve a harmonização de interesses e integração destes dois grupos, ou seja, entre os afortunados de origem portuguesa e as elites agrárias⁹⁴⁹. Vislumbra-se então um período de transição, verificado não apenas nas relações tecidas no seio da elite, mas também nos discursos sobre o livre comércio, que valorizavam o lucro em detrimento do controle sobre a terra e a posse de escravos.

Neste contexto, é a lógica do “mercado” que prevalece nos autos cíveis, cuja premissa básica é a proteção do crédito circulante e, em escala um pouco menor, da terra enquanto bem passível de exploração econômica e comercialização. Observam-se, porém, ecos da sociedade estamental, como no já citado controle exercido pelo chefe do fogo e na indistinação patrimonial dentro dele, mas é especialmente nos autos criminais que os valores derivados do ideal de nobreza, como a distinção de “raças”, irão se sobressair. Portanto, como desdobramento natural do processo de mercantilização, a riqueza monetária passaria a ganhar cada vez mais importância, muito embora ainda prevalecessem os valores de uma sociedade “escravista-estamental”.⁹⁵⁰

⁹⁴⁷ BLAJ, Ilana. **A Trama das Tensões...**, op. cit., p. 294-6.

⁹⁴⁸ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: Negócios e Poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)**, op. cit., p. 299-301.

⁹⁴⁹ Ibidem. **A Trama das Tensões...**, op. cit., p. 294.

⁹⁵⁰ Ao examinar as ações de juramento de alma, Marco Antônio Silveira observou as condutas opostas adotadas pelos devedores. Parte deles, muitas vezes premedida por um “modelo comportamental e valorativo”, mantinha sua palavra, enquanto outra parte a quebrava, diante da necessidade de sobrevivência em um ambiente marcado pela

Ocupando lugar central, o “mercado” regia a atividade institucional da Câmara a ponto de ser possível conferir à vertente jurisdicional do órgão municipal a função específica de salvaguardar o conjunto de negociações mercantis. Da mesma maneira, induzindo as transferências de recursos ou, em menor proporção, promovendo as expropriações patrimoniais em favor dos detentores de direitos creditícios e fundiários, o juízo local assumia, no âmbito cível, o sentido mais amplo anteriormente definido como uma “justiça dos bens”.

No plano criminal, sobretudo, prevalecia outra dinâmica, servindo o juízo ordinário como repositório dos valores típicos de uma sociedade tida como “estamental-escravista”, na qual a honra, o pátrio poder e a autoridade militar eram respaldados, muitas vezes substituindo a ação institucional da Câmara.

Por fim, a ênfase por vezes dada ao aspecto escravista não altera a dinâmica dos autos cíveis. Apesar da mão de obra compulsória ser tomada como o traço característico da produção colonial e o escravo constituir a base da estratificação social, a posição dos cativos em juízo, quer como objeto das relações, quer como sujeito ativo, não constituía, ao menos até fins do século XVIII, um capítulo à parte no universo institucional. Destarte, a condição ambígua de coisa e pessoa habilitava o escravo a recorrer ao juízo ordinário para obtenção de sua liberdade. Entretanto, esta modalidade de demanda reproduzia, em sua essência, a lógica observada, na qual a justiça local servia como garantidora do crédito e da circulação de bens com a peculiaridade, no caso, do próprio escravo ser a propriedade em transição, redefinindo-se como força de trabalho autônoma.

pobreza e expropriação. Com notável perspicácia, evidencia o autor o conflito engendrado pela persistência, de um lado, dos valores típicos desta sociedade e, de outro, pelo avanço de uma “ética da circulação, ancorada na experiência de um mercado” que integrava os indivíduos de novas formas e ao mesmo tempo os separava pela concentração de riqueza, cf.: **O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)**, op. cit., p. 106.

4. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Após a análise das práticas judiciais e governativas, convém retomar os motivos que levaram à criação da Vila de Atibaia para tentar, neste capítulo, compreender como tal processo pode ser inserido em um quadro mais amplo, especialmente já tendo em conta quais as principais características e finalidades das ações institucionais desenvolvidas pela Câmara.

Durante cerca de dez anos, houve um embate entre aqueles favoráveis e contrários à medida. A iniciativa foi dos camaristas da Cidade de São Paulo, opondo-se ao pedido os que viviam em Atibaia. As razões arguidas pelos agentes que participaram do processo já foram enumeradas.

Além de Atibaia, diversas outras vilas foram estabelecidas, tratando-se de um movimento de multiplicação de estruturas municipais. A ação do Governador e Capitão General nomeado para a Capitania de São Paulo, cuja autonomia acabara de ser restaurada, contribuiu decisivamente para a superação do impasse e efetivação da medida.

Algumas das explicações para a elevação da freguesia anunciadas no princípio da pesquisa consideraram aspectos conjunturais e outras se prenderam a características mais estruturantes do processo de institucionalização. Dentre as primeiras, pode ser citada a disputa entre as famílias Pires e Camargo pelo exercício dos ofícios na Câmara paulistana, bem como o interesse do Ouvidor e Corregedor em aumentar seus emolumentos. No segundo caso, tem-se como motivo a política de ampliação dos domínios portugueses e a necessidade de impor a justiça régia, controlando a propensão das elites locais ao caudilhismo.

Assim, a retomada das causas previamente anunciadas e sua análise com base nas características e funções das atividades institucionais desenvolvidas pela câmara contribuirão para a melhor compreensão do processo de institucionalização ocorrido em fins do século XVIII.

4.1 O ocaso dos desventurados primos-irmãos de Atibaia

O interesse do Ouvidor e Corregedor em aumentar seus emolumentos, uma das possíveis causas apontadas por Taunay (1949) para a emancipação, aponta para as relações entre as autoridades régias e os diversos grupos atuantes no cenário local e regional⁹⁵¹. Da mesma forma, remete à posição do Governador e Capitão General, o qual pôs fim ao embate entre os

⁹⁵¹ TAUNAY, Affonso de E. **História da Cidade de São Paulo no Século XVIII (1735-1765)**, op. cit., p. 204-207.

favoráveis e contrários à elevação, mandando instalar a Câmara de Atibaia tão logo tomou pé da situação da Capitania de São Paulo.

Além da mediação dos conflitos entre a vila de Atibaia e a cidade de São Paulo, observou-se que os ministros designados pela Coroa para o exercício do governo e da justiça na capitania intervieram com frequência nos assuntos locais. Apesar do referido autor não mencionar especificamente o Governador e Capitão General, sua presença nos autos cíveis e nas atas da câmara foi também constante, mesmo que não tenha sido ditada pelo possível aumento de suas rendas pessoais.

A análise dos termos de vereança revelou a amplitude da participação das autoridades régias nas atividades desempenhadas pela câmara e o quanto os ministros da coroa colaboraram para a redução da autonomia municipal. No campo judicial houve, igualmente, interferências do Governador e Capitão General, em regra ditadas pelos mesmos motivos observados nas atas da câmara. Em ambos os casos, a intervenção se iniciava, normalmente, por meio de requerimentos de moradores da região, os quais buscavam angariar apoio externo para satisfação de seus interesses particulares.

Em contrapartida, a possibilidade de ter seus atos revistos inibia os possíveis abusos praticados pelos oficiais camarários, muito embora não os eliminasse. Da mesma forma, ainda que os próprios ministros régios pudessem também exercer arbitrariamente seu poder no plano local, era fundamental que o colegiado da câmara ou o juiz ordinário contassem com o respaldo de alguma fonte de autoridade externa, mesmo que simbólica, especialmente nos conflitos mais complexos, ou que envolviam pessoas influentes.

Em certa medida, portanto, a criação de uma vila contribuía para a redução do arbítrio dos grupos dominantes no cenário local, hipótese aventada como causa de elevação da freguesia de Atibaia⁹⁵². Todavia, ao menos aparentemente, não era o propósito mais imediato mitigar ou diminuir o prestígio e a influência dos “principais da terra”. Além de fomentar o aumento do comércio e da arrecadação, havia a necessidade de desenvolvimento da administração, o que animava os representantes da coroa a promover uma melhor estruturação dos modos pelos quais o poder local era exercido.

Outro motivo para a criação de uma vila residiria então na “racionalização” do exercício do governo. Nesse sentido, a câmara contribuía, especialmente, para a facilitação do

⁹⁵² Ver: OLIVEIRA, Brigadeiro José Joaquim Machado de. **Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822**. 2. ed. São Paulo: Typ Brasil de Carlos Gerke & Cia., 1897, p. 161. No mesmo sentido, embora sem mencionar a vila de Atibaia especificamente: FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**, Porto Alegre – São Paulo: Globo – Edusp, 1975, v1, p. 168.

cumprimento das medidas intentadas em nome da coroa pelos governadores por ela nomeados, pois o órgão municipal tinha atribuições administrativas e jurisdicionais bem sedimentadas, materializadas em um corpo normativo. Embora nem sempre coerente enquanto sistema de regramento, as Ordenações traziam dispositivos razoavelmente organizados e capazes de moldar a atividade institucional. Assim, propiciava-se uma prática judicial e de governo que se não fosse totalmente homogênea, ao menos era reconhecível e apta a se integrar a outras esferas de poder, tanto no plano horizontal como vertical.

A câmara não constituía, consoante verificado, o único meio de administrar as populações dos domínios portugueses, mas, na sua falta, ou quando ela era muito distante da localidade a ser governada, as medidas eventualmente pendentes de cumprimento no plano local demandavam uma articulação com outras autoridades, como as eclesiásticas, ou então a utilização da cadeia hierárquica militar. O alcance, no caso das estruturas religiosas, era limitado por suas diferentes funções e lógica de funcionamento. Já a opção de se valer das milícias e das ordenanças acabava por pulverizar os esforços, deslocando a atividade gestora para um plano quase individual, uma vez que haveria a necessidade de cooptar os comandantes das diversas companhias, desdobrados nas freguesias e bairros rurais.

As demais esferas de exercício de autoridade citadas não tinham seu poder completamente ceifado, tampouco deixavam de ter grande influência no plano local, mantendo, inclusive, relações próximas com as autoridades régias. Observou-se, ademais, que os oficiais de milícia e das ordenanças continuaram disciplinando a população e recebendo o respaldo do Capitão General, ou seja, do Governador da Capitania em sua função militar, assim como os clérigos mantiveram suas prerrogativas no campo espiritual. No entanto, a Câmara passou a responder formalmente pela justiça, a ordenar o espaço urbano, a criar e conservar vias de circulação, a fiscalizar o comércio, entre outras importantes funções. Assim, grande parte da responsabilidade pela condução da vida institucional na esfera local ficou a cargo do novo órgão, o que convinha aos interesses das autoridades régias, empenhadas no cumprimento das ordens da coroa, especialmente no tocante à obtenção de mais recursos e à defesa do território.

No plano mais conjuntural, observaram-se, como uma possível causa de elevação, as disputas entre as famílias Pires e Camargo, hipótese aventada por W. Franco. O autor reconheceu Frutuoso Furquim de Campos, juiz ordinário na cidade de São Paulo quando da aprovação da proposta, como articulador da “facção” dos Pires, empreendendo a medida com a finalidade de alijar os Camargo dos postos de governança da câmara paulistana⁹⁵³.

⁹⁵³ SILVEIRA, *História de Atibaia*, op. cit., p. 78.

A causa, porém, não pode se sustentar nesta suposta rivalidade. Primeiramente, aquele apontado pelo referido autor como opositor e líder dos Camargo, Lucas de Siqueira Franco, ao menos na genealogia examinada, estava vinculado ao tronco da família Pires. Enquanto Frutuoso ligava-se aos Camargo pelo segundo casamento e era neto de Izabel Ribeiro Ortiz de Camargo, não possuindo, aparentemente, ascendência associada à linhagem dos Pires, grupo que supostamente liderava, conforme assinalado pelo memorialista anteriormente citado⁹⁵⁴.

Na segunda metade do século XVIII, a despeito de ainda vigorar a provisão que mandava alternar os ofícios eletivos da Cidade de São Paulo entre os Pires e os Camargo, as famílias já estavam de tal modo entrelaçadas, que era difícil identificar quem pertencia, especificamente, a cada uma delas. Tal fato foi apontado pelo Governador e Capitão General, o Morgado de Mateus, tendo este assinalado que os nomes destas famílias já estão “tão espalhados, e habatidos em pessoas desconhecidas que poucas são já hoje aquelas que podem verificar esta descendencia”.⁹⁵⁵ Ademais, as próprias famílias de Frutuoso Furquim de Campos e Lucas de Siqueira Franco acabaram se unindo, pois o neto deste casou-se com a filha daquele, tal como já verificado anteriormente⁹⁵⁶.

Havia, de fato, uma rivalidade entre os dois citados destacados membros da elite local, especialmente porque ambos disputaram o posto de capitão-mor e Lucas de Siqueira Franco acabou conquistando a patente. Ademais, foi encaminhada uma petição ao Governador e Capitão General pedindo que o ministro régio reconsiderasse o ato de criação da vila, mas, caso não fosse demovido de seu intento, que ao menos nomeasse Frutuoso Furquim de Campos como capitão-mor do novo município⁹⁵⁷. A elevação da freguesia de Atibaia, portanto, não agradava nem os partidários daquele que foi apontado como patrocinador da medida, o que realça a ausência de qualquer elemento concreto capaz de sustentar a motivação apontada pelo memorialista.

Naturalmente, os membros dos grupos dominantes na esfera local concorriam pelos elementos simbólicos de poder e distinção, entre os quais se destacavam as patentes militares. Ainda que não se tenha desenhado uma rivalidade no campo econômico entre Lucas e Frutuoso, ambos também disputavam os favores dos ministros régios. Na documentação, é possível verificar que o Morgado de Mateus, ao governar a capitania, nutria especial apreço por Frutuoso, de forma que relutou em nomear Lucas da Siqueira Franco como capitão-mor, apesar

⁹⁵⁴ **Genealogia Paulistana**, op. cit., p. 256.

⁹⁵⁵ DIHCSP, v. 67, p. 68.

⁹⁵⁶ **Genealogia Paulistana**, op. cit., p. 258.

⁹⁵⁷ DIHCSP, v. 92, p. 219.

de suas sucessivas indicações pela Câmara de Atibaia. Somente depois de muita insistência dos camaristas o posto foi preenchido⁹⁵⁸.

A hipótese aventada pelo memorialista tem, porém, a virtude de iluminar uma questão interessante referente à ascensão e declínio de pessoas e famílias no interior dos grupos dominantes. Verificou-se que a oposição dos moradores de Atibaia à elevação tinha, entre seus motivos, o fato que parte deles, Pires e Camargo, estaria alijada dos ofícios da Câmara de São Paulo com a medida. Os “neutrais”, então, se tornariam camaristas e passariam a “gozar dos privilégios” concedidos às referidas famílias enquanto integrantes da Câmara de São Paulo⁹⁵⁹.

O prestígio dos ofícios variava de acordo com a importância da localidade em que estava instalada a câmara. Note-se que os camaristas da cidade de São Paulo tinham as mesmas prerrogativas conferidas aos da cidade do Porto. A elevação da freguesia de Atibaia a vila fez com que alguns dos “principais da terra”, muitos deles já tendo exercido ofícios na cidade de São Paulo, fossem obrigados a participar da nova e modesta câmara atibaense, gerando, conseqüentemente, forte oposição dos que seriam excluídos.

Diante do afastamento dos eleitores e possíveis candidatos radicados em Atibaia, abria-se caminho para que outros interessados pudessem ocupar os ofícios da cidade de São Paulo. Os chamados “neutrais”, ou seja, os que não pertenciam às famílias Pires e Camargo teriam, certamente, mais oportunidades de exercer as funções de camaristas em São Paulo, usufruindo o status próprio da instituição paulistana.

Eventual renovação ocorrida no interior dos grupos dominantes em decorrência da ascensão dos “neutrais” pode ter resultado na iniciativa de criação da Vila de Atibaia. Ademais, uma das causas explicativas inicialmente enunciadas foi justamente uma possível dissidência no seio da elite da capitania, opondo segmentos das famílias tradicionais e comerciantes de

⁹⁵⁸ Em 28 de junho de 1771, Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão encaminhou uma carta à Câmara de Atibaia, solicitando a indicação de três nomes, entre os quais escolheria um para prover o posto de capitão-mor da recém-criada vila de Atibaia (**DIHCSP, v. 92, p. 169**). Os camaristas indicaram Lucas de Siqueira Franco como o mais votado, o que provavelmente fez o Governador e Capitão General mudar de ideia, alegando que não havia mais necessidade de provimento do posto. Aproveitando a oportunidade, os partidários de Frutuoso Furquim de Campos tentaram convencer Dom Luiz a nomeá-lo, mas fiel a seu posicionamento anterior, que repetiu na carta, o Governador e Capitão General negou o pedido, dizendo “Em quanto a Frutuoso Forquim, eu o Venero e Estimo m.^{to} pela Sua peSsoa, mas Emq.^{to} a fazelo Cap.^m, não o Offendo em O não fazer, p^r q nem Veyo proposto para eSse lugar”. Ou seja, não obstante o apreço pelo nome apresentado, não se tratava da pessoa indicada pela Câmara (**DIHCSP, v. 92, p. 219**). Lucas de Siqueira Franco permaneceu no posto de sargento mor até que Dom Luiz fosse sucedido no governo da Capitania, quando o novo Governador e Capitão General finalmente o promoveu para a patente superior. Certamente, a preferência por Frutuoso pesou na negativa de nomeação de Lucas, mas ele também não podia vetar o nome indicado pela Câmara, razão pela qual, diante da dificuldade de nomear quem o agradava, optou por deixar o posto vago.

⁹⁵⁹ **História de Atibaia**, op. cit., p. 157-8.

origem portuguesa, divisão que se refletiria na disputa pelos marcos de distinção e reconhecimento social, entre os quais estariam os ofícios da câmara paulistana⁹⁶⁰.

A documentação examinada não pode comprovar, nem afastar esta hipótese, pois não alcança a capitania como um todo. Cumpre, porém, reafirmar ser natural a concorrência pelos símbolos de poder e dignificação entre os indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais elevados. Além disso, a disputa ocorre independentemente da existência de grupos com os quais os adversários se identifiquem e busquem apoio, podendo simplesmente se circunscrever ao plano individual e às relações tecidas com as autoridades régias. Deste modo, a iniciativa de emancipação não precisava, necessariamente, partir de um grupo específico e organizado, tampouco estar direcionada apenas à exclusão das famílias tradicionais.

Evidencia Taunay (1949) que as atas e demais livros da Câmara de São Paulo não são claros, deixando de identificar os proponentes da emancipação da freguesia de Atibaia⁹⁶¹. Tal medida aproveitava, ao menos em tese, todos que desejavam ocupar os ofícios e que não moravam na região excluída. Assim, apontando convenientemente o Ouvidor e Corregedor como apoiador da deliberação sem, contudo, afirmar quem eram os demais aderentes ao projeto, os interessados se valeram de uma prática já explicitada, consistente em buscar respaldo em uma fonte de autoridade e, concomitantemente, se desembaraçar da responsabilidade pela iniciativa. A ausência dos nomes e também de qualquer oposição de segmentos das famílias tradicionais de outras localidades é, portanto, sintomática, reforçando a hipótese de que a finalidade da medida era diminuir a concorrência pelos ofícios, alcançando todos os potenciais camaristas radicados na região de Atibaia, independentemente de serem Pires, Camargo ou comerciantes de origem portuguesa. Ademais, em se tratando propriamente de Atibaia, os reinóis abastados lá residentes, em sua maioria, estavam integrados às famílias tradicionais, compartilhando o infortúnio decorrente da degradação de suas posições sociais.

Ressalte-se, porém, que a questão acerca das disputas no seio dos grupos dominantes na capitania remanesce controvertida. Isto, porém, não impede a constatação de que estavam ocorrendo transformações importantes. Destarte, no século anterior seria impensável destacar uma parcela territorial significativa da cidade de São Paulo, especialmente quando ela abrigava alguns dos “principais da terra”. Aliás, naquele período, a quase totalidade dos candidatos à camarista estava radicada nas zonas rurais que então cercavam o centro político da capitania.

As explicações inicialmente propostas, mesmo a que foi reinterpretada, acabaram por se interligarem, derivando das relações tecidas entre os grupos dominantes e destes com as

⁹⁶⁰ ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições...*, op. cit., p. 85-6.

⁹⁶¹ TAUNAY, Affonso de E. *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII (1735-1765)*, op. cit., p. 204-7.

autoridades régias, predominando, conforme já assinalado no capítulo inicial, a vontade do Governador e Capitão General. Da mesma forma, ainda que possam ter maior ou menor relevo, todas elas puderam ser mais bem compreendidas a partir da análise das atividades institucionais desenvolvidas pela câmara e os sentidos assumidos no plano local.

Outrossim, elas recobrem mais propriamente os aspectos governativos e sociais, correspondendo ao último estágio de maturação de uma vila ou cidade, ou seja, a conquista da autonomia política. Pressupõem, todavia, o desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico, de modo que as referidas causas se vinculam ao conjunto de transformações que ocorreram no âmbito local, regional e imperial, devendo ser relacionadas de uma forma mais cuidadosa a esta série de mudanças. Tal exercício, repita-se, pode auxiliar a tentativa de explicar o processo de institucionalização que teve lugar na Capitania de São Paulo, do qual a elevação da freguesia de Atibaia é fruto.

4.2 *Desenvolver o “mercado”, semear povoações e colher réditos*

Conforme assinalado na parte introdutória deste estudo e no tópico precedente, o processo de autonomização, em seu último estágio, comportava uma dimensão política. Assim, a existência de uma sustentação populacional e níveis de produção compatíveis eram requisitos necessários, mas não suficientes para a formação de uma vila.

O embate que precedeu a elevação da freguesia demonstra que os grupos dominantes locais eram desfavoráveis à emancipação. Isto, de certa forma, contrariava a lógica que informava o processo de constituição de uma câmara, normalmente impulsionado por aqueles que não se sentiam representados politicamente e buscavam um espaço próprio de exercício de poder⁹⁶².

Em 1798, a freguesia de Jaguari se destacou de Atibaia para formar a vila de Nova Bragança. A medida tinha forte apoio na região que constituiria a nova unidade administrativa, e se concretizou a despeito da oposição dos camaristas de Atibaia. A maioria dos exemplos de emancipação no período anterior seguiu o mesmo roteiro, o que aponta para a singularidade do

⁹⁶² Destaca Fernando V. Aguiar Ribeiro que o “processo de criação de um novo município corresponde ao estabelecimento de uma câmara municipal. Cria-se, portanto, o espaço de atuação para uma nova elite política local”. Nesse sentido, assinala o mesmo autor que o surgimento de uma vila está, em certa medida, associado à disputa pelo controle das instituições governativas pelos grupos marginalizados. Entretanto, tal dinâmica vigorou até o restabelecimento da Capitania, quando o Morgado de Mateus passou a empreender uma política sistemática de criação de novas “povoações civis”. (**Vilas do planalto paulista: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa (séc. XVI – XVIII)**. 2015. 341f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP, São Paulo, 2015, p. 293-4)

processo de fragmentação da cidade de São Paulo e que resultou na elevação de Atibaia, em que os papéis se inverteram.

A disputa foi resolvida pelo Governador e Capitão General, pois fomentar a criação de vilas e o consequente fortalecimento institucional constituía uma das políticas da coroa, supondo-se que tal medida favorecia o desenvolvimento do comércio e da riqueza, aumentando a arrecadação⁹⁶³. Igualmente, representava um meio de ampliar o alcance das ordens dos representantes da coroa, facilitando o exercício da autoridade e implementação de políticas metropolitanas. A vontade do ministro régio e as justificações apresentadas, embora permitam conhecer a principal causa que levou à elevação, mesmo contra a vontade das elites locais que, supostamente, seriam beneficiadas, não revelam, por si só, as razões da oposição.

A esta altura, porém, já é possível divisar que a insurgência se prendia ao fato de os “principais da terra” radicados em Atibaia não precisarem de um espaço próprio de exercício de poder. Eles tinham representação na Câmara da Cidade de São Paulo, não estando, consequentemente, subordinados a outro centro político do qual precisavam se libertar para que pudessem controlar inteiramente a população e a economia da região onde viviam. A questão que remanesce diz respeito aos motivos pelos quais foram excluídos do órgão municipal com a concordância ou, no mínimo, a indiferença de seus pares, o que remete, justamente, às transformações que ocorriam no plano regional e na América Portuguesa como um todo.

As alterações no corpo dos grupos dominantes, uma das explicações anteriormente formuladas, contribuem e ao mesmo tempo é fruto deste processo de mudanças. Da mesma forma, perde certo relevo diante do que se consignou no tópico anterior acerca das disputas pelos símbolos de poder e dignificação. Neste aspecto, convém ainda acrescentar que, independentemente de haver concorrência, ou incorporação de elementos externos em ascensão, nem todos os ramos de uma mesma família se sustentam no topo da escala social, havendo, naturalmente, os mais bem-sucedidos e aqueles que decaem. Deste modo, ainda que os segmentos familiares em declínio conservassem o nome e parte do prestígio que dele decorria, certamente não tinham a mesma notoriedade de seus antepassados.

Em fins do século XVIII, assistiu-se ao enriquecimento de comerciantes, principalmente portugueses, os quais, embora tenham sido em grande parte absorvidos pelas famílias mais

⁹⁶³ A fundação de novas vilas era um tópico recorrente na correspondência dos oficiais régios. Ao descrever o estado da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus dedicou um significativo trecho a elas, informando que “quase todas as fundarão os primeiros Povoadores”. Em seguida, relatou sua disposição de “dar providência sobre a falta de Povoações civis nesta Capitania, tendo disposto mandar formar seis em diferentes partes.” (**DIHCSP**, v. 23, p. 4-36 *passim*). Em outra passagem já mencionada neste estudo, realçou o mesmo Governador e Capitão General que havia a necessidade de “congregar” os colonos em povoações civis “porque sem isso nem pode haver comércio nem riqueza permanente” (**DIHCSP**, v. 67, p. 76).

poderosas por meio de alianças matrimoniais, também passaram a concorrer por honras e mercês, inclusive na disputa dos ofícios da Câmara de São Paulo⁹⁶⁴. As reconfigurações que naturalmente ocorrem nos estratos sociais mais elevados, associadas à incorporação de novos elementos e à alteração das bases materiais que sustentavam a economia do planalto, fizeram com que alguns dos grupos anteriormente dominantes acabassem perdendo espaço.

As famílias tradicionais da capitania no século XVII plantavam trigo para a comercialização em vastas propriedades rurais, utilizando abundante mão de obra indígena. A Câmara Municipal de São Paulo era, então, a estrutura estatal dominante da Capitania. Ela distribuía os cativos indígenas empregados na lavoura, mediando ainda os conflitos entre as elites rurais, as quais controlavam também as freguesias e vilas nos arredores do núcleo paulistano. Os camaristas de São Paulo também representavam os colonos frente ao monarca e aos ministros régios. Mesmo quando foi designado um governador e capitão general, as principais ações, assim como a atenção da coroa, estavam voltadas para as áreas de mineração, não afetando a ascendência do governo municipal de São Paulo sobre a região do planalto⁹⁶⁵.

Em fins do século XVIII, porém, este quadro havia mudado sensivelmente, a extração mineral, fator de mobilização das atenções da coroa, tinha experimentado seu apogeu e entrava em franco declínio. A estrutura econômica da capitania mudara, sensivelmente, e iniciava-se, ainda que timidamente, uma lavoura para exportação baseada na cana de açúcar. Ela, porém, se expandiria mais firmemente na primeira metade do século seguinte com a introdução cada vez maior de mão de obra africana.

O impacto da descoberta do ouro, o desenvolvimento do comércio e a orientação da produção para o abastecimento das regiões de mineração não trouxeram consequências apenas para as famílias tradicionais, tampouco tiveram sua repercussão limitada à composição dos grupos dominantes da capitania. A base social também foi afetada pela mudança da estrutura de produção, que deixou de ser baseada predominantemente no emprego de mão de obra cativa indígena, lastreando-se, no caso de Atibaia, principalmente no trabalho familiar.

Pelas próprias características da justiça local, verificou-se que não eram todos os indivíduos que podiam ingressar no juízo ordinário, de modo que o simples aumento na população, por si só, não acarretaria uma ampliação da demanda pelos serviços de natureza jurisdicional. A unidade doméstica era representada pelo chefe do fogo e somente ele tinha, em

⁹⁶⁴ Cf.: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil..**, op. cit., p. 141-173.

⁹⁶⁵ Convém recordar que a preocupação com as áreas de mineração levou a sucessivos desmembramentos da Capitania de São Paulo para a formação de novas Capitânias, culminando com a extinção dela como unidade autônoma em 1748, subordinando a região ao governo central do Rio de Janeiro.

regra, capacidade de promover uma ação ou contrair uma obrigação que o sujeitasse à condição de réu na esfera cível.

O Guarda Mor Frutuoso Furquim de Campos era um grande proprietário rural e a sua unidade doméstica congregava um elevado número de pessoas, mas quase todos escravos. Ele promoveu três ações de cobrança de dívidas no juízo ordinário de Atibaia, refletindo transações eventuais, uma delas própria de uma unidade rural⁹⁶⁶. Outro grande proprietário de terras e de cativos, o Reverendo Jerônimo de Camargo Bueno, não ajuizou qualquer ação de cobrança, somente um auto cível de notificação que versava sobre matéria fundiária. Já o Capitão-mor Francisco da Silveira Franco moveu dez ações apenas para a cobrança de dívidas referentes à venda de cavalos, constituindo o maior negociante individual de animais, conforme observado no capítulo precedente.

Todos os autores de ações citados pertenciam ao grupo dominante, a diferença é que Francisco da Silveira Franco dedicava-se a um comércio sustentado pelo consumo local de cavalos, cujos devedores tinham uma participação apenas eventual no juízo ordinário, mas eram bastante numerosos, mesmo porque havia outros negociantes habituais de animais e de fazenda que demandaram, igualmente, diversos devedores. Em número de processos, os devedores, ainda que como réus, praticamente se igualaram ao Reverendo Jerônimo de Camargo Bueno, lembrando-se que a maioria deles vivia em seus pequenos e médios sítios com seus familiares e, quando muito, um ou dois cativos.

Em outras palavras, se houvesse apenas a ampliação das unidades rurais já existentes pela incorporação da mão de obra africana, ou pela multiplicação da força de trabalho cativa indígena, o número de ações propostas simplesmente não acompanharia o crescimento populacional. Por outro lado, a multiplicação do número de unidades domésticas possivelmente aumentou de forma proporcional à quantidade de processos, pressupondo-se que houve também a articulação dos novos “fogos” aos circuitos econômicos.

Estima-se que a mão de obra cativa indígena do século anterior formou, juntamente com os brancos pobres, o grosso das unidades domésticas. Parte das famílias lavrava, de favor, em terras alheias, parte em seus sítios de pequeno e médio porte. Deste modo, operou-se uma reconfiguração não apenas no topo da escala social, mas também em seu alicerce. Ressalte-se,

⁹⁶⁶ As dívidas cobradas eram relativas à venda de taipas, a um empréstimo realizado e outra não identificada. Frutuoso também moveu uma ação de justificação por conta de uma besta de carga que comprou e foi retomada indevidamente pelo devedor, cf.: **D65 – 1771- CO 3698 ACA, D156 – 1773 - CO 3700 ACA, D281 – 1777- CO 3704 ACA e D629 – 1782 - CO 3710 ACA**. Além das referidas ações, o juízo ordinário de Atibaia recebeu cartas precatórias vindas da Ouvidoria em processos que Frutuoso moveu na cidade de São Paulo, os quais, porém, se referiam a disputas sobre terras.

porém, que não se trata, propriamente, de uma mudança, pois não houve a substituição de um grupo dominante por outro em decorrência da ascensão de indivíduos de estratos subalternos. A base social manteve sua composição, nela persistindo o mesmo conjunto de indivíduos, havendo apenas uma maior atomização.

Somente com o crescimento vigoroso da lavoura de cana de açúcar para exportação é que a força de trabalho escrava africana passou a constituir a base na qual se assentava a economia agrária do planalto. Ainda que os cativos africanos se tornassem cada vez mais comuns, muitas vezes incorporados à mão de obra familiar, não constituíram fator decisivo de mudança no campo institucional. Sobretudo enquanto a produção estava voltada para o abastecimento interno, e havia o predomínio de pequenas e médias unidades rurais.

Uma das listas nominativas realizada pouco antes da elevação da freguesia de Atibaia a vila contabilizou todos os integrantes das companhias de ordenanças. Os militares estavam agrupados em esquadras e qualificados como “brancos”, “bastardos”, “forros” e “mulatos”. Os “bastardos” eram os indivíduos de origem indígena, fruto de miscigenação com os colonizadores portugueses. Eles representavam 54,4% do total de soldados, enquanto os tidos como “brancos” eram 39,7% e os mulatos ou forros 5,8%⁹⁶⁷.

Outra organização militar, a milícia, tinha o predomínio de indivíduos tidos como “brancos”. Atibaia possuía apenas uma companhia de milícias quando foi feito o recenseamento supracitado, havendo, provavelmente, um maior equilíbrio entre “brancos” e “bastardos”. Mesmo que em proporção menor na população total do que nas ordenanças, alcançando por volta da metade, não deixa de ser bastante significativo o número de indivíduos de origem indígena, mostrando que a mão de obra cativa do século anterior foi, paulatinamente, formando um contingente de lavradores livres.

A modificação na forma de produção estava também associada a um contínuo e elevado crescimento demográfico durante o século XVIII, tornando várias regiões, potencialmente, aptas a suportar a estrutura institucional municipal, entre elas Atibaia.⁹⁶⁸ Além disso, o exame das receitas arrecadadas nos primeiros anos da nova vila comprovou a viabilidade do núcleo populacional para sustentar a burocracia local. Tal circunstância, provavelmente, está também interligada à incorporação econômica das novas unidades domésticas, contribuindo para o aumento da renda gerada pela venda da produção agrícola (milho, toucinho, feijão, aguardente

⁹⁶⁷ APESP – LN 1767.

⁹⁶⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000 e, da mesma autora: **A cidade de São Paulo Povoamento e População 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1968, p. 47-8.

e algodão) e o consumo do sal, açúcar, fazenda seca e mesmo de aguardente, considerando, em relação a este último gênero, os “fogos” que não o produziam.

Estas transformações econômicas, qualificadas por Ilana Blaj (2002) como um processo de mercantilização⁹⁶⁹, representaram uma dinamização do comércio, refletida principalmente na ampliação e melhoria das vias de circulação. Assim, o desenvolvimento da atividade mercantil, bem como o crescimento demográfico e consequente ampliação do número de unidades produtivas rurais levaram ao aumento das demandas judiciais e das reivindicações frente aos órgãos administrativos municipais.

Concomitantemente, a restauração da Capitania trouxe uma administração régia preocupada em aumentar a arrecadação. A monarquia portuguesa enfrentava uma conjuntura internacional adversa. A ordem, então, era a de ampliar as receitas por meio do estímulo à produção agrícola para o mercado externo, sem se descuidar da organização da defesa contra o inimigo castelhano. Referidos objetivos não necessariamente correspondiam aos anseios dos grupos até então dominantes. Ao contrário, os conflitos de interesses eram inevitáveis.

D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, primeiro governador e capitão general designado após o restabelecimento da Capitania de São Paulo, logo impôs sua autoridade. Nesse sentido, observa-se em sua correspondência uma advertência feita aos camaristas da vila de Paranaguá, na qual realçava a derivação de seu poder diretamente do rei e assinalava não dever explicações de suas ações, muito menos admitir questionamentos aos seus desígnios:

S. Mag.e q' Deos g.de quando hé servido nomear hum Capm Gen.ral para esta, ou p.a aquella Capitania, sabe m.to bem o que faz, e a quem escolhe para lhe fiar a direcção dos mais graves negócios da sua Coroa, e ao mesmo tempo (que) o encarrega do Governo e da defença dos seus Estados, o izenta também de dar razão a ninguem daquilo que obra, si não imediatamen.te à sua Real Pessoa e ao seu sabio ministério, por este o que deve aprovar ou desaprovar as suas acções; em cujos termos, sem embargo da dúvida, cumprão Vm.cês logo, todas as ordens que por mim lhes são determinadas.⁹⁷⁰

A atenção do ministro régio não estava mais concentrada nas áreas de extração mineral. Ele tinha um projeto de governo para a região e tentou colocá-lo em prática, independentemente da vontade dos grupos que dominavam até então a Capitania de São Paulo. Dispondo, porém, de poucos recursos e precisando da cooperação das elites locais, era preferível que as ordens fossem dadas às câmaras do que depender apenas das lideranças radicadas nos bairros. Um bom exemplo ocorreu durante as lutas para a manutenção da fortificação do Iguatemi, quando era grande a necessidade de suprimentos. Os camaristas atibaienses registraram o envio de 106 arrobas de toucinho para o socorro das tropas, cumprindo as ordens do Governador e Capitão

⁹⁶⁹ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721), op. cit., p. 339-345.

⁹⁷⁰ DIHCSP – v. 67, p. 93-4.

General⁹⁷¹. Poucos meses depois, o Morgado de Mateus exigiu mais 150 arrobas⁹⁷². Um órgão como a Câmara, certamente, imprimia mais eficiência às determinações da autoridade régia. Ele permitia a ampliação dos esforços de aprovisionamento e logística das tropas, evitando que a exigência de fornecimento de alimentos fosse distribuída entre as autoridades locais sem conhecimento prévio da produção das unidades domésticas compreendidas sobre o comando de cada oficial das ordenanças ou milícias.

Tratava-se de um meio de racionalização do exercício da administração e também de uma estratégia que consistia em estabelecer a concorrência entre autoridades no âmbito local, apresentando-se como árbitro de eventuais litígios internos nos grupos dominantes. Ressalte-se que a composição das câmaras normalmente refletia o equilíbrio de forças nos respectivos territórios e nelas estavam representadas as principais autoridades militares por si próprias ou por seus familiares e associados. Mesmo assim, os conflitos eram inevitáveis, ainda que apenas entre indivíduos e não grupos, o que estimulava a busca por favores das autoridades régias.

Com a mudança nas regras do jogo ocorrida com o restabelecimento da capitania, as principais lideranças locais, além de buscarem a mediação em eventuais conflitos particulares e decorrentes da sobreposição da autoridade militar, civil e eclesiásticas, também desejavam, ansiosamente, cair nas graças das autoridades régias. O retardamento da condução de Lucas de Siqueira Franco ao posto de capitão-mor decorreu, em grande parte, da oposição de Frutuoso Furquim de Campos e das boas relações que este mantinha com o Morgado de Mateus. Entretanto, a situação se inverteu nos governos subsequentes, deteriorando-se ao ponto de uma testemunha ter afirmado no curso de um processo cível:

que foi bem público e notório que o embargado perseguiu o embargante (Frutuoso) com muito excesso por ordens violentas que alcançou do Excelentíssimo General Martim Lopes Lobo de Saldanha e nisto lhe causou bastante incômodo e grande prejuízo.⁹⁷³

Os Governadores e Capitães Gerais assumiram, efetivamente, a administração regional, ocupando um espaço que durante muito tempo coube à Câmara de São Paulo. Até então, as principais lideranças estavam radicadas nas freguesias e bairros rurais da cidade, onde exerciam diretamente seu poder, investidas que estavam da autoridade militar e eclesiástica. Da mesma forma, controlavam os ofícios camarários paulistanos, de onde também influenciavam os destinos da capitania, conjuntamente com as vilas mais antigas, nas quais eram reproduzidos os mesmos mecanismos de exercício de controle. Mesmo havendo conflitos internos, este seletivo

⁹⁷¹ LRACAt de 27 de fevereiro de 1773.

⁹⁷² LRACAt de 18 de setembro de 1773.

⁹⁷³ D757 – 1783 - CO 3712 ACA. No caso, o governador chegou a decretar a prisão de Frutuoso, embora tenha recuado posteriormente.

grupo, no qual estavam representados alguns segmentos das principais famílias e que passava a incorporar comerciantes enriquecidos, aproveitava-se do vácuo deixado pela administração central para exercer seu poder. Isto foi possível, pois a Coroa estava, inicialmente, preocupada com as minas e depois exerceu apenas uma fiscalização distante e tênue, por meio do governo vice-rei no Rio de Janeiro.

A redução de importância em decorrência do estabelecimento efetivo de uma autoridade dotada de enorme poder simbólico, representando o monarca, alcançou tanto as famílias mais tradicionais, como aquelas em ascensão. Principais redutos dos grupos até então dominantes no cenário da capitania, a Câmara paulistana e as demais municipalidades que se articulavam em torno dela, tiveram sua projeção externa limitada pela ingerência dos governadores e capitães gerais, bem como pelos órgãos de extensão periférica da Coroa. As instituições locais não só deixaram de ter influência para além de seus respectivos territórios, como também passaram a sofrer uma grande ingerência em seu próprio governo. Além disso, boa parte das intervenções realizadas resultava da concorrência pelo apoio dos ministros régios nas mais variadas disputas internas⁹⁷⁴.

As funções da Câmara passaram a ser, predominantemente, judiciais e administrativas. Ainda que o órgão municipal continuasse exercendo a representação da comunidade local frente a outras instâncias de poder, a comunicação direta com os órgãos centrais do Império português se tornou quase inviável. As municipalidades eram, cada vez menos, ouvidas e, dificilmente, recebiam respostas do Rei sem que antes houvesse o concurso, ou mediação das autoridades designadas para o governo e justiça da Capitania⁹⁷⁵. Simultaneamente, servindo como espaço

⁹⁷⁴ Analisando a atuação da Câmara de Porto Alegre, Adriano Comissoli observa situação semelhante, assinalando: “(...) uma transformação importante ocorre na atuação camarária. Os temas debatidos pelo conselho começam a se limitar a assuntos mais locais, de modo que podemos inferir que diminuía sua condição de dar vazão às pretensões da elite sulista. No início dos anos 1770 encontramos a instituição escrevendo diretamente ao rei, negociando a participação da elite local na defesa do território em troca da eliminação de tributos, concessão de privilégios camarários ou restrição da produção asinina ao Continente, além é claro de sua tentativa frustrada de ocupar o controle da capitania. Podemos afirmar que se tratavam de assuntos “imperiais”, na medida em que afetavam diretamente a política portuguesa. Gradativamente a atuação da Câmara se restringe a assuntos mais corriqueiros, demonstrando um retrocesso em sua capacidade de intervir na política da região de modo mais amplo e concreto. Em especial a partir da década de 1780, a Câmara se restringe a cuidar de assuntos administrativos como a construção de casa para a instituição, a conservação dos caminhos da região, construção de fontes e aplicação da justiça.” (**Os “Homens Bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767 – 1808)**, op. cit., p. 160-1)

⁹⁷⁵ A indiferença dos órgãos centrais e do próprio monarca em face dos apelos feitos pelas câmaras não se restringia à Capitania de São Paulo. Ela era sentida mesmo em municipalidades mais importantes, anotando Maria Santana da Silva que no “caso específico de Minas Gerais, os oficiais do eminente Senado da Câmara de Vila Rica, vassallos do Rei, passaram a compreender que se encontravam, em fins do setecentos, em meio a uma situação desfavorável, no âmago da “arquitetura do poder” do Império português. Isso foi passível de ser vislumbrado na medida em que as suas sugestões e os seus apelos não mais encontraram ecos em Lisboa. Assim, ao serem sucessivamente ignorados, os camaristas de Vila Rica passaram a constatar que eram cada vez mais corpos distintos e/ou desiguais (SILVA, Maria Santana da. **Poderes Locais em Minas Gerais Setecentistas: A Representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)**, op., cit., p. 269)

institucional onde os conflitos eram resolvidos e interesses inevitavelmente tinham que ser contrariados, ocupar os ofícios camarários trazia, muitas vezes, mais responsabilidades que vantagens. No que diz respeito especificamente às novas vilas, ao absorver parte das atribuições que anteriormente eram exercidas diretamente pelas autoridades militares e eclesiásticas, a Câmara se tornou a principal referência institucional no plano local, fazendo frente a praticamente todas as demandas da população.

Enfraquecida externamente, obrigada a dar vazão a um crescente número de requerimentos e a julgar processos das diversas freguesias que a compunham, tendo também que acomodar os comerciantes em ascensão, não interessava mais à Câmara da Cidade de São Paulo conservar sob seu domínio a região de Atibaia. Deste modo, mesmo que a separação implicasse em diminuição de receitas, ainda assim justificava-se a medida. Da mesma forma, embora não conviesse aos camaristas de São Paulo perder o controle sobre áreas importantes para o abastecimento da cidade, as questões mais amplas de caráter regional, como a regulamentação da saída de víveres para fora da Capitania, já estavam a cargo do Governador e Capitão General e a capacidade de influir nestes assuntos era cada vez menor.

Em apertada síntese, o movimento de criação de vilas foi o desdobramento institucional de um processo de crescimento econômico e demográfico mais amplo, associado à ampliação da atividade comercial e produtiva. Passado um longo período ocupada com as áreas de mineração, a Coroa voltou sua atenção para a Capitania de São Paulo e logo fez sentir sua presença. Exercendo, inclusive, por meio dos ministros régios, uma intervenção até então sem precedentes nos assuntos governamentais e judiciais das Câmaras.

As explicações para a elevação da freguesia de Atibaia acabaram, portanto, associando-se às transformações observadas, ainda que de forma diversa dos termos inicialmente propostos. O Ouvidor e Corregedor, certamente, teve um aumento de suas rendas, fato, ademais, observado anteriormente. Relevante, porém, era a maior participação do referido oficial régio nos assuntos municipais, conjuntamente com o Governador e Capitão General. Consequentemente, houve restrição à autonomia das autoridades locais não apenas pela constituição da Câmara, o que, por si só, já impunha novas bases de negociação para a manutenção do controle sobre os ofícios criados, mas também pela assinalada intervenção da coroa por meio de seus agentes no governo das vilas. Por fim, a contenda entre os Pires e os Camargo já estava superada, verificando-se que segmentos das famílias dos primeiros povoadores, a esta altura bastante miscigenados e ampliados, diversificaram suas atividades, tornando-se, ou associando-se, aos grupos em ascensão. O restante, certamente a maioria, haja vista que nem todos os ramos que descendiam

das principais famílias conseguiram se sustentar no topo da escala social, foi naturalmente alijado dos símbolos de poder e prestígio.

Referidas mudanças, porém, não podem ser dissociadas do aumento da demanda por serviços institucionais, aumento esse gerado pela incorporação das pequenas e médias unidades domésticas ao que se chamou de “mercado”, nas quais havia a predominância do trabalho familiar. Somente com o crescimento vigoroso da lavoura de cana de açúcar para exportação é que a mão de obra escrava de origem africana passou a representar o sustentáculo da economia agrária do planalto. Ainda que os cativos africanos se tornassem cada vez mais comuns ao longo do século XVIII, muitas vezes incorporados à força produtiva familiar, eles não constituíram um fator decisivo de mudança no cenário social e institucional no período analisado.

Em 1766, habitavam as então freguesias de Atibaia e Nazareth 3818 pessoas, perfazendo cerca de 6% dos moradores da Capitania⁹⁷⁶. Em pouco mais de 60 anos, o número de residentes mais do que dobrou, chegando a 8126 moradores, havendo ainda um pequeno aumento na quantidade proporcional de cativos, que agora constituíam cerca de 23% da população. Apesar do significativo crescimento demográfico, a participação da vila de Atibaia na população total da então Província de São Paulo caiu para 3,1%, ou seja, foi reduzida quase pela metade⁹⁷⁷.

Na primeira metade do século XIX, a produção de açúcar para exportação estava alcançando seu apogeu, enquanto a cultura do café começava a ganhar corpo. A lavoura para a exportação em grandes propriedades escravistas passou a constituir a principal atividade econômica superando a produção voltada para o abastecimento.

Em 1825, na província de São Paulo, foram produzidas 343.425 arrobas de açúcar e 141.663 de café, gerando, respectivamente, 623:024\$160 e 250:782\$500 réis de renda. Em contrapartida, os produtos tradicionais da região de Atibaia alcançaram os seguintes valores: 110:878\$780 réis (toucinho e banha), 18:748\$420 réis (milho, feijão e farinha de mandioca), 13:205\$360 réis (aguardente de cana e melado) e 11:920\$000 réis (porcos vivos)⁹⁷⁸. Assim, somando os valores obtidos com os gêneros comercializados por todas as regiões voltadas para o mercado interno, verifica-se que não atingiram nem o montante alcançado com as vendas feitas pela ainda incipiente lavoura cafeeira.

⁹⁷⁶ Os dados sobre a população de Atibaia, São Paulo e da Capitania foram estimados por CANABRAVA, Alice Piffer, cf.: **História econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005, p. 173. Ressalte-se que somente em 1770 as freguesias de Atibaia, Nazareth e Jaguari foram agrupadas para formação da vila de Atibaia, até então elas faziam parte do cinturão de povoações que formavam a cidade de São Paulo.

⁹⁷⁷ CABRAL, José Antônio Teixeira. **A Estatística da Imperial Província de São Paulo**: com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesa estatística, Tomo Iº. 1827. Introdução de Cristina Antunes e apresentação de José de Souza Martins. São Paulo: Edusp, 2009, p. 97-113, passim.

⁹⁷⁸ Idem, p. 97-103 *passim*.

As regiões que se dedicavam ao abastecimento interno perderam sua vitalidade econômica com o avanço da agricultura escravista voltada para a exportação. Um retrato preciso deste movimento pode ser observado na região que hoje corresponde ao município de Campinas. Em 1766, o então bairro de Campinas fazia parte da vila de Jundiaí, cuja população total era de 1272 pessoas. Em 1774, ele se tornou a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso e, já no final do século XVIII, mais precisamente em 1797, houve a elevação a vila, recebendo inicialmente o nome de São Carlos antes de retomar a denominação original. Conforme recenseamento de 1825, tratava-se de uma das principais áreas produtoras de açúcar. A sua população chegou a 8.595 pessoas, das quais 4.218 eram escravos. Deste modo, a freguesia de Campinas, que em 1779 tinha por volta de 440 almas⁹⁷⁹, multiplicou mais de dezenove vezes sua população. Esse crescimento somente foi possível com a incorporação de um grande contingente de escravos.

O declínio da contribuição de Atibaia para a riqueza da Província está associado à prosperidade das áreas dedicadas inicialmente ao cultivo de cana de açúcar, cujo crescimento econômico ocorreu ao longo do século XIX, período em que se fez grandes investimentos, especialmente na aquisição de escravos. Ressalte-se que o quadro pode ser generalizado para as demais regiões não alcançadas pela produção para o mercado externo, as quais não receberam o mesmo afluxo de cativos. Retomando o exemplo do parágrafo anterior é possível observar que no espaço de 46 anos, partindo de 440 almas, a freguesia de Campinas superou a vila de Atibaia em termos populacionais, dispondo ainda de mais de o dobro de seus escravos⁹⁸⁰.

Antes desta guinada, ao menos até o fim do século XVIII, era o comércio e a produção em pequenas e médias unidades rurais que alicerçavam a economia do planalto. Isso gerou os conflitos observados no contexto da justiça local, assim como as demandas pelos diversos serviços institucionais prestados pela Câmara.

Os resultados do avanço da lavoura escravista voltada para a exportação se fizeram sentir, em termos institucionais, na continuidade do processo de criação de vilas e, mais precisamente, por meio de uma maior divisão jurisdicional do território da capitania. Nesta configuração, a vila de Itu encabeçou uma nova comarca, abarcando as principais áreas produtoras de açúcar. Além de se firmar como centro judicial regional, recebendo um

⁹⁷⁹ APESP – LN 1779 Campinas.

⁹⁸⁰ No mesmo ano em que foram contabilizados 440 moradores na freguesia de Campinas, a população de Atibaia e Nazareth era quinze vezes maior, registrando-se na contagem 6.735 pessoas, cf.: APESP – LN 1779.

corregedor⁹⁸¹, foi também novamente designado um juiz de fora para atuar na vila de Itu, nela suprimindo, conseqüentemente, o ofício de juiz ordinário.

Afora a repercussão da introdução de mais uma repartição de natureza jurisdicional, deixando as áreas de lavoura açucareira de ter a cidade de São Paulo como sede e instância recursal, há a necessidade de observar o quanto foram alteradas as práticas judiciais e governamentais, bem como eventuais novos sentidos assumidos pelas atividades desenvolvidas pelas câmaras.

Note-se que o predomínio das grandes propriedades baseadas na mão de obra compulsória não constituía uma novidade na Capitania de São Paulo. Até a descoberta das jazidas de ouro, quando a economia do planalto se baseava no cultivo do trigo, a maior parte da população era composta por cativos indígenas e estava incorporada às grandes propriedades⁹⁸². Neste período, o papel das instituições se circunscrevia mais à legitimação da autoridade dos chefes dos fogos e à solução dos conflitos que surgiam entre eles, principalmente na ocupação da terra e na transmissão do patrimônio por via das sucessões hereditárias. Com a ampliação do número de unidades de produção e a incorporação delas aos circuitos econômicos, a Câmara continuou a respaldar o poder de mando. No entanto, assumiu maior relevância outra de suas vertentes de atuação, sobressaindo o que se chamou de uma “justiça dos bens”, especialmente no que diz respeito ao papel garantidor da circulação do crédito e do intercâmbio de mercadorias.

A modalidade de mão de obra empregada não repercutiu propriamente na estrutura judicial, ou governamental, conferindo, entretanto, maior ou menor relevância aos papéis desempenhados pelas atividades institucionais em cada cenário. Deste modo, a retomada do emprego da força de trabalho cativa, por si só, parece não constituir um fator de diferenciação ou de introdução de novas práticas institucionais no universo local, muito embora possa de fato alterar os sentidos e impactos do governo e da justiça na sociedade colonial. Ademais, não se trata, exatamente, da restauração da situação anterior, substituindo-se apenas a mão de obra cativa indígena pela africana. As pequenas unidades ativas no mercado e voltadas para o abastecimento interno não foram totalmente extintas, passaram a coexistir com as grandes propriedades escravistas, ainda que muitas vezes em regiões separadas.

⁹⁸¹ A designação ouvidor, muitas vezes tomada como sinônimo de corregedor, já tinha sido abandonada.

⁹⁸² Segundo John Manuel Monteiro, o povoamento do planalto paulista foi organizado sobre uma “ampla base de mão-de-obra indígena”, acrescentando o autor que “quase todos os bairros rurais seiscentistas originaram-se e cresceram em torno de grandes unidades de produção, comandadas pelos moradores mais ricos e prestigiados”. (**Negros da terra**, op. cit., p. 189-190)

Por outro lado, consoante já observado, as transformações econômicas no transcurso do século XVIII foram nítidas, ditadas, sem dúvida, pela descoberta do ouro, pelo desenvolvimento do comércio e, ao final, pela crescente introdução da lavoura para exportação com base na mão de obra compulsória africana. Neste contexto, e no período não mais abrangido pelo presente estudo, certamente ocorreu o declínio da importância da produção para o mercado interno na Capitania de São Paulo, de modo que áreas anteriormente vitais perderam grande parte de sua importância.

Observa-se, porém, que no plano local não houve, aparentemente, a introdução de novas formas de coerção e o corpo normativo régio, especialmente as Ordenações, remanesceu como modelo para o exercício da atividade institucional pelo menos até meados do século XIX. Da mesma forma, mesmo com a multiplicação e maior integração dos “fogos” aos circuitos econômicos, a estratificação social não foi subvertida, nem mesmo modificada, havendo apenas a ampliação do contingente de escravos que já se situava em sua base.

Diante deste quadro, é possível lançar como hipótese, sobretudo em relação às áreas que permaneceram atreladas ao abastecimento interno, que não houve uma profunda reestruturação das instituições locais. Eventuais mudanças deveriam esperar transformações econômicas ainda mais profundas ou ser determinadas por estímulos intrínsecos ao desenvolvimento da justiça e da administração pública, bem como do próprio corpo social, capazes de alterar os pilares institucionais nos quais se assentava o exercício das atividades desenvolvidas pelas Câmaras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população da Vila de Atibaia vivia em pequenos sítios, nos quais plantavam alimentos ou criava animais, valendo-se da força de trabalho preponderantemente familiar. A maior parte dos fogos referidos nas listas nominativas representava unidades de produção desta natureza e seu chefe podia, eventualmente, ser demandado, ou demandar, no juízo ordinário.

O exercício da justiça no plano local estava adstrito principalmente à proteção do crédito, da propriedade de bens móveis, semoventes e de raiz. As obrigações tributárias também eram asseguradas por meio da execução dos dízimos. Predominavam as ações de assignação de dez dias ou de crédito e, em boa parte delas, eram cobradas dívidas referentes à comercialização de cavalos.

A posse de animais de carga abria a possibilidade de integração ao circuito comercial, facilitando o transporte do excedente produzido e a realização de trocas. O equivalente em dinheiro ao cavalo, materializado em uma carta de crédito, funcionava, frequentemente, como substitutivo da moeda corrente.

Embora a cobrança de dívidas e a proteção da posse e da fruição da propriedade fundiária constituíssem os principais conflitos apresentados, a estruturação da sociedade colonial retirava da maior parte da população a possibilidade de desempenhar um papel ativo frente à Justiça. A disponibilidade sobre os bens era atributo dos chefes dos fogos, que exerciam uma autoridade quase ilimitada não apenas sobre aqueles que lhes eram subordinados por vínculos servis, como escravos e administrados, mas também sobre os familiares que integravam sua casa. Os indivíduos que compunham a unidade doméstica estavam, normalmente, “debaixo do pátrio poder”, ou eram privados da iniciativa de propor ações judiciais por si próprios em razão da frequente confusão patrimonial entre seus bens particulares, e os pertencentes ao núcleo familiar, circunstância que podia se estender até aos agregados.

Deste modo, a Justiça local pode ser caracterizada, ao menos socialmente, como um espaço institucional voltado aos interesses dos chefes de fogos. Da análise mais abrangente, contemplando os procedimentos criminais, emergiu a existência de uma proteção ainda mais ampla à soberania daqueles que governavam as famílias. O juízo ordinário reforçava a autoridade dos detentores do “pátrio poder” lhes confiando a disciplina e, em certa medida, a possibilidade de aplicar punições aos integrantes da casa, tolerando ainda os abusos e violências por vezes praticadas por aqueles que comandavam a unidade doméstica.

O mesmo ocorria em relação a outras esferas institucionais de exercício de mando, especialmente os corpos militares, cuja autoridade dos oficiais estendia-se não apenas aos militares subordinados, como também aos indivíduos tidos como “mulatos”, “forros” ou “libertos”, cuja posição social estava sempre ameaçada pelo legado da escravidão.

Quanto aos aspectos puramente materiais discutidos em juízo, embora as elevadas despesas processuais normalmente sejam apontadas como obstáculo ao acesso aos meios institucionais de solução de conflitos, elas não tornavam a justiça local um privilégio exclusivo dos mais ricos. Verifica-se um amplo recurso ao juízo ordinário, especialmente para a cobrança de dívidas. Tratava-se, porém, de um mecanismo bastante perverso, pois, ao mesmo tempo em que permitia ao “forro”, escravo e pequeno lavrador reclamar o trabalho prestado ou o fruto dele de quem não os pagasse, legitimava também o arrecadador dos dízimos, os comerciantes de fazenda seca e os grandes proprietários de terras a se apropriarem dos bens dos seus devedores.

Ao dispensar o mesmo tratamento aos lavradores pobres e aos grandes proprietários e comerciantes, a justiça, no âmbito cível, apenas perpetuava e legitimava a desigualdade inerente às posições sociais ocupadas. O número desproporcional de processos manejados pelos grupos examinados, e a posição normalmente ocupada por cada um deles nas demandas, constituem evidência clara de como os meios institucionais serviam mais aos interesses dos agentes abastados.

Os procuradores leigos foram o repositório do conhecimento jurídico no plano local. Em constante contato com letrados, com os quais se aconselhavam, eram os responsáveis pelo manejo das diversas modalidades de ações, constituindo um grupo que intermediava o acesso à justiça. Por meio dos serviços destes profissionais, mesmo os escravos podiam reivindicar seus direitos em juízo. A maioria dos procuradores leigos tinha origem modesta, exercendo, concomitantemente, atividades mecânicas, ou a venda a varejo de molhados. Fato que os aproximava mais do contingente de lavradores humildes do que dos grandes comerciantes e proprietários.

Por outro lado, ainda que algum conceito abstrato, como o ideal de justiça, ou eventual sentimento de solidariedade entre os procuradores leigos e os mais desfavorecidos tivesse o potencial de influir na atuação profissional no curso dos autos cíveis, não foi sentida qualquer alteração ou repercussão no funcionamento do juízo ordinário. Ressalvando que a análise contemplou apenas uma parte da atividade judicial, excluindo algumas modalidades de processos (os sucessórios, por exemplo, não foram abrangidos), a prática judicial leiga de

interpretação e aplicação das normas não tinha o condão de transformar as estruturas sociais das quais, ademais, era um instrumento de preservação e não de mudança.

Entre as centenas de oficiais que desempenharam suas funções judicantes na Câmara, havia aqueles que norteavam suas ações levando em conta o que fosse moralmente justo, e também os que faziam das atribuições que detinham ferramentas de fortalecimento de sua posição e de perseguição de adversários e desafetos. No entanto, referidos extremos de modos de atuação acabaram diluídos, ou não comprometeram o funcionamento do juízo ordinário em razão da rotatividade dos ofícios entre os que tinham interesses pessoais antagônicos, associado à intervenção das instâncias régias, ainda que também sujeitas às mesmas variações de comportamento.

Outro elemento não menos importante é a ausência no período, e no âmbito local, de uma disputa mais acentuada pela posição de juiz ordinário, constituindo o exercício do ofício mais um ônus, no qual se revezavam os “homens bons”, do que propriamente uma vantagem. Da mesma forma, a necessidade de certa qualificação social para desempenhar as funções judicantes afastava a maioria da população, impedindo-a de utilizar o ofício como meio de contestação ao grupo dominante.

Boa parte dos processos terminava sem que houvesse controvérsia, quer pela ausência de oposição dos réus, quer pela celebração de acordos. Da mesma forma, um grande número de autos não teve desfecho. Embora tenha se perdido partes da documentação, há indícios de soluções extrajudiciais em um número significativo dos casos que terminaram abruptamente. As formas de equacionamento dos litígios empregadas com mais constância denotam que o desempenho das atividades judiciais acabava assumindo um caráter mais regulatório do que assertivo. Ou seja, privilegiava-se a negociação e composição, mesmo que realizada fora dos autos. Ainda, neste contexto, convém destacar que as despesas processuais funcionavam como um estímulo ao ajustamento, pois o prosseguimento do feito fazia com que os gastos com a ação muitas vezes ultrapassassem o próprio montante discutido ou reivindicado pelas partes.

Quando os vários mecanismos de dirimir conflitos não tinham êxito, o juízo ordinário proferia uma decisão. Havia então margem para parcialidade, corrupção e arbitrariedade, não faltando exemplos destas situações. Contudo, para cada caso de desvio observado, houve dezenas de ações que seguiram um curso aparentemente normal, de modo que eventuais exceções não podem ser tomadas como a característica principal da atividade institucional, tampouco um traço capaz de atribuir-lhe um propósito único e “patrimonialista”.

Assim, com a finalidade de verificar um sentido mais preciso para a atuação institucional local em sua vertente judicial cível, prendeu-se a uma abordagem numérica dos

temas trazidos a juízo pelas partes, à qualificação dos autores e réus, bem como às soluções dadas ou àquelas pressupostas pelas circunstâncias. Conjugando os elementos referidos, sobressaiu o aspecto ordenatório, voltado à preservação do “mercado”, como característico da atividade jurisdicional local. Tratou-se de uma natureza diversa daquela que apontava para uma dinâmica regulatória direcionada ao fortalecimento das redes de dependência subjacentes às creditícias, hipótese plausível, mas que o corpo documental examinado não foi capaz, por si só, de evidenciar.

A posse de bens móveis, imóveis e do crédito era a relação básica em torno da qual gravitava a atividade judicial. Contudo, não se tratava da defesa da propriedade estática do dinheiro ou da terra, mas da circulação do primeiro e do aproveitamento da segunda, ordenando a transferência e expropriação de bens em pagamento de dívidas, e também regulamentando o controle e apropriação das áreas utilizadas para a produção rural.

Deste modo, entendendo o “mercado” como a circulação de bens e pessoas, nada pode ser mais explicativo que o elevado número de ações em que os produtos transacionados eram animais de tração. Essenciais ao transporte de fazenda e da produção agrícola, além de sintetizarem a potencialidade de movimentação de mercadorias, constituíam o ativo mais facilmente negociável e, quando representados em cartas de crédito, dispensavam até o uso de dinheiro.

Mesmo a terra transformava-se em mercadoria, tornando-se constantemente objeto de compra e venda. As áreas agrícolas passaram a ser as principais modalidades de bens expropriados para o pagamento nas execuções judiciais de dívidas. Deste modo, por meio dos autos cíveis, garantia-se que a propriedade e posse dos sítios fossem transmitidas aos credores.

Observou-se mais de uma centena de ações de cobrança sem indicação da natureza da dívida, algumas com alusão a “trespasses”, evidenciando o desprendimento do crédito do negócio que o originou. Inúmeros autores se apresentaram como cessionários e mostradores em substituição aos credores originais. No mesmo sentido, houve a indicação em diversos litígios de que a negociação foi realizada em lugares fora dos limites da vila, bem como registrou-se a participação nos processos de autores, réus, procuradores, testemunhas e auxiliares pertencentes a outras partes da capitania, da colônia e do reino. Todas as circunstâncias mencionadas sinalizam para a intensa circulação de pessoas e bens, cuja regulação e garantia se davam no âmbito judicial, expressando uma das principais finalidades desta atividade institucional.

Soma-se então a ação tida como governativa da Câmara, a qual buscava reger o abastecimento e, concomitantemente, assegurar a liberdade de comercialização da produção da região de Atibaia. As medidas adotadas incidiam sobre a arrematação dos estancos e,

especificamente, sobre o comércio local, regulando-o, ainda que com um viés protecionista em relação aos preços praticados. Entretanto, mesmo que se buscasse o tabelamento de alguns gêneros, no conjunto da atuação institucional, destacava-se a conservação das estradas, pontes e caminhos, bem como a criação de um ambiente favorável à negociação de mercadorias pelos estaqueiros, o que igualmente promovia a circulação de bens e pessoas.

Em termos mais amplos, ao processo de “mercantilização”, no qual, grosso modo, o “bandeirante” converteu-se em fins do século XVII, início do XVIII, em negociante⁹⁸³, seguiu-se, na segunda metade da centúria, um processo de institucionalização.

A Câmara da Cidade de São Paulo, antigo bastião das famílias tradicionais paulistas, que conjuntamente com as câmaras de algumas vilas satélites projetavam o poder de suas parentelas sobre o amplo território da Capitania sofreram uma significativa fragmentação, dando origem a vários outros organismos similares em espaços mais reduzidos. Dentre eles, a vila de Atibaia no antigo reduto dos Camargo, clã que se destacou no cenário político na passagem do século XVII para o XVIII. Assim, a formação da nova vila evidenciou que as instituições que representavam o interesse dos grupos dominantes de outrora estavam cada vez mais adstritas ao exercício das funções governativas e judiciais no âmbito exclusivamente local, com vistas à ordenação do “mercado”.

Associado ao referido processo, a restauração da autonomia da Capitania trouxe uma forma revigorada de exercício de poder pela Coroa. A criação de novas vilas foi estimulada, enquanto a autoridade da Câmara de São Paulo foi cada vez mais restringida ao seu próprio espaço pelo Governador e Capitão General, a quem passou a incumbir efetivamente o governo regional. Então os ministros régios ampliaram seu raio de atuação, passando a interferir cada vez mais nas relações entre as diversas câmaras municipais e, também, nos assuntos institucionais internos delas, tanto os governativos como os jurisdicionais, inclusive arbitrando os dissensos eclodidos no seio das elites locais.

Persistia a possibilidade de comunicação direta com o monarca, ou com os conselhos superiores que o assessoravam, tanto pelo órgão municipal, como no plano individual. Eventuais tentativas de defesa das prerrogativas do poder local, porém, caso tenham ocorrido, não lograram alterar o quadro descrito.

⁹⁸³ Cf. BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**, op. cit., p. 339-345.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas.

a) Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

- Fundo Secretaria de Governo da Capitania, Título **Justiça**: Livro de Registro de Autos, (anterior Fundo Colônia: autos cíveis Atibaia, Ordem CO: 3696, 3697, 3698, 3699, 3700, 3701, 3702, 3703, 3704, 3705, 3706, 3707, 3708, 3709, 3710, 3711, 3712, 3713, 3714, 3715, 3716, 3717, 3718, 3719, 3720, 3721, 3722, 3723, 3724, 3725, 3726, 3727, 3728, 3729, 3730, 3731, 3732, 3733, 3734, 3735, 3736, 3737, 3738, 3739, 3740);
- Fundo Secretaria de Governo da Capitania, Título **Justiça**: Livro de Registro de Autos, (anterior Fundo Colônia: autos cíveis, Ordem CO: 3339, 3359, 3367, 3632, 3633, 3634, 3652, 3653, 3654, 3655, 3656, 3657, 3658, 3659, 3660, 3661, 3663, 3664);
- Fundo Secretaria de Governo da Capitania, Título **Administração**: Livro de Registro de Ordens e Livro de Registro de Correspondências, (anterior Fundo Colônia: Requerimentos de Atibaia, Ordem CO: 3834);
- Fundo Secretaria de Governo da Capitania, Título **Câmaras Municipais**: Livro de Ofício, requerimentos e certificados, (anterior Fundo Colônia: Ofícios das Câmaras, Jacareí, Bragança, São João de Atibaia, São José, Taubaté, Mogi das Cruzes 1721-1822, Ordem CO: 0233);
- Fundo Secretaria de Governo da Capitania, Título **Defesa**: Livro de Registro de Ordens, (anterior Fundo Colônia: Militares, comandantes Capitão-mor de Bragança Atibaia e Nazareth 1723-1822, Ordem CO: 0262);
- Fundo Secretaria de Governo da Província de São Paulo, **Título Estatísticas, maços de população 1765-1886**: Atibaia, Nazareth, anos – 1765, 1767, 1768, 1769, 1770, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1781, 1782, 1783, 1785, 1786, 1787, 1790, 1791.

b) Museu Municipal João Batista Conti – Atibaia.

- Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia (2 volumes);
- Livro de Registro do Juízo dos Órfãos.

c) Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

- Carta dos Oficiais da Câmara da cidade de São Paulo, ao rei [D. José], solicitando a elevação da freguesia de São João de Atibaia à Vila. AHU – São Paulo, cx 5, D. 10. AHU_ACL_CU_023, CX 5, D. 305. (Projeto Resgate CD-ROM);
- CARTA, do governador e capitão general de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena à Rainha [D. Maria I] informando que enviou o balanço da receita e despesa da Tesouraria Geral de São Paulo do ano de 1794. Anexo balanço de receita e despesa. AHU – São Paulo, cx 12, D. 11. AHU_ACL_CU_023, CX 13, D. 677. (Projeto Resgate CD-ROM);
- CARTA, do governador e capitão general de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena à Rainha [D. Maria I] informando que enviou o balanço da receita e despesa da Tesouraria Geral de São Paulo do ano de 1794. Anexo balanço de receita e despesa. AHU – São Paulo, cx 12, D. 10. AHU_ACL_CU_023, CX 13, D. 676. (Projeto Resgate CD-ROM);
- OFÍCIO do Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando resposta às cartas, que enviou propondo a fundação de novas povoações e criação de novas vilas na Capitania de São Paulo, assim como a aprovação do regulamento dos Distritos tanto das freguesias como das Câmaras. Obs.: ofício nº 9 da relação do ano de 1769 Maço 1, AHU – São Paulo, cx 5, doc. 8. AHU_ACC_CU_023, cx.5, D. 348. (Projeto Resgate CD-ROM);

- OFÍCIO do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José Honório de Valadares e Aboin, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tratando de sua indisposição com Salvador Pereira da Silva, ouvidor geral da comarca de São Paulo, a quem acusa de prejudica-lo, associando-se a Bernardo Rodrigues Solano do Vale, procurador da Coroa e Fazenda, para embargar as suas atividades de provedor da Fazenda Real. Anexo: 7 certidões, 2 cartas, ofício. AHU – São Paulo, cx 5, doc. 26. AHU_ACL_CU_023, cx.6, D. 351. (Projeto Resgate CD-ROM);

- CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I] queixando-se do procedimento do ouvidor da comarca de São Paulo, José Carlos Pinto de Sousa, por extrapolar suas funções, agindo com despotismo. Anexo: carta. AHU – Santa Catarina, cx. 8, doc. 6. AHU_ACL_CU_023, cx.9, D. 488. (Projeto Resgate CD-ROM);

- CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I], sobre a queixa contra o juiz de fora de Santos, José Carlos Pinto de Sousa, que lhe impediu construir uns pelouros naquela cidade. Anexo: 8 cartas, lembrete, 10 ofícios, certidão. AHU – São Paulo, cx. 8, doc. 11. AHU_ACL_CU_023, cx.9, D. 489. (Projeto Resgate CD-ROM);

- CARTA do ouvidor geral de São Paulo, Estevão Gomes Pereira, à rainha [D. Maria I], comunicando os excessos de autoridade do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, nas sentenças criminais da Junta da Justiça daquela capitania. Anexo: 5 cartas, 2 lembretes, sumário de consulta. AHU – São Paulo, cx. 8, doc. 13. AHU_ACL_CU_023, cx.9, D. 491. (Projeto Resgate CD-ROM);

- CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre o que da conta o juiz de fora de Santos, José Carlos de Sousa, que serve de ouvidor da comarca de São Paulo, acerca dos excessos de jurisdição do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha;

Anexo: 2 cartas, 10 certidões. AHU – São Paulo, cx. 8, doc. 2. AHU_ACL_CU_023, cx.023 D. 474. (Projeto Resgate CD-ROM);

- OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, [D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão] ao [secretário do reino], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], solicitando orientação para como agir quanto às câmaras municipais

que, tendo inicialmente assinado o termo de compromisso de que passariam parte de seus rendimentos para pagamento dos sargentos mores e ajudantes, agora se recusam a fazê-lo. AHU – São Paulo, cx. 5, doc. 19. AHU_ACL_CU_023, cx.5, D. 334. (Projeto Resgate CD-ROM);

- Carta dos Oficiais da Câmara da cidade de São Paulo, ao rei [D. José], solicitando a elevação da freguesia de São João de Atibaia à Vila. AHU – São Paulo, cx 5, D. 10. AHU_ACL_CU_023, CX 5, D. 305. (Projeto Resgate CD-ROM).

Fontes Impressas

a) Livros, dicionários, legislação comentada e genealogia.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado D’el-Rei D.Philipe I.** Coimbra: Calouste Gulbenkian, 1985, 3v.

BLUTEAU, Rafael, C.R. **Vocabulario portuguez e latino.** Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. - 10 vol.; 2º.

CABRAL, Antonio Vanguerve. **Pratica Judicial muito útil, e necessária para os que principião os officios de julgar, e advogar, e para todos que solicitão causas nos auditórios de hum e de outro foro tirada de vários authores práticos, e dos estylos mais praticados nos auditórios.** Lisboa: Typographia Rollandiana, 1862.

CABRAL, José Antônio Teixeira. **A Estatística da Imperial Província de São Paulo:** com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesa estatística. Tomo Iº. São Paulo: Edusp, 2009.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva; AMATO, Marta (Ed.). **Genealogia Paulistana.** S.l., s. n., 2002. 2 CD-ROM.

LOBÃO, Manuel de Almeida e Souza de. **Tratado Pratico Compendiário de Todas as Acções Sumárias – sua índole e natureza em geral e em especial – das summarias, summarissimas, preparatórias, provisionais, incidentes, preceitos cominatórios etc. – e requisitos respectivos, e excepções dos seus em cada uma das ditas acções e preceitos e pratica destes contra erros vulgares.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

MADRE de DEUS, Frei Gaspar da. **História da Capitania de S. Vicente Hoje Chamada de São Paulo.** São Paulo: Martins, 1920.

NAZARETH, Francisco José Duarte. **Elementos do Processo Civil.** Coimbra: J. Augusto Orcel, 1863, 2v.

OLIVEIRA, Brigadeiro José Joaquim Machado de. **Quadro Histórico da Província de São Paulo até o anno de 1822.** 2. ed. São Paulo: Typ Brasil de Carlos Gerke & Cia., 1897.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira Y. **Primeiras Linhas sobre o Procêssso Criminal, Terceira Edição Emendada, e Accrescentada com hum Reportorio dos lugares das Leis Extravagantes, Regimentos, Alvarás, Decretos, Assentos, e Resoluções Régias promulgadas sobre matérias Criminaes antes e depois das Compilações das Ordenações, por ordem Chronologica, e com hum Indice dos Regimentos por ordem Alfabetica.** Lisboa: Typografia Rollandiana, 1820.

TELLES, José Homem Correa. **Commentario Crítico à Lei da Boa Razão em data de 18 de agosto de 1769.** In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Auxiliar Jurídico: Apêndice às Ordenações Filipinas.** Coimbra: Calouste Gulbekian, 1985, 2v.

b) Coleções

Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial. Volumes 1-95, 1894-1990.

c) Referências Bibliográficas

ABUD, Katia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. 241 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP, São Paulo, 1985.

ALMEIDA, Elizabeth Darwiche Rabelo de. **As elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII**. 1972. 215 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

ANTUNES, Álvaro da Araújo. “As paralelas e o infinito: uma sondagem historiográfica acerca da história da justiça na América portuguesa”. **Revista de História**, São Paulo, n. 169, 2015.

_____. **Fiat Justitia**: os Advogados e a Prática da Justiça em Minas Gerais (1750-1808). 2005. 369f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anablume, 2001.

BARBOSA, Conceição Aparecida. **Termos e conceitos da Ordem do Juízo nas Ordenações do Reino**: permanências e mudanças. 2012. 213 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 -1775). São Paulo: Alameda, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Cidades e elites coloniais – redes de poder e negociação”. In: **Varia história**, n. 29, jan 2003.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 18, n. 36, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Fernando Tomaz (Tradutor). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BORGES, Joacir Navarro. **Das Justças e dos Litígios: A Ação Judiciária da Câmara de Curitiba no Século XVIII, (1731-1752)**. 2009. 393 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: Negócios e Poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: Irmandades Leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Portuguese Society in the tropics: the municipal council of Goa, Macau and Luanda, 1510-1800**. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532 – 1822)”. **Anais do Museu Paulista**, v. 17, julho-dezembro 2009.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAETANO, Marcello. **História do Direito Português (Sécs. XII – XVI)**. Lisboa: Verbo, 2000.

_____. **Estudos de História da Administração Pública Portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)**. 2005. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e Família em São Paulo colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CANABRAVA, Alice Piffer. **História econômica**: estudos e pesquisas. São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005.

CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de Governar**: Idéias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. **Cortes e cultura política no Antigo Regime**. Lisboa: Cosmos, 1988.

COMISSOLI, Adriano. **Os “Homens Bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767 – 1808)**. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CONTI, João Batista. **História de Atibaia**. Atibaia: Grossi, 2001, 2v.

COSTA, Bruno Aidar. **A Vereda dos Tratos**: Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808. 2012. 517f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue**: a Rebelião dos Escravos de Demerara em 1825. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Mario Júlio de Almeida. **História do Direito Português**. Coimbra: Almedina, 1996.

COSTA, Wellington Júnio Guimarães da. **A Trama dos Poderes**: as notificações e a prática da justiça nas minas setecentistas Comarca de Vila Rica (1711-1808). 2011. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

DELSON, R. M. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva-Cord, 1997.

ELLIS, Myriam. “Comerciantes e contratadores do passado colonial”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: USP, v.24, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**: política economia e monarquia ilustrada. Lisboa: Ática, 1993.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo e Publifolha, 2000

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII: estrutura fundiária, legislação territorial e proposta de mudança”. In: BICALHO, Maria Fernanda; (Org.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

FERNANDES, Florestan. “A sociedade escravista no Brasil”. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Circuito fechado**. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 11-63

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa”. **Tempo Rio de Janeiro**: n. 10, 2000, Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018242005>> ISSN 1413-7704, Acesso em: 08 de junho de 2016.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Estudo crítico**: rapsódia de um bacharel. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FLEIUSS, Max. **História administrativa do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O Arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do império português: 1790-1820”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Homens de grossa aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de monarquia pluricontinental: notas de um ensaio”. **Revista História**. São Paulo: UNESP, vol. 31, nº 2, Dez 2012, p.106-145.

_____. “Introdução”. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Org.). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 14, n. 27, 2009.

FRANCO, M. S. de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FRIEDMANN, Daniel Isaac. **A prática judicial local e a lei da boa razão: os autos cíveis de Sorocaba, segunda metade do século XVIII**. 2011. 438 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006.

GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1729-1822)**. São Paulo: Annablume, 1998.

GONÇALVES, Adeilto. **Direito e justiça em terras D’El-Rei na São Paulo colonial 1709-1822**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

GOUVÊA, Maria de Fátima da Silva. “Redes de poder na América Portuguesa. O caso do Senado da Câmara do Rio de Janeiro 1790 – 1822”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 24 de novembro de 2013.

GRENDI, Edoardo. “Microanálise e história social”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GUEDES, Roberto. “Escravidão e legados pombalinos nos registros de cores”. In: FALCON, Francisco e RODRIGUES, Claudia (Org.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “As estruturas políticas em Portugal na época moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001.

_____. **As vésperas do Leviathan – instituições e poder político Portugal – séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. “Da Iustitia à disciplina: textos, poder e política penal no antigo regime”. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Org.). **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

_____. **Depois do Leviathan**. Almanack Brasiliense. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, n. 5, ano 2007.

_____. **História das instituições: época medieval e moderna**. Coimbra: Almedina, 1982.

_____. “Justiça e administração entre o antigo regime e a revolução”. In: **Justiça e litigiosidade: história e prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

_____. “Sábios e rústicos: a violência doce da razão jurídica”. **Revista Crítica de Ciências Sociais: o Poder local**. Coimbra, n. 25-26, p. 32-60, dezembro 1988.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal**. O antigo regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Monções**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. “Movimentos da população em São Paulo no século XVII”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v.1, 1966, p. 55-111.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE MOS, Carlos A. “Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais”. In: PORTA, Paula (Org.) **História da cidade de São Paulo: a cidade colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 145-164. (História da Cidade de São Paulo I).

LE MOS, Carmem Silva. **A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)**. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LEONZO, Nanci. **As Companhias de ordenanças na Capitania de São Paulo: Das origens ao governo do Morgado de Matheus**. 1975. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH – USP, São Paulo, 1975.

_____. **Defesa militar e controle social: as milícias**. São Paulo, 1979. 414 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP, 1979.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Brasília: ESAF, 1988.

LOPES, José Reinaldo Lima. **As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Editora 34, 2004.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **Dízimos reais na Capitania de São Paulo**. Contribuição à história tributária do Brasil colonial (1640-1750). 1970. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Edusp, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo povoamento e população 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1968.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

_____. “População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança. A Província de São Paulo no final da época colonial”. **Revista de História**, São Paulo: USP, v. 114, n. jan-jun, p. 21-30.

MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel; Edusp, 1991.

MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. **A cor inexistente**. Os significados da liberdade no Sudeste escravista. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates**, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO, J. A Gonçalves. “Nobres e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738”. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, n° 53, 113-262, 1981.

MIRANDA, Lilian Lisboa. **Governança e edilidade em São Paulo (1765-1775)**. 2002. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Livia Nascimento. **Administrando o bem comum: Os “Homens Bons” e a Câmara de São João Del Rei 1730 – 1760**. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Os concelhos e as comunidades”. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993, v.4.

_____. “Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão”. In: VIEIRA, Alberto. **O município no mundo português**. Funchal: CEHA/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998.

MOURA, Denise A. Soares. “De uma freguesia serra acima à costa Atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822)”. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 73-93, jan./jun. 2012.

_____. “Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822)”. **História**, Franca, v. 24, n.º. 2, p. 261-290, 2005 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000200011>>. Acesso em: 07 Dec. 2015.

OLIVEIRA, Pablo Menezes e. **Cartas, pedras, tintas e coração: as casas de câmara e a prática política em Minas Gerais (1711-1798)**. 2013, 274 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PEDROZA, Manoela. **A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil Colonial**. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil colonial: 1720-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna**. Curitiba, 1998. 582f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.

_____. “Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Humanitas, v. 21, n. 42, p. 365-395, 2001.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **Gente sem sorte: os mulatos no Brasil Colonial**. 2007, 232 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRIORE, Mary del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

PRODI, Paolo. **Uma história da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAMOS, Donald. “A voz popular e a cultura no Brasil do século XVIII”. Trad. Maria Beatriz Nizza da Silva. In. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 1990, 3v, (Coleção Filosofia).

RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. **Vilas do planalto paulista**: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa (séc. XVI – XVIII). 2015. 341f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP, São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Sonia Maria Troitiño. **O juízo de órfão de São Paulo**: caracterização e alguns tipos documentais (séc. XVI-XIX). 2010, 283 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural”. Trad. Nicolau Sevcenko e Ana Maria Lane. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 50, n. 109, jan. mar. 1979.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos**: administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Iniciativas, 1963. 2v.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Legislação e práticas familiares no Brasil colonial”. In: Neder, Gizlene (Org). **História & direito: jogos de encontro e transdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Maria Santana da. **Poderes locais em Minas Gerais setecentistas: a representatividade do senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)**. 2003. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. **História do direito português: fontes de direito**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2000.

SILVA, Rodrigo da. **Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772-1953)**. 2009, 296 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVEIRA, W. Franco. **História de Atibaia**. São Paulo: s.n. 1950.

SLEMIAN, Andréa et al. **Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831)**. São Paulo: FFLCH-USP, 1994, 286f. Trabalho (Iniciação Científica) Departamento de História, 1994.

SOUSA, Avanete Pereira. **Poder local cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)**. 2003. 348f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. “Manifestações locais da crise do antigo sistema colonial? (o exemplo das câmaras municipais na capitania da Bahia)”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FURTADO, Junia Ferreira (Org.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FURTADO, Junia Ferreira (Org.). **O governo dos povos**: São Paulo: Alameda, 2009.

SOUZA, Maria Elizabeth de Campos. **Ouvidores de Comarca de Minas no século XVIII**. São Paulo: Alameda, 2016.

TAUNAY, Affonso de E. **História da cidade de São Paulo no Século XVIII (1735-1765)**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1949, 2v.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Rezende Chaves. **As cartas de seguro**: de Portugal para o Brasil colônia. O perdão e punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1831). 2011, 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THOMPSON, Edward P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “A peculiaridade dos ingleses”. In: NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio (Org.). **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19. São Paulo: EDUSP, ANPOCS, 2004.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: IPE. 1948.

ANEXOS

ANEXO A – Carta dos Oficiais da Câmara ao Governador e Capitão General em resposta à representação dos camaristas da Cidade de São Paulo acerca da circulação de mantimentos - APESP; D8 – 1793 - CO 0233 - Ofícios das Câmaras, Jacareí, Bragança, São João de Atibaia, São José, Taubaté, Mogi das Cruzes 1721-1822.

O Juiz Presidente e mais Oficiais da Câmara dessa Capital de São Paulo em carta de vinte do corrente mês deram a saber a V. Excelência, em atenção à representação que lhe haviam feito sobre os toucinhos, farinhas e feijões que se transportam para fora da Capitania, a qual saída as havia causado faltas, fora V. Excelência servido mandar que no Cubatão de Santos se não desse passagem aos referidos efeitos sem que fossem guiados pelo Juiz Presidente dessa Cidade, querendo os mesmos Oficiais da Câmara, que nós assim mesmo o praticássemos, impondo-lhes o mesmo preceito, e que todos os referidos efeitos, que deste distrito saíssem vão guiados com a guia ao Juiz Ordinário desta dita Cidade. Nós somente por editais mandamos publicar a determinação de V. Excelência naquela geral de Cubatão para os transportadores saberem respeitar o preceito de V. Excelência e nada mais determinamos a este respeito, porque, posto que depois de posto o preceito por V. Excelência ninguém mais deve dar passo em semelhante matéria. Também não ordenamos a estes Povos que daqui levassem os mantimentos com a guia do Juiz Presidente dessa Cidade por julgarmos escusado tal vexame ao povo, porque a freguesia de Nazareth dista daqui quatro léguas, e seus moradores outras tantas, e mais, e tem diversa estrada pela qual transitam para esta cidade, a Freguesia de Jaguari dista desta vila quase quatro léguas, e seus moradores estão espalhados em distância de quatro, seis léguas com as quais distâncias bem se mostra o peso que aos mesmos causa o virem guiar os mantimentos por lhes ser difícil o fazerem de marcha, e como todos os mantimentos vão para a essa Cidade, e os que tiverem pretensão de os levar para Santos, pelo edito, são cientes da determinação de V. Excelência, e se forem sem a guia do Juiz dessa Cidade hão de ter por castigo o regresso, por isso não pusemos tal obrigação, que poderia servir de os inquietar e pô-los nos sistema de não levarem mantimentos, e por isso haver falta nessa Cidade.

Esta determinação de V. Excelência foi dada a vista da representação dos oficiais da Câmara dessa Cidade que olham pelo bem dos Povos da sua Jurisdição, nós também devemos por na respeitável presença de V. Excelência o que faz a bem do miserável Povo deste nosso distrito; eles fundaram sua representação sem calcularem a estação do ano, pois só depois de a observarem é que deviam fazer conceito se o ano prometia falta ou abundância de mantimentos; o ano tem sido muito favorável, as roças estão muito boas, de tal sorte que vendo-se alguns

lavradores nos mais anos por este tempo obrigados a estarem gastando das roças novas, nestas pela abundância do ano passado não só não tem bulido nas presentes, como ainda estão com bastante sortimento do ano passado, e por isso é mal fundado o receio que formam, porque neste ano não há tal falta de mantimento.

Todas as Povoações foram dotadas por Deus com seu modo de estabelecimento; aos moradores deste nosso distrito lhes causa unicamente a sorte de serem lavradores, e por isso no Continente se não consome o mantimento que produz, porque todos o tem, é necessário saírem para fora para o venderem.

Se no tempo de guerra é que se proíbe o transportar mantimentos para socorro do Inimigo, porém, entre os vassalos da nossa Fidelíssima Soberana, parece que não deve haver tal proibição, porque todos somos vassalos e umas Povoações devem socorrer as outras, não ficando elas destituídas, o que se não receia na conjuntura presente, e o receio só se encaminha a uma extraordinária abundância, que fará ficar os mantimentos em tal preço que esse os mova a não o conduzirem, e antes o deixarem perder por não ser correspondente ao lucro de seu trabalho, o qual é o móvel que os anima para a fadiga.

Parece aos expositores que não saindo para fora tais efeitos é meio de haver a abundância na terra, no que se enganam, porque a liberdade do preço é que chama a abundância. Bem lembrados estamos do que no fim do Governo do Senhor D. Luiz de Sousa esteve essa Cidade oprimida com a falta de toucinho e mais víveres por se lhe ter estabelecido preço e sendo decidido pelo Senhor Martim Lopes ele expediu uma ordem circular aos Capitães Mores para logo fazerem marchar mantimentos para essa Cidade e que quem os levasse os vendesse pelo que pudesse. Logo houve abundância, e tornarão os mantimentos ao antigo preço e não se sentiu mais a falta, [mesmo] sendo tempo de guerra, tendo marchado para ela as novas tropas que se formaram e tendo havido uma extraordinária mortandade com a epidemia de bexigas, que no tempo combateu.

Julgam os mesmos expositores que em comprarem uma arroba de toucinho por quatro patacas quando já chega tem nisso um grande prejuízo, o que não achariam se olhassem que o mais do tempo o compram a duas e a menos, e que deviam computar o excesso com a diminuição. São os efeitos que dessa Cidade conduzem para estes continentes os moradores dela o sal e alguma fazenda para cobrirem a nudez e por muita a abundância que haja de uma e outra cousa se lhe não vende mais barato, e por isso estes moradores se sentem de só quererem vender-lhes caro e comprar-lhe barato.

O interesse do lucro da lavoura é que anima os homens para irem entrando aos incultos sertões para os povoarem e neles fazerem suas roças, não com interesse de venderem o avultado milho

que produzem na mesma, sim para com ele criarem grandes rebanhos de porcos para os venderem e se lhes dificultar esta saída deixar-se hão de habitar nas incultas matas com grave prejuízo da Real Coroa.

Temos presente a Vila do Facão de São Luiz, de Taubaté, e de Itu que os efeitos de toucinhos, fumos e açúcar que deitam para o Rio de Janeiro e outros portos são que com seu rendimento adornam as mesmas vilas.

A vista do que rogamos a V. Excelência, que a este respeito dê uma tal providência que seja útil à Real Coroa de Sua Majestade, de seus Domínios e a este miserável Povo. Deus guarde V. Excelência. Atibaia em Câmara de 27 de abril de 1793.

De V. Excelência reverentes súditos.

José Franco do Prado

Antonio Soares Moniz

José Félix Cintra

Francisco Soares das Neves

João da Rocha Pereira.

ANEXO B – Carta dos oficiais da Câmara ao General com o pedido de estabelecimento da divisa com a Vila de Mogi Mirim - APESP; D10 – 1795 - CO 0233 - Ofícios das Câmaras, Jacareí, Bragança, São João de Atibaia, São José, Taubaté, Mogi das Cruzes 1721-1822.

Foi levantada esta Vila pelo Doutor Corregedor Salvador Pereira da Silva em o ano de mil setecentos e setenta por ordem do Ilustríssimo, Excelentíssimo, Senhor, Don Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, Capitão General que nesta Capitania presidiu, e se lhe deu por termo as freguesias de Nazareth e Jaguari pela parte da fazenda do Alferes José Joaquim da Costa Noronha à cerca, e divide um Ribeirão intitulado de Camanducaia, o qual Ribeirão para baixo atravessa o sertão, que da mesma freguesia vai dar na vila de Mogi Mirim, e se vai meter no Rio Jaguari ao pé da passagem na Estrada que pela freguesia das Campinas segue para Goiás [Goiazes], assim da qual passagem faz barra o Camanducaia no Jaguari, e neste lugar e passagem finda o termo da vila de Mogi Mirim.

Esta mata que de Jaguari vai dar a Mogi Mirim se esta povoando e por isso cuidamos em dividir este termo daquele para cada um de nós e todos saberem os termos dividendes e os povos não poderem escapar das rédeas da Justiça, alegando serem ou não deste ou daquele termo, para assim o efetuarmos convidamos por carta que escrevemos ao Juiz Presidente e Officiais da Câmara de Mogi Mirim para esta divisão apontando para ela o tal Ribeirão Camanducaia pelo motivo de ele já mais para cima ser a divisa deste termo, por este cortar na latitude o tal sertão, e por os barrancos dele desviarem toda e qualquer dúvida; nada nos tem respondido sobre o exposto, antes nos consta que eles intentam a tal divisão por uma Serra que está para cá do tal Ribeirão, a qual não pode servir de termo dividente porque ela segue pela longitude formando linha para o tal Ribeirão e a Vila de Mogi Mirim e na latitude quebra e cai de um e outro lado, e por isso na latitude não serve para divisa, e ser o eminente pico dela a divisão, necessariamente se havia seguir os ventos pelos rumos da agulha de marear (bússola) para se poder assinalar a tal divisão, cujos rumos ficam sujeitos a inumeráveis dúvidas, porque na grande extensão se não pode ir seccionando com os respectivos marcos para o pleno conhecimento do mesmo rumo e ainda aos mesmos povoadores lhes pode prejudicar porque atravessando a linha as fazendas que tiverem fundado a ficar sujeitos a este e aquele termo, o que não acontece com a divisão do Ribeirão, porque um e outro barranco dele são o que mostram a cada termo o que lhe pertence sem que se possa mover a mínimo dúvida.

Quem mais fomenta esta questão são os que da freguesia de Jaguari estão desertando para aquelas matas por verem que são puxados para a reparação da Igreja Matriz da mesma freguesia e lhes não assistir o fervor e devoção de edificarem a Casa de Deus, e porque receiam lá mesmo

ficarem obrigados ao serviço desta edificação é esse o motivo porque fomentam que a divisão não seja pelo tal Ribeirão.

Os presentes operantes daquela Câmara de Mogi só dão por motivo que na nova povoação do tal sertão apanhe menos terreno, ao que quer parecer que se não deve atender porque nas divisões se não olha a maior ou menor opulência só sim ao bom termo dividente, e além disso, com esta divisão, nada se lhe tira do que já tinham, e só se cuida em dividir um sertão que de novo se povoa, e que até o presente nele não havia exercício algum, aquele termo não se pode queixar, porque deste tem sido enriquecido com muitos moradores, pois quantos aqui cometem delitos e seu refúgio seguirem para o couto daquele termo, que também serve de refúgio para muitos desertores.

Presentemente nos consta que aquela Câmara se recorrerá ou recorrera a V. Excelência, por isso pomos na respeitável presença de V. Excelência o exposto para que se sirva mandar dividir esta e aquele termo pelo Ribeirão de Camanducaia, Deus Guarde V. Excelência felizmente. Atibaia em Câmara de 30 de abril de 1795.

ANEXO E

Figura 4: Papeleta de custas encontrada no interior de uma ação sumária em que o réu pede vista e o processo é encerrado abruptamente. Os valores indicados correspondem aos atos até então praticados: autuação, requerimento de vista, raza e a remuneração do porteiro

Fonte: APESP; D291 – 1771 –CO 3704 ACA.

APÊNDICES

Fonte: Genealogia Paulista; APESP, autos cíveis Atibaia e MMJBC, Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia.

Tabela 8: Oficiais e Ofícios indicando também os que foram eleitos e não assumiram o ofício (i).

Nome	Vereador	Procurador	Juiz
Alexandre Machado de Carvalho	1775		
Amaro Leite de Moraes	1781, 1787	1788	
André Pereira de Meirelles	1770		
Ângelo Franco Correa		1783 1790 1791(i)	1793
Antônio Barreto Cardoso	1773		1781
Antônio Bueno da Silva			1789
Antônio Correa Marques	1774		1784 (i)
Antônio da Rocha Lima	1774, 1785(i)		
Antônio de Araújo Cardoso		1794	
Antônio de Araújo Chaves	1787(i), 1788		
Antônio de Godói Moreira	1787		
Antônio de Lima Rocha		1790(i), 1793(i)	
Antônio Ferraz de Araújo	1773		1784
Antônio Gonçalves da Cunha			1770, 1785, 1790(i)
Antônio José Rodrigues	1778, 1786, 1791		1784 (i)
Antônio Leme da Silva			1788, 1794
Antônio Lemos			1792 (i)
Antônio Soares Moniz Muniz	1787, 1793	1789	
Bartolomeu Bueno de Camargo	1779		
Bartolomeu da Cunha Lobo	1786		
Bartolomeu da Rocha Pimentel	1776		1792(i)
Bento Correa Marques		1773	
			Continua

Nome	Vereador	Procurador	Juiz
Bento Domingues	1786		
Bernardo Correa de Moraes	1771		
Caetano Furquim de Campos	1785, 1792 (i)		
Claudio de Moraes Navarro			1787
Crispim da Silva Franco	1776	1780	1787, 1794
Diogo Bueno de Camargo	1772		
Diogo Gonçalves Moura [Moreira]	1772		
Diogo José Vieira de Almeida			1784
Domingos Cardoso Amaral	1773		
Domingos José Duarte Passos			1776, 1781(i), 1783(i), 1786(i)
Domingos Leme do Prado			1770
Faustino Gonçalves da Silva		1792	
Fernando de Camargo Pimentel			1771
Francisco Alves Cardoso	1777	1782	1790
Francisco Bueno de Moraes	1780		
Francisco Bueno de Camargo			1774(i), 1782, 1786, 1787(i)
Francisco Cordeiro do Amaral	1791		
Francisco da Silveira Franco	1775		1777, 1786(i)
Francisco de Camargo Pimentel	1775, 1781		
Francisco de Oliveira Preto	1780(i)		
Francisco Ferreira de Camargo	1789	1776	
Francisco Mathias de Camargo	1778		
Francisco Mathias [Sarino]	1786(i)		1782
			Continua

Nome	Vereador	Procurador	Juiz
Francisco Pereira de Oliveira		1791	
Francisco Pereira Pacheco	1790		
Francisco Soares das Neves	1791		
Francisco Velho de Moraes			1774(i)
Francisco Xavier Cezar	1770, 1792		
Francisco Xavier de Oliveira Bueno			1774, 1789
Frutuoso Furquim de Campos			1774(i), 1775(i), 1779(i)
Gabriel Fernandes Cantinho	1782		1787(i)
Ignácio Alves Crasto	1774		
Ignácio de Siqueira Pimentel		1781	
Ignácio dos Santos de Moraes			1778(i)
Ignácio José Pinto	1786		
Ignácio Pereira Pacheco			1779
Jacinto Ferraz de Araújo	1788		
Jerônimo de Camargo Pimentel			1773
Jerônimo de Godói Moreira		1785	1791
Jerônimo Gonçalves Pereira		1793	
João de Godói Moreira			1777, 1786(i)
João do Prado Bueno			1775, 1792
João do Prado de Camargo			1772
João Félix Cintra	1784		
João Franco Veigas	1770		
João Franco da Cunha			1784(i)
João Gonçalves da Cunha	1774(i)		
			Continua

Nome	Vereador	Procurador	Juiz
João Leite de Barros	1790(i)		
João Leite de Morais	1794		
João Mendes Raposo			1779 (i)
João Pereira de Camargo			1774
João Pimentel de Camargo	1783		
João Pires de Oliveira	1777	1782	
João Pires Pimentel	1787		
João Preto de Oliveira	1771	1778	
Joaquim Bueno de Azevedo [Azeredo]		1787(i)	
Joaquim da Silva José Pinto	1784		
Joaquim de Siqueira Franco		1777	1786
Joaquim José de Faria	1782		
Jorge de Almeida Lara			1775
Jorge Rodrigues de Siqueira	1772		
José Antônio Rosa Teixeira	1783		
José Correa Marques	1779		
José de Araújo Prado		1775(i)	
José de Godói Moreira			1776, 1790, 1791(i)
José de Oliveira Preto	1775		
José de Siqueira Franco	1784		1791
José Félix Cintra			1783
José Ferreira de Castilho	1792		
José Franco do Prado		1784	1793
			Continua

Nome	Vereador	Procurador	Juiz
José Joaquim Rodrigues		1786	
José Leite de Moura		1787	
José Lopes da Cunha		1774	
José Manoel da Silva			1779(i)
José Mariano de Oliveira	1790		
José Pires Cardoso			1782
José Soares de Oliveira	1773		
José Xavier Ferreira	1789		
Lourenço Antônio Leme	1777, 1791(i)		
Lourenço Franco Bueno			1792(i)
Lourenço Franco de Camargo	1772		1778, 1780, 1785, 1792
Lourenço Leme de Brito			1772
Lourenço Rodrigues de Siqueira		1792(i)	
Lucas da Silveira Franco		1779	1788
Lucas José Leme	1789(i), 1793		
Manoel Antônio Soares	1793		
Manoel Barbosa de Lima Vasconcelos	1780		
Manoel das Neves Pires	1785		
Manoel de Barcellos [Ourique]		1770	
Manoel de Matos Bueno	1771		
Manoel de Siqueira Barbosa		1771	
Manoel de Sousa Moniz			1780(i)
Manoel Furquim de Almeida	1788, 1792		

Continua

			Conclusão
Nome	Vereador	Procurador	Juiz
Manoel Manso Machado			1778(i)
Manoel Pereira Padilha			1773, 1779, 1783
Manoel Simões Salgado	1781		
Manoel Soares de Oliveira	1785, 1792(i)		
Marcelino da Gama	1778, 1783, 1789	1773(i)	
Pedro de Almeida Machado	1779		1783(i), 1785(i), 1787(i)
Pedro Bueno de Camargo	1780, 1794		
Pedro Domingues Pais	1776		1771
Pedro Lima de Camargo			1778
Pedro Vaz Pires			1780
Salvador Jorge Velho	1790, 1794		
Vicente Moreira César	1792(i)		

Fonte: MMJBC, Livro de Registro de Atas da Câmara de Atibaia.